

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO  
JEQUITINHONHA E MUCURI

CAMPUS JK MINAS GERAIS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E  
DA SAÚDE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA

BACHARELADO  
MODALIDADE PRESENCIAL  
VIGÊNCIA A PARTIR DO SEMESTRE LETIVO 2020/1  
ATUALIZADO EM ABRIL DE 2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI  
DIAMANTINA – MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA



## **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA**

**Dezembro de 2020**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI  
DIAMANTINA – MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA



Reitor	Janir Alves Soares
Vice Reitor	Marcus Henrique Canuto
Chefe de Gabinete	Fernando Borges Ramos
Pró-Reitor de Graduação	Orlanda Miranda Santos
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	Ronaldo Luis Thomasini
Pró-Reitora de Extensão e Cultura	Marcus Vinicius Carvalho Guelpe
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis	Jussara de Fátima Barbosa Fonseca
Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento	Antônio Carlos Guedes Zappalá
Pró-Reitora de Administração	Flaviana Dornela Verli
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas	Altamir Fernandes de Oliveira
Coordenador do Curso de Farmácia	Helen Rodrigues Martins
Vice-Coodenador do Curso de Farmácia	Lorena Ulhôa Araújo
Secretaria do Curso de Farmácia.	Dayana Barbosa da Cruz
Equipe do Núcleo Docente Estruturante.	Ana Paula Rodrigues
	Cristiane Fernanda Fuzer Grael
	Eduardo de Jesus Oliveira
	Guilherme Carneiro

Helen Rodrigues Martins

Leida Calegário de

Oliveira. Lorena Ulhôa

Araújo Valéria Macedo

Cardoso

## ÍNDICE

1. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....	8
1.1. Base Legal de Referência.....	9
2. APRESENTAÇÃO .....	11
2.1. O Profissional Farmacêutico e o Curso de Graduação em Farmácia da UFVJM .....	13
2.2. Breve Histórico e Situação Atual do Curso de Graduação em Farmácia da UFVJM .....	16
2.3. Diagnóstico situacional da Macrorregião de Saúde Jequitinhonha, MG .....	18
Reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Farmácia da UFVJM.....	30
3. JUSTIFICATIVA.....	33
4. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA DA UFVJM .....	33
5. METAS PARA O PRÓXIMO QUINQUÊNIO.....	35
6. PERFIL DO EGRESSO .....	36
7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES .....	37
8. CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL .....	55
9. PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	58
9.1. Diretrizes Gerais do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Farmácia da UFVJM .....	58
9.2. Integração Ensino-Serviço-Comunidade .....	64
9.3. Ferramentas Mediadoras do Processo Ensino Aprendizagem .....	66
9.3.1. Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem.....	66
9.3.2. Uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação .....	72
9.4. Farmácia universitária.....	75
9.5. Laboratório Escola de Análises Clínicas .....	78
9.6. Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.....	80
9.7. Educação em Direitos Humanos .....	81
9.8. Políticas de Educação Ambiental.....	82
9.9. Educação Empreendedora.....	85
9.10. Apoio ao Discente e Fomento ao Desenvolvimento de Potencialidades .....	88
9.10.1. Apoio no Âmbito do Curso de Graduação em Farmácia .....	88
9.10.2. Apoio no Âmbito da UFVJM.....	89
9.10.2.1. Programa de Assistência Estudantil – PAE .....	89

9.10.2.1.1. Moradia Estudantil Universitária – MEU.....	89
9.10.2.2. Programa de Monitoria.....	90
9.10.2.3. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic .....	91
9.10.2.4. Programa Institucional de Bolsas de Extensão – Pibex .....	92
9.10.2.5. Programa de Bolsas de Apoio à Cultura e à Arte – Procarte .....	92
9.10.2.6. Programa de Apoio ao Ensino de Graduação – Proae .....	93
9.10.2.7. Programa de Apoio à Participação em Eventos – Proape.....	94
9.10.2.8. Atendimento aos Estudantes com Necessidades Especiais .....	94
9.10.3. Outras Ações de Apoio ao Estudante.....	95
9.10.3.1. Empresa Júnior de Farmácia da UFVJM – Farbio .....	95
9.10.3.2. Centro Acadêmico de Farmácia – CAFar .....	96
9.10.3.3. Associação Atlética Acadêmica de Farmácia Overdose UFVJM-AAAFO UFVJM.....	96
9.10.3.4. Integração da Graduação com a Pós-Graduação .....	97
10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....	98
10.1. Matriz Curricular .....	103
10.1.1. Integralização Curricular.....	117
10.1.2. Distribuição da Carga Horária Total do Curso de Graduação em Farmácia por Áreas de Conhecimento (exceto os estágios supervisionados) .....	118
10.1.3. Distribuição da Carga Horária Total do Curso de Graduação em Farmácia por Eixos de Formação (exceto os estágios supervisionados) .....	119
10.2. Ementário e Bibliografias das Unidades Curriculares Obrigatórias.....	120
10.3. Ementário e Bibliografias das Unidades Curriculares Eletivas.....	152
10.4. Estágio Curricular Supervisionado .....	177
10.5. Atividades Complementares e Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais.....	180
10.6. Trabalho de Conclusão de Curso .....	181
11. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO .....	181
11.1. Indicadores.....	184
12. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....	186
12.1. Recuperação Processual.....	190
12.2. Aperfeiçoamento, Qualificação e Atualização Docente .....	191
12.2.1. Plano de Apoio à Capacitação Docente .....	191
12.2.2. Apoio à Participação Docente em Eventos Técnico-Científicos, Cursos e Estágios na Área de Atuação.....	191

12.2.3. Capacitação Didático-Pedagógica Integrada ao Monitoramento do Projeto Pedagógico do Curso.....	191
13. OUTROS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O PROJETO PEDAGÓGICO .....	193
13.1. Plano de Transição do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Farmácia: 2006-2020.	193
13.2. Infraestrutura.....	212
13.3. Sistemas de Bibliotecas – Sisbi.....	213
13.4. Colegiado de Curso.....	214
13.5. Corpo Docente e Técnico Administrativo .....	214
14. AGRADECIMENTOS .....	223
15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	224
16. ANEXOS.....	231

## 1. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

DADOS DA INSTITUIÇÃO	
Instituição	UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Endereço	Campus JK – Rod. MGT 367, KM 583, N° 5000 – Alto da Jacuba
CEP/Cidade	39.100-000/Diamantina – Minas Gerais
Código da IES no INEP	596
DADOS DO CURSO	
Curso de Graduação	Farmácia
Área de conhecimento	Ciências da Saúde
Grau	Bacharelado
Titulação	Farmacêutico Generalista
Habilitação	Bacharel em Farmácia
Modalidade	Presencial
Regime de matrícula	Semestral
Formas de ingresso	Processo Seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) via Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e Processo Seletivo por Avaliação Seriada (SASI) da UFVJM; Processos seletivos internos na forma do Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM
Número de vagas oferecidas	30 vagas/semestre
Turno de oferta	Integral
Carga horária total	4770
Tempo de integralização	Mínimo: 5 anos
	Máximo: 7,5 anos
Local da oferta	Campus JK/Diamantina/MG
Ano de início do Curso/Semestre	2002-1
Ato de Autorização de Funcionamento/Reconhecimento do curso/Renovação de Reconhecimento de Curso	<p>Ato de Autorização: Portaria nº 234/Secretaria de Educação Superior do MEC, de 22 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União - Seção 1, páginas 48 e 49, no dia 23 de março de 2007.</p> <p>Ato de Reconhecimento do Curso: Portaria SERES/MEC nº 36, de 17 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - Seção 1, páginas 13, 14 e 15, de 18 de janeiro de 2018 (Anexo I).</p>



## 1.1. BASE LEGAL DE REFERÊNCIA

-CF/88, arts. 205, 206 e 208, na NBR9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, na Lei 13.146/2015, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003. Prevê as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto.

-CF/88, arts. 207; Lei Nº 9394/96 - Princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Plano Nacional de Educação 2014/2024 – Meta 12 – Estratégia: 12.7: Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social. – Curricularização da Extensão.

-Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, Presidência da República, Casa Civil. Dispõe sobre a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

-Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, Presidência da República, Casa Civil. Dispõe sobre o Estágio de Estudantes.

-Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Presidência da República, Casa Civil. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

-Lei Nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, Presidência da República, Casa Civil. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências.

-Decreto Nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, Presidência da República, Casa Civil. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o Art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

-Decreto Nº 20.377, de 8 de setembro de 1931, Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Ministro de Estado da Educação e Saúde Pública. Aprova a regulamentação do exercício da profissão farmacêutica no Brasil.

-Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências.

-Resolução CNE/CES Nº 02, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na

modalidade presencial.

-Resolução CNE/CES Nº 6, de 19 de outubro de 2017. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Farmácia e dá outras providências.

-Resolução CNE/CP, Ministério da Educação, CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

-Resolução CNE/CP, Ministério da Educação, CNE/CP Nº 2, de 15 de junho de 2012. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

-Resolução Nº 1, Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior, Ministério da Educação e Cultura, de 17 de junho de 2010. Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE.

-Resolução CNE/CP Nº 1, de 17 de junho de 2004, Conselho Nacional de Educação. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e Indígena.

-Resolução CFF, Nº 160 de 23 de abril de 1982. Dispõe sobre o exercício da Profissão Farmacêutica.

-Resolução CFF Nº 572 de 06 de maio de 2013. Dispõe sobre a regulamentação das especialidades farmacêuticas, por linhas de atuação.

-Resolução CFF Nº 596 de 21 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares.

-Resolução Nº 33, CONSEPE/UFVJM, de 14 de dezembro de 2021. Regulamenta as Atividades Complementares (ACs) e as Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (AACCs) no âmbito da UFVJM.

-Resolução Nº 11, CONSEPE/UFVJM, de 11 de abril de 2019. Dispõe sobre o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM.

-Resolução Nº 04, CONSEPE/UFVJM, de 10 de março de 2016. Institui o NDE nos Cursos de Graduação da UFVJM.

-Resolução Nº 06, CONSEPE/UFVJM, de 17 de abril de 2009. Aprova a Política de Extensão da UFVJM

-Resolução Nº 17, CONSEPE/UFVJM, de 24 de agosto de 2016. Revoga, *ad referendum* do CONSEPE, o art. 5º e parágrafos da Resolução nº 21 CONSEPE, de 25 de julho de 2014 e dá outras providências.

-Resolução Nº 22, CONSEPE/UFVJM, de 16 de março de 2017. Estabelece normas para o Trabalho

de Conclusão de Curso da UFVJM.

-Resolução Nº 19, CONSEPE/UFVJM, de 11 de dezembro de 2018. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM para o quadriênio 2017-2021.

## 2. APRESENTAÇÃO

A educação está entre os pilares que fomentam o processo de desenvolvimento econômico, social e humanístico. Não se concebe desenvolvimento integrado de uma região, relegando a educação a planos secundários, em comparação com os demais setores, inclusive com os de infraestrutura econômica. O investimento em educação se reveste de duplo significado: dar condições ao homem para se tornar agente do processo de desenvolvimento e lhe permitir o melhor aproveitamento dos resultados proporcionados pelo mesmo. Investir na formação do capital intelectual e na sua fixação no país é fundamental para o desenvolvimento deste e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Marques e Palmeira (2011, p.5), tratam capital intelectual como “o material intelectual - conhecimento, informação, propriedade intelectual, experiência, que se pode aproveitar para a criação de riqueza, sendo um conjunto de benefícios intangíveis que agregam valores às empresas e representa um diferencial competitivo”. E a educação é a forma de se contribuir para a formação do capital intelectual do país.

Em consonância com essa visão de educação, sob uma perspectiva dialógica e transformadora, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM tem a missão de “Promover o desenvolvimento científico, econômico e sociocultural da sua região, assegurando o ensino de qualidade em diferentes áreas do conhecimento, respeitando a natureza, inspirado nos ideais da democracia, da liberdade e da solidariedade, visando produzir, integrar e divulgar conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, contribuindo para a formação de cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade e o desenvolvimento sustentável da sua região” (UFVJM, 2017a).

A história desta Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) inicia-se com sua fundação em 30 de setembro de 1953, por Juscelino Kubitschek de Oliveira. A Instituição foi federalizada em 17 de dezembro de 1960, sendo denominada Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina (FAFEOD). Em 1997 foi instalado o curso de graduação em Enfermagem. Em 04 de outubro de 2002 a instituição foi transformada nas Faculdades Federais Integradas de Diamantina (FAFEID), com ampliação do

número de cursos oferecidos: Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia.

Em seis de setembro de 2005, durante o governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi publicada a Lei Nº 11.173 no Diário Oficial da União, que transformou as FAFEID em UFVJM. A implantação da Universidade nos referidos Vales representou a interiorização e democratização do acesso ao ensino público superior no estado de Minas Gerais, possibilitando a realização do sonho da maioria dos jovens aqui inseridos de prosseguir sua formação acadêmica. Além disso, a Instituição destaca-se por sua importância para o desenvolvimento econômico e sociocultural da região, através da geração de emprego e renda e da redução da desigualdade social existente no país.

Com a transformação em UFVJM, foram criadas 390 vagas anuais, e novos cursos, como Licenciatura em Física, Química, Ciências Biológicas e Educação Física, além de Bacharelados em Engenharia Hídrica, Sistemas de Informação e Turismo, dentre outros; chegando a um total de 33 cursos, escolhidos com base nas necessidades e vocações regionais, já que a Instituição passou a abranger uma nova região, o Vale do Mucuri, e ganhou um novo campus, no município de Teófilo Otoni.

Na última década a UFVJM consolidou seu crescimento, com a criação de vários cursos de mestrado, doutorado e de ensino a distância. São 24 programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, em dois de seus campi (Diamantina e Teófilo Otoni), que abrigam 15 cursos de mestrado acadêmico, oito cursos de mestrado profissional e oito cursos de doutorado. Estes programas já qualificaram um expressivo número de mestres e começam a consolidar a qualificação de doutores em nove grandes áreas do conhecimento, muitos destes servidores da UFVJM. Aos campi de Diamantina e Teófilo Otoni somaram-se três fazendas experimentais, localizadas nos municípios de Couto de Magalhães de Minas, Serro e Curvelo. Segundo o documento “UFVJM, 65 anos de Tradição em Ensino, 13 anos de Universidade”, disponível no Portal da UFVJM, a Universidade passou a contar, a partir do primeiro semestre de 2014, com mais dois campi: o de Janaúba e o de Unaí. Esses abarcaram mais duas grandes regiões para a UFVJM: Norte e Noroeste de Minas. Assim, foram criados mais 11 cursos, sendo seis no campus de Janaúba (Ciência e Tecnologia, Engenharia Física, Engenharia de Minas, Engenharia Metalúrgica, Engenharia de Materiais e Química Industrial) e cinco no campus de Unaí (Ciências Agrárias, Agronomia, Engenharia Agrícola, Medicina Veterinária e Zootecnia). Os cursos de Engenharia Metalúrgica e Química Industrial foram sobrestados, em virtude da não disponibilização de corpo técnico e docente em quantitativo suficiente para sua implementação. Entretanto, apesar disso, a criação destes novos campi e cursos trouxe a possibilidade de que a

UFVJM pudesse beneficiar centenas de novos estudantes e suas famílias. Nesse mesmo ano foram criados os cursos de Engenharia Geológica e Medicina no Campus JK, em Diamantina, e o curso de Medicina no Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, conquistas valiosas para as comunidades atendidas.

Atualmente, com mais de uma década de existência, a UFVJM oferece 45 cursos de graduação presenciais e cinco cursos na modalidade de educação à distância, ofertados em diversos polos na sua região de abrangência. A Instituição possui mais de 8.000 estudantes dos cursos de graduação presenciais e a distância e mais de 1.500 estudantes de pós-graduação. O quadro de pessoal da UFVJM conta com 617 técnicos administrativos e 778 professores, servidores com alta qualificação que atuam para a produção de conhecimento e para uma formação de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão.

## 2.1. O PROFISSIONAL FARMACÊUTICO E O CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA DA UFVJM

Atualmente, o profissional farmacêutico é um dos principais atores na promoção da saúde humana, exercendo atividades tais como, desenvolvimento, produção e controle de qualidade de medicamentos, vacinas, cosméticos, domissaneantes e produtos correlatos; realização de exames toxicológicos e clínicos de diagnóstico de patologias; orientação no uso racional de plantas medicinais, medicamentos industrializados e manipulados, dentre outras atividades. É um profissional com inserção direta na assistência em saúde quer no setor privado, quer no sistema público.

Cada vez mais o farmacêutico tem se tornado um agente importante nos programas públicos de saúde, exercendo suas atividades tradicionais no Sistema Único de Saúde (SUS), como a dispensação, a assistência farmacêutica e as análises clínicas e toxicológicas, e, ainda assumindo cargos de gestão, de gerenciamento de serviços ou de informações ou, ainda, atuando na vigilância sanitária. Assim, observa-se atualmente maior valorização do profissional farmacêutico nos serviços públicos de saúde, principalmente, pela implantação de novas políticas públicas, como a inserção de Fitoterapia e Homeopatia no SUS. Adicionalmente, com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) há um notório avanço no direcionamento do perfil do profissional farmacêutico com formação integrada em prol do cuidado à saúde do indivíduo, da família e da comunidade. Nesse contexto, o curso de graduação em Farmácia do Campus JK, Diamantina, está entre os melhores cursos de Minas Gerais, de acordo com o desempenho avaliado pelo Ministério da Educação – MEC (2016), tendo sido avaliado

com Conceito Preliminar de Curso com nota “quatro” em 2016 e nota “quatro” no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) 2016 (dados do eMEC, portal do INEP, Ministério da Educação). Além disso, abarca cerca de 46% do território de Minas Gerais, onde a UFVJM está inserida.

Assim, o presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de graduação em Farmácia foi concebido com a preocupação de preparar egressos aptos para o atendimento às necessidades de cuidado em saúde da população brasileira, dos habitantes da região dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e das cidades circunvizinhas ao município de Diamantina. As habilidades e competências para o profissional farmacêutico com formação generalista estão elencadas nas DCNs do Curso. Assim, tendo como princípios de formação tais diretrizes, o perfil do profissional farmacêutico egresso da UFVJM foi sendo definido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) ao longo de várias reuniões com egressos que atuam na academia, na rede de saúde pública e privada de Diamantina e região e com os gestores de saúde do município de Diamantina, por meio da Superintendência Regional de Saúde. Atas destas reuniões podem ser consultadas no Anexo II.

O curso de graduação em Farmácia da UFVJM se insere em uma realidade regional de saúde que figura com os índices mais desfavoráveis do estado de Minas Gerais. A Superintendência Regional de Saúde de Diamantina é responsável por administrar a Macrorregião Jequitinhonha, bem como alguns municípios da Macrorregião Centro. Estas regiões são caracterizadas por municípios de baixa densidade populacional, elevado índice de ocupação rural (à exceção dos quatro municípios emergentes da região, Diamantina, Capelinha, Araçuaí e Itamarandiba), e presença de vazios assistenciais e falta de cobertura dos serviços de saúde. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Diamantina é o maior da região (0,716), enquanto os municípios de Rio Vermelho e Serra Azul de Minas possuem os menores valores deste índice: 0,557 (GALVÃO et al., 2015).

Segundo dados da 5ª Pesquisa de Perfil Socioeconômico dos Estudantes das Universidades Federais, realizada em 2018 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Federais de Ensino Superior (Andifes), a UFVJM tem 84,6% dos seus estudantes de graduação oriundos de escolas públicas, ou seja, que cursaram ensino médio público. De acordo com a pesquisa, a UFVJM conta com 8.949 estudantes de graduação, sendo a maioria mulheres: 61,6% do sexo feminino, 38,4% do sexo masculino (sete estudantes não declararam o sexo). Já em relação à cor dos estudantes, o levantamento revelou que a maioria dos estudantes da UFVJM, 56,3%, são pardos; 22,3% são brancos; 16,7% são pretos, sendo que desses 2,3% se declararam quilombolas; 2,9% são da cor amarela; e 0,4% são

indígenas, sendo 0,2% indígenas aldeados e 0,2% indígenas não aldeados. Em relação à cor, 1,5% dos estudantes não responderam à questão.

Os dados revelaram que 85,7% dos estudantes da UFVJM têm renda mensal per capita de até 1,5 salários mínimo e apenas 2,4% (294 estudantes) têm renda mensal per capita de mais de três salários mínimos. Além disso, mostrou que 14,6% dos estudantes (1.304) da UFVJM trabalham, enquanto 45,3% (4.051) estão à procura de trabalho. A pesquisa também apontou que 2.986 (33,4%) estudantes da UFVJM foram beneficiados com a Política de Assistência Estudantil. E, ainda, que a maioria (53,7%) usa o transporte coletivo (ônibus, van, etc.) como meio para chegar até a Universidade, outros 8,8% vão a pé; 4,4% de bicicleta; 16% pegam carona e apenas 11,6% usam transporte próprio (moto, carro, etc).

Já em relação à distribuição de estudantes entre os cinco campi da UFVJM, os dados mostram que 5.618 estudantes são do Campus JK (Diamantina); 2.078 do Campus do Mucuri (Teófilo Otoni); 511 estudantes são do Campus Unaí; 407 são do Campus I (Diamantina), e 335 são do Campus Janaúba. E, do total de estudantes, também foi revelado que 454 estudantes da UFVJM (5,1%) têm alguma deficiência.

Percebe-se que nesta região há grande necessidade de farmacêuticos que busquem levar à população o acompanhamento necessário para que se consiga o uso racional dos medicamentos e o restabelecimento da saúde, conforme cada contexto individual e social. Este profissional farmacêutico precisa conhecer a estrutura da rede de serviços de saúde e de atenção farmacêutica da região em que se insere para poder atuar de forma efetiva. Independente da inserção do profissional no âmbito público ou privado, em drogarias, farmácias públicas, hospitais, laboratórios de análises clínicas ou farmácias de manipulação, buscam-se farmacêuticos que tenham uma visão transformadora da realidade em prol do cidadão, aliada à coerente gestão de recursos. O cuidado farmacêutico em sua concepção ampla e uma formação científica crítica foram princípios que nortearam a elaboração deste Projeto Pedagógico. Na estruturação do currículo, os componentes curriculares foram concebidos em sintonia com o regime acadêmico adotado pela UFVJM. Destacam-se como pilares do curso a preocupação com as formas de realização e integração entre a teoria e prática, a busca de coerência com os objetivos definidos e o perfil do profissional desejado, assim como a articulação e indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, contemplando conteúdos que atendam aos eixos de formação identificados nas DCNs, tendo ainda como norte as demandas próprias da Universidade e a sintonia com a sociedade em constante mudança.

## 2.2. BREVE HISTÓRICO E SITUAÇÃO ATUAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA DA UFVJM

### - Bacharelado

O curso de graduação em Farmácia, modalidade Bacharelado, com as habilitações em Farmacêutico Industrial e em Farmacêutico Bioquímico, foi autorizado pela Portaria da Secretaria de Educação Superior - SESu/MEC Nº 1.305, de 04/07/2001, sendo que a primeira turma de 30 estudantes ingressou no primeiro semestre de 2002. Durante a vigência do currículo 2002, todos os anos, os acadêmicos que ingressavam no primeiro semestre tinham as atividades no período diurno e aqueles que ingressavam no segundo semestre tinham as atividades no período noturno, totalizando, àquela época, a oferta de 60 vagas.

Em outubro de 2005, o curso de graduação em Farmácia recebeu a Comissão de Avaliação de Reconhecimento, sendo reconhecido por meio da Portaria Nº 234/SESu/MEC, de 22 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União.

A implementação das DCNs, por meio da Resolução CNES/CES Nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, previa a formação do profissional farmacêutico generalista, o que gerou a necessidade da primeira grande reformulação do Projeto Pedagógico do curso de graduação em Farmácia da UFVJM, de modo que, em 2006, o curso passou a funcionar com uma matriz curricular de formação generalista, e não mais com as habilitações em Farmacêutico Industrial e em Farmacêutico Bioquímico. Esta mudança introduzida pelo perfil generalista foi paradigmática. Ela representou uma ruptura com o modelo até então vigente que representava uma formação tecnicista e fragmentada, se propondo a representar uma nova formação mais integrada e com um nítido foco na atenção e cuidado à saúde. A estrutura curricular implementada em 2006 previa uma carga horária total de 4800 horas, e carga horária mínima de estágios de 960 horas, com uma entrada de 30 estudantes por semestre, com funcionamento semestral diurno.

A região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri compreende duas mesorregiões (Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e Mesorregião do Vale do Mucuri). Segundo dados do IBGE, estas são as duas mesorregiões mineiras com o menor Produto Interno Bruto (PIB) per capita do estado de Minas Gerais, refletindo um processo histórico de falta de investimentos e de ausência do poder público. O curso de graduação em Farmácia da UFVJM (no campus JK em Diamantina) é o único curso superior público e gratuito na área da Farmácia (Bacharelado) situado na área de abrangência dos 40 principais municípios dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Além do curso de graduação em Farmácia da



UFVJM, apenas três outras instituições de ensino superior ofertam cursos de bacharelado em Farmácia nesta região: em Teófilo Otoni, a Fundação Presidente Antônio Carlos; em Nanuque, o Centro Universitário de Caratinga; e em Almenara, a Faculdade de Almenara (dados obtidos no e-Mec, por meio de consulta realizada em junho de 2020). Deve-se ressaltar que o curso de graduação em Farmácia da UFVJM é o único que conseguiu alcançar nota quatro no ENADE, com todos os outros cursos citados com conceito dois (junho de 2020). O curso de graduação em Farmácia da UFVJM funciona atualmente no Campus JK, no município de Diamantina. Importante ressaltar que Diamantina é polo da macro e da microrregião de saúde e referência para atendimentos de saúde de média e alta complexidade, tais como serviços de hemodiálise e neurocirurgias. O município sedia também um consórcio público, o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha (CISAJE), que disponibiliza atendimentos especializados aos usuários do SUS dos municípios conveniados. Neste sentido, o curso de graduação em Farmácia da UFVJM em Diamantina é estratégico para a expansão da rede de assistência farmacêutica na região, e vem contribuindo com o seu papel na formação de recursos humanos qualificados na área da Farmácia.

Seguindo as diretrizes do MEC, o curso de graduação em Farmácia se destina à formação profissional de farmacêutico generalista e atualmente o curso de graduação em Farmácia da UFVJM possui 248 acadêmicos matriculados em um curso cujo projeto pedagógico tem este foco, sendo ofertado em turno integral.

O corpo docente profissional é constituído por 26 professores lotados no Departamento de Farmácia, sendo todos doutores. Porém, docentes de outros Departamentos, todos doutores, também lecionam unidades curriculares (UCs) para o curso de graduação em Farmácia, lotados no Departamento de Matemática e Estatística e no Departamento de Ciências Básicas, que ministram UCs do ciclo básico do curso. Além disso, contamos com a colaboração de professores do Departamento de Nutrição, que colaboram com UCs no campo de formação em alimentos (ver item 13.5).

O corpo técnico-administrativo é composto por 14 Técnicos, sendo 12 Técnicos Administrativos em Educação, nível D, assim distribuídos: dois Assistentes em Administração; três Técnicos de Laboratório - Área Química; três Técnicos de Laboratório - Área Biologia; dois Técnicos de Laboratório - Área Farmácia; um Técnico de Laboratório - Área Análises Clínicas; um Técnico de Laboratório - Área Biotecnologia; e dois Técnicos Nível E (ambos Farmacêuticos) (ver item 13.5).

A Instituição, de modo geral, apresenta capacidade para atender às necessidades de infraestrutura física para o funcionamento do curso de graduação em Farmácia. No primeiro trimestre de 2016 o novo prédio do curso de graduação em Farmácia foi entregue e a maioria das aulas práticas

é realizada no mesmo, pois as UCs ofertadas pelo Departamento de Ciências Básicas e pelo Departamento de Nutrição são conduzidas em seus prédios próprios, todos alocados no Campus JK, salvo a UC “Microbiologia Básica” que ainda é ofertada no Campus I, com transferência prevista com início do novo PPC.

Com 16 anos de funcionamento o curso de graduação em Farmácia da UFVJM tem procurado cumprir seu papel de promover melhorias para a sociedade na região onde se insere, bem como na sua área de abrangência, chegando inclusive a repercussões internacionais (considerados os convênios para intercâmbio de discentes e também pós-doutoramento de docentes do curso). A inserção dos acadêmicos nos variados campos de estágio, desde drogarias e farmácias do Estado, Instituições de Saúde e indústrias, tem contribuído para a transformação pela qual tem passado a região dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, bem como toda a parte norte do Estado de Minas Gerais. Dentre os estágios realizados pelos acadêmicos do curso de Farmácia, em análise realizada no semestre de 2018/1, observou-se que 44% dos estagiários daquele período estiveram inseridos em drogarias, 24% em farmácia pública ou juntos à gestão pública, 13% em laboratórios de análises clínicas, 9% em farmácia hospitalar, 4% em indústrias farmacêuticas e 2% em outras instituições, como hemocentros e serviços de abastecimento de água e esgoto. Portanto, observa-se que a formação prática dos estudantes se dá em diferentes contextos e cenários de prática, e permite uma inserção transformadora em Diamantina e em outros municípios do Vale do Jequitinhonha.

### 2.3. DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DA MACRORREGIÃO DE SAÚDE JEQUITINHONHA, MG

A Macrorregião de Saúde Jequitinhonha é uma região de muitos contrastes, uma vez que se caracteriza pela i) grande exclusão social e econômica vivenciada por grande parte da sua população; ii) pela necessidade de um olhar atento e comprometido para enfrentamento aos índices de saúde e educação, mas também pela iii) riqueza e diversidade de recursos minerais e cultural. Traz, portanto, grandes e urgentes desafios a serem enfrentados. Segundo Cruz, Horta, Botelho (2010),

Os municípios do Vale do Jequitinhonha compõem uma região culturalmente rica, mas que carrega o estigma da carência social. As manifestações culturais envolvem grupos folclóricos, conjuntos arquitetônicos, históricos e artesanatos. Com relação ao artesanato, Minas Novas destaca-se na tecelagem, enquanto Diamantina, nos tapetes arraiolos. Já em Turmalina e Veredinha há predominância nos bordados em ponto cruz. Os municípios de Diamantina, Minas Novas e Chapada do Norte destacam-se pela arquitetura, casarios e igrejas preservadas que datam do período colonial. A musicalidade está presente nas microrregiões e representa a cultura e o povo de cada localidade. (CRUZ, HORTA, BOTELHO, 2010).

O curso de Farmácia da UFVJM, por meio da formação de profissionais éticos, comprometidos

com a realidade social, formados com profundo conhecimento que os capacitam a exercer de forma adequada e inovadora a prática profissional, busca contribuir para o enfrentamento e mudança da realidade de exclusão e vulnerabilidade social. Para tanto, é necessário organizar-se, construir um currículo adequado ao que se pretende, realizar um planejamento para o aprofundamento gradativo e crescente do estudante, inserindo-o na prática o mais precocemente possível. E é isso que buscam o NDE e o Colegiado do Curso ao proporem este novo PPC. Portanto, conhecer a realidade local é uma necessidade. Ninguém pode interferir positivamente em uma comunidade sem conhecê-la bem, de modo a trazer melhorias sem gerar prejuízos aos seus aspectos positivos. De acordo com Galvão, Bodevan e Santos,

O planejamento pode ser entendido como a tarefa de traçar as linhas gerais do que deve ser feito e dos métodos de fazê-lo, a fim de atingir os objetivos organizacionais, orientando a ação, de modo a evitar uma improvisação na escolha de condutas a serem adotadas. Uma das premissas do planejamento é que seja feito a partir das necessidades reais da população. Para isso, deve-se trabalhar com diagnósticos claros, construídos por meio de indicadores de saúde. O uso de evidências científicas pode qualificar esse processo, na medida em que se busca construir ações ou respostas que realmente possam solucionar os problemas identificados. (GALVÃO, BODEVAN, SANTOS, 2015).

Segundo Azevedo (2014), os dados disponíveis relativos a indicadores de saúde da Macrorregião de Saúde Jequitinhonha são

[...] alarmantes, pelo fato de existirem programas no sentido de favorecer a melhoria desses indicadores e, conseqüentemente, das condições de vida e saúde dos cidadãos desses municípios. Diante disso, os dados coletados podem indicar que não estão sendo desenvolvidas políticas públicas ou as mesmas não estão sendo efetivas para melhorar os indicadores de saúde. (AZEVEDO, 2014).

Segundo Galvão, Bodevan e Santos,

As metas de saúde municipais, estaduais e do Distrito Federal são definidas no processo de elaboração do planejamento regional integrado, no âmbito da Comissão Intergestores Regionais (CIR), da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e do Colegiado de Gestão da Saúde do Distrito Federal, respectivamente, considerando a análise da situação de saúde do território. O que se percebe, no entanto, é uma grande limitação dos municípios em conseguirem adotar as decisões da CIB-SUS, que por sua vez ainda enfrenta o desafio de romper com as características do modelo verticalizado. (GALVÃO, BODEVAN, SANTOS, 2015).

Em relação ao poder econômico no país, em 2017, Minas Gerais ficou em terceiro lugar (PIB de R\$ 576.199.000.000), classificando-se atrás apenas de São Paulo (PIB de R\$ 2.119.854.000.000) e do Rio de Janeiro (PIB de R\$ 671.362.000.000), em termos de rendimentos recebidos, com cerca de 8,75% do Produto Interno Bruto nacional (IBGE, 2020). Minas Gerais também se caracteriza, segundo Galvão, Bodevan, Santos (2015) “por possuir indicadores sociais médios em termos de saúde, educação, pobreza, dentre outros”. Entretanto, vale esclarecer que esses fatores não são homogêneos

no interior do estado.

Fazendo referência à situação nacional, observou-se em 2020 que o Brasil, apesar de ter sofrido uma retração de 1,5% em seu PIB, foi classificado em 15º lugar no *ranking* de crescimento mundial. Porém, segundo a economista Vanessa Corrêa (IPEA, 2012), “apesar da política de distribuição de renda e de investimento público [realizado pelo país], o modelo do crescimento brasileiro precisa de outros elementos para reduzirem as desigualdades inter-regionais”.

Sabe-se que um grande nicho de atuação dos profissionais farmacêuticos é o SUS. “A Saúde Pública é uma das dez linhas de atuação do farmacêutico, que englobam 134 especialidades, conforme a Resolução nº 572/2013, do Conselho Federal de Farmácia” (CFF, 2017). Ainda segundo o Conselho Federal de Farmácia,

O grande diferencial da atuação do farmacêutico na saúde pública é a economia que ele gera para a ascendente espiral de custos da atenção à saúde no setor público. São muito bem fundamentados e ganham cada vez mais força os argumentos de que a redefinição do seu papel no SUS pode servir aos interesses tanto dos pacientes individuais quanto do público em geral. O farmacêutico também é fundamental na organização dos serviços públicos de saúde. Sua participação é essencial a uma atenção à saúde de qualidade, que [é] impossível de conseguir sem uma gestão eficiente dos medicamentos. (CFF, 2017).

Ainda, sobre esse tema, sabe-se que “os princípios doutrinários do SUS são: a universalidade, que traz a saúde como um direito de todos, devendo o Estado assegurar acesso; equidade, diminuindo desigualdades; e a integralidade, através da promoção da saúde considerando as pessoas como um todo” (BRASIL, 1990). Além disso, segundo Sarreta,

o SUS traz como princípios organizativos a regionalização e hierarquização, visando organização dos serviços de acordo com a complexidade, pelos níveis de atenção; descentralização, redistribuindo responsabilidades e deveres; e participação da comunidade (SARRETA, 2009).

Portanto, como dito anteriormente, conhecer indicadores relacionados ao SUS na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha é fundamental. A figura 1 apresenta a cobertura populacional da Estratégia de Saúde da Família - SUS em Minas Gerais e também na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha (MINAS GERAIS, 2020).

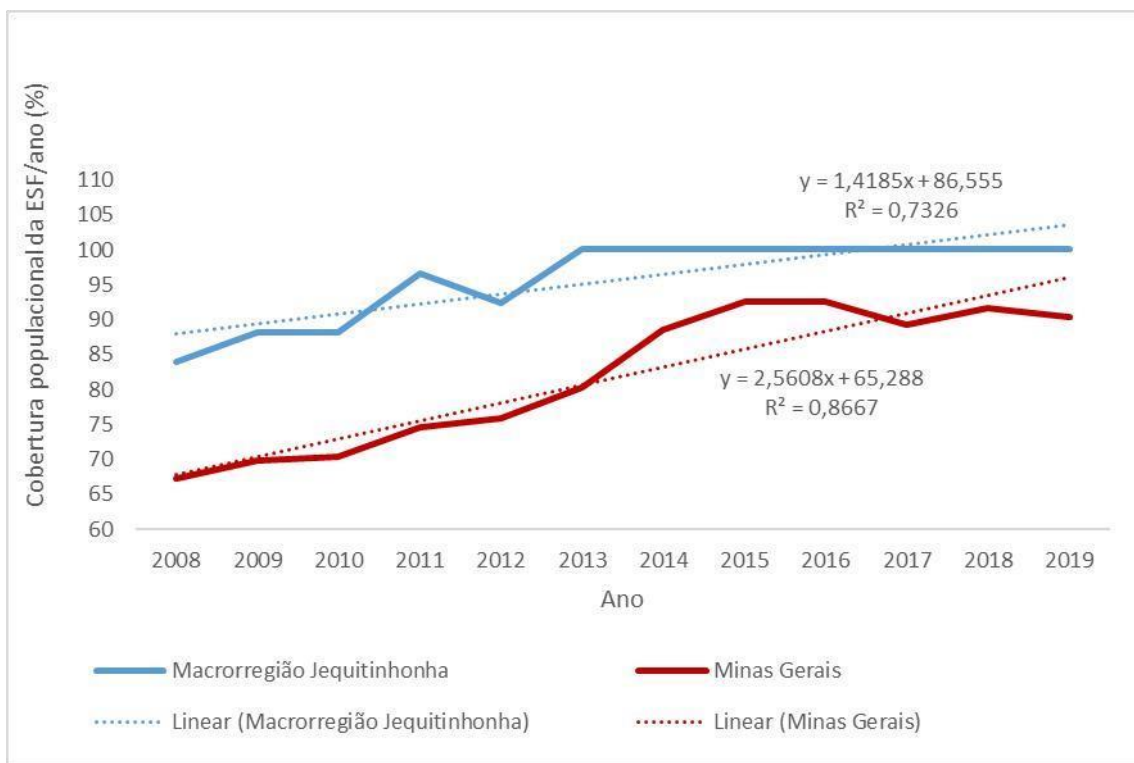


Figura 1. Porcentagem de cobertura populacional da Estratégia Saúde da Família (ESF) - SUS em Minas Gerais e também na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha, MG, no período de 2000 a 2017. Fonte dos dados: Minas Gerais, 2020.

A análise da Figura 1 permite-nos perceber que a Macrorregião Jequitinhonha possui, desde 2013, 100% de cobertura populacional pela Estratégia de Saúde da Família – SUS, o que não é uma realidade da média das coberturas populacionais no estado de Minas Gerais. Portanto, a Macrorregião de Saúde Jequitinhonha encontra-se mais bem assistida, neste quesito, que a média observada em relação às demais macrorregiões de saúde do Estado. Porém, a inclinação observada na regressão linear dos dados de Minas Gerais ( $a=2,5608$ ), mostra uma tendência de aumento progressivo desta cobertura.

Outro indicador de saúde importante a ser analisado é a proporção de crianças que apresentavam baixo peso ao nascer. A figura 2 apresenta esse indicador tanto para a Macrorregião de Saúde Jequitinhonha, quanto para o estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2020).

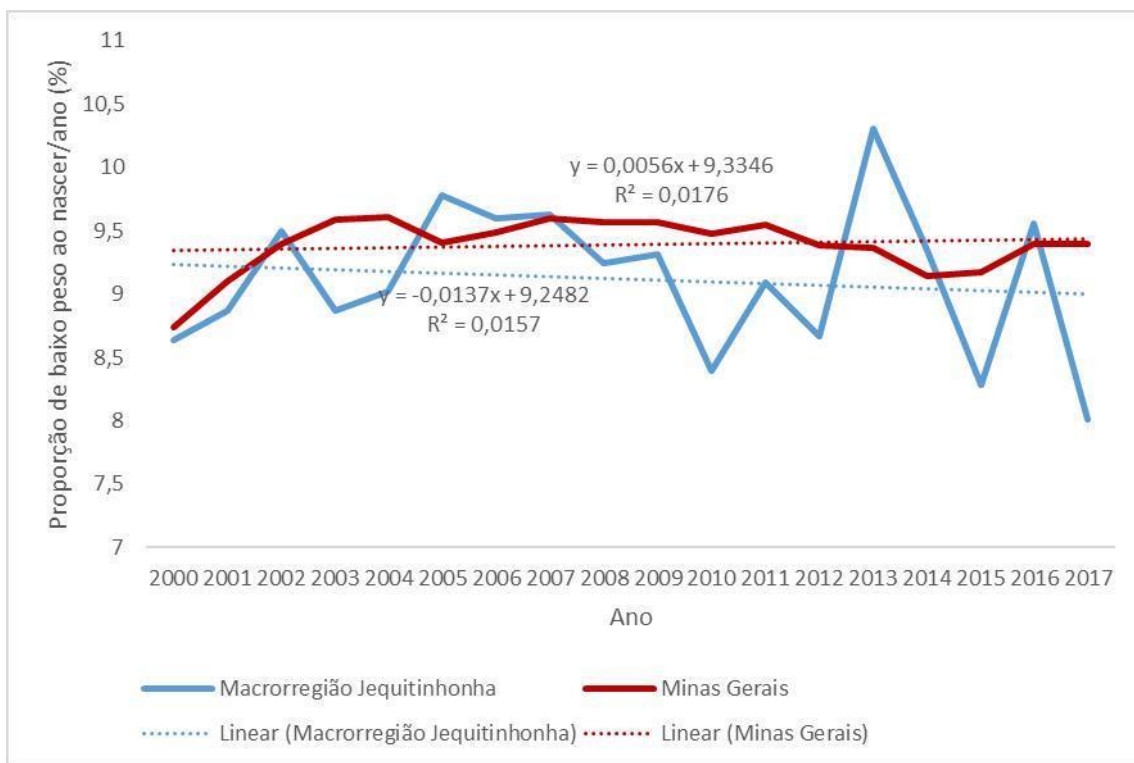


Figura 2. Proporção de crianças que apresentaram baixo peso ao nascer em Minas Gerais e também na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha, MG, no período de 2000 a 2017. Fonte dos dados: Minas Gerais, 2020.

A análise da figura 2 revela que, embora os dados do estado de Minas Gerais apresentem uma certa estabilidade, a regressão linear mostra uma pequena tendência de aumento ( $a=0,0056$ ) no período de 2000 a 2017. Contrariamente, os dados relativos à Macrorregião de Saúde Jequitinhonha mostram uma oscilação neste mesmo período, porém, a regressão linear mostra, por meio da sua inclinação ( $a=-0,0137$ ), uma tendência de redução desse indicador. Esses dados demonstram que, nessa região, está ocorrendo, de forma gradativa e lenta, uma redução do índice de crianças que nascem com baixo peso. Possivelmente, um reflexo da cobertura de 100% da ESF na Macrorregião, mas também esse índice pode estar sendo impactado pela atuação dos cursos da área da Saúde da UFVJM na região.

Em relação à taxa de mortalidade infantil nas regiões analisadas, a figura 3 apresenta os indicadores a cada ano, no período de 2000 a 2017, analisando-se tanto a Macrorregião de Saúde Jequitinhonha, quanto o estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2020).

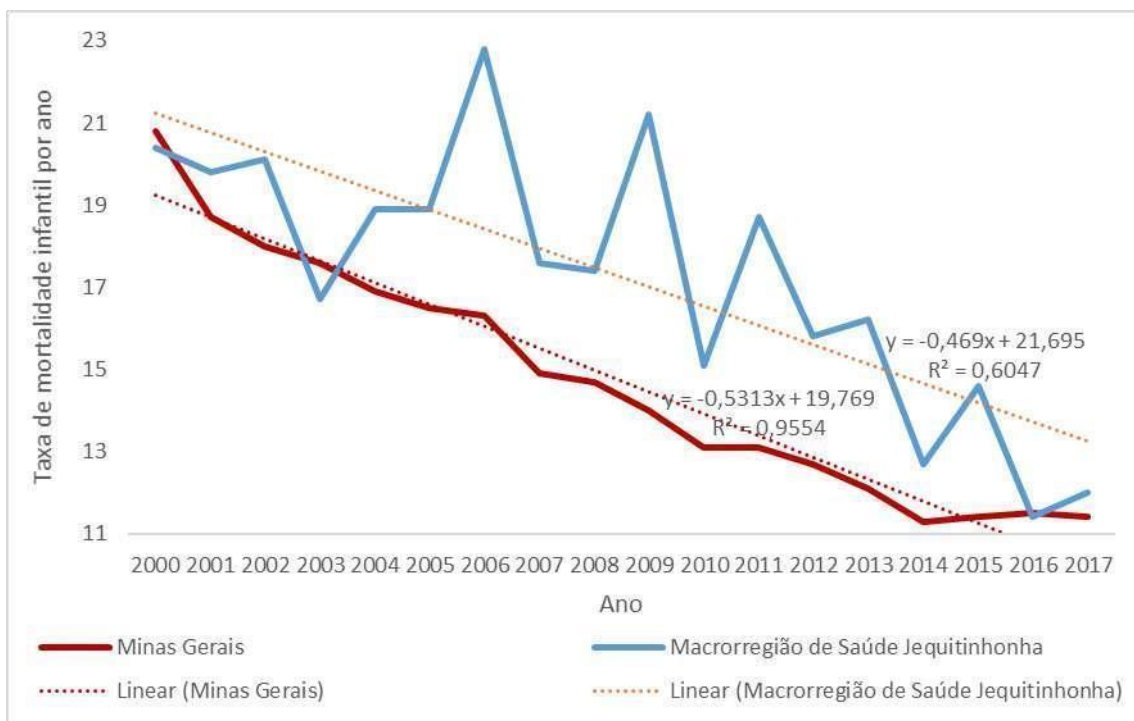


Figura 3. Taxa de mortalidade infantil na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha e no estado de Minas Gerais, no período de 2000 a 2017. Fonte dos dados: Minas Gerais, 2020.

A análise da figura 3 nos mostra que, tanto na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha, quanto no estado de Minas Gerais, houve uma redução da mortalidade infantil no período analisado. A análise da regressão linear permite-nos concluir que a Macrorregião de Saúde Jequitinhonha tem tido uma queda menos acelerada desse índice ( $a = -0,469$ ) do que o estado de Minas Gerais como um todo ( $a = -0,5313$ ), além de apresentar uma oscilação maior desse indicador a cada ano, em relação ao Estado que tem apresentado uma redução mais estável. Segundo Andrade; Szwarcwald (2007) e Leal *et al.* (2017), regiões como o Norte, Nordeste, Vale do Jequitinhonha e, sobretudo, municípios de pequeno e médio porte do país apresentam riscos de morte infantil mais elevados, devido à grande concentração de pobreza e dificuldade de acesso aos serviços de saúde.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (“IDH – Educação”, “IDH – Renda” e “Renda per capita”) das regiões analisadas, relativo aos dados de 2010, a figura 4 apresenta os resultados obtidos (IBGE, <https://cidades.ibge.gov.br/>).

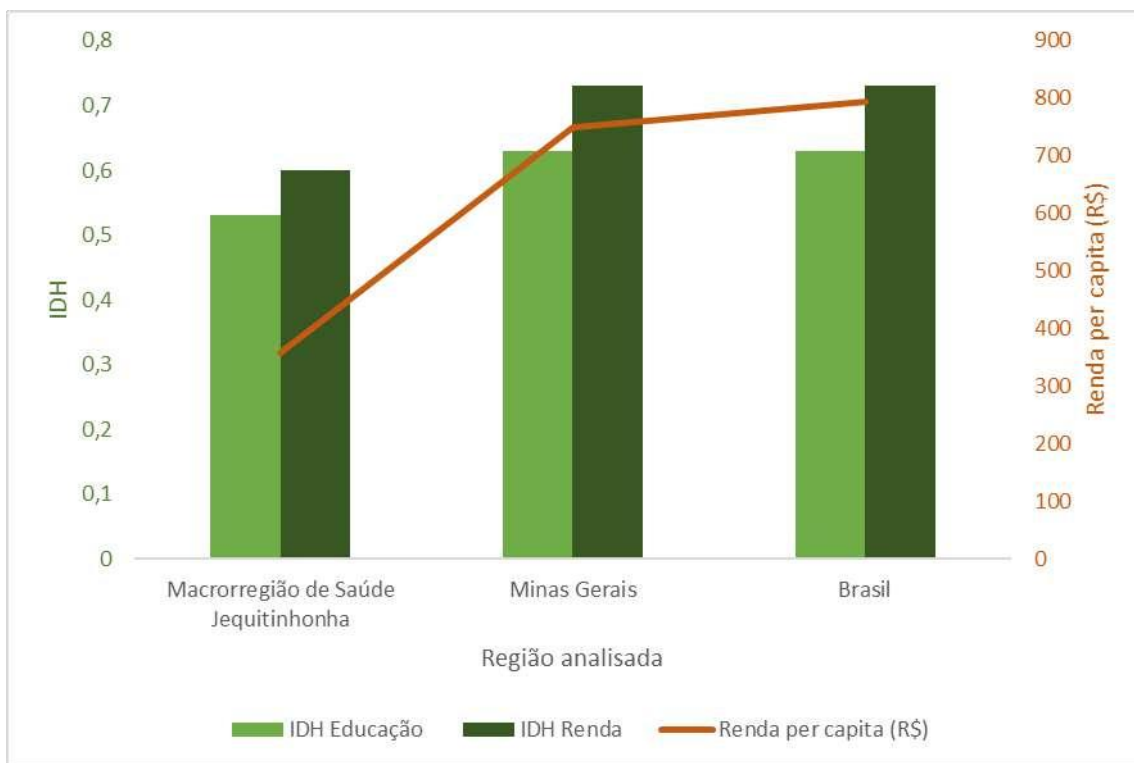


Figura 4. IDH Educação, renda e renda per capita dos moradores relativos à Macrorregião de Saúde Jequitinhonha, ao estado de Minas Gerais e ao Brasil. 2010. Fonte: IBGE Cidades.

A partir destes dados observa-se que a Macrorregião de Saúde Jequitinhonha apresentou, em 2010, o IDH Educação e o IDH Renda bastante inferiores àqueles observados no estado de Minas Gerais e no Brasil, além de apresentar uma renda per capita média também muito inferior às outras regiões analisadas. Em termos de valores, a renda per capita dos habitantes da Macrorregião Jequitinhonha foi de R\$ 358,21, contra os R\$ 749,69 observados em Minas Gerais e os R\$ 793,87 observados no Brasil. Ou seja, a população da Macrorregião de Saúde Jequitinhonha sobrevive com cerca de 48% da renda per capita média do restante dos mineiros e apenas 45% da renda média per capita dos brasileiros. Segundo Cruz, Horta, Botelho (2010),

[...] a fonte de renda dos municípios da Macrorregião de Saúde Jequitinhonha concentra-se na agricultura, pecuária, carvoejamento, fabricação de móveis, extrativismo, comércio e serviço público. (CRUZ, HORTA, BOTELHO, 2010).

A tabela 1 apresenta outros indicadores, extraídos de Oliveira (2019), utilizados para comparação da situação geral da Macrorregião de Saúde Jequitinhonha com a situação do estado de Minas Gerais e do Brasil.



Tabela 1: Comparativo dos Indicadores Socioeconômicos do Brasil, Minas Gerais, com aqueles dos municípios que compõem a RASJ e RASN - MG e que fizeram parte da pesquisa. Brasil, 2010.

<b>INDICADORES ANO 2010</b>	<b>BRASIL</b>	<b>MG</b>	<b>Macrorregião Jequitinhonha</b>
Pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados 2010 (%)	6,12	1,84	6,84
Esperança de vida ao nascer em anos 2010	74	75	73
População total 2010	190.755.799	19.597.330	252.299
População rural 2010	29.830.007 (15,64%)	2.882.114 (14,71%)	84.631 (33,54%)
População urbana 2010	160.925.792 (84,36%)	16.715.216 (85,29%)	167.668 (66,46%)
IDH Longevidade 2010 (%)	0,81	0,83	0,80

Fonte: Adaptado de Oliveira, 2019. PNUD - Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. IBGE, 2010.

A análise da tabela 1 permite observar que os indicadores da Macrorregião de Saúde Jequitinhonha estão inferiores aos do estado de Minas Gerais e do Brasil, o que confirma uma maior vulnerabilidade socioeconômica dessa população. Observa-se ainda que a população rural nesta Macrorregião é superior ao dobro daquela identificada no estado de Minas Gerais e no Brasil. Além disso, percebe-se que o número de domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados era de 6,84%, ou seja, apresentou uma taxa de 271,74% superior à de Minas Gerais. Esses indicadores nos trazem preocupação, uma vez que a OMS associa um saneamento básico precário como ameaça à saúde humana, associando a falta do saneamento à pobreza. Inadequação do esgotamento e deficiências relativas à higiene aumentam a ocorrência de diversas doenças, o que acarreta a morte de milhões de pessoas todos os anos, especialmente nos países de baixa renda. Uma consequência do saneamento básico inadequado é a ocorrência de diarreias, o que é responsável por cerca de 88% das mortes por diarreias no mundo, destas 84% ocorrem em crianças (Unicef/WHO, 2009).

Já em relação à esperança de vida ao nascer, a Macrorregião de Saúde Jequitinhonha apresentou uma expectativa de 73 anos, enquanto em Minas Gerais essa expectativa foi de 75 anos e no Brasil de 74 anos. Números maiores de esperança de vida ao nascer sugerem melhoria das condições de vida e de saúde da população (PNUD, 2013).

Em relação à taxa de ocupação da população, em termos de empregos formais, a figura 5 apresenta a situação na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha e no estado de Minas Gerais, dados relativos a 2010 (IBGE, <https://cidades.ibge.gov.br/>).

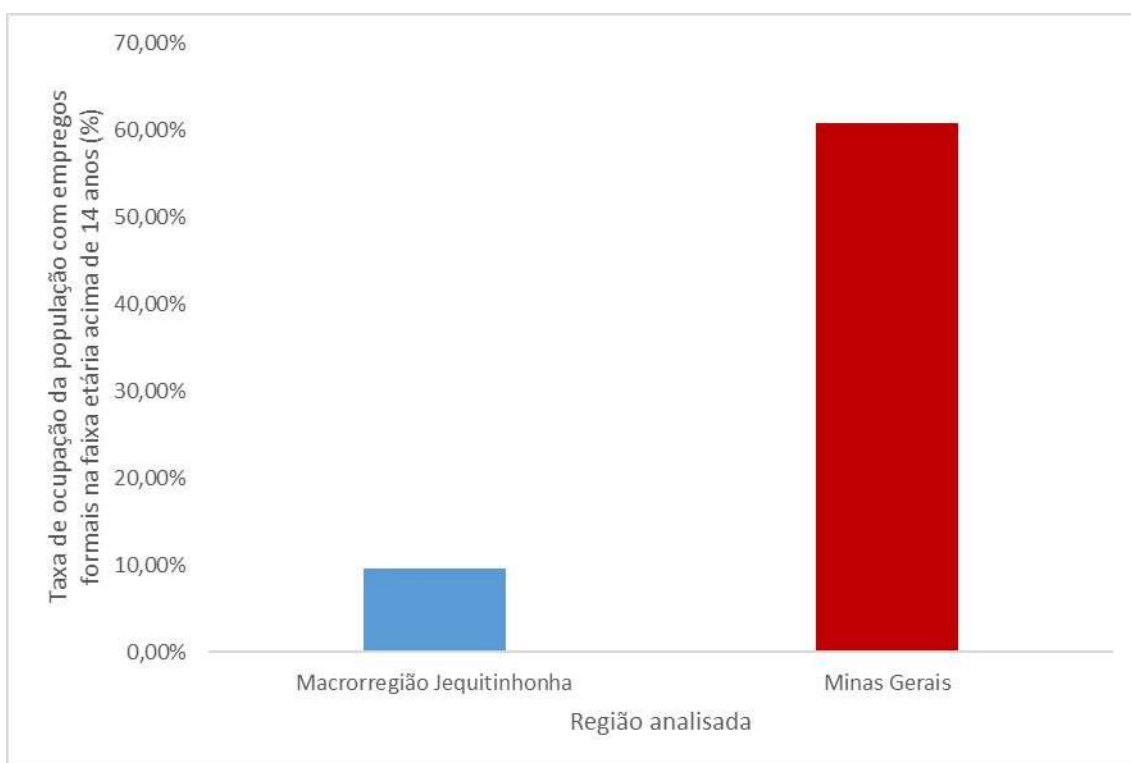


Figura 5. Taxa de ocupação da população, em termos de empregos formais, na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha e em Minas Gerais. 2010. Fonte: IBGE Cidades.

A análise da figura 5 nos mostra que a situação na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha é crítica. Enquanto se observa em Minas Gerais que a média de trabalhadores com empregos formais na faixa etária acima de 14 anos é de 60,9%, na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha essa taxa média observada é de 9,58%, ou seja, menos de 16% da taxa identificada no Estado. Esses dados são alarmantes, pois mostram a urgência de intervenção para que se promova transformação na Macrorregião supracitada, de modo a reduzir a vulnerabilidade dessa população. Uma das estratégias pode ser a formação de profissionais engajados com a realidade socioeconômica da região, bem como capacitados e envolvidos com a questão do empreendedorismo. Isso auxiliará na mudança das condições de saúde da população, bem como com a possibilidade de melhoria das condições de trabalho e aumento do quantitativo de empregos formais.

Em relação às doenças mais prevalentes, Cruz, Horta e Botelho (2010) discutem os dados da Macrorregião de Saúde Jequitinhonha comparativamente ao estado de Minas Gerais e seus dados são mostrados na tabela 2.

Tabela 2. Distribuição da carga de doença na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha. 2010.

<b>Posição</b>	<b>Macrorregião de Saúde Jequitinhonha</b>	<b>Minas Gerais</b>
1	Doenças cerebrovasculares	Doenças isquêmicas do coração
2	Doenças isquêmicas do coração	Doenças cerebrovasculares
3	Asfixia e traumatismo ao nascer	Violência
4	Doença de Chagas	Acidente de trânsito
5	Doenças inflamatórias do coração	Infecção de vias aéreas inferiores
6	Doença hipertensiva	Doença hipertensiva
7	Cirrose hepática	Diabetes mellitus
8	Diabetes mellitus	Asfixia e traumatismo ao nascer
9	Acidente de trânsito	Cirrose hepática
10	Septicemia	Doença inflamatória do coração

Fonte: Cruz, Horta, Botelho (2010).

A análise comparativa dos dados revelou que não há uma compatibilidade estreita entre as principais doenças prevalentes na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha e no estado de Minas Gerais. Por exemplo, um aspecto importante está relacionado à questão da violência, que representa uma das situações recorrentes (terceira posição) no estado de Minas Gerais, mas sequer apareceu na lista das dez primeiras na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha. Isso demonstra que, pelo menos em 2010, essa era uma região menos violenta que o restante do Estado. Já a asfixia e traumatismo ao nascer, que apareciam em oitavo lugar no estado de Minas Gerais, ocupavam a terceira colocação na Macrorregião analisada. Percebe-se, portanto, a necessidade de se investir em estudos para entender as causas, bem como na qualificação dos profissionais da saúde. Chama-se a atenção ainda para a Doença de Chagas, fator importante de morbi-mortalidade na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha e, outras doenças infecto-parasitárias; que têm emergido em vários municípios da região, como a Leishmaniose Visceral (URSINE et al, 2019) e, também, infecções intestinais devido às precárias condições de saneamento em várias localidades da região (EUSTACHIO et al., 2019 e LUZ et al., 2018).

Em seu livro, *A cidade e seus limites: as contradições do urbano na Califórnia Brasileira*, Maria Esther Fernandes já apontava que o Vale do Jequitinhonha, conhecido pela beleza e pela sua

gente hospitaleira, carregava o estigma da pobreza: “Com altos índices de desnutrição e doenças endêmicas, especialmente, as infecto-parasitárias”. (FERNANDES, 2004). Embora, desde então, têm sido observados avanços em relação aos indicadores de saúde em muitas áreas, ainda há muito que necessita ser realizado para melhoria da qualidade de vida da população do Jequitinhonha.

Em relação à ocorrência de casos de Sífilis (adquirida, em gestante e congênita) na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha, Oliveira (2019) demonstrou um aumento significativo de casos no período de 2012 a 2017 (figura 6).

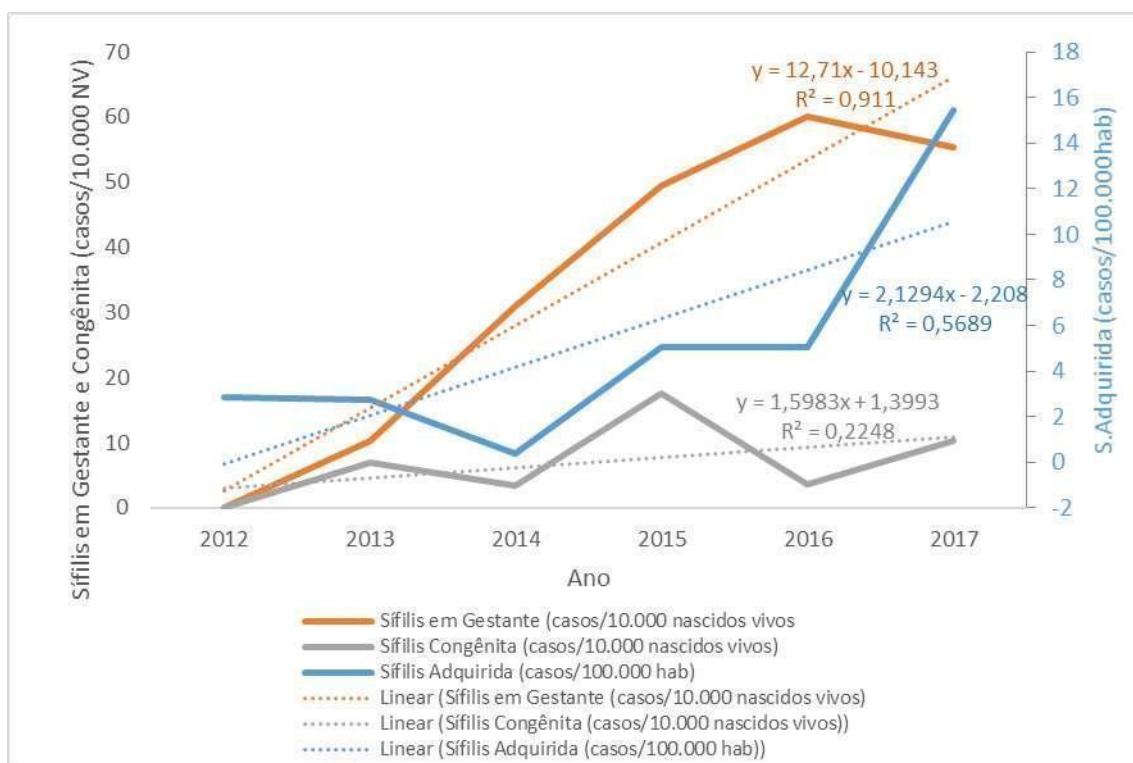


Figura 6. Ocorrência de casos de Sífilis Adquirida, Sífilis em Gestante e Sífilis Congênita na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha no período de 2012 a 2017. NV: Nascidos Vivos. Fonte: Adaptado de Oliveira, 2019.

Oliveira (2019) discute que houve um aumento de 445,23% do número de casos de Sífilis Adquirida em cinco anos (2012 a 2017) na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha. Em relação à Sífilis em Gestante, na mesma série história, o aumento foi de 442,61%. Já em relação à Sífilis Congênita, esse aumento foi de 49,71%.

Vale a pena ser discutida também a incidência de Tracoma, uma doença ocular grave, negligenciada e que se acreditava estar erradicada até pouco tempo atrás. Segundo Silva (2019), avaliando-se tal incidência entre escolares nos municípios que integram o Vale do Jequitinhonha, MG,

Registrou-se uma prevalência importante de tracoma entre escolares do Vale do Jequitinhonha, acima do nível sugerido como de controle pela OMS. Os estudantes de escolas rurais e aqueles que residiam em moradias sem esgotamento sanitário ou sem acabamento foram mais acometidos. Além das medidas de apoio social, as famílias e escolares da região necessitam de profissionais habilitados para o reconhecimento rápido e tratamento adequado do tracoma. (SILVA, 2019).

Este autor conclui, ainda, em seu trabalho que,

Os resultados deste estudo salientam a importância e a necessidade de melhorias das condições de vida das populações rurais, incluindo a implementação de estratégias educacionais que visem melhorar a assistência à saúde, como por exemplo, capacitar os profissionais da atenção primária em relação às doenças mais comuns e em relação àquelas negligenciadas que acometem comunidades mais carentes. (SILVA, 2019).

Outro indicador importante a ser discutido é o relacionado ao quantitativo de Hospitais Gerais existentes na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha e à disponibilidade de leitos. Esses indicadores são apresentados na tabela 3.

Tabela 3. Quantitativo de Hospitais gerais existentes na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha e discriminação dos leitos existentes, por tipo de leito.

Município	Leitos					Hospital/Dia	Total	Hospital Geral
	Cirúrgico	Clínico	Obstétrico	Pediátrico	Outras especialidades			
Capelinha	8	25	8	15	-	-	56	1
Carbonita	-	13	3	5	-	-	21	1
Coluna	2	20	6	10	-	-	38	1
Datas	-	10	2	9	-	-	21	0
Diamantina	53	59	18	18	-	5	153	2
Gouveia	4	16	2	4	-	-	26	1
Itamarandiba	10	44	15	16	15	-	100	2
Minas Novas	7	30	11	10	-	-	58	1
São Gonçalo do Rio Preto	-	6	-	2	-	-	8	0
Serro	18	19	8	11	-	-	56	1
Turmalina	5	31	7	13	-	-	56	1
Total	107	273	80	113	15	5	593	11
‰	0,37	0,94	0,27	0,39	0,05	0,02	2,04	0,04

Fonte: Adaptada de Santos (2018); TABNET, 2018. ‰ por mil.

De acordo com Santos (2018),

Dos 23 municípios pertencentes à RASJ [Macrorregião de Saúde Jequitinhonha], 9 possuem hospitais, ou seja, locais para internação de pacientes e realização de procedimentos cirúrgicos em nível hospitalar. Os leitos cirúrgicos perfazem um total de 107, o que gera uma média de 0,37 leitos para cada 1000 habitantes. Com relação ao total de leitos, temos uma média de 2,04 leitos para 1000 habitantes. O achado de 2,04 leitos por 1000 habitantes revela uma média bastante inferior à preconizada pela Organização Mundial de Saúde que é de três a cinco leitos para cada 1000 habitantes (BRASIL, 2018a). Em contrapartida, alguns aspectos revelam possibilidades de melhorar este cenário. Fatores como a ampliação de mais 76 leitos em andamento na Santa Casa de Caridade de Diamantina, hospital de maior complexidade da rede assistencial da RASJ, melhorias nas taxas de ocupação hospitalar e a possibilidade de remanejamento de leitos com internação de pacientes cirúrgicos em leitos clínicos ainda revelam uma potencialidade de expansão da capacidade de internação cirúrgica. (SANTOS, 2018).

Assim, com base nos indicadores apresentados, torna-se evidente a necessidade de que a UFVJM se envolva com a formação de profissionais da saúde comprometidos e conhecedores da realidade socioeconômica da região de sua abrangência, bem como capacitados e engajados para a prática efetiva do empreendedorismo na região. É nesse sentido que o PPC ora construído foca nesse aspecto da formação discente. A fim de elaborar uma proposta que atendesse as demandas tanto de um ponto de vista global para a atuação do farmacêutico, mas também as especificidades regionais, foi promovida discussões com gestores de saúde, a rede de saúde local, bem como os egressos do curso para planejamento do perfil almejado (Anexo II). Nestas reuniões, os participantes fizeram colocações sobre as percepções do profissional farmacêutico atualmente formado pela UFVJM e a organização e demandas do serviço de saúde, observando-se uma necessidade cada vez maior ao cuidado farmacêutico e atuação clínica como vem sendo pautada nas Diretrizes do Curso e, que foram implementas nesse PPC.

#### 2.4. REESTRUTURAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA DA UFVJM

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) durante os anos de 2017, 2018 e 2019 trabalhou e discutiu, em conjunto com os professores que ministram aulas para o curso de graduação em Farmácia, as alterações necessárias para o atendimento às novas DCNs. Neste processo de reestruturação foram realizadas reuniões por eixos temáticos com discussões à luz da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Foram apresentadas as demandas de adequação de alteração metodológica pedagógica fundamentada no professor como facilitador e mediador do processo de ensino-aprendizagem.

O processo de elaboração deste PPC foi conduzido pelo NDE e, de forma mais ampla, por todo o corpo docente, técnico-administrativo e representantes discentes, embasado nas DCNs do curso de graduação em Farmácia, e também em um perfil de egresso que foi definido como resultado de uma escuta qualificada do NDE às contribuições dos egressos do curso que atuam como farmacêuticos no setor público e privado. Uma série de reuniões entre o NDE e os egressos no ano de 2019, bem como entre o NDE e os gestores da rede pública de saúde do município de Diamantina foram realizadas (ver atas destas reuniões no ANEXO II). Estas reuniões constituíram-se em momento valioso para que o NDE recebesse as impressões dos egressos sobre o grau de adequabilidade da formação, que receberam durante a sua vida acadêmica, às suas necessidades de atuação profissional e às da sociedade. Nestas reuniões, o NDE apresentou aos profissionais, de forma resumida, as linhas gerais do que as novas DCNs preconizam em relação às competências e habilidades do profissional farmacêutico, e expôs também a proposta preliminar do PPC (baseada em Matriz de Competências, Quadro 1, seção 7), que havia sido concebida pelo NDE, inclusive em relação à distribuição da carga horária total do curso (excetuando-se estágios) nos eixos “cuidado em saúde”, “tecnologia e inovação em saúde” e “gestão em saúde”. A partir destas reuniões, uma série de adequações precisaram ser implementadas no PPC de forma a conduzir ao perfil de formação do egresso que assim se definiu.

Cabe aqui destacar algumas fragilidades ao processo formativo do curso de graduação em Farmácia da UFVJM vigente até 2020, e que foram levantadas em quase todas as reuniões que aconteceram entre o NDE e os egressos ou entre o NDE e os gestores em saúde do município de Diamantina:

1. Desarticulação entre as UCs do ciclo básico (até o 4º período) e as UCs da área das ciências farmacêuticas, levando o discente a não se reconhecer como um profissional farmacêutico em formação até muito tarde no curso. Este foi descrito como um dos fatores que contribuía para os índices de retenção e evasão do curso.
2. UCs com carga horária elevada, concentrada em apenas um único período. Muitos egressos relataram dificuldade de assimilação e de acompanhamento destas UCs, sendo este aspecto identificado como outro determinante de retenção no curso.
3. UCs eletivas concentradas nos 6º e 7º períodos do curso, dificultando a integralização da carga horária em UCs eletivas.

4. Deficiência de formação na área do cuidado farmacêutico e de atividades acadêmicas voltadas à humanização e à atuação do farmacêutico na rede pública de saúde. Em especial, uma formação parcialmente deficitária em capacitar o futuro profissional a entender a estrutura e as políticas pertinentes ao SUS e a atuação e intervenção do profissional farmacêutico no âmbito do SUS.
5. Ausência de previsão no PPC para uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no processo de ensino-aprendizagem.

Após a finalização deste ciclo de reuniões, o próximo passo foi refinar e corrigir a matriz de competências (Quadro 1, seção 7) para que equacionasse as fragilidades elencadas acima e para que pudesse orientar o processo de construção do currículo e os conteúdos e metodologias de ensino das UCs. Nesta matriz estão elencadas as UCs obrigatórias e/ou eletivas mais relacionadas com cada uma das competências previstas nas DCNs de 2017, mas há que se ressaltar que várias UCs (principalmente nos dois primeiros períodos do curso) são fundamentais para fornecer as bases teórico/práticas e pré-requisitos para que o profissional farmacêutico em formação consiga desenvolver as competências elencadas em seu nível mais avançado.

Assim, o trabalho de elaboração deste projeto buscou delinear a organização pedagógica e curricular coerente para o desenvolvimento e consolidação das competências, habilidades e atitudes descritas nos eixos de formação, de maneira que contribua para aprendizagens significativas dos estudantes dentro da realidade da UFVJM e da região na qual está inserida. É importante salientar que a abordagem adotada objetivou aproximar a prática pedagógica da realidade profissional, buscando a integração ensino-serviço-comunidade desde os primeiros períodos do curso. Nesse cenário, houve uma preocupação da equipe em fornecer condições para que o acadêmico desde os primeiros contatos com o curso percebesse a aplicabilidade dos conteúdos com a prática farmacêutica.

Vale ressaltar que uma das características do currículo é fornecer as bases para o futuro profissional atuar na área de cuidado farmacêutico, o que vem ao encontro das necessidades atuais relacionadas ao papel do profissional farmacêutico dentro do sistema de saúde e, ainda, das comunidades que compõem a área de influência desta Universidade. Este projeto foi também trabalhado no sentido de atender às exigências de integração das áreas do cuidado em saúde, tecnológicas e de gestão que constituem exigências das DCNs.



### 3. JUSTIFICATIVA

Apesar do atual Projeto Pedagógico, como demonstrado acima, ter em geral atendido de forma satisfatória, durante o período de sua vigência, aos objetivos e metas estabelecidos na sua concepção, o processo constante de avaliação do curso e a publicação das novas DCNs para o curso de graduação em Farmácia no ano de 2017 motivaram o NDE do curso a instrumentalizar a elaboração deste novo PPC.

Durante este processo, algumas fragilidades do projeto atual foram identificadas e motivaram as alterações que ora estão sendo propostas. As principais foram:

1. Carência de UCs na área do cuidado farmacêutico.
2. Um excesso de UCs eletivas propostas para o 6º e 7º período do curso, dificultando assim a elaboração do plano de oferta de UCs a cada semestre e dificultando para o discente cursar a carga horária mínima de eletivas sem choque de horário.
3. Articulação não ideal entre os conteúdos básicos e do núcleo profissional.
4. Existência de pré-requisitos que dificultavam o fluxo e aumentavam a retenção.
5. UCs obrigatórias com cargas horárias muito extensas e concentradas em determinados períodos.

Todas estas fragilidades foram objeto de intenso debate entre os representantes do NDE e do Colegiado de Curso (incluindo representantes discentes), que ouviu ainda profissionais farmacêuticos egressos do curso. O projeto que ora se apresenta tenta equacionar estas questões e atender aos princípios norteadores das novas DCNs.

### 4. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA DA UFVJM

A UFVJM, através do presente Projeto, propõe-se a empreender ensino de qualidade, com integração de suas atividades acadêmicas - ensino, extensão e pesquisa - voltadas para a proposição de uma organização curricular coerente com as DCNs do Conselho Nacional de Educação e com as necessidades da região de sua influência, contribuindo para a geração de novas ideias nos campos social, cultural e científico.

Objetivo Geral: o objetivo do presente PPC de graduação em Farmácia da UFVJM é formar

um egresso com perfil generalista, ético, crítico e reflexivo, que independente de sua área de atuação profissional tenha a capacidade de promover e proteger a saúde humana, seja como profissional definidor de políticas públicas de saúde, como participante em equipes multiprofissionais de saúde ou atuando nas áreas do fármaco, medicamento, análises clínicas e toxicológicas e controle e análise de medicamentos. Para alcançar este objetivo geral, alguns princípios norteadores da elaboração deste projeto precisaram ser definidos com base no perfil do egresso almejado. Estes incluem:

1. O conceito amplo de saúde, envolvendo não apenas seus aspectos fisiológicos, mas o completo bem-estar físico, mental e social.
2. A valorização do ser humano em sua totalidade, com o respeito às suas individualidades e às suas necessidades.
3. A compreensão dos determinantes sociais da saúde e a consciência deste profissional quanto ao papel da UFVJM na mudança da realidade dos indicadores de saúde regionais.
4. Articulação da teoria com a prática.
5. Inserção precoce do discente nas áreas de atuação (através dos estágios), de forma a eliminar a separação entre o período de formação e o período de atuação profissional.
6. Estímulo ao desenvolvimento de uma visão crítica e reflexiva, fundamentada em uma sólida formação científica e humana.
7. Flexibilidade na formação, de maneira a estimular e valorizar a autonomia do estudante na sua formação profissional.

O curso de graduação em Farmácia da UFVJM tem como objetivos específicos, considerando o caráter interdisciplinar da profissão farmacêutica:

- permitir a integração entre as ciências exatas, biológicas e da saúde, humanas e sociais e farmacêuticas;
- garantir uma formação profissional sólida e crítica, baseada em preceitos éticos e humanos;
- promover o acesso ao conhecimento específico da Farmácia e garantir a aplicação desse conhecimento na promoção do desenvolvimento social;
- promover uma formação em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFVJM, de forma muito coerente com o preconizado no Projeto Pedagógico Institucional;
- buscar a excelência na integração da graduação com as atividades de pesquisa e pós-

graduação no âmbito do departamento e da Universidade;

- contribuir para o processo de internacionalização dos cursos da UFVJM, valorizando as ações de intercâmbio estudantil e docente;

- contribuir para o desenvolvimento regional e melhora dos indicadores de saúde da população na área de abrangência da UFVJM, valorizando a extensão como ferramenta de interação com a população.

## 5. METAS PARA O PRÓXIMO QUINQUÊNIO

O curso de graduação em Farmácia da UFVJM, como todos os cursos de graduação em Instituições de Ensino Públicas Federais, tem sofrido com o contingenciamento de recursos decorrentes das políticas implementadas com o objetivo de reduzir o aumento da dívida pública, especialmente a PEC 55/2016 que limita os gastos públicos. Apesar das áreas da Saúde e Educação terem tido tratamento diferenciado durante os dois primeiros anos após a aprovação da proposta de emenda à constituição (PEC55/2016), o contingenciamento dos recursos de custeio das IFES tem gerado dificuldades na manutenção e expansão da infraestrutura física dos cursos de graduação. Este impacto é ainda mais sentido em instituições jovens e em consolidação, como a UFVJM. Apesar disso, o curso de graduação em Farmácia espera conseguir, por meio de ações e projetos previstos neste PPC, e ainda no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFVJM, cumprir algumas metas importantes para que o curso possa se consolidar como um curso de excelência na área da Farmácia. Estas metas incluem:

- estruturar institucional a Farmácia Universitária do curso de graduação em Farmácia da UFVJM como um espaço autossustentável financeiramente e de excelência para atividades de ensino, pesquisa e extensão na área da Farmácia, servindo como campo de estágio aos seus estudantes e como referência na prestação de cuidados farmacêuticos;
- estruturar o Laboratório Escola de Análises Clínicas do curso de graduação em Farmácia da UFVJM como um espaço autossustentável financeiramente e de excelência para atividades de ensino, pesquisa e extensão na área das Análises Clínicas, servindo como campo de estágio aos seus estudantes e como referência na prestação de cuidados farmacêuticos;

- melhorar a infraestrutura dos laboratórios de ensino do Departamento de Farmácia e dos demais departamentos que ofertam componentes curriculares ao curso de graduação em Farmácia, de forma a garantir a manutenção de equipamentos e insumos em quantidade necessária à realização de atividades práticas e ainda, acompanhar as inovações metodológicas no campo da profissão;
- solicitar a aquisição de novos títulos na área da Farmácia e áreas afins para compor o acervo da biblioteca da UFVJM;
- trabalhar no sentido de reduzir a retenção e a evasão dos discentes do curso através de ações colaborativas dos docentes do curso e das agremiações estudantis, buscando promover a identidade e sensação de pertencimento ao curso desde os primeiros períodos;
- continuar a formar egressos capacitados para atuação profissional nos diversos níveis de promoção e recuperação da saúde, especialmente com vistas à sua inserção nos serviços de saúde no município e área de abrangência em que a UFVJM atua, de forma a promover a melhoria dos indicadores de saúde da população e da região.

## 6. PERFIL DO EGRESSO

Para os objetivos gerais serem atingidos, este Projeto Pedagógico procura estabelecer um perfil do formando egresso/profissional, o farmacêutico, profissional da área da saúde, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para atuar em todos os níveis de complexidade do sistema de saúde, com base no rigor científico e intelectual. O egresso deverá ser capacitado ao exercício de atividades referentes aos fármacos, medicamentos e na assistência farmacêutica e, de forma integrada, com formação em análises clínicas e toxicológicas, em cosméticos e em alimentos, em prol do cuidado à saúde do indivíduo, da família e da comunidade. Sua formação deverá ser pautada em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica brasileira, em especial da região do Vale Jequitinhonha, conduzindo sua atuação para a transformação da realidade em benefício da sociedade.

## 7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Buscando desenvolver nos futuros profissionais de Farmácia, os conhecimentos, competências, habilidades e atitudes esperados e em consonância com as determinações contidas nas DCNs do curso, as UCs do presente Projeto Pedagógico têm a sua carga horária (excetuando-se a carga horária de estágios) dividida entre três eixos de formação, conforme demonstrado na Figura 7:

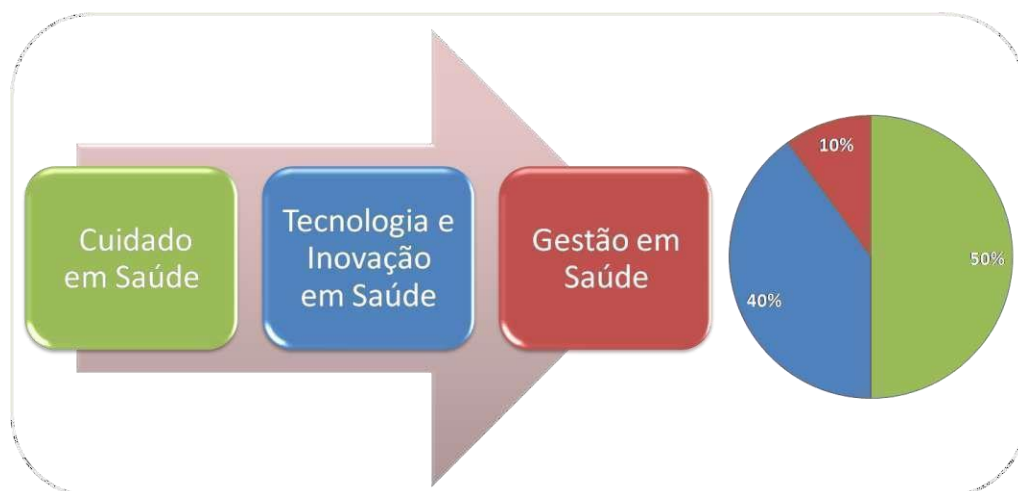


Figura 7. Eixos de formação em que se baseia a distribuição da carga horária no PPC de Farmácia da UFVJM.

Segundo as Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Farmácia, 2017, entende-se, como Cuidado em Saúde, “o conjunto de ações e de serviços ofertados ao indivíduo, à família e à comunidade, que considera a autonomia do ser humano, a sua singularidade e o contexto real em que vive, sendo realizado por meio de atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde, além da prevenção de doenças, e que possibilite às pessoas viverem melhor. A execução do eixo, Cuidado em Saúde, requer o desenvolvimento de competências para identificar e analisar as necessidades de saúde do indivíduo, da família e da comunidade, bem como para planejar, executar e acompanhar ações em saúde”.

Entende-se, como Tecnologia em Saúde, “o conjunto organizado de todos os conhecimentos científicos, empíricos ou intuitivos, empregados na pesquisa, no desenvolvimento, na produção, na qualidade e na provisão de bens e serviços; a inovação em saúde, por sua vez, diz respeito à solução de problemas tecnológicos, compreendendo a introdução ou melhoria de processos, produtos, estratégias ou serviços, tendo repercussão positiva na saúde individual e coletiva”.

Entende-se, como Gestão em Saúde, “o processo técnico, político e social, capaz de integrar recursos e ações para a produção de resultados”.

Como parte do processo de reformulação do PPC de Farmácia da UFVJM, que se deu entre os anos de 2017 e 2019, uma matriz de competências e habilidades foi elaborada, de forma a orientar a construção deste Projeto. No Quadro 1, apresentado a seguir, são elencadas de forma esquemática todas as competências a serem desenvolvidas com o presente projeto, em níveis de complexidade crescentes e as UCs mais diretamente relacionadas a cada uma destas competências. Este quadro serve ainda para mostrar a interrelação que deve existir entre as UCs que instrumentalizam cada uma das competências e a progressão dentro do processo formativo do nível de complexidade em que estas competências são trabalhadas. Já o Quadro 2, apresenta a progressão no desenvolvimento das competências, de acordo com os níveis de complexidade (essencial, desejável e avançado), estabelecidas nas DCNs no decorrer dos 10 períodos para a formação no curso de graduação em Farmácia da UFVJM.

Quadro 1. Matriz de Competências para o Curso de Graduação em Farmácia da UFVJM.

Eixo	Competência	Unidades Curriculares Relacionadas*	Competência em Nível Essencial	Competência em Nível Desejável	Competência em Nível Avançado
Cuidado em Saúde	I - Acolhimento do indivíduo, verificação das necessidades, realização da anamnese farmacêutica e registro das informações referentes ao cuidado em saúde, considerando o contexto de vida e a integralidade do indivíduo;	Introdução as Ciências Farmacêuticas (E), Antropologia Cultural (E,D), Cenários de Prática I (E), Cuidado Farmacêutico I (E,D), Cenários de Prática II (D), Cuidado Farmacêutico II (A), Cenários de Prática III (A), Farmácia Clínica (eletiva, D,A), Psicologia Aplicada à Saúde (E,D), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Compreender a necessidade de acolhimento, realização da anamnese e registro das informações em saúde, considerando seus determinantes sociais e individuais.	Compreender e realizar com autonomia limitada o acolhimento, a anamnese e o registro das informações de saúde, considerando seus determinantes sociais e individuais.	Realizar e ser capaz de coordenar equipes multiprofissionais para o acolhimento, a anamnese e o registro das informações de saúde, considerando seus determinantes sociais e individuais.
Cuidado em Saúde	II - Avaliação e o manejo da farmacoterapia, com base em raciocínio clínico, considerando necessidade, prescrição, efetividade, segurança, comodidade, acesso, adesão e custo;	Farmacologia I (E), Farmacologia II (E,D), Farmacologia III (D,A), Cuidado Farmacêutico I e II (D,A), Cenários de Prática II (D), Cenários de Prática III (A), Farmácia Clínica (eletiva, D,A), Farmácia Hospitalar (D,A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Compreender as bases farmacológicas da farmacoterapia, entendendo suas particularidades clínicas e a avaliação de custo-efetividade.	Acompanhar e executar com grau limitado de autonomia o acompanhamento farmacoterapêutico, a avaliação da prescrição e sugerir terapias com melhor custo-efetividade.	Executar e orientar o acompanhamento farmacoterapêutico, a avaliação da prescrição e sugerir terapias com melhor custo-efetividade.
Cuidado em Saúde	III - Solicitação, realização e interpretação de exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, verificação e avaliação de parâmetros fisiológicos, bioquímicos e farmacocinéticos, para fins de Acompanhamento farmacoterapêutico e de provisão de outros serviços farmacêuticos;	Anatomia Humana (E), Citologia (E), Genética (E), Histologia e Embriologia (E), Fisiologia Humana (E), Patologia Geral (E), Parasitologia (E), Microbiologia (E), Bioquímica (E), Imunologia (E), Toxicologia (E,D), Biofarmácia (D,A), Primeiros Socorros (E,D), Parasitologia Aplicada (D,A), Cuidado Farmacêutico II (D,A), Imunologia Aplicada (D,A), Fundam. Bioq. Clin. (D,A), Fundam. Hematol. e Citol. Clínica (D,A), Microbiologia Aplicada (D,A), Biol. Mol. Aplicada (D,A), Cenários de Prática II (D,A), Cenários de Prática III (A), Biotecnologia (E, D), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Entender os princípios básicos para solicitação, realização e interpretação de exames e da verificação de parâmetros fisiológicos.	Ser capaz de, sob supervisão e acompanhamento, solicitar, e interpretar exames e verificar parâmetros fisiológicos como parte de um serviço farmacêutico de promoção à saúde.	Ser capaz de solicitar, realizar e interpretar exames e verificar parâmetros fisiológicos como parte de um serviço farmacêutico de promoção à saúde em qualquer âmbito (farmácia, drogaria, hospital, etc).

<b>Eixo</b>	<b>Competência</b>	<b>Unidades Curriculares Relacionadas*</b>	<b>Competência em Nível Essencial</b>	<b>Competência em Nível Desejável</b>	<b>Competência em Nível Avançado</b>
<b>Cuidado em Saúde</b>	IV - Investigação de riscos relacionados à segurança do paciente, visando ao desenvolvimento de ações preventivas e corretivas;	Farmacologia I (E), Farmacologia II (E,D), Farmacologia III (A), Cuidado Farmacêutico I (E), Cuidado Farmacêutico II (A), Cenários de Prática II (D), Cenários de Prática III (A), Farmácia Hospitalar (D,A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Compreender a necessidade de investigar e saber citar os principais riscos relacionados à segurança de um paciente em tratamento farmacoterapêutico.	Saber como reconhecer os principais riscos relacionados à segurança de um paciente em tratamento farmacoterapêutico e potenciais ações preventivas e corretivas.	Investigar de forma pró-ativa os riscos de um paciente sob farmacoterapia e desenvolver plano de ação com medidas preventivas e corretivas para evitar ou minimizar agravos.
<b>Cuidado em Saúde</b>	V - Identificação de situações de alerta para o encaminhamento a outro profissional ou serviço de saúde, atuando de modo que se preserve a saúde e a integridade do paciente;	Farmacologia I (E), Farmacologia II (E,D), Farmacologia III (A), Cuidado Farmacêutico I (E), Cuidado Farmacêutico II (A), Cenários de Prática II (D), Cenários de Prática III (A), Farmácia Hospitalar (D,A), Farmácia Clínica (eletiva, D,A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Compreender que algumas situações de agravamento à saúde podem necessitar de encaminhamento a outros profissionais de saúde.	Saber quais são as situações de risco potencial que exigem o encaminhamento.	Reconhecer a necessidade de encaminhamento e saber executar os procedimentos previstos na organização do serviço de saúde que permitam este encaminhamento.
<b>Cuidado em Saúde</b>	VI - Planejamento, coordenação e realização de diagnóstico situacional de saúde, com base em estudos epidemiológicos, demográficos, farmacoepidemiológicos, farmacoeconômicos, clínico-laboratoriais e socioeconômicos, além de outras investigações de caráter técnico, científico e social, reconhecendo as características nacionais, regionais e locais;	Bioestatística (E), Introdução à Saúde Coletiva (D,A) Farmacoepidemiologia (D,A), Assistência Farmacêutica (D,A), Deontologia e Legislação Farmacêutica (D,A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Entender os princípios básicos do diagnóstico situacional em saúde e os diversos tipos de estudos com este relacionados.	Ser capaz de, sob supervisão e acompanhamento, realizar diagnóstico situacional em saúde, interpretando os diversos tipos de estudos com este relacionados.	Ser capaz de realizar ou supervisionar diagnóstico situacional em saúde, interpretando os diversos tipos de estudos com este relacionados.



<b>Eixo</b>	<b>Competência</b>	<b>Unidades Curriculares Relacionadas*</b>	<b>Competência em Nível Essencial</b>	<b>Competência em Nível Desejável</b>	<b>Competência em Nível Avançado</b>
<b>Cuidado em Saúde</b>	VII - Elaboração e aplicação de plano de cuidado farmacêutico, pactuado com o paciente e/ou cuidador, e articulado com a equipe interprofissional de saúde, com acompanhamento da sua evolução;	Cuidado Farmacêutico I (E), Cuidado Farmacêutico II (D, A), Cenários de Prática II (E,D), Cenários de Prática III (A), Farmácia Clínica (eletiva, D,A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Conhecer e entender no que consiste o plano de cuidado farmacêutico.	Saber reconhecer os principais elementos do plano de cuidado farmacêutico e de como atua a equipe interprofissional de saúde.	Elaborar e aplicar o plano de cuidado farmacêutico, articulado com o paciente e a equipe interprofissional de saúde, com acompanhamento da sua evolução.
<b>Cuidado em Saúde</b>	VIII - Prescrição de terapias farmacológicas e não farmacológicas e de outras intervenções, relativas ao cuidado em saúde, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional;	Farmacobotânica (E), Farmacologia II (E), Farmacologia III (E,D), Farmacotécnica I (E), Farmácia Clínica (eletiva, D,A), Cuidado Farmacêutico I (E), Cuidado Farmacêutico II (D,A), Cenários de Prática II (E,D), Cenários de Prática III (A), Fitoterápicos (D,A), Homeopatia (eletiva, D,A), Práticas Integr. Complem. (eletiva, D,A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Conhecer os princípios da anamnese clínica e da prescrição de terapias farmacológicas e não farmacológicas, dentro dos limites do que a legislação estabelece.	Executar, sob supervisão, consulta farmacêutica e prescrição de terapias farmacológicas e não farmacológicas, dentro dos limites do que a legislação estabelece.	Executar com independência e segurança consulta farmacêutica e prescrição de terapias farmacológicas e não farmacológicas, dentro dos limites do que a legislação estabelece.

<b>Cuidado em Saúde</b>	IX - Dispensação de medicamentos, considerando o acesso e o seu uso seguro e racional;	Farmacologia II (E), Farmacologia III (E,D), Cuidado Farmacêutico I (E), Cuidado Farmacêutico II (D,A), Cenários de Prática II (E,D), Cenários de Prática III (A), Fitoterápicos (D,A), Homeopatia (eletiva, D,A), Práticas Integr. Complem. (eletiva, D,A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Entender os princípios da dispensação de medicamentos e orientação farmacêutica de forma a garantir na adesão ao tratamento e uso correto de medicamentos.	Sob supervisão, promover a dispensação de medicamentos e orientação farmacêutica de forma a garantir na adesão ao tratamento e uso correto de medicamentos.	Dispensar medicamentos promovendo de forma competente a orientação farmacêutica de forma a garantir na adesão ao tratamento e uso correto de medicamentos.
-------------------------	--	---	--	---	--

<b>Eixo</b>	<b>Competência</b>	<b>Unidades Curriculares Relacionadas*</b>	<b>Competência em Nível Essencial</b>	<b>Competência em Nível Desejável</b>	<b>Competência em Nível Avançado</b>
<b>Cuidado em Saúde</b>	X - Rastreamento em saúde, educação em saúde, manejo de problemas de saúde autolimitados, monitorização terapêutica de medicamentos, conciliação de medicamentos, revisão da farmacoterapia, Acompanhamento farmacoterapêutico, gestão da clínica, entre outros serviços farmacêuticos;	Introdução à Saúde Coletiva (D,A) Farmacoepidemiologia (D,A), Assistência Farmacêutica (D,A), Farmacologia II (E), Farmacologia III (E,D), Cuidado Farmacêutico I (E), Cuidado Farmacêutico II (D,A), Cenários de Prática II (E,D), Cenários de Prática III (A), Farmácia Clínica (eletiva, D,A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Conhecer os princípios da atuação do profissional farmacêutico no rastreamento e educação em saúde e nos serviços farmacêuticos.	Entender o papel do farmacêutico enquanto parte de equipe multiprofissional para executar o rastreamento e educação em saúde e nos serviços farmacêuticos.	Atuar de forma competente em equipe multiprofissional para executar o rastreamento e educação em saúde e nos serviços farmacêuticos.
<b>Cuidado em Saúde</b>	XI - Esclarecimento ao indivíduo, e, quando necessário, ao seu cuidador, sobre a condição de saúde, tratamento, exames clínico-laboratoriais e outros aspectos relativos ao processo de cuidado;	Psicologia Apl. à Saúde (E), Parasitologia Aplicada (E,D,A), Farmácia Hospitalar (D), Cuidado Farm. II (D,A), Imunologia Aplicada (E,D,A), Fundam. Bioq. Clin. (E,D,A), Fundam. Hematol. e Citol. Clínica (E,D,A), Microbiologia Aplicada (E,D,A), Biol. Mol. Aplicada (E,D,A), Cenários de Prática II (D,A), Cenários de Prática III (A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Entender como, de forma humanizada, deve proceder a orientação do paciente e/ou seu cuidador sobre a sua situação de saúde, exames clínicos laboratoriais e outros.	Proceder, ainda que de forma limitada e sob supervisão à orientação do paciente e/ou seu cuidador sobre a sua situação de saúde, exames clínicos laboratoriais e outros.	Ter autonomia, para de forma competente proceder a orientação do paciente e/ou seu cuidador sobre a sua situação de saúde, exames clínicos laboratoriais e outros.
<b>Cuidado em Saúde</b>	XII - Busca, seleção, organização, interpretação e divulgação de informações, que orientem a tomada de decisões baseadas em evidências científicas, em consonância com as políticas de saúde;	Introdução à Saúde Coletiva (D,A) Farmacoepidemiologia (D,A), Assistência Farmacêutica (D,A), Gestão e Controle de Qualidade (E), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Entender o papel do farmacêutico como elaborador de pareceres técnico-científicos e de outros documentos que orientem a tomada de decisões em saúde.	Reconhecer os elementos essenciais de pareceres técnico-científicos e de outros documentos que orientem a tomada de decisões em saúde.	Elaborar pareceres técnico-científicos e de outros documentos que orientem a tomada de decisões em saúde.

<b>Eixo</b>	<b>Competência</b>	<b>Unidades Curriculares Relacionadas*</b>	<b>Competência em Nível Essencial</b>	<b>Competência em Nível Desejável</b>	<b>Competência em Nível Avançado</b>
<b>Cuidado em Saúde</b>	XIII - Promoção e educação em saúde, envolvendo o indivíduo, a família e a comunidade, identificando as necessidades de aprendizagem e promovendo ações educativas;	Introdução à Saúde Coletiva (D,A) Farmacoepidemiologia (D,A), Assistência Farmacêutica (D,A), Cuidado Farmacêutico I (E), Cuidado Farmacêutico II (D,A), Cenários de Prática II (E,D), Cenários de Prática III (A), Farmácia Clínica (eletiva, D,A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Entender o papel do farmacêutico na promoção e educação em saúde do indivíduo, família e comunidade.	Entender o papel do farmacêutico como parte de equipe multiprofissional e as formas de promoção e educação em saúde do indivíduo, família e comunidade.	Ter competência para executar ações de promoção e educação em saúde do indivíduo, família e comunidade, como parte de equipe multiprofissional de saúde.
<b>Cuidado em Saúde</b>	XIV - Realização e interpretação de exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, para fins de complementação de diagnóstico e prognóstico;	Parasitologia (E), Microbiologia (E), Bioquímica (E), Imunologia (E), Toxicologia (E,D), Biofarmácia (D,A), Parasitologia Aplicada (D,A), Cuidado Farmacêutico II (D,A), Imunologia Aplicada (D,A), Fundam. Bioq. Clin. (D,A), Fundam. Hematol. e Citol. Clínica (D,A), Microbiologia Aplicada (D,A), Biol. Mol. Aplicada (D,A), Cenários de Prática II (D,A), Cenários de Prática III (A), Biotecnologia (E, D), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Conhecer os exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, para fins de complementação de diagnóstico e prognóstico.	Saber interpretar resultados de exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, para fins de complementação de diagnóstico e prognóstico.	Saber executar e interpretar exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, para fins de complementação de diagnóstico e prognóstico.
<b>Cuidado em Saúde</b>	XV - Prescrição, orientação, aplicação e acompanhamento, visando ao uso adequado de cosméticos e outros produtos para a saúde, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional;	Farmacotécnica II (E, D), Tópicos em Farmacotécnica: Alimentos Funcionais e Nutracêuticos (eletiva, E,D), Tecnologia de Cosméticos I e II (eletivas, D,A), Cenários de Prática IV (D), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Conhecer legislação e a atuação do farmacêutico relativa à regulamentação e uso de cosméticos e outros produtos para saúde.	Sob supervisão, ser capaz de orientar e acompanhar o uso de cosméticos e outros produtos para saúde.	Ser capaz de orientar de forma competente o uso de cosméticos e outros produtos para saúde

<b>Eixo</b>	<b>Competência</b>	<b>Unidades Curriculares Relacionadas*</b>	<b>Competência em Nível Essencial</b>	<b>Competência em Nível Desejável</b>	<b>Competência em Nível Avançado</b>
<b>Cuidado em Saúde</b>	XVI - Orientação sobre o uso seguro e racional de alimentos, relacionados à saúde, incluindo os parenterais e enterais, bem como os suplementos alimentares e de plantas medicinais e fitoterápicos de eficácia comprovada;	Fitoterápicos (D,A), Tópicos em Farmacotécnica: Alimentos Funcionais e Nutracêuticos (eletiva, E,D), Farmacognosia I e II (D,A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Conhecer o papel do farmacêutico na orientação sob o uso de alimentos e suas interações com medicamentos e também de plantas med. e fitoterápicos.	Desenvolver visão crítica sobre o uso de alimentos e suas interações com medicamentos e também de plantas med. e fitoterápicos.	Saber orientar sob o uso de alimentos e suas interações com medicamentos e também de plantas med. e fitoterápicos, quando estes tenham evidência de eficácia e segurança.
<b>Cuidado em Saúde</b>	XVII - Prescrição, aplicação e acompanhamento das práticas integrativas e complementares, de acordo com as políticas públicas de saúde e a legislação vigente;	Práticas Integrativas e Complementares Aplicadas à Saúde (eletiva, E,D,A), Fitoterápicos (D,A), Farmacognosia I e II (D,A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Conhecer a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e a atuação do farmacêutico.	Desenvolver visão crítica sobre as melhores evidências de Práticas Integrativas e Complementares.	Saber prescrever e orientar de Práticas Integrativas e Complementares quando estas tenham evidência de eficácia e segurança comprovadas.
<b>Tecnologia e Inovação em Saúde</b>	I - Pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantir a qualidade de produtos relacionados a fármacos, medicamentos e insumos;	Metodologia Científica (E), Química Geral (E), Bioestatística (E), Farmacobotânica (E), Biofísica Aplicada (E), Físico-Química (E), Química Analítica Qualitativa (E), Química Orgânica I (E), Química Orgânica II (D), Química Analítica Quantitativa (D), Farmacognosia I (E), Química Farmacêutica (E,D), Farmacognosia II (E,D), Toxicologia (E, D), Cenários de Prática III (D), Métodos Sep. Id.Comp.Químicos (D,A), Tecnologia em Cien. Farm. I e II (D,A), Gestão e Controle de Qualidade (D,A), Fitoterápicos (D), Farmacotécnica I e II (D,A), Biofarmácia (D, A), Projeto de Pesquisa (E,D), Cenários de Prática IV (D, A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Entender o papel do farmacêutico no processo de desenvolvimento, inovação, produção e controle de produtos relacionados a fármacos, medicamentos e insumos.	Atuar de forma limitada, nos aspectos mais básicos do desenvolvimento, inovação e garantia da qualidade de produtos relacionados a fármacos, medicamentos e insumos.	Ser capaz de atuar na pesquisa, desenvolvimento, inovação e garantia da qualidade de produtos relacionados a fármacos, medicamentos e insumos.

<b>Eixo</b>	<b>Competência</b>	<b>Unidades Curriculares Relacionadas*</b>	<b>Competência em Nível Essencial</b>	<b>Competência em Nível Desejável</b>	<b>Competência em Nível Avançado</b>
<b>Tecnologia e Inovação em Saúde</b>	II - Pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantir a qualidade de produtos relacionados a produtos biológicos e imunobiológicos obtidos por processos biotecnológicos;	Bioestatística (E), Biofísica Aplicada (E), Físico-Química (E), Química Orgânica I (E), Química Orgânica II (D), Química Analítica Quantitativa (D), Toxicologia (E,D), Cenários de Prática III (D), Biotecnologia (D,A), Tecnologia em Cien. Farm. I e II (D,A), Gestão e Controle de Qualidade (D,A), Biologia Molecular Aplicada (D,A), Projeto de Pesquisa (E,D), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Entender o papel do farmacêutico no processo de P&D, e CQ de produtos relacionados a produtos biológicos e imunobiológicos obtidos por processos biotecnológicos.	Atuar de forma limitada, nos aspectos mais básicos da P&D, e CQ de produtos relacionados a produtos biológicos e imunobiológicos obtidos por processos biotecnológicos.	Ser capaz de atuar na P&D, e CQ de produtos relacionados a produtos biológicos e imunobiológicos obtidos por processos biotecnológicos.
<b>Tecnologia e Inovação em Saúde</b>	III - Pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantir a qualidade de produtos relacionados a métodos diagnósticos;	Bioestatística (E), Físico-Química (E), Parasitologia Aplicada (D,A), Imunologia Aplicada (D,A), Fundam. Bioq. Clin. (D,A), Fundam. Hematol. e Citol. Clínica (D,A), Microb. Aplicada (D,A), Biol. Mol. Aplicada (D,A), CQ em Lab Clin (eletiva,D,A), Projeto de Pesquisa (E,D), Cenários de Prática III (D), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Entender o papel do farmacêutico no processo de P&D, e CQ de produtos relacionados a métodos diagnósticos.	Atuar de forma limitada, nos aspectos mais básicos da P&D, e CQ de produtos relacionados a métodos diagnósticos.	Ser capaz de atuar na P&D, e CQ de produtos relacionados a métodos diagnósticos.
<b>Tecnologia e Inovação em Saúde</b>	IV - Pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantir a qualidade de produtos relacionados a cosméticos e domissanéantes;	Bioestatística (E), Físico-Química (E), Química Orgânica I (E), Química Orgânica II (D), Química Analítica Quantitativa (D), Farmacotécnica II (E, D), Toxicologia (E,D), Cenários de Prática III (D), Tecnologia de Cosméticos I e II (eletivas, D,A), Projeto de Pesquisa (E,D), Cenários de Prática IV (D, A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Entender o papel do farmacêutico no processo de P&D, e CQ de produtos relacionados a cosméticos e domissanéantes.	Atuar de forma limitada, nos aspectos mais básicos da P&D, e CQ de produtos relacionados a cosméticos e domissanéantes.	Ser capaz de atuar na P&D, e CQ de produtos relacionados a cosméticos e domissanéantes.

<b>Eixo</b>	<b>Competência</b>	<b>Unidades Curriculares Relacionadas*</b>	<b>Competência em Nível Essencial</b>	<b>Competência em Nível Desejável</b>	<b>Competência em Nível Avançado</b>
<b>Tecnologia e Inovação em Saúde</b>	V - Pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantir a qualidade de alimentos, suplementos alimentares e dietéticos;	Bioestatística (E), Físico-Química (E), Química Orgânica I (E), Química Orgânica II (D), Química Analítica Quantitativa (D), Química de Alimentos (E,D), Toxicologia (E,D), Cenários de Prática III (D), Tópicos em Farmacotécnica: Alimentos Funcionais e Nutracêuticos (eletiva, E,D), Projeto de Pesquisa (E,D), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Entender o papel do farmacêutico no processo de P&D, e CQ de alimentos, suplementos alimentares e dietéticos.	Atuar de forma limitada, nos aspectos mais básicos da P&D, e CQ de alimentos, suplementos alimentares e dietéticos.	Ser capaz de atuar na P&D, e CQ de alimentos, suplementos alimentares e dietéticos.
<b>Tecnologia e Inovação em Saúde</b>	VI - Pesquisar, desenvolver, inovar, fiscalizar, gerenciar e garantir a qualidade de tecnologias de processos, práticas e serviços de saúde, minimização de riscos, sustentabilidade, adequação de instalações, procedimentos de embalagem e rotulagem, logística e tecnologia de informação e equipe de trabalho;	Bioestatística (E), Físico-Química (E), Gestão e Controle de Qualidade (D,A), Cálculos Farmacêuticos (E), Cenários de Práticas I (E), Cenários de Prática II (E,D), Toxicologia (E,D), Cenários de Prática III (D), Farmácia Hospitalar (E, D), Tecnologia em Ciências Farm. I (E,D), Tecnologia em Ciências Farm. II (D,A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Entender o papel do farmacêutico na garantia da qualidade de processos e serviços aplicados à área de saúde.	Atuar no planejamento básico e na garantia da qualidade de processos e serviços aplicados à área de saúde.	Ser capaz de intervir de forma autônoma e efetiva no planejamento, na fiscalização e na garantia da qualidade de processos e serviços aplicados à área de saúde.
<b>Gestão em Saúde</b>	I - Identificar e registrar os problemas e as necessidades de saúde;	Introdução à Saúde Coletiva (D,A) Farmacoepidemiologia (D,A), Assistência Farmacêutica (D,A), Cenários de Prática III (D,A), Cenários de Prática IV (D), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Conhecer as políticas públicas de saúde, a organização dos serviços de saúde, a gestão da informação e as instâncias consultivas e deliberativas em saúde.	Compreender o papel do farmacêutico no desenvolvimento de políticas públicas de saúde, na organização dos serviços de saúde, na gestão da informação e nas instâncias consultivas e deliberativas em saúde.	Intervir de forma construtiva e atuar dentro de sua competência no desenvolvimento de políticas públicas de saúde, na organização dos serviços de saúde, na gestão da informação e nas instâncias consultivas e deliberativas em saúde.

<b>Eixo</b>	<b>Competência</b>	<b>Unidades Curriculares Relacionadas*</b>	<b>Competência em Nível Essencial</b>	<b>Competência em Nível Desejável</b>	<b>Competência em Nível Avançado</b>
<b>Gestão em Saúde</b>	II - Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar o plano de intervenção, processos e projetos;	Metodologia Científica (E), Economia e Administração Farmacêutica (D,A), Controle de Qualidade de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos (eletiva, E,D,A), Deontologia e Legislação Farmacêutica (D,A), Introdução à Saúde Coletiva (D,A) Farmacoepidemiologia (D,A), Assistência Farmacêutica (D,A), Cenários de Prática III (D,A), Gestão e Controle de Qualidade (E,D), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Conhecer modelos de gestão, avaliação da qualidade, e gerenciamento de serviços de saúde e empreendimentos farmacêuticos.	Compreender o papel do farmacêutico na gestão, avaliação da qualidade, e gerenciamento de serviços de saúde e empreendimentos farmacêuticos.	Intervir de forma construtiva e atuar dentro de sua competência na gestão, avaliação da qualidade, e gerenciamento de serviços de saúde e empreendimentos farmacêuticos.
<b>Gestão em Saúde</b>	III - -Promover o desenvolvimento de pessoas e equipes;	Antropologia Cultural (E), Economia e Administração Farmacêutica (D,A), Introdução à Saúde Coletiva (D,A) Farmacoepidemiologia (D,A), Assistência Farmacêutica (D,A), Cenários de Prática III (D,A), Estágios Supervisionados (E,D,A) e Trabalho de Conclusão de Curso (A).	Conhecer a legislação trabalhista, métodos de avaliação das ações em saúde e estratégias na seleção de recursos humanos.	Compreender o papel do farmacêutico na avaliação das ações em saúde e na orientação de estratégias para a seleção de recursos humanos.	Intervir de forma colaborativa na avaliação das ações em saúde e na orientação de estratégias para a seleção de recursos humanos.

E – essencial; D – desejável e A – avançado.



Quadro 2. Progressão no Desenvolvimento das Competências Estabelecidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (nos níveis de complexidade essencial, desejável e avançado) ao Longo do Período de Formação no Curso de Graduação em Farmácia da UFVJM.

Eixo	Competência	Primeiro Período	Segundo Período	Terceiro Período	Quarto Período	Quinto Período	Sexto Período	Sétimo Período	Oitavo Período	Nono Período	Décimo Período
Cuidado em Saúde	I - Acolhimento do indivíduo, verificação das necessidades, realização da anamnese farmacêutica e registro das informações referentes ao cuidado em saúde, considerando o contexto de vida e a integralidade do indivíduo;	Essencial  Desejável	Essencial	Essencial		Desejável	Desejável	Desejável  Avançado		Desejável  Avançado	Essencial  Desejável  Avançado
Cuidado em Saúde	II - Avaliação e o manejo da farmacoterapia, com base em raciocínio clínico, considerando necessidade, prescrição, efetividade, segurança, comodidade, acesso, adesão e custo;			Essencial	Essencial  Desejável	Essencial  Desejável	Desejável  Avançado		Desejável  Avançado	Desejável  Avançado	Avançado
Cuidado em Saúde	III - Solicitação, realização e interpretação de exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, verificação e avaliação de parâmetros fisiológicos, bioquímicos e farmacocinéticos, para fins de acompanhamento farmacoterapêutico e de provisão de outros serviços farmacêuticos;	Essencial	Essencial	Essencial	Essencial  Desejável  Avançado	Desejável  Avançado	Essencial  Desejável  Avançado	Essencial  Desejável  Avançado	Desejável  Avançado	Desejável  Avançado	Essencial  Desejável  Avançado

<b>Eixo</b>	<b>Competência</b>	<b>Primeiro Período</b>	<b>Segundo Período</b>	<b>Terceiro Período</b>	<b>Quarto Período</b>	<b>Quinto Período</b>	<b>Sexto Período</b>	<b>Sétimo Período</b>	<b>Oitavo Período</b>	<b>Nono Período</b>	<b>Décimo Período</b>
Cuidado em Saúde	IV - Investigação de riscos relacionados à segurança do paciente, visando ao desenvolvimento de ações preventivas e corretivas;			Essencial	Essencial Desejável	Essencial Desejável	Essencial Avançado		Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Cuidado em Saúde	V - Identificação de situações de alerta para o encaminhamento a outro profissional ou serviço de saúde, atuando de modo que se preserve a saúde e a integridade do paciente;			Essencial	Essencial Desejável	Essencial Desejável	Essencial Avançado		Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Cuidado em Saúde	VI - Planejamento, coordenação e realização de diagnóstico situacional de saúde, com base em estudos epidemiológicos, demográficos, farmacoepidemiológicos, farmacoeconômicos, clínico-laboratoriais e socioeconômicos, além de outras investigações de caráter técnico, científico e social, reconhecendo as características nacionais, regionais e locais;		Essencial	Essencial Desejável Avançado		Essencial Desejável	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado

<b>Eixo</b>	<b>Competência</b>	<b>Primeiro Período</b>	<b>Segundo Período</b>	<b>Terceiro Período</b>	<b>Quarto Período</b>	<b>Quinto Período</b>	<b>Sexto Período</b>	<b>Sétimo Período</b>	<b>Oitavo Período</b>	<b>Nono Período</b>	<b>Décimo Período</b>
Cuidado em Saúde	VII - Elaboração e aplicação de plano de cuidado farmacêutico, pactuado com o paciente e/ou cuidador, e articulado com a equipe interprofissional de saúde, com acompanhamento da sua evolução;			Essencial	Essencial Desejável	Essencial Desejável	Essencial Avançado		Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Cuidado em Saúde	VIII - Prescrição de terapias farmacológicas e não farmacológicas e de outras intervenções, relativas ao cuidado em saúde, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional;		Essencial	Essencial	Essencial Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado	Essencial Avançado		Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Cuidado em Saúde	IX - Dispensação de medicamentos, considerando o acesso e o seu uso seguro e racional;			Essencial	Essencial Desejável	Essencial Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado		Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Cuidado em Saúde	X - Rastreamento em saúde, educação em saúde, manejo de problemas de saúde autolimitados, monitorização terapêutica de medicamentos, conciliação de medicamentos, revisão da farmacoterapia, acompanhamento farmacoterapêutico, gestão da clínica, entre outros serviços farmacêuticos;			Essencial	Essencial Desejável	Essencial Desejável	Essencial Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado

<b>Eixo</b>	<b>Competência</b>	<b>Primeiro Período</b>	<b>Segundo Período</b>	<b>Terceiro Período</b>	<b>Quarto Período</b>	<b>Quinto Período</b>	<b>Sexto Período</b>	<b>Sétimo Período</b>	<b>Oitavo Período</b>	<b>Nono Período</b>	<b>Décimo Período</b>
Cuidado em Saúde	XI - Esclarecimento ao indivíduo, e, quando necessário, ao seu cuidador, sobre a condição de saúde, tratamento, exames clínico-laboratoriais e outros aspectos relativos ao processo de cuidado;			Essencial	Essencial Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado	Avançado
Cuidado em Saúde	XII - Busca, seleção, organização, interpretação e divulgação de informações, que orientem a tomada de decisões baseadas em evidências científicas, em consonância com as políticas de saúde;			Essencial		Essencial Desejável	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Cuidado em Saúde	XIII - Promoção e educação em saúde, envolvendo o indivíduo, a família e a comunidade, identificando as necessidades de aprendizagem e promovendo ações educativas;			Essencial	Essencial Desejável	Essencial Desejável	Essencial Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Cuidado em Saúde	XIV - Realização e interpretação de exames clínico-laboratoriais e toxicológicos, para fins de complementação de diagnóstico e prognóstico;			Essencial	Essencial Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado

<b>Eixo</b>	<b>Competência</b>	<b>Primeiro Período</b>	<b>Segundo Período</b>	<b>Terceiro Período</b>	<b>Quarto Período</b>	<b>Quinto Período</b>	<b>Sexto Período</b>	<b>Sétimo Período</b>	<b>Oitavo Período</b>	<b>Nono Período</b>	<b>Décimo Período</b>
Cuidado em Saúde	XV - Prescrição, orientação, aplicação e acompanhamento, visando ao uso adequado de cosméticos e outros produtos para a saúde, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional;			Essencial		Essencial Desejável		Essencial Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Cuidado em Saúde	XVI - Orientação sobre o uso seguro e racional de alimentos, relacionados à saúde, incluindo os parenterais e enterais, bem como os suplementos alimentares e de plantas medicinais e fitoterápicos de eficácia comprovada;			Essencial	Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado			Essencial Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Cuidado em Saúde	XVII - Prescrição, aplicação e acompanhamento das práticas integrativas e complementares, de acordo com as políticas públicas de saúde e a legislação vigente.			Essencial	Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado			Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Tecnologia e Inovação em Saúde	I - Pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantir a qualidade de produtos relacionados a fármacos, medicamentos e insumos;	Essencial	Essencial	Essencial Desejável	Essencial	Essencial Desejável	Essencial Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado

<b>Eixo</b>	<b>Competência</b>	<b>Primeiro Período</b>	<b>Segundo Período</b>	<b>Terceiro Período</b>	<b>Quarto Período</b>	<b>Quinto Período</b>	<b>Sexto Período</b>	<b>Sétimo Período</b>	<b>Oitavo Período</b>	<b>Nono Período</b>	<b>Décimo Período</b>
Tecnologia e Inovação em Saúde	II - Pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantir a qualidade de produtos relacionados a produtos biológicos e imunobiológicos obtidos por processos biotecnológicos;		Essencial	Essencial Desejável		Essencial Desejável Avançado	Essencial Desejável	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Tecnologia e Inovação em Saúde	III - Pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantir a qualidade de produtos relacionados a métodos diagnósticos;		Essencial	Essencial	Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Tecnologia e Inovação em Saúde	IV - Pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantir a qualidade de produtos relacionados a cosméticos e domissanearantes;		Essencial	Essencial Desejável		Essencial Desejável	Essencial Desejável	Essencial Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Tecnologia e Inovação em Saúde	V - Pesquisar, desenvolver, inovar, produzir, controlar e garantir a qualidade de alimentos, suplementos alimentares e dietéticos;		Essencial	Essencial Desejável		Essencial Desejável	Essencial Desejável		Essencial Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado

<b>Eixo</b>	<b>Competência</b>	<b>Primeiro Período</b>	<b>Segundo Período</b>	<b>Terceiro Período</b>	<b>Quarto Período</b>	<b>Quinto Período</b>	<b>Sexto Período</b>	<b>Sétimo Período</b>	<b>Oitavo Período</b>	<b>Nono Período</b>	<b>Décimo Período</b>
Tecnologia e Inovação em Saúde	VI - Pesquisar, desenvolver, inovar, fiscalizar, gerenciar e garantir a qualidade de tecnologias de processos, práticas e serviços de saúde, minimização de riscos, sustentabilidade, adequação de instalações, procedimentos de embalagem e rotulagem, logística e tecnologia de informação e equipe de trabalho;	Essencial	Essencial	Essencial		Essencial Desejável	Essencial Desejável	Essencial Desejável	Essencial Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Gestão em Saúde	I - Identificar e registrar os problemas e as necessidades de saúde;			Essencial		Essencial Desejável	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Gestão em Saúde	II - Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar o plano de intervenção, processos e projetos;	Essencial		Essencial Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado	Essencial Desejável	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Essencial Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado
Gestão em Saúde	III - Promover o desenvolvimento de pessoas e equipes;	Essencial		Essencial	Desejável Avançado	Essencial Desejável	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Desejável Avançado	Avançado

## 8. CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

O farmacêutico generalista formado pela UFVJM terá sua atuação profissional pautada conforme as atividades reconhecidas pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF), o qual regulamenta as atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos e registrados pelos Conselhos Regionais e Federal, para efeito de fiscalização do exercício profissional. Segundo o CFF, os farmacêuticos podem atuar nas seguintes atividades:

- Administração de laboratório clínico;
- Administração farmacêutica;
- Administração hospitalar;
- Análises clínicas;
- Assistência domiciliar em equipes multidisciplinares;
- Atendimento pré-hospitalar de urgência e emergência;
- Auditoria farmacêutica;
- Bacteriologia clínica;
- Banco de cordão umbilical;
- Banco de leite humano;
- Banco de sangue;
- Banco de sêmen;
- Banco de órgãos;
- Biofarmácia;
- Biologia molecular;
- Bioquímica clínica;
- Bromatologia;



- Citologia clínica;
- Citopatologia;
- Citoquímica;
- Controle de qualidade e tratamento de água, potabilidade e controle ambiental;
- Controle de vetores e pragas urbanas;
- Cosmetologia;
- Exames de DNA;
- Farmacêutico na análise físico-química do solo;
- Farmácia clínica;
- Farmácia comunitária;
- Farmácia de dispensação;
- Fracionamento de medicamentos;
- Farmácia dermatológica;
- Farmácia homeopática;
- Farmácia hospitalar;
- Farmácia industrial;
- Farmácia magistral;
- Farmácia nuclear (radiofarmácia);
- Farmácia oncológica;
- Farmácia pública;
- Farmácia veterinária;
- Farmácia-escola;

- Farmacocinética clínica;
- Farmacoepidemiologia;
- Fitoterapia;
- Gases e misturas de uso terapêutico;
- Genética humana;
- Gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde;
- Hematologia clínica;
- Hemoterapia;
- Histopatologia;
- Histoquímica;
- Imunocitoquímica;
- Imunogenética e histocompatibilidade;
- Imunohistoquímica;
- Imunologia clínica;
- Immunopatologia;
- Meio ambiente, segurança no trabalho, saúde ocupacional e responsabilidade social;
- Micologia clínica;
- Microbiologia clínica;
- Nutrição parenteral;
- Parasitologia clínica;
- Saúde pública;

- Toxicologia clínica;
- Toxicologia ambiental;
- Toxicologia de alimentos;
- Toxicologia desportiva;
- Toxicologia farmacêutica;
- Toxicologia forense;
- Toxicologia ocupacional;
- Toxicologia veterinária;
- Vigilância sanitária;
- Virologia clínica.

## 9. PROPOSTA PEDAGÓGICA

### 9.1. DIRETRIZES GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA DA UFVJM

A proposta pedagógica do curso de graduação em Farmácia da UFVJM foi construída de forma a contemplar tanto as novas DCNs do curso de graduação em Farmácia, quanto às necessidades de formação para atuação do profissional egresso da UFVJM na realidade e no contexto em que a instituição se insere. Esta proposta resultou de um processo que levou mais de quatro anos de trabalho do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado de Curso, sendo balizada por várias reuniões com egressos que atuam no setor público e privado, estudantes inseridos nos programas de Pós-graduação da UFVJM, gestores municipais, farmacêuticos, gestores da Superintendência Regional de Saúde de Diamantina, gestores da Santa Casa de Saúde de Diamantina, ou seja, os principais atores envolvidos com a realidade da Saúde e mais especificamente com a atuação do profissional farmacêutico no município de Diamantina e região. Além disso, a Coordenação do Curso de Farmácia esteve presente nos Fóruns Nacionais e no Fórum Regional de Implantação das Novas Diretrizes

Curriculares Nacionais dos Cursos de Farmácia, além de ter sido apoiada durante todo o processo de construção deste Projeto Pedagógico pela Divisão de Apoio Pedagógico (DAP) da UFVJM.

Neste processo de escuta qualificada, o NDE procurou também se fundamentar em algumas bases teóricas do processo ensino-aprendizagem, especialmente nas teorias que fundamentam e se relacionam com os métodos construtivistas e com as metodologias ativas de ensino. Apesar das limitações inerentes ao termo “aprendizagem ativa”, já apontadas por inúmeros autores, uma vez que é difícil senão impossível imaginar algum tipo de aprendizagem que seja completamente passiva, as bases para o que atualmente se busca entender como aprendizagem ativa podem ser reconhecidas já na ideia de Educação Progressiva de John Dewey (BRANCO, 2014). No fim do século XIX, Dewey propôs que existiria uma equivalência entre viver, aprender e crescer, que a educação e o aprendizado são processos interativos e sociais, e que, portanto, as instituições de ensino são instituições sociais e que devem estar comprometidas com a mudança da realidade. A visão de Dewey representou uma mudança de paradigma na forma de entender o processo ensino-aprendizagem que persiste até hoje, abrindo caminho para o ensino ativo, centrado no sujeito do processo ensino-aprendizagem, mediado pelo docente e que se define principalmente pelas seguintes características:

- ênfase no aprender fazendo, valorizando atividades práticas e aquelas baseadas em projetos;
- currículo integrado em unidades temáticas que se inter-relacionam;
- valorização do papel do empreendedorismo na educação;
- ênfase nas habilidades de resolução de problema e pensamento crítico;
- trabalho coletivo e habilidades sociais;
- aprendizagem personalizada e valorização da experiência prévia do sujeito;
- integração do processo de ensino-aprendizagem com a comunidade;
- educação para o desenvolvimento de responsabilidade social e fortalecimento da democracia.

A Resolução CNE/CES N° 6, de 19 de outubro de 2017 (BRASIL, 2017a) que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia determina que os PPCs de Farmácia sejam elaborados com base em competências e habilidades, ao invés de um currículo centrado em conteúdos. O desenvolvimento das habilidades e competências delimitados no Quadro 1 só será alcançado com a adoção de metodologias de ensino que valorizem o pensamento crítico e reflexivo, buscando sempre a inter e a transdisciplinariedade como elementos de unificação do processo de aprendizagem, que passa a ser visto não mais de forma fragmentada em ciclos básico e profissionalizante, mas que deve incluir atividades do âmbito profissional farmacêutico já nos primeiros períodos do curso, com grau de complexidade crescente, como é o caso dos estágios, que devem estar inseridos a partir de, no máximo, o 3º período do curso.

O curso de graduação em Farmácia da UFVJM possui UCs que são oferecidas por outros departamentos, além do Departamento de Farmácia. É o caso das UCs ofertadas pelo Departamento de Ciências Básicas, Departamento de Matemática e Estatística e Departamento de Nutrição. Estas UCs contemplam competências e habilidades básicas para a atuação do futuro profissional farmacêutico, e as ementas e os planos de ensino destas UCs foram pensados de forma a estabelecer a relevância do conteúdo destas UCs para a profissão.

Em um estudo direcionado a buscar os determinantes de um ambiente de aprendizagem motivador ou desmotivador em estudantes de graduação, Kember e colaboradores (2008) concluem que um dos fatores mais importantes para garantir a motivação dos estudantes é justamente conseguir estabelecer a relevância dos conteúdos abordados para as habilidades profissionais que se pretende desenvolver. Neste sentido, procuramos introduzir UCs que irão ter como função, realizar de forma mais direta o estabelecimento da relevância de alguns conteúdos de caráter mais lógico-abstratos abordados nos primeiros quatro períodos do curso, uma vez que estes períodos iniciais têm sido os de maior índice de retenção. As UCs de Introdução às Ciências Farmacêuticas (1º período), Cenários de Prática I (2º período) e Cenários de Prática II (4º período) deverão buscar por meio do uso de várias metodologias de ensino ativas, especialmente a aprendizagem baseada em problemas e em projetos, demonstrar a relevância e a aplicabilidade dos conteúdos das UCs mais iniciais para o conjunto das habilidades e competências que se pretende desenvolver no profissional em formação,

em nível crescente de complexidade. Vale ressaltar aqui que não é a pretensão do NDE nem do Colegiado de Curso que o estabelecimento da interrelação entre módulos e temas do curso seja completamente equacionada única e exclusivamente pela introdução das UCs mencionadas acima. Desta forma, a preocupação sempre esteve presente de que esta integração deve ser objeto de todas as UCs e demais atividades do curso (projetos de extensão, pesquisa, Atividades Complementares e Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (AACCs), de forma indissociada ao ensino. Foi com este objetivo em mente que este Projeto Pedagógico foi elaborado.

Pretende-se com a adoção deste Projeto Pedagógico alcançar de forma progressiva níveis de habilidades e competências superiores (ver Quadro 1, seção 7) na formação do egresso. Embora existam muitas e bem fundamentadas críticas à hierarquização das habilidades cognitivas, afetivas e psicomotoras relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, a taxonomia de Bloom (ANDERSON et al., 2001) ainda representa um arcabouço teórico útil para se entender e promover o desenvolvimento de competências e habilidades. As principais críticas filosóficas e educacionais à taxonomia de Bloom (FURST, 1981) dizem respeito à adoção de uma concepção linear do processo ensino-aprendizagem que supostamente avançaria de habilidades cognitivas simples às mais avançadas, ignorando, por exemplo, o fato de que certas demandas relacionadas ao “conhecimento”, que ocupa na taxonomia um nível hierárquico inferior, exigem muitas vezes funções cognitivas mais avançadas do que algumas demandas relacionadas à “análise ou avaliação”, que ocupam níveis hierárquicos superiores. Este aspecto ficou evidente durante a elaboração deste Projeto Pedagógico, observando-se que o desenvolvimento de competências em nível de complexidade essencial muitas vezes é alcançado concomitantemente a níveis de complexidade mais avançada desta competência, no mesmo período do curso, ainda que por meio de UCs distintas (ver Quadro 2, seção 7).

Alguns autores, como Travers (1980), também já haviam apontado limitações da taxonomia de Bloom, que consideravam não possuir algumas características típicas das taxonomias desenvolvidas no âmbito das ciências biológicas como bifurcação entre classes, hierarquia das classes e uma categorização multidimensional.

Mais recentemente, a colocação do “conhecimento” em um dos mais baixos níveis hierárquicos da taxonomia de Bloom também foi criticada (WINEBURG & SCHNEIDER, 2010). Apesar destas limitações, a taxonomia de Bloom tem sido empregada com sucesso como uma ferramenta pedagógica útil em várias áreas, tais como a educação médica

(DE BEER, 2017), computação (URSANI et al., 2014), administração (ATHANASSIOU et al., 2003), entre outras.

Considerando as limitações da taxonomia de Bloom, este Projeto Pedagógico está comprometido com a valorização de técnicas pedagógicas que possam exercitar, durante o processo de ensino-aprendizagem, as habilidades cognitivas de níveis hierárquicos superiores (avaliação, síntese, análise), de forma progressiva. Esta progressão deve, ao mesmo tempo, respeitar as especificidades das UCs e reconhecer o caráter não linear de aquisição das habilidades e competências desejadas. Acreditamos que esta mudança de paradigma, para um currículo baseado em habilidades e competências seja a maior e mais desafiadora contribuição das novas Diretrizes Curriculares, representada pela Resolução CNE/CES Nº 6, de 19 de outubro de 2017 (BRASIL, 2017a). Como estabelecido no parágrafo sexto do artigo doze, a estrutura do curso de graduação em Farmácia deve:

I - abordar as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos, fundamentais à formação profissional e acadêmica;

II - contemplar a abordagem de temas, observando o equilíbrio teórico-prático, desvinculado da visão tecnicista, permitindo na prática e no exercício das atividades a aprendizagem da arte de aprender;

III - buscar, desde o início do curso, a abordagem de temas inerentes às atividades profissionais, de forma integrada, evitando a separação entre a formação geral e a formação específica;

IV - favorecer a flexibilização curricular, de forma que se atenda interesses mais específicos e atualizados, sem que haja perda dos conhecimentos essenciais ao exercício da profissão;

V - comprometer o estudante com o desenvolvimento científico e a busca do avanço técnico, associado ao bem-estar, à qualidade de vida e ao respeito aos direitos humanos;

VI - ser organizada, de forma que haja disponibilidade de tempo para a consolidação dos conhecimentos e para as Atividades Complementares e as Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais objetivando, assim, progressiva autonomia intelectual do estudante.

Assim, para que essas premissas possam ser contempladas, a estratégia pedagógica adotada pelos professores do curso de graduação em Farmácia da UFVJM consiste, fundamentalmente, no ensino presencial de teorias e práticas de forma articulada; contudo também aplicando as metodologias ativas de ensino e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). As TDICs emergem como novas práticas de educação na contemporaneidade, com o objetivo de facilitar a comunicação e manter o fluxo de informações trabalhadas em sala de aula. Dentre as diversas possibilidades, a Plataforma Moodle é um dos recursos a ser rotineiramente adotados, uma vez que já está estruturada na UFVJM. Além disso, as metodologias ativas continuarão a ser incorporadas no curso apoiadas em políticas institucionais de capacitação docente e no Plano de Qualificação e Formação Continuada Docente do Curso de Farmácia (Anexo III). Nesse sentido, inicialmente as UCs “Cenários de Prática I, II, III e IV” serão integralmente baseadas em problemas com participação ativa dos estudantes. Além disso, está previsto a inserção de casos clínicos, problemas contextualizados na interdisciplinaridade, mapas conceituais, debates, seminários, júris simulados, sala de aula invertida, “*peer-instruction*”, sabatinas, ciclos de aperfeiçoamento acadêmico, treinamento de habilidades clínicas, planos de desenvolvimento pessoal, módulos de capacitação, exame clínico objetivo estruturado (OSCE), entre outras metodologias ativas, que poderão ser adotadas pelos docentes ao longo do curso, na dependência do contexto e da área específica.

O conteúdo prático é desenvolvido por meio de aulas práticas em laboratório, em Cenários de Prática correlacionados à vivência do professor no campo profissional farmacêutico, de maneira que contribua para aprendizagens significativas dos estudantes e para aproximar a prática pedagógica da realidade profissional, buscando a integração ensino-serviço-comunidade. Ainda, a prática pode ser fomentada utilizando a discussão de protocolos experimentais realizados com animais ou seres humanos, já publicados no meio científico, que fundamentam a teoria em questão, além de *softwares* que simulam respostas biológicas, representações gráficas de resultados de reações químicas, bioquímicas, celulares, entre outras.



Os conteúdos das UCs são, ainda, complementados por visitas técnicas às indústrias do ramo farmacêutico, instituições de pesquisa e instituições de saúde com serviços de referência das atividades farmacêuticas.

Nesse contexto pedagógico, o professor acaba por assumir um papel de facilitador e mediador do processo de ensino-aprendizagem, o qual tem o estudante como sujeito da aprendizagem. Nesse sentido, o acadêmico deve ter oportunidade de desenvolver habilidades e atitudes frente às mais variadas situações que envolvam a prática profissional, objetivando a imersão no universo farmacêutico de forma reflexiva, ética e humanista.

Outra forma de inserção dos acadêmicos no campo profissional, que corrobora com a proposta pedagógica integrativa é a realização de estágios nas mais diversas áreas de conhecimento do campo farmacêutico, respeitada a carga horária por área elencada nas DCNs (60% fármacos, cosméticos, medicamentos e assistência farmacêutica; 30% análises clínicas, genéticas e toxicológicas e alimentos; 10% em especificidades institucionais e regionais). Além disso, o desenvolvimento crítico e científico também pode ser desenvolvido com a participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão por meio de atividades de monitoria e participação em projetos de iniciação científica e extensão.

## 9.2. INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE

Uma das exigências explícitas das novas DCNs dos Cursos de Farmácia é a necessidade de os projetos garantirem a efetiva integração ensino-serviço-comunidade. De forma expressa, exige-se a diversificação dos cenários de prática de forma a permitir ao estudante conhecer as políticas de saúde e a estruturação dos serviços públicos de saúde, aprendizagens significativas dos estudantes de forma a aproximar o processo ensino-aprendizagem à realidade profissional e a integração com o sistema local e regional de Saúde do SUS. Neste sentido, cabe ressaltar que durante a revisão do PPC, foi uma preocupação pungente o desenvolvimento de discussões acerca da situação de saúde da região e junto com representantes da rede de saúde (anexo II), a fim de estabelecer uma rede de cooperação para se trabalhar na promoção em saúde.

O curso de graduação em Farmácia da UFVJM tem se caracterizado na sua prática pedagógica e nas atividades de ensino, pesquisa e extensão por buscar de forma ativa a integração com os serviços de saúde de Diamantina e região. Esta integração atualmente se dá de formas diversas, principalmente, por meio de projetos de extensão executados por docentes do curso, com envolvimento do corpo discente. Estes projetos, que abordam temáticas variadas no âmbito de atuação do farmacêutico, são desenvolvidos não só no município de Diamantina, mas em outros da região de abrangência da UFVJM, como em Alvorada de Minas, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Gouveia, Felício dos Santos, Serro e Presidente Kubitschek. Também é importante ressaltar que estes projetos representam um pilar fundamental na formação do discente, permitindo um contato direto com a população e reafirmando que o papel da Universidade não é simplesmente o de formação do profissional, mas também do cidadão. Os estudantes se integram com a realidade de parte da população brasileira e, nesta vivência, além de cristalizar os conhecimentos adquiridos durante a graduação, têm a possibilidade de contribuir diretamente com a população, de exercer seu papel social, além de que, esse envolvimento pode trazer comprometimento com aquela população, o que aumenta as chances de fixação do profissional naquela área.

O Curso também desenvolve projetos de pesquisa nos Programas de Pós- Graduação em Ciências Farmacêuticas e no Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente em temas relacionados ao âmbito de atuação do farmacêutico, perpassando pelos eixos temáticos, cuidado em saúde, tecnologia e inovação em saúde e gestão em saúde e que tem a participação dos discentes como alunos de iniciação científica e, vários apresentam envolvimento com a comunidade e/ou tem como foco o estudo a utilização ou aproveitamento de recursos naturais da região.

Com a estruturação da Farmácia Universitária e do Laboratório Escola de Análises Clínicas, cujos projetos encontram-se em fase final de implementação junto as instâncias da Universidade (ver item 9.4 e 9.5 abaixo), acredita-se que o curso conseguirá de forma ainda mais ampla integrar-se aos serviços de saúde do município e sua área de abrangência e responder aos desafios de saúde da comunidade.

### 9.3. FERRAMENTAS MEDIADORAS DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

O curso de Farmácia da UFVJM desenvolverá suas atividades integralmente na modalidade presencial, decisão pautada na Resolução n°. 642, de 29 de junho de 2017, do Conselho Federal de Farmácia (CFF, 2017), que dispõe sobre a necessidade de conteúdo prático nas UCs contidas no PPC de graduação em Farmácia e, na Resolução CNS n° 515, de 3 de junho de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016a), que determina que a formação do profissional que deve ter como um dos principais focos o eixo de cuidado em saúde.

Desta forma, o ensino presencial deve garantir de forma mais adequada, através da prática e do contato humanizado, um ambiente para a formação dos profissionais em saúde e o desenvolvimento de habilidades inerentes ao cuidado em saúde, a segurança do paciente e a atuação em ambientes diversificados. Entretanto, os docentes poderão no processo de ensino-aprendizagem metodologias ativas e TDIC no ambiente educacional, com o objetivo agregar benefícios e vantagens a esse processo.

#### *9.3.1. Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem*

Segundo Bauman (PORCHEDDU, 2009), o estágio atual da humanidade pode ser denominado de líquido, enquanto que o anterior pode ser denominado de sólido. Para este autor, o estágio sólido refere-se a um período em que a durabilidade imperava, de modo que os conhecimentos adquiridos pelo indivíduo serviam de base para a resolução de problemas ao longo de toda a sua vida. Já o estágio líquido, segundo esse autor, caracteriza-se por ser mais fluida e incerta, de modo que quem impera é a imprevisibilidade. E é nesse contexto de impermanência, segundo Diesel e colaboradores (2017), que se situa “a educação contemporânea e, mais precisamente, a escola, com seus processos, com os sujeitos que a constituem, com as relações docente- estudante-conhecimento e com as práticas docentes”.

Historicamente, o professor assumiu uma posição de detentor do conhecimento, aquele que apresenta para o estudante o que já foi descoberto sobre um determinado assunto e que faz a avaliação, pontuando aquelas questões que julga serem mais importantes na formação do estudante.

Entretanto, essa posição de dono do saber não é mais aplicável nos dias de hoje, principalmente, depois do surgimento da web 2.0, em que os estudantes têm acesso a uma quantidade tão grande de informações e de metodologias, que eles podem (e devem) participar desse processo. Então, o termo aluno (a=negação; luno=luz) nunca coube e agora cabe menos ainda em um processo educacional.

Diante dos novos desafios do século XXI, a educação buscou novos caminhos e ferramentas para se reinventar. Um desses caminhos é o modelo chamado metodologias ativas, em que o estudante deixa de ser passivo no processo de aprendizagem e se torna um agente ativo na construção do seu conhecimento.

Assim, professores e estudantes devem ter papel central e ativo no processo de ensino-aprendizagem. O professor deve motivar o estudante na busca pelo conhecimento, deve apresentar os pilares do conhecimento que são necessários para a formação do profissional, deve dialogar com o estudante e aproveitar sua história de vida na construção do conhecimento. Já ao estudante, após ser desafiado e motivado pelo professor, precisa assumir uma postura mais proativa, precisa buscar ativamente o conhecimento, dar ideias e sugestões, questionar, compartilhar suas dúvidas e saberes, além de atuar, colaborativamente, com outros estudantes que ainda não possuem o mesmo arcabouço de conhecimentos prévios. Isso porque, quando se ensina, muito se aprende, além de contribuir com o aprendizado do outro. A apresentação de problemas e instigação do estudante pelo professor, a oferta de atividades que possibilitem a prática da teoria, bem como a busca incessante por soluções, pelo estudante, apoiado pelo professor, é o cerne da aprendizagem ativa e, nesse processo de construção do conhecimento, o estudante desenvolve valores, atitudes e habilidades que serão importantes para sua atuação profissional. Dessa forma, com esses valores, atitudes e habilidades formados e consolidados, o egresso estará preparado para agir proativamente, enfrentando os problemas que a sociedade atual, em seu estado líquido, conforme caracterização feita por Bauman (PORCHEDDU, 2009), apresenta e o desafia.

Diesel e colaboradores (2017) apresentam os princípios que constituem as metodologias ativas de ensino-aprendizagem (Figura 8).

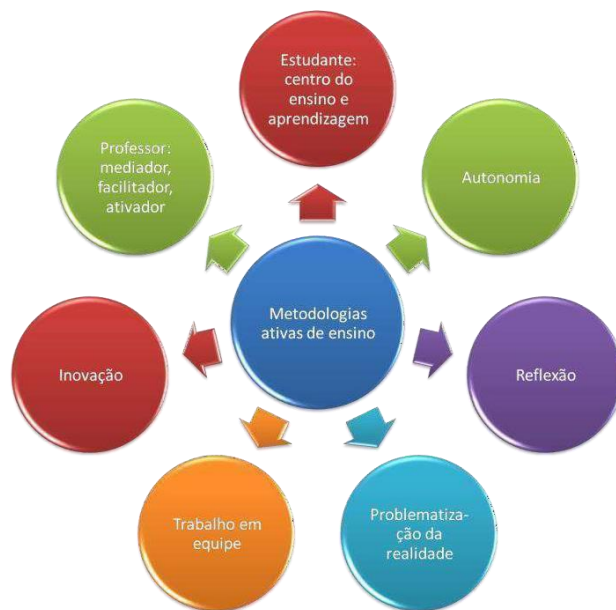


Figura 8. Princípios que constituem as metodologias ativas de ensino. Fonte: Adaptado de Diesel e colaboradores (2017).

Freeman e colaboradores (2014) levantam um questionamento interessante: Na sala de aula, devemos perguntar ou contar? Além disso, nesse estudo de metanálise, esses autores discutiram que

Os alunos que atuam no percentil 50 de uma turma com base em aulas tradicionais passariam, sob aprendizado ativo, para o percentil 68 da turma - significando que, em vez de pontuar melhor que 50% dos alunos da turma, o mesmo indivíduo ensinado com aprendizado ativo teria uma pontuação melhor que 68% dos alunos que estão sendo ensinados (FREEMAN et al., 2014, p. 4).

Finalmente, os dados sugerem que os instrutores de STEM [cursos de ciências, engenharias e matemática] podem começar a questionar o uso continuado de palestras tradicionais na prática cotidiana, especialmente à luz de trabalhos recentes indicando que a aprendizagem ativa confere benefícios desproporcionais para estudantes de STEM de contextos desfavorecidos e para estudantes do sexo feminino em áreas dominadas por homens. Embora as palestras tradicionais dominem o ensino de graduação por quase um milênio e continuem a ter fortes defensores, as evidências atuais sugerem que uma abordagem construtivista de "pergunte, não conte" pode levar a fortes

aumentos no desempenho dos alunos - ampliando as chamadas recentes de formuladores de políticas e pesquisadores para apoiar professores que estão transformando seus cursos de graduação em STEM (FREEMAN et al., 2014, p. 4).

William Glasser, um médico psiquiatra, criou a “Teoria do controle em sala de aula”. Em um trabalho publicado em 1986, Glasser aplica sua teoria na educação e cria um modelo de aprendizagem em equipe, com ênfase na satisfação e entusiasmo. O autor afirma que, trabalhando em pequenas equipes, os estudantes descobrem que o conhecimento contribui para poder, amizade e diversão (GLASSER, 1986). É criada então a Pirâmide de Aprendizagem de William Glasser. A Figura 9 apresenta esta pirâmide.



Figura 9. Pirâmide de aprendizagem proposta por William Glasser. Fonte: Adaptada de Glasser (1986).

A análise da figura acima, aponta que segundo William Glasser, o aprendizado é mais efetivo quando se utilizam metodologias que promovem atividades em que um estudante ensina ao outro, atividades que permitem a prática, além daquelas que promovem a discussão do assunto, em que todos relatam suas experiências, dúvidas, definem, debatem, recordam questões trabalhadas anteriormente (GLASSER, 1986). Esses são focos do processo de aprendizagem ativa, motivo pelo qual optamos por inserir o uso de Metodologias Ativas de Aprendizagem como uma das diretrizes desse PPC de Farmácia da UFVJM.

A partir da constatação da efetividade do uso de metodologias ativas para facilitar o processo ensino-aprendizagem e, assim, melhorar os índices de retenção e evasão em cursos de graduação, cabe ressaltar que existe uma grande diversidade de metodologias ativas que podem, dentro das especificidades do que será trabalhado e das características do

professor, serem aplicadas pelo bom desenvolvimento do estudante.

As metodologias ativas têm se consolidado como uma estratégia pedagógica, tanto para o desenvolvimento de competências dos alunos, como para quebrar com o conceito tradicional sobre o que é ensinar. Ao abandonar os métodos tradicionais de transmissão de conhecimentos, em que professor fala e os estudantes ouvem, o professor assume uma posição de facilitador e técnico no processo de aprendizado (MAZUR, 1996).

Desta forma, o emprego das metodologias ativas pode ser um caminho para avançar para um currículo mais flexível, mais centrado nos estudantes, em suas necessidades e expectativas, assim como na conexão de diversos saberes.

Os docentes do curso de Farmácia serão estimulados a implementar as metodologias ativas nas UCs em que atuam, afim de contribuir para a formação de habilidades e competências necessárias ao profissional farmacêutico. São citadas a seguir as principais metodologias ativas utilizadas em cursos da área da Saúde:

- Aprendizagem baseada em problemas – PBL;
- Aprendizagem baseada em projetos;
- Salas de aula invertida;
- Estudo de caso;
- Filmes;
- Jogos educativos;
- Aprendizagem entre pares;
- Método trezentos.

## **Metodologia colaborativa**

Com foco no enfrentamento dos principais problemas recorrentes na educação superior, que é a desmotivação dos estudantes, os altos índices de reprovação e a postura passiva dos mesmos, foi criado em 2013, pelo professor Ricardo Fragelli, da Universidade de Brasília, uma metodologia colaborativa de ensino-aprendizagem, denominada Método Trezentos, que consiste em promover a colaboração entre os estudantes, despertando o olhar dos mesmos para as dificuldades de aprendizagem do outro.

Segundo Fragelli, com a aplicação do Método Trezentos “o aumento da nota dos estudantes nas provas foi de 40% em média, mas foi de 100% para os estudantes ajudados. Contudo, o melhor resultado foi o de despertar o olhar para as dificuldades de aprendizagem dos colegas” (FRAGELLI, 2015, p.871).

O método Trezentos consiste em, após a aplicação de uma avaliação, estratificar a turma em dois grupos: aqueles que conseguiram rendimento igual ou superior à média estabelecida pela instituição para aprovação e aqueles que obtiveram resultado inferior à média estabelecida. Os primeiros, naquela avaliação, são ditos ajudantes, enquanto que os segundos, ajudados. Importante frisar que em cada avaliação pode haver variação no conjunto de ajudantes e ajudados, tendo em vista que o que o categoriza como ajudante ou ajudado é a nota obtida naquela avaliação. São constituídos grupos, o mais heterogêneo possível, baseando-se nas notas obtidas pelos estudantes, de modo que cada grupo inicia um período de desenvolvimento do método, com a realização de encontros para resolver exercícios, tirar dúvidas, estudar. Na sequência, os ajudados fazem uma segunda oportunidade daquela avaliação. As notas dos ajudados são calculadas, baseando-se em uma matriz específica do método, enquanto que a nota dos ajudantes também pode melhorar, de acordo com a melhora da nota dos ajudados (FRAGELLI, 2015).

Entretanto, além desse ganho de melhoria do desempenho nas avaliações e, conseqüentemente, nos índices de aprovação dos estudantes, Fragelli e Fragelli (2017) ouviram os participantes do Método e concluíram que

Os depoimentos mostraram que mesmo em casos de dificuldade de assimilação do conteúdo no início do curso, é possível um resgate da autoestima e



do prazer em estudar e compartilhar a aprendizagem. Ambos, ajudantes e ajudados, consideraram essa oportunidade de colaboração melhor que a aprendizagem individual, principalmente porque socializam seus conhecimentos, identificam possíveis falhas de conceitos prévios e constroem um percurso mais completo, significativo e significante (FRAGELLI & FRAGELLI, 2017, p.264).

Embora o Método tenha sido desenvolvido inicialmente para se trabalhar os altos índices de retenção na UC de Cálculo I, nos cursos de Engenharia da Universidade de Brasília, este vem sendo aplicado nas mais diversas UCs e áreas do conhecimento. Fragelli e Fragelli (2016) relatam a experiência de aplicação do Método Trezentos em cursos da área da saúde. Esses autores concluem em seu trabalho que

Um dos grandes diferenciais do método, e fator muito importante na área da saúde, compreende a criação de grupos potencialmente colaborativos, diferentemente dos grupos que surgem naturalmente por afinidades que, não raro, são formados exclusivamente por estudantes com excelente rendimento ou com baixo rendimento. Esse tipo de trabalho é importante, pois as equipes de saúde não são formadas, em sua maioria, por sujeitos afins. Dessa forma, o método facilita o aprendizado prático sobre o trabalho em uma equipe de saúde em que é possível colaborar e aprender com uma diversidade. Acrescenta-se ainda que os estudantes aprendem a aprender, sendo protagonistas do seu conhecimento, que constitui um ponto importante para o estudante de saúde (FRAGELLI & FRAGELLI, 2016, pp.8-9).

Desta forma, por todo o exposto, este PPC de graduação em Farmácia da UFVJM traz como um dos seus pilares a utilização de metodologias ativas e colaborativas para o alcance do perfil de egresso almejado. Portanto, caberá ao NDE atuar como apoiador e, incentivador da formação docentes do curso de Farmácia da UFVJM no uso das metodologias ativas, junto com o Colegiado e a Pró-Reitoria de Graduação.

### *9.3.2. Uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação*

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) permitem a ampliação dos canais de comunicação e do fluxo de informações trabalhadas presencialmente em sala de aula, mas estendendo para além dela, podendo atuar como ferramenta interrelacionada.

Na contemporaneidade, com a utilização maciça da internet como ferramenta de comunicação e promoção das relações sociais, destaca-se especialmente o surgimento de um grande número de aplicativos a serem utilizados de forma prática e acessível em

equipamentos como *smartphones* e *tablets*. Assim, as TDICs têm ganhado prospecção ainda maior, pois o acesso à informação buscada passou a um patamar pessoal e pode se tornar bastante construtiva quando bem orientada em sua utilização por um agente de ensino.

Neste contexto, cabe salientar que a integração das tecnologias digitais no desenvolvimento das metodologias ativas tem sido recentemente introduzida, o que é conhecido como *blendedlearning*, ou ensino híbrido. Segundo Valente (2018) essa abordagem auxilia na superação de dificuldades e melhor capacidade de adequação dos conteúdos curriculares previstos para o nível de conhecimento e interesse dos estudantes e permitiram agregar novas abordagens ativas de aprendizagem, como as metodologias da aprendizagem baseadas na investigação (VALENTE et al., 2017) e a metodologia da problematização, a partir das propostas de Berbel (1995).

Adicionalmente, a UFVJM já tem utilizado tecnologias de comunicação mais tradicionais, como os programas de sua rádio, implementada como veículo do processo de ensino-aprendizagem. A Universidade conta também com acesso ao ambiente de ensino virtual Moodle, que se torna um espaço para atividades colaborativas como a criação de *wikis*, fóruns de discussão, e serve também como plataforma de disponibilização de material didático e conteúdo dentro das UCs. Muitos docentes já têm utilizado esta ferramenta complementar às UCs integralmente presenciais.

Porém, é válido salientar que há diversos serviços disponíveis de forma gratuita na internet. Alguns já existem mais historicamente, como o YouTube<sup>®</sup>, uma plataforma que possibilita ao professor criar um canal e disponibilizar videoaulas gravadas pelo próprio docente, mas também pode ser utilizado como fonte de pesquisa de vídeos, filmes, palestras educativas e formativas, dos mais diversos. No ambiente virtual podem, dentre outros, ser criados grupos de discussão, atividades avaliativas, além de ser disponibilizado material complementar de estudo, utilizando diversas TDICs gratuitas disponíveis na internet.

Na sequência, são apresentados exemplos de ferramentas de TDICs que poderão ser utilizadas pelos docentes nas atividades didáticas. Outras ferramentas também poderão ser utilizadas, uma vez que cada utilização é sempre reconsiderada e novas possibilidades surgem a todo o momento. Assim, de acordo com as necessidades da UC

e da disponibilidade para uso gratuito pelos docentes e discentes ou cuja licença para uso tenha sido adquirida pela UFVJM, o docente poderá optar pelo rol de TDCIs que mais se aplicam à UC por ele ministrada.

- AVAs, ferramentas e tecnologias para EaD no ambiente corporativo;
- Blackboard®;
- Blogs;
- Canvas®;
- Edmodo®;
- Facebook®;
- Ferramentas para WebConferência;
- Fóruns;
- Games;
- Gamificação;
- Google® (Classroom®, Meet®, Suite®);
- Instagram®;
- Inteligência Artificial;
- Learning Analytics®;
- Machine Learning;
- Microsoft Teams®;
- Mobile Learning (ou m-learning);
- Moodle®;
- Realidade Aumentada;

- Realidade Virtual;
- Skype®;
- Snapchat®;
- Tecnologias Adaptativas;
- Twitter®;
- WhatsApp®;
- Wiki;
- YouTube®;
- Zoom®.

#### 9.4. FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA

A Farmácia Universitária é um cenário de práticas imprescindível ao curso de graduação em Farmácia e à sua estrutura pedagógica. Como justificativa legal para a sua implementação, precisamos considerar o posicionamento da Câmara de Educação Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação (CNE), que aprovou as novas diretrizes curriculares nacionais do Curso de Farmácia através da Resolução Nº 6, de 19 de outubro de 2017. No seu artigo oitavo, parágrafo quinto, que trata dos estágios curriculares obrigatórios, as novas diretrizes estabelecem que: “§ 5º *A Farmácia Universitária é cenário obrigatório de prática, podendo ser na IES ou em outro estabelecimento, relacionado à assistência farmacêutica, por meio de convênio, visando à execução de atividades de estágio obrigatório, para todos os estudantes do curso*” (BRASIL, 2017a).

A nota técnica da Diretoria Nacional de Avaliação da Educação Superior (DAES) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), DAES/INEP 008/2015 estabeleceu a revisão do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e à Distância (IACG), e passou a incluir a verificação da Farmácia Universitária como item obrigatório deste Instrumento de Avaliação, na Dimensão “Infraestrutura”, com peso direto no Conceito do Curso (CC) que a Instituição de Ensino

Superior recebe durante o processo de reconhecimento ou de renovação do reconhecimento do curso. Considerando ainda, que neste processo de reconhecimento ou renovação do reconhecimento do curso, a Farmácia Universitária é avaliada em relação não apenas quanto à infraestrutura/equipamentos e vagas pretendidas/autorizadas, mas também, se de fato atende, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos de apoio técnico, de manutenção de equipamentos e de atendimento à comunidade; faz-se necessário viabilizar o efetivo funcionamento da Farmácia Universitária da UFVJM.

Vale ressaltar que já há na UFVJM infraestrutura física predial e de equipamentos básicos para implementação de uma Farmácia Universitária, enquanto cenário de prática farmacêutica para estudantes, técnicos e docentes do curso de graduação em Farmácia. E que no atual momento não existe no município de Diamantina nenhum estabelecimento único que possa atender de forma integral através de convênio às necessidades de formação dos estudantes do curso de graduação em Farmácia em todas as áreas pertinentes à prática da assistência farmacêutica, em especial às atividades de manipulação magistral e oficial de medicamentos e controle de qualidade.

O projeto da Farmácia Universitária que atenderá às necessidades pedagógicas do curso previstas no PPC e, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-UFVJM) e de forma mais ampla, às necessidades dos usuários do SUS, está em fase de tramitação na Pró-Reitoria de Administração da UFVJM (PROAD), após dois pareceres da Procuradoria Geral Federal/Procuradoria Federal ligada à UFVJM (PGF/PF/UFVJM) que colocou o projeto em diligência. A PROAD, juntamente com os professores do DeFar responsáveis pelo projeto está realizando as seguintes etapas: 1) Estudo Preliminar; 2) Mapa de Risco; 3) Termo de Referência e Planejamento da Contratação; 4) Possível edital de Contratação de administrador do projeto e 5) Minuta de Contrato. A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura concedeu parecer favorável ao caráter extensionista da Farmácia Universitária, bem como a Pró-Reitoria de Ensino que, em parecer, considerou relevante o Projeto da Farmácia Universitária para o Ensino Farmacêutico (Anexos IV, V, VI e VII).

A comissão responsável pela estruturação da Farmácia Universitária, composta por docentes do curso tem empreendido esforços para viabilizar sua efetiva implementação, que somente poderá ser viabilizado com o apoio da Reitoria e Pró- Reitorias no sentido de garantir a conclusão das seguintes etapas:

1. Cadastramento junto à UFVJM e MEC de fundações de apoio com potencial para gerir administrativa e financeiramente o projeto da Farmácia Universitária, etapa sob coordenação da Pró-Reitoria de Administração.
2. Novo parecer da Procuradoria Geral Federal sobre o projeto da Farmácia Universitária e sobre o modelo de contratação de fundação, etapa sob a responsabilidade da PGF/UFVJM.
3. Novo parecer da Procuradoria Geral Federal sobre o chamamento público de fundações de apoio para gerir o projeto, etapa sob a responsabilidade da PGF/UFVJM.
4. Chamamento público para contratação da fundação, sob a responsabilidade da Pró-reitoria de Administração.
5. Execução do Projeto contratado, sob a responsabilidade da Comissão Executiva da Farmácia Universitária e da fundação contratada.

A Farmácia Universitária será um importante campo de ensino-aprendizagem para os estudantes do curso, apresentando como principal objetivo o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão na área farmacêutica, utilizando como estratégia a manipulação de medicamentos e cosméticos, visando à melhoria da infraestrutura, produtividade acadêmica, técnica e científica da Farmácia Universitária Juscelino Kubitschek/ Laboratório de Desenvolvimento Farmacêutico/ Departamento de Farmácia/ UFVJM. Entre os objetivos específicos pode-se elencar:

- pesquisar, desenvolver, preparar e controlar medicamentos sólidos, semissólidos e líquidos enquanto atividades de extensão (prestação de serviços), trabalho de conclusão de curso, iniciação científica, mestrado e doutorado;
- oferecer/ supervisionar estágio curricular para estudantes do curso de graduação em Farmácia da UFVJM das UCs de Tecnologia em Ciências Farmacêuticas e Estágio;

- realizar atividades de extensão propostas mediante processos devidamente registrados na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEXC/UFVJM na área da assistência farmacêutica, mediante campanhas, preparação de material informativo e didático;

- melhorar o nível e implementar novas práticas em todas as UCs de graduação e pós-graduação envolvidas nesse projeto mediante a aquisição de insumos e discussão técnica com outros profissionais da área;

- financiar pesquisas (sobretudo aquelas sem financiamento de órgãos de fomento), desenvolvidas pelo grupo de docentes envolvidos nesse projeto, mediante a aquisição de insumos, bem como o pagamento de bolsas pelo reinvestimento do superávit oriundo da dispensação de produtos farmacêuticos manipulados;

- promover a formação continuada dos pesquisadores e estudantes vinculados a este projeto, tais como cursos, congressos e publicação de artigos.

## 9.5. LABORATÓRIO ESCOLA DE ANÁLISES CLÍNICAS

O Laboratório Escola de Análises Clínicas (LEAC) também é indispensável para a formação do estudante do curso de Farmácia. As novas DCNs do curso de graduação em Farmácia (Resolução MEC nº 06 de 19 de outubro de 2017) institui que 30% da carga horária total dos estágios curriculares seja realizada nas análises clínicas, genética e toxicológicas. O curso de graduação em Farmácia da UFVJM conta com a infraestrutura de um Laboratório Clínico completo, com possibilidade de realização da maioria dos testes laboratoriais de rotina e muitos outros específicos. A estrutura física conta com espaço de 256 m<sup>2</sup>, divididos de acordo com o preconizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, contemplando sala de espera, sala de coleta, sanitários feminino, masculino e adaptado para deficientes, sala de separação de amostras, laboratórios de Hematologia Clínica, Bioquímica Clínica, Imunologia Clínica, Microbiologia Clínica e Parasitologia Clínica, além de salas de expurgo, de lavagem e esterilização de materiais. Conta ainda com depósito de resíduos e respeita perfeitamente as condições de acessibilidade de usuários, funcionários e discentes.

Para esse laboratório, foram adquiridos equipamentos automatizados e não automatizados que permitirão o atendimento de cerca de 100-120 pacientes por dia. Em

relação aos recursos humanos, o laboratório clínico escola conta com uma farmacêutica responsável técnica com experiência na área e dois técnicos de laboratório, ambos graduados em Farmácia.

A vigilância sanitária, através do parecer 729/19 de 13 de setembro de 2019 liberou o alvará sanitário para funcionamento do Laboratório após as adequações físicas. Em abril de 2020, o laboratório iniciou suas atividades para realização do diagnóstico da COVID-19 através de uma parceria com a FUNED e pesquisadores da UFVJM. Pretende-se que o laboratório atenda as demandas internas da UFVJM, com devido suporte financeiro e técnico das instâncias superiores e, posteriormente, possam ser estabelecidos convênios estabelecidos com os municípios da microrregião de saúde de Diamantina (Anexos VIII e IX).

Os objetivos deste laboratório são:

- disponibilizar infraestrutura adequada para a realização de estágio pelos estudantes do curso de Farmácia;
- oferecer possibilidade para o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão através de projetos devidamente registrados na UFVJM;
- oferecer melhoria nas atividades didáticas do curso, através de aulas práticas realizadas em campo e utilização de exemplos reais de casos clínicos para interpretação e discussão pelos discentes;
- oferecer um serviço que atenda à demanda do município e região, por meio de atendimentos cadastrados no SUS;
- oferecer um serviço que poderá ser utilizado pelo corpo de funcionários e de estudantes da UFVJM;
- conceder um suporte técnico treinado a favor dos métodos de proteção à saúde e integridade dos funcionários e estudantes da UFVJM;
- melhorar as estatísticas em relação à saúde do município e região;



- incrementar dados epidemiológicos e ajudar a compor o perfil de atendimentos realizados no município.

## 9.6. EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

No que diz respeito à educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, o PPC de graduação em Farmácia busca lidar com a diversidade étnico-racial como uma questão histórica e entender os processos sociais e os determinantes da manutenção de preconceitos e da desigualdade de oportunidades e, também, promover a preservação e a valorização cultural dessas populações.

A estratégia para trabalhar as relações étnico-raciais será feita a partir da transversalidade entre as UCs, mas com uma abordagem mais direta em algumas UCs, como Antropologia Cultural, que deverá tratar da questão da consciência política e histórica da diversidade brasileira, como forma de promover a igualdade da pessoa humana, à valorização das heranças culturais e estéticas dos povos de origem africana, a desconstrução de estereótipos e a superação de preconceito e discriminação. Por meio da reflexão, indagação e discussão das causas institucionais, históricas e discursivas do racismo, serão colocados em questão os mecanismos de construção das identidades nacionais e étnico-raciais, com ênfase na preocupação com as formas pelas quais as identidades nacionais e étnico-raciais dos discentes estão sendo construídas.

A valorização da cultura indígena e africana será trabalhada, por exemplo, nas UCs de Etnobotânica de Plantas Medicinais e Farmacobotânica, com o resgate do conhecimento dos povos africanos e indígenas sobre a flora nativa e seus usos etnomedicinais. Além disso, sabe-se que o acesso em saúde no Brasil é, ainda uma questão complexa desde a criação do SUS, principalmente, para as populações quilombolas e indígenas, que historicamente têm sido marginalizadas neste processo (FREITAS et al., 2011; CONFALONIERI, 1989).

Assim, é necessário trazer à luz da formação dos profissionais de saúde a discussão de questões relacionadas ao processo de saúde/doença e o direito pleno e integral destas populações à saúde, lembrando que as políticas públicas em saúde devem

buscar a inclusão destes grupos especiais, a fim de garantir equidade. Vários autores apontam que para se alcançar um processo adequado de assistência à saúde, as profissões devem investigar como a comunidade constrói suas representações do mundo e como elas interferem, por exemplo, diretamente nas práticas relacionadas à saúde em seu cotidiano e com o ambiente. Essa abordagem permite levantar e utilizar estratégias adequadas à realidade da comunidade para a prevenção e terapêutica das doenças, por exemplo (CONFALONIERI, 1989; FALCÃO, 2002; FREITAS et al., 2011). Esses aspectos serão abordados, sobretudo em UCs do eixo em saúde do curso, como Introdução à Saúde Coletiva, Assistência Farmacêutica, Parasitologia, Parasitologia Aplicada, Fundamentos de Hematologia e Citologia Clínica e Hematologia Clínica.

Dessa forma, este currículo almeja superar a simples operação de adição de informações multiculturais na estrutura curricular, evitando tratar da discriminação étnico-racial de forma simplista.

## 9.7. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Educação em Direitos Humanos está prevista nas diretrizes estabelecidas no PDI da UFVJM para a construção dos currículos dos cursos de graduação e segue os critérios estabelecidos na Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2012a).

Considerando a perspectiva de promoção da educação para a mudança e a transformação social, a Educação em Direitos Humanos se fundamenta nos princípios da dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade e sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012a).

Educar para os Direitos Humanos significa preparar os indivíduos para que possam participar da formação de uma sociedade mais democrática e mais justa. Essa preparação deve priorizar o desenvolvimento da autonomia e da participação ativa e responsável dos cidadãos em sua comunidade.

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos

na organização do currículo do curso de Farmácia será realizada pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente. Concomitantemente, em função dos determinantes sociais da saúde, os temas transversais no presente PPC serão abordados predominantemente nas UCs dos eixos cuidado em saúde e gestão em saúde, tais como Antropologia Cultural, Introdução às Ciências Farmacêuticas, Cenários de Prática I, II, III e IV, Deontologia e Legislação Farmacêutica, Economia e Administração Farmacêutica, Introdução à Saúde Coletiva, Farmacoepidemiologia, Cuidado Farmacêutico I e II, Assistência Farmacêutica, Farmácia Hospitalar, Psicologia Aplicada à Saúde, Farmacoeconomia, Etnobotânica de Plantas Medicinais, Práticas Integrativas e Complementares Aplicadas à Saúde, Saúde Ambiental, Supervisão da Produção, Farmácia Clínica, Farmácia Clínica Hospitalar, Semiologia Farmacêutica Avançada e Farmácia e Sociedade I e II. Os estágios curriculares e ações de extensão também trabalharão aspectos da formação socioafetiva do discente como comprometimento, respeito, ética e diálogo com os segmentos sociais em situação de vulnerabilidade social.

Diante disso, o presente Projeto Pedagógico se compromete em adotar a Educação em Direitos Humanos como uma das ferramentas para alcance do perfil ético, humanista, reflexivo almejado, de modo que os que os estudantes sejam capazes de se reconhecerem como sujeitos de direitos e de responsabilidades, conscientes de sua cidadania, e compreendendo e trabalhando pelo respeito ao direito alheio, na sociedade em que vivem.

## 9.8. POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A UFVJM, e especificamente o curso de Farmácia, estão em consonância com a promoção da Educação Ambiental que está prevista na:

- Constituição Federal de 1988 (inciso VI do § 1º do artigo 225);
- Lei nº 6.938 (31/08/1981) que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei nº 9.795 (27/04/1999), regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e;

- Resolução CNE/CP, Ministério da Educação, CNE/CP Nº 2 (15 /06/2012), que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Dessa forma, a Universidade contribui para a Educação Ambiental por meio de seu posicionamento com estudantes, servidores e comunidade em geral, destacando a importância da sustentabilidade (equilíbrio entre o suprimento das necessidades humanas e a preservação dos recursos naturais). O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ressalta o desenvolvimento sustentável em sua missão:

“No seu horizonte temporal futuro, a UFVJM vislumbra uma posição referencial no campo das ciências, no cenário nacional. Pretende ampliar o seu espaço de atuação, intensificar o exercício fundamentado no tripé ensino-pesquisa-extensão e assumir a liderança no âmbito regional em prol de um desenvolvimento equitativo e sustentável” (UFVJM, 2017a).

No âmbito Institucional, a gestão ambiental dos recursos naturais, resíduos, política e regularização ambiental, será desenvolvida sob a responsabilidade da Assessoria de Meio Ambiente, criada em 2008 (UFVJM, 2013 - p.129).

A Instituição adota como premissa a observância dos princípios da ética, da gestão democrática, transparência, participação, legalidade, legitimidade, economicidade, impessoalidade, moralidade, publicidade dos atos, planejamento, avaliação e sustentabilidade (UFVJM, 2017a). Em consonância, o curso de Farmácia projetará sua força para a formação de agentes transformadores da realidade social, econômica e ambiental.

De acordo com Dias (2003), há cinco categorias de objeto para desenvolver a Educação Ambiental: a consciência (sensibilização dos indivíduos e grupos sociais para a importância de um meio ambiente saudável), o conhecimento (como o homem pode interferir de formas negativa e positiva no meio ambiente), o comportamento (ações de proteção ao ambiente ou de minimização da interferência humana), a habilidade (identificar e resolver problemas ambientais) e a participação (realizar tarefas a fim de resolver problemas ambientais). Assim, a Educação Ambiental deverá ocorrer além da consciência e do conhecimento teórico, chegando ao âmbito das ações, manifestando-se na investigação científica, no trabalho pedagógico em sala de aula ou na aula prática de laboratório e nas atividades extensionistas (MARTINS, 2011).

As formas de desenvolver a Educação Ambiental no curso de Farmácia serão: disciplinar (em UCs específicas, como será mencionado posteriormente) e transdisciplinar (em diversas UCs e em certos projetos de pesquisa e de extensão). Nas diferentes UCs e nos projetos de extensão ou pesquisa, o discente será levado a se conscientizar/sensibilizar sobre questões ambientais e adquirir conhecimento ligado a conteúdos específicos (em algumas UCs) ou de forma transdisciplinar. Em seguida, partirá para ações de comportamento, desenvolvimento de habilidades para identificar problemas ambientais e participação em tarefas para solucionar problemas. Um exemplo é uma aula prática em laboratório químico, que produz resíduos tóxicos: o discente será levado a se conscientizar e a conhecer cientificamente que os resíduos produzidos por sua atividade são potenciais agentes danosos para o meio ambiente e para si, em seguida deverá desenvolver um comportamento de uso de EPIs no laboratório e realizar o descarte correto dos resíduos, participando assim de ações que minimizam problemas ambientais e desenvolvendo habilidades de detectar problemas de contaminação ambiental em situações futuras em outras UCs, em projetos científicos e na atuação como futuro profissional.

A Educação Ambiental, em sua forma disciplinar, será desenvolvida por meio de conteúdos específicos de UCs, tais como: Toxicologia (especificamente em seu tópico Toxicologia Ambiental); Qualidade da Água (em um de seus tópicos a UC fornece conhecimentos básicos sobre as várias formas de poluição hídrica e os principais processos para seu tratamento, além de conhecer técnicas de tratamento da água); e Saúde Ambiental (UC que trata de assuntos da Educação Ambiental associada à saúde humana). Transdisciplinarmente há diversas UCs que estão relacionadas diretamente com produção/utilização de material contaminante sejam biológicos, químicos, resíduos líquido ou sólido, descarte de medicamentos, insumos, material perfurocortante, reagentes, entre outros. Essas UCs fornecem o cenário para a correta orientação acerca das legislações vigentes sobre o manejo de resíduos. Além disso, outras UCs abordam sustentabilidade, patrimônio cultural, educação ambiental, desenvolvimento regional, agricultura familiar, comunidades tradicionais rurais e agroecologia, ética ambiental; são também temas recorrentes o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado, fatores de risco ambiental, vigilância e tecnologias em saúde, saneamento ambiental, qualidade da água, resíduos sólidos e esgotamento sanitário.

Projetos de extensão poderão trabalhar transdisciplinarmente a Educação Ambiental. Dessa forma, esses projetos contribuirão para a Educação Ambiental do futuro profissional

farmacêutico, ao mesmo tempo em que atingirá a população que habita a região de abrangência desta IFES. Exemplos que poderão ser criados: projetos que informem a população sobre descartes de medicamentos vencidos (indiretamente contribui para a Educação Ambiental, ao conscientizar o extensionista e a população sobre a contaminação do ambiente, contaminação de mananciais e solo com substâncias medicamentosas); projetos sobre plantas medicinais nativas, que poderão evidenciar a importância da exploração sustentável de nossos recursos naturais); no âmbito das análises clínicas, trabalhos que chamem a atenção para a questão da importância do saneamento básico, evitando contaminação ambiental (solo e água) com dejetos humanos e que poderiam provocar surtos de doenças parasitárias, dentre outros exemplos.

Na execução de determinados projetos no âmbito da iniciação científica, o discente entrará em contato com questões como descarte de resíduos laboratoriais tóxicos para o meio ambiente ou contaminantes (químico ou biológico). Dessa forma, estará envolvido transdisciplinarmente na questão da Educação Ambiental, sendo orientado pelo docente responsável pelo projeto.

## 9.9. EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

O PPC de graduação em Farmácia assume a educação empreendedora como um de seus pilares, com base nas diretrizes emanadas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, bem como do Conselho Universitário – Consu, por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e de seu Projeto Pedagógico Institucional – PPI (UFVJM, 2017a).

Segundo Lopes (2010), o empreendedorismo, em um contexto educacional, pode ser definido em termos do comportamento do empreendedor, ressaltado por meio de seus atributos e habilidades. Desta forma, a Educação Empreendedora é aquela que busca o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que capacitem o estudante para a percepção das realidades do seu meio e das oportunidades de atuação, bem como para a criação e manutenção de empreendimentos, não necessariamente voltados ao

lucro financeiro, mas incluídos aqueles que visam o desenvolvimento econômico e social, haja vista a grande demanda regional. Nesse contexto, a educação empreendedora torna-se um instrumento para a superação dos desafios sociais da região de abrangência do curso de graduação em Farmácia da UFVJM.

Conforme estabelecido no perfil do egresso desenhado no PPI 2017-2021 da UFVJM, espera-se que o PPC do curso de graduação em Farmácia possa

“familiarizar o estudante com o que a sociedade espera dele e não limitar a condução do mesmo às teorias ou fórmulas definitivas, mas equipá-lo com instrumentos de reflexão dentro de um contexto de investigação e de autocrítica contínuas. A formação crítica e reflexiva do estudante da UFVJM deverá incorporar o desenvolvimento de atitudes empreendedoras que promovam o desenvolvimento regional e nacional” (UFVJM, 2017a, p.29).

Esse documento estabelece que a “organização didático-pedagógica dos cursos da UFVJM deve seguir as tendências, recomendações e exigências atuais, sem prejuízo das orientações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais” e é isso que este PPC do curso de graduação em Farmácia pretende. Traz ainda este PDI que os cursos da UFVJM devem evoluir para “um modelo consoante com os novos tempos, apoiado nos princípios da interdisciplinaridade, da flexibilidade, e na busca contínua de melhoria e atualização, proporcionando também uma educação empreendedora” (UFVJM, 2017a, p.30).

Dentre as diretrizes para a construção dos currículos dos cursos de graduação, o PPI/PDI da UFVJM (2017-2021) estabelece como um dos eixos a promoção da “formação discente de forma a estimular o desenvolvimento de atitudes empreendedoras” (UFVJM, 2017a, p.35).

Sendo assim, consoante às diretrizes emanadas dos órgãos superiores da UFVJM, bem como preocupados com a formação e posterior atuação dos egressos no mercado de trabalho, bem como com o desenvolvimento regional, este PPC estabelece a necessidade de se trabalhar a educação empreendedora, de modo transversal, no curso de graduação em Farmácia da UFVJM.

A educação empreendedora deverá ser trabalhada ao longo de todo o curso, entretanto com maior enfoque nas seguintes UCs ou componentes curriculares:

- Introdução às Ciências Farmacêuticas
- Estágio I
- Economia e Administração Farmacêutica
- Imunologia Aplicada
- Cenários de Prática II
- Química Farmacêutica
- Fundamentos de Bioquímica Clínica
- Biologia Molecular Aplicada
  
- Fundamentos de Hematologia e Citologia Clínica

- Tecnologia de Cosméticos II
- Farmacoeconomia
- Bioquímica Clínica
- Hematologia Clínica
- Fundamentos de Cromatografia
- Imunomúdia
- Parasitologia Clínica
- Tópicos em Farmacotécnica: Alimentos Funcionais e Nutracêuticos X Farmácia
  - Microbiologia de Alimentos

- Farmacognosia II
- Estágio II
- Farmacologia III
  
- Toxicologia
- Parasitologia Aplicada
- Farmacoepidemiologia
- Cenários de Prática III
  
- Microbiologia Aplicada
- Métodos de Separação e Identificação de Compostos Químicos

- Saúde Ambiental
- Homeopatia
- Controle de Qualidade de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos
- Enzimologia Industrial
- Qualidade da Água
- Tecnologia Farmacêutica
- Práticas Integrativas e Complementares Aplicadas à Saúde
- Toxicologia Analítica
  - Supervisão de Produção

- Biofarmácia
- Biotecnologia
- Farmacotécnica I
- Farmacotécnica II
- Assistência Farmacêutica
- Farmácia Hospitalar
- Gestão e Controle de Qualidade
- Tecnologia em Ciências Farmacêuticas II
- Fitoterápicos
- Estágio III
- Cuidado Farmacêutico II
- Cenários de Prática IV
  
- Estágio IV
- Trabalho de Conclusão de Curso
- Estágio V
- Tecnologia de Cosméticos I

- Controle de Qualidade em Laboratório Clínico
- Microbiologia Clínica
- Síntese de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos
- Uso de Radioisótopos em Farmácia
- Técnicas Hifenadas em Cromatografia
- Farmácia Clínica
- Citologia Clínica e Uroanálise
- Terapia Nutricional
- Semiologia Farmacêutica Avançada
- Farmácia Clínica Hospitalar
- Etnobotânica de Plantas Medicinais
- Fontes de Produtos Bioativos para o Desenvolvimento de Novos Medicamentos
- Farmacologia Clínica I
- Farmacologia Clínica II
- Farmácia e Sociedade I
- Farmácia e Sociedade II

Cabe ressaltar também que com a implementação da Farmácia Universitária e do Laboratório Escola de Análises Clínicas, além da empresa Junior Farbio, esses representaram outros espaços de oportunidade para desenvolvimento também da educação empreendedora.



## 9.10. APOIO AO DISCENTE E FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES

A política de atendimento ao discente, proposta pela Instituição, busca atender à demanda de redução das desigualdades socioeconômicas e de democratização do ensino e da própria sociedade, ao mesmo tempo em que estimula o desenvolvimento de potencialidades, de modo que não se torne um mero apoio financeiro, mas uma ferramenta de estímulo ao desenvolvimento pessoal e acadêmico. Esse processo não se pode efetivar apenas no acesso à educação superior, mas, sobretudo, no acesso ao conhecimento e na busca pela permanência do estudante na Instituição, culminando no êxito com a conclusão do curso de graduação.

### *9.3.1. Apoio no Âmbito do Curso de Graduação em Farmácia*

No âmbito do curso, a Coordenação está permanentemente envolvida com o acompanhamento dos acadêmicos desde a recepção dos ingressantes, no auxílio às questões pedagógicas, no aconselhamento para tomada de decisão acerca das escolhas no universo farmacêutico, no processo de facilitação de acesso ao Programa de Assistência Estudantil, no acompanhamento das queixas apresentadas pelos discentes por meio do Instrumento de Avaliação do Ensino e do constante monitoramento da condução do curso por meio da análise do currículo. A Coordenação do Curso está permanentemente disponível para atendimento aos discentes, presencialmente ou por e-mail, mediante agendamento, a fim de monitorar e auxiliar no processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, os docentes do curso de Farmácia estão envolvidos com o apoio e orientação aos discentes, de modo que os acompanham, não somente nas atividades relacionadas à sala de aula e desenvolvimento de projetos, mas também no atendimento individual, extra-sala, buscando apoiá-los nas tomadas de decisão em relação ao curso, na escuta atenta em questões relacionadas à vida universitária, bem como os direcionando para setores que possam prestar apoio psicológico, pedagógico, emocional, quando necessário. Os docentes também conduzem o discente ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NACI (conforme item 9.10.2.8), quando é identificada necessidade de acompanhamento à pessoa portadora de necessidades educacionais especiais.

## *9.10.2. Apoio no Âmbito da UFVJM*

Com o objetivo de garantir o acesso ao ensino superior na UFVJM, várias ações institucionais foram implementadas, constituindo um arcabouço de sustentação para garantir o acolhimento e a permanência do estudante no curso.

### *9.10.2.1. Programa de Assistência Estudantil – PAE*

O Programa de Assistência Estudantil (PAE) é o conjunto de ações implementadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da UFVJM. Esse programa tem por objetivo favorecer a permanência dos discentes matriculados em um dos cursos presenciais de graduação oferecidos pela UFVJM, com fins de reduzir os índices de retenção e evasão motivados por insuficiência de recursos financeiros. Para tanto, é necessário que o discente comprove estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que é avaliada e identificada por profissionais ocupantes do cargo de Assistente Social. O acesso ao Programa se dá por meio de classificação em processo seletivo conduzido via edital específico do Programa de Assistência Estudantil, cujas chamadas são realizadas semestralmente pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da UFVJM.

Este programa destina-se a promover inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e bem-estar biopsicossocial, por meio de auxílio financeiro para o custeio complementar de despesas com transporte, alimentação, moradia estudantil e aquisição de material didático, mas também oferece ao discente outras formas de assistência, como atendimento psicológico, social, odontológico e pedagógico.

#### *9.10.2.1.1. Moradia Estudantil Universitária – MEU*

A Moradia Estudantil Universitária (MEU) é o conjunto de edificações destinadas a garantir o alojamento temporário de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em um dos cursos de

graduação presenciais da UFVJM, contribuindo, dessa forma, para sua formação social e profissional. A MEU objetiva contribuir para que os discentes tenham igualdade de condições para a permanência na educação superior; proporcionar aos discentes ambientes em condições adequadas à moradia, estudo e convivência, visando o bom desempenho acadêmico; e incentivar o espírito de organização, cooperação e convivência coletivos entre os discentes moradores. Os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica podem candidatar-se por meio de edital próprio do Programa de Assistência Estudantil para a ocupação de uma vaga na MEU, de modo que, ao ser contemplado, têm garantida sua permanência até a conclusão do curso.

#### *9.10.2.2. Programa de Monitoria*

O Programa de Monitoria na UFVJM visa proporcionar aos discentes a participação efetiva e dinâmica em projeto acadêmico de ensino, no âmbito de determinada UC ou conjunto de UCs, sob a orientação direta do docente responsável pela mesma. O monitor tem seu trabalho acompanhado por um professor-orientador. Constituem-se objetivos do Programa de Monitoria:

- dar suporte ao corpo discente, visando à melhoria do rendimento acadêmico;
- despertar o gosto pela carreira docente nos acadêmicos que apresentem rendimento escolar geral comprovadamente satisfatório;
- estimular a cooperação dos discentes nas atividades de ensino;
- estimular o acadêmico a desenvolver habilidades que favoreçam a iniciação à docência;
- constituir um elo entre professores e estudantes, visando o melhor ajustamento entre a execução dos programas e o desenvolvimento natural da aprendizagem.

As normas específicas do programa de monitoria seguem a resolução vigente da UFVJM.

### 9.10.2.3. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic

A Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UFVJM é a gestora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) que tem como objetivos:

- possibilitar maior interação entre a graduação e a pós-graduação;
- qualificar estudantes para ingresso nos programas de pós-graduação;
- estimular pesquisadores a engajarem estudantes de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição;
- estimular o aumento da produção científica; Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante suas participações em projetos de pesquisa;
- proporcionar a aprendizagem de técnicas e métodos científicos;
- estimular o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade;
- possibilitar a diminuição do tempo de permanência do estudante na pós-graduação, despertando uma nova mentalidade em relação à pesquisa.

As bolsas de Iniciação Científica são concedidas pelos órgãos de fomento, pela iniciativa privada e pela contrapartida institucional para participação dos discentes em projetos de pesquisa em demandas individuais dos docentes. Elas são oferecidas atendendo critérios de desempenho acadêmico a estudantes interessados no desenvolvimento do trabalho proposto. Atividades desenvolvidas em projetos de pesquisa sem a concessão de bolsas (considerando a limitação do número de bolsas dessa categoria concedidas pelos órgãos de fomento) são também oferecidas pelos docentes. A iniciação científica representa um importante instrumento para a complementação da formação acadêmica de estudantes universitários, embasada na experiência vivida entre o projeto, o fazer e os resultados alcançados, no aporte de conhecimentos e na convivência estreita com o orientador. O Pibic é regulamentado por resolução específica vigente na UFVJM.

#### 9.10.2.4. Programa Institucional de Bolsas de Extensão – Pibex

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFVJM possui um programa que propicia aos discentes a oportunidade de obterem bolsas de extensão. Anualmente, por meio de editais, docentes e técnicos administrativos da instituição podem submeter projetos de extensão, os quais preveem bolsas para estudantes integrantes destes projetos. São objetivos do Pibex:

- estimular a participação da comunidade universitária em ações de extensão, especialmente, a participação de discentes;
- possibilitar a aprendizagem em métodos e processos de extensão universitária;
- incentivar a integração entre docentes, discentes e técnicos administrativos na realização de ações de extensão universitária;
- promover a interação da comunidade universitária com a comunidade externa na resolução de problemas, superação de dificuldades, intercâmbio de conhecimentos, saberes e serviços;
- contribuir com a formação dos discentes a partir da interação com a realidade da população brasileira - em especial, a das regiões de abrangência da UFVJM;
- qualificar os discentes para os desafios enfrentados no mundo atual em relação à atuação profissional e ao exercício da cidadania.

#### 9.10.2.5. Programa de Bolsas de Apoio à Cultura e à Arte – Procarte

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFVJM é a gestora do Programa de Bolsas de Apoio à Cultura e à Arte – Procarte. Por meio de editais específicos, publicados anualmente, docentes e servidores técnicos administrativos da Instituição podem submeter projetos Procarte, os quais preveem bolsas para estudantes integrantes destes projetos. São objetivos do Procarte:

- contribuir com a formação dos discentes a partir da interação com as manifestações culturais e artísticas das regiões de abrangência da UFVJM;

- estimular, por meio do fazer cultural-artístico, a formação de público e a valorização dos espaços dedicados à cultura e às artes;
- proporcionar e incentivar o respeito às diversas manifestações culturais e artísticas em suas múltiplas funções, identificando-as, relacionando-as e compreendendo-as em seu contexto histórico;
- estreitar relações com agentes culturais e artistas das regiões de abrangência da UFVJM, e instituições públicas ou privadas com reconhecida experiência em artes;
- promover o registro, a valorização e a divulgação de expressões culturais das regiões de abrangência da UFVJM.

#### 9.10.2.6. Programa de Apoio ao Ensino de Graduação – Proae

Programa de Apoio ao Ensino de Graduação (Proae) visa estimular e apoiar o desenvolvimento de projetos que resultem em ações concretas para a melhoria das condições de oferta dos cursos e componentes curriculares de graduação, intensificando a cooperação acadêmica entre discentes e docentes, por meio de novas práticas e experiências pedagógicas e profissionais. São objetivos do programa:

- incentivar o estudo e a apresentação de propostas visando o aprimoramento das condições de oferta do ensino de graduação da UFVJM;
- ampliar a participação dos discentes de graduação no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino e na vida acadêmica da Universidade;
- estimular a iniciação à pesquisa no ensino e o desenvolvimento de habilidades relacionadas a esta atividade;
- contribuir com a dinamização do processo de ensino, sua relação com o conhecimento e com a produção de aprendizagens;
- promover a socialização de experiências em práticas de ensino na Instituição.

Nos últimos anos, o PROAE vem estimulando o desenvolvimento de projetos de

ensino focados no enfrentamento à retenção e evasão, buscando contribuir para a permanência e êxito dos discentes em seus cursos de graduação. As normas específicas do Proae são definidas por resolução vigente da UFVJM.

#### 9.10.2.7. Programa de Apoio à Participação em Eventos – Proape

O Programa de Apoio à Participação em Eventos (Proape) é um programa da PROGRAD, de fomento à participação de discentes dos cursos de graduação em eventos acadêmico-científico-culturais, nacionais e internacionais, tais como congressos, simpósios, seminários e similares, considerados importantes para a integração do ensino, pesquisa e extensão. O Proape é executado, de acordo com a viabilidade financeira institucional, seguindo normas definidas em resolução específica vigente da UFVJM.

#### 9.10.2.8. Atendimento aos Estudantes com Necessidades Especiais

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACI) da UFVJM criado pela Resolução nº 19 – CONSU, de 04 de julho de 2008 e reestruturado pela Resolução nº 11– CONSU, de 11 de abril de 2014, é um espaço institucional de coordenação e articulação de ações que contribuem para a eliminação de barreiras impeditivas do acesso, permanência e usufruto não só dos espaços físicos, mas também dos serviços e oportunidades oferecidos pela tríade Ensino - Pesquisa - Extensão na Universidade.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFVJM, 2017-2021, o NACI tem como objetivo (UFVJM, 2017a):

“Fomentar e apoiar ações, programas e serviços diversos, visando o atendimento das pessoas com deficiência, estudantes com necessidades educacionais especiais e pessoas alvo de preconceito e discriminação, promovendo a acessibilidade, a inclusão e o respeito às diferenças”.

O NACI identifica e acompanha semestralmente, o ingresso de discentes com necessidades educacionais especiais na UFVJM, incluindo o transtorno do espectro autista, no ato da matrícula e, ou a partir de demandas espontâneas dos próprios, ou ainda, solicitação da coordenação dos cursos e docentes. A partir dessa identificação, são desenvolvidas, entre outras, as seguintes ações para o seu atendimento:

- realização de reunião no NACI com esses discentes, com a finalidade de acolhê-los na Instituição, conhecer suas necessidades especiais para os devidos encaminhamentos;
- realização de reunião com as coordenações de cursos, com o objetivo de científicá-las do ingresso e das necessidades especiais desses discentes, tanto no âmbito pedagógico, quanto de acesso a equipamentos de tecnologia assistiva, bem como propor alternativas de atendimento e inclusão;
- realização de reunião com os setores administrativos da Instituição para adequação de espaços físicos e eliminação de barreiras arquitetônicas, visando o atendimento às demandas dos discentes e ou servidores;
- empréstimo de equipamentos de tecnologia assistiva;
- disponibilização de tradutor e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais - Libras para os discentes surdos;
- inclusão da Libras como UC obrigatória nos currículos dos cursos de graduação em Licenciaturas e como eletiva nos currículos dos cursos de graduação em Bacharelados.

Nesse sentido, compete à Coordenação deste curso, juntamente com os docentes e servidores técnico-administrativos que apoiam as atividades de ensino, mediante trabalho integrado com o NACI, oferecer as condições necessárias para a inclusão e permanência com sucesso dos discentes com necessidades educacionais especiais.

### *9.10.3. Outras Ações de Apoio ao Estudante*

#### *9.10.2.8. Empresa Júnior de Farmácia da UFVJM – Farbio*

O curso de graduação em Farmácia da UFVJM possui uma empresa Júnior, a Farbio, fundada no ano de 2005, localizada na cidade de Diamantina, Minas Gerais. É formada e gerida exclusivamente por estudantes do curso de graduação em Farmácia. A Farbio é uma empresa de assessoria e consultoria farmacêutica, com CNPJ próprio e autonomia organizacional, administrativa e financeira, onde são realizadas atividades para quaisquer estabelecimentos de saúde, ou demais estabelecimentos que envolvam atividades em saúde, que desejam prestação de serviços de *marketing*, de gestão e gerenciamento da qualidade, a



fim de beneficiar a empresa solicitante e garantir melhoria dos serviços oferecidos à população. Também são realizadas atividades de extensão com as redes de instituições municipais, oferecendo conhecimentos farmacêuticos adquiridos no decorrer do curso no benefício e conscientização da população, bem como no estabelecimento do farmacêutico como profissional do cuidado da saúde perante a comunidade, ganhando espaço e valorização da profissão.

Por meio da vivência empresarial na Empresa Júnior, os estudantes podem desenvolver competências gerenciais, técnicas e empreendedoras. Todas essas competências somadas têm por objetivo estimular o espírito empreendedor e o desenvolvimento técnico, acadêmico, pessoal e profissional de seus membros associados, por meio de contato direto com a realidade do mercado de trabalho e desenvolvimento de atividades de consultoria e de assessorias a empresários e empreendedores com a orientação de professores e profissionais capacitados. Em relação aos projetos desenvolvidos, estes devem estar de acordo com os conteúdos programáticos do curso de graduação.

#### 9.10.3.2. Centro Acadêmico de Farmácia – CAFar

O CAFar é um órgão sem fins lucrativos que congrega todos os estudantes regularmente matriculados no curso de Bacharelado em Farmácia da UFVJM, campus Diamantina. Os principais objetivos do CAFar são:

- defender os interesses dos estudantes do curso de Farmácia;
- promover aproximação entre os corpos discentes, docentes e setor administrativo;
- organizar reuniões e eventos de caráter social, cultural, artístico e científico, numa perspectiva de integração e formação; realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres;
- estimular os estudantes a participarem ativamente das atividades do CAFar.

#### 9.10.3.3. Associação Atlética Acadêmica de Farmácia Overdose UFVJM – AAAFO UFVJM

A AAAFO UFVJM, fundada em 2016, é uma entidade estudantil responsável por

representar o curso de graduação em Farmácia em eventos esportivos, culturais, festivos e acadêmicos, tanto internos como externos à UFVJM, sendo estes de caráter competitivo e recreativo. Sua finalidade máxima é promover a integração e a fraternidade através do esporte e/ou eventos. Essa representação se dá por meio da formação de equipes a partir da organização de treinos, participação em competições esportivas, treinamento da charanga (Bateria), além da organização de jogos recreativos regionais e interestaduais.

#### 9.10.3.4. Integração da Graduação com a Pós-Graduação

Atualmente, o Departamento, além do curso de graduação em Farmácia, conta também com um Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Ciências Farmacêuticas, nível Mestrado. O Programa teve início de suas atividades em 2012 e conta com duas linhas de pesquisa:

- Pesquisa e Desenvolvimento de Insumos, Fármacos e Medicamentos;
- Biociências e Biotecnologia Aplicadas às Ciências Farmacêuticas.

O Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas visa à formação de pessoal qualificado na área das Ciências Farmacêuticas para atuar na pesquisa, desenvolvimento e análise de processos, compostos e organismos para aplicação farmacêutica e biotecnológica, para atuar no exercício das atividades de magistério do ensino superior e também, no desenvolvimento e na inovação tecnológica. Desta forma, tem representando uma alternativa importante para especialização dos estudantes oriundos do curso de Farmácia na região norte/nordeste de Minas Gerais.

Desde a sua criação, tem contribuído efetivamente para melhorar a infraestrutura e o parque técnico do curso, através da captação de recursos pelos docentes integrantes do Programa, além de possibilitar novas alternativas de inserção dos graduandos em projetos de pesquisa. Desta forma, é observada na estrutura do Departamento de Farmácia a possibilidade de interação efetiva entre estudantes da graduação e pós-graduação, com participação dos graduandos em atividades de pesquisa que ampliam a absorção de conhecimento incluídos ou complementares às UCs por meio dos programas de Iniciação Científica da UFVJM ou mesmo voluntária.

Os estudantes da Pós-Graduação têm, também, desenvolvido atividades de estágio em docência, participação em fóruns, apresentações, semanas de formação, ampliando a discussão e o debate junto à graduação.

Além de atuarem no Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, docentes do curso de Farmácia atuam também em outros programas de pós-graduação da UFVJM, quais sejam: Saúde, Sociedade e Ambiente (mestrado); Biocombustíveis (mestrado e doutorado); Multicêntrico em Química (mestrado e doutorado); Multicêntrico em Ciências Fisiológicas (mestrado e doutorado) e Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde.

A participação efetiva dos estudantes nos projetos de pesquisa permite maior envolvimento da graduação em eventos científicos internos à UFVJM, bem como congressos e simpósios, regionais, nacionais e inclusive internacionais e, com isso, ampliação da vivência técnico-científica; melhor preparação dos discentes da graduação para estágios em centros de pesquisa no Brasil e no exterior.

## 10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso de graduação em Farmácia da UFVJM está alinhado com todo o processo de saúde-doença do indivíduo, da família e da comunidade; com a realidade epidemiológica, socioeconômica, cultural e profissional, proporcionando a integralidade das ações de Cuidado em Saúde, Tecnologia e Inovação em Saúde e Gestão em Saúde.

A formação em Farmácia requer conhecimentos e o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, abrangendo, além de pesquisa, gestão e empreendedorismo, as seguintes ciências, de forma integrada e interdisciplinar:

I - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ética e Bioética, integrando a compreensão dos determinantes sociais da saúde, que consideram os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, de gênero e de orientação sexual, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais, ambientais, do processo saúde-doença do indivíduo e da população;

II - Ciências Exatas, contemplando os campos das ciências químicas, físicas, matemáticas, estatísticas e de tecnologia de informação, que compreendem seus domínios teóricos e práticos, aplicados às ciências farmacêuticas;

- Ciências Biológicas, contemplando as bases moleculares e celulares, a organização estrutural de protistas, fungos e vegetais de interesse farmacêutico, os processos fisiológicos, patológicos e fisiopatológicos da estrutura e da função dos tecidos, dos órgãos, dos sistemas e dos aparelhos, e o estudo de agentes infecciosos e parasitários, dos fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento de doenças, aplicadas à prática, dentro dos ciclos de vida;

III - Ciências da Saúde, contemplando o campo da saúde coletiva, a organização e a gestão de pessoas, de serviços e do sistema de saúde, programas e indicadores de qualidade e segurança dos serviços, políticas de saúde, legislação sanitária, bem como epidemiologia, comunicação, educação em saúde, práticas integrativas e complementares, que considerem a determinação social do processo saúde-doença;

IV - Ciências Farmacêuticas, que contemplam:

a) assistência farmacêutica, serviços farmacêuticos, farmacoepidemiologia, farmacoeconomia, farmacovigilância, hemovigilância e tecnovigilância, em todos os níveis de atenção à saúde;

b) farmacologia, farmacologia clínica, semiologia farmacêutica, terapias farmacológicas e não farmacológicas, farmácia clínica, toxicologia, serviços clínico-farmacêuticos e procedimentos dirigidos ao paciente, família e comunidade, cuidados farmacêuticos e segurança do paciente;

c) química farmacêutica e medicinal, farmacognosia, química de produtos

naturais, fitoterapia e homeopatia;

d) farmacotécnica, tecnologia farmacêutica e processos e operações farmacêuticas, magistrais e industriais, aplicadas a fármacos e medicamentos alopáticos, homeopáticos, fitoterápicos, cosméticos, radiofármacos, alimentos e outros produtos para a saúde, planejamento e desenvolvimento de insumos, de fármacos, de medicamentos e de cosméticos;

e) controle e garantia da qualidade de produtos, processos e serviços farmacêuticos;

f) deontologia, legislação sanitária e profissional;

g) análises clínicas, contemplando o domínio de processos e técnicas de áreas como microbiologia clínica, botânica aplicada, imunologia clínica, bioquímica clínica, hematologia clínica, parasitologia clínica e citopatologia clínica;

h) genética e biologia molecular;

i) análises toxicológicas, compreendendo o domínio dos processos e técnicas das diversas áreas da toxicologia;

j) gestão de serviços farmacêuticos;

k) farmácia hospitalar, farmácia em oncologia e terapia nutricional;

l) análises de água, de alimentos, de medicamentos, de cosméticos, de saneantes e de domissanitários;

m) pesquisa e desenvolvimento para a inovação, a produção, a avaliação, o controle e a garantia da qualidade de insumos, fármacos, medicamentos, cosméticos, saneantes, domissanitários, insumos e produtos biotecnológicos, biofármacos, biomedicamentos, imunobiológicos, hemocomponentes, hemoderivados, e de outros produtos biotecnológicos e biológicos, além daqueles obtidos por processos de farmacogenética e farmacogenômica, insumos e equipamentos para diagnóstico clínico- laboratorial, genético e toxicológico, alimentos, reagentes químicos e bioquímicos, produtos para diagnóstico *in vitro* e outros relacionados à saúde, bem como os seus aspectos regulatórios;

n) pesquisa e desenvolvimento para a inovação, produção, avaliação, controle e garantia da qualidade e aspectos regulatórios em processos e serviços de assistência farmacêutica e de atenção à saúde;

o) gestão e empreendedorismo, que contemplam:

1. projetos e processos;
2. empreendimentos farmacêuticos;
3. assistência farmacêutica e estabelecimentos de saúde;
4. serviços farmacêuticos.

As UCs que integram as áreas das Ciências Exatas, Biológicas e da Saúde, Humanas e Sociais Aplicadas, Ética e Bioética são essenciais para a construção do conhecimento básico do acadêmico e darão subsídios para o entendimento das UCs da área de Ciências Farmacêuticas, particularmente responsáveis pela formação do profissional, contribuindo para sua atuação nas diversas áreas da profissão, como indústrias, hospitais, farmácias, laboratórios de análises, serviços públicos de saúde.

Como eletivas, são oferecidas UCs específicas das áreas de Indústria, Assistência Farmacêutica, Alimentos, Análises Clínicas e Toxicológicas, possibilitando ao acadêmico, opções diferenciadas de ampliação e aprofundamento dos conhecimentos e maior flexibilidade na sua formação. Respeitada as normas regimentais da instituição, em relação às UCs eletivas, levam-se em consideração os seguintes itens:

- possibilidade do acadêmico cursar uma carga horária de UCs eletivas maior do que a carga horária mínima exigida para a integralização do curso;

- oferta de UCs eletivas não constantes do elenco registrado neste projeto pedagógico, desde que aprovadas pelo Colegiado de Curso. Conforme Regulamento dos Cursos de graduação da UFVJM Resolução CONSEPE, nº 11/2019, novas eletivas poderão ser criadas, desde que encaminhadas à PROGRAD até 30 (trinta) dias antes do início do plano de ofertas no sistema de gestão acadêmica.

- compete ao Colegiado de Curso garantir semestralmente a oferta das UCs eletivas previstas no PPC. Deverá ocorrer alternância de oferta entre UCs da mesma

área e oferta mínima anual. No entanto, o Colegiado de Curso deverá garantir o mínimo de UCs eletivas por semestre, que satisfaça a integralização do curso e a formação dos discentes.

- casos omissos serão discutidos no Colegiado de Curso e encaminhados à apreciação do CONSEPE.

Além das UCs, fazem parte da organização curricular o Estágio Curricular Supervisionado, as Atividades Complementares, as Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

## 10.1. MATRIZ CURRICULAR

A seguir apresenta-se a matriz curricular do Curso de Graduação em Farmácia, especificando as UCs por período, sua carga-horária, pré-requisitos e equivalência com a estrutura curricular 2006 (Tabelas 4, 5, 6 e 7).

Tabela 4. Unidades Curriculares Obrigatórias do Curso de Graduação em Farmácia, especificadas por período, carga-horária, pré-requisitos e equivalência com a estrutura curricular 2006.

PRIMEIRO PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Pré-requisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2006
DCB001	Anatomia Humana	O	P	30	45	75	5	-	DCB037 Anatomia Humana, DCB107 Anatomia Humana
DCB110	Antropologia Cultural	O	P	45	00	45	3	-	DCB056 Antropologia
DCB075	Citologia	O	P	30	15	45	3	-	
DCB076	Genética	O	P	30	00	30	2	-	DCB025 Genética, DCB082 Genética e Evolução, BIO021 Genética
FAR149	Cálculos Farmacêuticos	O	P	60	00	60	4	-	MAT003 Cálculo Diferencial e Integral I
FAR150	Metodologia Científica	O	P	15	15	30	2	-	ENF002 Metodologia da Pesquisa Científica e Tecnológica 60h (aproveitamento de estudos)
FAR001	Introdução às Ciências Farmacêuticas	O	P	30	00	30	2	-	
FAR002	Química Geral	O	P	60	45	105	7	-	QUI032 Química Geral I
<b>SUBTOTAL</b>				<b>300</b>	<b>120</b>	<b>420</b>	<b>28</b>		



SEGUNDO PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Pré-requisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2006
MAT010	Bioestatística	O	P	60	0	60	4	-	MAT028 Estatística, MAT027 Bioestatística
BIO016	Farmacobotânica	O	P	30	30	60	4	-	BIO049 Farmacobotânica
DCB057	Histologia e Embriologia	O	P	30	30	60	4	DCB075	
FAR151	Biofísica Aplicada	O	P	30	15	45	3	-	FAR003 Física Aplicada à Farmácia
FAR004	Físico-Química	O	P	30	30	60	4	FAR002	
FAR005	Química Analítica Qualitativa	O	P	45	45	90	6	FAR002	QUI004 Química Analítica Qualitativa + QUI036 Química Analítica Instrumental
FAR006	Química Orgânica I	O	P	60	0	60	4	FAR002	QUI008 Química Orgânica I
FAR152	Cenários de Prática I	O	P	30	0	30	2	FAR002; FAR149	
<b>SUBTOTAL</b>				<b>315</b>	<b>150</b>	<b>465</b>	<b>31</b>		

TERCEIRO PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Pré-requisitos e Co-requisitos (identificadas com o astertisco*)	Equivalência Estrutura Curricular 2006
DCB112	Fisiologia Humana	O	P	45	30	75	5	DCB001	DCB097 Fisiologia dos Sistemas, DCB094 Fisiologia dos Sistemas, DCB050 Fisiologia Humana
FAR155	Química Orgânica II	O	P	45	45	90	6	FAR006	FAR007 Química Orgânica II, QUI011 Química Orgânica II
FAR008	Química Analítica Quantitativa	O	P	45	45	90	6	FAR005	QUI012 Química Analítica Quantitativa + QUI036 Química Analítica Instrumental

FAR153	Bioquímica	O	P	75	15	90	6	FAR006	FAR009 Bioquímica Aplicada à Farmácia
FAR154	Deontologia e Legislação Farmacêutica	O	P	30	0	30	2	-	FAR019 Deontologia e Legislação Farmacêutica
FAR142	Imunologia	O	P	45	0	45	3	-	FAR010 Imunologia, FAR120 Imunologia, BIO033 Fundamentos de Imunologia, DCB126 Imunologia, DCB127 Imunologia, DCB128 Imunologia
FAR156	Estágio I	O	P	0	60	60	4	-	FAR020 Estágio I
<b>SUBTOTAL</b>				<b>285</b>	<b>195</b>	<b>480</b>	<b>32</b>		

<b>QUARTO PERÍODO</b>									
<b>Código</b>	<b>Componente Curricular</b>	<b>Tipo</b>	<b>Mod</b>	<b>Teórica</b>	<b>Prática</b>	<b>Total</b>	<b>CR</b>	<b>Pré-requisitos e Co-requisitos (identificadas com o astertisco*)</b>	<b>Equivalência Estrutura Curricular 2006</b>
FAR143	Parasitologia	O	P	45	0	45	3	FAR142	FAR011 Parasitologia, FAR125 Parasitologia, FAR 123 Parasitologia, FAR140 Parasitologia
FAR159	Farmacologia I	O	P	60	0	60	4	DCB112	FAR012 Farmacologia I 90h (aproveitamento de estudos)
FAR104	Economia e Administração Farmacêutica	O	P	45	0	45	3		
FAR158	Farmacognosia I	O	P	45	15	60	4	FAR153; FAR006; BIO016	FAR013 Farmacognosia 120h (aproveitamento de estudos)
FAR160	Imunologia Aplicada	O	P	30	30	60	4	FAR142	
DCB062	Microbiologia	O	P	30	30	60	4		DCB061 Microbiologia, BIO004 Biologia de Microorganismos, DCB063 Microbiologia
DCB124	Patologia Geral	O	P	30	30	60	4	DCB057; FAR142	DCB068 Patologia, DCB077 Patologia, DCB103 Patologia, DCB095 Patologia
FAR157	Cenários de Prática II	O	P	30	0	30	2	DCB112	

	UCs Eletivas (mínimo)	EL	P	45	0	45	3	De acordo com a UC escolhida	
<b>SUBTOTAL</b>				<b>360</b>	<b>105</b>	<b>465</b>	<b>31</b>		

QUINTO PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Pré-requisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2006
FAR164	Farmacologia II	O	P	60	0	60	4	FAR159	FAR014 Farmacologia II 90h (aproveitamento de estudos)
FAR168	Química Farmacêutica	O	P	30	30	60	4	FAR155	FAR015 Química Farmacêutica
FAR166	Fundamentos de Bioquímica Clínica	O	P	30	30	60	4	FAR153	FAR017 Fundamentos de Citologia, Hematologia e Bioquímica Clínica 120h (aproveitamento de estudos)
FAR165	Fundamentos de Hematologia e Citologia Clínica	O	P	30	30	60	4	DCB124	FAR017 Fundamentos de Citologia, Hematologia e Bioquímica Clínica 120h (aproveitamento de estudos)
FAR162	Biologia Molecular Aplicada	O	P	30	15	45	3	FAR153; DCB075; DCB076	FAR097 Biologia Molecular e Biotecnologia 105h (aproveitamento de estudos)
FAR163	Farmacognosia II	O	P	45	15	60	4	FAR158	FAR013 Farmacognosia 120h (aproveitamento de estudos)
FAR167	Projeto de Pesquisa	O	P	30	0	30	2	FAR157	ENF002 Metodologia da Pesquisa Científica e Tecnológica 60h (aproveitamento de estudos)
	UCs Eletivas (mínimo)	EL	P	45	0	45	3	De acordo com UC escolhida	
FAR169	Estágio II	O	P	0	60	60	4	-	FAR021 Estágio II
<b>SUBTOTAL</b>				<b>300</b>	<b>180</b>	<b>480</b>	<b>32</b>		

SEXTO PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Pré-requisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2006
FAR174	Farmacotécnica I	O	P	30	30	60	4	FAR155	FAR018 Farmacotécnica 120h (aproveitamento de estudos)
FAR173	Farmacologia III	O	P	60	0	60	4	FAR164	FAR014 Farmacologia II 90h (aproveitamento de estudos)
FAR177	Toxicologia	O	P	30	30	60	4	FAR159	FAR016 Toxicologia
FAR176	Parasitologia Aplicada	O	P	45	15	60	4	FAR143; FAR160	FAR095 Diagnóstico Laboratorial de Doenças Infecto-Contagiosas 120h (aproveitamento de estudos)
FAR175	Introdução à Saúde Coletiva	O	P	45	0	45	3	-	FAR094 Saúde Pública 90h (aproveitamento de estudos)
FAR172	Farmacoepidemiologia	O	P	45	0	45	3	MAT010	FAR094 Saúde Pública 90h (aproveitamento de estudos)
FAR171	Cuidado Farmacêutico I	O	P	45	0	45	3	FAR164	FAR103 Atenção Farmacêutica
FAR219	Cenários de Prática III	O	P	30	0	30	2	DCB112	FAR170 Cenários de Prática III
	UCs Eletivas (mínimo)	EL	P	45	0	45	3	De acordo com a UC escolhida	
<b>SUBTOTAL</b>				<b>375</b>	<b>75</b>	<b>450</b>	<b>30</b>		

SÉTIMO PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Pré-requisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2006
FAR182	Microbiologia Aplicada	O	P	30	15	45	3	DCB062	FAR095 Diagnóstico Laboratorial de Doenças Infecto-Contagiosas 120h (aproveitamento de estudos)
FAR025	Métodos de Separação e Identificação de Compostos Químicos	O	P	60	0	60	4	FAR006	
FAR183	Tecnologia em Ciências Farmacêuticas I	O	P	30	30	60	4	FAR174	FAR098 Tecnologia em Ciências Farmacêuticas 120h (aproveitamento de estudos)
FAR179	Biofarmácia	O	P	30	30	60	4	FAR14; FAR159	FAR100 Biofarmácia
FAR180	Biotecnologia	O	P	30	15	45	3	FAR153; DCB062	FAR097 Biologia Molecular e Biotecnologia 105h (aproveitamento de estudos)
FAR181	Farmacotécnica II	O	P	30	30	60	4	FAR174	FAR018 Farmacotécnica 120h (aproveitamento de estudos)
FAR178	Assistência Farmacêutica	O	P	30	0	30	2	FAR172; FAR164; FAR175	
	UCs Eletivas (mínimo)	EL	P	45	0	45	3	De acordo com a UC escolhida	
<b>SUBTOTAL</b>				<b>285</b>	<b>120</b>	<b>405</b>	<b>27</b>		

OITAVO PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Pré-requisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2006
FAR090	Farmácia Hospitalar	O	P	45	0	45	3	FAR173	
FAR101	Gestão e Controle de Qualidade	O	P	45	45	90	6	FAR183	
FAR105	Química de Alimentos	O	P	30	30	60	4	FAR008; FAR153	
FAR184	Tecnologia em Ciências Farmacêuticas II	O	P	30	30	60	4	FAR183	FAR098 Tecnologia em Ciências Farmacêuticas 120h (aproveitamento de estudos)
FAR107	Fitoterápicos	O	P	45	0	45	3	FAR163; FAR164	
	UCs Eletivas (mínimo)	EL	P	90	0	90	6	De acordo com a UC escolhida	
FAR 185	Estágio III	O	P	0	120	120	8	FAR182	
<b>SUBTOTAL</b>				<b>285</b>	<b>225</b>	<b>510</b>	<b>34</b>		

NONO PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Pré-requisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2006
FAR187	Cuidado Farmacêutico II	O	P	45	0	45	3	FAR171	FAR106 Semiologia Farmacêutica
DCB125	Psicologia Aplicada à Saúde	O	P	45	0	45	3		
FAR108	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	O	P	30	0	30	2	O TCC poderá ser apresentado a partir do 9º período	
FAR186	Cenários de Prática IV	O	P	30	0	30	2	FAR183	
FAR188	Primeiros Socorros	O	P	15	15	30	2	DCB112	FAR114 Primeiros Socorros e Aplicações de Injetáveis
	UCs Eletivas (Mínimo)	EL	P	90	0	90	6	De acordo com a UC escolhida	
FAR189	Estágio IV	O	P	0	180	180	12	FAR182	
<b>SUBTOTAL</b>				<b>255</b>	<b>195</b>	<b>450</b>	<b>30</b>		

DÉCIMO PERÍODO									
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Pré-requisitos	Equivalência Estrutura Curricular 2006
FAR190	Estágio V	O	P	---	---	540	36	FAR184	
<b>SUBTOTAL</b>				<b>0</b>	<b>540</b>	<b>540</b>	<b>36</b>		
Atividades Complementares e/ou Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais				---	---	<b>105</b>	<b>07</b>		
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>				<b>2.730</b>	<b>1.935</b>	<b>4.770</b>	<b>318</b>		



Tabela 5. Unidades Curriculares Eletivas do Curso de Graduação em Farmácia, especificadas por período, carga-horária, pré-requisitos e equivalência com a estrutura curricular 2006.

Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CRE	Pré-requisitos	Período	Equivalência
FAR192	Bioquímica Clínica	E	P	30	30	60	4	FAR166	6°	FAR030 – Bioquímica Clínica
FAR201	Fundamentos de Cromatografia	E	P	30	15	45	3	FAR008	5°	
FAR141	Tópicos em Farmacotécnica: Alimentos Funcionais e Nutracêuticos x Farmácia	E	P	45	00	45	3	FAR181	8°	
FAR194	Controle de Qualidade de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos	E	P	30	30	60	4	FAR155; FAR008	4°	FAR109 – Controle de Qualidade de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos
FAR209	Qualidade da Água	E	P	30	15	45	3	FAR008	4°	
FAR195	Controle de Qualidade em Laboratório Clínico	E	P	15	15	30	2	FAR166; FAR165; FAR182	7°	FAR092 – Controle de Qualidade em Laboratório Clínico
FAR026	Enzimologia Industrial	E	P	30	30	60	4	DCB062; FAR153	5°	
FAR203	Homeopatia	E	P	30	30	60	4	FAR181	8°	FAR096 – Fundamentos e Farmacotécnica Homeopática
FAR113	Farmacoeconomia	E	P	45	00	45	3	FAR175; FAR172	6°	
FAR205	Microbiologia de Alimentos	E	P	30	30	60	4	DCB062	5°	

FAR202	Hematologia Clínica	E	P	45	45	90	6	FAR165	6°	
FAR204	Imunomúdia	E	P	00	30	30	2	FAR160	7°	
FAR208	Práticas Integrativas e Complementares Aplicadas à Saúde	E	P	45	00	45	3	FAR154	5°	
FAR112	Microbiologia Clínica	E	P	30	30	60	4	FAR182	8°	
FAR210	Saúde Ambiental	E	P	30	00	30	2	BIO016	4°	
FAR207	Parasitologia Clínica	E	P	15	45	60	4	FAR176	7°	FAR031 – Parasitologia Clínica
FAR214	Toxicologia Analítica	E	P	30	30	60	4	FAR177	8°	
FAR212	Síntese de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos	E	P	45	45	90	6	FAR168	6°	FAR028 – Síntese de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos
FAR034	Supervisão de Produção	E	P	30	00	30	2	FAR184	9°	
FAR137	Tecnologia de Cosméticos I	E	P	30	30	60	4	FAR174	7°	
FAR138	Tecnologia de Cosméticos II	E	P	00	30	30	2	FAR137	8°	
FAR036	Tecnologia Farmacêutica	E	P	30	30	60	4	FAR184	8°	
FAR215	Uso de Radioisótopos em Farmácia	E	P	60	00	60	4	FAR002	4°	
FAR213	Técnicas Hifenadas em Cromatografia	E	P	45	15	60	4	FAR025	7°	

FAR206	O Pensamento Científico e os Limites entre Ciência e Pseudociência	E	P	60	00	60	4	-	4°	
FAR145	Farmácia Clínica	E	P	45	00	45	3	-	9°	FAR118 – Farmácia Clínica
FAR193	Citologia Clínica e Uroanálise	E	P	30	30	60	4	FAR165	6°	FAR111 – Citologia e Uroanálise
FAR196	Farmácia Clínica Hospitalar	E	P	45	00	45	3	FAR171; FAR173	9°	
FAR211	Semiologia Farmacêutica Avançada	E	P	45	00	45	3	FAR171; FAR173	9°	
FAR199	Farmacologia Clínica I	E	P	30	00	30	2	FAR164	6°	
FAR200	Farmacologia Clínica II	E	P	30	00	30	2	FAR164	6°	
FAR144	Etnobotânica de Plantas Medicinais	E	P	30	00	30	2	-	4°	
FAR148	Fontes de Produtos Bioativos para o Desenvolvimento de Novos Medicamentos	E	P	45	00	45	3	FAR163	6°	
FAR197	Farmácia e Sociedade I	E	P	00	30	30	2	FAR171; FAR164	7°	
FAR198	Farmácia e Sociedade II	E	P	00	45	45	3	FAR171; FAR178	8°	
NUT004	Composição Química de Alimentos	E	P	30	15	45	3	-	6°	
NUT073	Terapia Nutricional	E	P	45	00	45	3	-	6°	
FAR216	Fundamentos de imuno-hematologia eritrocitária e prática transfusional	E	P	45	00	45	3	FAR153; FAR165		
FAR218	Bioativos Farmacêuticos	E	P	45	00	45	3	FAR155; FAR159		

FAR147	Controle de Qualidade de Fármacos por Métodos Eletroquímicos	E	P	60	00	60	4	-		
FAR146	Dinâmica das Doenças Parasitárias	E	P	30	00	30	2	-		
FAR029	Hematologia Clínica	E	P	30	60	60	4	-	6°	
LIBR001	Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS	Op	P	60	00	60	4	-		EDF045-Língua brasileira de Sinais-LIBRAS
FAR220	Ecossistema e Prevenção Primária	E	P	45	00	45	3	-		
FAR221	Farmacogenética	E	P	30	00	30	2	FAR159; FAR162		
ENQ515	Introdução aos Métodos Cromatográficos	E	P	30	00	30	2			

Legenda: Mod = modalidade; O = unidade curricular obrigatória; E = unidade curricular eletiva; Op= unidade curricular optativa; P = presencial; CR= crédito.

Tabela 6. Síntese da Carga Horária Total do Curso de Graduação em Farmácia (em horas).

Período	Unidades Curriculares Obrigatórias	Unidades Curriculares Eletivas	CH Total das Unidades Curriculares	Estágio Curricular Supervisionado	Atividades Complementares e/ou Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais	Trabalho de Conclusão de Curso
1°	420 h	---	420 h	---	105 h podendo ser distribuídas entre os 10 períodos	---
2°	465 h	---	465 h	---		---
3°	420 h	---	420 h	60 h		---
4°	420 h	Mínimo 45 h	465 h	---		---
5°	375 h	Mínimo 45 h	420 h	60 h		---
6°	405 h	Mínimo 45 h	450 h	---		---
7°	360 h	Mínimo 45 h	405 h	---		---
8°	300 h	Mínimo 90 h	390 h	120 h		---
9°	150 h	Mínimo 90 h	240 h	180 h		---
10°	---	---	---	540h		30 h (9° ou 10° período)
<b>TOTAL</b>	3315 h + 360 h =		<b>3675 h</b>	<b>960h</b>	<b>105h</b>	<b>30h</b>
<b>Carga horária total do curso</b>			<b>4770h (CH Total UCs + Estágio + Atividades Complementares e/ou Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais + TCC)</b>			

A estrutura curricular-EC poderá sofrer atualizações, tais como: inclusão de unidades curriculares eletivas, vinculação e ou exclusão de correquisitos e pré-requisitos, equivalênciase remanejamento de componentes curriculares entre períodos. Ela poderá ser acessada por meio do link: <http://www.ufvjm.edu.br/prograd/estruturas-curriculares.html>.

Tabela 7. Resumo Consolidado da Carga Horária, Número de Crédito e Percentuais dos Componentes Curriculares do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Farmácia 2020.

<b>Componente Curricular</b>	<b>Carga Horária (h)</b>	<b>Nº de Créditos</b>	<b>Porcentagem (%)</b>
Unidades Curriculares Obrigatórias	3315	221	69,40
Unidades Curriculares Eletivas	360	24	7,57
Estágio Curricular Supervisionado	960	64	20,13
Trabalho de Conclusão de Curso	30	2	0,63
Atividades Complementares	105	7	2,20
Carga Horária Total	4770 (318 créditos)		
Tempo para Integralização Curricular	Mínimo: 5 anos Máximo: 7,5 anos OBS: Em situações excepcionais, decorrentes da oferta desse Curso em tempo integral e de rendimentos especiais de discentes, o tempo de integralização do Curso poderá ser reduzido em, no máximo, um semestre letivo.		

### *10.1.1. Integralização Curricular*

Para integralização curricular o discente do curso de graduação em Farmácia deverá cumprir carga horária total estabelecida na estrutura curricular compreendendo as UCs obrigatórias, eletivas, Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Atividades Complementares e/ou Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais, totalizando 4770 (quatro mil, setecentos e setenta) horas.

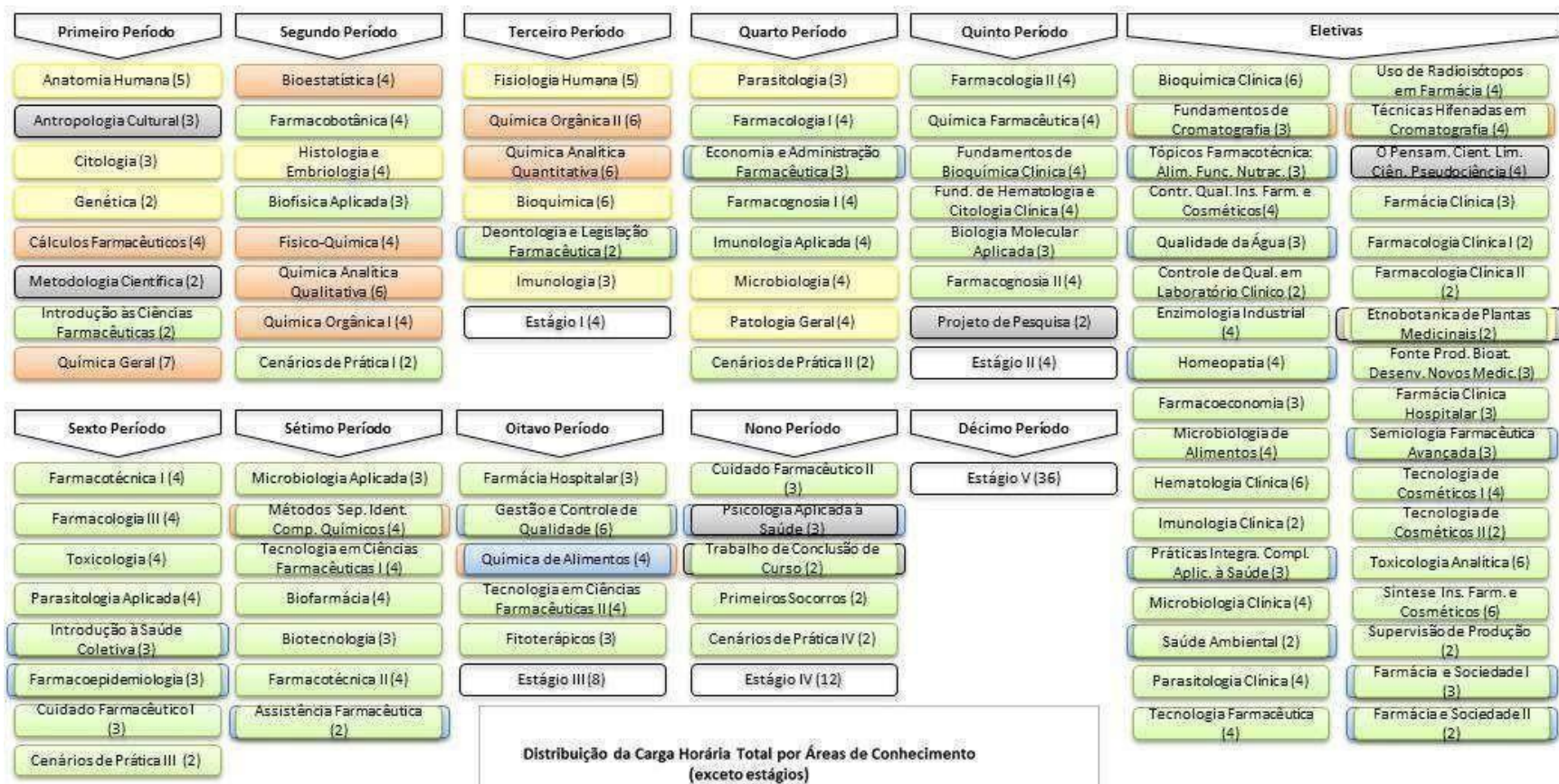
A aprovação nas UCs exige uma frequência de participação mínima do discente em 75%, do total de atividades previstas. Para alcançar o título de Bacharel em Farmácia é necessária a aprovação nos dois aspectos: rendimento mínimo nas UCs obrigatórias, UCs eletivas cursadas e o cumprimento do Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares e/ou Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais e do TCC, que somadas, atendam à carga horária total definida e dentro do prazo de integralização estabelecido.

O curso de graduação em Farmácia funciona em tempo integral, com oferta de 30 vagas por semestre, totalizando 60 vagas anuais. As normas da matrícula por UC serão as constantes no Regulamento dos Cursos de Graduação da Instituição.

O tempo mínimo de integralização é de cinco anos organizados em 10 períodos letivos, com tempo máximo equivalente ao tempo mínimo acrescido de 50% (cinquenta por cento), ou seja, 7,5 (sete e meio) anos (Resolução CNE/CES 6/2017, de 20 de outubro de 2017).

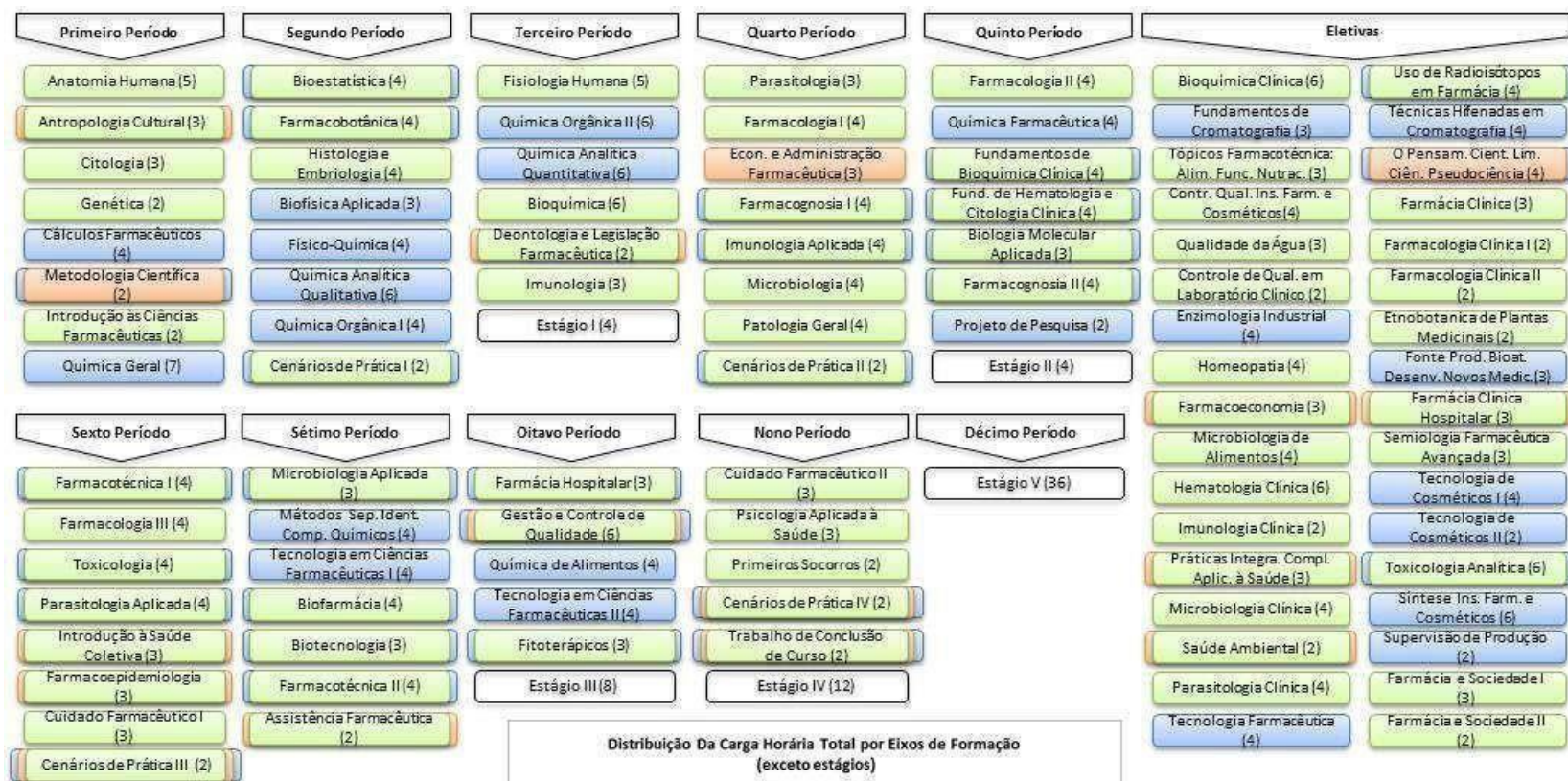
Em situações excepcionais, decorrentes de oferta desse curso em tempo integral e de rendimentos especiais de discentes, o tempo de integralização do curso poderá ser reduzido em, no máximo, um semestre letivo.

10.1.2. Distribuição da Carga Horária Total do Curso de Graduação em Farmácia por Áreas de Conhecimento (exceto os estágios supervisionados).





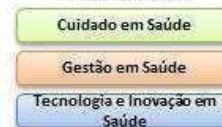
10.1.3. Distribuição da Carga Horária Total do Curso de Graduação em Farmácia por Eixos de Formação (exceto os estágios supervisionados)



Distribuição Da Carga Horária Total por Eixos de Formação (exceto estágios)



Legenda de Cores



## 10.2. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS DAS UNIDADES CURRICULARES OBRIGATÓRIAS

<b>PRIMEIRO PERÍODO</b>	
<b>ANATOMIA HUMANA: 75 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estudos morfológicos dos sistemas orgânicos do homem.
<b>Bibliografia básica</b>	DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. Anatomia humana sistêmica e segmentar: Para estudante de medicina 3.ed. Atheneu: São Paulo, 2007. GARDNER, Ernest Dean; GRAY, Donald J. Anatomia: estudo regional do corpo humano. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1988. SOBOTTA. Atlas de Anatomia Humana. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
<b>Bibliografia complementar</b>	Lei Federal nº 8.501 de 30 de novembro de 1992. Dispõe sobre a utilização de cadáver não reclamado, para fins de estudo ou pesquisas científicas e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1992; p. 16519. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8501.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8501.htm</a> MACHADO, A. Neuroanatomia Funcional. 3 ed. Atheneu, 2013. NETTER, F. H. Atlas de anatomia humana. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. RUIZ, C.R. Lições de anatomia: vida, morte e dignidade. O mundo da Saúde, São Paulo, v.30 ,n.3, 2006. Disponível em: <a href="https://docplayer.com.br/15049156-Licoes-de-anatomia-vida-morte-e-dignidade.html">https://docplayer.com.br/15049156-Licoes-de-anatomia-vida-morte-e-dignidade.html</a> & MOORE, K.L., DALLEY, A.F. Anatomia orientada para a clínica. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. SCHÜNKE, Michael; SCHULTE, Erik; SCHUMACHER, Udo. Prometheus: atlas de anatomia: pescoço e órgãos internos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. SPENCE A.P. Anatomia Humana Básica. 2 ed. Manole, 1991. WOLF-HEIDEGGER, G.; KÖPF-MAIER, Petra. Wolf-Heidegger: atlas de anatomia humana. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016
<b>ANTROPOLOGIA CULTURAL: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Fundamentos da antropologia. Conceito antropológico de Cultura. Trabalho e a distinção cultura/natureza. Relação étnico-racial e aspectos etno-históricos de afrodescendentes e indígenas no Brasil. O processo saúde doença destacando a espiritualidade e a diversidade sociocultural.
<b>Bibliografia básica</b>	ALVES, Rubem. Espiritualidade. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007 Cecil G. Helman. Cultura, saúde e doença. Artmed, 5a / 2009. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo, Brasiliense, 1988. LAPLANTINE, François. Antropologia da doença. 4. ed. São Paulo, SP: Wmfmartinsfontes, 2010. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 22. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2008. LEVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. 992 p. acesso internet. ILLICH, Ivan. A expropriação da Saúde: Nêmesis da medicina. Editora Nova Fronteira, 1975. SANTOS, J.L. O que é cultura. São Paulo, Brasiliense, 1983.
<b>Bibliografia complementar</b>	ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: M. Fontes, 2007. BARATA, Rita Barradas, Como e porque as desigualdades sociais fazem mal a saúde. Fio Cruz, 2009. CARVALHO, Sílvia MS. Mito e prática social, São Paulo, Terceira Margem, 2011. DI STASI, Luiz Cláudio. Plantas Medicinais: Verdades e Mentiras. São Paulo, EDUNESP, 2007. DI STASI, Luiz Cláudio ((org.)). Plantas medicinais: arte e ciência. Um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo, SP: Unesp, 1996 ELIADE, Mircea. História das crenças religiosas: da idade da pedra aos mistérios de Elêusis. vol I. Rio de Janeiro, ZAHAR, 2010. Eliseu Vieira MACHADO JR 1, Marco Antonio Manzano REYES 2 & Ricardo Lopes DIAS Odontologia na aldeia: a saúde bucal indígena numa perspectiva antropológica. Antropos, Ano 4, Vol 5. 2012. FRAZÃO, P. & NARVAI, P.C. Saúde Bucal no Brasil: muito além do céu da boca. Fio Cruz, 2009 MARANHÃO, José Luiz de Souza. O que é morte? 4. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1992. MARX, Karl. Manuscritos Econômicos - filosóficos e outros textos escolhidos. Seleção de textos de

	<p>José Arthur Gianotti, traduções de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).  GOMES, Mercio Pereira. Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011.  QUEIROZ, Marcos S. Saúde e Doença um enfoque antropológico.  UJVARI, Stefan Cunha. A história da disseminação dos microrganismos. Divulgação científica.  Revista terra indígena: O conceito de doença entre os Índios Ufaina.  Artigo: A espécie mais invasiva, revista scientific american.  Vídeos: acesso internet  "Somos um só" TV Cultura/TV SESC  "Assandorinha nem cá nem lá" UNESP, Araraquara 1990.  "O Povo brasileiro"- Darcy Ribeiro 2005.  "A feitiçaria Através dos tempos" Magnus Opus original 1922/1968  "Inferno de Dante" 1911.  "Documentário Holocausto Brasileiro".  "quando éramos peixes"  OBS: Novos materiais didáticos serão usados de acordo com a dinâmica das aulas e o interesse dos/as estudantes, novos textos podem ser incorporados durante o curso, como de revistas de divulgação científica.</p>
<b>CITOLOGIA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Métodos de estudo da célula. Composição química da célula. Membranas plasmáticas. Sistema de endomembranas. Citoesqueleto e movimentos celulares. Organelas transformadoras de energia. Núcleo. Ciclo celular. Diferenciação celular.
<b>Bibliografia básica</b>	ALBERTS B, BRAY D, HOPKIN K. Fundamentos da Biologia Celular. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed. 2006. COOPER GM. A Célula: Uma Abordagem Molecular. 3ªed. Porto Alegre: Artmed, 2007. JUNQUEIRA LCU, CARNEIRO J. Biologia celular e molecular. 9ªed. Guanabara Koogan, 2012.
<b>Bibliografia complementar</b>	De Robertis EM, Hib J. Bases da biologia celular e molecular. 16ª ed. Guanabara Koogan, 2014. LODISH H et al. Biologia celular e molecular. 5ªed. Porto Alegre : Artmed, 2005. NOVIKOFF AB, HOLTZMAN E. Células e estrutura celular. 4ª ed., Rio de Janeiro: Interamericana, 2005. POLLARD TD, EARNSHAW WC. Biologia celular. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. WOLFGANG K. Citologia, histologia e anatomia microscópica: texto e atlas. 11ª ed. Artmed, 2005.
<b>GENÉTICA: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Princípios básicos da herança genética: Genética Mendeliana. Divisão celular e gametogênese. Herança relacionada ao sexo. Anomalias cromossômicas. Genética molecular: replicação, transcrição e tradução. Mutação e alelismo múltiplo. Avanços científicos na área de genética e estudos correlatos
<b>Bibliografia básica</b>	ALBERTS B et al. Fundamentos da Biologia Celular. 3ª ed. Editora Artmed, 2011. 843p GRIFFITHS AJF et al. Introdução à genética. 10ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. 712p. PIERCE BA. Genética: um enfoque conceitual. 3ª ed. Editora Guanabara Koogan, 2011. 774p.
<b>Bibliografia complementar</b>	ALBERTS B. Biologia Molecular da Célula. 5ª ed. Editora Artmed. 2010. 1268p. JORDE LB, CAREY JC, BAMSHAD MJ. Genética médica. Editora: Elsevier, 2010. 350p. SNUSTAD P, SIMMONS MJ. Fundamentos de Genética. 4ª ed. Editora Guanabara. 2010. 903p. VOGEL F, MOTULSKY AG. Genética humana: problemas e abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2000. 684 p. COOPER, Geoffrey M; HAUSMAN, Robert E. A célula: uma abordagem molecular. 3. ed. Porto Alegre Artmed, 2007. 716 p.
<b>CÁLCULOS FARMACÊUTICOS: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Fundamentos de cálculos farmacêuticos: Sistemas de unidades e Medidas farmacêuticas; Porcentagens, razões e medidas de concentração; Cálculos de doses em prescrições; Cálculo das unidades de potência; Soluções eletrolíticas, isotônicas e tamponadas; Cálculos de fluxo em infusões intravenosas e formulações parenterais; Cálculos envolvendo radiofármacos; Cálculo envolvendo farmacocinética e biodisponibilidade; Cálculos em extratos vegetais; Cálculos envolvendo produtos veterinários;

	Aplicações em farmacoeconomia. Cálculo Diferencial e Integral de funções de uma variável.
<b>Bibliografia básica</b>	STEWART, J. Cálculo. 5ª.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006. v.1. THOMAS, G.B. et al. Cálculo. 10ª.ed. São Paulo: Addison Wesley, 2002. strado, prático e descomplicado / 2012 - ( E-book ) ÁVILA, G.S.S. Cálculo ilustrado, prático e descomplicado. Rio de Janeiro LTC 2012 1 recurso online ISBN 978-85-216-2128-7.
<b>Bibliografia complementar</b>	AGARWAL, PAYAL. Pharmaceutical Calculations. Jones & Bartlett, 2016 314 p. ANSEL, H. C., POPOVICH, N, G., ALLEN, L.V. Farmacotécnica. Formas farmacêuticas e sistema de liberação de fármacos. 6 ed. São Paulo: Ed. Premier, 2000. 568p. AULTON, M.E. Delineamento de formas farmacêuticas. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 677p. REMINGTON, J. P. A ciência e a prática da farmácia. 20 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 2208 p. LACHMAN, L.; HANNA, S. A.; LIN, K. Teoria e Prática na Indústria Farmacêutica. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Goulbekian 2001. volumes 1 e 2.
<b>QUIMICA GERAL: 105 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Ligações químicas. Funções. Nomenclatura. Cálculo estequiométrico. Soluções.
<b>Bibliografia básica</b>	ATKINS, P. W. ; JONES, Loretta. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012. xxii, F104, 922 p. ISBN 9788540700383. CHANG, Raymond. Química geral: conceitos essenciais. 4. ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2010. xx, 778 p. ISBN 9788563308047. BRADY, James E.; SENESE, Frederick. Química: a matéria e suas transformações. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 2009. 2 v. ISBN 9788521617204 (v.1). BROWN, Theodore L. Química: a ciência central. 9. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2005. xviii, 972 p. ISBN 8587918427.
<b>Bibliografia complementar</b>	KOTZ, J.C., TREICHEL, P. M., TOWNSEND, J. R., Chemistry & Chemical Reactivity, 8a Edição, Editora Cengage Learning, 2012. KOTZ, John C.; TREICHEL, Paul M.; WEAVER, Gabriela C. Química geral e reações químicas. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2010. xxi, 611 p. ISBN 9788522106912. HOLUM, John R; RUSSELL, Joel W. Química: a matéria e suas transformações. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC ed., 2003. 406 p. ISBN 8521613261. ROZENBERG, Izrael Mordka. Química geral. São Paulo, SP: Edgard Blucher, 2002. 676 p. ISBN 8521203047. MAHAN, Bruce M.; MYERS, Rollie J. Química: um curso universitário. São Paulo, SP: Edgar Blücher, 1995. 582 p. ISBN 9788521200369 CHANG, Raymond. Química. 11. Porto Alegre AMGH 2013 1 recurso online ISBN 9788580552560. CHANG, Raymond. Química geral. Porto Alegre ArtMed 2010 1 recurso online ISBN 9788563308177.
<b>METODOLOGIA CIENTÍFICA: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	O conhecimento científico. Ciência, tecnologia e inovação. Programa de iniciação científica. Prioridades e linhas de pesquisa. Definição de temas e palavras chaves. Busca bibliográfica (Sisbi, Scielo, Periódico Capes e outras bases). Estrutura do artigo científico original. Leitura, síntese e fichamento. Citação e referenciamento, revisão da literatura científica. Cuidados com o plágio.
<b>Bibliografia básica</b>	ANDRADE, M.M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2003. 174 p. BARROS, A.J.S; LEHFELD, N.A.S. Fundamentos de metodologia científica. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 158p. CARVALHO, M.C.M. (org). Construindo o saber - Metodologia científica: fundamentos e técnicas. 18ª ed.. Campinas: Papirus, 2007. 174 p. GREENHALGH, T. Como ler artigos científicos: Fundamentos da medicina baseada em evidências. Porto Alegre: Artmed, 2008. 256p. MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 4. Rio de Janeiro Atlas 2016 SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico, 23a.ed., São Paulo, Cortez, 2012, 383.
<b>Bibliografia</b>	FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso,

<b>complementar</b>	<p>2012.</p> <p>GOLDSTEIN, N.S. O texto sem mistério: Leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009, 200p.</p> <p>KOCHE, J.C. Fundamentos da metodologia científica: Teoria da ciência e prática da pesquisa. 17ª ed. Petrópolis, Vozes, 2000. 180p.</p> <p>LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos de pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007. 225p.</p> <p>VOLPATO, G. Administração da vida científica. Editora Cultura Acadêmica, 2009, 142p.</p>
---------------------	---

### INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS: 30 HORAS

<b>Ementa</b>	Histórico da Farmácia no Brasil. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. Currículo de Farmácia na UFVJM. Introdução à profissão farmacêutica. Perfil do profissional farmacêutico. Campos de atuação do farmacêutico. Novas perspectivas profissionais. Farmácia no contexto brasileiro de saúde. O papel assumido pelos medicamentos e alguns dos seus determinantes
<b>Bibliografia básica</b>	<p>AIACHE, Jean-Marc. Iniciação ao conhecimento do medicamento. 2. ed. São Paulo, SP: Organização Andrei Ed., 1998. 377 p.</p> <p>SCHIMIDT, Paulo; STARLING, Heloísa Maria Murgel ((org.)). Farmácia: ofício e história. Belo Horizonte (MG): CRF/MG, 2005. 149 p.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e a comunidade: contextualização e arcabouço conceitual. Brasília, DF: Conselho Federal de Farmácia, 2016. 199 p.</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>ROZENFELD, Suely (org.). Fundamentos da vigilância sanitária. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2000. 301 p.</p> <p>MEDICAMENTOS e a reforma do setor saúde. São Paulo, SP: Hucitec, 1999. 236 p.</p> <p>GIOVANELLA, Lígia. Políticas e sistema de saúde no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2008. 1110 p.</p> <p>ZUBIOLI, Arnaldo. Ética farmacêutica. São Paulo, SP: Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos, 2004. 396 p.</p> <p>ACÚRCIO, Francisco Assis. Medicamentos e assistência farmacêutica. Belo Horizonte: COOPMED, 2003.</p> <p>NASCIMENTO, Marilene Cabral. Medicamentos: ameaça ou apoio a saúde? Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2003.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Programa de Suporte ao Cuidado Farmacêutico na Atenção à Saúde - PROFAR. Brasília, DF: Conselho Federal de Farmácia, 2016. 77 p.</p> <p>Resoluções Sanitárias do Conselho Federal de Farmácia: <a href="http://www.cff.org.br">www.cff.org.br</a></p> <p>Ministério da Saúde do Brasil: <a href="http://www.saude.gov.br">www.saude.gov.br</a></p> <p>Agência Nacional de Vigilância Sanitária: <a href="http://www.anvisa.gov.br">www.anvisa.gov.br</a></p> <p>Portal de Assistência Farmacêutica: <a href="http://www.opas.org.br/medicamentos">www.opas.org.br/medicamentos</a></p> <p>Conselho Federal de Farmácia: <a href="http://www.cff.org.br">www.cff.org.br</a></p> <p>Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais: <a href="http://www.crfmg.org.br">www.crfmg.org.br</a></p> <p>Centro Brasileiro de Informações sobre Medicamentos. Conselho Federal de Farmácia: <a href="http://www.cff.org.br/cebrim">www.cff.org.br/cebrim</a></p> <p>Scielo: <a href="http://www.scielo.org">www.scielo.org</a></p>
<b>Bibliografia aberta</b>	<p><a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf</a></p> <p><a href="http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;view=download&amp;alias=74371-rces006-17-pdf&amp;category_slug=outubro-2017-pdf&amp;Itemid=30192">http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;view=download&amp;alias=74371-rces006-17-pdf&amp;category_slug=outubro-2017-pdf&amp;Itemid=30192</a></p> <p><a href="http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Declaracao-C3%A7%C3%A3o-Alma-Ata.pdf">http://cmdss2011.org/site/wp-content/uploads/2011/07/Declaracao-C3%A7%C3%A3o-Alma-Ata.pdf</a></p>

### SEGUNDO PERÍODO

#### BIOESTATÍSTICA: 60 HORAS

<b>Ementa</b>	O papel da Estatística nas diversas áreas do conhecimento e o uso de software para análise de dados. Noções de amostragem. Organização da pesquisa clínica. Análise descritiva e exploratória de dados. Introdução à probabilidade e aplicações (avaliação da qualidade de testes diagnósticos e outras). Variáveis aleatórias e suas distribuições de probabilidade. Modelos probabilísticos (Binomial, <i>Poisson</i> e Normal) e suas aplicações. Construção de faixas de referência. Intervalo de confiança e teste de hipóteses para uma e duas populações (proporção e média). Estudo de associação de duas variáveis.
<b>Bibliografia básica</b>	PAGANO, M. e GAUVREAU, K. Princípios de Bioestatística. São Paulo: CENGAGE Learning, 2004.
	SOARES, J.F. e SIQUEIRA, A.L. – Introdução à Estatística Médica. 2ª. ed. Belo Horizonte: COOPMEF, 2002. TRIOLA, M. F. Introdução à Estatística. 10ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
<b>Bibliografia complementar</b>	CALLEGARI-JACQUES, S.M. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre, Artmed, 2003. SIQUEIRA, A.L.; TIBURCIO, J. D. Estatística na Área da Saúde: Conceitos, Metodologia, Aplicações e Prática Computacional. Belo Horizonte: COOPMED, 2011. ROSNER, B. Fundamentos de Bioestatística. São Paulo: CENGAGE Learning, 2016. REIS, E. A. e REIS, I. A. – Análise Descritiva de Dados: Tabelas e Gráficos. Belo Horizonte: UFMG, 2001. Relatório Técnico. REIS, E. A. e REIS, I. A. – Análise Descritiva de Dados: Síntese Numérica Belo Horizonte: UFMG, 2002. Relatório Técnico.
<b>FARMACOBOTÂNICA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Técnicas de coleta e herborização de plantas. Principais órgãos vegetais, sua estrutura e função. Conhecimento das regras de nomenclatura e dos sistemas de classificação botânica. Identificação das principais famílias de plantas medicinais.
<b>Bibliografia básica</b>	ALQUINI, Y. & TAKEMORI, N.K. Organização estrutural de espécies de interesse farmacológico. Curitiba: Herbarium Laboratório Botânico, 1ª ed. 2000. LORENZI, H. & MATOS, F.J.A. Plantas medicinais no Brasil. Nativas e Exóticas. Instituto Plantarum de Estudos da Flora. Ltda. 2002. 544p. OLIVEIRA, F. & AKISSUE, G. Fundamentos de Farmacobotânica e de Morfologia Vegetal. Ed. Atheneu, 3ª ed. 2009. 228p.
<b>Bibliografia complementar</b>	APEZZATO-DA-GLÓRIA, B. & CARMELLO-GUERREIRO, S. M. Anatomia vegetal. Editora UFV. 2003, 348 p. JOLY, A. B. Botânica. Introdução à taxonomia vegetal. Comp. Ed. Nacional. São Paulo. 2000. OLIVEIRA, F.; SAITO, M. L. Práticas de morfologia vegetal. Ed. Atheneu, 2000. 115 p. RAVEN, P. H.; EVERT, R. F.; EICHORN, S. E. Biologia vegetal. Ed. Guanabara. 7ª ed. 2007. SOUZA, V.C. & H. LORENZI. Botânica Sistemática. Editora Instituto Plantarum. Nova Odessa. 2005. 640p.
<b>Bibliografia aberta</b>	BRASIL. Farmacopeia Brasileira, volumes 1 e 2 / Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2010. Revista Brasileira de Farmacognosia, disponível em: <a href="http://www.sbfagnosia.org.br">http://www.sbfagnosia.org.br</a> Revista Brasileira de Plantas Medicinais, disponível em: <a href="http://www.scielo.br/rbpm">http://www.scielo.br/rbpm</a> Outros periódicos científicos disponíveis online nos portais Scielo ( <a href="http://www.scielo.br">www.scielo.br</a> ) e Periódicos CAPES ( <a href="http://www.periodicos.capes.gov.br">http://www.periodicos.capes.gov.br</a> ).
<b>HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estudo do desenvolvimento embrionário e dos principais tecidos do corpo humano
<b>Bibliografia básica</b>	GARTNER LP, HIATT JL. Atlas colorido de histologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. JUNQUEIRA LC, CARNEIRO J. Histologia Básica – 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2008 MOORE KL, PERSAUD TVN, TORCHIA MG. Embriologia básica. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. MOORE KL, PERSAUD TVN, TORCHIA MG. Embriologia clínica. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. OVALE WK, NAHIRNEY PC. Netter bases da Histologia. Elsevier, 2008. SADLER TW, LANGMAN JL. Embriologia médica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2010

<b>Bibliografia complementar</b>	GARTNER LP, HIATT JL. Atlas colorido de histologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. MOORE KL, PERSAUD TVN, SHIOTA K. Atlas Colorido de Embriologia Clínica, Ed Guanabara Koogan 2 ed, 2002. ROSS MH, WOJCIECH P. Histologia texto e atlas, 5 ed. Guanabara Koogan, 2008 SADLER TW, LANGMAN J. Langman, embriologia médica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. SOBOTTA J, WELSCH U. Atlas de histologia: citologia, histologia e anatomia microscópica. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010
<b>BIOFÍSICA APLICADA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Biofísica e bioeletricidade das membranas biológicas. Transporte de solutos por membranas. Dinâmica e biofísica dos fluidos. Biofísica das ondas eletromagnéticas e das radiações. Sistema Internacional de Unidades, medidas e erros.
<b>Bibliografia básica</b>	HENEINE, I. F. Biofísica básica. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2010. DURÁN, J. E. R. Biofísica: fundamentos e aplicações. São Paulo: Prentice Hall, 2003. OKUNO, E.; Caldas I. L.; CHOW, C. Física para as ciências biológicas e biomédicas. São Paulo: Harbra, 1986.
<b>Bibliografia complementar</b>	CAMBRAIA, J. et.al. Introdução à biofísica. 2.ed. Viçosa: UFV, 2005. (cadernos didáticos). GARCIA, E. A. C. Biofísica. São Paulo: Sarvier, 1998. MOURÃO, J. C. A.; ABRAMOV, D. M. Curso de Biofísica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. MOURÃO, J. C. A.; ABRAMOV, D. M. Biofísica Essencial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. NELSON, P. Física biológica: Energia, Informação, Vida. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 2006. BERNE, R. M et al. Fisiologia. 6ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
<b>FÍSICO-QUÍMICA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Termodinâmica. Equilíbrio de fases. Equilíbrio Químico. Cinética Química. Aplicações típicas de todos os tópicos por meio da execução de experimentos.
<b>Bibliografia básica</b>	ATKINS, P.W. Físico-Química Fundamentos. Editora LTC, 2001. NETZ, P.A.; ORTEGA, G. G. Fundamentos de físico-química - uma abordagem conceitual para as ciências farmacêuticas. Artmed Editora, 2002. ALVES, V.A.; LEITE, F.R.F. Práticas de físico-química. Diamantina, FAFEID, 2005. RANGEL, R.N. Práticas de físico-química. São Paulo, Editora Edgard Blücher, 1997. CASTELLAM, G. Fundamentos de Físico-Química. Rio de Janeiro, LTC, 1992. ATKINS, Peter W. Princípios de química questionando a vida moderna e o meio. 5. Porto Alegre Bookman 2012.
<b>Bibliografia complementar</b>	ATKINS, P. W. Atkins: físico-química. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2018. CHANG, Raymond. Físico-química para as ciências químicas e biológicas, V.1. 3. Porto Alegre AMGH 2009 MOORE, Walter J. Físico-química. São Paulo, SP: Edgard Blücher, c1976 LEVINE, Ira N. Físico-química. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC ed., 2012. CASTELLAN, Gilbert William. Fundamentos de físico-química. Rio de Janeiro, RJ: LTC ed., 1986.
<b>QUÍMICA ANALÍTICA QUALITATIVA: 90 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Equilíbrios Químicos: equilíbrios iônicos em solução aquosas (sais pouco solúveis, ácidos e bases, hidrólise, soluções tampão, equilíbrio em múltiplos estágios, formação de complexos e reações de oxirredução), análise de cátions e ânions; Fundamentos de Cromatografia..
<b>Bibliografia básica</b>	SKOOG, Douglas A. Fundamentos de química analítica. São Paulo, SP: Cengage Learning, c2015. xvii, 950 p. ISBN 8522116601. SKOOG, Douglas A. Fundamentos de química analítica. São Paulo, SP: Cengage Learning, c2006. xvii, 999 p. ISBN 8522104360 BACCAN, Nivaldo. Introdução à semimicroanálise qualitativa. 7. ed. Campinas: UNICAMP, 1997. 295 p. (Manuais (Ed. da UNICAMP)). ISBN 8526801651. VOGEL, Arthur Israel. Química analítica qualitativa. 1. ed. São Paulo, SP: Mestre Jou, 1981. 665 p. ISBN 8587068016.

<b>Bibliografia complementar</b>	HARRIS, Daniel C. Análise química quantitativa. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC ed., 2012. xvii, [xiii], 898 p. ISBN 9788521620426. VOGEL, Arthur Israel; MENDHAM, J. Análise química quantitativa. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC ed., c2002. xviii, 462 p. ISBN 9788521613114. BACCAN, Nivaldo. Química analítica quantitativa elementar. 3. ed. São Paulo, SP: Edgard Blücher, 2001. 308 p. ISBN 9788521202967. SKOOG, Douglas A.; HOLLER, F. James; NIEMAN, Timothy A. Princípios de análise instrumental. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2002. 836 p. ISBN 8573079762.
	BONATO, Pierina Sueli ((Orgs.)). Fundamentos de cromatografia. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006. 453 p. ISBN 8526807048.
<b>Bibliografia aberta</b>	HARRIS, Daniel C. Análise química quantitativa. 9. Rio de Janeiro LTC 2017 1 recurso online ISBN 9788521634522
<b>QUÍMICA ORGÂNICA I: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Conceitos básicos de Química Orgânica, nomenclatura, relação estrutura-reatividade-propriedades físicas das funções orgânicas.
<b>Bibliografia básica</b>	ALLINGER, N.L. Química Orgânica. Rio de Janeiro, LTC, 1976. MORRISON, R.T.; BOYD, R. Química Orgânica. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1992. SOLOMONS, T. W.G.; FRYHLE, G. Química Orgânica. V. 1 e 2, 7ª Ed., Rio de Janeiro, LTC, 2000. MCMURRY, J. Química Orgânica, Volumes 1 e 2, 4ª edição, LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora, Rio de Janeiro, 1997.
<b>Bibliografia complementar</b>	REUSCH, W.H. Química Orgânica, vol. 1 e 2 McGrawHill, 1980, vols 1,2 e 3, 972p. CAMPOS, M.M. Fundamentos de Química Orgânica, Edgard Blucher, 1980, vols. 1,2 e 3, 1565p. AMARAL, L.A. Exercícios de Química Orgânica, ed. USP, 1973, 232p. PINE, S.H.; et al. Organic Chemistry, 4 <sup>th</sup> Edition, McGrawHill Internacional Book Company, 1987, 1187p. ALLINGER, N.L.; et al. Química Orgânica, 2ª. ed., Guanabara Dois, Rio de Janeiro, 1976, 961p.
<b>CENÁRIOS DE PRÁTICA I: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Problemas relacionados à estabilidade química e solubilidade de medicamentos e correlatos, problemas relacionados à administração, absorção e distribuição de fármacos no organismo, problemas relacionados à capacidade das moléculas reagirem com os sistemas orgânicos até nível celular, noções sobre prescrição médica e associações de fármacos em diversos tipos de tratamentos, noções de interação interpessoal: profissional da saúde e usuário.
<b>Bibliografia básica</b>	ATKINS, P.W. Físico-Química Fundamentos. Editora LTC, 2001. ATKINS, P., JONES, L., Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 1ª ed., Porto Alegre, Bookman, 2001. ZUBIOLI, Arnaldo. Ética farmacêutica. São Paulo: Sobravime, 2004.
<b>Bibliografia complementar</b>	NETZ, P.A.; ORTEGA, G. G. Fundamentos de físico-química - uma abordagem conceitual para as ciências farmacêuticas. Artmed Editora, 2002. JUNQUEIRA, L. C. U., CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular. 9ª.ed. Guanabara Koogan, 2012. COOPER, G.M. A Célula: Uma Abordagem Molecular. 3ª.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. GUYTON, A.C. Tratado de Fisiologia Médica. São Paulo: Elsevier , 12ª Edição, 2011. GOODMAN & GILMAN. 12ª Ed., São Paulo, McGraw-Hill, 2012. RUSSELL, J. B. Química Geral. 2a ed., São Paulo, Makron, 1994.
<b>Bibliografia aberta</b>	Conselho Federal de Farmácia: <a href="http://www.cff.org.br">www.cff.org.br</a> Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais: <a href="http://www.crfmg.org.br">www.crfmg.org.br</a> Sindicato dos Farmacêuticos de Minas Gerais: <a href="http://www.sinfarmig.org.br">www.sinfarmig.org.br</a>

## TERCEIRO PERÍODO

### FISIOLOGIA HUMANA: 75 HORAS

<b>Ementa</b>	Compreensão do funcionamento dos órgãos e mecanismos de integração dos sistemas componentes do corpo humano.
---------------	--



<b>Bibliografia básica</b>	<p>CONSTANZO LS. Fisiologia. Elsevier. 4ed, 2011.  GUYTON AC. Tratado de Fisiologia Médica. São Paulo: Elsevier , 12ª Edição, 2011.  BERNE, LEVI. Fisiologia. São Paulo: Elsevier, 6ª Edição, 2009.  LUCIANO DS, VANDER AJ, SHERMAN JH. Fisiologia Humana: os mecanismos da função de órgãos e sistemas. 1981.  SILVERTHORN DU. Fisiologia Humana. Artmed, 5ed, 2010.</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>AYRES MM. Fisiologia, Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A, 3a ed., 2008  GANONG W F. Fisiologia Médica, 19ª edição Ateneu, 1998.  GUYTON AC. Neurociência básica. 2ed. 1993.  GUYTON AC. Fisiologia Humana. Guanabara Koogan. 6ed, 2008.  HOUSSAY B. A . Fisiologia Humana. 2. Ed Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1983.</p>
<b>QUÍMICA ORGÂNICA II: 90 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	<p>Estudo dos conceitos fundamentais envolvidos nas propriedades químicas, tais como: reatividade, dos diferentes grupos orgânicos. Aplicação dos conceitos envolvidos na síntese de diferentes moléculas orgânicas.</p>
<b>Bibliografia básica</b>	<p>MORRISON, R.B. Química Orgânica, 13ª edição (traduzida da 6ª ed. original), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996.  McMURRY, J. Química Orgânica, Volumes 1 e 2, 4ª edição, LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora, Rio de Janeiro, 1997.  SOLOMONS, T.W.G.; FRYHLE, C.B. Organic Chemistry, 7ª edição, John Wiley &amp; Sons, New York, 2000.</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>VOGEL, A.I. Química Orgânica, Vol. I, II e III, Ao Livro Técnico-EDUSP, 1985.  SHRINER, R.L., et al. The Systematic Identification of Organic Compounds, 6ª edição, John Wiley &amp; Sons, 1980.  HEROLD, B.J. Organicum - Química Orgânica Experimental, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1965.  HARWOOD, L.M.; MOODY, C.J. Experimental Organic Chemistry, Blackwell Scient. Publ., 1989.  FURNISS, B.S. et al. VOGEL'S Text-book of Practical Organic Chemistry, Longman, 5ª edição, 1989.  GONÇALVES, D.; WAL, E.; ALMEIDA, R.R. Química Orgânica Experimental, Editora McGraw- Hill, São Paulo, 1988.  MANO, E.B.; SEABRA; A.P. Práticas de Química Orgânica, Editora Edgard Blücher, 3ª edição, 1987.  Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996.  McMURRY. J. Química Orgânica, Volumes 1 e 2, 4ª edição, LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora, Rio de Janeiro, 1997.  SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, C.B. Organic Chemistry, 7ª edição, John Wiley &amp; Sons, New York, 2000.</p>
<b>QUÍMICA ANALÍTICA QUANTITATIVA: 90 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	<p>Métodos clássicos de análise: Métodos gravimétricos, Métodos de calibração de análise; Métodos instrumentais de análise: Eletroanalíticos e Espectroscópicos.</p>
<b>Bibliografia básica</b>	<p>HARRIS, Daniel C. Análise química quantitativa. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC ed., 2012.  SKOOG, Douglas A. Fundamentos de química analítica. São Paulo, SP: Cengage Learning, c2015  BACCAN, N., ANDRADE J. C. DE, GODINHO O. E. S.; BARONE, J. S. Química Analítica Quantitativa Elementar. São Paulo, Edgard Blücher, 2001.  VOGEL, Arthur Israel; MENDHAM, J. Análise química quantitativa. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC ed., c2002  HAGE, David S.; CARR, James D. Química analítica e análise quantitativa. São Paulo, SP: Pearson, 2012</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>SKOOG, Douglas A.; HOLLER, F. James; NIEMAN, Timothy A. Princípios de análise instrumental. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2002.  LEITE, Flávio. Validação em análise química. 5. ed. Campinas, SP: Átomo, 2008.  ATKINS, Peter W. Princípios de química questionando a vida moderna e o meio. 5. Porto Alegre Bookman 2012  BELLATO, Carlos Roberto. Laboratório de química analítica. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2000.  LEITE, Fernando Roberto Figueiredo; COSTA, Ione Adriani; ALVES, Valéria Almeida. Práticas de química analítica quantitativa: métodos clássicos. 2. ed. Diamantina: UFVJM, 2007</p>

<b>BIOQUÍMICA: 90 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Água no meio biológico, pH e tamponamento; Estrutura e função das biomoléculas: aminoácidos, proteínas, carboidratos, nucleotídeos, ácidos nucleicos e lipídeos; Enzimas, coenzimas e vitaminas; Metabolismo de carboidratos, lipídeos, purinas, pirimidinas e aminoácidos; Regulação e integração metabólica.
<b>Bibliografia básica</b>	BERG, J. M. Bioquímica. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014 (E-book). NELSON, D. L., COX, M. M. Princípios de bioquímica de Lehninger. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011 VOET, D. et al. Fundamentos de bioquímica: a vida em nível molecular. 4 ed. Porto Alegre: Artmed 2014.
<b>Bibliografia complementar</b>	BELLÉ, L. P. Bioquímica aplicada reconhecimento e caracterização de biomoléculas. São Paulo: Erica, 2014 (E-book). BROWN, T. A. Bioquímica. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2018 (E-book). DEVLIN, T. M. Manual de bioquímica: com correlações clínicas. 7 ed. São Paulo, SP: Blucher, 2011. CAMPBELL, M. K.; FARRELL, S. O. Bioquímica. 5 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015. HARVEY, R. A. Bioquímica ilustrada. 5 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2015. (E-book) MARZZOCO, A. Bioquímica básica. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. (E-book). RODWELL, V. W. Bioquímica ilustrada de Harper. 30 ed. Porto Alegre: AMGH, 2017 (E-book).
<b>DEONTOLOGIA E LEGISLAÇÃO FARMACÊUTICA: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Órgão de classe. Estrutura organizacional e jurídica da Profissão farmacêutica. Legislação aplicável aos medicamentos. Fiscalização profissional e sanitária. Código de Ética da profissão farmacêutica. Noções de Direito Constitucional. Exigências legais ao exercício profissional. Legislação sanitária relacionado a responsabilidade farmacêutica.
<b>Bibliografia básica</b>	COSTA, E.A. Vigilância Sanitária – proteção e defesa da saúde. São Paulo: HUCITEC/SOBRAVIME, 1999. 462p. ZUBIOLI, A. Ética Farmacêutica. São Paulo: SOBRAVIME, 2004. 400p. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e a comunidade: contextualização e arcabouço conceitual. Brasília, DF: Conselho Federal de Farmácia, 2016. 199 p.
<b>Bibliografia complementar</b>	CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. O farmacêutico na vigilância sanitária. 2017. 20p. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Compilado das principais leis, decretos e resoluções que regulamentam a atividade farmacêutica no Brasil. 2017.114p. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Aspectos Técnicos e Legais para a Dispensação de Medicamentos Sujeitos a Controle Especial e Antimicrobianos. 2019.45p. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Revista de Bioética. Grupo multidisciplinar e plural de temas de bioética e ética médica. MASTROIANNI P.T., LORANDI P.A., ESTEVES K.D.M. Direito sanitário e deontologia: noções para a prática farmacêutica. São Paulo, Cultura Acadêmica: UNESP, 2014. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Revista de Direito Sanitário. Núcleo de Pesquisas em Direito Sanitário e pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário. NOVAES, Maria Rita Carvalho Garbi; QUEZADA, Fernando Lola y Álvaro ((ed.s)). Ética y Farmacia: una perspectiva latinoamericana. [s. l.]: CIEB, Universidad de Chile, OPS/OMS, 2009. 359 p. SANTANA, Júlio César Batista; DUTRA, Bianca Santana; CAMPOS, Ana Cristina Viana. Conflitos éticos na área da saúde: como lidar com esta situação? 1. ed. São Paulo, SP: Iátria, 2012. 206 p. FORTES, Paulo Antonio de Carvalho. Ética e saúde: questões éticas, deontológicas e legais, autonomia e direitos do paciente, estudo de casos. São Paulo, SP: E.P.U., 1998. 119 p. RAMOS, Dalton Luiz de Paula ((ed)). Bioética e ética profissional. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2007. 231 p. VIEIRA, Jair Lot. Código de ética e legislação do farmacêutico. 1. ed. Bauru: EDIPRO, 2009. 160 p.
<b>Bibliografia aberta</b>	<a href="http://www.cff.org.br">http://www.cff.org.br</a> - Conselho Federal de Farmácia <a href="http://www.cffmg.org.br">http://www.cffmg.org.br</a> - Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais <a href="http://www.anvisa.gov.br">http://www.anvisa.gov.br</a> - Agência Nacional de Vigilância Sanitária <a href="http://www.opas.org.br/medicamento">http://www.opas.org.br/medicamento</a> - Portal de assistência farmacêutica <a href="http://www.saúde.gov.br/bvs">http://www.saúde.gov.br/bvs</a> - Biblioteca Virtual em Saúde – Ministério da Saúde <a href="http://anvisa.bvs.br/html/pt/home.html">http://anvisa.bvs.br/html/pt/home.html</a> - Portal do conhecimento em vigilância sanitária <a href="http://www.periodicos.capes.gov.br">http://www.periodicos.capes.gov.br</a> - Portal capes periódicos

<b>IMUNOLOGIA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estudo das propriedades das respostas imunológicas, das células e tecidos do sistema imunológico, dos antígenos e anticorpos, do processamento e apresentação de antígenos, da maturação e ativação linfocitária, da geração de tolerância imunológica e das respostas imune inata, humoral e celular.
<b>Bibliografia básica</b>	ABBAS, A.K. Imunologia celular e molecular. Rio de Janeiro. 7ª ed. Elsevier, 2011. ROITT, I., BROSTOFF, J., MALE, D. Imunologia. 6ª Edição, Editora Manole, 2003. JANEWAY, J.R. Imunobiologia: o sistema imune na saúde e na doença. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.
<b>Bibliografia complementar</b>	ABBAS, A.K. Imunologia celular e molecular. Rio de Janeiro. 6ª ed. Elsevier, 2008. ABBAS, A.K. Imunologia. Rio de Janeiro. 2ª ed. Revinter, 2006. ROITT, I. M. & DELVES, P. J. Fundamentos de Imunologia, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004 ABBAS, A.K., LICHTMAN, A.H. Imunologia básica: Funções e Distúrbios do Sistema Imunológico – Elsevier; 2ª Ed., 2007. PEAKMAN, M., VERGANI, D. Imunologia Básica e Clínica. Ed. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro. 1999. PLAYFAIR, J.H.L., LYDYARD, P.M. Imunologia Médica. Ed. Revinter. Rio de Janeiro. 1999.
<b>Bibliografia aberta</b>	Textos científicos disponíveis em: <a href="https://www.ncbi.nlm.nih.gov/">https://www.ncbi.nlm.nih.gov/</a> Textos científicos disponíveis em: <a href="http://www.periodicos.capes.gov.br">http://www.periodicos.capes.gov.br</a>
	Textos científicos disponíveis em: <a href="http://www.scielo.br">http://www.scielo.br</a>

<b>ESTÁGIO I: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estágio observacional em drogaria, farmácia comercial, SUS, farmácia de manipulação ou em outros ambientes de inserção farmacêutica em setor público ou privado; exceto nas áreas de análises clínicas, genéticas, toxicológicas e alimentos.
<b>Bibliografia básica</b>	Bibliografia básica apresentada na ementa da unidade curricular Introdução às Ciências Farmacêuticas
<b>Bibliografia complementar</b>	Bibliografia complementar apresentada na ementa da unidade curricular Introdução às Ciências Farmacêuticas.

<b>QUARTO PERÍODO</b>	
<b>PARASITOLOGIA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Parasitismo. Fatores que influenciam o aparecimento da doença parasitária. Morfologia, ciclo biológico, patogenia, noções de diagnóstico e tratamento, frequência e distribuição, controle e profilaxia dos principais parasitos humanos (protozoários, helmintos, ectoparasitas) e seus vetores associados.
<b>Bibliografia básica</b>	REY, Luís. Parasitologia: Parasitos e doenças parasitárias do homem nas américas e na África. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2008. 883 p. ISBN 9788527714068. REY, Luís. Parasitologia. 4. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2008 1 recurso online ISBN 978-85-277-2027-4. NEVES, David Pereira. Parasitologia humana. 12. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2011. 546 p. ISBN 9788538802204. NEVES, DAVID PEREIRA. Parasitologia humana. 13.ed. São Paulo: Atheneu, 2016. 428 p. ISBN 85-7379-243-4. AMATO NETO, Vicente. Parasitologia: uma abordagem clínica. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2008. xix, 434 p. ISBN 9788535228045. CIMERMAN, Benjamin; FRANCO, Marco Antônio. Atlas de parasitologia: artrópodes, protozoários e helmintos. São Paulo, SP: Atheneu, 2009. 105 p. (Biblioteca biomédica). ISBN 8573791578. NEVES, David Pereira; BITTENCOURT NETO, João Batista. Atlas didático de parasitologia. 2. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2009. 101 p. (Biblioteca biomédica). ISBN 9788538800019.

<b>Bibliografia complementar</b>	DE CARLI, Geraldo Atílio. Parasitologia clínica: seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humanas. São Paulo, SP: Atheneu, 2001. 810 p. ISBN 8573793228. FERREIRA, Marcelo Urbano. Parasitologia contemporânea. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2012 1 recurso online ISBN 978-85-277-2194-3. CIMERMAN, Benjamin; CIMERMAN, Sérgio. Parasitologia humana: e seus fundamentos gerais. 2. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2010. viii, 390 p. ISBN 8573791403. FREITAS, Elisângela Oliveira de. Imunologia, parasitologia e Hematologia aplicadas à biotecnologia. São Paulo Erica 2015 1 recurso online ISBN 9788536521046. CARRERA, Messias. Insetos de interesse médico e veterinário. Curitiba: Editora da UFPR, 1991. 228 p. ISBN 8585132574.
<b>Bibliografia aberta</b>	<a href="http://www.scielo.br">http://www.scielo.br</a> - Scientific Electronic Library On Line <a href="http://www.periodicos.capes.gov.br">http://www.periodicos.capes.gov.br</a> - Portal capes Periódicos
<b>FARMACOLOGIA I: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Farmacocinética e farmacodinâmica; farmacologia da transmissão noradrenérgica e colinérgica; farmacologia do sistema nervoso central.
<b>Bibliografia básica</b>	BRUNTON, L.L.; KNOLLMAN, B.C.; CHABNER, B.A. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 12ª Ed., São Paulo, AMGH editora, 2012. GOLAN, D.E. et al. Princípios de Farmacologia: a base fisiopatológica da farmacoterapia. 3ª Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2014. KATSUNG B.; TREVOR, A. Farmacologia básica e clínica. 13ª Ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2017.
<b>Bibliografia complementar</b>	LÜLLMANN, HEINZ; MOHR, KLAUS; HEIN, LUTZ. Farmacologia. 7ª Ed. Porto Alegre, ArtMed, 2017.
	HACKER, M. BACHMANN, K.; MESSER, W. Farmacologia Princípios e Prática. Guanabara Koogan, 1ª Ed., 2012. RANG, H.P; Rang & Dale: Farmacologia. 8ª. Ed., Elsevier, 2016. FUCHS, F.D; WANNMACHER, L. Farmacologia Clínica e Terapêutica Racional. 5ª Ed., Guanabara Koogan, 2017. BRODY, T. M., MINNEMAN, K. P.; WECKER, L. Farmacologia Humana. Elsevier, 4ª edição, 2006.
<b>ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO FARMACÊUTICA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Princípios e conceitos fundamentais da economia, administração, organização, sistema de qualidade, marketing e empreendedorismo. Planejamento econômico e administrativo, estrutura e legislação de empresas farmacêuticas.
<b>Bibliografia básica</b>	CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2003. xxviii, 634 p. MANKIW, N. Gregory; MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2001. CHIAVENATO, Idalberto. Administração teoria, processo e prática. 4.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2007.
<b>Bibliografia complementar</b>	SILVA, Adelphino Teixeira da. Administração básica. 4. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2007. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2005. SEBRAE. Planejamento do negócio: como transformar idéias em realizações. Brasília, DF: Lucerna, 2004. 142 p. ISBN 8586930350. PIOLA, Sergio Francisco; VIANA, Solon Magalhães. Economia da saúde: conceito e contribuição para a gestão da saúde. Brasília (DF): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1995. BLESSA, Regina. Merchandising farma: a farmácia do futuro. 2ª. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. GONZALO, Vecina Neto. Gestão de Recursos Materiais e de Medicamentos, volume 12. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. <a href="http://www.scielo.org">www.scielo.org</a> Glossário temático: economia da saúde. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. 89 p. SILVA, Adelphino Teixeira da. Administração básica. 4. ed. rev. ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2007. 267 p.

<b>Bibliografia aberta</b>	<a href="http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg?codUf=14">http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg?codUf=14</a>
<b>FARMACOGNOSIA I: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Introdução à Farmacognosia; cultivo e coleta de plantas medicinais; preparo, conservação e estocagem de plantas medicinais e drogas vegetais; análise farmacognóstica; controle de qualidade de matéria-prima de origem natural para preparação de medicamentos em geral e para obtenção de fitoterápicos; classes químicas de metabólitos (em especial, metabólitos primários) de plantas, de fungos, de animais e de microrganismos com importância e aplicação na área farmacêutica e em áreas afins (como alimentícia e cosmética).
<b>Bibliografia básica</b>	SIMÕES, Cláudia Maria Oliveira et al (orgs.). Farmacognosia: da planta ao medicamento. 5.ed. Porto Alegre: UFRS, 2003. 1101 p. SIMÕES, Cláudia Maria Oliveira et al (orgs.). Farmacognosia: da planta ao medicamento. 6.ed. Porto Alegre: UFRS, 2007. 1102 p. SIMÕES, Cláudia Maria Oliveira et al (orgs.). FARMACOGNOSIA do produto natural ao medicamento. Porto Alegre ArtMed 2017 1 recurso online ISBN 9788582713655. Farmacopéia Brasileira 5a edição - disponível portal ANVISA AKISUE, Maria Kubota; OLIVEIRA, Fernando de. Farmacognosia. São Paulo, SP: Atheneu, 1998. 412 p. COSTA, Aloísio Fernandes. Farmacognosia. 6.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. v.1. 1031 p. COSTA, Aloísio Fernandes. Farmacognosia. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. v.2. 1117 p. COSTA, Aloísio Fernandes. Farmacognosia. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. v.3. 992p.
<b>Bibliografia complementar</b>	BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. A fitoterapia no SUS e o programa de pesquisas de plantas medicinais da central de medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 146 p. Brasil. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. [Organização: José Miguel do Nascimento Júnior, Kátia Regina Torres e Rosane Maria da Silva Alves]. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 135 p. Bruneton, Jean. Farmacognosia: fitoquímica plantas medicinales. 2.ed. Zaragoza: Acribia, 2001. 1099 p. DEWICK, Paul M.. Medicinal natural products: a biosynthetic approach. 2.ed.. England: John Wiley & Sons, 2001. 507 p. DI STASI, Luiz Cláudio (org.). Plantas medicinais: arte e ciência. Um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: Unesp, 1996. 230p EVANS, William Charles . Trease and Evans pharmacognosy . 15th. ed. London : Saunders , 2002. 585 p. Farmacopéia brasileira. [elaborado pela Comissão Permanente de Revisão da Farmacopéia Brasileira]. 4. ed . São Paulo: Atheneu. GIL, Eric S. et al. Controle físico-químico de qualidade de medicamentos. 2. ed. reimpr. rev.. São Paulo: Pharmabooks, 2007. 485 p. LORENZI,Harri; Matos,Francisco José de Abreu. Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2002. 511 p. MATOS, F.J. Abreu. Introdução à fitoquímica experimental. 2.ed. Fortaleza, CE: EUFC, 1997. 141 p MATOS, F. J. Abreu. Farmácias vivas: sistema de utilização de plantas medicinais projetado para pequenas comunidades. 3.ed. Fortaleza, CE: UFC Edições, 1998. 219 p. WAGNER, Hildebert; Bladt, S. Plant drug analysis: a thin layer chromatography atlas. 2.ed. Germany: Springer, 1996. 384 p.
<b>Bibliografia aberta</b>	Periódicos: Revista Brasileira de Farmacognosia, Revista Brasileira de Plantas Medicinais, Química Nova, Fitoterapia, Phytotherapy Research, Phytochemistry
<b>IMUNOLOGIA APLICADA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Conceitos em Imunologia Clínica, Imunodeficiência Humana (HIV/AIDS), Imunidade aliada a Hipersensibilidade Tipos I, II, III e IV, Comportamento Imunológico durante Processo Infecioso, Imunologia dos Transplantes, Imunologia da Vacinação, Técnicas em imunodiagnóstico.

<b>Bibliografia básica</b>	FERREIRA, A.W., ÁVILA, S. Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. 456p. JANEWAY, C.A. Imunobiologia: o sistema imune na saúde e na doença. 6ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 824p PEAKMAN, M.; VERGANI, D. Imunologia básica e clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. 327p.
<b>Bibliografia complementar</b>	ABBAS, A.K.; LICHTMANN, A.H.; POBER, J.S. Imunologia celular e molecular. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1998. 469p. ROITT, I. Imunologia 6ª.ed. Barueri: Manole, 2003. 481p. LEVINSON, W.; JAWETZ, E. Microbiologia médica e imunologia. 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 632p. MINISTERIO DA SAÚDE. Hepatite Virais: O Brasil está atento. 3ª.ed Brasília: Ministerio da Saúde, 2008. 60p. SILVA, W.D. Bier -Imunologia: básica e aplicada. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 388p.
<b>MICROBIOLOGIA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Caracterização e classificação dos microrganismos, principais grupos de microrganismos, características estruturais de células procarióticas e eucarióticas, nutrição e crescimento microbiano, metabolismo microbiano, genética microbiana, interação homem/microrganismo, microbiota normal do corpo humano, principais doenças infecciosas humanas, mecanismos envolvidos na patogenia microbiana, controle do crescimento microbiano, quimioterapia antimicrobiana, mecanismos de resistência microbiana a drogas, medidas de prevenção da disseminação das doenças transmissíveis, microbiologia ambiental e aplicada.
<b>Bibliografia básica</b>	BROOKS, G. F., et al. Microbiologia médica de Jawetz, Melnick e Adelberg. 26ª ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2014. VIII, 864 p. PELCAZAR JR, MICHAEL, J.; Microbiologia conceitos e aplicações. 2ª. ed. São Paulo: Makron Books, vol. 1 e 2. 1996. TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 10ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
	934 p. MADIGAN, M. T. Microbiologia de Brock. 12ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. XXXII, 1128 p.
<b>Bibliografia complementar</b>	MURRAY, P. R.; ROSENTHAL, K. S.; PFALLER, M. A. Microbiologia medica. Rio de Janeiro: Elsevier, c2010. 948 p. FRANCO, B.D.G.M.; LANDGRAF, M. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Atheneu, 2004. 182 p. BURTON, G.R.W.; ENGELKIRK, P.G. Microbiologia: para as ciências da saúde. 7ª. ed. Rio de Janeiro: s.n., 2005. XIV, 426 p. SILVA, N. da; JUNQUEIRA, V. C. A.; SILVEIRA, N. F. de A. Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos. 2ª. ed. São Paulo: Varela, 2001. XXIV, 315 p. WILLIAMS, R.; et. al. Microbiologia médica. 2ª. ed. São Paulo: Manole, 1999. 584 p..
<b>Bibliografia aberta</b>	Ministério da Saúde do Brasil: <a href="http://www.saude.gov.br">www.saude.gov.br</a> Agência Nacional de Vigilância Sanitária: <a href="http://www.anvisa.gov.br">www.anvisa.gov.br</a> Conselho Federal de Farmácia: <a href="http://www.cff.org.br">www.cff.org.br</a> Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais: <a href="http://www.crfmg.org.br">www.crfmg.org.br</a>
<b>PATOLOGIA GERAL: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Introdução ao Estudo da Patologia. Alterações celulares reversíveis. Alterações celulares irreversíveis. Inflamação. Cicatrização. Distúrbios Hemodinâmicos. Distúrbios do Crescimento e da Diferenciação Celular. Neoplasias.
<b>Bibliografia básica</b>	BRASILEIRO FILHO G. Bogliolo Patologia. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. FRANCO, M. Patologia: processos gerais. 6.ed. São Paulo, 2015. KIERSZENBAUM, AL. Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<b>Bibliografia complementar</b>	ALBERTS B. et al. Biologia da célula. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. FARIA, J. Lopes de; ALTEMANI, Albina M. A. M. Patologia geral: fundamentos das doenças, com aplicações clínicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 298 p. LEVISON, DA, et al. Muir's textbook of pathology. 14.ed. London, 2008. MAGNO G, JORIS J. Cells, tissues and disease. New York: Oxford University Press, 2004. MITCHELL, RN. Robbins & Cotran: fundamentos de patologia. 8.ed. Rio de Janeiro, 2012.
<b>Bibliografia aberta</b>	Textos científicos disponíveis no site: <a href="http://www.periodicos.capes.gov.br">http://www.periodicos.capes.gov.br</a> Textos científicos disponíveis no site: <a href="http://www.scielo.br">http://www.scielo.br</a> Textos científicos disponíveis no site: <a href="http://bvsalud.org">http://bvsalud.org</a> Textos científicos disponíveis no site: <a href="https://scholar.google.com.br/">https://scholar.google.com.br/</a>
<b>CENÁRIOS DE PRÁTICA II: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Problemas relacionados ao cuidado farmacêutico, problemas relacionados à interação medicamentosa em diversos tipos de tratamento, problemas relacionados à gestão farmacêutica, problemas relacionados à responsabilidade farmacêutica em diversos ambientes do sistema de saúde.
<b>Bibliografia básica</b>	BRUNTON, L.L.; KNOLLMAN, B.C.; CHABNER, B.A. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 12ª Ed., São Paulo, McGraw-Hill, 2012. GOLAN, D.E. et al. Princípios de Farmacologia: a base fisiopatológica da farmacoterapia. 2ª Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2009 Resoluções Sanitárias do Conselho Federal de Farmácia ( <a href="http://www.cff.org.br">www.cff.org.br</a> ).
<b>Bibliografia complementar</b>	CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. A organização Jurídica da Profissão Farmacêutica. 4ª. ed. Brasília: CFF, 2003-2004. 1785p. COSTA, E.A. Vigilância Sanitária – proteção e defesa da saúde. São Paulo: HUCITEC/SOBRAVIME, 1999. 462p. - CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Compiladas principais leis, decretos e resoluções que regulamentam a atividade farmacêutica no Brasil. 2017. 114p - CHIAVENATO, Idalberto. Administração teoria, processo e prática. 5. São Paulo Manole 2015. - FUCHS, F.D; WANNMACHER, L. Farmacologia Clínica e Terapêutica Racional. 5ª Ed., Guanabara Koogan, 2017.
<b>Bibliografia aberta</b>	Ministério da Saúde do Brasil: <a href="http://www.saude.gov.br">www.saude.gov.br</a> Agência Nacional de Vigilância Sanitária: <a href="http://www.anvisa.gov.br">www.anvisa.gov.br</a> Portal de Assistência Farmacêutica: <a href="http://www.opas.org.br/medicamentos">www.opas.org.br/medicamentos</a>
	Conselho Federal de Farmácia: <a href="http://www.cff.org.br">www.cff.org.br</a> Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais: <a href="http://www.crfmg.org.br">www.crfmg.org.br</a>

## QUINTO PERÍODO

### FARMACOLOGIA II: 60 HORAS

<b>Ementa</b>	Farmacoterapia dos processos alérgicos, inflamatórios e piréticos; farmacoterapia do sistema cardiovascular e renal; farmacoterapia do trato gastrointestinal.
<b>Bibliografia básica</b>	BRUNTON, L.L.; KNOLLMAN, B.C.; CHABNER, B.A. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 12ª Ed., São Paulo, AMGH editora, 2012. GOLAN, D.E. et al. Princípios de Farmacologia: a base fisiopatológica da farmacoterapia. 3ª Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2014. KATSUNG B.; TREVOR, A. Farmacologia básica e clínica. 13ª Ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2017.
<b>Bibliografia complementar</b>	LÜLLMANN, HEINZ; MOHR, KLAUS; HEIN, LUTZ. Farmacologia. 7ª Ed. Porto Alegre, ArtMed, 2017. HACKER, M. BACHMANN, K.; MESSER, W. Farmacologia Princípios e Prática. Guanabara Koogan, 1ª Ed., 2012. RANG, H.P; Rang & Dale: Farmacologia. 8ª. Ed., Elsevier, 2016. FUCHS, F.D; WANNMACHER, L. Farmacologia Clínica e Terapêutica Racional. 5ª Ed., Guanabara Koogan, 2017. BRODY, T. M., MINNEMAN, K. P.; WECKER, L. Farmacologia Humana. Elsevier, 4ª edição, 2006.

### QUÍMICA FARMACÊUTICA: 60 HORAS

<b>Ementa</b>	Aspectos moleculares de ação dos fármacos e a influência dos grupamentos químicos, da estereoquímica e das propriedades físico-químicas dos fármacos na atividade farmacológica. Processos de obtenção de novos fármacos e noções de QSAR e modelagem molecular. Estudo de algumas classes de fármacos com ênfase no estudo nas relações entre a estrutura química e a atividade farmacológica e também nos mecanismos de ação farmacológica, quando houver.
<b>Bibliografia básica</b>	KOROLKOVAS, A.; BURCKHALTER, J. H. Química Farmacêutica. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1998. THOMAS, G. Química Medicinal. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 2003. BARREIRO, E. J.; FRAGA, C. A. M. Química Medicinal: As Bases Moleculares da Ação dos Fármacos. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
<b>Bibliografia complementar</b>	PATRICK, G.L. An Introduction to Medicinal Chemistry. Oxford University Press, New York, USA, 1995. ANDREI, C. C.; FERREIRA, D. T.; FACCIONE, M.; FARIA, T. J.; Da Química Medicinal à Química Combinatória e Modelagem Molecular - Um curso prático, Editora Manole, 2003. Williams, D.A.; Lemke, T.L. Foye's Principles of Medicinal Chemistry. Fifth Edition. Lippincott Williams E Wilkins. Farmacopéia Brasileira 5a edição - volumes 1 e 2, 2010. Carvalho, I. et al. Introdução a modelagem molecular de fármacos no curso experimental de Química Farmacêutica. Química Nova 26 (3) , 428-438, 2003.
<b>FUNDAMENTOS DE BIOQUÍMICA CLÍNICA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Coleta e processamento de amostras biológicas. Avaliação laboratorial de anormalidades do metabolismo de carboidratos, lipídeos e proteínas. Marcadores bioquímicos das doenças hepática e renal. Enzimas de interesse clínico. Controle da qualidade em bioquímica Clínica. Principais métodos bioquímicos utilizados no laboratório de análises clínicas.
<b>Bibliografia básica</b>	BRUNS, D. E. (Ed.). Tietz, fundamentos de química clínica. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2008. MCPHERSON, R. A.; PINCUS, M. R.. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais de Henry. 21 ed. São Paulo: Manole, 2012. (E-book) PINTO, W. J. Bioquímica clínica. 1 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. (E-book).
<b>Bibliografia complementar</b>	COSTA, D. A. G. Guia de interpretação de exames. 1 ed. São Paulo, SP: Medcel, 2013. DEVLIN, T. M. Manual de bioquímica: com correlações clínicas. São Paulo, SP: Blucher, 2011. GAW, A. et al. Bioquímica clínica. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 12 ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011.
	MARSHALL, W.J.; et al. Bioquímica clínica: aspectos clínicos e metabólicos. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. MICHAEL L. FODY, E. P., SCHORFF, L. E. Química clínica princípios, procedimentos, correlações. 5 ed. São Paulo: Manole, 2010. (E-book) NELSON, D. L., COX, M. M. Princípios de bioquímica de Lehninger. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
<b>BIOLOGIA MOLECULAR APLICADA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	A Ciência do DNA, seus aspectos históricos e sua inserção na sociedade contemporânea. Genomas: características estruturais e funcionais. O conhecimento dos genomas procariontes e eucariontes e suas relações com a área da Saúde. DNA polimórfico. Ciências "ômicas", tecnologias moleculares e aplicações em Ciências Farmacêuticas e da Saúde.
<b>Bibliografia básica</b>	MICKLOS, D.A.; FREYER, G.A.; CROTTY, D.A. A ciência do DNA. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. XII, 575 p. COSTA, A.M.; MARTINS, C. Estrutura e evolução dos genomas. Planaltina, DF.: Embrapa Cerrados, 2010. 110 p. FITZGERALD-HAYES, M.; REICHSMAN, F. DNA and biotechnology. 3 <sup>rd</sup> ed. Burlington, MA: Academic Press, 2010. 390 p.



<b>Bibliografia complementar</b>	<p>READ, A.P.; STRACHAN, T. Human molecular genetics. 3<sup>rd</sup>. ed. London: Gerlan Science, 2004. 674 p.</p> <p>MALACINSKI, G.M. Fundamentos de biologia molecular. 4<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2005. XVII, 439 p.</p> <p>JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular. 9<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2012. 364 p.</p> <p>DOUGHERTY, T.J.; PROJAN, S. Microbial Genomics and Drug Discovery. New York: Marcel Dekker, 2003. 243 p.</p> <p>WATSON, J.D.; WATSON, J.D.; BERRY, A. DNA: o segredo da vida. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2005. 470 p.</p> <p>Artigos científicos em periódicos especializados.</p>
<b>FUNDAMENTOS DE HEMATOLOGIA E CITOLOGIA CLÍNICA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Técnicas de coleta, coloração e microscopia aplicadas à hematologia e citologia clínica; fundamentos hematológicos do estudo da série eritrocitária, da série leucocitária e da imunohematologia (hemoterapia); noções gerais de citologia clínica e sua aplicação no diagnóstico e acompanhamento terapêutico do câncer; uroanálise.
<b>Bibliografia básica</b>	<p>BAIN, B.J. Células Sanguíneas Um guia prático. 4<sup>a</sup> ed. Porto Alegre, Editora Artmed, 2007.</p> <p>ZAGO, M.A.; FALCÃO, R.P.; PASQUINI, R. Hematologia. Fundamentos e prática. 1<sup>a</sup> ed. revista e atualizada, São Paulo: Atheneu, 2004.</p> <p>LORENZI, T.F. Manual de hematologia Propedêutica e clínica. 4<sup>a</sup> ed, Rio de Janeiro: Medsi, 2006.</p> <p>LORENZI, T.F., Atlas de Hematologia: Clínica Hematológica Ilustrada. Rio de Janeiro: Medsi, 2006.</p> <p>MOSS, P.A.H., HOFFBRAND, A.V., PETTIT, J.E. Fundamentos em Hematologia. 5<sup>a</sup> ed, Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>DI LORENZO, M.S., STRASINGER, S.K. Urinálise e fluidos corporais. São Paulo: Editora Livraria Médica Paulista, 2009.</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>HENRY, J.B. Clinical &amp; diagnosis managment by laboratory methods. 18a ed., Philadelphia, EUA : W.B. Saunders Company, 2011.</p> <p>RAVEL, R. Laboratório clínico. 6<sup>a</sup> ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.</p> <p>GIRELLO, A.L.; KÜHN, T.I.B.B. Fundamentos de imuno-hematologia eritrocitária. 2<sup>a</sup> ed, São Paulo: Editora Senac, 2007.</p> <p>MICHALANY, J. Técnica histológica em anatomia patológica. 2<sup>a</sup> ed, Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1981.</p> <p>CARVALHO, G. Citologia do Trato genital feminino. 5<sup>a</sup> ed, Rio de Janeiro: Revinter, 2009.</p> <p>BENETT, J.C., PLUM, F. CECIL tratado de medicina interna. 20. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. 3647 p. 2 v.</p>
<b>FARMACOGNOSIA II: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Controle de qualidade de matéria-prima de origem natural para preparação de medicamentos em geral e para obtenção de fitoterápicos; classes químicas de metabólitos (em especial, metabólitos secundários ou especiais) de plantas, de fungos, de animais e de microrganismos com importância e aplicação na área farmacêutica e em áreas afins (como alimentícia e cosmética).

<b>Bibliografia básica</b>	<p>Simões, Cláudia Maria Oliveira et al (orgs.). Farmacognosia: da planta ao medicamento. 5.ed. Porto Alegre: UFRS, 2003. 1101 p.</p> <p>Simões, Cláudia Maria Oliveira et al (orgs.). Farmacognosia: da planta ao medicamento. 6.ed. Porto Alegre: UFRS, 2007. 1102 p.</p> <p>Simões, Cláudia Maria Oliveira et al (orgs.). FARMACOGNOSIA do produto natural ao medicamento. Porto Alegre ArtMed 2017 1 recurso online ISBN 9788582713655.</p> <p>Farmacopéia Brasileira 5a edição - disponível portal ANVISA</p> <p>AKISUE, Maria Kubota; OLIVEIRA, Fernando de. Farmacognosia. São Paulo, SP: Atheneu, 1998. 412 p.</p> <p>Costa, Aloísio Fernandes. Farmacognosia. 6.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. v.1. 1031 p.</p> <p>Costa, Aloísio Fernandes. Farmacognosia. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. v.2. 1117 p.</p> <p>Costa, Aloísio Fernandes. Farmacognosia. 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. v.3. 992p.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. A fitoterapia no SUS e o programa de pesquisas de plantas medicinais da central de medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 146 p.</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicas. [Organização: José Miguel do Nascimento Júnior, Kátia Regina Torres e Rosane Maria da Silva Alves]. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 135 p.</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>Bruneton, Jean. Farmacognosia: fitoquímica plantas medicinales. 2.ed. Zaragoza: Acribia, 2001. 1099 p.</p> <p>Dewick, Paul M.. Medicinal natural products: a biosynthetic approach. 2.ed.. England: John Wiley &amp; Sons, 2001. 507 p.</p> <p>Di Stasi, Luiz Cláudio (org.). Plantas medicinais: arte e ciência. Um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: Unesp, 1996. 230p</p> <p>Evans, William Charles . Trease and Evans pharmacognosy . 15th. ed. London : Saunders , 2002. 585 p.</p> <p>Farmacopéia brasileira. [elaborado pela Comissão Permanente de Revisão da Farmacopéia Brasileira]. 4. ed . São Paulo: Atheneu.</p> <p>Gil, Eric S. et al. Controle físico-químico de qualidade de medicamentos. 2. ed. reimpr. rev.. São Paulo: Pharmabooks, 2007. 485 p.</p> <p>Lorenzi,Harri; Matos,Francisco José de Abreu. Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2002. 511 p.</p> <p>Matos, F.J. Abreu. Introdução à fitoquímica experimental. 2.ed. Fortaleza, CE: EUFC, 1997. 141 p</p> <p>Matos, F. J. Abreu. Farmácias vivas: sistema de utilização de plantas medicinais projetado para pequenas comunidades. 3.ed. Fortaleza, CE: UFC Edições, 1998. 219 p.</p> <p>Wagner, Hildebert; Bladt, S. Plant drug analysis: a thin layer chromatography atlas. 2.ed. Germany Springer, 1996. 384 p.</p>
<b>Bibliografia aberta</b>	<p>Site da ANVISA (legislação de fitoterápicos): <a href="http://www.anvisa.gov.br">www.anvisa.gov.br</a></p> <p>Periódicos: Revista Brasileira de Farmacognosia, Revista Brasileira de Plantas Mediciniais, Química Nova, Fitoterapia, Phytotherapy Research, Phytochemistry</p>
<b>PROJETO DE PESQUISA: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	<p>Elaboração de projeto de pesquisa, tipos de pesquisa: qualitativa e quantitativa. Relevância da linha de pesquisa, justificativa, pergunta/problema, objetivos, material e método, coleta, tratamento e análise de dados, considerações éticas (Comitê de Ética em Pesquisa e Plataforma Brasil). Revisão da literatura, discussão, conclusões. Manual de Normalização UFVJM/ABNT.</p>
<b>Bibliografia básica</b>	<p>ANDRADE, M.M. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2003. 174 p.</p> <p>CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. Porto Alegre: Penso, 2014.</p> <p>BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. Manual de produção de textos acadêmicos e científicos. São</p>

	Paulo: Atlas, 2013. LIMA, S.V. Planejamento de pesquisa: Uma introdução. Série Trilhas. 2a ed. São Paulo: Editora EDUE, 2009, p.114 p. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. 314p. SORDI, José Osvaldo de. Desenvolvimento de projeto de pesquisa. São Paulo: Saraiva, 2017.
<b>Bibliografia complementar</b>	BARROS, A.J.S; LEHFELD, N.A.S. Fundamentos de metodologia científica. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 158p. CARVALHO, M.C.M. Construindo o saber - Metodologia científica fundamentos e técnicas. 18ª ed. Campinas: Papirus, 2007. 174 p. RÚDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico, 23a.ed., São Paulo, Cortez, 2012, 383p. VOLPATO, G. Publicação científica. 3a ed. Editora Cultura Acadêmica, 2008, 125p.
<b>ESTÁGIO II: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Atividades farmacêuticas como a dispensação de medicamentos, gestão, farmácia clínica, seguimento farmacoterapêutico, produção de material voltado à educação em saúde e a integração com outros profissionais de saúde, manipulação de medicamentos e domissanitários e outras atividades relacionadas a estas. Estágio em drogaria, farmácia comercial, SUS (atividades de dispensação/atenção farmacêutica) farmácia de manipulação ou farmácia homeopática (atividades de manipulação), farmácia hospitalar ou em outros ambientes de inserção farmacêutica em setor público ou privado; exceto nas áreas de análises clínicas, genéticas, toxicológicas e alimentos.
<b>Bibliografia básica</b>	Introdução às Ciências Farmacêuticas, Farmacologia I, Deontologia e Legislação Farmacêutica, Economia e Administração Farmacêutica.
<b>Bibliografia complementar</b>	Bibliografia complementar apresentada nas ementas das unidades curriculares Introdução às Ciências Farmacêuticas, Farmacologia I, Deontologia e Legislação Farmacêutica.

<b>SEXTO PERÍODO</b>	
<b>FARMACOTÉCNICA I: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Boas práticas de manipulação. Aspectos biofarmacêuticos. Estudo das formas farmacêuticas sólidas e líquidas: formulações e excipientes, incompatibilidades de componentes das formulações, processos de manipulação. Análise e interpretação farmacotécnica das prescrições. Regulação técnica.
<b>Bibliografia básica</b>	ALLEN Jr., L.V.; POPOVICH, N.G.; ANSEL, H.C. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 8. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2007. ANSEL, H.C.; PRINCE, S.J. Manual de cálculos farmacêuticos. Porto Alegre: Artmed, 2005. AULTON, M.E. Delineamento de formas farmacêuticas. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. FERREIRA, A.O. Guia prático da farmácia magistral. 4. ed., rev. e ampl. São Paulo: Pharmabooks, 2010.
<b>Bibliografia complementar</b>	CORDEIRO, P.P.M.; CONRADO, M.F.L.; CORDEIRO, P.C.C. Gestão farmacotécnica magistral. 2ª ed. Balneário Camboriú: Bsse, 2008. MARRIOTT, J.F. et al. Pharmaceutical compounding and dispensing. 2 <sup>nd</sup> ed. London: Pharmaceutical Press, 2010. QUINN, M.E. (Ed.); ROWE, R.C.; SHESKEY, P.J. Handbook of pharmaceutical excipients. 6th ed. London: Pharmaceutical Press; Chicago: American Pharmacists Association, 2009. REMINGTON, J.P. Remington: a ciência e a prática da farmácia. 20. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. VILLANOVA, J.C.O.; SÁ, V.R. Excipientes: guia prático para padronização - formas farmacêuticas orais sólidas e líquidas. 2. ed. São Paulo: Pharmabooks, 2009. ANVISA. FORMULÁRIO NACIONAL DA FARMACOPEIA BRASILEIRA, 2ª ed. 2011. Disponível em: <a href="http://portal.anvisa.gov.br/formulario-nacional">http://portal.anvisa.gov.br/formulario-nacional</a> . ANVISA. FARMACOPEIA BRASILEIRA. 5a ed. 2010. Disponível em: <a href="http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeias-virtuais">http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeias-virtuais</a> .

<b>FARMACOLOGIA III: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Farmacoterapia quimioterápica antiparasitária, antimicrobiana e antineoplásica; farmacoterapia do sistema hormonal e endócrino.
<b>Bibliografia básica</b>	BRUNTON, L.L.; KNOLLMAN, B.C.; CHABNER, B.A. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 12ª Ed., São Paulo, AMGH editora, 2012. GOLAN, D.E. et al. Princípios de Farmacologia: a base fisiopatológica da farmacoterapia. 3ª Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2014. KATSUNG B.; TREVOR, A. Farmacologia básica e clínica. 13ª Ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2017.
<b>Bibliografia complementar</b>	LÜLLMANN, HEINZ; MOHR, KLAUS; HEIN, LUTZ. Farmacologia. 7ª Ed. Porto Alegre, ArtMed, 2017. HACKER, M. BACHMANN, K.; MESSER, W. Farmacologia Princípios e Prática. Guanabara Koogan, 1ª Ed., 2012. RANG, H.P; Rang & Dale: Farmacologia. 8ª. Ed., Elsevier, 2016. FUCHS, F.D; WANNMACHER, L. Farmacologia Clínica e Terapêutica Racional. 5ª Ed., Guanabara Koogan, 2017. BRODY, T. M., MINNEMAN, K. P.; WECKER, L. Farmacologia Humana. Elsevier, 4ª edição, 2006.
<b>TOXICOLOGIA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Histórico e aplicações da toxicologia. As fases da intoxicação. Exposição. Toxicocinética e toxicodinâmica. Avaliação de risco toxicológico. Toxicologia social. Toxicologia de alimentos. Toxicologia ambiental. Toxicologia ocupacional. Aspectos analíticos da toxicologia. Toxicologia no SUS
<b>Bibliografia básica</b>	AZEVEDO, F. A.; CHASIN, A. A. M. As bases toxicológicas da ecotoxicologia. São Paulo: Intertox, 2003. 340 p OGA, S.; CAMARGO, M. M. A.; BATISTUZZO, J. A. O. Fundamentos de toxicologia. 3ª ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 677 p. KLAASSEN C.D., WATKINS III J.B. Fundamentos em Toxicologia de Casarett e Doull. 2ª ed. Mcgraw Hill, 2012.
<b>Bibliografia complementar</b>	Artigos de periódicos da área e afins RICHARDS, I.S. Principles and practice of toxicology in Public Health, Sudbury: Jones & Bartlett Publishers, 2008. 464 p. KLAASSEN, C. D. Casarett and Doull's toxicology: the basic science of poisons. 6 <sup>th</sup> ed. New York: McGraw-Hill, 2001. MÍDIO, A. F. (Coord). Glossário de Toxicologia: com tradução inglês e espanhol. São Paulo: Roca, 1992. SIQUEIRA, M.E.P.B. e MOREAU, R.L.M. Toxicologia Analítica. Rio de Janeiro: Guanabara, 2008. OLSON, K. R. Manual de toxicologia clínica. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. LOPES, A.C. Fundamentos de toxicologia clínica. São Paulo: Artmed, 2006.
<b>PARASITOLOGIA APLICADA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Orientação ao paciente; Coleta e conservação do material biológico; Noções de Biossegurança e controle de qualidade em parasitologia. Emissão de laudos. O papel dos sinais e sintomas para o direcionamento do diagnóstico. As principais técnicas parasitológicas abordando suas principais aplicações e limitações frente a história natural da doença.
<b>Bibliografia básica</b>	DE CARLI, Geraldo Atilio. Parasitologia clínica: seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humanas. São Paulo, SP: Atheneu, 2001. 810 p. ISBN 8573793228. MORAES, Sandra do Lago. Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes. 3. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2013 1 recurso online ISBN 978-85-277-2308-4. DIAGNÓSTICOS clínicos e tratamento por métodos laboratoriais de Henry. 21. São Paulo Manole 20121 recurso online ISBN 9788520451854. CIMERMAN, Benjamin; FRANCO, Marco Antônio. Atlas de parasitologia: artrópodes, protozoários e helmintos. São Paulo, SP: Atheneu, 2009. 105 p. (Biblioteca biomédica). ISBN 8573791578. NEVES, David Pereira; BITTENCOURT NETO, João Batista. Atlas didático de parasitologia. 2. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2009. 101 p. (Biblioteca biomédica). ISBN 9788538800019.

<b>Bibliografia complementar</b>	<p>LIPAY, Monica V. N. Biologia molecular métodos e interpretação. Rio de Janeiro Roca 2015 1 recurso online (Análises clínicas e toxicológicas). ISBN 978-85-277-2768-6.</p> <p>REY, Luís. Parasitologia: Parasitos e doenças parasitárias do homem nas américas e na África. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2008. 883 p. ISBN 9788527714068.</p> <p>REY, Luís. Parasitologia. 4. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2008 1 recurso online ISBN 978-85-277-2027-4.</p> <p>NEVES, David Pereira. Parasitologia humana. 12. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2011. 546 p. ISBN 9788538802204.</p> <p>NEVES, DAVID PEREIRA. Parasitologia humana. 13.ed. São Paulo: Atheneu, 2016. 428 p. ISBN 85-7379-243-4.</p>
<b>Bibliografia aberta</b>	<p><a href="http://www.scielo.br">http://www.scielo.br</a> - Scientific Electronic Library On Line</p> <p><a href="http://www.periodicos.capes.gov.br">http://www.periodicos.capes.gov.br</a> - Portal capes periódicos</p> <p><a href="http://www.saude.gov.br">http://www.saude.gov.br</a> - Ministério da Saúde</p> <p><a href="http://www.datasus.gov.br">http://www.datasus.gov.br</a> - Departamento de Informação e Informática do SUS</p>
<b>INTRODUÇÃO À SAÚDE COLETIVA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Abordagem teórica do Sistema Único de Saúde: histórico, legislação e aspectos estruturais; Proteção Social, Políticas de Saúde e Redes de Atenção à Saúde.
<b>Bibliografia básica</b>	<p>CAMPOS, et al. (organizadores). Tratado de saúde coletiva. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Ed Fiocruz, 2012.</p> <p>GIOVANELLA, Ligia et al. (Organizadora). Políticas e sistemas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro Editora Fiocruz, 2011, 1110 p.</p> <p>MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de; MATTA, Gustavo Corrêa; GONDIM, Roberta GIOVANELLA, Ligia. Atenção primária à saúde no Brasil: conceitos, práticas e pesquisa. Rio de Janeiro Fiocruz, 2018.</p> <p>TEIXEIRA, C.F.; VILAS BÔAS, A.L.Q. Modelos de atenção à saúde no SUS: transformação mudança ou conservação? In: PAIM, J. S.; ALMEIDA-FILHO, N. (Orgs.). Saúde Coletiva: teoria e prática. 1.ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2014. p. 287- 304.</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>CAMPOS, F.C.C.; FARIA, H.P.; SANTOS, M.A. Planejamento e avaliação das ações em saúde. 2a ed. – Belo Horizonte: Nescon/UFGM, Coopmed, 2010. 114p. Disponível em: <a href="https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3872.pdf">https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3872.pdf</a>.</p> <p>CARVALHO, S.R.; CUNHA, G.T. A gestão da atenção na saúde: elementos para se pensar a mudança da organização na saúde. In: CAMPOS, et al.(organizadores). Tratado de saúde coletiva. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Ed. Fiocruz, 2012.</p> <p>FLEURY, S.; OUVENEY, A.M. Política de Saúde: uma política social. In: GIOVANELLA, Ligia et al. (Organizadora). Políticas e sistemas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.</p> <p>HEMMI, A.P.A. et al. Perspectivas da Saúde Coletiva no Vale do Jequitinhonha: temas, debates e reflexões. Curitiba: Brazil Publishing: 2020.</p> <p>MOTA, E.L.A.; ALAZRAQUI, M. Informação em Saúde Coletiva. In: PAIM, J. S.; ALMEIDA-FILHO, N. (Orgs.). Saúde Coletiva: teoria e prática. 1.ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2014. p.195-200.</p> <p>NORONHA, J.C.; LIMA, L.D.; MACHADO. C.V. O Sistema Único de Saúde. In: GIOVANELLA, Ligia et al. (Organizadora). Políticas e sistemas de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.</p> <p>ROSEMBERG. B. Comunicação e Participação em Saúde. In: CAMPOS, et al. (organizadores). Tratado de saúde coletiva. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Ed. Fiocruz, 2012. p. 795-826.</p>

<b>FARMACOEPIDEMIOLOGIA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Compreender a epidemiologia como base científica para descrição da distribuição dos problemas de saúde nas populações humanas, fornecendo indicadores para o planejamento, execução e avaliação das ações de prevenção, controle, erradicação e tratamento de doenças. Vigilância em saúde das doenças transmissíveis e não transmissíveis e vigilância epidemiológica Conhecer a epidemiologia como instrumento de vigilância sanitária no consumo de bens e serviços farmacoepidemiologia e farmacovigilância. Dar conhecimentos básicos sobre conceitos, indicadores e métodos farmacoepidemiológicos, de farmacovigilância e de estudos de uso de medicamentos. Discutir sobre agravos à saúde relacionados aos efeitos adversos de medicamentos e seus determinantes em populações humanas. Apresentar conceitos e métodos de promoção do uso racional de medicamentos.
<b>Bibliografia básica</b>	ROUQUARYROAL, M.Z.; GURGEL, M. Epidemiologia e Saúde - 7ª Ed. 2013. ACURCIO, Francisco de Assis. Medicamentos e Assistência Farmacêutica. Belo Horizonte: Coopmed Editora, 2003. MEDRONHO, Roberto de Andrade. Epidemiologia. 2. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2009.
<b>Bibliografia complementar</b>	VAUGHAN, J. P.; MORROW, R.H. Epidemiologia para os municípios: manual para Gerenciamento dos Distritos Sanitários. Segunda edição. Rio de Janeiro. Editora Hucitec. LAPORTE J.R, TOGNONI G. ROZENFELD S. Epidemiologia do medicamento - Princípios Gerais. Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1989. CAPUCHO, HCC, CARVALHO, FD, CASSIANI, SHB. Farmacovigilância: gerenciamento de riscos da terapia medicamentosa para a segurança do paciente. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2011. YANG, Yi. Compreendendo A Farmacoepidemiologia - Yang, Yi - MCGRAW HILL – ARTMED, 2013. CASTRO, Lia Lusitana Cardozo (Org). Fundamentos de Farmacoepidemiologia. Cuiabá: AG Gráfica e editora, 2000.
<b>Bibliografia aberta</b>	<a href="http://www.scielo.br">http://www.scielo.br</a> - Scientific Electronic Library On Line <a href="http://www.periodicos.capes.gov.br">http://www.periodicos.capes.gov.br</a> - Portal capes periódicos <a href="http://www.datasus.gov.br">http://www.datasus.gov.br</a> - Departamento de Informação e Informática do SUS <a href="http://www.saude.gov.br">http://www.saude.gov.br</a> - Ministério da Saúde <a href="http://www.anvisa.gov">http://www.anvisa.gov</a> - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
<b>CUIDADO FARMACÊUTICO I: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Contextualização e arcabouço conceitual do cuidado farmacêutico e dos serviços farmacêuticos ofertados ao indivíduo, à família e à comunidade.
<b>Bibliografia básica</b>	BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade contextualização e arcabouço conceitual. Brasília: Conselho Federal de Farmácia. 2016a, 105p GOODMAN, L. S. As bases farmacológicas da terapêutica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 585, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 set. 2013a. Seção 1, p. 186-188. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 586, de 29 de agosto de 2013. Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2013b. Seção 1, p. 136-138.
<b>Bibliografia complementar</b>	BALINT, M. O médico, seu paciente e a doença. Atheneu, Rio de Janeiro, 1998. SIGBAND, N. Effective communication for pharmacists and other health care professionals. Upland, Counterpoint Publications, 1995. CAPRARA, A. A relação paciente-médico: por uma humanização da prática médica. Cadernos de Saúde Pública, 15, 647-54, 1999. FINKEL, R. Guia de dispensação de produtos terapêuticos que não exigem prescrição. Artmed. BEVILACQUA, F. Fisiopatología clínica. 5ª ed., Rio de Janeiro, Atheneu, 1998.
<b>CENÁRIOS DE PRÁTICA III: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Capacitar discentes com formação centrada nas análises clínicas, pautando em princípios éticos e científicos, para trabalhar em diversos níveis de interação e complexidade do sistema de saúde, por meio de ações diagnósticas, de prevenção de doenças; de promoção, proteção e recuperação da saúde.

<p><b>Bibliografia básica</b></p>	<p>ABBAS, Abul.; LICHTMANN, Andrew H.; PILLAI, Shiv. <i>Imunologia Básica - Funções e Distúrbios do Sistema Imunológico</i>. 5º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. 352p.</p> <p>BAIN, B.J. <i>Células Sanguíneas Um guia prático</i>. 4ª Ed. Porto Alegre, Editora Artmed.</p> <p>BAIN, Barbara J. <i>Células sanguíneas um guia prático</i>. 5. Porto Alegre ArtMed 2016 1 recurso online ISBN 9788582713310.</p> <p>BARILE, Frank A. <b>Principles of toxicology testing</b>. Boca Raton, Flo [Estados Unidos]: CRC, 2008. 312 p</p> <p>BISHOP, Michael L; FODY, Edward P; SCHORFF, Larry E (ed.). <b>Química clínica: princípios, procedimentos, correlações</b>. 5. Barueri: Manole, 2010.</p> <p>BRUNS, D. E. ((Ed.)). <i>Tietz, fundamentos de química clínica</i>. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2008.</p> <p>CASTILHO, L., JUNIOR, J.P., REID, M.E. <i>Fundamentos de imuno-hematologia</i>. 1ª edição. São Paulo Editora Atheneu, 2015.</p> <p>CHAPEL, Helen [et. al]. <i>Imunologia para o clínico</i>. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2003. 349p.</p> <p>CIÊNCIAS farmacêuticas imunoensaios, fundamentos e aplicações. 2. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2018 - recurso online.</p> <p>CIMERMAN, Benjamin; FRANCO, Marco Antônio. <i>Atlas de parasitologia: artrópodes, protozoários e helmintos</i>. São Paulo, SP: Atheneu, 2009. 105 p. (Biblioteca biomédica). ISBN 8573791578.</p> <p>CLÍNICA médica, v.7 alergia e imunologia clínica, doenças da pele, doenças infecciosas e parasitárias. 2. São Paulo Manole 2016 1 - recurso online.</p> <p>COSTA, D. A. G. <i>Guia de interpretação de exames</i>. 1 ed. São Paulo, SP: Medcel, 2013.</p> <p>DE CARLI, Geraldo Atílio. <i>Parasitologia clínica: seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humanas</i>. São Paulo, SP: Atheneu, 2001. 810 p. ISBN 8573793228 MORAES, Sandra do Lago. <i>Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes</i>. 3. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2013 1 recurso online ISBN 978-85-277-2308-4.</p> <p>DEVLIN, T. M. <i>Manual de bioquímica: com correlações clínicas</i>. São Paulo, SP: Blucher, 2011.</p> <p>FERREIRA, A.W., ÁVILA, S. <i>Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e autoimunes</i> 3.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 496p.</p> <p>FREITAS, Elisângela Oliveira de. <i>Imunologia, parasitologia e hematologia aplicadas à biotecnologia</i>. São Paulo Erica 2015 - recurso online.</p> <p>HEMATOLOGIA laboratorial teoria e procedimentos. Porto Alegre ArtMed 2015 1 recurso online ISBN 9788582712603.</p> <p>HOFFBRAND, A. Victor. <i>Fundamentos em hematologia de Hoffbrand</i>. 7. Porto Alegre ArtMed 2017 1 recurso online ISBN 9788582714515.</p> <p>IMUNOLOGIA clínica. Porto Alegre SAGAH 2019 - recurso online.</p> <p>JANEWAY, Charles A. <i>Imunobiologia: o sistema imune na saúde e na doença</i>. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 824p</p> <p>LEVINSON, Warren. <i>Microbiologia médica e imunologia</i>. 13. Porto Alegre AMGH 2016. Recurso online.</p> <p>LIPAY, Monica V. N. <i>Biologia molecular métodos e interpretação</i>. Rio de Janeiro Roca 2015 1 - recurso</p>
-----------------------------------	--

online.

LORENZI, Therezinha Ferreira. Atlas hematologia. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2005 1 recurso online ISBN 978-85-277-1997-1.

LORENZI, Therezinha Ferreira. Manual de hematologia. 4. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2006 1 recurso online ISBN 978-85-277-1998-8.

MANUAL de transplante renal. 2. São Paulo Manole 2014 - recurso online

MARSHALL, W.J.; et al. Bioquímica clínica: aspectos clínicos e metabólicos. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MARTY, Elizângela. Hematologia laboratorial. São Paulo Erica 2015 1 recurso online ISBN 9788536520995.

MCPHERSON, R. A.; PINCUS, M. R.. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais de Henry. 21 ed. São Paulo: Manole, 2012. (E-book)

MICHAEL L. FODY, E. P., SCHORFF, L. E. Química clínica princípios, procedimentos, correlações. 5 ed. São Paulo: Manole, 2010. (E-book).

MOREAU, Regina Lúcia de Moraes; SIQUEIRA, Maria Elisa Pereira Bastos. **Toxicologia analítica**. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2008. 318 p. (Ciências farmacêuticas Ciências farmacêuticas).

MURRAY, P.R.; ROSENTAL, K.S.; PFALLER, M.A. Microbiologia Médica. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier,. 2006.

NEVES, DAVID PEREIRA. Parasitologia humana. 13.ed. São Paulo: Atheneu, 2016. 428 p. ISBN 85-7379-243-4.

NEVES, David Pereira; BITTENCOURT NETO, João Batista. Atlas didático de parasitologia. 2. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2009. 101 p. (Biblioteca biomédica). ISBN 9788538800019.

OLIVEIRA, M.B.S.C., RIBEIRO, F.C., VIZZON, A.G. Conceitos básicos e aplicados em imunohematologia. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/Material/L226.pdf>. Acesso 12/08/2021

OLIVEIRA, Raimundo Antônio. Mielograma e imunofenotipagem por citometria de fluxo em hematologia prática e interpretação. Rio de Janeiro Roca 2015 1 recurso online ISBN 978-85-277- 2837-9.

PEAKMAN, Mark; VERGANI, Diego. Imunologia básica e clinica. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 327p.

PELCZAR, M. Microbiologia. vol. 1e 2., McGraw Hill do Brasil, 1980.

PINTO, W. J. Bioquímica clínica. 1 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. (E-book).

REIS, Myrian Morussi. Testes Imunológicos: manual ilustrado para profissionais da saúde. Porto Alegre, RS: AGE, 1998. 112p.

REY, Luís. Parasitologia. 4. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2008 1 recurso online ISBN 978-85-277-2027-4. NEVES, David Pereira. Parasitologia humana. 12. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2011. 546 p. ISBN 9788538802204.

SILVA, Wilmar Dias da. Bier imunologia: básica e aplicada. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 400p.

TORTORA, Gerard J.; FUNKE, Berdell R.; CASE, Christine L. Microbiologia. 10. ed. Porto Alegre:



	Artmed, 2012.
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>BROOKS, G.F. Jawetz, Melnick &amp; Adelberg: Microbiologia Médica. 21ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.</p> <p>COURA, JOSÉ RODRIGUES et al. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2005. v.2. 2025 p. Inclui bibliografia e índice . ISBN 8527710951. COURA, José Rodrigues. Síntese das doenças infecciosas e parasitárias. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2009 recurso online ISBN 978-85-277-1966</p> <p>FOCACCIA, Roberto (Ed.). Tratado de infectologia. 4. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atheneu, c2010. 2 v. ISBN 9788538801016.</p> <p>GIRELLO, A.L., KUHN, T.I.B.B. Fundamentos da imuno-hematologia eritrocitária. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2007.</p> <p>GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 12 ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011.</p> <p>HENRY, J.B. Clinical diagnosis and management by laboratory methods. 19a ed. ou superior, Saunders, 1996.</p> <p>KONEMAN, E.W. Introduction to diagnostic microbiology. J. B. Lippincott, 1994.</p> <p>LORENZI, T.F. Manual de hematologia Propedêutica e clínica. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>Manuais do Ministério da Saúde, artigos e outros materiais complementares a serem recomendados pelos professores.</p> <p>NELSON, D. L., COX, M. M. Princípios de bioquímica de Lehninger. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.</p> <p>NUSSBAUM, Robert L. <b>Thompson &amp; Thompson Genética médica</b>. Rio de Janeiro GEN Guanabara Koogan 2016 1 recurso online ISBN 9788595151819.</p> <p>RAVEL, R. Laboratório clínico. 6ª ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998</p> <p>SANTOS, N.S.O.; ROMANOS, M.T.V.; WIGG, M.D. Introdução à virologia humana. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.</p> <p>WINSLOW, R.M. Advances in blood substitutes: Industrial oportunities and Medical Challenges (Advances in Blood Substitutes, vol 3). Birkhauser, 1997.</p> <p>ZAGO, M.A.; FALCÃO, R.P.; PASQUINI, R. Hematologia. Fundamentos e prática. 1ª ed. revista e ampliada, São Paulo: Atheneu, 2005.</p>
	<p>ANSEL, H.C.; PRINCE, S.J. Manual de cálculos farmacêuticos. Porto Alegre: Artmed, 2005. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 585, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 set. 2013a. Seção 1, p. 186-188.</p> <p>BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 586, de 29 de agosto de 2013. Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2013b. Seção 1, p. 136-138.</p>

<b>SÉTIMO PERÍODO</b>	
<b>MICROBIOLOGIA APLICADA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Biossegurança, coleta de material, isolamento de bactérias, vírus e fungos, antibiograma, Gram de gota, análise microbiológica de fluidos corporais, emissão de laudos, estudo dos principais grupos de agentes microbiológicos causadores de doenças.
<b>Bibliografia básica</b>	MURRAY, P.R.; ROSENTHAL, K.S.; PFALLER, M.A. Microbiologia Médica. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. PELCZAR, M. Microbiologia. vol. 1e 2., McGraw Hill do Brasil, 1980. TORTORA, Gerard J.; FUNKE, Berdell R.; CASE, Christine L. Microbiologia. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
<b>Bibliografia complementar</b>	SANTOS, N.S.O.; ROMANOS, M.T.V.; WIGG, M.D. Introdução à virologia humana. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. KONEMAN, E.W. Introduction to diagnostic microbiology. J. B. Lippincott, 1994. BROOKS, G.F. Jawetz, Melnick & Adelberg: Microbiologia Médica. 21ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. HENRY, J.B. Clinical diagnosis and management by laboratory methods. 19a ed. ou superior, Saunders, 1996. Manais do Ministério da Saúde, artigos e outros materiais complementares a serem recomendados pelos professores.
<b>Bibliografia aberta</b>	Ministério da Saúde do Brasil: <a href="http://www.saude.gov.br">www.saude.gov.br</a> Agência Nacional de Vigilância Sanitária: <a href="http://www.anvisa.gov.br">www.anvisa.gov.br</a> Conselho Federal de Farmácia: <a href="http://www.cff.org.br">www.cff.org.br</a> Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais: <a href="http://www.crfmg.org.br">www.crfmg.org.br</a>
<b>MÉTODOS DE SEPARAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DE COMPOSTOS QUÍMICOS: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Cromatografia líquida de alta eficiência e cromatografia a gás. Técnicas Cromatográficas Hifenadas. Determinação da Estrutura de compostos orgânicos por métodos espectrométricos/espectroscópicos: Espectrometria de Massas; Espectrofotometria no Infravermelho; Espectroscopia de Ressonância Magnética Nuclear de hidrogênio e carbono. Aplicações da espectrometria na área Farmacêutica e Forense.
<b>Bibliografia básica</b>	SILVERSTEIN, R. M.; KIEMLE, DAVID, J. Identificação espectrométrica de compostos orgânicos. 7ª ed. Rio de Janeiro: LTC ed., 2007. 490 p. HOLLAS, J. M. Modern spectroscopy. 4th ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2004, 452 p. PAVIA, D. L.; LAMPMAN, G. M.; KRIZ, G. S. Introduction to spectroscopy: a guide for students of organic chemistry, Austrália: Brooks Cole, 3ª ed., 2001, 579 p.
<b>Bibliografia complementar</b>	CONSTANTINO, M.G. Química orgânica: curso básico universitário. Rio de Janeiro: LTC, 2008, volumes 1, 2 e 3. MORRISON, R.T. & BOYD, R.N. Química orgânica. 13ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. 1510 p. MCMURRY, J. Química orgânica. Tradução da 6ª edição em Inglês. Rio de Janeiro: Pioneira Thomson Learning, 2005, 492 p. SOLOMONS, G.; FRYHLE, C. Química orgânica. Rio de Janeiro: LTC, 2005, 715 p. SIMPSON, J. H. Organic structure determination using 2-D NMR spectroscopy: a problem-based approach. Amsterdam: Elsevier Academic Press, 2008, 362 p.
<b>Bibliografia aberta</b>	Artigos do Periódico Química Nova, disponíveis em: <a href="http://quimicanova.sbq.org.br/qn/QN_OnLine_Geral.htm">http://quimicanova.sbq.org.br/qn/QN_OnLine_Geral.htm</a> Artigos do periódico Journal of the Brazilian Chemical Society, disponíveis em: <a href="http://jbcs.sbq.org.br">http://jbcs.sbq.org.br</a> Artigos do periódico Mass Spectrometry Reviews, disponíveis em:

	<p><a href="http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1002/(ISSN)1098-2787">http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1002/(ISSN)1098-2787</a>  Artigos do periódico Journal of Mass Spectrometry, disponíveis em: <a href="http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1002/(ISSN)1096-9888c">http://onlinelibrary.wiley.com/journal/10.1002/(ISSN)1096-9888c</a>  Artigos do periódico Annals of Magnetic Resonance, disponíveis em: <a href="http://www.auremn.org.br/Annals/">http://www.auremn.org.br/Annals/</a></p>
<b>TECNOLOGIA EM CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS I: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Conceitos Fundamentais dos processos físicos e industriais envolvidos na Tecnologia Farmacêutica. Boas Práticas de Fabricação, Organização da Indústria Farmacêutica, estabilidade de medicamentos, validação de processos na indústria farmacêutica.
<b>Bibliografia básica</b>	PRISTA, L.; CORREIA ALVES, A.; MORGADO, R.M.R. Técnica Farmacêutica e Farmácia Galênica - Volumes I, II e III. 4ª edição, Fundação Calouste Gulberkian - Lisboa. 1991. ANSEL, H.C.; POPOVICH, N.G.; ALLEN Jr, L.V. Farmacotécnica: Formas Farmacêuticas & Sistemas De Liberação De Fármacos - 6ª edição, Editora Premier - Baltimore. 2007. LACHMAN, L.; LIEBERMAN, H.A.; KANING, J.L. Teoria E Prática Na Indústria Farmacêutica. Volumes I e II. Fundação Calouste Gulberkian - Lisboa. 2001.
<b>Bibliografia complementar</b>	REMINGTON: THE SCIENCE AND PRACTICE OF PHARMACY 20 <sup>th</sup> edition. Alfonso R. Gennaro. Baltimore - 2000. AULTON, M.E. Delineamento de Formas Farmacêuticas. 2ª ed. Porto Alegre, 2005. POMBEIRO, A.J.L.O. Técnicas e Operações Unitárias em Química Laboratorial. Fundação Calouste Gulberkian - Lisboa. FOUST, A. S. et al. Princípios das Operações Unitárias, 2ª edição, LTC Editora. 1982. RIBEIRO, C. Cosmetologia Aplicada a Dermoestética, 1ª ed., Pharmabooks Editora, 2006.
<b>BIOFARMÁCIA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Mecanismos de liberação de fármacos a partir de formas farmacêuticas galênicas. Sistemas de liberação modificada de fármacos. Fatores que influenciam a disponibilização de princípios ativos a partir de formas farmacêuticas. Medicamentos genéricos - aspectos técnicos e regulatórios. Regimes posológicos e farmacocinética de formas farmacêuticas administradas por diferentes vias.
<b>Bibliografia básica</b>	TOZER T.N.; ROWLAND M. Introdução à farmacocinética e farmacodinâmica - As bases quantitativas da terapia farmacológica. Porto Alegre. Artmed, 2009. STORPITIS S., GONÇALVES J.E., CHIANN C. e NELLA GAI M. (ORG.) Biofarmacotécnica. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2009 STORPIRTIS S., NELLA GAI M., CAMPOS D.R. e GONÇALVES J.E. Farmacocinética Básica e Aplicada Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2011 LE BLANC P.P., AIACHE J.M., E COLS. Tratado de biofarmácia e farmacocinética. 3a. ed. Lisboa, Instituto Piaget
<b>Bibliografia complementar</b>	Artigos e periódicos da área e afins ANSEL, H. C., POPOVICH, N, G., ALLEN, L.V. Farmacotécnica. Formas farmacêuticas e sistema de liberação de fármacos. 6 ed. São Paulo: Ed. Premier, 2000. 568p. AULTON, M.E. Delineamento de formas farmacêuticas. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 677p. REMINGTON, J. P. A ciência e a prática da farmácia. 20 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 2208 p. LACHMAN, L.; HANNA, S. A.; LIN, K. Teoria e Prática na Indústria Farmacêutica. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, volumes 1 e 2. 2001. QIU, Y. ET ALL Developing solid oral dosage forms: pharmaceutical theory and practice. Amsterdam [Holanda]: Elsevier, 2009. SHARGEL L., WU-PONG S., YU A. Applied biopharmaceutics and pharmacokinetics. 6ª ed. New York: McGraw Hill, 2012.
<b>BIOTECNOLOGIA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Biotecnologia no contexto histórico e atual: conceito e origens; biotecnologia e desenvolvimento; relevância estratégica e econômica. Biotecnologia e sociedade. Processos e produtos biotecnológicos. Biotecnologia farmacêutica e biofármacos. Biotecnologia e profissão farmacêutica. Bioética em biotecnologia.
<b>Bibliografia básica</b>	FITZGERALD-HAYES, M.; REICHSMAN, F. DNA and biotechnology. 3 <sup>rd</sup> ed. Burlington, MA: Academic Press, 2010. 390 p.

	<p>RATLEDGE, C.; KRISTIANSEN, B. Basic biotechnology. 3<sup>rd</sup> ed. New York: Cambridge University Press, 2006. 666 p.</p> <p>BORÉM, A.; SANTOS, F.R. Biotecnologia simplificada. 2<sup>a</sup> ed. Viçosa: Ed. UFV, 2004. 302 p.</p> <p>BORÉM, A.; SANTOS, F.R.; ALMEIDA, M.R. Biotecnologia de A a Z. Viçosa: Ed. UFV, 2003. 229 p.</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>DEL GIUDICE, M.P. (Ed.). Biotecnologia e meio ambiente. 2<sup>a</sup> ed. Viçosa, MG: Suprema, 2008. 510 p.</p> <p>OZTURK, S.S.; HU, W. Cell culture technology for pharmaceutical and cell-based therapies. New York: Taylor &amp; Francis, 2006. XIII, 755 p.</p> <p>WATSON, J.D.; WATSON, J.D.; BERRY, A. DNA: o segredo da vida. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2005. 470 p.</p> <p>MASSEY, A.; MASSEY, A. Engenharia genética e biotecnologia. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. 434 p.</p> <p>BORZANI, W.; et al. Biotecnologia Industrial Fundamentos. Vol. 1, 1<sup>a</sup> ed.; Edgard Blücher Ltda., 2001. Artigos científicos em periódicos especializados.</p>
<b>FARMACOTÉCNICA II: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Boas práticas de manipulação. Estudo das formas farmacêuticas dispersas, líquidas e semissólidas: aspectos biofarmacêuticos, formulações e excipientes, incompatibilidades de componentes das formulações, processos de manipulação. Análise e interpretação farmacotécnica das prescrições. Regulação técnica.
<b>Bibliografia básica</b>	<p>ALLEN Jr., L.V.; POPOVICH, N.G.; ANSEL, H.C. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 8. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2007.</p> <p>ANSEL, H.C.; PRINCE, S.J. Manual de cálculos farmacêuticos. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>AULTON, M.E. Delineamento de formas farmacêuticas. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>FERREIRA, A.O. Guia prático da farmácia magistral. 4. ed., rev. e ampl. São Paulo: Pharmabooks, 2010.</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>CORDEIRO, P.P.M.; CONRADO, M.F.L.; CORDEIRO, P.C.C. Gestão farmacotécnica magistral. 2<sup>a</sup> ed. Balneário Camboriú: Bsse, 2008.</p> <p>MARRIOTT, J.F. et al. Pharmaceutical compounding and dispensing. 2nd ed. London: Pharmaceutical Press, 2010.</p> <p>QUINN, M.E. (Ed.); ROWE, R.C.; SHESKEY, P.J. Handbook of pharmaceutical excipients. 6<sup>th</sup> ed. London: Pharmaceutical Press; Chicago: American Pharmacists Association, 2009.</p> <p>REMINGTON, J.P. Remington: a ciência e a prática da farmácia. 20<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.</p> <p>VILLANOVA, J.C.O.; SÁ, V.R. Excipientes: guia prático para padronização - formas farmacêuticas orais sólidas e líquidas. 2. ed. São Paulo: Pharmabooks, 2009.</p> <p>ANVISA. FORMULÁRIO NACIONAL DA FARMACOPEIA BRASILEIRA, 2<sup>a</sup> ed. 2011. Disponível em: <a href="http://portal.anvisa.gov.br/formulario-nacional">http://portal.anvisa.gov.br/formulario-nacional</a>.</p> <p>ANVISA. FARMACOPEIA BRASILEIRA. 5<sup>a</sup> ed. 2010. Disponível em: <a href="http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeias-virtuais">http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeias-virtuais</a>.</p>
<b>ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Panorama geral da Assistência Farmacêutica no setor público (Política Nacional de Medicamentos e Política Nacional de Assistência Farmacêutica). Componentes da Assistência Farmacêutica e seu financiamento. Ciclo da Assistência Farmacêutica e especificidades de cada uma das etapas do ciclo. Judicialização da saúde. Armazenamento e descarte de medicamentos. Assistência Farmacêutica nas Redes de Atenção à Saúde.
<b>Bibliografia básica</b>	<p>ACURCIO, Francisco de Assis. Medicamentos e Assistência Farmacêutica. Belo Horizonte: Coopmed Editora, 2003.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. O farmacêutico na assistência farmacêutica do SUS: diretrizes para ação / Fernanda Manzini...[et al.]. – Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2015.</p> <p>LUIZA, Vera Lucia; MARIN, Nelly. Assistência farmacêutica para gerentes municipais. 20. ed. Rio de Janeiro, RJ: OPAS/OMS, 2003.</p> <p>RIECK, Elisa Brust. [et al.]. Assistência farmacêutica: contribuições para produção, gestão e utilização de medicamentos. Porto Alegre, RS: Dacasa, 2010.</p> <p>GOMES, Carlos Alberto Pereira. [et al.]. A assistência farmacêutica na atenção à saúde. Belo</p>

	Horizonte, MG: FUNED, 2010.
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>-CORRER, C.J, OTUKI, M.F., SOLER, O. Assistência farmacêutica integrada ao processo de cuidado em saúde: gestão clínica do medicamento. Rev Pan-Amaz Saude, Ananindeua, v. 2, n. 3, set. 2011.</p> <p>OSORIO-DE-CASTRO C.G.S., et al. Assistência Farmacêutica: gestão e prática para profissionais da saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.</p> <p>BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência Farmacêutica no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2007.</p> <p>SANTOS, Rosana Isabel dos (Org.); Farias, Mareni Rocha (Org.); Pupo, Guilherme Daniel (Org.); Trindade, Mônica Cristina Nunes da (Org.); Dutra, Fabíola Farias (Org.). Assistência Farmacêutica no Brasil – Política, Gestão e Clínica Vol. I. Editora da UFSC, 2016.</p> <p>LEITE, Silvana Nair (Org.); Soares, Luciano (Org.); Mendes, Samara Jamile (Org.); Vilvert, André Felipe (Org.); Schneider, Luciana Mendes Corrêa (Org.). Assistência Farmacêutica no Brasil – Política, Gestão e Clínica Vol. II. Editora da UFSC, 2016.</p> <p>FARIAS, Mareni Rocha (Org.); Diehl, Eliana Elisabeth (Org.); Buendgens, Fabíola Bagatini (Org.); Peres, Kaite Cristiane (Org.); Storb, Bernd Heinrich (Org.). Assistência Farmacêutica no Brasil – Política, Gestão e Clínica Vol. III. Editora da UFSC, 2016.</p> <p>DIEHL, Eliana Elisabeth (Org.); Santos, Rosana Isabel dos (Org.); Schaefer, Simone da Cruz (Org.). Assistência Farmacêutica no Brasil – Política, Gestão e Clínica Vol. IV. Editora da UFSC, 2016.</p> <p>SOARES, Luciano; Farias, Mareni Rocha (Org.); Leite, Silvana Nair (Org.); Campese, Marcelo (Org.); Manzini, Fernanda (Org.). Assistência Farmacêutica no Brasil – Política, Gestão e Clínica Vol. V. Editora da UFSC, 2016.</p>
<b>Bibliografia aberta</b>	<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Medicamentos. Brasília, 2001.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº. 338, de 6 de maio de 2004. Dispõe sobre a aprovação da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Brasília, 2004</p> <p><a href="http://www.scielo.br">http://www.scielo.br</a> - Scientific Electronic Library On Line</p> <p><a href="http://www.periodicos.capes.gov.br">http://www.periodicos.capes.gov.br</a> - Portal Capes Periódicos</p> <p><a href="http://www.datasus.gov.br">http://www.datasus.gov.br</a> - Departamento de Informação e Informática do SUS</p> <p><a href="http://www.saude.gov.br">http://www.saude.gov.br</a> - Ministério da Saúde</p> <p><a href="http://www.anvisa.gov">http://www.anvisa.gov</a> - Agência Nacional de Vigilância Sanitária</p>

<b>OITAVO PERÍODO</b>	
<b>FARMÁCIA HOSPITALAR: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Conhecer o que é um serviço de farmácia hospitalar: atribuições do farmacêutico, participação em comissões, estrutura organizacional da farmácia (recursos físicos, humanos e materiais), seleção, padronização, dispensação, sistemas de distribuição, gestão hospitalar, farmacovigilância, informação de medicamentos, suporte nutricional, controle de infecção hospitalar e serviços clínicos.
<b>Bibliografia básica</b>	<p>DOS SANTOS, G.A.A. Gestão de Farmácia Hospitalar – 2 edição, SENAC.</p> <p>MAIQUES, R.G. Organização e Funcionamento de Farmácia Hospitalar - Série Eixos - Editora Érica.</p> <p>BRAGA, R.J.F. Abc da Farmácia Hospitalar – Atheneu</p> <p>CIPRIANO, S.L.; Gestão Estratégica em Farmácia Hospitalar – Atheneu</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>LAPORTI, J. R.; TOGNONI, G.; ROZENFELD, S. Epidemiologia do Medicamento. São Paulo/ Rio de Janeiro, Editora Hucitec-Arasco, 1989.</p> <p>LIMA, D. R. Manual de Farmacologia Clínica Terapêutica e Toxicologia. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1995.</p> <p>MAIA NETO, J. F. Farmácia Hospitalar e suas Interfaces com a Saúde. 1ª ed., Editora RX, São Paulo.</p> <p>MARIN, N. (org.) Assistência Farmacêutica para Gerentes Municipais. Rio de Janeiro, OPAS/OMS, 2003.</p> <p>MARTINDALE, W. The Extra Pharmacopoeia. 35<sup>th</sup> Ed., The Pharmaceutical Press, 2003. MELLO. A.L., et al. Vigilância Sanitária de Medicamentos e Correlatos. 1ª ed., Qualitymark, 1993.</p> <p>PRISTA, L.N. Técnica Farmacêutica e Farmácia Galênica. 4ª ed., Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.</p> <p>THE UNITED STATES PHARMACOPEIA, Twenty Second Revision, (USP XXII), 1994.</p> <p>ROZENFELD, S. (Org.) Fundamentos de Vigilância Sanitária. Ed. FIOCRUZ, 2000.</p>
<b>GESTÃO E CONTROLE DE QUALIDADE: 90 HORAS</b>	

<b>Ementa</b>	Gestão, sistemas e programas da qualidade. Testes para avaliação da qualidade de produtos farmacêuticos e cosméticos através de normas e procedimentos farmacopeicos de análise qualitativa, quantitativa e microbiológica, na indústria e em laboratórios de análise fiscal.
<b>Bibliografia básica</b>	PINTO, Terezinha de Jesus Andreoli. Controle biológico de qualidade de produtos farmacêuticos, correlatos e cosméticos. 4. São Paulo Manole 2015 (e-book) FARMACOPÉIA brasileira. 4. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2005. BRASIL. Farmacopeia Brasileira. 6 ed. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2019. Disponível em: < <a href="http://portal.anvisa.gov.br">http://portal.anvisa.gov.br</a> > GIL, E.S. Controle físico-químico de qualidade de medicamentos. 3ª ed.; rev. São Paulo: Pharmabooks, 2010. 511 p.
<b>Bibliografia complementar</b>	STATIONERY OFFICE (GREAT BRITAIN). British pharmacopoeia 2010. London: Stationery Office, 2009. 4 v. THE UNITED STATES PHARMACOPOEIA; THE NATIONAL FORMULARY. 31st ed. Rockville: The United States Pharmacopeial Convention, 2008. V. 1-3. SKOOG, Douglas A. Fundamentos de química analítica. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2006. 999 p. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC no. 17, de 16 de abril de 2010. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RE no. 166, de 24 de julho de 2017. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução RDC no. 67, de 08 de outubro de 2007.
<b>Bibliografia aberta</b>	<a href="http://www.uspbpep.com/">http://www.uspbpep.com/</a> <a href="http://www.farmaceuticas.com.br/11-ferramentas-da-qualidade-e-suas-estrategias-de-gestao/">http://www.farmaceuticas.com.br/11-ferramentas-da-qualidade-e-suas-estrategias-de-gestao/</a> <a href="http://gestao-de-qualidade.info/ferramentas-da-qualidade.html">http://gestao-de-qualidade.info/ferramentas-da-qualidade.html</a> §
<b>QUÍMICA DE ALIMENTOS: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Propriedades físicas e químicas e influência do processamento nos principais constituintes dos alimentos e à sistemática operacional do laboratório
<b>Bibliografia básica</b>	ASSOCIATION OF OFFICIAL ANALYTICAL CHEMISTS Official methods of analysis of the Association. 12ª ed. Washington, 1990. 1140p. DAMODARAN, S.; FENNEMA, O.R.; PARKIN, K.L. Química de Alimentos de Fennema - 4ª Ed. 2010. FENNEMA, O. R. Química de los alimentos, Zaragoza: Acribia S. A. 1993. 1096p.
<b>Bibliografia complementar</b>	FELLOWS, P. J. Tecnologia do Processamento de Alimentos - Princípios e Prática - 2ª Ed. 2006. BOBBIO, A.P; BOBBIO, F.A. Química do Processamento de Alimentos. Ed. Varela. São Paulo, 2001. BOBBIO, F.A Manual de Laboratório de Química de Alimentos. São Paulo, Varela, 1995. BOBBIO, F.O. Introdução à Química de Alimentos. Ed. Varela. São Paulo, 1992. CAMARGO, R.; et al. Tecnologia dos Produtos Agropecuários. São Paulo, Nobel, 1986. CHARLEY, H. Food Science. New York: Macmillan Publishing Company, 1982. 564p. CHECCI, T. Fundamentos Teóricos e Práticos em Análise de Alimentos. Ed. Unicamp, SP, 1999.
<b>TECNOLOGIA EM CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS II: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Desenvolvimento de medicamentos, matérias primas de uso em farmácia industrial, tecnologia das formas farmacêuticas sólidas, pós e granulados, cápsulas e comprimidos, formas de liberação modificada, injetáveis, tecnologias atuais utilizadas na obtenção de novos produtos farmacêuticos.
<b>Bibliografia básica</b>	PRISTA, L.; CORREIA ALVES, A.; MORGADO, R.M.R. Técnica Farmacêutica e Farmácia Galénica - Volumes I, II e III. 4º edição, Fundação Calouste Gulberkian - Lisboa. 1991. ANSEL, H.C.; POPOVICH, N.G.; ALLEN JR, L.V. Farmacotécnica: Formas Farmacêuticas & Sistemas De Liberação De Fármacos -. 6ª edição, Editora Premier - Baltimore. 2007. LACHMAN, L.; LIEBERMAN, H.A.; KANING, J.L. Teoria E Prática Na Indústria Farmacêutica. Volumes I e II. Fundação Calouste Gulberkian - Lisboa. 2001.
<b>Bibliografia complementar</b>	GENNARO, A.R. Remington: The Science And Practice Of Pharmacy 20 <sup>th</sup> edition. Baltimore - 2000. AULTON, M.E. Delineamento de Formas Farmacêuticas. 2ª ed. Porto Alegre, 2005.

	POMBEIRO, A.J.L.O. Técnicas e Operações Unitárias em Química Laboratorial. Fundação Calouste Gulberkian - Lisboa. FOUST, A. S. et al. Princípios das Operações Unitárias, 2ª edição, LTC Editora. 1982. RIBEIRO, C. Cosmetologia Aplicada a Dermoestética, 1ª ed., Pharmabooks Editora, 2006.
<b>FITOTERÁPICOS: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Introdução a Fitoterapia: Fitoterapia na história da humanidade. Aspectos políticos da Fitoterapia na sociedade. Plantas reconhecidas pelo Ministério da Saúde. Políticas públicas para a implementação da Fitoterapia nos programas públicos de saúde. Drogas vegetais de uso corrente nas várias Farmacopéias. Interações medicamentosas. Conceito de Farmácia Viva. As etapas na produção de Fitoterápicos. Boas Práticas de Manipulação (BPM).
<b>Bibliografia básica</b>	BRASIL, Farmacopéia Brasileira. 5a Ed., 2010 e atualizações. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. A fitoterapia no SUS e o Programa de Pesquisa de Plantas Medicinais da Central de Medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006, 148 p. (Série B. Textos Básicos em Saúde). BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006, 60 p. (Série B. Textos Básicos em Saúde). CARDOSO, C. M. Z. Manual de controle de qualidade de matérias-primas vegetais para farmácia magistral. São Paulo: Pharmabooks, 2009, 148 p. ISBN:9788589731287 CUNHA, A.; SILVA, A. P.; ROQUE, O.R.. Plantas e produtos vegetais em fitoterapia. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. MATOS, F. J.A. Farmácias vivas: sistema de utilização de plantas medicinais projetado para pequenas comunidades. 3a ed., Fortaleza, Edições UFC, 1998.
<b>Bibliografia complementar</b>	BRANDÃO, MARIA DAS GRAÇAS LINS . Plantas medicinais e fitoterápicos : aspectos gerais e métodos de validação. Belo Horizonte : Editora O Lutador , 2009 . 43 p. ISBN 978-85-7907-003-7. GIL, E. S. (ORGANIZADOR). Controle físico-químico de qualidade de medicamentos. 2 ed., 2007, 2 reimpressão revisada, São Paulo, Ed. Pharmabooks, 2008. OLIVEIRA, F.; RITTO, J. L. A.; AKISUE, G. BACCHI, E. M. Fundamentos de Cromatografia Aplicada a Fitoterápicos. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010. PINTO, T. J. A.; KANEKO, T. M.; PINTO, A. F. Controle físico-químico de qualidade de medicamentos. 3 ed., São Paulo : Pharmabooks, 2010. SALVI, ROSANE MARIA; HEUSER, ELIANE DIEFENTHAELER. Interações: medicamentos x fitoterápicos: em busca de uma prescrição racional. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 114 p. ISBN 978-85-7430-807-4. SIMÕES, C.M.O.; SCHENKERL, E.P.; GOSMANN, G.; MELLO, J.C.P.; MENTZ, L.A.; PETRVICK, P.R. (ORGANIZADORES). Farmacognosia: da planta ao medicamento. Porto Alegre/Florianópolis, Ed.UFRGS, Ed. UFSC, 1999. WICHTL, MAX (ED.). Herbal drugs and phytopharmaceuticals: a handbook for practice on a scientific basis. [Tradução: Josef A. Brinckmann e Michael P. Lindenmaier]. 3rd. ed., rev. e ampl. Stuttgart [Germany]: Medpharm, c2004. xliii, 704 p. : il. (algumas col.). Título original em alemão: Teedrogen und phytopharmaka: ein handbuch für die praxis auf wissenschaftlicher grundlage (2002). ISBN 3887631005 (Medpharm). 0849319617 (CRC Press). WILLIAMSON, E.; DRIVER, S.; BAXTER, K. Interações medicamentosas de Stockely: Plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos. Porto Alegre: Artmed, 2012, 440 p.
<b>Bibliografia aberta</b>	Legislação Brasileira ANVISA - Legislação brasileira sobre Fitoterápicos (sempre atualizada: <a href="http://www.anvisa.gov.br">www.anvisa.gov.br</a> ) Periódicos nacionais e internacionais da área de Fitoterapia: Fitoterapia, Planta Medica, Revista Brasileira de Farmacognosia, e outros disponíveis no Portal de Periódicos CAPES ou na Base de Dados "Scifinder".
<b>ESTÁGIO III: 120 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estágio em análises clínicas, genéticas e toxicológicas e, alimentos; em estabelecimentos públicos ou privados.
<b>Bibliografia básica</b>	Bibliografia básica apresentada nas unidades curriculares de Introdução às Ciências Farmacêuticas, Farmacologia I, Farmacologia II, Farmacologia III, Farmacotécnica I, Farmacotécnica II, Deontologia

	e Legislação Farmacêutica, Saúde pública, Fundamentos de Hematologia e Citologia, Fundamentos de Bioquímica Clínica, Imunologia aplicada, Parasitologia Aplicada, Microbiologia Aplicada, Economia e Administração Farmacêutica.
<b>Bibliografia complementar</b>	Bibliografia complementar apresentada nas unidades curriculares de Introdução às Ciências Farmacêuticas, Farmacologia I, Farmacologia II, Farmacologia III, Farmacotécnica I, Farmacotécnica II, Deontologia e Legislação Farmacêutica, Saúde pública, Fundamentos de Hematologia e Citologia, Fundamentos de Bioquímica Clínica, Imunologia aplicada, Parasitologia Aplicada, Microbiologia Aplicada, Economia e Administração Farmacêutica.

## NONO PERÍODO

### CUIDADO FARMACÊUTICO II: 45 HORAS

<b>Ementa</b>	Estudo e descrição dos sinais e sintomas dos transtornos menores. Estudo da anamnese farmacêutica e técnicas empregadas em entrevista clínica e comunicação com o paciente. Estudo dos medicamentos isentos de prescrição médica.
<b>Bibliografia básica</b>	GOODMAN, L. S. As bases farmacológicas da terapêutica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade contextualização e arcabouço conceitual. Brasília: Conselho Federal de Farmácia. 2016a, 105p BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 585, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 set. 2013a. Seção 1, p. 186-188. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 586, de 29 de agosto de 2013. Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2013b. Seção 1, p. 136-138. BEVILACQUA, F. Fisiopatologia clínica. 5ª ed., Rio de Janeiro, Atheneu, 1998.
<b>Bibliografia complementar</b>	BALINT, M. O médico, seu paciente e a doença. Atheneu, Rio de Janeiro, 1998. SIGBAND, N. Effective communication for pharmacists and other health care professionals. Upland, Counterpoint Publications, 1995. CAPRARA, A. A relação paciente-médico: por uma humanização da prática médica. Cadernos de Saúde Pública, 15, 647-54, 1999. FINKEL, R. Guia de dispensação de produtos terapêuticos que não exigem prescrição. Artmed. Farmácia Clínica e a prestação de serviços farmacêuticos, Cassyano Correr, 10 edição, Practice Editora, 2017.

### PSICOLOGIA APLICADA À SAÚDE: 45 HORAS

<b>Ementa</b>	Conceitos de psicologia e psicologia da saúde; Fundamentos e abordagens psicológicas na promoção da saúde, bem como nas ações preventivas, terapêuticas, de reabilitação e de acompanhamento.
<b>Bibliografia básica</b>	BOCK, A.M.B., FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.L.T (Orgs.). Psicologia - Uma introdução ao estudo de Psicologia. Editora Saraiva: São Paulo, 2008. DAVIDOFF, L. Introdução à psicologia – 3ª edição – São Paulo: Makron Books, 2001. SEGER, L. Psicologia e odontologia: Uma abordagem integradora. 4ª edição. São Paulo: Livraria santos, 2002. SILVA, M. J. P. Comunicação tem remédio: a comunicação nas relações interpessoais em saúde. 2002.
<b>Bibliografia complementar</b>	COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESE, A. (orgs.). Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da Educação. Vol. 2. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996. COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESE, A. (org.). Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva. Vol. 1. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996. COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESE, A. (org.). Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia Evolutiva. Vol. 3. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996. WOOLFOLK, A.E. Psicologia da Educação. 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. VYGOTSKY, L.S. Obras Escogidas. v. I, II, III, IV e V. Visor, 1997. Cadernos de Saúde Pública. Cadernos de Psicologia.



<b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Formato de monografia e de artigo científico. Citações e referenciamento, aplicativos de gerenciamento de referências. Normas para apresentação de resumos, painel, slides e comunicações em eventos. Manual de normalização para trabalhos acadêmicos. Cuidados com o plágio.
<b>Bibliografia básica</b>	CARVALHO, M.C.M. de (Org). Construindo o saber - Metodologia científica fundamentos e técnicas. 18.ed. Campinas: Papirus, 2007. 174 p. LIMA, S.V. Planejamento de pesquisa: Uma introdução. Série Trilhas. 2a ed. São Paulo: Editora EDUE, 2009, p.114 p. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. 314p.
<b>Bibliografia complementar</b>	PEREIRA, M.G. Artigos científicos - Como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2012, 383 p. SEVERINO, A.J. Metodologia do trabalho científico, 23a ed., São Paulo, Cortez, 2012, 383p. ECO, U. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 15a edição, 2000, 170 p.. SORDI, José Osvaldo de. Desenvolvimento de projeto de pesquisa. São Paulo: Saraiva, 2017. VOLPATO, G. Publicação científica. 3a ed. Editora Cultura Acadêmica, 2008, 125p.
<b>CENÁRIOS DE PRÁTICA IV: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Situações relacionadas aos processos tecnológicos de produção de medicamentos e correlatos, situações relacionadas a avaliação da qualidade de processos e produtos farmacêuticos e à gestão.
<b>Bibliografia básica</b>	ALLEN JR, Loyd V. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 9. Porto Alegre ArtMed 2013 (e-book) LACHMAN, L.; LIEBERMAN, H.A.; KANING, J.L. Teoria E Prática Na Indústria Farmacêutica. Volumes I e II. Fundação Calouste Gulberkian - Lisboa. 2001. BRASIL. Farmacopeia Brasileira. 6 ed. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2019. Disponível em: < <a href="http://portal.anvisa.gov.br">http://portal.anvisa.gov.br</a> > GIL, E.S. Controle físico-químico de qualidade de medicamentos. 3ª ed.; rev. São Paulo: Pharmabooks, 2010. 511 p. PINTO, Terezinha de Jesus Andreoli. Controle biológico de qualidade de produtos farmacêuticos, correlatos e cosméticos. 4. São Paulo: Manole, 2015 (e-book).
<b>Bibliografia complementar</b>	AULTON, M.E. Delineamento de Formas Farmacêuticas. 2ª ed. Porto Alegre, 2005. ALLEN JR, Loyd V. Introdução à farmácia de Remington. Porto Alegre ArtMed 2016 (e-book) THE UNITED STATES PHARMACOPOEIA; THE NATIONAL FORMULARY. 31 <sup>st</sup> ed. Rockville: The United States Pharmacopeial Convention, 2008. V. 1-3. BRITISH PHARMACOPOEIA 2010. London: Stationery Office, 2009. 4 v. PRISTA, L.; CORREIA ALVES, A.; MORGADO, R.M.R. Técnica Farmacêutica e Farmácia Galénica - Volumes I, II e III. 4ª edição, Fundação Calouste Gulberkian - Lisboa. 1991
<b>Bibliografia aberta</b>	<a href="http://www.uspbpep.com/">http://www.uspbpep.com/</a> <a href="http://www.farmaceuticas.com.br/11-ferramentas-da-qualidade-e-suas-estrategias-de-gestao/">http://www.farmaceuticas.com.br/11-ferramentas-da-qualidade-e-suas-estrategias-de-gestao/</a> <a href="http://gestao-de-qualidade.info/ferramentas-da-qualidade.html">http://gestao-de-qualidade.info/ferramentas-da-qualidade.html</a>
<b>PRIMEIROS SOCORROS: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estudo dos fundamentos de primeiros socorros em situações de emergência e dos principais aspectos da prevenção de acidentes, com ênfase nos procedimentos básicos de atendimento e atenção à saúde. Noções de Biossegurança.
<b>Bibliografia básica</b>	CHAPLEAU, W. Manual de emergências: um guia para primeiros socorros. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 408 p. FRANDSEN, K.J.; KARREN, K.J.; FRANDSEN, K.J. Guia de primeiros socorros para estudantes. São Paulo, SP: Manole, 2002. 518 p. MARTINS, H.S.; et al. Emergências clínicas: abordagem prática. 8ª ed. São Paulo, SP: Manole, 2013. lxxxv, 1190 p.
<b>Bibliografia complementar</b>	BERGERON, J.D. Primeiros socorros. 2ª ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2007. XXIV, 608 p. BOTELHO, M.H.C. Manual de primeiros socorros: do engenheiro e do arquiteto. 2ª ed. São Paulo, SP: Blucher, 2009. XVII, 277 p.

	MIRANDA, E.L.F. Primeiros socorros. Rio de Janeiro: Biologia & Saúde, [s.d.]. 54 p. FLEGEL, M.J.; FERRAZ, R. Primeiros socorros no esporte. 3ª ed. Barueri: [s.n.], 2008. SERUFO, J.C.; MARCOLINO, M.S. Emergências clínicas: teoria e prática. Belo Horizonte: Usina do Livro, 2014. 781 p.
<b>ESTÁGIO IV: 180 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estágio em análises clínicas, genética e toxicológicas e, alimentos; em estabelecimentos públicos ou privados.
<b>Bibliografia básica</b>	Bibliografia básica apresentada nas unidades curriculares de Introdução às Ciências Farmacêuticas, Deontologia e Legislação Farmacêutica, Saúde pública, Fundamentos de Hematologia e Citologia, Fundamentos de Bioquímica Clínica, Imunologia aplicada, Parasitologia Aplicada, Microbiologia Aplicada, Economia e Administração Farmacêutica.
<b>Bibliografia complementar</b>	Bibliografia complementar apresentada nas unidades curriculares de Introdução às Ciências Farmacêuticas, Fundamentos de Hematologia e Citologia, Fundamentos de Bioquímica Clínica, Imunologia aplicada, Parasitologia Aplicada, Microbiologia Aplicada, Economia e Administração Farmacêutica.

<b>DÉCIMO PERÍODO</b>	
<b>ESTÁGIO V: 540 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estágio em estabelecimentos públicos ou privados, como Indústrias, Drogarias, Farmácias, Manipulação de alopáticos ou homeopáticos, Farmácias Hospitalares, Dispensários, Gestão de medicamentos do SUS, Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Centros de Pesquisas Clínicas, UPA's, SAMU ou Prontos Socorros, centros de informações sobre medicamentos. O estágio em indústria poderá ser realizado nos diferentes tipos de indústrias farmacêuticas, químicas, cosméticas e afins.
<b>Bibliografia básica</b>	Bibliografia básica apresentada nas unidades curriculares de Introdução às Ciências Farmacêuticas, Farmacologia I, Farmacologia II, Farmacologia III, Farmacotécnica I, Farmacotécnica II, Deontologia e Legislação Farmacêutica, Saúde pública, Cuidado Farmacêutico I, Cuidado Farmacêutico II, Tecnologia em Ciências Farmacêuticas I, Tecnologia em Ciências Farmacêuticas II, Química de Alimentos, Farmácia Hospitalar, Economia e Administração Farmacêutica.
<b>Bibliografia complementar</b>	Bibliografia complementar apresentada nas unidades curriculares de Introdução às Ciências Farmacêuticas, Farmacologia I, Farmacologia II, Farmacologia III, Farmacotécnica I, Farmacotécnica II, Deontologia e Legislação Farmacêutica, Saúde Pública, Cuidado Farmacêutico I, Cuidado Farmacêutico II, Tecnologia em Ciências Farmacêuticas I, Tecnologia em Ciências Farmacêuticas II, Química de Alimentos, Farmácia Hospitalar, Economia e Administração Farmacêutica.

### 10.3. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS DAS UNIDADES CURRICULARES ELETIVAS

<b>TECNOLOGIA DE COSMÉTICOS I: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Histórico da cosmetologia. Formas cosméticas. Tipos de pele. Permeabilidade cutânea. Componentes de uma fórmula cosmética. Tecnologia de produção de cosméticos para a pele, para os cabelos e outras áreas do corpo. Legislação e segurança de cosméticos.
<b>Bibliografia básica</b>	FONSECA, A.; PRISTA, L.N. Tecnologia dermatológica e cosmetologia. São Paulo, Roca. 1993. AULTON, M.E. Delineamentos de formas Farmacêuticas. Porto Alegre, Artmed, 2004. FONSECA, A.; PRISTA, L.N. Manual de terapêutica dermatológica e cosmetologia. Ed Rocca, São Paulo, 2000. DRAELOS, Z.D.; THAMAN, L.A. Cosmetic formulation of skin care products. Vol. 30. Taylor & Francis Group. New York, 2006.
<b>Bibliografia complementar</b>	AULTON, M.E. Delineamento De Formas Farmacêuticas. 2ª ed. Artmed, 2005. LACHMAN, L.; LIEBERMAN, H.A.; KANING, J.L. Teoria e Prática na Indústria Farmacêutica. Volumes I e II. Fundação Calouste Gulberkian. Lisboa, 2001.

	GENNARO, A.R. Remington: The Science And Practice Of Pharmacy. 20 <sup>th</sup> edition, Baltimore, 2000. ANSEL, H.C.; POPOVICH, N.G.; ALLEN Jr.; L.V. Farmacotécnica: Formas Farmacêuticas & Sistema de Liberação De Fármacos. 6 <sup>o</sup> edição, Editora Premier, Baltimore. 2000. PRISTA, L.; ALVES, A.C.; MORGADO, R.M.R. Técnica Farmacêutica e Farmácia Galénica, Volumes I, II e III. 4 <sup>a</sup> edição, Fundação Calouste Gulberkian - Lisboa. 1995.
<b>TECNOLOGIA DE COSMÉTICOS II: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Briefing de produto cosmético. Benchmarking. Tecnologia na produção de cosméticos. Desenvolvimento de cosméticos.
<b>Bibliografia básica</b>	FONSECA A., PRISTA, L.N. Tecnologia dermatológica e cosmetologia. São Paulo, Roca. 1993. AULTON, M.E. Delineamentos de formas Farmacêuticas. Porto Alegre, Artmed, 2004. FONSECA, A.; PRISTA, L.N. Manual de terapêutica dermatológica e cosmetologia. São Paulo, 2000. DRAELOS, Z.D.; THAMAN, L.A. Cosmetic formulation of skin care products. New York, 2006.
<b>Bibliografia complementar</b>	AULTON, M.E. Delineamento de Formas Farmacêuticas. 2 <sup>a</sup> ed. Artmed, 2005. LACHMAN, L.; LIEBERMAN, H.A.; KANING, J.L. Teoria e Prática na Indústria Farmacêutica. Volumes I e II. Fundação Calouste Gulberkian, Lisboa, 2001. GENNARO, A.R.. Remington: The Science And Practice Of Pharmacy. 20 <sup>th</sup> edition. Baltimore, 2000. ANSEL, H.C.; POPOVICH, N.G.; ALLEN-JR, L.V. Farmacotécnica: Formas Farmacêuticas & Sistema de Liberação de Fármacos. 6 <sup>a</sup> edição, Editora Premier - Baltimore. 2000 PRISTA, L.; ALVES, A.C.; MORGADO, R.M.R. Técnica Farmacêutica e Farmácia Galénica. Volumes I, II e III. 4 <sup>a</sup> edição, Fundação Calouste Gulberkian, Lisboa. 1995
<b>FARMACOECONOMIA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Conceitos básicos de economia. Economia da Saúde e Farmacoeconomia. Estudos de avaliação econômica em saúde: minimização de custos, custo-efetividade, custo-benefício e custo-utilidade. Farmacoeconomia e as Políticas Farmacêuticas no Brasil.
<b>Bibliografia básica</b>	VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Fundamentos de economia. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2008. MANKIW, N. Gregory; MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2001. GLOSSÁRIO TEMÁTICO: economia da saúde. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. 89 p. (Série A: normas e manuais técnicos).
<b>Bibliografia complementar</b>	RASCATI, Karen L. Introdução a Farmacoeconomia. Porto Alegre: Artmed, 2010. NOGAMI, Otto; PASSOS, Carlos Roberto Martins. Princípios de economia. 5 ed. rev. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2005. 658 p. PIOLA, Sergio Francisco; VIANA, Solon Magalhães. Economia da saúde: conceito e contribuição para a gestão da saúde. Brasília (DF): Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1995. FOLLAND, Sherman; GOODMAN, Allen; STANO, Miron. A Economia da Saúde. Porto Alegre: Artmed, 2008. 736p. DONABEDIAN, A. The quality of medical care. Science v. 200, 856-64, 1978. JEFFERSON, T.; DEMICHELI, V.; MUGFORD, M. Elementary economic evaluation in health care. Londres, BMJ, 1996. SIEGEL, J.E. Guidelines for pharmacoeconomic studies: recommendations from the Panel on Cost Effectiveness in Health and Medicine. Pharmacoeconomics, 11, 159-68, 1997. WALLEY, T., HAYCOX, A. Pharmacoeconomics: basic concepts and terminology. Br. J. Clin. Pharmacol., 43, 343-8, 1997.
<b>Bibliografia aberta</b>	<a href="http://www.scielo.org">www.scielo.org</a> <a href="http://www.portal.saude.gov.br">www.portal.saude.gov.br</a> <a href="http://www.periodicosapes.gov.br">www.periodicosapes.gov.br</a> <a href="http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed">www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed</a> <a href="http://www.saude.gov.br/gestao-do-sus/economia-da-saude">http://www.saude.gov.br/gestao-do-sus/economia-da-saude</a>
<b>BIOQUÍMICA CLÍNICA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Distúrbios hidroeletrólíticos e ácido-básicos; Avaliação laboratorial das funções cardiovascular e gastrointestinal. Marcadores do metabolismo mineral e ósseo. Marcadores do metabolismo do ferro.

	Avaliação laboratorial de hormônios tireoidianos e sexuais.
<b>Bibliografia básica</b>	BURTIS, C.A.; BRUNS, D.E. Tietz, fundamentos de química clínica. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016, 1106 p. MCPHERSON, R.A.; PINCUS, M.R.. Diagnósticos clínicos e tratamento por métodos laboratoriais de Henry. 21ª ed. Barueri, SP: Editora Manole, 2013. GAW, A.; et al. Bioquímica clínica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. MARSHALL, W.J.; et al. Bioquímica clínica: aspectos clínicos e metabólicos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.
<b>Bibliografia complementar</b>	COSTA, D. A. G. Guia de interpretação de exames. 1 ed. São Paulo, SP: Medcel, 2013. DEVLIN, T. M. Manual de bioquímica: com correlações clínicas. São Paulo, SP: Blucher, 2011. GAW, A. et al. Bioquímica clínica. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 12 ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2011 MARSHALL, W.J.; et al. Bioquímica clínica: aspectos clínicos e metabólicos. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. MICHAEL L. FODY, E. P., SCHORFF, L. E. Química clínica princípios, procedimentos, correlações. 5 ed. São Paulo: Manole, 2010. (E-book) NELSON, D. L., COX, M. M. Princípios de bioquímica de Lehninger. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
<b>HEMATOLOGIA CLÍNICA: 90 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estudo do sangue e seus órgãos formadores. Estudo das séries vermelha, branca e plaquetária. Fundamento e interpretação de exames hematológicos. Reconhecimento das células hematológicas normais. Reconhecimento das células jovens e quadros patológicos. Hemograma e correlações clínicas.
<b>Bibliografia básica</b>	BAIN, B.J. Células Sanguíneas Um guia prático. 4ª Ed. Porto Alegre, Editora Artmed, 2007. ZAGO, M.A.; FALCÃO, R.P.; PASQUINI, R. Hematologia. Fundamentos e prática. 1ª ed. revista e atualizada, São Paulo: Atheneu, 2004. LORENZI, T.F. Manual de hematologia Propedêutica e clínica. 4ª ed, Rio de Janeiro: Medsi, 2006. MOSS, P.A.H., HOFFBRAND, A.V., PETTIT, J.E. Fundamentos em Hematologia. 5ª ed, Porto Alegre: Artmed, 2008. FAILACE, R. Hemograma – Manual de Interpretação. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
<b>Bibliografia complementar</b>	LORENZI, T.F., Atlas de Hematologia: Clínica Hematológica Ilustrada. Rio de Janeiro: Medsi, 2006. HENRY, J.B. Clinical & diagnosis managment by laboratory methods. 18ª ed., Philadelphia, EUA: W.B. Saunders Company, 2011. RAVEL, R. Laboratório clínico. 6ª ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. GIRELLO, A.L.; KÜHN, T.I.B.B. Fundamentos de imuno-hematologia eritrocitária. 2ª ed, São Paulo: Editora Senac, 2007. BENNETT, J.C., PLUM, F. CECIL tratado de medicina interna. 20ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. 3647 p. 2 v. HENRY, J.B. Clinical & diagnosis managment by laboratory methods. 18ª ed., Philadelphia, EUA: W.B. Saunders Company, 2011. GROTTO, H.Z.W. Interpretação Clínica do Hemograma. São Paulo: Atheneu editora, 2009. TEIXEIRA, J.E.C. Diagnóstico Laboratorial em Hematologia. São Paulo: Roca, 2016.
<b>FUNDAMENTOS DE CROMATOGRAFIA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Princípios básicos das separações cromatográficas; os diferentes tipos incluindo cromatografia em camada delgada, cromatografia em coluna clássica, cromatografia líquida de alta eficiência e cromatografia gasosa; fundamentos, instrumentação, aplicações e parâmetros cromatográficos. Análise qualitativa e quantitativa por cromatografia.
<b>Bibliografia básica</b>	CIOLA, R. Fundamentos da cromatografia a líquido de alto desempenho. Editora Edgard Blücher Ltda, 1998. LANÇAS, F.M. Cromatografia em fase gasosa, Editora Acta, 1993. SNYDER, L.R.; KIRKLAND, J.J.; DOLAN, J.W. Introduction to modern liquid chromatography. 3rd ed. Hoboken, N.J.: Wiley, 2010.
<b>Bibliografia complementar</b>	OLIVEIRA, F.; RITTO, J.L.A.; AKISUE, G.; BACCHI, E.M. Fundamentos de cromatografia aplicada a fitoterápicos. Rio de Janeiro: Atheneu, 2010. ADAMS, R.P. Identification of essential oil components by gas chromatography/mass spectorscopy.

	4th ed. Carol Stream, Ill.: Allured, 2009. BACCAN, N.; et al. Química Analítica Quantitativa Elementar. São Paulo: Edgard Blücher, 2001. HARRIS, D.C. Análise Química Quantitativa. 8a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. LANÇAS, F.M. Cromatografia em fase gasosa, Editora Acta, 1993.
<b>IMUNOMÍDIA: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Informações sobre as principais novidades na área de imunologia clínica, novas metodologias, relatos de caso, divulgação em site especializado, meios eletrônicos, rádios e televisão. Interpretação de laudos, estudo de doenças imunomediadas.
<b>Bibliografia básica</b>	HENRY, J.B. Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais - 21ª Ed., Manole, 2012. FERREIRA, A.W.; MORAES, S.L. Diagnóstico Laboratorial Das Principais Doenças Infecciosas e Autoimunes, 3ª Ed. Guanabara Koogan, 2013. VAZ, A.J.; TAKEI, K.; BUENO, E.C. Imunoensaios: Fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2007.
<b>Bibliografia complementar</b>	ROITT, I. Imunologia 6ª.ed. Barueri: Manole, 2003. 481p. LEVINSON, W.; JAWETZ, E. Microbiologia médica e imunologia. 7ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 632p. MINISTERIO DA SAÚDE. Hepatite Virais: O Brasil está atento. 3ª.ed Brasília: Ministerio da Saúde, 2008. 60p. SILVA, W.D. Bier -Imunologia: básica e aplicada. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 388p. ABBAS, A.K.; LICHTMAN, A.H. Imunologia Celular e Molecular. 7ª Edição. Elsevier, 2012. VOLTARELLI, J.C. et al. Imunologia Clínica na Prática Médica. 1ª Ed. Atheneu. 2009.
<b>Bibliografia aberta</b>	Journal of Immunology. Journal of Clinical Immunology. Journal of Allergy and Clinical Immunology
<b>PARASITOLOGIA CLÍNICA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Enfoque na fisiopatogenia da doença, confirmação diagnóstica, tratamento e controle de cura das parasitoses humanas causadas por protozoários e helmintos, causadores de infecções intestinais; elaboração de protocolos e programas de controle
<b>Bibliografia básica</b>	FOCACCIA, Roberto (Ed.). Tratado de infectologia. 4. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atheneu, c2010. 2 v. ISBN 9788538801016. COURA, JOSÉ RODRIGUES et al. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2005. v.2. 2025 p. Inclui bibliografia e índice . ISBN 8527710951. COURA, José Rodrigues. Síntese das doenças infecciosas e parasitárias. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2009 recurso online ISBN 978-85-277-1966-7. DE CARLI, Geraldo Attilio. Parasitologia clínica: seleção de métodos e técnicas de laboratório para o diagnóstico das parasitoses humanas. São Paulo, SP: Atheneu, 2001. 810 p. ISBN 8573793228.
<b>Bibliografia complementar</b>	REY, Luís. Parasitologia: Parasitos e doenças parasitárias do homem nas américas e na áfrica. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2008. 883 p. ISBN 9788527714068. REY, Luís. Parasitologia. 4. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2008 1 recurso online ISBN 978-85-277-2027-4. NEVES, David Pereira. Parasitologia humana. 12. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2011. 546 p. ISBN 9788538802204. NEVES, DAVID PEREIRA. Parasitologia humana. 13.ed. São Paulo: Atheneu, 2016. 428 p. ISBN 85-7379-243-4. CIMERMAN, Benjamin; FRANCO, Marco Antônio. Atlas de parasitologia: artrópodes, protozoários e helmintos. São Paulo, SP: Atheneu, 2009. 105 p. (Biblioteca biomédica). ISBN 8573791578. NEVES, David Pereira; BITTENCOURT NETO, João Batista. Atlas didático de parasitologia. 2. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2009. 101 p. (Biblioteca biomédica). ISBN 9788538800019.
<b>TÓPICOS EM FARMACOTÉCNICA - ALIMENTOS FUNCIONAIS E NUTRACÊUTICOS X FARMÁCIA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Introdução do estudo de alimentos funcionais e nutracêuticos. Legislação. Proporcionar conhecimentos básicos e essenciais para a compreensão dos principais compostos nutracêuticos e funcionais somado à classificação dos principais grupos e seus respectivos mecanismos de ação na prevenção e promoção

	da saúde. A unidade curricular dará suporte às práticas de manipulação e dispensação desses compostos nos locais onde o discente vir a atuar.
<b>Bibliografia básica</b>	<p>COSTA, N.M.B.; ROSA, C.O.B. Alimentos funcionais: componentes bioativos e efeitos fisiológicos. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Rubio, 2010. 560p.</p> <p>BRASIL, Resolução RDC Nº 19 de 30 de abril 1999. Brasília, DF: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 1999. Regulamento de procedimentos para registro de alimento com alegação de propriedades funcionais e ou de saúde em sua rotulagem.</p> <p>BRASIL, Instrução Normativa Nº 9. Brasília, DF: Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Diário Oficial da União, 2009. Dispõe sobre a relação de produtos permitidos para a dispensação e comercialização em farmácias e drogarias, 18 de agosto de 2009, seção 1.</p> <p>DE ANGELIS, R.C. A importância dos alimentos vegetais na proteção da saúde: fisiologia da nutrição protetora e preventiva de enfermidades degenerativas. 2ª ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2005. 317 p.</p> <p>GUERRA, I. Estratégias de nutrição e suplementação no esporte. 2ª Ed. rev. e ampl. Barueri, SP: Manole, 2010. 516p.</p> <p>MCARDLE, W.D. Nutrição para o esporte e o exercício. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2011. 600p.</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>RIGOBELLO, E.C. Probiotics. <a href="http://www.intechopen.com/books/probiotics">http://www.intechopen.com/books/probiotics</a> Intechopen.com 642 p. 2012.</p> <p>PEREIRA, I.R.O.; BAJO, K.G., Alimentos e correlatos comercializados em farmácias e drogarias. Revista Eletrônica de Farmácia, 9 (4):20–42, 2012.</p> <p>BORSATO, D. M.; et al. O papel do farmacêutico na orientação da obesidade. Visão Acadêmica, v.9, n.1, p.1-6, 2008.</p> <p>AULTON, M.E. Delineamento de formas farmacêuticas. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 667 p.</p> <p>ALLEN J.R.; et al. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 8ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 775 p.</p> <p>SIMÕES, C.M.O.; et al, Farmacognosia: da Planta ao medicamento. 5ª ed. Porto Alegre/Florianópolis Ed. Universidade/UFRGS/Ed. Da UFSC, 2007.1104p.</p> <p>BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Formulário de Fitoterápicos da Farmacopéia Brasileira / Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2011. 126p.</p> <p>BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Primeiro Suplemento do Formulário de Fitoterápicos da Farmacopéia Brasileira, 1ª edição / Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2018. 160p.</p> <p>ZAIA, D.A.M.; ZAIA, C.T.V.B.; LICHTING, J. Determinação de proteínas totais via espectrofotometria: vantagens e desvantagens dos métodos existentes. Química Nova, v. 21, nº 6, p. 787-793, 1998.</p> <p>Agência Nacional de Vigilância Sanitária: <a href="http://www.anvisa.gov">http://www.anvisa.gov</a>.</p> <p>MORAES, F.P., COLLA, L.M . Alimentos funcionais e nutracêuticos: definições, legislação e benefícios à saúde. Rev Eletr Farm 3: 109-122, 2006.</p>
<b>MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estudos da ecologia microbiana dos alimentos. Fatores que afetam o crescimento dos microrganismos em alimentos. Deterioração e contaminação de alimentos por microrganismos. Intoxicação e infecções de origem alimentar. Conservação e controle microbiológico dos alimentos. Controle da qualidade microbiológica na indústria de alimentos.
<b>Bibliografia básica</b>	<p>DOWNES, Frances Pouch; ITO, Keith. Compendium of methods for the microbiological examination of foods. 4th ed. Washington: American Public Health Association, c2001.</p> <p>JAY, J.M. Microbiologia de alimentos. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 711p.</p> <p>SILVA, N.; JUNQUEIRA, V.C.A.; SILVEIRA, N.F.A. Manual de métodos de análise microbiológica de alimentos. 2ª ed. São Paulo, SP: Varela, 2001. 315 p.</p> <p>FORSYTHE, S. J. Microbiologia da segurança dos alimentos. 2ª ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2013. 607 p.</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>FRANCO, Bernadette D. G. de Melo; LANDGRAF, Mariza. Microbiologia dos alimentos: texto básico para os cursos de ciências farmacêuticas, nutrição e engenharia de alimentos. São Paulo, SP: Atheneu, 2008. 182 p.</p> <p>MADIGAN, M.T. et al. Microbiologia de Brock. 12ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 1128 p. TONDO, E.C.; BARTZ, S. Microbiologia e Sistemas de Gestão da Segurança de Alimentos. Porto Alegre: Sulina, 2011. 263 p.</p>

	<p>MASSAGUER, P.R. Microbiologia dos processos alimentares. São Paulo: Livraria Varela, 2006. 258 p.</p> <p>TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. Microbiologia. 10ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 934 p.</p> <p>REY, Ana María; SILVESTRE, Alejandro Andres. Comer sem riscos 1: manual de higiene alimentar para manipuladores e consumidores. São Paulo, SP: Varela, 2009. 245 p.</p>
<b>Bibliografia aberta</b>	<a href="https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=653013">https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=653013</a>
<b>SAÚDE AMBIENTAL: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Agências da Organização das Nações Unidas (ONU), agendas e documentos internacionais. Agenda 21, Carta da Terra. Sustentabilidade, educação ambiental, desenvolvimento loco-regional. Agricultura familiar, comunidades tradicionais rurais (quilombolas, indígenas), agroecologia, fitoterapia. Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (Sisgen). Geografia da saúde. Segurança alimentar e nutricional sustentável. Saneamento ambiental.
<b>Bibliografia básica</b>	<p>AKERMAN, M. Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica. 2ª ed. OPAS, 2007, 151 p.</p> <p>GOLEMAN, D. Eco inteligência: Como o consumismo está a mudar o mundo. Temas e Debates - Círculo Leitores, 2009, 310 p.</p> <p>MINAYO, M.C.S.; MIRANDA, A.C. (Orgs.) Saúde e ambiente sustentável: Estreitando nós. Editora Fiocruz, Abrasco, 2002, 344 p.</p> <p>LAUTERT, C.J.; et al. A educação ambiental inovando a gestão. Programa de Educação Ambiental Compartilhado. 1ª ed., 2006, 127 p.</p> <p>MIRANDA, Ary Carvalho de. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2008. 272 p.</p> <p>OLIVEIRA, Mariá Vendramini Castrignano de; CARVALHO, Anésio Rodrigues de. Princípios básicos do saneamento do meio. 10. ed. São Paulo, SP: Senac, 2010. 400 p.</p> <p>PAPINI, Solange. Vigilância em saúde ambiental: uma nova área da ecologia. 2. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2012. 204 p.</p> <p>PINA, M.F.; SANTOS, S.M. Conceitos básicos de sistemas de informação geográfica e cartografia aplicados à saúde. Brasília: OPAS, 2000.</p> <p>ROSSATO, Angela Erna. Fitoterapia racional: aspectos taxonômicos, agroecológicos, etnobotânicos e terapêuticos. 1. ed. Florianópolis: Dioesc, 2012. 213 p.</p> <p>SANEAMENTO, SAÚDE E AMBIENTE: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005, 842 p.</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1ª ed.; Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 48 p.</p> <p>CASALI, Vicente Wagner Dias; CASALI, Vicente Wagner Dias; Andrade, Fernanda Maria Coutinho de; Duarte, Elen Sonia Maria Duarte, Elen Sonia Maria. Acológia de altas diluições: resultados científicos e experiências sobre uso de preparados homeopáticos em sistemas vivos. Viçosa, MG: UFV, Departamento de Fitotecnia, 2009. 537 p.</p> <p>FILATRO, Andrea. Metodologias Inov-Ativas na educação presencial, a distância e corporativa. São Paulo: Saraiva, 2018.</p> <p>HATHAWAY, M.; BOFF, L. O Tao da libertação: Explorando a ecologia da transformação. Editora Vozes, 2ª ed., 2012, 591 p.</p> <p>SANTOS, M. Por outra globalização possível: Do pensamento único à consciência universal. 22ª Ed., Ed. Record. 2000.</p>
<b>HOMEOPATIA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	<p>Historia e Evolução da Homeopatia no mundo e no Brasil. Estudo dos princípios e fundamentos da Homeopatia e da farmacologia homeopática. Ação primária x ação secundária. Origem e produção de medicamentos homeopáticos. Conhecer como deve ser a infraestrutura física de uma Farmácia Homeopática e aprofundar-se na farmacotécnica e controle de qualidade das preparações homeopáticas. Legislação e Conceitos atuais da Homeopatia no SUS. Proporcionar o manuseio de fontes bibliográficas específicas. Introdução aos Biotipos, Experimentação. Homeopatia na Agricultura, Veterinária. Bioterápicos. Ensaio homeopáticos para estudo.</p>

<b>Bibliografia básica</b>	FARMACOPÉIA HOMEOPÁTICA BRASILEIRA, 3ª edição, São Paulo, Atheneu, 2011. FONTES, O.L. Farmácia Homeopática - teoria e prática - São Paulo, editora Manole, 5ª edição, 2017. LATHOUD, J.A., Estudos de matéria médica homeopática, São Paulo: 2ª ed. Organon, 2004. ABFH Associação Brasileira de Farmacêuticos Homeopatas. 4ª ed. Manual de Normas. Homeopatia. / Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo. – São Paulo, 2ª edição. CRFSP, 2016. ALLEN, H.C. Nosodes The Materia Medica of some more important remedies. New Delhi: B. Jain Publishers, 2004. HAHNEMANN, C.S.F. 6ª ed. Organon da Arte de Curar. São Paulo: G.E.H. Benoit Mure, 1980.
<b>Bibliografia complementar</b>	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA): <a href="http://www.anvisa.gov.br/">http://www.anvisa.gov.br/</a> KOSSAK-ROMANACH, A. Homeopatia em 1000 Conceitos. Elcid; Edição: 3ª .2003. Associação Brasileira de Farmacêuticos Homeopatas (ABFH): <a href="http://www.abfh.com.br/">http://www.abfh.com.br/</a> JULIAN, O.A. Traité de Micro-Immuno-thérapie Dynamisée. Paris: Le François. Tomo 1 e 2, 1977. RIBEIRO-FILHO, A. Repertório de Homeopatia. São Paulo: Organon, 2005. 1900 p. SOARES, A.A.D. Farmácia Homeopática. São Paulo: Andrei, 1997. SOARES, A.A.D. Dicionário de Medicamentos Homeopáticos. São Paulo: Santos Livraria e Editora, 2000. DANTAS, F. O que é homeopatia. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1989. 115 p. BRASIL. Ministério da Saúde. RDC Nº 67 de 08 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de
<b>Bibliografia aberta</b>	Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias. Disponível em: < <a href="http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/resolucao67_08_10_07.pdf">http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/resolucao67_08_10_07.pdf</a> >. FARMACOPÉIA Homeopatica de Dr. Willmar Schwabe. 2ª ed. Leipzig, 1929.
<b>CONTROLE DE QUALIDADE DE INSUMOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Técnicas e testes físico-químicos de avaliação da qualidade de insumos farmacêuticos e cosméticos.
<b>Bibliografia básica</b>	GIL, E.S. Controle Físico-Químico de Qualidade de Medicamentos. 2ª ed. São Paulo: Editora Pharmabooks, 2007. FARMACOPEIA BRASILEIRA, 5ª ed. São Paulo: Atheneu, 2010. THE UNITED STATES PHARMACOPOEIA; THE NATIONAL FORMULARY. 31 <sup>st</sup> ed. Rockville: The United States Pharmacopeial Convention, 2008. V. 1-3, p. 6383.
<b>Bibliografia complementar</b>	BRITISH PHARMACOPOEIA 2010. London: Stationery Office, 2009. 4 v. FARMACOPEIA PORTUGUESA. 7ª ed. Lisboa, 2002. EWING, G. W. Métodos Instrumentais de Análise Química. 2 v. São Paulo: Egard Blucher, 1972 VOGEL, A.I.; MENDHAM, J. Análise química quantitativa. 6ª ed (E-book). Rio de Janeiro: LTC ed. 2002. SKOOG, D. A. Fundamentos de química analítica. São Paulo: Cengage Learning, 2015.
<b>ENZIMOLOGIA INDUSTRIAL: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Princípios de enzimologia. Aplicações industriais de enzimas. Produção de enzimas microbianas, de origem animal e vegetal. Produção e purificação de enzimas. Elementos de microbiologia. Cinética enzimática. Determinação de parâmetros cinéticos com gráficos. Imobilização de enzimas. Legislação para uso industrial de enzimas.
<b>Bibliografia básica</b>	VOET, Donald; VOET, Judith G.; PRATT, Charlotte W. Fundamentos de bioquímica: a vida em nível molecular. 4. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014. xxxi, 1167 p. ISBN 9788582710654.. LIMA, U.A. Biotecnologia industrial. Processos fermentativos e enzimáticos. 1ª ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2001. v. 3. BORZANI, W. (org.). Biotecnologia industrial. Fundamentos. 1ª ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2001. v. 1.
<b>Bibliografia complementar</b>	SAID, S. Enzimas como agentes biotecnológicos. Ribeirão Preto: Legis Summa, 2004. BON, Elba Pinto da Silva. Enzimas em biotecnologia: produção, aplicações e mercado. Rio de Janeiro, RJ: Interciência, 2008. 506 p. COELHO, Maria Alice Zarur; SALGADO, Andréa; RIBEIRO, Bernardo Dias. Tecnologia enzimática. Petrópolis, RJ: EPUB, 2008. 288 p. SAID, S; PIETRO, R. Enzimas de interesse industrial e biotecnológico. Ribeirão Preto: Legis Summa, 2010. BELLÉ, Luziane Potrich. Bioquímica aplicada reconhecimento e caracterização de biomoléculas. São Paulo: Erica, 2014 (e-book)
<b>Bibliografia</b>	Artigos científicos em periódicos especializados



<b>aberta</b>	
<b>QUALIDADE DA ÁGUA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estudo da composição da água e dos principais fatores que interferem na sua qualidade para o consumo humano e uso em piscinas, em indústrias farmacêuticas, cosméticas e alimentícias e uso nos laboratórios de análises clínicas. A unidade curricular proporcionará condições para que o aluno seja capaz de coordenar, executar e interpretar exames laboratoriais físicos, químicos, sensoriais e microbiológicos de água. Conhecer as principais etapas do tratamento da água; fornecer conhecimentos básicos sobre as várias formas de poluição hídrica e os principais processos para seu tratamento, além de conhecer técnicas de tratamento da água utilizada na farmácia como: destilação, deionização, osmose reversa e ultrafiltração.
<b>Bibliografia básica</b>	BRASIL. Ministério da Saúde Portaria nº. 518, de 25 de março de 2004. Dispõe sobre normas e padrões de potabilidade de água para consumo humano. Brasília: Funasa, 1999. Diário Oficial da União, Brasília, n.59, p.266, 26 de março 2004. BRASIL. RDC nº 67, de 08 de outubro de 2007, Anvisa –Boas práticas de manipulação de preparação magistrais e oficinais para uso humano em farmácias. BRASIL. RDC nº17, de 16 de abril de 2010, Anvisa – Boas práticas de fabricação de medicamentos BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Manual técnico de análise de água para consumo humano. 4ª Ed. Brasília, 2013. RICHTER, C.A. Água: métodos e tecnologia de tratamento. São Paulo: Edgard Blücher, 2009. 340 p.
<b>Bibliografia complementar</b>	AULTON, M.E. Delineamento de formas farmacêuticas. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. 667 p. ALLEN JR., L.V.; POPOVICH, N.G.; ANSEL, H.C. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 8ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 775 p. BRASIL. Farmacopeia Brasileira, volume 1/Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2010. 546p., 1v/il. <a href="http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeias-virtuais">http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeias-virtuais</a> BRASIL. Farmacopeia Brasileira, volume 2/Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2010.904p., 2v/il. <a href="http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeias-virtuais">http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeias-virtuais</a> AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA: <a href="http://www.anvisa.gov">http://www.anvisa.gov</a> . BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Manual prático de análise de água. 3ª Ed. rev. - Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2009. 144 p. LIBÂNIO, M. Fundamentos de qualidade e tratamento de água. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora Átomo, 2010. 496 p.
<b>TECNOLOGIA FARMACÊUTICA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estudo da aplicação de recursos tecnológicos. Conceitos farmacocinéticos e de biodisponibilidade na idealização e elaboração de formas farmacêuticas tradicionais e das "Novas Formas Farmacêuticas".
<b>Bibliografia básica</b>	ANSEL, H.C.; POPOVICH, N.G.; ALLEN, L.V. Farmacotécnica, formas farmacêuticas & sistemas de liberação de fármacos. São Paulo, Ed. Editorial Premier, 1999. LACHMAN, L.; LIEBERMAN, H.A.; KANING, J.L. Teoria e prática na indústria farmacêutica. Vol. I e II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 2001. HANDBOOK OF PHARMACEUTICAL EXCIPIENTS. American Pharmaceutical Association and The Pharmaceutical Society of Great Britain, 1999. PRISTA, L.N.; ALVES, A.C. Técnica farmacêutica e farmácia galênica. 3ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.
<b>Bibliografia complementar</b>	ALLEN-JR, L.V.; POPOVICH, N.G.; ANSEL, H.C. Formas Farmacêuticas e Sistemas de Liberação de Fármacos, 8ª edição, Artmed, 2007. REYNOLDS, E.F. Martindale: The extra Pharmacopoeia. 31 <sup>th</sup> ed., London, The Royal Pharmaceutical Society, 1996. PARK, K.; SHALABY, W.S.W.; PARK, H. Biodegradable hydrogels for drug delivery Pennsylvania, Tecnominc Publishing Company, Inc., 1994. AULTON, M.E. Pharmaceutics. The science of dosage form design. New York, Churchill Livingstone, 1996. CHIEN, Y.W. Novel Drug Delivery Systems. 2 <sup>nd</sup> ed., New York, Marcel Dekker, 1992. GROVES, M.J.; OLSON, W.P.; ANISFELD, M.H. Sterile pharmaceutical manufacturing. Interpharm Press, 1991. MARTIN, A. Physical pharmacy. 4 <sup>th</sup> ed., Philadelphia, Lea & Febiger, 1993. TURCO, S.J. Sterile Dosage Forms, their preparation and clinical application. 4 <sup>th</sup> ed. Philadelphia, Lea

	& Febiger, 1994.
<b>PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES APLICADAS A SAÚDE: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Introdução do estudo sobre as diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares-PNPIC. Introduzir o estudo teórico destas práticas no curso de Farmácia e discutir a multidisciplinaridade destas práticas, assim como o papel dos profissionais da saúde nesta área. Conhecer todo o processo de utilização destas práticas por diferentes povos desde épocas remotas até os dias de hoje no tratamento e prevenção de diversas doenças. Legislação. Proporcionar conhecimentos básicos e essenciais para a compreensão das principais práticas alternativas e complementares na prevenção e promoção da saúde.
<b>Bibliografia básica</b>	ANTUNES, B. A aplicação das águas minerais e termais como recursos terapêuticos. Rev. Mercado das Águas, Edição 12, mai/jun/jul. 2003. Disponível em: <a href="http://www.guiamercadodeaguas.com.br/revista_12.htm">http://www.guiamercadodeaguas.com.br/revista_12.htm</a> . Acesso em: 29 nov. 2005. BECKER, B. E.; COLE, A. J. Terapia aquática moderna. São Paulo: Manole, 2000. BOTT, V. Medicina antroposófica: uma ampliação da arte de curar. 3. ed. São Paulo: Associação Beneficente Tobias, 1991. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. - (Série B. Textos Básicos de Saúde). BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde no Brasil: avanços, desafios e reafirmação de princípios e diretrizes. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2002. SIMÕES, C.M.O.; SCHENKEL, E.P.; GOSMANN, G.; et al, Farmacognosia: da Planta ao medicamento. 5. ed. Porto Alegre/Florianópolis Ed. Universidade/UFRGS/Ed. Da UFSC, 2007. 1104p. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Formulário de Fitoterápicos da Farmacopéia Brasileira / Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2011. 126p. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Primeiro Suplemento do Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira, 1ª edição / Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2018. 160p. FARMACOPÉIA HOMEOPÁTICA BRASILEIRA, 3ª edição, São Paulo, Atheneu, 2011. FONTES, O.L. Farmácia Homeopática - teoria e prática - São Paulo, editora Manole, 5ª edição, 2017.
<b>Bibliografia complementar</b>	Agência Nacional de Vigilância Sanitária: <a href="http://www.anvisa.gov">http://www.anvisa.gov</a> . LATHOUD, J.A., Estudos de matéria médica homeopática, São Paulo: Organon, 2004. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Atenção à Saúde. Glossário temático : práticas integrativas e complementares em saúde / Ministério da Saúde, Secretaria- Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 180 p. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de implantação de serviços de práticas integrativas e complementares no SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018. 56 p.. TELESI-JUNIOR, E. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. Estud. av. [Internet] 2016;30(86). Disponível: <a href="http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100007">http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100007</a> . SCHVEITZER, M.C.; ESPER, M.V.; DA SILVA, M.J.P. Práticas integrativas e complementares na atenção primária em saúde: em busca da humanização do cuidado. Mundo da saúde. [Internet] 2012;36(3). Disponível: <a href="http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/95/6.pdf">http://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/95/6.pdf</a> .
<b>TOXICOLOGIA ANALÍTICA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Características das análises toxicológicas, validação analítica, preparo de amostras, análises forenses, análise de contaminantes ambientais, análises toxicológicas de alimentos, análises de monitorização terapêutica e monitorização da exposição ocupacional.
<b>Bibliografia básica</b>	MOREAU, R.L.M.; BASTOS, M.E.P. Toxicologia analítica Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 318 pp. SOARES, L.V. Curso básico de instrumentação para analistas de alimentos e fármacos. Barueri: Manole, 2006. 337 p. OGA, S.; CAMARGO, M.M.A.; BATISTUZZO, J.A.O. Fundamentos de toxicologia 3ª ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 677 p.
<b>Bibliografia</b>	MÍDIO, A.F. (Coord) Glossário de Toxicologia: com tradução inglês e espanhol São Paulo: Roca,

<b>complementar</b>	1992, 95 p. SPINELLI, E. Vigilância toxicológica: comprovação do uso de álcool e drogas através de testes toxicológicos. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. 248 pp. KLAASSEN C.D., WATKINS III J.B. Fundamentos em Toxicologia de Casarett e Doull. 2ª ed. McGraw Hill, 2012. RICHARDS, I.S. Principles and practice of toxicology in Public Health, Sudbury: Jones & Bartlett Publishers, 2008. 464 p. KLAASSEN, C. D. Casarett and Doull's toxicology: the basic science of poisons. 6th ed. New York: McGraw-Hill, 2001. SIQUEIRA, M.E.P.B. e MOREAU, R.L.M. Toxicologia Analítica. Rio de Janeiro: Guanabara, 2008. OLSON, K. R. Manual de toxicologia clínica. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. LOPES, A.C. Fundamentos de toxicologia clínica. São Paulo: Artmed, 2006.
<b>Bibliografia aberta</b>	<a href="http://www.scielo.br">http://www.scielo.br</a> - Scientific Electronic Library On Line. <a href="http://www.periodicos.capes.gov.br">http://www.periodicos.capes.gov.br</a> - Portal capes periódicos. <a href="http://www.datasus.gov.br">http://www.datasus.gov.br</a> - Departamento de Informação e Informática do SUS. <a href="http://www.saude.gov.br">http://www.saude.gov.br</a> - Ministério da Saúde. <a href="http://www.anvisa.gov">http://www.anvisa.gov</a> - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
<b>SUPERVISÃO DE PRODUÇÃO: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Supervisão e Administração da Produção. Modelos e técnicas de planejamento da produção, de programação da produção e do controle da produção.
<b>Bibliografia básica</b>	MOREIRA, D.A. Administração da Produção e Operações. 2ª Ed. Cengage Learning, 2009. RITZMAN, L.P.; KRAJEWSKI, L.J. Administração da produção e operações. São Paulo, 2004. DAVIS, M.M.; ANQUILANO, N.J.; CHASE, R.B. Fundamentos da Administração da Produção. Artmed/Bookman, 2004.
<b>Bibliografia complementar</b>	SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção. 3ª ed. São Paulo, 2009. GRAY, C.F.; LARSON, E.W. Gerenciamento de projetos. O processo gerencial. 4ª ed. São Paulo, 2009. VALERIANO, D.L. Gerenciamento estratégico e administração por Projetos. São Paulo, 2001. FLEURY, P. F.; WANKE, P. (org.) Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. Planejamento do fluxo de produtos e dos recursos. São Paulo, 2003. MORETTO, L.D. Gerenciamento da Produção para Farmacêuticos. RCN Editora, 2004.
<b>CONTROLE DE QUALIDADE EM LABORATÓRIO CLÍNICO: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Conceitos da gestão e ferramentas da qualidade em laboratórios clínicos. Métodos de monitoramento da qualidade de materiais, equipamentos e procedimentos mais empregados. Processos de automatização de processos laboratoriais. Controle dos processos analíticos. Controle interno e controle externo em laboratório clínico. Noções de acreditação e creditação. Legislação
<b>Bibliografia básica</b>	MOTTA, V.T et al. Gestão da Qualidade no laboratório Clínico. 2ª ed. Editora Missau, 2001. RDC 302, de 13 de outubro de 2005. Norma Técnica (NBR) 14500 – Gestão da Qualidade em Laboratório Clínico
<b>Bibliografia complementar</b>	BURTIS, C.A.; ASHWOOD, E.R. Tietz Fundamentos de química clínica. 4a ed., Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1998 PALADINI, E.P. Gestão de qualidade Teoria e prática. 2a ed., Atlas, 2004. MCPHERSON, R.A.; PINCUS, M.R.; HENRY, J.B. Henry's clinical diagnosis and management by laboratory methods. 22nd ed. Philadelphia: Elsevier Saunders, 2011. xxi, 1543 p. HENRY, J. B. Clinical diagnosis and management by laboratory methods. 19th ed. ou superior, Saunders, 1996. RDC No 11, de 16 de fevereiro de 2012; RDC No 12, de 16 de fevereiro de 2012 Portaria de Consolidação No 4 e No 6 de 28 de setembro de 2017
<b>MICROBIOLOGIA CLÍNICA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Biossegurança. Bacterioscopia. Exames diretos. Processamentos das amostras biológicas no laboratório de microbiologia clínica. Testes de identificação e principais infecções em humanos de: estafilococos, estreptococos, enterococos; enterobactérias; bactérias Gram-negativas não fermentadoras de glicose; micobactérias; espiroquetas; bacilos Gram-positivos; anaeróbios; antibiograma; exames diretos microbiológicos; soroneutralização viral, hemaglutinação e inibição da hemaglutinação, cultura de fungos de micoses superficiais, micoses cutâneas, micoses subcutâneas,

	micoses sistêmicas, micoses oportunistas.
<b>Bibliografia básica</b>	MURRAY, P.R.; ROSENTAL, K.S.; PFALLER, M.A. Microbiologia Médica. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. PELCZAR, M. Microbiologia. vol. 1 e 2., McGraw Hill do Brasil, 1980. TORTORA, Gerard J.; FUNKE, Berdell R.; CASE, Christine L. Microbiologia. 10ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
<b>Bibliografia complementar</b>	BROOKS, G.F. Jawetz, Melnick & Adelberg: Microbiologia Médica. 21ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000 SANTOS, N.S.O.; ROMANOS, M.T.V.; WIGG, M.D. Introdução à virologia humana. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. SIDRIM, J.J.C.; ROCHA, M.F.G. Micologia Médica à Luz de Autores Contemporâneos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. KONEMAN, E.W. Introduction to diagnostic microbiology. J.B. Lippincott, 1994. HENRY, J. B. Clinical diagnosis and management by laboratory methods. 19th ed. ou superior, Saunders, 1996.
<b>SÍNTESE DE INSUMOS FARMACÊUTICOS E COSMÉTICOS: 90 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Planejamento da síntese de fármacos, estudo teórico e prático da síntese de grupos de medicamentos orgânicos, analisando as possíveis variações estruturais nos compostos, alternativas de processos de síntese, escolha de matérias-primas, purificação dos produtos, segurança nos procedimentos de trabalho, e análise dos insumos necessários aos processos. Prática da obtenção, via síntese orgânica, de insumos farmacêuticos e cosméticos (fármacos e princípios ativos). Métodos sintéticos e analíticos desenvolvidos em laboratório para obtenção e análise de fármacos.
<b>Bibliografia básica</b>	MCMURRY, J. Fundamentals of organic chemistry. 7th ed, Australia:Brooks/Cole : Cengage Learning, 2011. LEDNICER, D. The Chemistry of drug synthesis, New Jersey: Wiley, 2008. MARCH, J.; SMITH, M.B. March's advanced organic chemistry: reactions, mechanisms and structure, 6th ed, New Jersey: Wiley, 2007.
<b>Bibliografia complementar</b>	BARREIRO, E.J.; FRAGA, C.A.M. Química medicinal. Porto Alegre, Artmed, 2001. MENEGATTI, R.; FRAGA, C.A.M.; BARREIRO, E.J. A importância da síntese de fármacos, Cadernos Temáticos de Química Nova na Escola, Nº 3 – Maio 2001. SOLOMONS, G.; FRYHLE, G. Química Orgânica, 7ª ed., LTC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2.001. BORGES, A.D.L.; et al. Síntese de sulfadiazina e sulfadiazina de prata em escala semi-micro: prática experimental de síntese de fármaco.: Quim. Nova, Vol. 28, No. 4, 727-731, 2005. KOROLKOVAS, A.; BURCKHALTER, J.H. Química farmacêutica. Rio De Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
<b>USO DE RADIOISÓTOPOS EM FARMÁCIA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Radioatividade natural e artificial. Tipos de Radiação e interação da radiação com a matéria. Efeitos Biológicos da Radiação. Lei do Decaimento Radioativo. Decaimentos simples e sucessivos. Produção de radioisótopos. Radiofármacos. Radiofarmácia e controle de qualidade em radiofarmácia. Radioimunoensaio.
<b>Bibliografia básica</b>	SAHA, G.B. Fundamentals of Nuclear Pharmacy. Sexta Edição, Springer, 2010. ZIESSMAN, H.A., O´MALLEY, J.P., THRALL J.H., FAHEY, F.H. Medicina Nuclear, 4a Edição, Elsevier, 2014. GARCIA, E.A.C. Biofísica., 2ª Edição, Sarvier, São Paulo, SP. 2002.
<b>Bibliografia complementar</b>	BLAINE, S. Nuclear Pharmacy, 1ª Edição, Pharmaceutical Press, London, 2010 KOWALSKI, R.J., FALEN, S.; KOWALSKY, R. Radiopharmaceuticals in Nuclear Pharmacy and Nuclear Medicine. 2ª Edição, APhA Publications, 2014. Artigos disponíveis no Portal Periódicos da CAPES (acessível em <a href="http://periodicos.capes.gov.br">http://periodicos.capes.gov.br</a> ) HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de física. 9ª ed. Rio de Janeiro: LTC ed. 2012. (v. 1). DEYLOT, Mônica Elizabete Caldeira. Física das radiações fundamentos e construção de imagens. São Paulo Erica 2014 1 recurso online ISBN 9788536520919. CAMARGO, Renato. Radioterapia e medicina nuclear conceitos, instrumentação, protocolos, tipos de

	exames e tratamentos. São Paulo Erica 2015 1 recurso online ISBN 9788536521336.
<b>Bibliografia aberta</b>	Portal Periódicos CAPES: Acessível em: <a href="http://www.periodicos.capes.gov.br">http://www.periodicos.capes.gov.br</a> Table of radionuclides. Acessível em: <a href="https://www-nds.iaea.org/relnsd/vcharthtml/VChartHTML.html">https://www-nds.iaea.org/relnsd/vcharthtml/VChartHTML.html</a>
<b>TÉCNICAS HIFENADAS EM CROMATOGRAFIA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Cromatografia líquida acoplada à espectrometria de massas. Cromatografia a gás acoplada a espectrometria de massas. Cromatografia líquida acoplada à espectrometria de Massas. Aplicações na área Farmacêutica.
<b>Bibliografia básica</b>	HARRIS, D.C. Análise química quantitativa. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC ed., 2005. 876 p. LANÇAS, F.M. Cromatografia em fase gasosa. São Carlos: Acta, 1993. 254 p. BONATO, P.S. (Orgs.). Fundamentos de cromatografia. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006. 453 p.
<b>Bibliografia complementar</b>	Artigos disponíveis no Portal Periódicos da CAPES (acessível em <a href="http://periodicos.capes.gov.br">http://periodicos.capes.gov.br</a> ), nos periódicos: Magnetic Resonance in Chemistry, Journal of Chromatography, Analytical Chemistry, Alalytical Chimica Acta, Rapid Communications in Mass Spectrometry. GONNELLA, N.C. LC-NMR: Expanding the Limits of Structure Elucidation (Chromatographic Science Series), CRC Press, Mar 15, 2013. GROSS, J.H. Mass Spectrometry: A Textbook, 3ª Edição, Springer, Jun 13, 2017. HÜBSCHMANN, J.H. Handbook of GC/MS: Fundamentals and Applications. 2 <sup>nd</sup> Edition, Wiley, 2008. SHALLIKER, A.R. Hyphenated and Alternative Methods of Detection in Chromatography, CRC Press, 2011. SNYDER, Lloyd R.; KIRKLAND, J. J.; DOLAN, John W. Introduction to modern liquid chromatography. 3rd ed. Hoboken, N.J.: Wiley, c2010. 912 p. ISBN 9780470167540.
<b>O PENSAMENTO CIENTÍFICO E OS LIMITES ENTRE CIÊNCIA E PSEUDOCIÊNCIA: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Método Científico. Sistemas de Conhecimento Não Científicos. A Navalha de Occam. Falseabilidade. Medicina Baseada em Evidências. Ciência e Pseudociência.
<b>Bibliografia básica</b>	SAGAN, C. Mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996. 442 p. CHALMERS, A.F. A fabricação da ciência. São Paulo, SP: Ed. Unesp, 1994. 185 p. PRACONTAL, M.A. Impostura Científica em Dez Lições., Editora UNESP, 2004.
<b>Bibliografia complementar</b>	GOLDACRE, B. Ciência Picareta, Editora Civilização Brasileira., 2013. VALIELA, I. Doing science: design, analysis, and communication of scientific research. New York: Oxford University Press, 2001. viii, 294 p. Portal Periódicos CAPES: Acessível em: <a href="http://www.periodicos.capes.gov.br">http://www.periodicos.capes.gov.br</a> CARVALHO, A.M. Aprendendo metodologia científica: uma orientação para os alunos de graduação. 2ª ed. São Paulo, SP: O Nome da Rosa, 2011. 125 p. LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 3ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 1991. 270 p.
<b>FARMÁCIA CLÍNICA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Conhecimento dos procedimentos farmacêuticos ofertados ao indivíduo, à família e à comunidade: ênfase no serviço de imunização, perfuração de lóbulo de orelha, aplicação de injetáveis, aferição de pressão arterial, medida da glicemia capilar, nebulização, pequenos curativos, programa de cessação do tabagismo e perda de peso.
<b>Bibliografia básica</b>	BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade contextualização e arcabouço conceitual. Brasília: Conselho Federal de Farmácia. 2016a, 105p GOODMAN, L. S. As bases farmacológicas da terapêutica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 585, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 set. 2013a. Seção 1, p. 186-188. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 586, de 29 de agosto de 2013. Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2013b. Seção 1, p. 136-138. <a href="https://sbim.org.br">https://sbim.org.br</a>

<b>Bibliografia complementar</b>	BALINT, M. O médico, seu paciente e a doença. Atheneu, Rio de Janeiro, 1998. SIGBAND, N. Effective communication for pharmacists and other health care professionals. Upland, Counterpoint Publications, 1995. CAPRARA, A. A relação paciente-médico: por uma humanização da prática médica. Cadernos de Saúde Pública, 15, 647-54, 1999. FINKEL, R. Guia de dispensação de produtos terapêuticos que não exigem prescrição. Artmed. BEVILACQUA, F. Fisiopatologia clínica. 5ª ed., Rio de Janeiro, Atheneu, 1998.
<b>LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS): 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Libras, Língua oficial e natural da comunidade surda brasileira. Organização e estruturação da Língua de Sinais. Estratégias contextualizadas de comunicação visual. História da Educação de Surdos e principais abordagens educacionais. Legislação brasileira e referências legais no campo da surdez. Aquisição de linguagem, alfabetização, letramento e português como segunda língua para surdos. Estratégias didático-pedagógicas e perfil dos profissionais da área da surdez. Aspectos fisiológicos da surdez. Especificidades socioculturais e identitárias do povo surdo.
<b>Bibliografia básica</b>	CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: EDUSP, 2001. v.1, v.2. FELIPE, Tanya A; MONTEIRO, Myrna S. Libras em contexto: curso básico, livro do estudante. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEESP, 2007. Disponível para download na página: <a href="http://www.scribd.com/doc/95562107/LivroEstudante-2007">www.scribd.com/doc/95562107/LivroEstudante-2007</a> . GESSER, A. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009. QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. QUADROS, R. M. de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP, 2004. ROCHA, Solange Maria da. O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: INES, 2007
<b>Bibliografia complementar</b>	ALBRES, Neiva de Aquino. NEVES, Sylvia Lia Grespan. De sinal em sinal: comunicação em LIBRAS para aperfeiçoamento do ensino dos componentes curriculares. São Paulo: SP, 2008. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995. GOLDFELD, Márcia.: A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed. Plexus Editora, 2002. SKLIAR, C. (org) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. THOMA, A. da S., e LOPES, M.C. (orgs) A Invenção da Surdez: Cultura Alteridade Identidade e Diferença no Campo da Educação. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2004.
<b>CITOLOGIA CLÍNICA E UROANÁLISE: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estudo dos líquidos cavitários, sinovial e cefalorraquidiano. Citologia do trato genital feminino: análise e interpretação de esfregaços cérvico-vaginais e citologia hormonal. Análise do líquido seminal e espermograma. Citologia das excreções e secreções. Uroanálise: análise físico-química e Sedimentoscopia
<b>Bibliografia básica</b>	DI LORENZO, M.S., STRASINGER, S.K. Urinálise e fluidos corporais. São Paulo: Editora Livraria Médica Paulista, 2009. RAVEL, R. Laboratório clínico. 6ª ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. CARVALHO, G. Citologia do Trato genital feminino. 5ª ed, Rio de Janeiro: Revinter, 2009. CONSOLARO, M.E.L., MARIA-ENGLER, S.S. Citologia Clínica Cérvico-vaginal: Texto e Atlas. São Paulo: Roca, 2012. ROBBINS, S.L., KUMAR, V., COTRAM, R.S. Patologia Estrutural e Funcional. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 2005. BIBBO, M.S. Comprehensive Cytopathology. 2ª Ed. Phyladelphia: W.B. Saunders, 1997.
<b>Bibliografia complementar</b>	PEREIRA, O.S., JANINI, J.B.M. Atlas de Morfologia Espermática. São Paulo: Atheneu, 2001. KAMOUN, P. Manual de exames de laboratório 500 exames. São Paulo, Ateheny, 1989. GAMBONI, M., MIZIARA, E.F. Manual De Citopatologia Diagnóstica, 1a ed. Editora Manole,

	<p>2012.</p> <p>SILVA NETO, J.C. Citologia Clínica Do Trato Genital Feminino, Editora Revinter, 2010.</p> <p>ELEUTÉRIO JÚNIOR, J. Noções Básicas de Citologia Ginecológica. São Paulo: Santos Editora, 2003.</p> <p>KÜHNEL, W. Citologia, Histologia e Anatomia Microscópica: Texto e atlas. 11ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.</p> <p>HENRY, J.B. Clinical &amp; diagnosis management by laboratory methods. 18a ed., Philadelphia, EUA: W.B. Saunders Company, 2011.</p> <p>CARVALHO, G. Citologia do Trato genital feminino. 5ª ed, Rio de Janeiro: Revinter, 2009.</p> <p>BENETT, J.C., PLUM, F. CECIL tratado de medicina interna. 20. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. 3647 p. 2 v.</p>
<b>COMPOSIÇÃO QUÍMICA DE ALIMENTOS: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Avaliação crítica de alimentos. Valor nutritivo. Cálculo do valor calórico e protéico de preparações. Uso de tabelas e softwares. Tipos de Alimentos. Alimentos mais utilizados. Alimentos funcionais e enriquecidos, Biodisponibilidade de nutrientes.
<b>Bibliografia básica</b>	IBGE/ENDEF. Tabela de Composição Química dos Alimentos. Rio de Janeiro, 1981. FRANCO, G. Tabela de Composição Química dos Alimentos. 9. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1992. BENZECRY, E. H., PINHEIRO, A. B. V., LACERDA, E. M. A., GOMES, M. C. S., COSTA, V. M. Tabela para Avaliação de Consumo Alimentar em Medidas Caseiras, 2004
<b>Bibliografia complementar</b>	FRANCO, G. & CHALOUB, S.R. Valores Calóricos e Propriedades Gerais dos Alimentos. 3. ed. Rio de Janeiro, 1992. MAHAN, L. k.; ARLIN, M. T.; KRAUSE Nutrição e Dietoterapia. McGraw - Hill Interamericana. 9. ed., 1998. BOBBIO, F. O.; BOBBIO, P. A. Introdução à Química de Alimentos Editora Varela. 3. ed., 2003. SOUZA, C. J., PEREIRA, C. A. S., REZENDE, F. A. C., TUCCORI, L. P. Informações Nutricionais de Produtos Industrializados. Editora UFV, 2003. EVANGELISTA, JOSÉ. Alimentos: um estudo abrangente. São Paulo: Atheneu, 2002. BOBBIO, P. A.; BOBBIO, F. O. Química do processamento de alimentos. 3. ed. São Paulo: Varela, 2001. FENNEMA, O. R. Química de los alimentos. 2. ed. Zaragoza, España: Acribia., 2000. JEAN-CLAUDE, F., et al. Repertório geral dos alimentos: tabela de composição. São Paulo, 1999. PENTEADO, M. V. C. Vitaminas: aspectos nutricionais, bioquímicos, clínicos e analíticos São Paulo: Manole, 2003. SALINAS, R. D. Alimentos e Nutrição Introdução à Bromatologia, 2002.
<b>TERAPIA NUTRICIONAL: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Terapia Nutricional. Equipe multidisciplinar e regulamento técnico da SVS. Terapia Nutricional Enteral. Terapia Nutricional Parenteral. Terapia Nutricional em doenças específicas. Terapia Nutricional em pediatria.
<b>Bibliografia básica</b>	Resolução RDC nº63, de 06 de julho de 2000. Aprova o regulamento técnico para fixar os requisitos mínimos exigidos para a Terapia de Nutrição Enteral. D.O.U. – Diário Oficial da União; Poder Executivo, de 07 de julho de 2000. ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RIELLA, M.C. Suporte Nutricional Parenteral e Enteral. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1993, 302p. SANTOS, A.F.L. Guia prático: dietas enterais. São Paulo, Ed Atheneu, 2006, 117p. ISBN- 8573797908 SILVA, S.M.C.S. & MURA, J. P. Tratado de alimentação, nutrição & dietoterapia. São Paulo: Rocca, 2007. 1122p. SOBOTKA, L. Bases da nutrição clínica. Ed. Rubio, 2008. WAITZBERG, D. L. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2002. v. 1 e 2. WAITZBERG, D. L. & DIAS, M.C.G. Guia Básico de Terapia Nutricional. 2ª edição, 215p., 2007. ISBN – 978857379916.

<b>Bibliografia complementar</b>	CAMPOS, A.C.L. Tratado de Nutrição e Metabolismo Em Cirurgia. Ed Atheneu, 2013. WAITZBERG, D.L.; CARDENA, T.C. Manual de Terapia Nutricional em Oncologia do ICESP. Ed Atheneu, 2011. MAHAN, L.K.; ESCOTT-STUMP S. KRAUSE: Alimentos, nutrição e dietoterapia. 11a ed. São Paulo: Roca, 2005. 1280p.
	MONTEIRO & CAMELO Jr. Nutrição e Metabolismo – Caminhos da Nutrição e Terapia Nutricional. Ed. Guanabara Koogan, 2007. ISBN: 8527712512. SHILLS, M. E.; OLSON, J.A.; SHIKE, M. ROSS, A..C. Tratado de nutrição moderna na saúde e na doença. 9.ed. São Paulo: Manole, 2003. v. 1e 2. Sites de interesse em terapia nutricional. Artigos relacionados ao programa analítico que serão sugeridos no decorrer da Unidade Curricular.
<b>SEMILOGIA FARMACÊUTICA AVANÇADA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Compreender o conceito de semiologia; Compreender o objetivo da semiologia no contexto do cuidado farmacêutico; Entender a importância das habilidades de comunicação entre farmacêutico e paciente e farmacêutico e outros profissionais de saúde; Desenvolver habilidades de semiologia e comunicação farmacêutica, Compreender as etapas do processo semiológico.
<b>Bibliografia básica</b>	CORRER CJ, OTUKI MF. A prática farmacêutica na farmácia comunitária. Porto Alegre: Artmed, 2013. 442p. SOARES, L. [org] et al. Atuação clínica do farmacêutico. Florianópolis: EdUFSC, 2016. 353 p. Assistência Farmacêutica no Brasil: Política, Gestão e Clínica; volume 5) Disponível em: <a href="https://unasus.ufsc.br/gestaofarmaceutica/2016/11/30/colecao-de-livros-%E2%80%9Cassistentiafarmaceutica-nobrasil-politica-gestao-e-clinica%E2%80%9D/">https://unasus.ufsc.br/gestaofarmaceutica/2016/11/30/colecao-de-livros-%E2%80%9Cassistentiafarmaceutica-nobrasil-politica-gestao-e-clinica%E2%80%9D/</a> CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Apostila: Prescrição farmacêutica no manejo de problemas de saúde autolimitados: Farmacêutico na atenção à Saúde. Thais Teles de Souza ... [et al.]. – Brasília: 2015.
<b>Bibliografia complementar</b>	BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 585, de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 set. 2013a. Seção 1, p. 186-188. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 586, de 29 de agosto de 2013. Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2013b. Seção 1, p. 136-138. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade contextualização e arcabouço conceitual. Brasília: Conselho Federal de Farmácia. 2016a, 105p. PORTO, C. C. Semiologia médica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. 1308 p. PORTO, C. C. Semiologia Médica. 8 Edição, Guanabara Koogan, 2019, 1360p.
<b>Bibliografia aberta</b>	CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA . Referenciais Mínimos Para o credenciamento de Cursos Livres em atuação clínica do farmacêutico (farmácia clínica/cuidado farmacêutico). 2016b. Disponível em: < <a href="http://www.cff.org.br/userfiles/REFERENCIAIS%20M%C3%8DNIMOS.pdf">http://www.cff.org.br/userfiles/REFERENCIAIS%20M%C3%8DNIMOS.pdf</a> . Acesso em 12 dez 2019. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Matriz de competências para a formação do farmacêutico na área de farmácia clínica. Brasília: Conselho Federal de Farmácia. 2016a, 105p.
<b>FARMÁCIA CLÍNICA HOSPITALAR: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Abordagem referente à construção da Farmácia Clínica, bem como seus conceitos. Serviços farmacêuticos em âmbito hospitalar, suas interfaces com a equipe multiprofissional e com a rede de atenção à saúde. Análise de estudos científicos, artigos de revisão e interpretação de casos clínicos inseridos na filosofia de atuação do farmacêutico clínico.



<b>Bibliografia básica</b>	BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade contextualização e arcabouço conceitual. Brasília: Conselho Federal de Farmácia. 2016a, 105p. GOODMAN, L. S. As bases farmacológicas da terapêutica. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. ANDRADE, R.A., COSTA, J.M. Cuidado Farmacêutico na Residência Multiprofissional em Saúde do Idoso. 1º Edição. Novas Edições Acadêmicas, 2018.
<b>Bibliografia complementar</b>	SOARES, L. [org] et al. Atuação clínica do farmacêutico. Florianópolis: EdUFSC, 2016. 353 p. (Assistência Farmacêutica no Brasil: Política, Gestão e Clínica; volume 5) Disponível em: <a href="https://unarus.ufsc.br/gestaofarmaceutica/2016/11/30/colecao-de-livros%E2%80%9Cassistenciafarmaceutica-nobrasil-politica-gestao-e-clinica%E2%80%9D/">https://unarus.ufsc.br/gestaofarmaceutica/2016/11/30/colecao-de-livros%E2%80%9Cassistenciafarmaceutica-nobrasil-politica-gestao-e-clinica%E2%80%9D/</a> STORPIRTIS S, MORI ALPM, YOCHIY A, RIBEIRO E, PORTA V. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Matriz de competências para a formação do farmacêutico na área de farmácia clínica. Brasília: Conselho Federal de Farmácia. 2016a, 105p. GHELIER, F. V. Manual de Farmácia Clínica Hospitalar. 2 edição. EdiPUCRS, 2015, 257p. BORGES-FILHO, W. M. Guia Prático do Farmacêutico Hospitalar. 1 Edição. Editora Atheneu, 2019, 428p. CARVALHO, D. C. Manual de Farmácia clínica e cuidado ao paciente. 1 Edição, Atheneu, 2017, 379p.
<b>Bibliografia aberta</b>	CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA . Referenciais Mínimos Para o credenciamento de Cursos Livres em atuação clínica do farmacêutico (farmácia clínica/cuidado farmacêutico). 2016b. Disponível em: < <a href="http://www.cff.org.br/userfiles/REFERENCIAIS%20M%C3%8DNIMOS.pdf">http://www.cff.org.br/userfiles/REFERENCIAIS%20M%C3%8DNIMOS.pdf</a> .
<b>ETNOBOTÂNICA DE PLANTAS MEDICINAIS: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Histórico do uso de plantas medicinais no mundo e no Brasil. Etnobotânica. Etnofarmacologia. Importância dos estudos com plantas medicinais. Uso racional das plantas medicinais. Principais plantas medicinais nativas e cultivadas em Diamantina (MG) e região: seu uso no passado (descrito por naturalistas europeus no século XIX que estiveram no Brasil) e seu uso atual e necessidade de estudos.
<b>Bibliografia básica</b>	AMRITPAL SINGH. Herbalism, phytochemistry and ethnopharmacology. Enfield, N.H.: Science Publishers, c2011. x, 430 p. BRANDÃO, Maria das Graças Lins. Plantas úteis de Minas Gerais: na obra dos naturalistas. Belo Horizonte, MG: Código, 2010. 120 p. DI STASI, Luiz Cláudio ((org.)). Plantas medicinais: arte e ciência. Um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo, SP: Unesp, 1996. 230 p. DIAMANTINA PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE. Plantas medicinais de Diamantina. Diamantina, MG: SEEMG, 2001. 24 p. SAINT-HILAIRE, Auguste de; BRANDÃO, Maria das Graças Lins; PIGNAL, Marc. Plantas usuais dos Brasileiros. Belo Horizonte, MG: Código e comunicação, 2009. 392 p.

<b>Bibliografia complementar</b>	<p>GOULART, Eugênio Marcos Andrade. Viagens do naturalista Saint-Hilaire por toda província de Minas Gerais = Voyages du naturariste Saint-Hilaire dans la province de Minas Gerais. 1. ed. Ouro Preto: Graphar, 2013. 178 p.</p> <p>LORENZI, Harri; MATOS, Francisco José de Abreu. Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas. São Paulo, SP: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2002. 511 p.</p> <p>SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822. São Paulo, SP: Itatiaia, 1974. 125 p.</p> <p>SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem às nascentes do rio são francisco. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 2004. 190 p.</p> <p>SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 2004. 233 p.</p> <p>SIMÕES, C.M.O.; SCHENKERL, E.P.; GOSMANN, G.; MELLO, J.C.P.; MENTZ, L.A.; PETRVICK, P.R. (ORGANIZADOES). FARMACOGNOSIA do produto natural ao medicamento. Porto Alegre ArtMed 2017 1 recurso online ISBN 9788582713655.</p> <p>ZANETTI, Naiara do Nascimento Santiago; BRANDÃO, Maria das Graças Lins. Plantas medicinais da Estrada Real. Belo Horizonte, MG: O Lutador 56 p.</p>
<b>Bibliografia aberta</b>	<p>PERIÓDICOS (VIA WWW.PERIODICOS.CAPES.GOV.BR ): Fitoterapia, Phytotherapy Research, Phytochemistry, Fitoterapia, Journal of Ethnopharmacology, Journal Natural Products, Revista</p>
	<p>Brasileira de Farmacognosia, Revista Brasileira de Plantas Medicinais, dentre outros.</p>
<b>FONTES DE PRODUTOS BIOATIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE NOVOS MEDICAMENTOS: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	<p>Métodos de bioprospecção. Legislação brasileira que rege a bioprospecção. Patentes. Produtos naturais como fontes de produtos bioativos: produtos naturais de origem vegetal, marinha, animal, fúngica e bacteriana; técnicas tradicionais e modernas envolvidas na pesquisa de produtos naturais (fitoquímica clássica e fitoquímica moderna, HTS, processos biotecnológicos). Produtos sintéticos e semi-sintéticos como fontes de moléculas bioativas: produtos naturais como protótipos para o desenvolvimento de moléculas bioativas sintéticas e semi-sintéticas; modificação molecular: principais reações</p>
<b>Bibliografia básica</b>	<p>BARREIRO, Eliezer J; FRAGA, Carlos Alberto Manssour. Química medicinal: as bases moleculares da ação dos fármacos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2001. 243 p.</p> <p>BRASIL. Lei nº 10.196, de 14 de fevereiro de 2001 - Altera e acresce dispositivos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, e dá outras providências.</p> <p>BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 - Regulamenta o inciso II do § 1o e o § 4o do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3o e 4o do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências.</p> <p>BRUNO, Alessandra Nejar. Biotecnologia i princípios e métodos. Porto Alegre ArtMed 2014 1 recurso online (Tekne).</p> <p>DEWICK, Paul M. Medicinal natural products: a biosynthetic approach. 3rd ed. Hoboken, N. J.: Wiley, 2008. 539 p.</p> <p>SIMÕES, C.M.O.; SCHENKERL, E.P.; GOSMANN, G.; MELLO, J.C.P.; MENTZ, L.A.; PETRVICK, P.R. (ORGANIZADOES). FARMACOGNOSIA do produto natural ao medicamento. Porto Alegre ArtMed 2017 1 recurso online ISBN 9788582713655.</p>

<b>Bibliografia complementar</b>	KAUFMAN, P.B.; CSEKE, L.J.; WARBER, S.; DUKE, J.A.; BRIELMANN, H.L. Natural products from plants. USA, CRC Press LLC, 1999. PATRICK, G.L. An introduction to Medicinal Chemistry. Oxford, Oxford University Press, 2001 ROBBERS, J.E.; SPEEDIE, M.K.; TYLER, V.E. Farmacognosia Farmacobiocnologia. São Paulo Editorial Premier, 1997. WILLIAMS, D.A.; LEMKE, T.L. Foye's principles of Medicinal Chemistry. 5th ed. Lippincott Williams & Wilkins, 2002.
<b>Bibliografia aberta</b>	PERIÓDICOS (VIA WWW.PERIODICOS.CAPES.GOV.BR ): Fitoterapia, Phytotherapy Research, Phytochemistry, Fitoterapia, Journal of Ethnopharmacology, Journal Natural Products, Tetrahedron, Journal of Chromatography, Journal of Chemical Society, Revista Brasileira de Farmacognosia, Revista Brasileira de Plantas Mediciniais, Química Nova, dentre outros.
<b>FARMACOLOGIA CLÍNICA I: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estudo da aplicação dos conceitos básicos de Farmacologia e sua utilização no tratamento dos diversos sintomas e doenças. Visa o estudo dos fármacos nos processos patológicos e suas implicações clínicas. Nesse curso iremos abordar a causa, patogênese, etiologia e possíveis diagnósticos clínicos e laboratoriais e os tratamentos farmacológicos para diversas patologias, como: Farmacoterapia dos distúrbios cardiovasculares e renais; Farmacoterapia em distúrbios respiratórios; Farmacoterapia dos distúrbios da visão e audição; Farmacoterapia nos distúrbios gastrointestinais; Farmacoterapia dos distúrbios alérgicos e reumatologia e Farmacoterapia dos distúrbios endócrinos e metabolismo.
<b>Bibliografia básica</b>	BRUNTON, L.L.; KNOLLMAN, B.C.; CHABNER, B.A. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 12ª Ed., São Paulo, AMGH editora, 2012. GOLAN, D.E. et al. Princípios de Farmacologia: a base fisiopatológica da farmacoterapia. 3ª Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2014. KATSUNG B.; TREVOR, A. Farmacologia básica e clínica. 13ª Ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2017. Harrison - Longo - Fauci - Kasper - Hauser - Jameson - Loscalzo, Medicina Interna Harrison. 18ª edição. Rio de Janeiro, McGraw-Hill, 2013. 2996 p
<b>Bibliografia complementar</b>	LÜLLMANN, HEINZ; MOHR, KLAUS; HEIN, LUTZ. Farmacologia. 7ª Ed. Porto Alegre, ArtMed, 2017. HACKER, M. BACHMANN, K.; MESSER, W. Farmacologia Princípios e Prática. Guanabara Koogan, 1ª Ed., 2012. RANG, H.P; Rang & Dale: Farmacologia. 8ª. Ed., Elsevier, 2016. FUCHS, F.D; WANNMACHER, L. Farmacologia Clínica e Terapêutica Racional. 5ª Ed., Guanabara Koogan, 2017. BRODY, T. M., MINNEMAN, K. P.; WECKER, L. Farmacologia Humana. Elsevier, 4ª edição, 2006.
<b>FARMACOLOGIA CLÍNICA II: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estudo da aplicação dos conceitos básicos de Farmacologia e sua utilização no tratamento dos diversos sintomas e doenças. Visa o estudo dos fármacos nos processos patológicos e suas implicações clínicas. Nesse curso iremos abordar a causa, patogênese, etiologia e possíveis diagnósticos clínicos e laboratoriais e os tratamentos farmacológicos para diversas doenças, como: Farmacoterapia nos processos inflamatórios e dolorosos; Farmacoterapia nos distúrbios endócrinos e metabólicos (saúde da mulher); Farmacoterapia do Câncer; Farmacoterapia das vias respiratórias; Farmacoterapia dos distúrbios Dermatológicos mais comuns; Farmacoterapia das doenças infecciosas e Farmacoterapia de doenças mentais.

<b>Bibliografia básica</b>	BRUNTON, L.L.; KNOLLMAN, B.C.; CHABNER, B.A. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 12ª Ed., São Paulo, AMGH editora, 2012. GOLAN, D.E. et al. Princípios de Farmacologia: a base fisiopatológica da farmacoterapia. 3ª Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2014. KATSUNG B.; TREVOR, A. Farmacologia básica e clínica. 13ª Ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2017. Harrison - Longo - Fauci - Kasper - Hauser - Jameson - Loscalzo, Medicina Interna Harrison. 18ª edição. Rio de Janeiro, McGraw-Hill, 2013. 2996 p.
<b>Bibliografia complementar</b>	LÜLLMANN, HEINZ; MOHR, KLAUS; HEIN, LUTZ. Farmacologia. 7ª Ed. Porto Alegre, ArtMed, 2017. HACKER, M. BACHMANN, K.; MESSER, W. Farmacologia Princípios e Prática. Guanabara Koogan, 1ª Ed., 2012. RANG, H.P; Rang & Dale: Farmacologia. 8ª. Ed., Elsevier, 2016. FUCHS, F.D; WANNMACHER, L. Farmacologia Clínica e Terapêutica Racional. 5ª Ed., Guanabara Koogan, 2017. BRODY, T. M., MINNEMAN, K. P.; WECKER, L. Farmacologia Humana. Elsevier, 4ª edição, 2006.
<b>FARMÁCIA E SOCIEDADE I: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Trabalho multidisciplinar na comunidade. Ações de extensão para atuação do farmacêutico na atenção em saúde da comunidade. Implementação de ação extensionista, com projetos de intervenção do farmacêutico.
<b>Bibliografia básica</b>	CALGARO NETO, Silvio. Extensão e universidade: a construção de transições paradigmáticas por meio de realidades sociais. Curitiba: Appris, 2016.
	FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v.7). Disponível em: <a href="https://www.ufrgs.br/proext/wpcontent/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf">https://www.ufrgs.br/proext/wpcontent/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf</a> . Acesso em: 06 jul. 2018. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007. 112 p. (Coleção Extensão Universitária; v.6). Disponível em: <a href="https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relatorio_Final_IBEU.pdf">https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relatorio_Final_IBEU.pdf</a>
<b>Bibliografia complementar</b>	FORPROEX. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Coleção Extensão Universitária, v. 4, 2006. Disponível em: Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira. Belo Horizonte: FORPROEX/ CPAE; PROEX/UFMG, 2013 (Coleção Extensão Universitária; v.8). Disponível em: <a href="https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avaliacao_da_extensao_livro_8.pdf">https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avaliacao_da_extensao_livro_8.pdf</a> FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. IMPERATORE, Simone L. B.; PEDDE, Valdir; IMPERATORE, Jorge L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. In: Anais do XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Mar del Plata, Argentina, dez. 2015. Disponível em: PROEX (UNESP). Revistas de Extensão. Disponível em: <a href="https://www2.unesp.br/portal#!/proex/revistas-extensao/">https://www2.unesp.br/portal#!/proex/revistas-extensao/</a>
<b>FARMÁCIA E SOCIEDADE II: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Trabalho multidisciplinar na comunidade. Ações de extensão para atuação do farmacêutico na atenção em saúde da comunidade. Implementação de ação extensionista, com projetos de intervenção do farmacêutico.

<b>Bibliografia básica</b>	CALGARO NETO, Silvio. Extensão e universidade: a construção de transições paradigmáticas por meio de realidades sociais. Curitiba: Appris, 2016. FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v.7). Disponível em: <a href="https://www.ufrgs.br/prorext/wpcontent/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf">https://www.ufrgs.br/prorext/wpcontent/uploads/2015/10/PNE_07.11.2012.pdf</a> . Acesso em: 06 jul. 2018. Extensão Universitária: Organização e Sistematização. Belo Horizonte: COOPMED, 2007. 112 p. (Coleção Extensão Universitária; v.6). Disponível em: <a href="https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relatorio_Final_IBEU.pdf">https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relatorio_Final_IBEU.pdf</a>
<b>Bibliografia complementar</b>	FORPROEX. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Coleção Extensão Universitária, v. 4, 2006. Disponível em: Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira. Belo Horizonte: FORPROEX/ CPAE; PROEX/UFMG, 2013 (Coleção Extensão Universitária; v.8). Disponível em: <a href="https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avaliacao_da_extensao-_livro_8.pdf">https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avaliacao_da_extensao-_livro_8.pdf</a> FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. IMPERATORE, Simone L. B.; PEDDE, Valdir; IMPERATORE, Jorge L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. In: Anais do XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária. Mar del Plata, Argentina, dez. 2015. Disponível em: PROEX (UNESP). Revistas de Extensão. Disponível em: <a href="https://www2.unesp.br/portal#!/proex/revistas-extensao">https://www2.unesp.br/portal#!/proex/revistas-extensao</a> .
<b>CONTROLE DE QUALIDADE DE FÁRMACOS POR MÉTODOS ELETROQUÍMICOS: 60 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Potenciometria, Voltametria cíclica e de varredura linear; Técnicas de pulso de potencial (pulso normal, pulso diferencial e onda quadrada); Voltametrias de redissolução, Detecção amperométrica acoplada a sistema de análises por injeção em fluxo (FIA) e por injeção em batelada (BIA).
<b>Bibliografia básica</b>	A. J. Bard e C. P. Falkmer. Electrochemical Methods. John Wiley, NY, 1980. A. M. O. Brett e C. M. A. Brett. Eletroquímica – Princípios, Métodos e Aplicações. Richard G Compton, Craig E Banks, Understanding Voltammetry, 2a ed, Imperial College Press, London, 2011.
<b>Bibliografia complementar</b>	Wang, J. "Electroanalytical Techniques in Clinical Chemistry and Laboratory Medicine", VCH, NY, 1988. Skoog, D. A.; Leary, J. J., Princípios de Análise Instrumental, 5a ed., Artmed Editora S.A. Porto Alegre, 2002. Fritz Scholz, Electroanalytical Methods: Guide To Experiments And Applications, 2a ed, Springer, 2010 VARMA, R.; J. R. SELMAN, Techniques for Characterization of Electrodes and Electrochemical Process, Ed. John Wiley & Sons, 1991. J. Wang, Analytical Electrochemistry, 2a ed, Wiley-VCH; NY, 2000.
<b>Bibliografia aberta</b>	Artigos publicados e com acesso livre pelos sistemas de periódicos.
<b>FUNDAMENTOS DE IMUNO-HEMATOLOGIA ERITROCITÁRIA E PRÁTICA TRANSFUSIONAL: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Introdução ao estudo da imuno-hematologia. Proporcionar conhecimentos básicos e essenciais para a cobases imuno-hematológicas e principais testes e patologias associadas. Estudar as práticas transfusionais e legislação atual aplicada a esta.

<b>Bibliografia básica</b>	<p>BAIN, B.J. Células Sanguíneas Um guia prático. 4ª Ed. Porto Alegre, Editora Artmed. LORENZI, Therezinha Ferreira. Atlas hematologia. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2005 1 recurso online ISBN 978-85-277-1997-1.</p> <p>CASTILHO, L., JUNIOR, J.P., REID, M.E. Fundamentos de imuno-hematologia. 1ª edição. São Paulo, Editora Atheneu, 2015.</p> <p>BAIN, Barbara J. Células sanguíneas um guia prático. 5. Porto Alegre ArtMed 2016 1 recurso online ISBN 9788582713310.</p> <p>HOFFBRAND, A. Victor. Fundamentos em hematologia de Hoffbrand. 7. Porto Alegre ArtMed 2017 1 recurso online ISBN 9788582714515.</p> <p>MARTY, Elizângela. Hematologia laboratorial. São Paulo Erica 2015 1 recurso online ISBN 9788536520995.</p> <p>HEMATOLOGIA laboratorial teoria e procedimentos. Porto Alegre ArtMed 2015 1 recurso online ISBN 9788582712603.</p> <p>LORENZI, Therezinha Ferreira. Manual de hematologia. 4. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2006 1 recurso online ISBN 978-85-277-1998-8.</p> <p>OLIVEIRA, Raimundo Antônio. Mielograma e imunofenotipagem por citometria de fluxo em hematologia prática e interpretação. Rio de Janeiro Roca 2015 1 recurso online ISBN 978-85- 277- 2837 9.</p> <p>OLIVEIRA, M.B.S.C., RIBEIRO, F.C., VIZZON, A.G. Conceitos básicos e aplicados em imuno-hematologia. Disponível em: <a href="https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/Material/L226.pdf">https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/Material/L226.pdf</a>.</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>WINSLOW, R.M. Advances in blood substitutes: Industrial oportunities and Medical Challenges (Advances in Blood Substitutes, vol 3). Birkhauser, 1997.</p> <p>RAVEL, R. Laboratório clínico. 6ª ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998</p> <p>GIRELLO, A.L., KUHN, T.I.B.B. Fundamentos da imuno-hematologia eritrocitária. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2007.</p> <p>LORENZI, T.F. Manual de hematologia Propedêutica e clínica. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan, 2006.</p> <p>ZAGO, M.A.; FALCÃO, R.P.; PASQUINI, R. Hematologia. Fundamentos e prática. 1ª ed. revista e ampliada, São Paulo: Atheneu, 2005.</p>
<b>BIOATIVOS FARMACÊUTICOS: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Estudo de bioativos com atividade farmacológica. Aspectos históricos. Aspectos químicos e físico-químicos. Estabilidade química. Aspectos farmacológicos, toxicológicos e de indicação terapêutica.
<b>Bibliografia básica</b>	<p>ATKINS, P. W.; JONES, Loretta. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2012. xxii, F104, 922 p. ISBN 9788540700383.</p> <p>BRUNTON, L.L.; KNOLLMAN, B.C.; CHABNER, B.A. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman &amp; Gilman. 12ª Ed., São Paulo, AMGH editora, 2012.</p> <p>CHANG, Raymond. Química geral: conceitos essenciais. 4. ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2010. xx, 778 p. ISBN 9788563308047</p> <p>GOLAN, D.E. et al. Princípios de Farmacologia: a base fisiopatológica da farmacoterapia. 3ª Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2014.</p> <p>SOLOMONS, T. W.G.; FRYHLE, G. Química Orgânica. V. 1 e 2, 7ª Ed., Rio de Janeiro, LTC, 2000.</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>ATKINS, P.W. Físico-Química Fundamentos. Editora LTC, 2001.</p> <p>FARMACOPEIA BRASILEIRA. 5ª ed. 2010. Disponível em: <a href="http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeias-virtuais">http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeias-virtuais</a>.</p>

	<p>KATSUNG B.; TREVOR, A. Farmacologia básica e clínica. 13ª Ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2017.</p> <p>NETZ, P.A.; ORTEGA, G. G. Fundamentos de físico-química - uma abordagem conceitual para as ciências farmacêuticas. Artmed Editora, 2002.</p> <p>OGA, S.; CAMARGO, M. M. A.; BATISTUZZO, J. A. O. Fundamentos de toxicologia. 3ª ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 677 p</p> <p>REMYINGTON, J.P. Remington: a ciência e a prática da farmácia. 20a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.</p>
<b>Bibliografia aberta</b>	<p>Pubchem: <a href="https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov">https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov</a></p> <p>DrugBank: <a href="https://go.drugbank.com/">https://go.drugbank.com/</a></p> <p>Portal de Assistência Farmacêutica: <a href="http://www.opas.org.br/medicamento">www.opas.org.br/medicamento</a> ANVISA:</p> <p><a href="https://www.gov.br/anvisa/pt-br">https://www.gov.br/anvisa/pt-br</a></p>
<b>DINÂMICA DAS DOENÇAS PARASITÁRIAS: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Fatores que influenciam o aparecimento da doença parasitária causadas por protozoários e o impacto dessas doenças parasitárias na saúde das populações.
<b>Bibliografia básica</b>	<p>Rey, Luís. Parasitologia - Parasitos e Doenças Parasitárias do Homem nos Trópicos Ocidentais 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 888 p. il. color. Inclue CD. ISBN978-85-277-1406-8.</p> <p>REY, Luís. Parasitologia. 4. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2008 1 recurso online ISBN978-85-277-2027-4.</p> <p>FERREIRA, Marcelo Urbano. Parasitologia contemporânea. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2012 1 recurso online ISBN 978-85-277-2194-3.</p> <p>Neves, David Pereira. Parasitologia humana. 13.ed. São Paulo: Atheneu, 2016. 428 p. ISBN85-7379-243-4.</p> <p>Ferreira, Marcelo Urbano; Foronda, Annette Silva; Schumaker, Teresinha Tizu Sato. Fundamentos Biológicos da Parasitologia Humana 11.ed. São Paulo: Manole, 2003. 156p. ISBN: 8520415261</p> <p>Cimerman, Benjamin; Franco, Marco Antonio. Atlas de parasitologia: artrópodes, protozoários e helmintos. São Paulo: Atheneu, 2009. 105 p. : il. color. ( Biblioteca biomédica). Inclui índice. ISBN 8573791578.</p> <p>Neves, D. P.; Bittencourt, N., Batista J. Atlas didático de parasitologia. São Paulo: Atheneu, 2006. 87 p. il.</p>
<b>Bibliografia complementar</b>	<p>COURA, José Rodrigues. Dinâmica das Doenças Infecciosas e Parasitárias, 2ª edição. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2013 1 recurso online ISBN 978-85-277-2275-9.</p> <p>Carrera, Messias. Insetos de interesse médico e veterinário. Curitiba, PR: Editora da UFPR, 1991. 228p. il p. Campus JK. ISBN ISBN 85-85132-57-4.</p> <p>COURA, José Rodrigues. Síntese das doenças infecciosas e parasitárias. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2009 1 recurso online ISBN 978-85-277-1966-7.</p> <p>REY, Luís. Bases da parasitologia médica. 3. Rio de Janeiro Guanabara Koogan 2009 1 recurso online ISBN 978-85-277-2026-7.</p> <p>CARDOSO, Telma Abdalla de Oliveira. Biossegurança, estratégias de gestão, riscos, doenças emergentes e reemergentes. Rio de Janeiro Santos 2012 1 recurso online ISBN 978-85-412-0062-2</p>

<b>Bibliografia aberta</b>	<a href="https://www.ncbi.nlm.nih.gov/">https://www.ncbi.nlm.nih.gov/</a> <a href="http://www.periodicos.capes.gov.br">http://www.periodicos.capes.gov.br</a> <a href="http://www.scielo.br">http://www.scielo.br</a> <a href="http://bvsms.saude.gov.br/">http://bvsms.saude.gov.br/</a> <a href="https://saude.gov.br/">https://saude.gov.br/</a> <a href="https://www.unasus.gov.br/cursos/plataforma_arouca">https://www.unasus.gov.br/cursos/plataforma_arouca</a> <a href="www.infectologia.org.br">www.infectologia.org.br</a> <a href="https://portal.fiocruz.br/">https://portal.fiocruz.br/</a> <a href="https://www.paho.org/">https://www.paho.org/</a> <a href="https://openwho.org/">https://openwho.org/</a> <a href="https://www.youtube.com/">https://www.youtube.com/</a>
<b>ECOSSISTEMA E PREVENÇÃO PRIMÁRIA: 45 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	<p>Principais ecossistemas brasileiros e suas características, história natural das doenças transmitidas por vetores: Tripanossomíase Americana, Malária, Leishmanioses, Esquistossomose, Febre Amarela e Dengue. Doenças tropicais e estratégias para ação e pesquisa em doenças negligenciadas associadas à pobreza. Saneamento Ambiental e Vigilância Ambiental, atenção básica e promoção da saúde, vigilância epidemiológica.</p>
<b>Bibliografia básica</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. AB-SABER, A. N. Ecossistemas do Brasil. 1a Ed. São Paulo: Metalivros, 2006.</li> <li>2. AGUIAR, Z. N.; RIBEIRO, M. C. S. Vigilância e controle das doenças transmissíveis. 2a Ed. São Paulo: Martinari, 2006.</li> <li>3. COURA, J. R. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias, 1a Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.</li> <li>4. FORATTINI, O. P. Ecologia, epidemiologia e sociedade. 1a Ed. São Paulo: Artes Médicas, 2004.</li> <li>5. HUNTER, J.M.; CHU, K.Y.; ADEKOLU-JOHN, E.O.; MOTT, K.E. Parasitic diseases in water resources development: The need for intersectoral negotiation. World Health Organization. Geneva, 1993, 152p.</li> <li>6. JEXEL, F. J.; KATZ, D. L.; ELMORE, J. G. Epidemiologia, bioestatística e medicina preventiva, 2a Ed, São Paulo, Artmed, 1999.</li> <li>7. REY, L. Parasitologia: parasitos e doenças parasitárias do homem nos trópicos. 4a Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.</li> <li>ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e saúde. 6a Ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.</li> </ol>
<b>Bibliografia complementar</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Vigilância ambiental em saúde. Brasília: FUNASA, 2002.</li> <li>2. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. 4. ed. ampl. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.</li> <li>3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Vigilância da Leishmaniose Tegumentar Americana. 2. ed. atual. Brasília : Ministério da Saúde, 2007.</li> <li>4. CARVALHO, J. R. et al. Clássicos em doença de Chagas: história e perspectivas no centenário da descoberta. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2009.</li> <li>5. KROPF, S. P. Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação (1909-1962). Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2009.</li> <li>7. PRÜSS-ÜSTÜN, A.; CORVALÁN, C. Preventing disease through healthy environments. Towards an estimate of the environmental burden of disease. Paris: World Health Organization, 2006.</li> <li>REY, L. Parasitos e doenças parasitárias do homem nas Américas e na África. 4 ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2008.</li> </ol>



<b>FARMACOGENÉTICA: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Farmacogenética/farmacogenômica na medicina de precisão. Variabilidade individual e resposta a fármacos e xenobióticos. Análise genotípica de variantes farmacogenéticas e interpretação fenotípica para ajuste da farmacoterapia. Contextualização da farmacogenética/farmacogenômica. A farmacogenética e a profissão farmacêutica.
<b>Bibliografia básica</b>	STRACHAN, Tom; READ, Andrew. <b>Genética Molecular Humana</b> . [tradução: Alessandra Brochier Marasini ... et al.]; revisão técnica: José Artur Bogo Chies, Sabrina Esteves de Matos Almeida. – 4. ed.] - Porto Alegre: Artmed, 2013. E-book. ISBN 9788565852593. Disponível em: <a href="https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565852593/">https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565852593/</a> . RESENDE, Rodrigo R., organizador. <b>Biotecnologia aplicada à saúde: Fundamentos e Aplicações</b> . São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2016. E-book. ISBN 9788521209683. Disponível em: <a href="https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521209683/">https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521209683/</a> . LIPAY, Monica V N.; BIANCO, Bianca. <b>Biologia Molecular - Métodos e Interpretação</b> . Rio de Janeiro: Grupo GEN, Roca, 2015. E-book. ISBN 978-85-277-2768-6. Disponível em: <a href="https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2768-6/">https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2768-6/</a> .
<b>Bibliografia complementar</b>	SCHAEFER, G B.; THOMPSON, James. <b>Genética Médica</b> . [tradução: Andréia Escosteguy Vargas; revisão técnica: Roberto Giugliani, et al...] - Porto Alegre: Artmed, 2015. E-book. ISBN 9788580554762. Disponível em: <a href="https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580554762/">https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580554762/</a> . BORGES-OSÓRIO, Maria Regina L.; ROBINSON, Wanyce M. <b>Genética Humana</b> . Porto Alegre: Artmed, 2013. E-book. ISBN 9788565852906. Disponível em: <a href="https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565852906/">https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565852906/</a> . GIRARDI, Carolina S.; SUBTIL, Fernanda T.; RANGEL, Juliana O. <b>Biologia molecular</b> . Porto Alegre, SAGAH, 2018. E-book. ISBN 9788595026995. Disponível em: <a href="https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026995/">https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026995/</a> . MENCK, Carlos F M.; SLUYS, Marie-Anne V. <b>Genética molecular básica: dos genes ao genomas</b> . Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2017. E-book. ISBN 9788527732208. Disponível em: <a href="https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527732208/">https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527732208/</a> . KATZUNG, Bertram G.; VANDERAH, Todd W. <b>Farmacologia básica e clínica</b> . Porto Alegre: Artmed, 2023. E-book. ISBN 9786558040194. Disponível em: <a href="https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786558040194/">https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786558040194/</a> .
<b>INTRODUÇÃO AOS MÉTODOS CROMATOGRÁFICOS: 30 HORAS</b>	
<b>Ementa</b>	Ferramentas da química analítica, como erros em análise química e amostragem, padronização e calibração. Introdução às separações analíticas, cromatografia à gás, cromatografia líquida de alta eficiência, métodos cromatográficos.
<b>Bibliografia básica</b>	1. HARRIS, D. C. <i>Análise Química Quantitativa</i> . 7ª Edição, Rio De Janeiro: LTC, 2008. 2. BONATO, P.S.; COLLINS, C.H.; BRAGA, G.L. (Orgs.). <i>Fundamentos de cromatografia</i> . Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2006. 3. SKOOG, WEST, HOLLER, CROUCH, <i>Fundamentos de Química Analítica</i> , Tradução da 8ª Edição norte-americana.

<b>Bibliografia complementar</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. CIOLA, R. Fundamentos da cromatografia a líquido de alto desempenho: HPLC, São Paulo, SP: Edgard Blucher, 1998.</li><li>2. COLLINS, C.H., BRAGA, G.L. E BONATO, P.S. Introdução a Métodos Cromatográficos. 4ª Ed., Editora da Unicamp, Campinas, 1990.</li><li>3. EWING, G. W. Métodos instrumentais de análise química. São Paulo: Blucher, 1972.</li><li>4. NIEMAN, T.A. SKOOG, D.A. HOLLER, F. J. Princípios de análise instrumental. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.</li><li>5. SNYDER, L.R., KIRKLAND, J. J., DOLAN, J.W. Introduction to modern liquid chromatography. 3rd ed. Hoboken, N.J.: Wiley, 2010.</li></ol>
----------------------------------	--

#### 10.4. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O objetivo dos estágios é proporcionar ao estudante a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional de rotina, possibilitando-lhe vivenciar um ambiente de trabalho e adquirir uma visão crítica de sua área de atuação profissional.

Segundo a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a Instituição de Ensino Superior, a parte concedente e o discente estagiário, de modo a não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais nos períodos em que estão programadas aulas presenciais. E nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais.

Os Estágios Curriculares Supervisionados são um conjunto de atividades de formação obrigatória, programados e diretamente supervisionados por profissional farmacêutico nas Instituições concedentes, que realiza a orientação e avaliação da condução do estágio, procurando assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas. Os Estágios compreendem uma carga horária total de 960 horas distribuídas em cinco estágios, I, II, III, IV e V, com cargas horárias de 60, 60, 120, 180 e 540 horas, respectivamente. Eles são realizados pelos estudantes na rede de saúde, incluindo as farmácias comunitárias, as farmácias hospitalares, os laboratórios de análises clínicas, as Unidades Básicas de Saúde (UBS), os Centros de Atenção Psicossociais (CAPs) de vários municípios da área de inserção da UFVJM e também, em indústrias farmacêuticas.

A relação de carga horária dos estágios é de 20% da carga horária total do curso de Farmácia (4770 h), atendendo às novas DCNs que apontam que os estágios devem apresentar carga horária de, pelo menos, 20% da carga horária total do curso. Além disso, os estágios curriculares devem ser desenvolvidos conforme os percentuais estabelecidos abaixo, em cenários de prática relacionados, considerando a carga horária mínima exigida (Figura 10). O Estágio Curricular Supervisionado deverá ser realizado a partir do 3º período do curso. O 10º período é reservado totalmente para a realização do estágio.

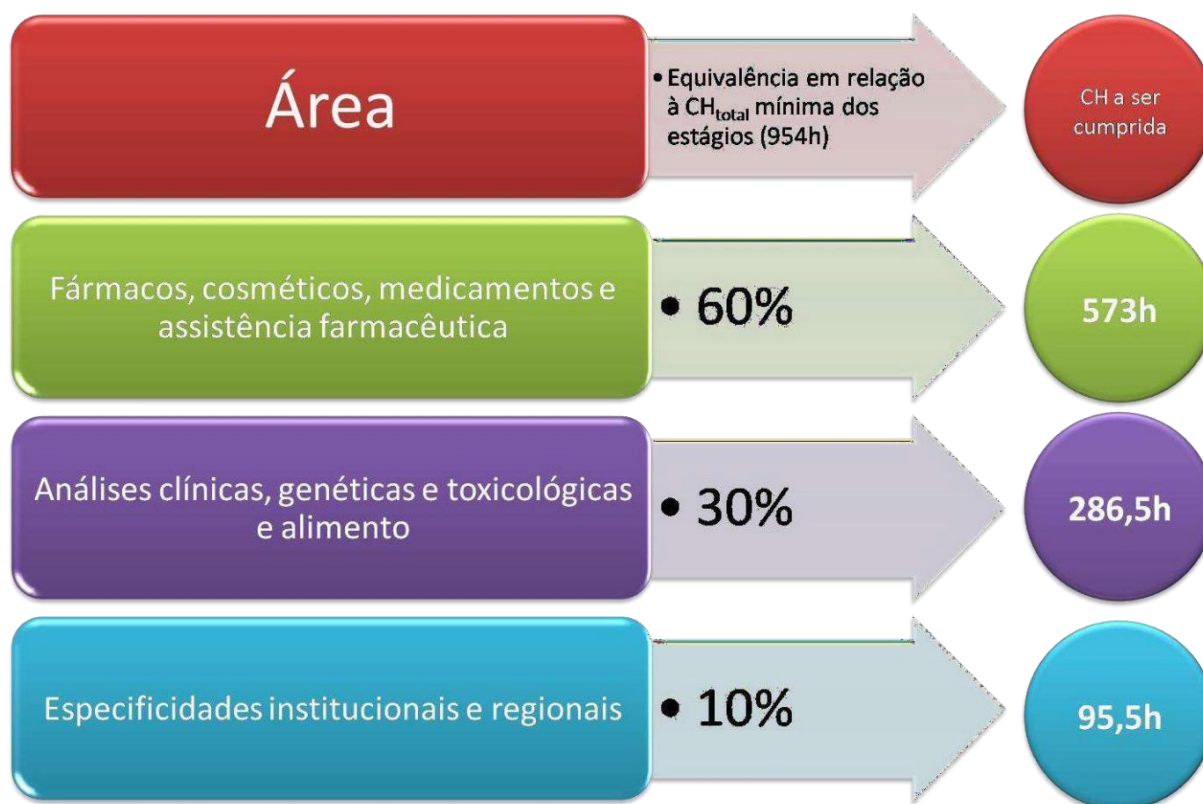


Figura 10. Descrição da carga horária mínima de estágio a ser cumprida em cada uma das áreas em que se baseiam o Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Farmácia da UFVJM.

Em reuniões estabelecidas com os gestores municipais e com os egressos do curso de Farmácia, as principais demandas apresentadas para a região foi a formação de profissionais no campo de atuação de drogarias e no contexto do SUS, de forma que o curso de Farmácia entende ser estas as especificidades do curso e que também integram o eixo I (Fármacos, cosméticos, medicamentos e assistência farmacêutica). Considerando que o eixo II (Análises clínicas, toxicológicas, genéticas e alimento) está contemplado nos Estágios III e IV, o eixo I está distribuído na carga horária dos Estágios I, II e V. O SUS é cenário de prática obrigatório, com vivência nos diferentes níveis de complexidade do sistema de saúde e ênfase na atenção básica. O Estágio V é direcionado para áreas/campos de estágio que apresentam como condicional uma carga horária sequencial mais extensa, como determinados hospitais e as indústrias farmacêuticas, por exemplo.

Nesse sentido, os estágios serão distribuídos na seguinte ordem (Figura 11):

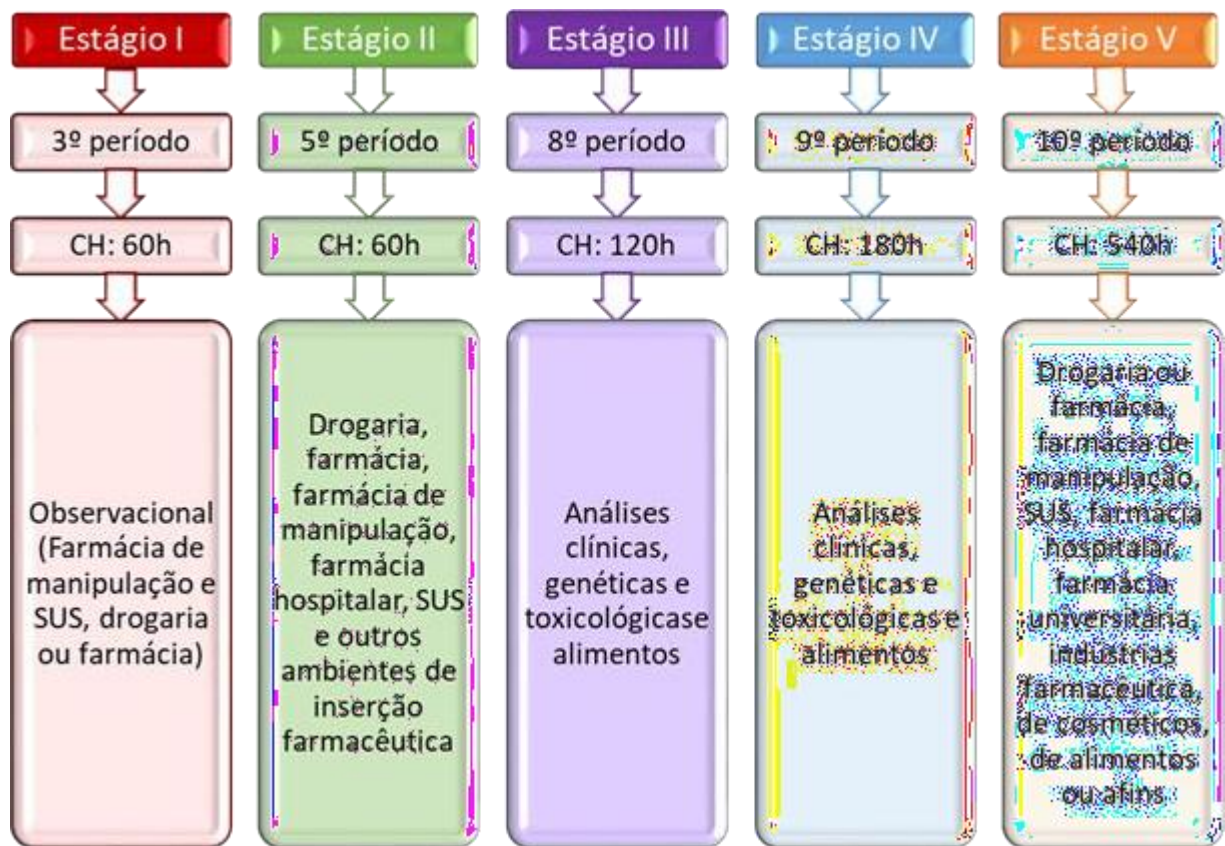


Figura 11. Distribuição dos Estágios Curriculares Supervisionados ao longo do curso de graduação em Farmácia da UFVJM, com respectivas cargas horárias e cenários de prática.

A Resolução CONSEPE nº 17, de 24 de agosto de 2016, é baseada na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, cujo art. 8º dispõe que “é facultado às instituições de ensino celebrar com entes públicos e privados convênio de concessão de estágio”. Entretanto, mais recentemente, foi celebrado convênio com a Superintendência Regional de Saúde de Diamantina, que atua nas áreas de vigilância epidemiológica, política de atenção farmacêutica, vigilância sanitária entre outras. Docentes do curso de graduação em Farmácia da UFVJM também têm participado de diversas Comissões de Estágios da UFVJM junto com a Rede de Saúde de Diamantina, que funcionam como uma instância de interlocução permanente entre os cursos da área da Saúde da UFVJM e a Secretaria Municipal de Saúde e que tem como objetivo estabelecer um Contrato Organizativo da Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES) para organizar os campos de estágio na rede de saúde de Diamantina e seus distritos como cenários de prática para os estudantes dos cursos da área da Saúde da UFVJM. Além disso, há vários outros convênios com empresas, hospitais e municípios que foram estabelecidos com a UFVJM e que também representam campo de estágio para os estudantes do curso de Farmácia

da UFVJM (Anexo X).

Os estágios são coordenados por dois professores Farmacêuticos do curso, que ficam responsáveis por cada estágio. Assim, esses professores encarregam-se da verificação, revisão e assinatura da documentação (Plano de Estágio – Anexo XI; e Termo de Compromisso de Estágio – Anexo XII), e pela realização da avaliação final. A avaliação final do estágio é composta pela entrega do relatório (Anexos XIII e XIV), pela apresentação oral do referido estágio e pela avaliação do supervisor direto da Instituição concedente do estágio (Anexo XV).

O Estágio Curricular Supervisionado do curso de graduação em Farmácia é realizado pelo discente mediante assinatura do Termo de Compromisso de Estágio (obrigatório) e, também, por meio de convênio (Anexo XVI) firmado entre Empresa/Instituição e a UFVJM, quando exigido pela concedente de estágio. Além disso, todo o estágio é acompanhado de um Plano de Estágio elaborado em conjunto pelo supervisor e professores responsáveis, para que os objetivos sejam alcançados e o discente possa aproveitar ao máximo o que o local de estágio possa oferecer.

Segundo a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a Instituição de Ensino Superior, a parte concedente e o discente estagiário, de modo a não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais nos períodos em que estão programadas aulas presenciais. E nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais.

Embora a escolha seja livre, o acadêmico deverá programar a realização dos estágios conforme distribuição de cenário de prática e carga horária para contemplar o estipulado pelas DCNs. Caberá aos coordenadores de estágio e à Coordenação de Curso a orientação e controle das cargas horárias cumpridas em cada cenário de prática pelos acadêmicos. Além disso, cabe ressaltar que, de acordo o Art. 60 do Regulamento dos cursos de graduação da UFVJM (Resolução nº 11/2019-CONSEPE), o discente poderá cursar no máximo 36 (trinta e seis) créditos por período letivo. Contudo, a carga horária dos Estágios Curriculares não será considerada nesse cálculo.

#### 10.5. ATIVIDADES COMPLEMENTARES E AS ATIVIDADES ACADÊMICAS, CIENTÍFICAS E CULTURAIS

São consideradas Atividades Complementares e Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais: a iniciação científica; a iniciação à docência/monitoria; a participação em projetos de extensão; o estágio não obrigatório; a bolsa atividade; o Programa de Educação Tutorial

(PET); o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); o Programa Residência Pedagógica (RP) e demais projetos institucionais; os eventos oficiais de natureza acadêmica, científica ou tecnológica; participação em órgãos colegiados da UFVJM; as atividades desportivas e culturais; a participação em comissões, designada por portaria; a participação em entidades de representação estudantil. O controle das realizadas pelo estudante será feito através de formulário próprio (Anexo XVII). A carga horária máxima computada para cada modalidade de atividade encontra-se no formulário de controle das Atividades Complementares e Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais (Anexo XVIII). A carga horária máxima de AC ou AACC será de 105 h, respeitando o máximo de 3% da carga horária total conforme as DCNs.

O estágio extracurricular será realizado de acordo com as normas vigentes na PROGRAD/UFVJM, mediante assinatura de Termo de Compromisso de Estágio Não Obrigatório (Anexo XIX).

#### 10.6. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório que tem como objetivo a síntese e integração dos conhecimentos e dos conteúdos adquiridos ao longo do curso, visando o exercício da sua atuação profissional. Na avaliação do estudante serão utilizados os seguintes instrumentos: avaliação do TCC e avaliação da defesa oral do TCC, apresentado para uma banca examinadora. Deverá ser realizado ao longo do curso, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional relacionada intimamente com a área farmacêutica, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa. O TCC seguirá as normas estabelecidas pela UFVJM.

### 11. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O Projeto Pedagógico do Curso visa atender as DCNs e deve, em sua essência, projetar o perfil do egresso imerso na realidade da região na qual se encontra a Instituição. Nesse cenário, é importante o acompanhamento rotineiro da evolução do projeto ao longo da sua implantação e, ao final, vislumbrar a formação do egresso de forma ampla, crítica e reflexiva. Dessa forma, o

trabalho do NDE e do Colegiado de Curso deve ser de forma constante, articulada e avaliativa sob os aspectos fundamentais dos objetivos do projeto.

Essa atuação será pautada em uma postura dialógica, participativa e integradora. Será realizada de forma participativa mediante a abertura para propostas e ações por integrantes do curso (docentes, técnicos administrativos e discentes) e por meio de canais de comunicação permanente com todos. O processo será construído em conjunto de forma descentralizada, a partir da participação ativa dos membros do curso, nas áreas que envolvam a sua atuação, com agilidade e dinamismo.

Nesse contexto, alguns instrumentos avaliativos podem auxiliar no processo de avaliação do projeto pedagógico, tais como o acompanhamento dos egressos na inserção no mercado de trabalho e em cursos de pós-graduação. Além disso, o egresso pode ser avaliado através do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade, componente curricular obrigatório nas avaliações dos Cursos Superiores.

Outro instrumento avaliativo institucional é o Instrumento de Avaliação do Ensino - IAE, uma ferramenta disponibilizada pela UFVJM por meio do e-Campus que objetiva a avaliação semestral das atividades de ensino, auxiliando nas tomadas de decisão acerca do andamento do curso, do papel do coordenador, docentes e discentes. Nele, é possível coletar dados referentes à visão do próprio acadêmico e dos docentes sobre vários aspectos pedagógicos e estruturais do curso e da Instituição. Assim, a Coordenação juntamente com o Colegiado de Curso tem, em sua rotina, o acompanhamento semestral dos pontos positivos e negativos em relação à execução das propostas pedagógicas, e assim trabalham estrategicamente para a melhoria do curso. Esse instrumento avaliativo é de fundamental importância para que o corpo docente tenha acesso às devolutivas dos acadêmicos sobre a execução das UCs podendo, assim, fazer uma análise da condução pedagógica, dos instrumentos avaliativos adotados na UC bem como a visão global da UC e sua conexão com a profissão farmacêutica.

A Coordenação do Curso mantém um canal de interlocução aberto com os estudantes através de suas representações acadêmicas e também do atendimento individualizado a fim de discutir questões relativas ao processo formativo do estudante, e atende-los em suas dificuldades ao longo do processo. Adicionalmente, tem sido uma preocupação do Colegiado de Curso a questão da retenção e evasão escolar, e devido a isso, diversas discussões e esforços estão sendo fomentados no sentido de diagnosticar as principais questões relacionadas e propor soluções para minimizá-las. Uma das estratégias utilizadas para tanto é o acompanhamento rotineiro dos indicadores do curso



de graduação em Farmácia, os quais serão melhor discutidos no item 11.1.

A Figura 12 apresenta as estratégias a serem utilizadas para desenvolvimento do processo de avaliação e acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso de Farmácia na UFVJM.



Figura 12. Estratégias para desenvolvimento do processo de avaliação e acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso de Farmácia da UFVJM.

Assim, para que se alcancem os objetivos propostos, os resultados do processo de avaliação e acompanhamento do PPC serão apresentados aos docentes que ministram aulas no curso, independente do órgão de lotação, semestralmente, em reuniões cujos calendários serão previamente definidos pelo Colegiado de Curso. O objetivo é que nestas reuniões sejam discutidos tais resultados, definidas metas e ações para enfrentamento aos problemas identificados, conforme previsto no Plano de Qualificação e Formação Continuada Docente (Anexo III).

A avaliação deverá ser conduzida pelo NDE e aprovada pelo Colegiado de Curso a partir do primeiro semestre de implantação deste projeto até o final do primeiro ciclo (quatro anos), no momento em que deverá passar por atualização. Nesse contexto, a avaliação deverá levantar a coerência interna entre os elementos constituintes do Projeto e a pertinência da estrutura curricular em relação ao perfil desejado e o desempenho social do egresso, para possibilitar que as mudanças

se deem de forma gradual, sistemática e sistêmica. É importante salientar que o PPC deve ser dinâmico assim como os possíveis ajustes ao longo do processo de implantação. As propostas de ajustes durante o processo avaliativo do projeto servirão de base para as possíveis mudanças no próximo ciclo.

## I INDICADORES

Seguindo as diretrizes emanadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o curso de graduação em Farmácia da UFVJM fará o levantamento semestral de indicadores que possibilitem o acompanhamento periódico do desempenho do curso. Para tanto, será estabelecida a série histórica dos últimos cinco anos, bem como as metas para os próximos cinco anos de execução do curso.

Os indicadores a serem acompanhados foram definidos, tendo-se como critérios a:

- objetividade;
- estabilidade;
- relevância;
- confiabilidade;
- disponibilidade;
- simplicidade;
- auditoria.

Tendo como objetivo a promoção da melhoria contínua da qualidade do curso de graduação em Farmácia, foram definidos os indicadores a serem calculados conforme proposta do Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração – Forplad (2015), quais sejam:

1. Índice de discentes matriculados em relação ao número de vagas ofertadas em um ciclo do curso;
2. Índice de ocupação de vagas de ingressantes;

3. Número de ingressantes oriundos de escolas públicas;
4. Número de ingressantes cotistas por etnia;
5. Número de ingressantes cotistas PcD;
6. Índice de conclusão do curso;
7. Índice de evasão do curso;
8. Índice de retenção do curso;
9. Conceito Enade;
10. Índice de UCs que realizaram ações de educação empreendedoras;
11. Índice de utilização de metodologias ativas nas UCs;
12. Índice de utilização de TDICs nas UCs;
13. Índice de participação discente no IAE;
14. Quantitativo de projetos de ensino desenvolvidos pelos docentes vinculados ao curso;
15. Quantitativo de projetos de pesquisa desenvolvidos pelos docentes vinculados ao curso;
16. Quantitativo de projetos de extensão desenvolvidos pelos docentes vinculados ao curso;
17. Quantitativo de projetos submetidos para agências ou outros órgãos de fomento;
18. Quantitativo de discentes do curso de graduação em Farmácia formalmente envolvidos em projetos relacionados a mestrados ou doutorados.

Os indicadores serão calculados semestralmente e apresentados em reunião do corpo docente para discussão e estabelecimento de metas, ações e cronograma de implementação para enfrentamento aos problemas identificados e melhoria da qualidade do curso de graduação em Farmácia.

## 12. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

O processo de ensino-aprendizagem por competências, habilidades e atitudes é considerado como uma forma de contornar as limitações impostas pelo processo de formação de profissionais no ensino tradicional, conteudista. As novas diretrizes curriculares para o curso de Farmácia preveem a reorientação das práticas de ensino, inovação dos recursos didáticos e articulação entre UCs de forma a dotar os estudantes das ferramentas e habilidades para atuar de forma eficaz na sociedade. Para que este objetivo seja alcançado, faz-se necessário modificar também a forma de realizar a avaliação do processo ensino- aprendizagem, que deixa de ter seu foco no conteúdo e passa a se orientar pelas habilidades, competências e atitudes que se pretende desenvolver no estudante. Nesta nova forma de avaliar o processo ensino-aprendizagem, o desafio é modificar o sistema de avaliação para ter como objeto avaliativo não simplesmente o conteúdo, mas sim as competências (MUNHOZ & ARAYA, 2017).

Certamente que a adoção de uma avaliação baseada em competências não é uma tarefa simples, trivial. Entretanto, ela se impõe na medida em que a profissão farmacêutica tem se modificado na última década, de uma profissão orientada em produtos para uma profissão mais centrada na atenção farmacêutica, no paciente. Esta mudança no perfil da profissão farmacêutica foi acompanhada pelo crescente reconhecimento de que a avaliação do processo de formação na área da saúde havia se concentrado em demasia nos aspectos teóricos da formação e menos ênfase havia sido dada à capacidade de atuar em cenários de prática reais. Neste sentido, o trabalho de Miller (MILLER, 1990), teve grande impacto sobre a forma de avaliar a formação de estudantes da área da saúde, pois propõe uma hierarquia de valores a serem progressivamente trabalhados durante o processo formativo e avaliativo, que de forma conjunta levariam à competência em atuar satisfatoriamente em situações reais da prática profissional. Esta mudança de paradigma foi inicialmente implementada nos cursos de medicina, mas em anos recentes foi estendida a todos os cursos da área da saúde e as novas DCNs para o curso de Farmácia incorporam de maneira expressa esta tendência.

Em suas versões mais atuais, a Pirâmide de Miller foi revisada de forma a incorporar um último nível hierárquico, relacionado ao sentimento de pertencimento profissional, um sentido de identidade profissional, o nível hierárquico do “Ser” (CRUESS et al., 2016), como demonstrado na Figura 13 abaixo:



Figura 13. Pirâmide de Miller aplicada à Formação Farmacêutica. Adaptado de Cruess e colaboradores (2016).

De forma a desenvolver progressivamente as habilidades e atitudes delineadas acima, é necessário incorporar ao processo avaliativo a preocupação de escolher os instrumentos avaliativos que melhor possam mensurar e auxiliar este desenvolvimento. É importante destacar que neste contexto o processo avaliativo não pode ser encarado como um fim em si mesmo, com a única função de atribuir uma nota ou conceito final, mas como parte integral do processo ensino-aprendizagem.

Existem muitas estratégias de avaliação que podem ser utilizadas, cada uma com vantagens e desvantagens específicas e, por isso mesmo, úteis em diferentes fases do processo formativo e capazes de mensurar as competências e as habilidades em diferentes níveis hierárquicos pretendidos. A Tabela 8 abaixo mostra, de forma resumida, como os principais instrumentos avaliativos relatados na literatura podem ser úteis em cada nível hierárquico na pirâmide de Miller.

Tabela 8. Exemplo de Mapeamento das estratégias avaliativas à Pirâmide de Miller

Tipo de Avaliação	Nível Hierárquico na Pirâmide de Miller				
	Saber	Saber Como	Demonstrar	Fazer	Ser
Questões de Múltipla escolha	Sim	Parcialmente	Não	Não	Não
Teste de Múltipla escolha estendido (EMQ)	Sim	Parcialmente	Não	Não	Não
Exame escrito (dissertativo)	Sim	Sim	Não	Não	Não
Testes adaptativos por computador (CAT)	Sim	Parcialmente	Não	Não	Não
Prova Oral	Sim	Sim	Parcialmente	Não	Não
Seminários	Sim	Sim	Parcialmente	Não	Não
Cenários de prática simulados	Sim	Sim	Parcialmente	Não	Não
Exame Estruturado de Habilidades Clínicas (OSCE)	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Avaliações de Estágio ( <i>Workplace Based Assessment</i> )	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Portfolio	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Adaptado com modificações de Croft e colaboradores (2019).

Quanto aos objetivos gerais destas modalidades avaliativas, pode-se definir os seguintes:

- **Avaliação Diagnóstica:** visando verificar o conhecimento prévio dos estudantes sobre um dado assunto. Ocorrerá sempre que o professor for introduzir novos conceitos ou considerar necessário podendo utilizar de variadas formas para fazê-la, dentre elas a avaliação formal. Com este tipo de avaliação espera-se evitar a detecção tardia das dificuldades de aprendizagem dos alunos e, ao mesmo tempo, conhecer as aptidões, os interesses e as capacidades e competências enquanto pré-requisitos para futuras ações pedagógicas. Seus resultados podem auxiliar no planejamento das intervenções iniciais e na proposição de procedimentos que levem os alunos a atingir novos patamares de conhecimento.

- **Avaliação Formativa e Processual:** no acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, além da avaliação formal, o professor poderá utilizar de diversas estratégias e métodos para acompanhar os estudantes, tais como: observação, questionário: oral ou escrito, apresentação oral; etc. Estabelece um *feedback* contínuo sobre o andamento do processo e

fornece subsídios para a busca de informações para solução de problemas e dificuldades surgidas durante o trabalho com o aluno. Por acontecer durante o processo de ensino- aprendizagem, a avaliação formativa se caracteriza por possibilitar a proximidade, o conhecimento mútuo e o diálogo entre professor e aluno. Possibilita a melhoria no processo de ensino-aprendizagem mediante a rápida detecção de dificuldades e tomada de decisão a fim de corrigi-las, pois permite o planejamento, o ajuste, o redirecionamento das práticas pedagógicas no intuito de aprimorar as aprendizagens dos alunos.

- **Avaliação Somativa:** ocorrerá ao final de um processo educacional de cada semestre, bimestre ou ciclo. Buscará determinar o grau de domínio de alguns objetivos e competências pré-estabelecidos, propondo-se a fazer um balanço somatório de uma ou várias sequências de um trabalho de formação, obtendo-se informações sintetizadas que se destinam ao registro e à publicação.

A utilização da técnica de *feedback* será estimulada pelo Colegiado de Curso, já que esta se constitui como uma estratégia importante para o processo de ensino-aprendizagem. Ao utilizar essa ferramenta, o docente reforça os pontos positivos alcançados pelo discente no processo de construção do conhecimento e o leva a identificar aqueles pontos que ainda precisam ser aprimorados. Segundo Krackov e Pohl (2011) e também Lombarts e colaboradores (2014), é a confiança construída quem garante que o *feedback* traga benefícios para ambos os atores envolvidos, docentes e discentes, pois assegura a discussão honesta dos pontos fortes e fracos, gerando crescimento e aprimoramento. Porém, segundo Ramani (2016), também é importante que se cuide do local onde o *feedback* será dado, para que se mantenha a privacidade e a abertura necessárias para a utilização da estratégia.

Quanto aos aspectos quantitativos, o rendimento dos alunos precisa obedecer ao regulamento geral dos cursos de graduação (Resolução CONSEPE/UFVJM, número 11, de 11 de abril de 2019), exigindo-se do estudante a frequência às aulas de no mínimo 75% de sua carga horária, independentemente de sua nota na UC. Será aprovado o discente que tiver concomitantemente a frequência mínima exigida e média final das avaliações de pelo menos 60 (sessenta) pontos. Ainda, terá direito a outra avaliação na UC (exame final), o discente que não estiver reprovado por frequência, e que, no conjunto das avaliações ao longo do período letivo, obtiver média final igual ou superior a 40 (quarenta) e inferior a 60 (sessenta) pontos. Será aprovado na UC o discente que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos no exame final.

## 12.1. RECUPERAÇÃO PROCESSUAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9394/1996 recomenda aos estabelecimentos de ensino “prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento” (artigo 12), e aos docentes, que devem “zelar pela aprendizagem dos alunos” (artigo 13), bem como “estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento” (artigo 13). No artigo 24, a lei é taxativa quando afirma que um dos critérios para a verificação do rendimento escolar compreende “a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos”. Visto que avaliação e recuperação constituem-se parte integrante do processo de transmissão e assimilação do conhecimento e, que tem como princípios básicos a análise de aspectos qualitativos, o respeito à diversidade de características, de ritmos de aprendizagem dos estudantes, há necessidade de assegurar condições e práticas que favoreçam a implementação de atividades de recuperação, por meio de ações significativas e diversificadas que atendam a pluralidade das demandas existentes. Sendo assim, a Recuperação Processual será planejada, de acordo com o regulamento dos cursos de graduação da UFVJM, constituindo-se num conjunto integrado ao processo de ensino, além de se adequar às dificuldades dos estudantes. O docente poderá diversificar as formas de avaliação ao elaborar e executar o plano de recuperação processual e paralela, que deverá ser cadastrado no sistema de gestão acadêmica e divulgado para o discente durante a apresentação do plano de ensino de cada UC. No curso de Farmácia, se aplicará aos discentes que, por motivos diversos, não se apropriaram dos conteúdos ministrados pelo docente, que se ausentaram das aulas por doença ou por causas justificáveis e que, pelas características individuais (defasagem, dificuldades), não assimilaram o conhecimento. Cada docente, considerando as especificidades de suas UCs, considerará a aprendizagem do estudante no decorrer do processo. A Recuperação Processual poderá assumir várias formas, como, por exemplo, o atendimento individualizado aos discentes que apresentam dificuldades, o uso de metodologia colaborativa específica, a exemplo do método Trezentos, bem como, com atividades extraclasse e trabalhos, que servirão de reforço para os conteúdos que apresentam defasagem.



## 12.2. APERFEIÇOAMENTO, QUALIFICAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOCENTE

O aperfeiçoamento, qualificação e atualização do corpo docente do curso de Farmácia se dará por meio da execução de um plano baseado em três eixos principais, sendo um relativo ao apoio à formação em nível de doutorado ou pós-doutorado, outro relativo ao apoio para participação em eventos científicos e um terceiro relativo à formação continuada para fiel e integral cumprimento do estabelecido no PPC de Farmácia.

### *12.2.1. Plano de Apoio à Capacitação Docente*

O plano de apoio à capacitação docente do curso de Farmácia é regulamentado pela Unidade Acadêmica e/ou órgãos complementares, tendo como objetivo a qualificação em nível de Doutorado e Pós-Doutorado. Neste plano, a formação em nível de doutoramento é priorizada em relação ao pós-doutoramento. Entretanto, no momento atual do curso de Farmácia, todos os docentes atuantes no curso possuem doutorado.

### *12.2.2. Apoio à Participação Docente em Eventos Técnico-Científicos, Cursos e Estágios na Área de Atuação*

Com o objetivo de apoiar os docentes na participação em eventos técnico-científicos, cursos e estágios na sua área de atuação, o curso de Farmácia disponibilizará informações sobre os eventos e envidará esforços para viabilizar, junto à direção da Unidade Acadêmica, o apoio necessário à participação dos docentes nestes eventos.

### *12.2.3. Capacitação Didático-Pedagógica Integrada ao Monitoramento do Projeto Pedagógico do Curso*

Com foco no fiel e integral cumprimento das diretrizes definidas pelo Projeto Pedagógico e do estabelecido nas DCNs, o curso de Farmácia realizará, sistematicamente, a avaliação e acompanhamento da implementação deste Projeto, atentando-se, inclusive, à forma de condução das UCs e dos conteúdos ministrados, buscando monitorar a qualidade didático-pedagógica e promover, com base nos resultados obtidos, a capacitação docente.

O monitoramento das UCs e dos conteúdos ministrados serão feito por meio do

acompanhamento dos resultados obtidos no Instrumento de Avaliação do Ensino – IAE, instrumento este disponibilizado, semestralmente, pela UFVJM a todos os estudantes dos cursos de graduação. Por meio deste instrumento, os discentes avaliam, dentre outros aspectos, cada uma das UCs em que estão matriculados, bem como os docentes responsáveis por cada uma delas.

A capacitação docente será realizada por meio do desenvolvimento de ações do Programa de Formação Pedagógica Continuada para Docentes – Forped, quando serão executados seminários, cursos, *workshops*, dentre outros, com foco na formação didático-pedagógica dos docentes vinculados ao curso de Farmácia. Essas ações serão propostas pelo curso de Farmácia à Unidade Gestora Acadêmica e desenvolvidos pela parceria Unidade Acadêmica e Pró-Reitoria de Graduação da UFVJM. O Anexo III apresenta o Plano de Qualificação e Formação Continuada Docente com o respectivo cronograma de execução. Além dos temas propostos neste Plano, serão priorizados aqueles identificados como demandas de formação com foco no enfrentamento aos problemas identificados durante o processo de monitoramento das UCs e conteúdos ministrados. Poderão ser inseridos neste Plano, ainda, as propostas de capacitação oriundas de docentes vinculados ao curso, bem como do NDE e do Colegiado de Curso. Entretanto, estas propostas serão tratadas como prioridade 3. Os níveis de prioridade definidos para execução do Plano de Qualificação e Formação Continuada Docente são expressos na Tabela 9.

Tabela 9. Níveis de prioridade para oferta de ações de capacitação no Plano de Qualificação e Formação Continuada Docente.

<b>Prioridade</b>	<b>Tipo de Atividade</b>
1	Atividades emergenciais relativas à implementação do PPC Atividades identificadas como demandas no processo de monitoramento das UCs e da avaliação e acompanhamento do PPC
2	Outras demandas necessárias para a implementação do PPC
3	Atividades de capacitação sugeridas por docentes, NDE ou pelo Colegiado de Curso.

## 13. OUTROS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O PROJETO PEDAGÓGICO

### 13.1. PLANO DE TRANSIÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM FARMÁCIA: 2006-2020

O plano de transição compreende as ações empreendidas entre a implantação da nova matriz curricular e a progressiva eliminação da matriz curricular anterior vigente. Desta forma:

a) O presente Projeto Pedagógico passa a vigorar, obrigatoriamente, para os discentes que ingressarem no curso de graduação em Farmácia da UFVJM a partir do semestre subsequente à sua aprovação pelo Consepe, doravante, PPC-2020.

b) Todos os discentes que ingressaram(em) a partir de 2020/1 cursando ainda o PPC-2006, serão automaticamente migrados para o novo PPC-2020, quando o mesmo começar a vigorar após sua aprovação pelo Consepe, a fim de atender ao recomendado nas novas diretrizes do curso.

c) Os discentes que ingressaram em semestres anteriores e estão vinculados ao Projeto Pedagógico então vigente, doravante, PPC-2006, terão garantida a permanência no seu currículo de origem ou, caso seja de sua preferência, poderão optar por migrar para o currículo PPC-2020 a partir do 2º período até no máximo 5º período, pois a partir do 6º período haverá impacto direto sobre o tempo de integralização devido às novas UCs criadas e outras UCs que foram desmembradas, portanto estes permanecerão no currículo relativo ao PPC-2006.

d) Vale ressaltar que a migração para o currículo PPC-2020, mesmo para os discentes que estão formalmente entre o segundo e o quinto período do currículo PPC-2006 deverá ser objeto de análise individual do histórico do estudante, afim de verificar se a porcentagem de carga horária já integralizada permite ou não a migração sem afetar de forma deletéria o período de integralização no curso.

e) Os casos omissos serão julgados pelo Colegiado do curso de Farmácia.

As UCs criadas (Cenários de Prática I, II, III e IV) começam a ser ofertadas a partir do 2º período e devem ser cursadas gradualmente ao longo do curso. Assim, são necessários pelo menos quatro períodos para concluí-las. Considerando que o 10º período é destinado ao Estágio Curricular Supervisionado de 540 horas (36 créditos), as UCs Cenários de Prática serão cursadas do 6º ao 9º período.

As UCs de Farmacologia I (FAR012, de 6 créditos) e II (FAR014, de 6 créditos)

sofreram uma reformulação relacionada à distribuição de carga horária e conteúdo. No PPC- 2006 as duas UCs totalizavam 180h, no PPC-2020 foram propostas as UCs de Farmacologia I, II e III, com 60h cada, totalizando as mesmas 180h (Tabelas 7 e 8). Porém, no PPC-2020 estão distribuídas em três períodos, 4º, 5º e 6º, respectivamente. Assim, caso o discente deseje migrar para o PPC-2020 e tenha cursado as duas Farmacologias (I e II) do PPC-2006, poderá pedir aproveitamento para Farmacologia I, II e III do PPC-2020. Se ele cursou somente a Farmacologia I do PPC-2006, ele deverá cursar as Farmacologias II e III do PPC- 2020 (Tabelas 10 e 11).

A UC Fundamentos de Citologia, Hematologia e Bioquímica Clínica (FAR017, de 8 créditos e 120h) do PPC-2006 foi desmembrada nas UCs Fundamentos de Bioquímica Clínica e Fundamentos de Hematologia e Citologia Clínica no PPC-2020, cada uma com 60h, permanecendo ambas no 5º período. Assim, o discente que cursar a UC FAR017 do PPC-2006 poderá pedir aproveitamento para as UCs Fundamentos de Bioquímica Clínica e Fundamentos de Hematologia e Citologia Clínica do PPC-2020 (Tabelas 10 e 11).

A UC de Farmacognosia (FAR013) do PPC-2006 foi desmembrada em duas UCs no PPC-2020, cada uma com 60h, que serão agora cursadas no 4º e 5º período. Assim, caso o discente tenha cursado a Farmacognosia FAR013 do PPC-2006, ele poderá pedir aproveitamento para Farmacognosia I e II do PPC-2020 (Tabelas 10 e 11).

A UC de Métodos de Separação e Identificação de Compostos Químicos (FAR025), que foi alocada no 7º período do PPC-2020, era uma UC Eletiva no PPC-2006, assumindo caráter obrigatório no novo PPC. Assim, poucos acadêmicos poderão aproveitar essa UC, podendo impactar em aumento no tempo de integralização.

Além disso, a UC, do PPC-2006, Diagnóstico Laboratorial de Doenças Infectocontagiosas (FAR095), do 6º período, de 120h, foi desmembrada e, foram criadas três UCs (total de 11 créditos) no PPC-2020, que são a Imunologia Aplicada (60h), a Parasitologia Aplicada (60h) e a Microbiologia Aplicada (45h). A reformulação das UCs levou a alteração de conteúdo e inserção de conteúdo prático. Dessa forma, se o discente cursar a UC FAR095 do PPC-2006, ele poderá aproveitar para a Parasitologia Aplicada e a Microbiologia Aplicada. Entretanto, mesmo que o discente tenha cursado essa UC, FAR095, ele ainda deverá cursar a UC de Imunologia Aplicada, que teve seu conteúdo alterado e incluído aulas práticas (Tabelas 10 e 11). Além disso, caso discente migre até o 5º período, ele deverá cursar Imunologia Aplicada (4º período).

A UC Saúde Pública (FAR094, de 6 créditos e 90h) do PPC-2006 foi desmembrada nas UCs Introdução à Saúde Coletiva (FAR175, de 45h) e Farmacoepidemiologia (FAR172, de 45h), e dentro dessa área foi ainda criada a UC de Assistência Farmacêutica (FAR178, de 30h) para atender as novas Diretrizes, na oferta de UCs no eixo de Cuidados à Saúde. Assim, o discente que cursar a UC FAR094 do PPC-2006 poderá pedir aproveitamento para as UCs Introdução à Saúde Coletiva e Farmacoepidemiologia PPC-2020 (Tabelas 10 e 11).

A UC Biologia Molecular e Biotecnologia (FAR097), de 105h, foi desmembrada em Biologia Molecular Aplicada (alocada no 5º período, de 45h) e Biotecnologia (alocada no 7º período, de 45h). Assim, caso o discente tenha cursado a UC Biologia Molecular e Biotecnologia (FAR097) do PPC-2006, ele poderá pedir aproveitamento para Biologia Molecular Aplicada e Biotecnologia do PPC-2020 (Tabelas 10 e 11).

A UC Metodologia da Pesquisa Científica e Tecnológica (ENF002), de 60h, do PPC-2006 foi desmembrada em Metodologia Científica (1º período) e Projeto de Pesquisa (5º período), ambas com 30h. Assim, caso o discente curse a UC ENF002, ele poderá pedir aproveitamento para Metodologia Científica e Projeto de Pesquisa no PPC-2020 (Tabelas 10 e 11).

A UC de Farmacotécnica (FAR018) do PPC-2006 também foi desmembrada em duas UCs no PPC-2020, cada uma com 60h, que serão cursadas no 6º e 7º períodos. Assim, caso o discente tenha cursado a UC Farmacotécnica (FAR108) do PPC-2006, ele poderá pedir aproveitamento para Farmacotécnica I e II do PPC-2020 (Tabelas 10 e 11).

A UC de Tecnologia em Ciências Farmacêuticas (FAR098, de 120h) do PPC-2006 foi desmembrada em duas UCs no PPC-2020, Tecnologia em Ciências Farmacêutica I e II, cada uma com 60h, que serão cursadas no 7º e 8º períodos. Assim, caso o discente tenha cursado a UC Tecnologia em Ciências Farmacêuticas, FAR098 do PPC-2006, ele poderá pedir aproveitamento para Tecnologia em Ciências Farmacêutica I e II, do PPC-2020 (Tabelas 10 e 11).

A UC de Primeiros Socorros (FAR188) teve sua carga horária reduzida de 45 para 30hs e foi alocada no 9º período do PPC-2020. A referida UC era eletiva no PPC-2006, assumindo caráter obrigatório no novo PPC.

Em relação às UCs Estágios Curriculares, o Estágio I e II de ambos os PPCS terão equivalência, contudo houve uma alteração tanto da ementa e/ou carga horária nos Estágios Curriculares III, IV e V no PPC-2020. A UC Estágio Curricular III teve sua carga horária aumentada para 120h. As UCs Estágios Curriculares III (120h) e IV (180h) deverão ser cursadas exclusivamente na área de análises clínicas, genéticas, toxicológicas ou alimentos para atender as demandas das novas Diretrizes do Curso de Farmácia. Assim, o estudante, que cursar as UCs de

Estágio Curricular III (FAR022) e IV (FAR023) no PPC-2006 poderá solicitar aproveitamento parcial desde que tenha cursado nas mesmas áreas acima citadas e, que o tempo mínimo de estágio seja de 288h. Caso seja inferior, ele deverá fazer a complementação da carga horária. A UC Estágio Curricular V de 570h (FAR024) do PPC- 2006 poderá ter equivalência com o Estágio Curricular V (540h) do PPC-2020, desde que tenha sido realizado na área de medicamentos. Contudo, essas equivalências devem ser demandadas esporadicamente, considerando que no PPC- 2006, os estágios começavam no 6º período e a transição curricular é prevista até o 4º ou 5º período.

No PPC-2006 a distribuição de carga horária é de um total de 4.800h com 3.195h em UCs obrigatórias, 465h de UCs eletivas, 960h de ECS, 150h de Atividades Complementares e 30h de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Para o PPC-2020 estão previstas 4.770h, distribuídas em 3.315h em UCs obrigatórias, 360h em UCs eletivas, 960h de ECS, além de 30h de TCC, 105h de AC.

O curso gradativamente implementará a oferta das UCs previstas no PPC-2020, deixando de ofertar aquelas do PPC-2006 com a mesma gradualidade. Apesar disso, com o objetivo de oportunizar a integralização, em tempo hábil, para os discentes que ingressaram até 2020/2, o curso prevê formas de aproveitamento de UCs, organizadas por semestre, a partir do 2º período, especificadas na Tabela 11.

Tabela 10. Relação de Equivalência de Unidades Curriculares Obrigatórias do Projeto Pedagógico do Curso 2020 com o Currículo 2006 e outros cursos.

PRIMEIRO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2006 e outros cursos
DCB001	Anatomia Humana	O	P	30	45	75	5	DCB037 Anatomia Humana 60h DCB107 Anatomia XXh
DCB110	Antropologia Cultural	O	P	45	00	45	3	DCB056 Antropologia 45h
DCB075	Citologia	O	P	30	15	45	3	
DCB076	Genética	O	P	30	00	30	2	
FAR149	Cálculos Farmacêuticos	O	P	60	00	60	4	MAT003 Cálculo Diferencial e Integral 60h
FAR150	Metodologia Científica	O	P	15	15	30	2	ENF002 Metodologia da Pesquisa Científica e Tecnológica 60h (aproveitamento parcial)
FAR001	Introdução às Ciências Farmacêuticas	O	P	30	00	30	2	
FAR002	Química Geral	O	P	60	45	105	7	QUI032 Química Geral I 90 h (Química)
Observação: a UC Metodologia da Pesquisa Científica e Tecnológica (ENF002) foi desmembrada em Metodologia Científica (1º Período) e Projeto de Pesquisa (5º Período).								
SEGUNDO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2006
MAT010	Bioestatística	O	P	60	00	60	4	MAT027 Bioestatística XXh MAT028 Estatística 60 h (Matemática)
BIO016	Farmacobotânica	O	P	30	30	60	4	BIO049 Farmacobotânica 60h (Biologia)
DCB057	Histologia e Embriologia	O	P	30	30	60	4	
FAR151	Biofísica Aplicada	O	P	30	15	45	3	FAR003 Física Aplicada à Farmácia 60h
FAR004	Físico-Química	O	P	30	30	60	4	
FAR005	Química Analítica Qualitativa	O	P	45	45	90	6	
FAR006	Química Orgânica I	O	P	60	00	60	4	QUI008 Química Orgânica I 90h (Química)
FAR152	Cenários de Prática I	O	P	30	00	30	2	

TERCEIRO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2006
DCB112	Fisiologia Humana	O	P	45	30	75	5	DCB097 Fisiologia dos Sistemas 75h
FAR155	Química Orgânica II	O	P	45	45	90	6	FAR007 Química Orgânica II 105h
FAR008	Química Analítica Quantitativa	O	P	45	45	90	6	
FAR153	Bioquímica	O	P	75	15	90	6	FAR009 Bioquímica Aplicada à Farmácia 105h
FAR154	Deontologia e Legislação Farmacêutica	O	P	30	00	30	2	FAR019 Deontologia e Legislação Farmacêutica 45h
FAR142	Imunologia	O	P	45	00	45	3	FAR010 Imunologia 60h
FAR156	Estágio I	O	P	00	60	60	4	FAR020 Estágio I 60h
QUARTO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2006
FAR143	Parasitologia	O	P	45	00	45	3	FAR011 Parasitologia 60h
FAR159	Farmacologia I	O	P	60	00	60	4	FAR012 Farmacologia I 90h (aproveitamento de estudos)
FAR104	Economia e Administração Farmacêutica	O	P	45	00	45	3	
FAR158	Farmacognosia I	O	P	45	15	60	4	FAR013 Farmacognosia 120h (aproveitamento de estudos)
FAR160	Imunologia Aplicada	O	P	30	30	60	4	
DCB062	Microbiologia	O	P	30	30	60	4	
DCB124	Patologia Geral	O	P	30	30	60	4	DCB068 Patologia 60h
FAR157	Cenários de Prática II	O	P	30	00	30	2	
	UCs Eletivas (mínimo)	EL	P	45	00	45	3	



QUINTO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2006
FAR164	Farmacologia II	O	P	60	00	60	4	FAR014 Farmacologia II 90h (aproveitamento de estudos)
FAR168	Química Farmacêutica	O	P	30	30	60	4	FAR015 Química Farmacêutica 75h
FAR166	Fundamentos de Bioquímica Clínica	O	P	45	15	60	4	FAR017 Fundamentos de Citologia, Hematologia e Bioquímica Clínica 120h (aproveitamento de estudos)
FAR165	Fundamentos de Hematologia e Citologia Clínica	O	P	30	30	60	4	FAR017 Fundamentos de Citologia, Hematologia e Bioquímica Clínica 120h (aproveitamento de estudos)
FAR162	Biologia Molecular Aplicada	O	P	30	15	45	3	FAR097 Biologia Molecular e Biotecnologia 105h (aproveitamento de estudos)
FAR163	Farmacognosia II	O	P	45	15	60	4	FAR013 Farmacognosia 120h (aproveitamento de estudos)
FAR167	Projeto de Pesquisa	O	P	30	00	30	2	ENF002 Metodologia da Pesquisa Científica e Tecnológica 60h (aproveitamento de estudos)
	UCs Eletivas (mínimo)	EL	P	45	00	45	3	
FAR169	Estágio II	O	P	00	60	60	4	FAR021 Estágio II 60h
SEXTO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2006
FAR174	Farmacotécnica I	O	P	30	30	60	4	FAR018 Farmacotécnica 120h (aproveitamento de estudos)
FAR173	Farmacologia III	O	P	60	00	60	4	FAR014 Farmacologia II 90h (aproveitamento de estudos)
FAR177	Toxicologia	O	P	30	30	60	4	FAR016 Toxicologia 60h
FAR176	Parasitologia Aplicada	O	P	45	15	60	4	FAR095 Diagnóstico Laboratorial de Doenças Infecto-Contagiosas 120h (aproveitamento de estudos)
FAR175	Introdução à Saúde Coletiva	O	P	45	00	45	3	FAR094 Saúde Pública 90h (aproveitamento de estudos)
FAR172	Farmacoepidemiologia	O	P	45	00	45	3	FAR094 Saúde Pública 90h (aproveitamento de estudos)
FAR171	Cuidado Farmacêutico I	O	P	45	00	45	3	FAR103 Atenção Farmacêutica 45h
FAR170	Cenários de Prática III	O	P	30	00	30	2	
	UCs Eletivas (mínimo)	EL	P	45	00	45	3	

SÉTIMO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2006
FAR182	Microbiologia Aplicada	O	P	30	15	45	3	FAR095 Diagnóstico Laboratorial de Doenças Infecto-Contagiosas 120h (aproveitamento de estudos)
FAR025	Métodos de Separação e Identificação de Compostos Químicos	O	P	60	00	60	4	
FAR183	Tecnologia em Ciências Farmacêuticas I	O	P	30	30	60	4	FAR098 Tecnologia em Ciências Farmacêuticas 120h(aproveitamento de estudos)
FAR179	Biofarmácia	O	P	30	30	60	4	FAR100 Biofarmácia 45h
FAR180	Biotecnologia	O	P	30	15	45	3	FAR097 Biologia Molecular e Biotecnologia 105h (aproveitamento de estudos)
FAR181	Farmacotécnica II	O	P	30	30	60	4	FAR018 Farmacotécnica 120h (aproveitamento de estudos)
FAR178	Assistência Farmacêutica	O	P	30	0	30	2	
	UCs Eletivas (mínimo)	EL	P/D	45	00	45	3	
OITAVO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2006
FAR090	Farmácia Hospitalar	O	P	45	00	45	3	
FAR101	Gestão e Controle de Qualidade	O	P	45	45	90	6	
FAR105	Química de Alimentos	O	P	30	30	60	4	
FAR184	Tecnologia em Ciências Farmacêuticas II	O	P	30	30	60	4	FAR098 Tecnologia em Ciências Farmacêuticas 120h (aproveitamento parcial)
FAR107	Fitoterápicos	O	P	45	00	45	3	
	UCs Eletivas (mínimo)	EL	P	90	00	90	6	
FAR185	Estágio III	O	P	00	120	120	8	FAR022 Estágio III 90h, aproveitamento parcial desde que cursado em Análises Clínicas, genéticas, toxicológicas e alimentos.

NONO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2006
FAR187	Cuidado Farmacêutico II	O	P	45	00	45	3	FAR106 Semiologia Farmacêutica 45h
DCB125	Psicologia Aplicada à Saúde	O	P	45	00	45	3	
FAR108	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	O	P	30	00	30	2	
FAR188	Primeiros Socorros	O	P	15	15	30	2	FAR114 Primeiros Socorros e Aplicações de Injetáveis 45h
FAR186	Cenários de Prática IV	O	P	30	00	30	2	
	UCs Eletivas (Mínimo)	EL	P	90	00	90	6	
FAR189	Estágio IV	O	P	00	180	180	12	FAR023 Estágio IV 180h, desde que não cursado em análises clínicas, genéticas, toxicológicas e alimentos
DÉCIMO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2006
FAR190	Estágio V	O	P	00	540	540	36	FAR024 Estágio V, desde que não cursado em análises clínicas, genéticas, toxicológicas e alimentos
<b>SUBTOTAL</b>						<b>540</b>	<b>36</b>	
---	Atividades Complementares e/ou Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais			---	---	105	7	---

Tabela 11. Equivalências Múltiplas e Aproveitamento de Estudos do Currículo 2006 para 2020.

<b>Equivalências Múltiplas/Aproveitamento de Estudos</b>	
<b>Currículo 2020</b>	<b>Currículo 2006</b>
FAR005 – Química Analítica Qualitativa 90h	QUI004 - Química Analítica Qualitativa 90h (Química) + QUI036 – Química Analítica Instrumental 75h (Química)
FAR008 - Química Analítica Quantitativa 90h	QUI012 - Química Analítica Quantitativa 75h (Química) + QUI036 - Química Analítica Instrumental 75h (Química)
FAR150-Metodologia Científica 30h + FAR167-Projeto de Pesquisa 30h	ENF002-Metodologia da Pesquisa Científica e Tecnológica 60h
FAR158-Farmacognosia I 60h + FAR163-Farmacognosia II 60h	FAR013-Farmacognosia 120h
FAR182-Parasitologia Aplicada 60h + FAR176-Microbiologia Aplicada 45h	FAR095-Diagnóstico Laboratorial de Doenças Infecto-Contagiosas 120h
FAR159-Farmacologia I 60h OU FAR159-Farmacologia I 60h + FAR164-Farmacologia II 60h + FAR173-Farmacologia III 60h	FAR012- Farmacologia I 90h OU FAR012-Farmacologia I 90h + FAR014-Farmacologia II 90h
FAR175-Introdução à Saúde Coletiva 45h	FAR094-Saúde Pública 90h
FAR172-Farmacoepidemiologia 45h	FAR094-Saúde Pública 90h
FAR166-Fundamentos de Bioquímica Clínica 60h + FAR165-Fundamentos de Hematologia e Citologia Clínica 60h	FAR017-Fundamentos de Citologia, Hematologia e Bioquímica Clínica 120h
FAR162-Biologia Molecular Aplicada 45h + FAR180- Biotecnologia 45h	FAR097-Biologia Molecular e Biotecnologia 105h
FAR174-Farmacotécnica I 60h + FAR181-Farmacotécnica II 60h	FAR018-Farmacotécnica 120h
FAR183-Tecnologia em Ciências Farmacêuticas I 60h + FAR184-Tecnologia em Ciências Farmacêuticas II 60h	FAR098-Tecnologia em Ciências Farmacêuticas 120h

Os estudantes que permanecerem vinculados ao Currículo 2006 poderão cursar várias UCs obrigatórias e várias UCs eletivas ofertadas também no Currículo 2020, devido à similaridade ou equivalência entre elas, conforme descrito nas Tabelas 12 e 13 abaixo, respectivamente.

Algumas UCs poderão ter equivalência múltipla, como por exemplo, o estudante que cursar a Farmacologia I (de 60h) e Farmacologia II (de 60h) do PPC-2020 poderá solicitar o aproveitamento de estudos da Farmacologia I – 90h do PPC-2006. Aquele estudante que cursar a Farmacologia II (de 60h) e Farmacologia III (de 60h) do PPC-2020 poderá solicitar o aproveitamento de estudos da Farmacologia II (de 90h) do PPC-2006. Contudo, essa possibilidade deverá ser avaliada previamente pelo Colegiado de Curso e, permitida, desde que não haja alteração no tempo de integralização do curso.

Além disso, o PPC-2020 apresenta uma série de novas UCs eletivas que não estão atualmente inseridas no PPC-2006 e, na medida em que forem ofertadas, poderão também passar a integrar o grupo de UCs ofertadas aos estudantes ingressantes antes de 2020, contribuindo para o aumento da diversidade de UCs eletivas disponíveis aos mesmos. Entre elas estão incluídas Qualidade de água, Toxicologia Analítica, Uso de Radioisótopos, Saúde Ambiental, Práticas Integrativas e Complementares Aplicadas à Saúde, dentre outras. Algumas UCs sofrerão reformulação de ementa e carga horária, não permitindo a equivalência entre os dois currículos, tais como Controle de Qualidade em Laboratório Clínico e Cálculo Diferencial e Integral x Cálculos Farmacêuticos.

Tabela 12. Relação de Equivalência de Unidades Curriculares Obrigatórias do Currículo 2006 e do PPC-2020.

PRIMEIRO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2020
DCB057	Anatomia Humana	O	P	30	30	60	5	DCB001 Anatomia Humana 75h
DCB056	Antropologia	O	P	45	00	45	3	DCB110 Antropologia Cultural 45h
DCB075	Citologia	O	P	30	15	45	3	DCB075 Citologia 45h
DCB076	Genética	O	P	30	00	30	2	DCB076 Genética 30h
MAT003	Cálculo Diferencial e Integral 1	O	P	60	00	60	4	
ENF002	Metodologia da Pesquisa Científica e Tecnológica	O	P	30	30	60	2	FAR150 Metodologia Científica 30h + FAR167 Projeto de Pesquisa 30h
FAR001	Introdução às Ciências Farmacêuticas	O	P	30	00	30	2	FAR001 Introdução às Ciências Farmacêuticas 30h
FAR002	Química Geral	O	P	60	45	105	7	FAR002 Química Geral 105h

Observação: a UC de Cálculo Diferencial e Integral (MAT0030) não poderá ter equivalência com a UC de Cálculos Farmacêuticos (FAR149) do currículo 2020 para 2006. Embora ela tenha a mesma carga horária, a ementa sofreu modificações consideráveis, sendo a nova UC voltada para a aplicação de cálculos dentro do âmbito farmacêutico e não abordando vários aspectos de MAT003.

SEGUNDO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2020
MAT010	Bioestatística	O	P	60	00	60	4	MAT010 Bioestatística 60h
BIO016	Farmacobotânica	O	P	30	30	60	4	BIO016 Farmacobotânica 60h
DCB057	Histologia e Embriologia	O	P	30	30	60	4	DCB057 Histologia e Embriologia 60h
FAR003	Física Aplicada à Farmácia	O	P	30	30	60	4	FAR15 Biofísica Aplicada 45h
FAR004	Físico-Química	O	P	30	30	60	4	FAR004 Físico-Química 60h
FAR005	Química Analítica Qualitativa	O	P	45	45	90	6	FAR005 Química Analítica Qualitativa 90h + QUI036 Química Analítica Instrumental 75h (Química).
FAR006	Química Orgânica I	O	P	60	00	60	4	FAR006 Química Orgânica I 60h
TERCEIRO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2020
DCB097	Fisiologia dos Sistemas	O	P	45	30	75	5	DCB112 Fisiologia Humana 75h
FAR007	Química Orgânica II	O	P	60	45	105	7	FAR155 Química Orgânica II 90h
FAR008	Química Analítica Quantitativa	O	P	45	45	90	6	FAR008 Química Analítica Quantitativa 90h + QUI036 Química Analítica Instrumental 75h (Química)
FAR009	Bioquímica Aplicada à Farmácia	O	P	45	60	105	7	FAR153 Bioquímica 90h
FAR010	Imunologia	O	P	60	00	60	4	FAR142 Imunologia 45h
QUARTO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2020
FAR011	Parasitologia	O	P	30	30	60	4	FAR143 Parasitologia 45h
FAR012	Farmacologia I	O	P	45	45	90	6	FAR159 Farmacologia I 60h + FAR164 Farmacologia II 60h (aproveitamento de estudos)
FAR013	Farmacognosia	O	P	75	45	120	8	FAR158 Farmacognosia I 60h + FAR163 Farmacognosia II
DCB062	Microbiologia	O	P	30	30	60	4	
DCB068	Patologia	O	P	30	30	60	4	DCB124 Patologia Geral 60h

QUINTO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2020
FAR014	Farmacologia II	O	P	45	45	90	6	FAR164 Farmacologia II 60h + FAR173 Farmacologia III 60h (aproveitamento de estudos)
FAR015	Química Farmacêutica	O	P	45	30	75	5	FAR168 Química Farmacêutica 60h
FAR017	Fundamentos de Citologia, Hematologia e Bioquímica Clínica (aproveitamento)	O	P	60	60	120	8	FAR166 Fundamentos de Bioquímica Clínica 60h + FAR165 Fundamentos de Hematologia e Citologia Clínica 60h
FAR016	Toxicologia	O	P	30	30	60	4	FAR177 Toxicologia 60h
SEXTO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2020
FAR018	Farmacotécnica	O	P	60	60	120	8	FAR174 Farmacotécnica I 60h + FAR181 Farmacotécnica II 60h
FAR020	Estágio I	O	P	-	60	60	4	FAR156 Estágio I 60h
FAR095	Diagnóstico de Doenças Infecto-Parasitárias	O	P	60	60	120	8	FAR160 Imunologia Aplicada 60h + FAR176 Parasitologia Aplicada 60h + FAR182 Microbiologia Aplicada 60h
FAR094	Saúde Pública	O	P	90	00	90	6	FAR175 Introdução à Saúde Coletiva 45h + FAR172 Farmacoepidemiologia 45h
FAR019	Deontologia e Legislação Farmacêutica	O	P	45	00	45	3	
SÉTIMO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2020
FAR098	Tecnologia em Ciências Farmacêuticas	O	P	60	60	120	9	FAR183 Tecnologia em Ciências Farmacêuticas I 60h + FAR184 Tecnologia em Ciências Farmacêuticas II 60h
FAR100	Biofarmácia	O	P	45	0	45	3	FAR179 Biofarmácia 60h
FAR021	Estágio II	O	P	00	60	60	4	FAR169 Estágio II 60h
FAR096	Fundamento e Farmacotécnica Homeopática	O	P	45	45	90	6	
DCB106	Psicologia Aplicada à Saúde	O	P	30	0	30	2	DCB125 Psicologia Aplicada à Saúde 45h
FAR097	Biologia Molecular e Biotecnologia	O	P	60	45	105	7	FAR162 Biologia Molecular Aplicada 45h + FAR180 Biotecnologia 45h



OITAVO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2020
FAR090	Farmácia Hospitalar	O	P	45	00	45	3	FAR090 Farmácia Hospitalar 45h
FAR101	Gestão e Controle de Qualidade	O	P	45	45	90	6	FAR101 Gestão e Controle de Qualidade 90h
FAR105	Química de Alimentos	O	P	30	30	60	4	FAR105 Química de Alimentos 60h
FAR104	Economia e Administração Farmacêutica	O	P	45	0	45	3	FAR 104 Economia e Administração Farmacêutica 45h
FAR103	Atenção Farmacêutica	O	P	45	00	45	3	FAR171 Cuidado Farmacêutico I 45h
FAR022	Estágio III	O	P	00	90	90	6	FAR185 Estágio III 120h
NONO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2020
FAR106	Semiologia Farmacêutica	O	P	45	00	45	3	FAR187 Cuidado Farmacêutico II 45h
FAR108	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	O	P	30	00	30	2	
FAR107	Fitoterápicos	O	P	45	00	45	3	FAR107 Fitoterápicos 45H
	UCs Eletivas (Mínimo)	EL	P	90	00	90	6	
FAR023	Estágio IV	O	P	00	180	180	12	FAR189 Estágio IV 180h
DÉCIMO PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CR	Equivalência Estrutura Curricular PPC-2020
FAR024	Estágio V	O	P	00	570	570	38	
<b>SUBTOTAL</b>						570	38	
-	Atividades Complementares e/ou Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais			---	---	105	7	---
-								
-								

Tabela 13. Relação de Equivalência de Unidades Curriculares Eletivas do Currículo 2006 e do PPC-2020.

Código	Componente Curricular 2006	Tipo	Mod	Teórica	Prática	Total	CRE	Equivalência PPC-2020
FAR030	Bioquímica Clínica	E	P	30	45	75	7	FAR192 Bioquímica Clínica 60h
FAR109	Controle de Qualidade de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos	E	P	30	60	90	6	FAR194 Controle de Qualidade de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos 60h
FAR026	Enzimologia Industrial	E	P	30	30	60	4	FAR026 Enzimologia Industrial 60h
FAR113	Farmacoeconomia	E	P	45	00	45	3	FAR113 Farmacoeconomia 45h
FAR029	Hematologia Clínica	E	P	30	30	60	4	FAR202 Hematologia Clínica 90h
FAR112	Microbiologia Clínica	E	P	30	30	60	4	FAR112 Microbiologia Clínica 60h
FAR031	Parasitologia Clínica	E	P	15	30	45	3	FAR207Parasitologia Clínica 60h
FAR028	Síntese de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos	E	P	45	60	105	7	FAR212 Síntese de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos 90h
FAR118	Farmácia Clínica	E	P	60	00	60	4	FAR145 Farmácia Clínica 60h

FAR034	Supervisão de Produção	E	P	30	00	30	2	FAR034 Supervisão de Produção 30h
FAR137	Tecnologia de Cosméticos I	E	P	60	00	60	4	FAR137 Tecnologia de Cosméticos I 60h
FAR138	Tecnologia de Cosméticos II	E	P	00	30	30	2	FAR138 Tecnologia de Cosméticos II 30h
FAR025	Métodos de Separação e Identificação de Compostos Químicos	E	P	60	0	60	4	FAR025 Métodos de separação e identificação de compostos químicos 60h
FAR036	Tecnologia Farmacêutica	E	P	30	30	60	4	FAR036 Tecnologia Farmacêutica 60h
FAR118	Farmácia Clínica	E	P	60	00	60	4	FAR145 Farmácia Clínica 45h
FAR111	Citologia e Uroanálise	E	P	30	30	60	4	FAR193 Citologia Clínica e Uroanálise 60h
NUT004	Composição Química de Alimentos	E	P	30	15	45	3	NUT004 Composição Química de Alimentos 45h
NUT073	Terapia Nutricional	E	P	45	0	45	3	NUT073 Terapia Nutricional 45h

EDF045	Língua Brasileira de Sinais	E	P	45	0	45	3	LIBR001 Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS 60h
FAR092	Controle de Qualidade em laboratório clínico	E	P	60	2	2	4	FAR195 Controle de Qualidade em laboratório clínico 30h
FAR096	Fundamentos e Farmacotécnica Homeopática	E	P	90	3	3	6	FAR203 Homeopatia 60h
FAR144	Etnobotânica de Plantas Medicinais	E	P	30	0	30	2	FAR144 Etnobotânica de Plantas Medicinais

## 13.2. INFRAESTRUTURA

O ciclo de UCs voltadas ao conhecimento básico e parte do profissional essencial é realizado, predominantemente, no Departamento de Ciências Básicas (DCB) e no Departamento de Farmácia (DeFar).

O espaço físico necessário para as atividades acadêmicas e administrativas do curso está concentrado em prédios específicos pertencentes ao DeFar, pavilhões de aulas da UFVJMe à biblioteca. Os espaços no DeFar contam com anfiteatro, salas de aula, laboratórios, gabinetes dos docentes, além de outros ambientes necessários para o funcionamento do curso (salas administrativas, depósitos, dentre outros ambientes).

Laboratórios e setores localizados nas dependências do DeFar da UFVJM:

- Laboratório de Farmácia Social;
- Laboratório de Física Industrial;
- Laboratório de Homeopatia;
- Laboratório de Desenvolvimento Farmacêutico;
- Laboratório de Farmacologia;
- Laboratório de Ensino de Farmacotécnica;
- Laboratório de Ensino 1;
- Laboratório de Ensino 2;
- Laboratório de Ensino 3;
- Laboratório de Ensino 4;
- Laboratório de Bioprocessos;
- Laboratório de Pesquisa Clínica;
- Laboratório de Biologia Molecular e Biotecnologia de Fungos;

- Laboratório de Peptídeos Bioativos;
- Laboratório de Doenças Parasitárias;
- Laboratório de Toxicologia;
- Laboratório de Pesquisa em Química Analítica;
- Laboratório de Química Orgânica e Produtos Naturais;
- Laboratório Multiusuário de Fotodocumentação;
- Laboratório de Análises Clínicas;
- Laboratório da Farmácia Universitária;
- Laboratório de Experimentação Animal.

Laboratórios e setores localizados em outros Departamentos que oferecem aulas e outras atividades de ensino, pesquisa e extensão aos discentes da Farmácia:

- Laboratório de Anatomia Humana;
- Laboratório de Histologia e Embriologia;
- Laboratório de Fisiologia;
- Laboratório de Patologia;
- Laboratório de Botânica.

### 13.3. SISTEMAS DE BIBLIOTECAS – SISBI

O Sistema de Bibliotecas (Sisbi) da UFVJM encontra-se ligada à rede mundial de computadores e está à disposição de toda comunidade acadêmica e servidores em geral provendo o acesso e uso da informação de forma eficiente e eficaz, subsidiando o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para a educação universitária e formação profissional do indivíduo, para que o conhecimento adquirido seja aplicado no desenvolvimento da sociedade.

O Sisb da UFVJM possui cinco bibliotecas, sendo a do Campus I e a Central (Campus JK)

em Diamantina, uma no Campus do Mucuri em Teófilo Otoni, uma em Janaúba e uma em Unaí. As bibliotecas do Sisbi são abertas à comunidade externa para estudos, pesquisas e consulta ao acervo, porém o público alvo é a comunidade acadêmica. Desta forma, todo o acervo é voltado para os cursos e UCs oferecidos na Universidade.

O acervo é composto por livros, periódicos, CDs, DVDs, monografias de especialização, teses, dissertações, e fitas de vídeo distribuídas por áreas de conhecimento de acordo com as necessidades do usuário potencial de cada biblioteca.

#### 13.4. COLEGIADO DE CURSO

A coordenação, planejamento, acompanhamento, controle e avaliação das atividades de ensino de cada curso de graduação, são exercidos pelo Colegiado de Curso, composto por 10 membros, eleitos por sufrágio secreto e universal, com mandatos de dois anos, permitida uma reeleição, sendo:

- I. Pelo Coordenador de curso, como seu Presidente;
- II. Pelo Vice Coordenador do curso;
- III. Por cinco Docentes do curso, sendo três vinculados diretamente ao curso;
- IV. Por três representantes titulares e respectivos suplentes do corpo discente do curso de graduação.

#### 13.5. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Tabela 14. Docentes, Titulação, Carga horária Semestral das Unidades Curriculares Obrigatórias Oferecidas pelo Curso de Graduação em Farmácia.

<b>Período</b>	<b>Docente(s)</b>	<b>Titulação</b>	<b>Unidade Curricular</b>	<b>CH</b>
1	Amauri Pierucci	DS	Anatomia Humana	75
1	Marivaldo Aparecido de Carvalho	DS	Antropologia Cultural	45
1	Angélica Pataro Reis	DS	Citologia	45
1	Janaína de Oliveira Melo	DS	Genética	30
1	Gabriel Silva Marques Borges	DS	Cálculos Farmacêuticos	60
1	Rosana Passos Cambraia	DS	Metodologia Científica	30

1	Lorena Ulhôa Araújo	DS	Introdução às Ciências Farmacêuticas	30
1	Andrea Renata Malagutti	DS	Química Geral	105
2	Stella Maris Lemos Nunes Emerson Cotta Bodevan	DS	Bioestatística	60
2	Eduardo de Jesus Oliveira Fabiane Nepomuceno da Costa	DS	Farmacobotânica	60
2	Robson Campos Silva Cristiane Tolentino Machado	DS	Histologia e Embriologia	60
2	Taízia Dutra Silva	DS	Biofísica Aplicada	45
2	Wallans Torres Pio dos Santos	DS	Físico-Química	60
2	Andrea Renata Malagutti	DS	Química Analítica Qualitativa	90
2	Fernando Costa Archanjo Sandro Luiz Barbosa dos Santos	DS	Química Orgânica I	60
2	Guilherme Carneiro Kelly Cristina Kato Fernando Costa Archanjo Wallans Torres Pio dos Santos Rosana Passos Cambraia Sérgio Ricardo Stuckert Seixas Sandro Sandro Luiz Barbosa dos Santos	DS	Cenários de Prática I	30
3	Wagner de Fátima Pereira	DS	Fisiologia Humana	75
3	Sandro Luiz Barbosa dos Santos	DS	Química Orgânica II	90
3	Wallans Torres Pio dos Santos	DS	Química Analítica Quantitativa	90
3	Valéria Gomes de Almeida	DS	Bioquímica	90
3	Lorena Ulhôa Araújo	DS	Deontologia e Legislação Farmacêutica	30
3	Bethania Alves de Avelar Freitas	DS	Imunologia	45
3	Ana Paula Rodrigues Thiago Sardinha de Oliveira	DS	Estágio I	60
4	Helen Rodrigues Martins	DS	Parasitologia	45
4	Sérgio Ricardo Stuckert Seixas	DS	Farmacologia I	60
4	Lorena Ulhôa Araújo	DS	Economia e Administração Farmacêutica	45
4	Cristiane Fernanda Fuzer Grael	DS	Farmacognosia I	60
4	Gustavo Eustáquio Brito Alvim de Melo	DS	Imunologia Aplicada	60
4	Fábio Pio Dornas	DS	Microbiologia	60
4	Flaviana Dornela Verli	DS	Patologia	60



4	Renata Aline de Andrade Lorena Ulhôa Araújo Thiago Sardinha de Oliveira Josiane Moreira da Costa Gabriel Silva Marques Borges	DS	Cenários de Prática II	30
5	Thiago Sardinha de Oliveira	DS	Farmacologia II	60
5	Fernando Costa Archanjo	DS	Química Farmacêutica	60
5	Valéria Gomes de Almeida	DS	Fundamentos de Bioquímica Clínica	60
5	Ana Paula Rodrigues	DS	Fundamentos de Hematologia e Citologia Clínica	60
5	Ana Paula de Figueiredo Conte Vanzéla	DS	Biologia Molecular Aplicada	45
5	Cristiane Fernanda Fuzer Graef	DS	Farmacognosia II	60
5	Rosana Passos Cambraia	DS	Projeto da Pesquisa	30
5	Eduardo de Jesus Oliveira Lorena Ulhôa Araújo	DS	Estágio II	60
6	Guilherme Carneiro Kelly Cristina Kato	DS	Farmacotécnica I	60
6	Thiago Sardinha de Oliveira	DS	Farmacologia III	60
6	Antônio Sousa Santos	DS	Toxicologia	60
6	Helen Rodrigues Martins	DS	Parasitologia Aplicada	60
6	Ana Paula Hemmi	DS	Introdução à Saúde Coletiva	45
6	Gabriel Silva Marques Borges	DS	Farmacoepidemiologia	45
6	Renata Aline de Andrade	DS	Cuidado Farmacêutico I	45
6	Antônio Santos Sousa Fábio Pio Dornas Helen Rodrigues Martins Gustavo Eustáquio Brito Alvim de Melo Ana Paula Rodrigues Valéria Gomes de Almeida Ana Paula de Figueiredo Conte Vanzela	DS	Cenários de Prática III	30
7	Fábio Pio Dornas	DS	Microbiologia Aplicada	45

7	Eduardo de Jesus Oliveira	DS	Métodos de Separação e Identificação de Compostos Químicos	60
7	Álvaro Dutra de Carvalho Junior	DS	Tecnologia em Ciências Farmacêuticas I	60
7	Antônio Sousa Santos	DS	Biofarmácia	60
7	Ana Paula de Figueiredo Conte Vanzéla	DS	Biotecnologia	45
7	Guilherme Carneiro	DS	Farmacotécnica II	60
7	Josiane Moreira da Costa	DS	Assistência Farmacêutica	30
8	Josiane Moreira da Costa	DS	Farmácia Hospitalar	45
8	Taízia Dutra Silva Valéria Macedo Cardoso	DS	Gestão e Controle de Qualidade	90
8	Nísia Andrade Villela Dessimoni Pinto	DS	Química de Alimentos	60
8	Álvaro Dutra de Carvalho Junior	DS	Tecnologia em Ciências Farmacêuticas II	60
8	Eduardo de Jesus Oliveira	DS	Fitoterápicos	45
8	Valéria Gomes de Almeida Fábio Pio Dornas	DS	Estágio III	120
9	Renata Aline de Andrade	DS	Cuidado Farmacêutico II	45
9	Sandro Henrique Vieira de Almeida	DS	Psicologia Aplicada à Saúde	45
9	Rosana Passos Cambraia	DS	Trabalho de Conclusão de Curso	30
9	Josiane Moreira da Costa	DS	Primeiros Socorros	30
9	Álvaro Dutra de Carvalho Junior Eduardo de Jesus Oliveira Taízia Dutra Silva Valéria Macedo Cardoso Cristiane Fuzer Grael Fernando Costa Archanjo	DS	Cenários de Prática IV	30
9	Ana Paula Rodrigues Helen Rodrigues Martins	DS	Estágio IV	180
10	Taízia Dutra Silva Thiago Thiago Sardinha de Oliveira Kelly Cristina Kato Lorena Ulhôa Araújo Josiane Moreira da Costa	DS	Estágio V	540

Tabela 15. Docente, Titulação, Carga Horária Semestral das Unidades Curriculares Eletivas Oferecidas pelo Curso de Graduação em Farmácia.

<b>Docente</b>	<b>Titulação</b>	<b>Unidade Curricular</b>	<b>CH</b>
Guilherme Carneiro	DSc	FAR137 - Tecnologia de Cosméticos I	60
Guilherme Carneiro	DSc	FAR138 - Tecnologia de Cosméticos II	30
Lorena Ulhôa Araújo	DSc	FAR113 – Farmacoeconomia	45
Valéria Gomes de Almeida	DSc	FAR192 - Bioquímica Clínica	60
Ana Paula Rodrigues	DSc	FAR193 - Citologia Clínica e Uroanálise	60
Ana Paula Rodrigues	DSc	FAR202 - Hematologia Clínica	90
Taízia Dutra Silva	DSc	FAR201 - Fundamentos de Cromatografia	45
Gustavo Eustáquio Brito Alvim de Melo	DSc	FAR204 – Imunomídia	30
Helen Rodrigues Martins	DSc	FAR207 - Parasitologia Clínica	60
Kelly Cristina Kato	DSc	FAR141 - Tópicos em Farmacotécnica: Alimentos Funcionais e Nutracêuticos x Farmácia	45
Valéria Macedo Cardoso	DSc	FAR205 - Microbiologia de Alimentos	60
Rosana Passos Cambraia	DSc	FAR210 – Saúde Ambiental	30

Kelly Cristina Kato	DSc	FAR203 – Homeopatia	60
Taízia Dutra Silva	DSc	FAR194 - Controle de Qualidade de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos	60
Valéria Macedo Cardoso	DSc	FAR026 - Enzimologia Industrial	60
Kelly Cristina Kato	DSc	FAR209 - Qualidade da Água	45
Álvaro Dutra de Carvalho Junior	DSc	FAR136 - Tecnologia Farmacêutica	60
Kelly Cristina Kato	DSc	FAR208 - Práticas Integrativas e Complementares Aplicadas à Saúde	45
Antônio Sousa Santos	DSc	FAR214 -Toxicologia Analítica	60
Álvaro Dutra de Carvalho Junior	DSc	FAR034 - Supervisão de Produção	30
Fábio Pio Dornas	DSc	FAR195 - Controle de Qualidade de Laboratório Clínico	30
Fábio Pio Dornas	DSc	FAR112 - Microbiologia Clínica	60
Fernando Costa Archanjo	DSc	FAR212 - Síntese de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos	90
Eduardo de Jesus Oliveira	DSc	FAR215 - Uso de Radioisótopos em Farmácia	60
Eduardo de Jesus Oliveira e Cristiane Fernanda Fuzer Graef	DSc	FAR213 - Técnicas Hifenadas em Cromatografia	60
Eduardo de Jesus Oliveira	DSc	FAR206 - O Pensamento Científico Crítico e os Limites entre Ciência e	60

		Pseudociência	
Thiago Sardinha de Oliveira e Renata Aline de Andrade	DSc	FAR145 - Farmácia Clínica	45
Raquel Schwenck de Mello Viana	DSc	LIBR001 - Língua Brasileira de Sinais	60
Josiane Moreira da Costa Renata Aline de Andrade	DSc	FAR197 - Farmácia e Sociedade I	30h
Josiane Moreira da Costa Renata Aline de Andrade	DSc	FAR198 - Farmácia e Sociedade II	45h
Josiane Moreira da Costa	DSc	FAR196 - Farmácia Clínica Hospitalar	45h
Renata Aline de Andrade	DSc	FAR212 - Semiologia Farmacêutica Avançada	45h
Cristiane Fernanda Fuzer Graef	DSc	FAR148 - Fontes de Produtos Bioativos para o Desenvolvimento de Novos Medicamentos	45h
Cristiane Fernanda Fuzer Graef	DSc	FAR144 - Etnobotânica de Plantas Medicinais	30h
Sérgio Ricardo Stuckert Seixas	DSc	FAR199 - Farmacologia Clínica I	30h
Sérgio Ricardo Stuckert Seixas	DSc	FAR200 - Farmacologia Clínica II	30h

Wallans Torres Pio dos Santos	DSc	FAR147 – Controle de Qualidade de Fármacos por Métodos Eletroquímicos	60
Guilherme Carneiro e Kelly Cristina Kato	DSc	FAR218 – Bioativos Farmacêuticos	45
Ana Paula Rodrigues	DSc	FAR216 – Fundamentos de Imuno-hematologia Eritrocitária e Prática Transfusional	45
Lucilene Soares Miranda	DSc	NUT004 - Composição Química de Alimentos	45h
Danielle Ferreira da Silva	DSc	NUT073 - Terapia Nutricional	45h

Tabela 16. Docente, Titulação, Carga Horária Semestral das Unidades Curriculares Oferecidas por outros Cursos de Graduação.

Docente	Titulação	Unidade Curricular	CH
Daniele Ferreira da Silva	DS	Terapia Nutricional	45
Lucilene Soares Miranda	DS	Composição Química de Alimentos	45

Tabela 17. Técnicos Administrativos, Titulação, Local de Lotação e Carga Horária Semanal de Trabalho.

Técnico Administrativo	Titulação	Local de Lotação	CH
Cimara Vieira Castro	GR	Farmacêutica, responsável técnica pelo LEAC	40
Juliana Couto Nascimento	GR	Farmacêutica, responsável técnica pela Farmácia Universitária	40
Ana Carolina Ferreira Maia	MS	Técnico de Laboratório, área biologia	40
Antônio Carlos Vieira Lopes Júnior	MS	Técnico de Laboratório, área química	40
Dayana Barbosa da Cruz	MS	Técnico Administrativo, secretária do curso	40
Fernando Roberto Figueiredo Leite	MS	Técnico de Laboratório. área química	40
Gustavo Henrique Bahia de Oliveira	MS	Técnico de Laboratório, área biologia	40
Mércia Letice Lozer de Amorim	MS	Técnico de Laboratório, área de biologia	40
Patrícia Silva Santos Guimarães	MS	Técnico de Laboratório, área de biologia	40

Tiago José da Silva	MS	Técnico de Laboratório, área biotecnologia (LEAC)	40
Vivianne Mara Ferreira Silva	MS	Técnico de Laboratório, farmácia	40
Wellington José de Azevedo	GR	Técnico de Laboratório. área química	40
Concurso em andamento para contratação de Técnico		Técnico de Laboratório, área análises Clínicas	40

## 14. AGRADECIMENTOS

A elaboração do PPC de Farmácia (2020-2025) foi uma construção coletiva e, por esse motivo, agradecemos a todas as pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta para sua elaboração em todos os campos. Desta forma, agradecemos ao Colegiado, aos discentes, egressos e docentes do curso; a comunidade em geral, a Diretoria de Apoio Pedagógico e as instituições em saúde pela disponibilidade em nos atender e contribuir com esse processo. Um reconhecimento especial gostaríamos de prestar aos professores Disney Oliver Sivieri Júnior e Álvaro Dutra de Carvalho Junior, que participaram ativamente da construção desta proposta, em sua fase inicial. Esse documento é resultado de um intenso trabalho e total entrega ao projeto do curso, no sentido de criar um projeto consoante com uma educação de qualidade, reflexiva, cidadã e integrativa.



## 15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, L. W.; KRATHWOHL, D. R.; eds. A taxonomy for learning, teaching, and assessing: A revision of Bloom's taxonomy of educational objectives. Allyn and Bacon, 2001. ISBN 978-0- 8013-1903-7.

ANDRADE, C.L.T.; SZWARCOWALD, C.L. Desigualdades sócio-espaciais da adequação das informações de nascimentos e óbitos do Ministério da Saúde, Brasil, 2000-2002. *Cad Saúde Publica*. 2007; v.23, n.5, p. 1207-16. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007000500022&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007000500022&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 2 Ago de 2020.

AZEVEDO, A.B. Indicadores epidemiológicos da macrorregião de saúde Jequitinhonha: indicadores de saúde, determinação social e educação da equipe de saúde. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Farmácia) – Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Minas Gerais. 2014. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/defar/files/2015/11/A.B.A.2014.2.pdf>. Acesso em 31 Jul de 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação, referências, elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ATHANASSIOU, N.; MCNETT, J.; HARVEY, C. Critical Thinking in the Management Classroom: Bloom's Taxonomy as a Learning Tool. *Journal of Management Education*, v. 27, n. 5, p. 533-555, 2003. DOI: 10.1177/1052562903252515.

BERBEL, N. A. N. Metodologia da problematização: uma alternativa metodológica apropriada para o ensino superior. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 16, n. 2, p. 9-19, 1995.

BRANCO, M. L. F. R. A educação progressiva na atualidade: o legado de John Dewey. *Educação e Pesquisa*, v. 40, n. 3, p. 783-798, 2014. DOI: 10.1590/S1517-97022014005000013.

BRASIL. Decreto 20.377, de 08 de setembro de 1931,

1931. BRASIL. Constituição da República Federativa do

Brasil. 1988. BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de

1996, 1996.

BRASIL, Ministério da Saúde. ABC do SUS: Doutrinas e princípios. Brasília, 1990. Disponível em: <http://iph.org.br/acervo/livros/abc-do-sus-doutrinas-e-principios-612>. Acesso em: 31 Jul de 2020.

BRASIL. Resolução CNE/CP 01, de 17 de junho de 2004, 2004.

BRASIL. Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005, 2005.

BRASIL. Lei 11788, de 25 de setembro de 2008, 2008.

BRASIL. Parecer CONAES 04, de 17 de junho de 2010, 2010. (BRASIL, 2010a)

BRASIL. Resolução CONAES 01, de 17 de junho de 2010, 2010. (BRASIL, 2010b)

BRASIL. Decreto 7611, de 17 de novembro de 2011, 2011.

BRASIL. Resolução CNE/CP 01, de 30 de maio de 2012, 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. (BRASIL, 2012a)

BRASIL. Parecer CNE/CP 14, de 15 de junho de 2012, 2012. (BRASIL, 2012b)

BRASIL. Resolução CNE/CP 02, de 15 de junho de 2012, 2012. (BRASIL, 2012c)

BRASIL. Lei 12764, de 27 de dezembro de 2012, 2012. (BRASIL, 2012d)

BRASIL. Resolução CNS nº 515, de 3 de junho de 2016. (BRASIL, 2016a)

BRASIL. Portaria 1134, de 10 de outubro de 2016, 2016. (BRASIL, 2016b)

BRASIL. Resolução CNE/CES 6, de 19 de outubro de 2017, 2017. (BRASIL, 2017a)

BRASIL. Lei 13425, de 30 de março de 2017, 2017. (BRASIL, 2017b)

CFF. Conselho Federal de Farmácia. Resolução CFF nº. 642, de 29 de junho de 2017, 2017. Dispõe sobre a necessidade de conteúdo prático no projeto pedagógico do curso de graduação em Farmácia, nos seus módulos ou disciplinas.

CFF. Conselho Federal de Farmácia. Farmacêutico na saúde pública gera economia para o SUS,

Rossana Spiguel. 2017. Disponível em:

<https://www.cff.org.br/noticia.php?id=4282&titulo=Farmac%C3%AAutico+na+sa%C3%BAde+p%C3%BAblica+gera+economia+para+o+SUS%2C+diz+Rossana+Spiguel>. Acesso em 31 Jul de 2020.

CONFALONIERI, U. E. C. O Sistema Único de Saúde e as populações indígenas: por uma integração diferenciada. Cadernos de Saúde Pública, v. 5, n. 4, p. 441-450, 1989. DOI:

10.1590/S0102-311X1989000400008.

CROFT, H.; GILLIGAN, C.; RASIAH, R.; LEVETT-JONES, T.; SCHNEIDER, J. Current Trends and Opportunities for Competency Assessment in Pharmacy Education—A Literature Review. *Pharmacy*, v. 2, n. 7, p. 67-91, 2019. DOI: 10.3390/pharmacy7020067.

CRUESS, R. L.; CRUESS, S. R.; STEINERT, Y. Amending Miller's Pyramid to include professional identity formation. *Academic Medicine*, v. 91, n. 2, p. 180-185, 2016. DOI: 10.1097/ACM.0000000000000913.

CRUZ, C.S.S., HORTA, C.M., BOTELHO, W.J. Macrorregião Jequitinhonha in Pacto pela Saúde em Minas Gerais. Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais, 2010.

DE BEER, W. A. Original opinion: the use of Bloom's Taxonomy to teach and assess the skill of the psychiatric formulation during vocational training. *Australasian Psychiatry*, 2v. 25, n. 5, p. 514-519, 2017. DOI: 10.1177/1039856217726692.

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 8 ed. São Paulo – SP GAIA, 2003.

DIESEL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. *Revista Thema*, v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.15536/thema.14.2017.268-288.404>.

EUSTACHIO, P.F.P.; AVELAR, L.A.; DIAS, J.V.L.; QUEIROZ, D.R.M.; MURTA, N.M.G.; BAHIA DE OLIVEIRA, G.H. ; CAMBRAIA, R.P.; PIRES, H.H.R.; MARTINS, H.R.

Intestinal

parasitosis and environmental contamination with helminths and protozoa in a Quilombola community of southeast Brazil. *Revista Cubana de Medicina Tropical*, v. 71, p. 1, 2019. Disponível em: <http://revmedtropical.sld.cu/index.php/medtropical/article/view/299/224>. Acesso em 4 Ago de 2020.

FALCÃO, E. F. Metodologia da mobilização coletiva e individual. João Pessoa: Editora da UFPB, 2002. p.28-97.

FERNANDES, M.E. A cidade e seus limites: as contradições do urbano na Califórnia Brasileira. *Annablume*, p. 347, 2004.

FORPLAD. Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração. 4ª Reunião 2015 – Ouro Preto. Grupo de Trabalho Indicadores - GT. Ouro Preto, 2015. Disponível em: [http://www.uff.br/sites/default/files/indicadores\\_do\\_forplad.pdf](http://www.uff.br/sites/default/files/indicadores_do_forplad.pdf).

FRAGELLI, R. R. Trezentos: Aprendizagem colaborativa como uma alternativa ao problema da ansiedade em provas. *Revista Eletrônica Gestão & Saúde*, v. 6, n. 2, p. 860-872, 2015.

FRAGELLI, T. B. O.; FRAGELLI, R. R. Método Trezentos: Uma experiência de aplicação na área da Saúde. *Educação Ciência e Saúde*, v.3, n.1, 2016. DOI: 10.20438/ecs.v3i1.59.

FRAGELLI, T. B. O.; FRAGELLI, R. R. Trezentos: a dimensão humana do método. *Educar em Revista*, n. 63, p. 253-265, 2017. DOI: 10.1590/0104-4060.46800.

FREITAS, D. A.; CABALLERO, A. D.; MARQUES, A. S.; HERNÁNDEZ, C. I. V.; ANTUNES,

S.

L. N. O. Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. Revista CEFAC, v. 13, n. 5, p. 937-943, 2011. DOI: 10.1590/S1516-18462011005000033.

FREEMAN, S.; EDDY, S. L.; MCDONOUGH, M.; SMITH, M. K.; OKOROAFOR, N.; JORDT, H.; WENDEROTH, M. P. Active learning boosts performance in STEM courses. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 111, n. 23, p. 8410-8415, 2014. DOI: 10.1073/pnas.1319030111.

FURST, E. J. Bloom's Taxonomy of Educational Objectives for the Cognitive Domain: Philosophical and Educational Issues. Review of Educational Research, v. 51, n.4, p. 441-453, 1981. DOI: 10.2307/1170361.

GALVÃO, E. L.; BODEVAN, E. C.; SANTOS, D. F. Análise da Distribuição Geográfica dos Serviços de Saúde no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 11, n. 20, p. 32-44, 2015.

GALVÃO, E.L., BODEVAN, E.C., SANTOS, D.F. Gestão regionalizada dos serviços de saúde no estado de Minas Gerais. Rev. APS. 2015 abr/jun; 18(2): 242 - 247. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15491>. Acesso em 31 Jul de 2020.

GLASSER, W. Control theory in the classroom. New York: Perennial Library, 1986.

IBGE. Brasil em Síntese. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/> . Acesso em 10 e 11 Jul de 2019.

IBGE. Produto Interno Bruto. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 30 Jul de 2020.

KEMBER, D.; HO, A.; HONG, C. The importance of establishing relevance in motivating student learning. Active Learning in Higher Education, v. 9, n.3, p. 249-263, 2014.

KRACKOV, S. K.; POHL, H. Building expertise using the deliberate practice curriculum-planning model. Medical Teacher, v. 33, n. 7, p. 570-575, 2011. DOI: 10.3109/0142159X.2011.578172.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - 2012. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Presidenta do Ipea discute desenvolvimento em MG. 2012. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14989&catid=4&Itemid=2](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14989&catid=4&Itemid=2). Acesso em 31 Jul de 2020.

LEAL, M. DO C. et al. Determinantes do óbito infantil no Vale do Jequitinhonha e nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 51, n.12, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt\\_0034-8910-rsp-S1518-87872017051006391.pdf](https://www.scielo.br/pdf/rsp/v51/pt_0034-8910-rsp-S1518-87872017051006391.pdf). Acesso em 2 Ago de 2020.

LOMBARTS, K. M.; HEINEMAN, M. J.; SCHERPBIER, A. J.; ARAH, O. A. Effect of the learning climate of residency programs on faculty's teaching performance as evaluated by residents. *PLoS One*, v. 9, n. 1, e86512, 2014. DOI:10.1371/journal.pone.0086512.

LOPES, R. M. A. Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010.

LUZ, J.G.G.; CARVALHO, A.G. ; MARINHO, B.M. ; BARBOSA, M.V. ; RESENDE, S.D. ; DIAS,

J.V.L.; MARTINS, H.R. Contamination by intestinal parasites in vegetables marketed in an area of Jequitinhonha Valley, Minas Gerais, Brazil. *Revista de Nutricao* , v. 30, p. 127-136, 2017. Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-52732017000100127](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732017000100127): Acesso em 4 Ago de 2020

MARQUES, J. H. V. L.; PALMEIRA, E. M. Capital intelectual como diferencial competitivo nas organizações, 2011. Disponível em: <file:///D:/Dados%20de%20Usuario/Downloads/lmmp.pdf>.

MARTINS, L. M. S. M. Educação ambiental - uma perspectiva transdisciplinar no ensino superior. II SEAT – Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade UFG / IESA / NUPEAT - Goiânia, maio de 2011.

MAZUR, E. *Peer Instruction: A User's Manual*. Boston: Addison-Wesley, 1996.

MILLER, G. E. The assessment of clinical skills/competence/performance. *Academic Medicine*, v. 65, n. 9, p. S63-S67, 1990. DOI: 10.1097/00001888-199009000-00045.

MINAS GERAIS. Minas Gerais em Números. Disponível em: <http://www.numeros.mg.gov.br/QvAJAXZfc/opensdoc.htm?document=MapaResultados.qvw&host=QVS%40vm13532&anonymous=true>. Acesso em 31 Jul de 2020.

MUÑHOZ, D. R.; ARAYA, D. H. The challenges of competence-based assessment in the educational field. *Educación e Pesquisa*, v. 43, n. 4, p. 1073-1086, 2017. DOI: 10.1590/s1678-4634201706164230.

OLIVEIRA, S.F. Perfil epidemiológico dos casos de sífilis notificados nas Regiões Ampliadas de Saúde do Jequitinhonha e Nordeste de Minas Gerais. Dissertação. (Mestrado em Saúde, Sociedade e Ambiente) – Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Minas Gerais. 2019. Disponível em: [http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/2191/1/suzane\\_fonseca\\_oliveira.pdf](http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/2191/1/suzane_fonseca_oliveira.pdf). Acesso em 2 Ago de 2020.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em 2 Ago de 2020.

PORCHEDDU, A. Zygmunt Bauman: entrevista sobre a educação. Desafios pedagógicos e modernidade líquida. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, p. 661-687, 2009. DOI: 10.1590/S0100-15742009000200016.

RAMANI, S. Reflections on feedback: Closing the loop. Medical Teacher, v. 38, n. 2, p. 206-207, 2016. DOI: 10.3109/0142159X.2015.1044950.

SANTOS, S.A. Avaliação e monitoramento para avaliação da Estratégia para Ampliação do Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos na Região Ampliada de Saúde Jequitinhonha – MG. Dissertação. (Mestrado em Saúde, Sociedade e Ambiente) – Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Minas Gerais. 2019. Disponível em: <http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1853>. Acesso em 2 Ago de 2020.

SARRETA, F. O. Educação permanente em saúde para os trabalhadores do SUS. Rev. Scielo books, editora UNESP, 248 páginas. São Paulo, 2009

SILVA, E.J. Tracoma: Prevalência e fatores associados em escolares no Vale do Jequitinhonha (MG) e Desenvolvimento, Validade e Confiabilidade de um instrumento para avaliar conhecimento de médicos e enfermeiros da atenção primária. Tese. (Doutorado em Ciências da Saúde) – Universidade Estadual de Montes Claros. Minas Gerais. 2019. Acesso em 2 Ago de 2020.

TRAVERS, R. M. W. Taxonomies of educational objectives and theories of classification. Educational Evaluation and Policy Analysis, v. 2, n. 2, p. 5-23, 1980. DOI: 10.2307/1163930.

UFVJM. Resolução CONSEPE 15, de 21 de maio de 2010, 2010. (UFVJM, 2010a)

UFVJM. Resolução CONSEPE 05, de 23 de abril de 2010, 2010. (UFVJM, 2010b)

UFVJM. Resolução CONSEPE 05, de 20 de maio de 2011, 2011.

UFVJM. Resolução CONSEPE 17, de 24 de agosto de 2016, 2016.

UFVJM. Plano de Desenvolvimento Institucional 2017 – 2021. Diamantina, 2017. (UFVJM, 2017a) UFVJM. Resolução CONSEPE 22, de 16 de março de 2017, 2017. (UFVJM, 2017b)

UFVJM. Projeto Pedagógico do Curso - Agronomia, Campus JK, 2018.

UFVJM. A Universidade. História, 2020. Disponível em: <http://portal.ufvjm.edu.br/a-universidade>. Acesso em 06 de agosto, de 2020.

URSANI, A. A.; MEMON, A. A.; CHOWDHRY, B. S. Bloom's Taxonomy as a Pedagogical Model for Signals and Systems. *International Journal of Electrical Engineering Education*, v. 51, n. 2, p. 162- 173, 2014. DOI: 10.7227/IJEEE.51.2.7.

UNICEF/WHO. Diarrhoea: Why children are still dying and what can be done. Genebra, Suíça. ISBN978. V.92, n.4, p.159841-5. 2009. Disponível em: [https://www.unicef.org/media/files/Final\\_Diarrhoea\\_Report\\_October\\_2009\\_final.pdf](https://www.unicef.org/media/files/Final_Diarrhoea_Report_October_2009_final.pdf). Acesso em 2 Ago de 2020.

URSINE, R.L. ; DIAS, J.V.L.; MORAIS, H.A.; CAMPOS, T.S. ; PIRES, H.H.R. Contexto, vivência e percepção: relatos de pessoas que tiveram leishmaniose visceral em área de transmissão intensa e persistente do Médio Jequitinhonha. *Unimontes Científica*, v. 21, p. 03-16, 2019. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/341580263\\_Contexto\\_vivencia\\_e\\_percepcao\\_relato\\_s\\_de\\_pessoas\\_que\\_tiveram\\_leishmaniose\\_visceral\\_em\\_area\\_de\\_transmissao\\_intensa\\_e\\_persistente\\_do\\_Medio\\_Jequitinhonha](https://www.researchgate.net/publication/341580263_Contexto_vivencia_e_percepcao_relato_s_de_pessoas_que_tiveram_leishmaniose_visceral_em_area_de_transmissao_intensa_e_persistente_do_Medio_Jequitinhonha): Acesso em 4 Ago de 2020.

VALENTE, J. A. *Blendedlearning* e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. *Educar em Revista*, n. 4, p. 79-97, 2014. DOI: 10.1590/0104-4060.38645.

VALENTE, J. A. A sala de aula invertida e a possibilidade do ensino personalizado: uma experiência com a graduação em midialogia. In: BACICH, L.; MORAN, J. *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Penso Editora, 2018.

VALENTE, V. A.; ALMEIDA, M. E. B.; GERALDINI, A. F. S. Metodologias ativas: das concepções às práticas em distintos níveis de ensino. *Revista Diálogo Educacional*, v. 17, n. 52, p. 455-478, 2017. DOI: 10.7213/1981-416X.17.052.DS07.

WINEBURG, S.; SCHNEIDER, J. Was Bloom's Taxonomy Pointed in the Wrong Direction? *Phi Delta Kappan*, v. 91, n. 4, p. 56-61, 2001. DOI: 10.1177/003172171009100412.

16. ANEXOS

ANEXO I

Portaria nº 36, de 17 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - Seção 1, no dia 18 de janeiro de 2018, páginas 13, 14 e 15.

Nº 13, quinta-feira, 18 de janeiro de 2018

Diário Oficial da União - Seção 1

ISSN 1677-7042

13



UF	CODIGO	Curso	1º de vaga - em 2018	Instituição	Associação	Endereço
DF	20001102	LOGÍSTICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE AURELIANO	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO VEREALEIRA	AVIA MAREMBUI, 384, CAMPO COMPRIDO, CUIRITÉ, RIBEIRÃO
DF	20100100	PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	AVIA MAREMBUI, 384, CAMPO COMPRIDO, CUIRITÉ, RIBEIRÃO
DF	20000100	CÊNCIAS EXATAS - FÍSICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	AVIA MAREMBUI, 384, CAMPO COMPRIDO, CUIRITÉ, RIBEIRÃO
DF	20000100	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACNVT	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO N.º ALICE LADORA LITA	AVENIDA MARCELO FLORIANO, 947, CENTRO, LAGES
DF	20100100	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cento)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SOUZA - RUAÇÃO ESTÁCIO DE SOUZA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SOUZA LITA	AVENIDA PRESIDENTE JOÃO GUGLIARTE, 604, CRUZEIRO DO SUL, JUIZ DE FORA
DF	20000407	DESENVOLVIMENTO (Bacharelado)	100 (cento)	FACULDADE ESTÁCIO DE SOUZA II	ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESTÁCIO DE SOUZA LITA	AVIA FAGUNDES DE SOUZA, 331, ATE 909/98, CENTRO, PASSO FUNDO
DF	20000702	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cento)	UNIVERSIDADE SALVADOR	INSTITUTO EDUCACIONAL LITA	AVIA RIO TINTO, 151, SANTA MÔNICA, FEIRA DE SANTANA
DF	20100100	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	100 (cento e cinco)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE CIENÇA	PAC EDUCACIONAL LITA	AVENIDA FERDINANDO CORRÊA DA COSTA, 265, AERÁO, CUIRITÉ
DF	20100021	CÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	100 (cento)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	AVENIDA TOULOUS RAIMUNDO MOUTIERO RIBEIRO, 314, CENTRO, GERESENSES, SÃO JOÃO DEL REI
DF	20000701	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cento)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACNVT	SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO N.º ALICE LADORA LITA	AVENIDA MARCELO FLORIANO, 947, CENTRO, LAGES
DF	20000000	MEDICINA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MOURÃO	SOCIEDADE MOURÃO DE CULTURA	AVENIDA ARTUR DA SILVA BERGARELLI, 55, RUA, MOURÃO
DF	20000001	PSICOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELLO MONTE	INSTITUTO MOURÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (IMOURÃO)	AVENIDA PROF. MÁRIO VERGUEIL, 104, BLOCO B, BELLO MONTE, BELLO MONTE
DF	20000100	CÊNCIAS EXATAS - MATEMÁTICA (Licenciatura)	11 (onze)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	AVIA DR. JOSÉ MARCELO, 24, PARANÁ, CENTRO, FÂNDULA DO SUL
DF	20100100	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANTONIETA DE SÃO JOSÉ	ANGELINA EDUCACIONAL PARTES JOSE	AVENIDA DR. JOSÉ BATISTA DE SOUZA SOARES, 1000, BARRO COMPRIDO, SÃO JOSÉ DO CARVALHO
DF	20000200	MEDICINA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE SANTA MARIA	LACERDA & SOLEFARI LITA - EPP	R.º 240, 100, RUA, SETE BARRIOS, CRISTO REI, CAJATI
DF	20000000	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	AVIA GIANCO, 311, AQUIDAUANA, SÃO MIGUEL DO OESTE
DF	20100100	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Centro Universitário - Campus de Santa Catarina em Jaraguá	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL REGIONAL JARAGUÁENSE	AVIA BRUNO FERREI, 300, CENTRO, JARAGUÁ DO SUL
DF	20000000	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	AVIA RUI BARBOSA, 110, BARRA DA OBRAS, CENTRO, CUIRITÉ
DF	20000100	GESTÃO FINANCEIRA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI	FUNDAÇÃO VALE DO TAQUARI DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FUNTADE	AVIA WELTON FALCÃO, 174, UNIVERSITÁRIO, LAGES
DF	20000101	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cento)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SOUZA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SOUZA LITA	AVIA ARRANJADA HALACK, 98, RIBEIRÃO, 900, RIBEIRÃO, RIBEIRÃO PRETO
DF	20000100	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	AVIA DR. JOSÉ MARCELO, 24, PARANÁ, CENTRO, FÂNDULA DO SUL
DF	20100100	PSICOTERAPIA (Bacharelado)	120 (cento e cinquenta)	FACULDADE JAMA E RUIZA	ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E EDUCAÇÃO SANTA TERESA	AV. TEREZINHA DE CÁSTRO, 30, BOMBEIROS, RIO DE JANEIRO
DF	20100100	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANTONIETA DE SÃO JOSÉ	ANGELINA EDUCACIONAL PARTES JOSE	AVIA PRESIDENTE CAMPOS BALLEA, 286, OLARIA, JARAGUÁ DO SUL
DF	20000701	CÊNCIAS CONTÁBILS (Bacharelado)	40 (quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE PARANÁ	SOCIEDADE ADMINISTRATIVA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	AVENIDA ALFREDO ANTUNES DE OLIVEIRA, 307, ATE 300/09, JARDIM ROSA, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PORTARIA Nº 35, DE 17 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 9.215, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.215, de 2017.

Parágrafo único: O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS DE OLIVEIRA MARTINS

ANEXO (Reconhecimento de Cursos)

Nº de	Registro de MEC nº	Curso	1º de vaga - em 2018	Instituição	Associação	Endereço de Reconhecimento do curso
1	20100100	CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (Bacharelado)	15 (quinze)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	CIDADE UNIVERSITÁRIA, 800, CAMPUS I, FÂNDULA DO SUL, PARANÁ
2	20000100	MATEMÁTICA APLICADA E COMPUTACIONAL (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	AVENIDA MARCELO FLORIANO, 947, CENTRO, PASSO FUNDO
3	20000000	ARTES VISUAIS (Licenciatura)	30 (trinta)	FACULDADE DE RIBEIRÃO PRETO	UNESP - LA	AVIA SÃO HERANZILDO, 100, VILA SERRA, RIBEIRÃO PRETO

PORTARIA Nº 36, DE 17 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 9.215, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.215, de 2017.

Parágrafo único: A renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 9.215, de 2017, a renovação do reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS DE OLIVEIRA MARTINS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05012018011800613. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





## ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201509834	ALIMENTOS (Tecnológico)	60 (sessenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	RUA PEDRO ANTUNES DE OLIVEIRA, S/N, DISTRITO DE SÃO GONÇALO, JARDIM
2.	20092894	DIREITO (Bacharelado)	460 (quatrocentos e sessenta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AV. BAGUACU, 1999, JARDIM ALVORADA, ARACATUBA/SP
3.	20090423	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RODOVIA MG 338 KM12, SN, COLONIA RODRIGO SILVA, BARBACENA/MG
4.	201301783	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	RUA RODOLFO SCHLEIPER, 222, CENTRO, CAXIAS
5.	201610894	PEDAGOGIA (Licenciatura)	200 (duzentas)	FACULDADE DO MARANHÃO	SOMAR - SOCIEDADE MARANHENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA FRONTE E COSTA LOTE 03, BELQUINHO, SÃO LUIS/MA
6.	20093016	FISioterapia (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITARIO DO SUL DE MINAS	FUNDACAO DE ENSINO E PESQUISA DO SUL DE MINAS	AVENIDA JOSE PINTO DE OLIVEIRA, SN, AEROPORTO VARGEM/AMG
7.	200905300	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	120 (cento vinte)	INSTITUTO MASTER DE ENSINO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	INSTITUTO DE ADMINISTRACAO E GESTAO EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA MINAS GERAIS, 1.889, CENTRO, ARAGUARI/MG
8.	20090427	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RODOVIA MG 338 KM12, SN, COLONIA RODRIGO SILVA, BARBACENA/MG
9.	201349244	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	580 (quinhentas e oitenta)	UNIVERSIDADE DA AMAZONIA	UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA	AVENIDA ALCIDIO CACELA, 280, BLOCO C - TERREO, UMACUZAL, BELÉM/PA
10.	201616697	OROLOGIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	AVENIDA CAPITAO ENR GARCEZ, 2413, AEROPORTO BOA VISTA/RN
11.	201413460	ARQUITVLOGIA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	CIDADE UNIVERSITARIA PROF. JOSE MARIANO DA ROCHA FETRO, AVENIDA RORAIMA, 1000, CAMPUS UNIVERSITARIO, CAMPOI, SANTA MARIA/RS
12.	200906013	DIREITO (Bacharelado)	928 (novecentos e vinte e oito)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	RGAS-QUADRA, 913, CONJUNTO B, ASA SUL, BRASLIA/DF
13.	200901793	ENGENHARIA ELÉTRICA - ELETROTÉCNICA (Bacharelado)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	AV. RODRIGO OTAVIO, 4200, CAMPUS UNIVERSITARIO, CORONADO II, MANAUS/AM
14.	201503556	FISioterapia (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	ESTACAO FATEM - FACULDADE ESTACAO DO RIO GRANDE DO NORTE	SOCIEDADE UNIVERSITARIA DE EXCELENCIA EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO NORTE LTDA	RUA DE HERNANI HENRI GOMES, 30, CAPIM MAICO, NATAL/RN
15.	201503863	FISioterapia (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ESTACAO DE SA DE OURINHOS	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACAO DE SA LTDA	AVENIDA LUIZ SALZANHA RODRIGUES, SN, QUADRA 61-4, NOVA OURENHOS, OURENHOS/SP
16.	200906000	DIREITO (Bacharelado)	460 (quatrocentos e sessenta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	AVENIDA CAMPINAS, 109, VILA INDEPENDENCIA, LIMOEIRO/SP
17.	200908430	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RODOVIA MG 338 KM12, SN, COLONIA RODRIGO SILVA, BARBACENA/MG
18.	201610947	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE	UNIVICOSA - UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DE VICOSA LTDA	AVENIDA MARIA DE PAULA SANTANA, 3.815, SEVSTRE, VICOSA/MG
19.	20078071	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE ESAMC CAMPINAS	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETNG CEAM LTDA	AVENIDA DOUTOR MANOEL AROSO FERREIRA, 245, JARDIM PARAISO, CAMPINAS/SP
20.	201348899	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	180 (cento e oitenta)	CENTRO UNIVERSITARIO CAMPOS DE ANDRADE	ASSOCIACAO DE ENSINO VERSALHES	RUA MARCELO, 283, CAMPO COMPLEXO, CURITIBA/PR
21.	201503469	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	120 (cento vinte)	FACULDADES INTEGRADAS STELLA MARIS DE ANDRAZINHA	FUNDACAO EDUCACIONAL DE ANDRAZINHA	RUA AMAZONAS, 571, STELLA MARIS, ANDRAZINHA/SP
22.	200905311	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	120 (cento vinte)	INSTITUTO MASTER DE ENSINO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	INSTITUTO DE ADMINISTRACAO E GESTAO EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA MINAS GERAIS, 1.889, CENTRO, ARAGUARI/MG
23.	201616955	TEOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CATOLICA DE ANÁPOLES	FUNDACAO SAO MIGUEL ARCANJO	RUA B-10, QD. 10, LOTS 11, 14, 15 E 16, 580, FSO CURIA 3 - CIDADE JARDIM / ANAPOLIS - OD, CIDADE JARDIM, ANAPOLIS/GO
24.	201617017	OROLOGIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	RUA AUGUSTO COBREIA, 01, GUAMA, BELÉM/PA
25.	200909977	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	130 (cento e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	RUA DEPUTADO ESTACAO VICENTE NASSER, 830, CENTRO, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
26.	200903296	ODONTOLÓGIA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DE ITAÚNA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE ITAÚNA	RODOVIA MG 401 KM 43, 500, CAMPO VERDE, ITAÚNA/MG
27.	200808842	MÚSICA (Licenciatura)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	AV. PROF. MORAES REBO, 1.135, CIDADE UNIVERSITARIA RECIFE/PE
28.	201503968	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE PITÁGORAS UPOPAR	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL SA	RODOVIA PR-218 - KM 01, SAIDA ASTORGA, SN, JARDIM UNIVERSITARIO, KM 01, JARDIM UNIVERSITARIO, MABOPIRASS/PR
29.	200906005	DIREITO (Bacharelado)	363 (duzentas e sessenta e três)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPERO	RODOVIA PRESIDENTE DUTRA, EM 1573, PISTA SUL, JARDIM LACERDO, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
30.	201509775	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	300 (trezentas)	FACULDADE UNINASSAU NATAL	SOCIEDADE EDUCACIONAL CARVALHO GOMES LTDA	AVENIDA PRESIDENTE DE MORAIS, 3335, LAGOA NOVA, NATAL/RN
31.	201504001	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITARIO DOS GUARARAPES	SOCEC - SOCIEDADE CAPRARIENSE DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	RUA COMENDADOR JOSE ODEER, 27, PIEDADE, JAROTAO DOS GUARARAPES/PE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.gov.br/atastematica/br/>, pelo código 0001201801180014.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



32.	200905901	DIREITO (Bacharelado)	94 (noventa e quatro)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPER	RUA MYRITES SPERA CONCEIÇÃO, 101, CONJUNTO NELSON MARCONI, FIES ASSIS/SP
33.	201301782	Ciências Sociais (Bacharelado)	120 (cento vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	RUA PROF. ARISTIDES NOVIS, 191, CAMPUS UNIVERSITÁRIO FEDERAL-CAIXARIANA, FERRELAGOAS, SAO-VADOR/BA
34.	200902312	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE TRÊS PORTAS	FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA DO SUL DE MINAS	PRAÇA D'AFRÉDICA, 57, CENTRO, TRÊS PONTAS/MG
35.	201304080	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDARAÉ	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO VERSALHES	RUA MARUMBY, 281, CAMPO COMPLETO, CURITIBA/PR
36.	201509474	IRRIGação E DRENAGEM (Tecnológico)	50 (cinquenta)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ	RODOVIA JOIATU S/N, KM 03, VILA CAJAZEIRAS, JOIATUBE
37.	201610797	PEDAGOGIA (Licenciatura)	480 (quatrocentos e oitenta)	INSTITUTO ESPERANÇA DE ENSINO SUPERIOR	FUNDAÇÃO ESPERANÇA	RUA COARACY NUNES, 3113, CALDA POSTAL, 222, CARANAZAL, SANTARÉM/PA
38.	201352248	LETRAS (Bacharelado)	45 (quarenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA UFJF	CAMPUS UNIVERSITÁRIO, S/N, UFJF, SAO PEDRO, JUIZ DE FORA/MG
39.	201352208	TEATRO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	AVENIDA ANTONIO CARLOS, 6617, PAMPULHA, BEL O HORIZONTE/MG
40.	201616098	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	50 (cinquenta)	FACULDADE SATC	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA (SATC)	RUA PASCOAL MELLER, 71, UNIVERSITÁRIO, Criciúma/SC
41.	201349811	PEDAGOGIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	AVENIDA JOÃO NAVEZ DE ÁVILA, 2121, REITORIA, SANTA MÔNICA, UBERLÂNDIA/MG
42.	200925998	DIREITO (Bacharelado)	460 (quatrocentos e sessenta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPER	AVENIDA ABAMANDO GIASSETTI, 571, VILA BORTOLÂNDIA, JUNDIAÍ/SP
43.	201504217	FISIOterapia (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO PARAIBANO DE ENSINO RENOVADO	ASSOCIAÇÃO PARAIBANA DE ENSINO RENOVADO-ASPER	RUA AFONSO BARBOSA DE OLIVEIRA, 3011, JARDIM MARISOPOLIS, JOÃO PESSOA/PB
44.	201610775	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE RONDÔNÓPOLIS	FAIR EDUCACIONAL LTDA	RUA ARNALDO ESTEVÃO DE FIGUEIREDO, 738, LETRA A TERREO, 1º e 2º PISO (PARCE SUPERIOR), CENTRO, RONDÔNÓPOLIS/MT
45.	200904410	FARMÁCIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	MOt 367, 500, KM581, ALTO DO JACUBA, DIAMANTINA/MG
46.	201610794	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE SANTO ANDRÉ	UNESP S/A	RUA DELFIM MOREIRA, 40, CENTRO, SANTO ANDRÉ/SP
47.	201616997	Ciências Naturais (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	RUA LEANDRO RIBEIRO, S/N, CENTRO, BRAGANÇA/PA
48.	201616430	FABRICAÇÃO MECÂNICA (Tecnológico)	100 (cem)	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UFFP CAMPUS PASSO FUNDO - CAMPUS I, 38, BR 245 - KM 171, SAO JOSE, PASSO FUNDO/RS
49.	201611018	MATEMÁTICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	RUA DESEMBARADOR ELIS HERMYDO FIGUEIRA, 781, BLOCO B, ATERROADO, VILTA REDONDARIA/RJ

PORTARIA Nº 35, DE 17 DE JANEIRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de agosto de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único: A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUBENS DE OLIVEIRA MARTINS

ANEXO (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Curso	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	200903661	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	120 (cento vinte)	UNIVERSIDADE DE ITAUNA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE ITAUNA	RODOVIA MG 411 KM 45, SN, CAMPOS VERDE, ITAUNA/MG
2.	201102349	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADES INTEGRADAS SANTA CRUZ DE CURITIBA	UNIO PARANAENSE DE ENSINO E CULTURA - UNIPAR	RUA PEDRO BONAI, 101, TERREO, NOVO MUNDO, CURITIBA/PR
3.	200905312	ENFERMAGEM (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	INSTITUTO MASTER DE ENSINO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO & GESTÃO EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA MINAS GERAIS, 1389, CENTRO, ARAÇARI/MG
4.	201615912	MECATRÔNICA INDUSTRIAL (Tecnológico)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA PENTAGONO	INSTITUTO PENTAGONO DE ENSINO SUPERIOR LTDA - IPP	RUA COSBONI, FERNANDO PRESTEA, 326, CENTRO, SANTO ANDRÉ/SP
5.	201350750	LETRAS (Licenciatura)	280 (duzentas e oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	AVENIDA ANTONIO CARLOS, 6617, PAMPULHA, BEL O HORIZONTE/MG
6.	201380760	Ciências Sociais (Bacharelado)	45 (quarenta e cinco)	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO, S/N, ASA NORTE, BRASILIA/DF
7.	200906016	COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)	230 (duzentas e trinta)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSOCIAÇÃO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO-ASSUPER	AV. COMENDADOR ENZO FERRARI, 280, JD. SWIFT, CAMPINAS/SP
8.	200903429	FARMÁCIA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RODOVIA MG 138 KM12, SN, COLÔNIA ROSARIO, SILVA, BARBACENA/MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/estimada.html>, pelo código 00012018011800013.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/04/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



51 medicamentos no mercado de trabalho, mas alertam para a verificação de que não haja sobreposições dos  
52 conteúdos tratados com aqueles ministrados na disciplina de Farmacognosia. O Prof. Eduardo se  
53 encarregou de verificar as ementas das disciplinas citadas, para que se adéquem as sugestões. **Questionário**  
54 Perguntados sobre as disciplinas cursadas, houve consenso quanto às dificuldades da disciplina Cálculo,  
55 inicialmente pela metodologia de ensino dos professores desta disciplina e falta de conexão entre o  
56 conteúdo ensinado em sala de aula e aquele avaliado nas provas aplicadas. A falta de direcionamento  
57 adequado aos alunos quanto sua aplicabilidade para as áreas de atuação é outro fator que leva aos altos  
58 índices de reprovação/retenção. Neste sentido, foi sugerida a inclusão da disciplina Fundamentos de  
59 Matemática, para preparação dos discentes para o conteúdo que será aprendido em Cálculo. O Prof.  
60 Eduardo concorda com o fato de esta disciplina ser um grande problema de retenção em todos os  
61 departamentos e, diante das explicações, comprometeu-se a avaliar junto a outros professores do  
62 Departamento de Farmácia, a criação da disciplina Cálculo Aplicado à Farmácia, que teria como objetivo  
63 ensinar aos discentes os fundamentos do Cálculo em situações aplicáveis na profissão farmacêutica. O Prof.  
64 Guilherme, que estava presente, disponibilizou-se a colaborar nesse novo planejamento da disciplina e  
65 ministrar as aulas em parceria com o Prof. Eduardo. Quanto aos Estágios, os presentes aprovaram a carga  
66 horária estabelecida e o início precoce, no entanto alertam para o estabelecimento de critérios e condições  
67 que delimitem as áreas de atuação de acordo com as disciplinas que o discente tiver cursado. Foi proposto  
68 ainda que a carga horária obrigatória de estágio em Drograria deveria ser aumentada, considerando que este  
69 é o estabelecimento em que a maioria dos profissionais se insere logo após se formarem, até encontrarem  
70 oportunidade de se inserirem em outras áreas. Quanto a isto, o Prof. Guilherme explicou que as novas  
71 diretrizes também estabelecem as cargas horárias mínimas a serem contempladas nos estágios, já havendo  
72 esta mudança para aumento da carga horária obrigatória nas áreas em que estão incluídas as drogarias.  
73 Perguntados sobre a participação em projetos de extensão, nenhum dos presentes teve a oportunidade de  
74 participar deste tipo de projeto, tendo como principal motivo, a escassez de ações extensionistas existentes  
75 durante o período de formação dos mesmos. Foi informado pelo Prof. Eduardo que as novas diretrizes  
76 trazem a obrigatoriedade de 10% da carga horária total do curso voltadas para ações extensionistas, como  
77 mencionado anteriormente. Portanto, foi sugerido que cada disciplina destine 1(um) crédito, de seu total,  
78 para atividades de extensão, contemplando o exigido nas diretrizes, sem sobrecarregar nenhum professor.  
79 Para finalizar, a egressa Flávia sugeriu que as ações do Departamento tivessem maior divulgação através  
80 dos sites da UFVJM e do DeFar, com a publicação dos projetos desenvolvidos, dos históricos dos egressos  
81 e demais oportunidades para que os discentes possam participar de atividades que tenham mais interesse.  
82 Os professores presentes agradeceram a disponibilidade dos egressos presentes e as contribuições para a  
83 melhoria do PPC. Foi solicitado que na próxima reunião do Departamento de Farmácia seja aberto um  
84 momento para fala sobre a ausência dos servidores egressos nesta reunião. Nada mais havendo a se tratar,  
85 eu, Dayana Barbosa da Cruz, Secretária do Departamento de Farmácia, lavrei a presente ata, que depois de  
86 lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Diamantina, três de maio de dois mil e dezenove. X-X-X-X-X-  
87 Dayana Barbosa da Cruz *Dayana Barbosa da Cruz*  
88 Eduardo de Jesus Oliveira *Eduardo de Jesus Oliveira*  
89 Flávia Lidiane Oliveira da Silva *Flávia Lidiane Oliveira da Silva*  
90 Guilherme Carneiro *Guilherme Carneiro*  
91 Lorena Ulhôa Araújo *Lorena Ulhôa Araújo*  
92 Mércia Letice Lozer de Amorim *Mércia Letice Lozer de Amorim*  
93 Tiago José da Silva *Tiago José da Silva*  
94 Valéria Macedo Cardoso *Valéria Macedo Cardoso*

Endereço: Campus JK - Rodovia MGT 367 Km 583 nº 5000 - Alto Jacuba -- Diamantina/MG  
Telefone: (38) 3532-1249 E-mail: coordenacao.farmacia@ufvjm.edu.br  
www.ufvjm.edu.br



51 profissional desta área tenha curso de especialização para atuar. Viviane questiona a falta da disciplina  
52 eletiva, Citologia e Uroanálise. Os professores presentes fizeram uma busca na planilha das disciplinas  
53 obrigatórias e eletivas e, por não a terem encontrado, solicitaram que fosse registrada a importância de  
54 lembrarem-se de inserir a disciplina na grade de eletivas. Sobre a disciplina Primeiros Socorros, as  
55 farmacêuticas presentes julgaram ser essencial a qualquer estudante da área da saúde, dizendo que deveria  
56 ser obrigatória. **Questionário:** Para finalizar, foi aplicado um questionário às presentes, direcionado pelas  
57 professoras Valéria e Lorena. Viviane enfatizou a necessidade da inserção de disciplinas voltadas para o  
58 Cuidado Farmacêutico e Farmácia Social, com ensino de programação de linguagem, para que os discentes  
59 aprendam a abordar corretamente o público das redes básica e privada de saúde. Ana Leticia, por sua vez,  
60 pontuou que faltam disciplinas que ensinam quesitos básicos exigidos pelo mercado de trabalho, como  
61 Gestão de Pessoas e Estoque; Administração Fiscal; abordagens de exigências que são comuns durante uma  
62 visita de fiscais aos estabelecimentos farmacêuticos e; como realizar auditorias. Concordando com a  
63 farmacêutica, os professores apontaram a possibilidade de criação de disciplina eletiva que aborde estas  
64 questões, ou mesmo, que fossem apresentadas aos discentes dentro da nova disciplina Cenários de Práticas.  
65 A Prof.<sup>a</sup> Ana Paula se responsabilizou por abordar a auditoria em laboratórios de análises clínicas e o Prof.  
66 Guilherme se responsabilizará por abordar a auditoria em farmácias de manipulação nas unidades  
67 curriculares que ministra. Sobre a mudança proposta pelo novo PPC, ambas concordam que a carga horária  
68 da disciplina Farmacologia melhorou muito e permitirá que os discentes assimilem melhor o conteúdo, com  
69 tempo hábil para abordagem de todas as classes farmacêuticas; enfatizam que Fitoterápicos volte para a  
70 grade de disciplinas obrigatórias e sugerem que a disciplina LIBRAS seja obrigatória para que os futuros  
71 profissionais possam se comunicar de maneira adequada com todos os clientes/pacientes. Quanto aos  
72 Estágios, aprovam a carga horária estabelecida e o início precoce, no entanto alertam para a dificuldade dos  
73 discentes em encontrar vagas, devido às poucas ofertas e principalmente pela incompatibilidade da carga  
74 horária do curso, com poucos horários livres para que os alunos façam estágios durante o semestre. A Prof.<sup>a</sup>  
75 Valéria informa que as novas diretrizes do Ministério da Educação exigem que haja maior atuação do  
76 farmacêutico em formação no Sistema Único de Saúde, ocasionando algumas das mudanças apresentadas  
77 no novo PPC. Ao explanarem sobre suas participações em projetos de pesquisa, ensino e extensão, Viviane  
78 sugeriu que os professores do curso deveriam ter mais projetos de extensão, pois estes permitem maior  
79 interação da população externa com as atividades que são desenvolvidas na Universidade. Os professores  
80 concordaram e informaram que o novo projeto prevê uma parcela da carga horária destinada a atividades de  
81 extensão. Finalizando, Ana Leticia solicitou que as folhas de registro de presença dos estagiários voltem a  
82 ser utilizadas, para que tenham maior controle da assiduidade e pontualidade dos discentes. Os professores  
83 disseram estar de acordo com esta solicitação e poderiam retomar esta exigência. Os professores presentes  
84 agradeceram a disponibilidade das farmacêuticas presentes e as contribuições para a melhoria do PPC,  
85 deixando aberto o canal de comunicação para projetos e parcerias futuras. Nada mais havendo a se tratar, eu,  
86 Dayana Barbosa da Cruz, Secretária do Departamento de Farmácia, lavei a presente ata, que depois de lida  
87 e aprovada, será assinada pelos presentes. Diamantina, nove de maio de dois mil e dezenove. X-X-X-X-X-X-  
88 X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-  
89 Ana Leticia Tibães Lopes \_\_\_\_\_  
90 Ana Paula Rodrigues \_\_\_\_\_  
91 Dayana Barbosa da Cruz \_\_\_\_\_  
92 Eduardo de Jesus Oliveira \_\_\_\_\_  
93 Guilherme Carneiro \_\_\_\_\_  
94 Lorena Ulhôa Araújo \_\_\_\_\_  
95 Valéria Macedo Cardoso \_\_\_\_\_  
96 Viviane Mendes Pereira \_\_\_\_\_

Endereço: Campus JK - Rodovia MGT 367 Km 583 nº 5000 - Alto Jacuba -- Diamantina/MG  
Telefone: (38) 3532-1249 E-mail: coordenação.farmacia@ufvjm.edu.br  
www.ufvjm.edu.br



47 alimento e 10% em especialidades regionais, a obrigatoriedade de atividades de extensão, bem  
48 como o desmembramento de algumas disciplinas. **Proposta Preliminar de Estrutura**  
49 **Curricular:** Passou-se para a apresentação da proposta preliminar de estrutura curricular período a  
50 período. No primeiro período o Prof. Eduardo destacou a disciplina Cálculo como responsável pela  
51 taxa de evasão, e a coordenação pretende incorporá-la ao departamento e elaborando o Cálculo  
52 Aplicado à Farmácia para reduzir a formação ineficiente. Outra sugestão foi a inserção na  
53 disciplina de Fundamentos de Matemática, os professores explicaram que a ideia é manter a  
54 ementa, porém demonstrando o uso do cálculo na profissão farmacêutica. Os presentes  
55 concordaram com a alteração. Sobre Introdução às Ciências Farmacêuticas a Prof.<sup>a</sup> Lorena  
56 informou que a última etapa do conteúdo é voltada a apresentação do profissional e área de  
57 cuidado. Desmembramento da disciplina Metodologia em Metodologia e Projeto de Pesquisa, os  
58 presentes concordaram com a alteração. Sobre a disciplina Cenários de Prática esta visa aproximar  
59 a visão do discente da profissão farmacêutica integrando os conhecimentos já vistos, utilizando  
60 metodologia ativa de ensino, com a participação de vários professores. No terceiro período foi  
61 inscrito o Estágio I e respondendo a questionamentos, será observacional em atendimento às  
62 novas diretrizes. Mariane sugeriu a migração da disciplina de Deontologia para o terceiro período  
63 auxiliando no estágio observacional, passando Imunologia para o quarto período e Microbiologia e  
64 Parasitologia para o quinto período. Tal questão será avaliada pelo NDE. O Prof. Eduardo destacou  
65 a divisão de Farmacologia em I, II e III, divisão em I e II de Farmacognosia, Farmacotécnica, e  
66 Tecnologia Farmacêutica e a separação da disciplina Diagnóstico e Fundamentos de Hematologia,  
67 Citologia e Bioquímica. Os presentes elogiaram as mudanças. Sobre as disciplinas Cuidado  
68 Farmacêutico I e II foi feita a união de Atenção Farmacêutica e Semiologia. Sobre a disciplina  
69 Primeiros Socorros e Aplicação de Injetáveis os presentes destacaram a importância da parte  
70 prática devido à relevância da via de administração dos medicamentos. Sobre a disciplina  
71 Psicologia, destacou-se a importância da disciplina nos conceitos de empatia e de aprender o  
72 acolhimento do paciente e uma possível alteração no Plano de Ensino neste quesito. **Disciplinas**  
73 **Eletivas:** Quanto ao rol de disciplinas eletivas, estas estão diretamente relacionadas aos recursos  
74 humanos do curso. Foi realizada uma consulta ao departamento de Engenharia de Alimentos a  
75 respeito da possibilidade de oferta de disciplinas eletivas para a Farmácia, mas a coordenação não  
76 obteve sucesso. Homeopatia e Fitoterápicos foram transferidas para eletivas, os presentes  
77 destacaram a importância destas disciplinas devido ao ganho de mercado das terapias holísticas. O  
78 Prof. Eduardo destacou que em sua visão e na da maior parte dos cientistas, nem todas as ditas  
79 "terapias holísticas" são baseadas em fundamentação científica e que algumas destas terapias,  
80 como a "cura quântica" são claramente do domínio das pseudociências, não sendo o papel da  
81 Universidade abordá-las em seus cursos. O Prof. Guilherme destacou que estas disciplinas não  
82 foram eliminadas do curso e estarão abertas àqueles que tem interesse na área. Os presentes Carlos  
83 e Cláudio destacaram que apesar de ambas serem práticas integrativas, há uma importância maior  
84 em Fitoterápicos, principalmente pelo incentivo do Ministério da Saúde. Karlyone questionou se  
85 há o uso de práticas integrativas em comunidades quilombolas, e o prof. Eduardo como professor  
86 das disciplinas se colocou à disposição para o desenvolvimento de projetos e parcerias na  
87 implantação da Farmácia Viva. Marcelo questionou se as disciplinas clínicas não prejudicam a  
88 formação do farmacêutico. A Prof.<sup>a</sup> Ana Paula afirmou que esta é uma perda e limitação da  
89 transformação do currículo generalista, pois não será possível contemplar todo o conhecimento de  
90 todas as áreas. O Prof. Eduardo destacou que será necessário um apoio da coordenação e do  
91 apadrinhamento para dar suporte e direcionamento nas escolhas da especificidade da área de  
92 atuação e a escolha de eletivas. Cláudio sugeriu que a disciplina Farmácia Clínica deveria ser  
93 obrigatória por este conteúdo ser pré-requisito para contratação do farmacêutico, pois os conteúdos  
94 de Atenção e Semiologia não são suficientes. O Prof. Eduardo destacou que o departamento  
95 atualmente não possui professor específico para esta área e a Prof.<sup>a</sup> Lorena afirmou que esta  
96 disciplina também entra na questão das afinidades de área. Farmácia Escola: o Prof. Eduardo  
97 explicou aos presentes a evolução da Farmácia Universitária que tem entraves quanto à  
98 manipulação de medicamentos. Sobre o Laboratório Clínico o mesmo tem caminho para atuar  
99 na realização de exames de saúde dos servidores que atualmente é terceirizado. **Questionário:** A

Endereço: Campus JK - Rodovia MGT 367 Km 583 nº 5000 - Alto Jacuba -- Diamantina/MG  
Telefone: (38) 3532-1249 E-mail: coordenacao.farmacia@ufvjm.edu.br

www.ufvjm.edu.br



*Medeiros*

*Ass. Dir. Acad.*

*Eduardo*

*Lorena*





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO  
JEQUITINHONHA E MUCURI  
DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA

1 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2019 DO NÚCLEO DOCENTE  
2 ESTRUTURANTE DO CURSO DE FARMÁCIA COM A ADMINISTRAÇÃO DA SANTA  
3 DE CASA DE CARIDADE DE DIAMANTINA REALIZADA EM 21/05/2019X-X-X-X-X-

4 As oito horas e dez minutos do dia vinte e um de maio do ano de dois mil e dezanove, na sala de  
5 reuniões do prédio administrativo da Santa Casa de Caridade de Diamantina, deu-se o início à  
6 Reunião Extraordinária do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Farmácia com a Santa Casa  
7 de Caridade de Diamantina. Estavam presentes, em ordem alfabética, os professores Ana Paula  
8 Rodrigues, Eduardo de Jesus Oliveira, Lorena Ulhôa Araújo e Valéria Macedo Cardoso, o diretor  
9 administrativo, Dalgésio João dos Santos, o provedor da Santa Casa, Fernando Almir Nascimento,  
10 e o farmacêutico Isaias Correia de Souza. A assistente em administração Anna Karolina Cruz  
11 Duarte também estava presente. A Prof.<sup>a</sup> Ana Paula repassou aos presentes o motivo da solicitação  
12 de reunião: a coordenação de farmácia está reestruturando seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC)  
13 e gostaria de ouvir qual perfil de egresso ideal para atuação na rede hospitalar de Diamantina.  
14 Após as devidas apresentações, o Prof. Eduardo iniciou a reunião apresentando a importância de se  
15 ouvir a comunidade, especialmente os estabelecimentos hospitalares quanto aos anseios,  
16 dificuldades do trabalho cotidiano e quais as habilidades e competências devem ser desenvolvidas  
17 para a formação do profissional farmacêutico. O farmacêutico Isaias destacou que, por  
18 acompanhar os estágios, observou que a disciplina Farmácia Hospitalar não tem sido abrangente o  
19 suficiente. O ambiente hospitalar é muito diferente da atuação prática de um farmacêutico. Ao  
20 realizar a prescrição, muitas vezes são levados em consideração diversos fatores, além da  
21 Farmacologia em si, e observa-se que o estagiário tem chegado despreparado e que o conteúdo de  
22 Farmácia Clínica não tem sido suficiente neste sentido. Este também destacou que, pela Santa  
23 Casa ser uma instituição filantrópica, os discentes tem dificuldade de compreender qual o  
24 organograma da instituição e seu fluxo de processo. A teoria é em grande parte mais simples em  
25 comparação com a realidade. O senhor Dalgésio destacou que a profissão farmacêutica vem se  
26 reconstruindo, e que seu sucesso dependerá muito da posição do profissional. O farmacêutico deve  
27 se posicionar como detentor do conhecimento, não sendo submisso ao sistema. É importante que  
28 os profissionais da saúde se relacionem cada um dentro de sua área de conhecimento. No caso do  
29 farmacêutico, o mesmo tem autonomia e conhecimento suficiente para sugerir alterações nas  
30 prescrições. Ele observou também que os discentes ficam pouco tempo na instituição, e uma maior  
31 duração dos estágios é necessária para treinamento e aprimoramento do profissional:  
32 responsabilidade, imposição e conhecimento do processo de gestão. O farmacêutico Isaias  
33 destacou que antigamente ele recebia visitas técnicas do curso de Farmácia com mais frequência e  
34 que estas são importantes para que o discente tenha a oportunidade de conhecer esta área de  
35 atuação, e que está aberto para receber os alunos, porém em pequena escala. Também afirmou que  
36 a Santa Casa está aberta para receber estagiários, e que o pré-requisito é ter cursado a disciplina  
37 Farmácia Clínica, mas que pela logística pode receber apenas um por vez. O Prof. Eduardo  
38 destacou que a coordenação irá se dedicar nas orientações e conscientização dos discentes para a  
39 importância desta área na formação dos futuros farmacêuticos. O senhor Fernando destacou que  
40 são poucas vagas, mas que serão muito bem recebidos e treinados quanto ao sistema de saúde. O  
41 senhor Dalgésio deu a sugestão da participação dos alunos nas rodas de conversa, que já são  
42 realizadas na Santa Casa, para revalidação dos fluxos de processos, e fez este convite para que  
43 professores tragam seus alunos e se reúnam em torno de quinze a vinte pessoas, pois será  
44 enriquecedor tanto para instituição, quanto para a formação discente. O Prof. Eduardo disse que se  
45 sente feliz por perceber o reconhecimento pelos gestores da Santa Casa da importância do  
46 farmacêutico na Santa Casa. O senhor Fernando destacou que se vive um momento em que a saúde

Endereço: Campus JK - Rodovia MGT 367 Km 583 n° 5000 - Alto Jacuba -- Diamantina/MG  
Telefone: (38) 3532-1249 E-mail: coordenacao.farmacia@ufvjm.edu.br

www.ufvjm.edu.br

*Isaias*

*Eduardo*

*Fernando*

*Anna*

*Anna Karolina Cruz Duarte*





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E  
BIOQUÍMICA  
DIAMANTINA – MINAS GERAIS

ATA DA 2ª (SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020, DO COLEGIADO DO DEPARTAMENTO DE  
FARMÁCIA DA UFVJM, REALIZADA EM 21/05/2020. X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-

1 Às quatorze horas e oito minutos do dia vinte e um de maio do ano de dois mil e vinte, utilizando a  
2 funcionalidade de sala de reuniões do “Google Meet”, a Coordenadora do curso de Farmácia, prof.ª Helen  
3 Rodrigues, deu início à 2ª Reunião Ordinária do Colegiado, do ano de 2020. Estavam presentes, em ordem  
4 alfabética, os seguintes membros docentes: Prof.ª Ana Paula Rodrigues, Prof.ª Andréa Renata Malagutti,  
5 Prof. Amauri Pierucci, Prof.ª Cristiane Fernanda Fuzer Grael, Prof.ª Helen Rodrigues Martins, Prof.ª Lorena  
6 Ulhôa Araújo e, os representantes discentes: Jussira Sales Rodrigues Costa, Igor Dias Cardoso e Edilaine  
7 Aparecida Andrade da Silva. A assistente em administração, Dayana Barbosa da Cruz, também estava  
8 presente. **1º Assunto da Pauta – Carta manifesto dos discentes do DeFar solicitando reavaliação da  
9 decisão do Colegiado do curso de Farmácia sobre a implantação do Ensino Remoto Emergencial no  
10 Departamento de Farmácia durante a pandemia da COVID-19:** A prof.ª Helen iniciou informando aos  
11 membros do Colegiado que a discussão sobre a implantação do ensino remoto de emergência na UFVJM  
12 foi retirada dos pontos de pauta da reunião do Conselho de Graduação (CONGRAD) ocorrida no dia dezoito  
13 de maio do ano de dois mil e vinte, sendo deliberado pela extensão do prazo para que Unidades e  
14 Departamentos discutam e avaliem a possibilidade de implantação dessa modalidade de ensino.  
15 Esclareceu que houve modificação do termo “ensino à distância” para “ensino remoto de emergência”,  
16 para que haja flexibilização no cumprimento da carga horária para os discentes em casos excepcionais,  
17 além de não estabelecimento de porcentagem máxima de carga horária para conteúdos teóricos e não  
18 obrigatoriedade de previsão no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). No entanto, as aulas práticas não  
19 poderão ser retomadas. Enfatiza que apesar dessas modificações, o ensino remoto de emergência poderá  
20 gerar insegurança jurídica, pois os discentes que não conseguirem ter acesso aos conteúdos poderão  
21 requerer seus direitos. Salieta que a carga horária dos períodos do DeFar é elevada para que se  
22 mantenham dois períodos concomitantes. Comunicou que a Coordenação foi informada que existe um  
23 grupo em um aplicativo de mensagens, composto por 237 (duzentos e trinta e sete) discentes do DeFar,  
24 dos quais cerca de 60 (sessenta) assinaram carta encaminhada ao Colegiado, solicitando reavaliação da  
25 decisão sobre a negação da implantação do EaD para o curso de Farmácia. Esclareceu que as  
26 determinações do Colegiado DeFar se baseiam na segurança jurídica para os docentes e em condutas que  
27 garantam acesso ao ensino de qualidade para a maioria dos discentes do Departamento e, orienta os  
28 representantes discentes a realizar consulta aos seus pares para apresentar um levantamento oficial do  
29 posicionamento estudantil quanto ao ensino remoto. Diante do exposto, a palavra foi aberta para  
30 considerações dos membros do Colegiado. A prof.ª Lorena mantém seu posicionamento contra o ensino  
31 remoto emergencial para este momento de pandemia, considerando a minuta de Resolução apresentada.  
32 A prof.ª Ana Paula Rodrigues se mantém contra o ensino remoto, principalmente em disciplinas de  
33 conteúdo prático, que devido a não previsão de retomada do calendário acadêmico presencial poderá  
34 causar grandes prejuízos de aprendizagem aos discentes. Solicitando a palavra, a prof.ª Helen exemplificou  
35 que na Universidade de Viçosa foi criado um “ensino remoto de Verão” no qual os discentes poderão  
36 cursar no máximo 2 (duas) disciplinas que serão ofertadas de acordo com a demanda dos docentes. Esta  
37 ação permite que discentes em situações especiais como cursando estágios ou trabalho de conclusão de  
38 curso (TCC) possam concluir suas atividades. Com a palavra, a prof.ª Ana Paula Rodrigues diz que a  
39 experiência com ensino remoto em uma Região em que a maioria dos discentes pode estar em  
40 comunidades rurais, dará margem para muita desigualdade de acesso e acompanhamento das disciplinas.  
41 A representante discente Jussira, mantém seu posicionamento contrário ao ensino remoto e informa que  
42 foi realizado um questionário aos discentes do DeFar sobre esta implantação, sendo a análise geral

43 encaminhada ao Colegiado assim que finalizado o prazo para respostas. O representante discente Igor,  
44 acredita que a carta encaminhada tenha sido uma expressão de revolta de alguns discentes, devido à  
45 decisão do Colegiado sem consulta prévia ao corpo estudantil. O prof. Amauri, fazendo uso da palavra,  
46 mantém seu posicionamento contrário ao ensino remoto e considera que a quantidade de discentes que  
47 questionaram a decisão do Colegiado é muito baixa, para considerarem a mudança da decisão. Sobre o  
48 exemplo da UFV, acredita que este modelo poderá gerar transtornos administrativos para computar a  
49 carga horária dos discentes, considerando a “duplicidade” do semestre/período letivo, a não ser que haja  
50 retorno do calendário acadêmico. Finaliza destacando que o ensino remoto da maneira que está sendo  
51 proposto, não é interessante para o curso de Farmácia da UFVJM. Considerando as discussões, foi  
52 deliberado pelos membros do Colegiado do Departamento de farmácia que será mantida a decisão  
53 contrária ao ensino remoto considerando a minuta da resolução como proposta atualmente pela  
54 CONGRAD. O Colegiado aguardará o envio das informações do questionário discentes. **2º Assunto da**  
55 **Pauta – Realização de adequações na 7ª versão Projeto Pedagógico do Curso de Farmácia (PPC):** A prof.ª  
56 Helen, com a palavra, informa que a Coordenação recebeu as correções sugeridas pela Pró-Reitoria de  
57 Graduação (PROGRAD) a serem realizadas na 7ª versão do PPC. A Diretoria de Apoio Pedagógico  
58 encaminhou um documento sobre a necessidade de mudanças na grade curricular, outro solicitando sobre  
59 a transversalidade e o último contendo cerca de cinquenta e cinco comentários descritos sobre pontos  
60 que já haviam sido discutidos e corridos anteriormente. Sendo assim, existe o questionamento da  
61 Coordenação do porquê estas mudanças estruturais significativas no projeto já revisado por sete vezes  
62 não foram feitas nas versões anteriores. Prosseguindo a prof.ª Helen destacou alguns pontos sensíveis que  
63 devem ser considerados e analisados com cautela, sendo inicialmente: 1- Sobre o ensino à distância,  
64 verificar os pontos da nova lei de avaliação e controle que não existiam anteriormente, que permite até  
65 40% (quarenta por cento) da carga horária pelo EaD, desde que sejam cumpridos os requisitos. Deve-se  
66 deixar claro no PPC quais as disciplinas adotarão o ensino remoto, quais as metodologias serão aplicadas  
67 e como serão os processos avaliativos e de acompanhamento de aprendizagem dos discentes. Verificar se  
68 será necessário a disponibilidade de tutoria remunerada para a implantação do ensino remoto e definição  
69 se o DeFar adotará até 40% da carga horária total, ou não. Em caso afirmativo, será interessante o  
70 estabelecimento dentro do PCC das ferramentas de acompanhamento e avaliação que serão utilizadas. Os  
71 membros do Colegiado se posicionaram surpresos com a quantidade correções/adequações sugeridas  
72 pela PROGRAD. Solicitando a palavra, o prof. Amauri diz não considerar o ensino remoto adequado para o  
73 DeFar, mas sugere que busquem auxílio da Diretoria de Ensino à Distância (DEaD) da UFVJM para  
74 prestarem suporte adequado ao curso. A prof.ª Helen informou que a DEaD está disponível para oferecer  
75 a assistência necessária, mas o DeFar precisaria de recursos para pagamento de tutores (proporção de um  
76 tutor para quinze discentes), que não são oferecidos pela UFVJM. A prof.ª Lorena, com a palavra, disse ter  
77 conversado com colegas docentes sobre a implantação do ensino remoto, e todos destacaram como  
78 problema, a falta de definição sobre origem desse recurso. A representante discente, Jussiara, questionou  
79 ao Colegiado se seria opcional aos docentes aceitar ou não ministrarem as disciplinas na modalidade  
80 remota. A prof.ª Helen disse que sim e, acrescentou que as disciplinas poderão ser parcialmente ou  
81 totalmente à distância, desde que a carga horária total do curso não ultrapasse 40% (quarenta por cento).  
82 Quanto à extensão, a prof.ª Helen informou que a DAP solicitou que o DeFar elabore uma minuta  
83 descrevendo os processos de desenvolvimento, acompanhamento e avaliação das atividades, mas a  
84 Coordenação considera que tal requisição tenha sido equivocada, observando que a UFVJM não possui  
85 uma minuta geral sobre o assunto que possa servir de embasamento para as Unidades, portanto, não  
86 concorda que o DeFar tenha que elaborar a minuta sem haver direcionamentos das instâncias superiores.  
87 Prossegue dizendo que no DeFar, todas as disciplinas deverão aplicar a extensão dentro de seus conteúdos.  
88 Haverá equivalência com o PPC anterior, no entanto, discentes que já cursaram a disciplina deverão  
89 cumprir atividades extensionistas adicionais para cumprir a carga horária exigida. Com a palavra, o prof.  
90 Amauri sugere que sejam criadas disciplinas optativas extensionistas como o objetivo de preencher a carga  
91 horária obrigatória exigida de atividades de extensão. Exemplificando, a prof.ª Helen diz que foi proposta  
92 a criação de duas disciplinas de extensão com o objetivo de cumprir a carga horária não cumprida pelos  
93 discentes que seguem o PPC anterior e, propôs que a Coordenação com apoio do NDE trabalhe na  
94 adequação da distribuição dessa carga horária nas disciplinas. Acrescenta que há cláusulas que não  
95 concorda em modificar na correção da 7ª versão do PPC, que serão informadas à PROGRAD por e-mail.  
96 Convoca os membros do NDE que estão presente a realizarem as alterações necessárias em conjunto. A

97 prof.ª Andréa propõe que as ideias sejam discutidas na próxima reunião do NDE, com todos os membros  
98 e, complementa que a inserção da transversalidade solicitada pela revisora do PPC é um assunto que  
99 necessita de assessoria pedagógica. O Colegiado, por unanimidade solicita que as revisões do PPC sejam  
100 realizadas pela mesma pessoa, para evitar conflitos entre pontos já corrigidos em que foram solicitadas novas  
101 alterações. Como encaminhamento, foi deliberado pelo Colegiado pelo envio de questionário aos  
102 docentes para que informem sobre a possibilidade de ofertar disciplinas no formato EaD para serem  
103 inseridas no novo PPC (incluir docentes do Departamento de Matemática e Ciências Biológicas) seguindo  
104 a legislação pertinente e indicarem os aspectos que devem ser contemplados. Finalizando, o prof. Amauri  
105 solicitou a correção no PPC da carga horária da disciplina Anatomia, sendo o correto 75 (setenta e cinco)  
106 horas, das quais 30 (trinta) de conteúdo teórico e 45 (quarenta e cinco) de conteúdo prático. Nada mais  
107 havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, e eu, Dayana Barbosa da Cruz, assistente administrativa,  
108 lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros do Departamento do  
109 Curso de Farmácia da UFVJM, que estavam presentes. Diamantina, vinte e um de maio de dois mil e vinte.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E**  
**BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

**ATA DA 3ª (TERCEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2020 DO COLEGIADO E NÚCLEO DOCENTE**  
**ESTRUTURANTE DO DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA DA UFVJM, REALIZADA EM 04/08/2020.**

1 Às quatorze horas e quinze minutos do dia quatro de agosto do ano de dois mil e vinte, utilizando a  
2 funcionalidade de sala de reuniões do “*ConferênciaWeb RNP*”, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-  
3 19), após a anuência de todos os presentes para gravação da reunião, a Coordenadora do curso de  
4 Farmácia da UFVJM e presidente do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), prof.ª Helen  
5 Rodrigues Martins, deu início à 3ª (terceira) Reunião Ordinária do Colegiado com o NDE. Estavam  
6 presentes, em ordem alfabética, os membros docentes: prof.ª Ana Paula Rodrigues, prof.ª Andréa Renata  
7 Malagutti, prof.ª Cristiane Fernanda Fuzer Graef, prof. Guilherme Carneiro, prof.ª Helen Rodrigues Martins,  
8 prof.ª Leida Calegário Oliveira, prof.ª Lorena Ulhôa Araújo, prof.ª Valéria Macedo Cardoso e, os  
9 representantes discentes: Daniel Afonso Fernandes, Vitória Queiroz Horta e Igor Dias Cardoso. A assistente  
10 em administração, Dayana Barbosa da Cruz, também estava presente. **1º Assunto da Pauta – Discussão**  
11 **sobre a versão final da Minuta da Resolução sobre Ensino Remoto Emergencial na UFVJM:** Com a palavra,  
12 a prof.ª Helen informa que esta reunião se destina à discussão da Minuta do Ensino Remoto, aprovada em  
13 primeira instância pelo Conselho de Graduação (CONGRAD) e será avaliada pelo Conselho de Ensino,  
14 Pesquisa e Extensão (CONSEPE). A Coordenação objetiva planejar as ações do Departamento de Farmácia  
15 (DeFar), considerando o prazo de oito dias, após aprovação pelo CONSEPE, para o envio da relação das  
16 Unidades Curriculares (UC) aprovadas pelo Colegiado para serem ministradas no ERE. A proposta de  
17 calendário acadêmico foi apresentada aos presentes, dando-se ênfase para os prazos das ações docentes  
18 e da Coordenação, como capacitação docente, abertura das turmas, cadastro dos planos de ensino das  
19 UC aprovadas para disponibilização durante o ensino remoto, realização de matrícula dos discentes e início  
20 das aulas remotas, sendo o período letivo de 80 (oitenta) dias. Prossegue informando que houve  
21 modificação na Minuta, permitindo a oferta de UC que possuem carga horária prática, mantendo-se as  
22 turmas abertas até que este conteúdo possa ser ofertado de forma presencial. Comenta que a dissociação  
23 do ensino prático poderá trazer prejuízos ao ensino-aprendizagem dos discentes, mas poderia ser uma  
24 ferramenta de auxílio àqueles que estejam finalizando o curso. Abre a palavra para dúvidas ou  
25 ponderações do demais, solicitando que o prof. Amauri compartilhe com o DeFar o que tem sido discutido  
26 no departamento de Ciências Básicas (DCB). Esse, com a palavra, diz que foi feita uma comissão com  
27 quatro docentes daquele departamento para verificação das UC que poderia ser ofertadas pelo ensino  
28 remoto, mas não havia recebido retorno dessa comissão até o momento. Quanto à Minuta, considera que  
29 esteja mais coesa e de fácil entendimento que a anterior, enfatizando que o prazo para elaboração,  
30 cadastro e lançamento e aprovação pelo Colegiado das UC, ainda é curto. Concordando com o prof. Amauri  
31 quanto ao prazo, a prof.ª Lorena informa que foi discutido nas reuniões do Conselho de Graduação  
32 (CONGRAD) que o calendário de ensino remoto está autorizado pelo MEC apenas até dezembro/2020. Por  
33 este motivo houve a solução de iniciar as atividades o mais rápido possível para que houvesse tempo hábil  
34 para término dos conteúdos a serem ministrados aos discentes. A prof.ª Andréa questionou sobre a lista  
35 de UC a serem ofertadas pelo DeFar e a prof.ª Helen enviou a reação pelo *chat*, sendo: Semiologia  
36 Farmacêutica, Imunologia (45 horas), Controle de Qualidade em Laboratório Clínico, Tópicos em  
37 Farmacotécnica: Alimentos Funcionais e Nutracêuticos X Farmácia, Fontes de Produtos Bioativos para o  
38 Desenvolvimento de Novos Medicamentos, Fitoterápicos, Métodos de Separação e Identificação  
39 Compostos Químicos, Farmacologia II, Farmácia Clínica, Metodologia da pesquisa científica e tecnológica  
40 (ENF002 obrigatória), Trabalho de Conclusão de Curso, Atenção Farmacêutica, Introdução às Ciências  
41 Farmacêuticas e, Deontologia e Legislação Farmacêutica ou Economia e Administração Farmacêutica (a  
42 docente responsável decidirá qual UC ministrará). A prof.ª Helen acrescenta que esta lista foi elaborada a

43 partir das orientações da primeira Minuta, não contemplando UC com conteúdos práticos. No entanto,  
44 com as mudanças inseridas na segunda Minuta, docentes responsáveis por UC com conteúdo prático  
45 poderão ter interesse em ofertá-las. Havendo, portanto, a necessidade de realizar nova consulta aos  
46 docentes do DeFar e envio do modelo de plano de ensino a ser adotado no ensino remoto para que estes  
47 solicitem a aprovação do Colegiado. A prof.<sup>a</sup> Valéria Macedo informa pelo *chat* que deseja incluir as UC  
48 “Gestão e Controle de Qualidade” e “Enzimologia Industrial” no ensino remoto. O representante discente  
49 Igor Dias questiona pelo *chat* se os discentes que estiverem matriculados em UC no período 2020.1  
50 poderão se matricular na mesma UC para o ensino remoto. A prof.<sup>a</sup> Helen esclarece que sim, haverá esta  
51 possibilidade com um novo período sendo criado com esta finalidade. A prof.<sup>a</sup> Ana Paula Rodrigues  
52 questiona se UC eletivas poderão ser ofertadas, sendo respondida positivamente pela prof.<sup>a</sup> Helen. Esta  
53 informa que a Minuta traz em seu texto que o conteúdo prático das UC será ofertado a critério do  
54 Colegiado dos cursos após o retorno das atividades presenciais, mantendo as turmas abertas no e-  
55 Campus. Cita que a resolução 544 do MEC permitiu que o conteúdo prático das UC seja ofertado de forma  
56 remota, mas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de saúde não permitem este modelo  
57 de ensino, exigindo que as práticas sejam ofertadas de forma exclusivamente presencial. Complementa  
58 que os discentes podem optar por se desmatricular das UC a qualquer tempo durante o período  
59 extemporâneo e que todos terão direito de se matricular novamente nas UC no retorno do período  
60 2021/1, devendo existir vagas ofertadas suficientes para todos. Enfatiza ainda que o DeFar haverá  
61 manutenção dos pré-requisitos para cursar as UC. A prof.<sup>a</sup> Cristiana Graef questiona sobre qual será o  
62 posicionamento do Colegiado sobre os Estágios. A prof.<sup>a</sup> Helen informa que esta questão será definida  
63 pela PROGRAD, podendo haver a possibilidade no momento de permitir a criação da disciplina para a  
64 apresentação dos estágios dos discentes que já tenham finalizado suas atividades. Quanto à definição de  
65 carga horária máxima que poderá ser cursada pelos discentes no período extemporâneo, foi observado  
66 que ainda não há definição na Minuta. A prof.<sup>a</sup> Helen informa ainda, que houve consulta ao Conselho de  
67 Farmácia sobre a realização de estágios em tempos de pandemia, mas não houve resposta. O Colegiado  
68 DeFar se posicionou contra o retorno das atividades de estágio, considerando que a suspensão do  
69 calendário visa a proteção dos discentes quanto à exposição e, portanto, não haveria justificativa para  
70 que os estágios presenciais sejam autorizados; não houve posicionamento da Pró-Reitoria de Graduação  
71 (PROGRAD) sobre estágios remotos. Pelo *chat*, a prof.<sup>a</sup> Valéria Macedo questiona sobre como serão feitas  
72 as avaliações no ensino remoto. A prof.<sup>a</sup> Helen responde que serão utilizadas plataformas digitais à  
73 escolha de cada docente, sendo estes os responsáveis pelos critérios de avaliação. Com a palavra, a prof.<sup>a</sup>  
74 Ana Paula Rodrigues questiona se as aulas de conteúdo prático das UC poderão ser ofertadas em horários  
75 diferentes daqueles existentes no DeFar atualmente. A prof.<sup>a</sup> Helen responde que sim, as aulas poderão  
76 ser ofertadas de acordo com a disponibilidade dos docentes e discentes matriculados nas UC, podendo  
77 ser ministradas no período noturno e/ou aos sábados. Permanecendo com a palavra, a prof.<sup>a</sup> Ana Paula  
78 expõe que será necessário estabelecer prioridades futuras para a disponibilização de um cronograma  
79 letivo que atenda os discentes. Houve entendimento unânime dos membros presentes que a decisão pela  
80 oferta de UC com conteúdos práticos caberá aos docentes responsáveis por essas. A prof.<sup>a</sup> Helen diz que  
81 a Minuta é democrática quanto ao assunto, cabendo ao Colegiado avaliar a coerência dos planos de  
82 ensino das disciplinas que serão ofertadas. ENCAMINHAMENTO: Enviar a Minuta aos docentes do DeFar,  
83 junto ao modelo de plano de ensino a ser elaborado para UC que serão ofertadas no ensino remoto e  
84 solicitar que os interessados se manifestem e enviem os planos de ensino das UC que ofertarão para  
85 avaliação do Colegiado. A prof.<sup>a</sup> Lorena informa que os planos de ensino serão preliminares, considerando  
86 que ainda não houve capacitação docente quanto às atividades remotas. Pelo *chat*, a prof.<sup>a</sup> Leida  
87 questionou “como ficou a situação dos estudantes que disseram não ter condições de acompanhar as  
88 aulas remotas”, sendo esclarecido pela prof.<sup>a</sup> Helen que será realizado um novo levantamento do DeFar  
89 afim de gerar um relatório único e conciso, no qual serão inseridas as informações dos estudantes que  
90 relataram não possuir condições de acesso à internet para acompanhar o ensino remoto, encaminhando-  
91 o à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) para que estes deem o auxílio necessário aos discentes,  
92 considerando ser esta, uma responsabilidade da UFVJM. Será dada prioridade aos discentes em  
93 vulnerabilidade social, considerando os dados de março/2020. A prof.<sup>a</sup> Helen ainda solicita o auxílio dos  
94 membros do Colegiado, representantes discentes, para que consigam realizar o levantamento e  
95 identificação de todos os discentes do DeFar nesta situação, considerando que alguns podem não ter  
96 respondido aos questionários, justamente pela falta de recursos digitais. A prof.<sup>a</sup> Lorena complementa



97 que o auxílio previsto pela UFVJM somente será disponibilizado para os discentes efetivamente  
98 matriculados em UC no período extemporâneo. A prof.<sup>a</sup> Leida observa pelo *chat* que a PROGRAD deverá  
99 trabalhar em conjunto com a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE) para garantir  
100 a assistência para acesso aos discentes, considerando além daqueles incluídos no Programa de Assistência  
101 Estudantil (PAE), pois muitos discentes vulneráveis não têm acesso ao auxílio do PAE. A prof.<sup>a</sup> Valéria  
102 Macedo informou pelo *chat* que enviou uma lista à Coordenação com o nome dos discentes que disseram  
103 não conseguir acompanhar as aulas remotas. A prof.<sup>a</sup> Helen concordou com o exposto pela prof.<sup>a</sup> Leida e  
104 enfatizou a necessidade do DeFar se mobilizar para garantir o acesso aos seus discentes. Com a palavra,  
105 a prof.<sup>a</sup> Ana Paula Rodrigues questionou se houve alterações na Minuta referente aos materiais didáticos.  
106 A prof.<sup>a</sup> Helen respondeu que não houve esclarecimento sobre esta questão e, afirma que os docentes  
107 poderão encaminhar materiais digitais que estejam disponibilizados online. DELIBERAÇÃO: 1- Assim que  
108 houver resposta do CONSEPE a Coordenação encaminhará o modelo de Planos de Ensino para o ensino  
109 remoto aos docentes do DeFar, Departamento de Ciências Básicas (DCB) e Departamento de Matemática  
110 e Estatística (DME), solicitando que se manifestem e enviem os planos de ensino das UC que ofertarão  
111 até o dia 07/08/2021 pela manhã, para avaliação do Colegiado DeFar. 2- A docente Valéria Macedo e os  
112 representantes discentes Daniel e Vitória, enviarão a lista de discentes do DeFar que não têm acesso à  
113 internet, de acordo com o diagnóstico realizado por telefone e questionário eletrônico, fazendo um  
114 pequeno relatório sobre a situação do Departamento. Todos os presentes foram favoráveis às  
115 deliberações. 2º Assunto da Pauta – Discussão sobre pontos do Plano Pedagógico do Curso (PPC) de  
116 **Farmácia:** Após concordância de todos membros presentes, o assunto foi incluído na pauta da reunião.  
117 Com a palavra, a prof.<sup>a</sup> Helen informou que as modificações do PPC solicitadas pela Divisão de Apoio  
118 Pedagógico (DAP) foram realizadas e, assim que verificadas por esta divisão, o PPC passará em reunião do  
119 Colegiado para aprovação. Quanto às metas do DeFar para o próximo quinquênio, pontuou os principais  
120 problemas do curso atualmente (diminuir retenção e evasão e, creditação da extensão) e abriu para  
121 manifestações de demais pontos que deveriam ser contemplados no PPC. Pelo *chat* a prof.<sup>a</sup> Leida diz ser  
122 fundamental que estes pontos sejam inseridos no PPC e a prof.<sup>a</sup> Cristiane Graef questiona se será  
123 necessário descrever as estratégias para alcançar estas metas. A prof.<sup>a</sup> Helen responde que sim e informa  
124 que o diagnóstico institucional foi encaminhado e que houve atualização sobre a inserção da comunidade.  
125 A prof.<sup>a</sup> Lorena observa que correções nas referências devem ser realizadas. Nada mais havendo a ser  
126 tratado, a reunião foi encerrada, e eu, Dayana Barbosa da Cruz, assistente administrativa, lavrei a presente  
127 ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros do Colegiado e NDE do Curso de Farmácia  
128 da UFVJM, que estavam presentes. Diamantina, quatro de agosto de dois mil e vinte.  
129 Ana Paula Rodrigues  
130 Andréa Renata Malagutti  
131 Cristiane Fernanda Fuzer Graef  
132 Daniel Afonso Fernandes  
133 Guilherme Carneiro  
134 Helen Rodrigues Martins  
135 Igor Dias Cardoso  
136 Leida Calegário Oliveira  
137 Lorena Ulhôa Araújo  
138 Valéria Macedo Cardoso  
139 Vitória Queiroz Horta



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E**  
**BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

**ATA DA 4ª (QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020, DO COLEGIADO COM O NDE DO DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA DA UFVJM, REALIZADA EM 13/08/2020.**

1 Às quatorze horas e dezessete minutos do dia treze de agosto do ano de dois mil e vinte, utilizando a  
2 funcionalidade de sala de reuniões do “*ConferênciaWeb RNP*”, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-  
3 19), após a anuência de todos os presentes para realização de gravação da reunião, a Coordenadora do  
4 curso de Farmácia da UFVJM, presidente do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), prof.ª  
5 Helen Rodrigues Martins, deu início à 4ª (quarta) Reunião Ordinária do Colegiado com o NDE. Estavam  
6 presentes, em ordem alfabética, os membros docentes: Amauri Pierucci, Ana Paula Rodrigues, Andréa  
7 Renata Malagutti, Cristiane Fernanda Fuzer Graef, Guilherme Carneiro, Helen Rodrigues Martins, Leida  
8 Calegário de Oliveira, Lorena Ulhôa Araújo, Valéria Macedo Cardoso e, os representantes discentes: Daniel  
9 Afonso Fernandes, Igor Dias Cardoso, Jussira Sales Rodrigues Costa, Larissa Cristina Santos Barroso e  
10 Vitória Queiroz. A assistente em administração, Dayana Barbosa da Cruz, também estava presente. **1º**  
11 **Assunto da Pauta – Solicitação da Divisão de Apoio Pedagógico (DAP) para revisar pedidos de**  
12 **Equivalência de disciplinas realizados em 2010:** A prof.a Helen explicou a situação ao Colegiado,  
13 informando que recebeu solicitação da DAP via e-mail, solicitando verificação de equivalência de  
14 disciplinas aprovadas pelo Colegiado do curso de Farmácia no ano de 2010. Os discentes aos quais se  
15 tratam as solicitações já se formaram, mas foi solicitado a análise do atual Colegiado para realização de  
16 ajustes nos históricos. A prof.ª Leida, com a palavra, disse que o pedido deve ser devolvido à DAP  
17 informando que, se aquele Colegiado aprovou a demanda, o Colegiado atual não concorda em ratificar a  
18 decisão. **DELIBERAÇÃO:** Por Unanimidade, os membros do Colegiado decidiram pela devolução da  
19 demanda à DAP, informando que não concordam em ratificar uma decisão já aprovada pelo Colegiado  
20 anterior. **2º Assunto da Pauta – Análise dos planos de ensino recebidos para oferta de disciplinas no**  
21 **período 2020/3:** A prof.a Helen apresentou as 26 (vinte e seis) disciplinas do curso que os docentes  
22 informaram interesse em ministrar aulas remotas durante o período extemporâneo: Introdução às  
23 ciências farmacêuticas, Cálculo, Metodologia da pesquisa científica, Química geral. Esta última seria  
24 ofertada apenas para os discentes que já cursam a unidade curricular (UC) anteriormente para evitar  
25 desconexão entre teoria e prática e, permitir o fluxo, sendo esta possibilidade permitida pelo Fernando da  
26 Divisão (DAA). Prosseguindo, será ofertada Química orgânica I com a mesma especificação de Química  
27 Geral. Serão ofertadas 3 (três) turmas da UC Imunologia de 45 (quarenta e cinco) horas pela prof.ª Leida e  
28 1 (uma) turma pelo prof. Gustavo Brito. Informa que realizou contato com a DAP para solicitar a  
29 equivalência das UC FAR139, FAR120 e FAR121 e enviados os documentos necessários à Luciene.  
30 Bioestatística serão ofertadas 15 (quinze) vagas pelo prof. Emerson do Departamento de Matemática e  
31 Estatística (DME). Demais disciplinas que serão ofertadas: Farmacologia II, Deontologia, Biofarmácia,  
32 Diagnóstico laboratorial de doenças infectocontagiosas, Biologia molecular e biotecnologia, Atenção  
33 farmacêutica, Gestão e controle de qualidade, Fitoterápicos, Trabalho de conclusão de curso (TCC),  
34 Controle de qualidade em laboratório clínico, Fontes de produtos naturais para o desenvolvimento de  
35 novos fármacos, Alimentos funcionais e nutracêuticos, Controle de qualidade de fármacos por métodos  
36 eletroquímicos, Métodos de separação e identificação de compostos químicos; Fundamentos de  
37 hematologia, citologia e bioquímica clínica com limitação do número de vagas à 15 (quinze). Novas  
38 propostas de eletivas a serem ofertadas para discentes a partir do 4º (quarto) período do curso de farmácia:  
39 Controle de qualidade de fármacos por métodos eletroquímicos, ofertada pelo prof. Wallans, pré-requisito  
40 Química analítica quantitativa e; Dinâmicas de doenças parasitárias, ofertada pelos docentes Helen e  
41 Herton, pré-requisito Imunologia. **DELIBERAÇÕES:** 1- Oferta das UC Química e geral e Química orgânica I  
42 apenas para discentes repetentes: Aprovado por 11 (onze) votos e 1 (uma) abstenção. 2- Limitação de

43 vagas para as UC Bioestatística, Cálculo e Fundamentos de hematologia, dando prioridade aos discentes  
44 do final do curso: Aprovado por unanimidade. 3- Metodologia da pesquisa científica: autorização para  
45 oferta a disciplina nos moldes do Plano Pedagógico do Curso em processo de aprovação (2020): Os  
46 membros do Colegiado, por unanimidade, deliberaram negativamente, com a justificativa que a docente  
47 deverá seguir a ementa do PPC vigente, 2006, até que o atual PPC 2020 seja aprovado. 4- Quanto à criação  
48 de duas UC eletivas, sendo Controle de qualidade de fármacos por métodos eletroquímicos e Dinâmicas  
49 de doenças parasitárias, após a leitura dos planos de ensino apresentados pelos docentes responsáveis, o  
50 Colegiado aprovou por unanimidade, decidindo que as informações sobre estas UC serão anexadas ao  
51 novo PPC. Com a palavra, a representante discente, Larissa, disse ser importante que a Biblioteca da  
52 UFVJM possa disponibilizar as referências online para acesso dos discentes. A prof.<sup>a</sup> Helen esclareceu que  
53 a PROGRAD informou que a Biblioteca disponibilizará as bibliografias online, mas não sabe dizer se a  
54 Universidade poderá atender as demandas em tempo hábil. A prof.<sup>a</sup> Ana Paula sugeriu que os docentes  
55 insiram as bibliografias online nos planos de ensino, e estas sejam encaminhadas à Biblioteca da UFVJM  
56 para que possam disponibilizá-las. ANÁLISE DOS PLANOS DE ENSINO: a prof.<sup>a</sup> Ana Paula diz que devem se  
57 atentar para a carga horária prática das disciplinas, verificar a metodologia, as avaliações apresentadas e  
58 as referências, tendo pelo menos uma que seja online. Enfatiza que alguns docentes não especificaram  
59 quais os tipos de avaliações farão (trabalhos, provas, seminários, etc). Com a palavra, o prof. Amauri sugere  
60 que deveriam referendar os planos de ensino que estejam completos, não entrando em detalhes quanto  
61 às metodologias, pois é autonomia de cada docente. Assim, os arquivos que não estiverem dentro dos  
62 padrões ou incompletos, seriam reencaminhados aos docentes para correções. Todos estiveram de acordo.  
63 A prof.<sup>a</sup> Helen encaminha para que os planos de ensino sejam divididos entre os membros, para análise e  
64 avaliação. Parâmetros a serem avaliados: carga horária da UC, conteúdo programático de acordo com a  
65 carga horária, houve divisão adequada entre a carga horária prática e teórica, apresentação de  
66 bibliografias online e e-books, mínimo de 3 (três) avaliações e seus pesos, número de vagas por turma,  
67 carga horária de extensão somente no período presencial. Divisão em duplas para avaliação dos planos de  
68 ensino: 1- Ana Paula Rodrigues e Lorena: Metodologia da pesquisa científica, Química geral, Química  
69 orgânica I, Imunologia e, Farmacologia II; 2- Eduardo e Guilherme: Deontologia e legislação farmacêutica,  
70 Diagnóstico laboratorial de doenças infectocontagiosas, Biofarmácia, Biologia molecular e biotecnologia  
71 e, Atenção farmacêutica; 3- Leida e Valéria Macedo: Introdução às ciências farmacêuticas, Fitoterápicos,  
72 Controle de qualidade de laboratório clínico, Fontes bioativas de novos fármacos e, Alimentos funcionais  
73 e nutracêuticos; 4- Andréa e Cristiane: Gestão e controle de qualidade, Controle de qualidade de  
74 fármacos, Dinâmica de doenças parasitárias, Métodos de separação e identificação de compostos  
75 químicos e, Fundamentos de hematologia, citologia e bioquímica; 5- Amauri e Helen: UC do DCB e DME,  
76 Controle de qualidade de insumos farmacêuticos e cosméticos. Todos concordaram com a divisão.  
77 Fazendo uso da palavra, a representante discente, Larissa, informou estar de acordo com a redução de  
78 vagas para as UC com aulas práticas, mas que não vê justificativa para esta limitação em UC de conteúdo  
79 totalmente teórico. A prof.<sup>a</sup> Helen esclarece que neste momento foi facultado aos docentes a oferta ou  
80 não de UC, assim como limitação de vagas de acordo com critérios próprios, considerando o período  
81 extemporâneo e a instituição de uma nova metodologia de ensino. Quanto ao questionamento sobre a  
82 manutenção da grade de horários das disciplinas, feito pela prof.<sup>a</sup> Lorena, foi informado pela prof.<sup>a</sup> Helen  
83 que será criado um novo cronograma com horários que podem diferir dos anteriores. Ao questionamento  
84 da Larissa sobre a possibilidade de tutores e monitores para acompanhamento dos discentes no período  
85 remoto, a prof.<sup>a</sup> Helen respondeu que ainda não recebeu retorno da PROGRAD. Quanto ao  
86 questionamento do representante discente, Igor Dias, sobre limitação de créditos, a prof.<sup>a</sup> Helen  
87 respondeu que por não haver deliberação superior quanto ao assunto, o Colegiado manterá os 36 (trinta  
88 e seis) créditos permitidos em períodos regulares. Prosseguindo, a prof.<sup>a</sup> Helen informa que realizará  
89 reunião com os discentes do DeFar para que todas as informações quanto ao período extemporâneo lhes  
90 sejam repassadas. ESTÁGIOS: Considerando a atual situação de pandemia e aumento dos casos de COVID-  
91 19, os Coordenadores de estágio presentes expuseram suas preocupações em permitir o retorno das  
92 atividades presenciais dos discentes, expondo-os aos riscos de infecção. Estiveram de acordo apenas com  
93 a oferta das UC de Estágios para aqueles discentes que já tenham finalizado os estágios e desejam  
94 apresentar as atividades finais de forma remota. DELIBERAÇÃO: Por ainda não haver resolução na UFVJM  
95 que regulamente as atividades de estágio em tempos de pandemia, o Colegiado DeFar disponibilizará as  
96 UC de Estágios somente para discentes que tenham finalizado os estágios anteriormente, para que possam

97 realizar a apresentação das atividades finais de maneira remota. A decisão foi aprovada por unanimidade,  
98 com o encaminhamento de que seja enviado e-mail aos discentes do DeFar comunicando-os sobre a  
99 decisão e solicitando que os interessados em se matricular na UC possam enviar cópia do Termo de  
100 Consentimento de Estágio e planos de estágio, assim como a ficha de presença, para que seja avaliado  
101 pelos Coordenadores de Estágios a possibilidade de matriculá-los nas UC Estágios. **3º Assunto da Pauta -**  
102 **Relatório Situacional DeFar:** A prof.<sup>a</sup> Helen apresentou o compilado das respostas dos discentes do DeFar  
103 aos questionários enviados por e-mail e também por consulta telefônica àqueles que não responderam  
104 aos e-mails. As respostas permitiram fazer um relatório situacional dos discentes do DeFar conforme  
105 resultados a seguir. Foram obtidas 247 respostas, das quais 102 se deram por contato telefônico. Mais de  
106 80% dos discentes não estão na cidade de Diamantina e a maioria está a mais de 200 km de distância;  
107 muitos alunos são da região do Vale do Jequitinhonha. Mais de 70% possuem local adequado para realizar  
108 as atividades, no entanto, destes, 3% não tem acesso à internet. Dos 82% que disseram ter acesso à  
109 internet, 11% possui rede de baixa qualidade e 7% possuem acesso apenas pela rede móvel de celular.  
110 Quanto aos equipamentos para acesso, a maioria respondeu fazê-lo por notebook e/ou celular; 88% tem  
111 condições de acompanhar as aulas remotas e 62% conhecem as plataformas apresentadas. A prof.<sup>a</sup> Helen  
112 enfatiza que estes resultados servirão para que o DeFar faça o diagnóstico dos discentes que precisarão  
113 do auxílio da PROGRAD, de acordo com a Resolução 544 e da Minuta aprovada pela UFVJM. Foram  
114 identificados 4 (quatro) que não têm acesso à internet, 10 (dez) que possuem somente pacote de dados  
115 móveis, sem banda larga e 12 (doze) que possuem somente celular para acesso às aulas remotas. O  
116 compilado desses dados será enviado à PROGRAD, com ofício da Coordenação, para a PROGRAD, com a  
117 finalidade de informa-los sobre os discentes do DeFar que necessitam de auxílio para acompanhamento  
118 das aulas remotas. **4º Assunto da Pauta – Outros assuntos:** 1- Oferta de curso de nivelamento para  
119 Calouros: O representante discente Daniel, presidente do Centro Acadêmico (CA), informou sobre a oferta  
120 de curso de nivelamento para calouros 2020/1 e 2020/2 ofertado pelo CA. Será enviado questionário para  
121 que os discentes interessados respondam, possibilitando determinar os conteúdos com maior  
122 interesse/necessidade em nivelamento. As aulas serão ministradas pelos próprios alunos, veteranos,  
123 podendo solicitar auxílio a pessoas externas voluntárias. O representante solicita o apoio do Colegiado e  
124 Coordenação para o envio da demanda aos docentes para que possam orientar sobre os conteúdos a ser  
125 trabalhados e sugerirem formas de manter o interesse dos discentes. Os presentes parabenizaram o CA  
126 pela iniciativa, sugerindo alguns temas. A prof.<sup>a</sup> Leida informou que pode ser criado um projeto registrado  
127 na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), sob a coordenação de um docente. O prof. Guilherme se  
128 disponibilizou a registrar o projeto junto ao CA na PROEXC e auxiliá-los no acompanhamento. A prof.<sup>a</sup>  
129 Leida se disponibilizou a organizar as questões relacionadas às metodologias de ensino para que os  
130 organizadores as entendam melhor. A prof.<sup>a</sup> Helen parabenizou o CA pela iniciativa e colocou a Coordenação  
131 à disposição, considerando esta uma excelente atividade para manutenção do vínculo dos discentes e  
132 interesse pelo curso. 2- Representação discente no Colegiado DeFar: Tendo em vista o encerramento do  
133 mandado dos representantes discentes Igor Dias Cardoso e Larissa Cristina Santos Barroso, e, havendo a  
134 possibilidade de recondução por mais 1 (um) ano, foi deliberado por unanimidade, pela recondução  
135 desses representantes. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, e eu, Dayana Barbosa  
136 da Cruz, assistente administrativa, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos  
137 membros do Colegiado e NDE do Curso de Farmácia da UFVJM, que estavam presentes. Diamantina, treze  
138 de agosto de dois mil e vinte.

139 Amauri Pierucci  
140 Ana Paula Rodrigues  
141 Andréa Renata Malagutti  
142 Cristiane Fernanda Fuzer Graef  
143 Daniel Afonso Fernandes  
144 Dayana Barbosa Da Cruz  
145 Guilherme Carneiro  
146 Helen Rodrigues Martins  
147 Igor Dias Cardoso  
148 Jussara Sales Rodrigues Costa  
149 Larissa Cristina Santos Barroso  
150 Leida Calegário de Oliveira

151 Lorena Ulhôa Araújo  
152 Valéria Macedo Cardoso  
153 Vitória Queiroz Horta



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E**  
**BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

**ATA DA 5ª (QUINTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020, DO COLEGIADO COM O NDE DO DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA DA UFVJM, REALIZADA EM 20/08/2020.**

1 Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte de agosto do ano de dois mil e vinte, , utilizando a  
2 funcionalidade de sala de reuniões do “Google Meet”, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-19),  
3 após a anuência de todos os presentes para realização de gravação da reunião, a Coordenadora do curso  
4 de Farmácia da UFVJM e presidente do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), prof.ª Helen  
5 Rodrigues Martins, deu início à 5ª (quinta) Reunião Ordinária do Colegiado com o NDE. Estavam presentes,  
6 em ordem alfabética, os membros docentes: Ana Paula Rodrigues, Andréa Renata Malagutti, Cristiane  
7 Fernanda Fuzer Graef, Eduardo de Jesus Oliveira, Guilherme Carneiro, Helen Rodrigues Martins, Leida  
8 Calegário de Oliveira, Lorena Ulhôa Araújo, Thiago Sardinha de Oliveira e Valéria Macedo Cardoso e, os  
9 representantes discentes: Daniel Afonso, Igor Dias Cardoso, Jussira Sales, Larissa Cristina Santos Barroso  
10 e Vitória Queiroz Horta. A assistente em administração, Dayana Barbosa da Cruz, também estava presente.  
11 **1º Assunto da Pauta – Ensino Remoto:** 1- Plano de Ensino da Unidade Curricular (UC) Histologia e  
12 Embriologia, ofertada pelo Departamento de Ciências Básicas (DCB): A prof. Helen inicia falando sobre o  
13 plano de ensino de ensino desta UC possui que carga horária prática e a docente responsável propôs  
14 realiza-la de maneira remota e, ao retorno das atividades presenciais compromete-se a abrir o laboratório  
15 para que os discentes interessados possam conhece-lo, tendo contato com os microscópios para  
16 visualização das lâminas. Diz que considera que existam bons materiais que reproduzem as imagens com  
17 qualidade, permitindo que o conteúdo seja ministrado de forma remota. Com a palavra, a prof.ª Leida  
18 concorda e se posiciona favorável, considerando que a UC exige que os conteúdos teóricos e práticos  
19 sejam trabalhados com cronicidade e, não tem objeções caso haja legalidade. A prof.ª Helen informa que  
20 as Diretrizes Curriculares Nacionais não esclarecem sobre a conversão de conteúdo prático em teórico, a  
21 Resolução 544 permite, desde que as DCN autorizem e o Colegiado ratifique. Quanto à perda de  
22 aprendizagem prática no uso do microscópio, apontada pela prof.ª Ana Paula, o representante discente  
23 Daniel expôs que durante o período presencial os discentes não podiam manusear os microscópios nas  
24 aulas práticas, sendo possível apenas ajustar o foco para visualização das lâminas, o que não causaria  
25 muita perda. Com a palavra, a prof.ª Leida sugere que o plano de ensino seja aprovado, solicitando à  
26 docente responsável pela UC que seja ofertado um minicurso aos discentes no retorno presencial. Todos  
27 estiveram de acordo. 2- Listas de interessados nas UC ofertadas pelo DeFar: Bioestatística – será utilizado  
28 o critério de menor carga horária para integralização do curso como prioridade de matrícula dos discentes.  
29 Química Geral e Orgânica I – serão ofertadas apenas para discentes repetentes, sendo utilizado o critério  
30 de menor carga horária para integralização do curso como prioridade de matrícula dos discentes. Quanto  
31 ao caso específico de um discente que solicitou matrícula em Química Orgânica I, não repetente, mas que  
32 cursa o 8º (oitavo) período do curso, a prof.ª Helen deliberou por conversar sobre o assunto com os  
33 docentes responsáveis pela disciplina. Todos os presentes estiveram de acordo com os critérios  
34 estabelecidos. 3- Planos de Ensino: Foi deliberado que as duplas designadas anteriormente para avaliação  
35 dos planos de ensino façam a reavaliação desses, que estão disponibilizados no Sistema e-Campus. O prof.  
36 Eduardo informa que percebeu que quase a integralidade dos planos de ensino não apresentou  
37 bibliografias disponibilizadas online e orienta para que façam este apontamento nas correções, para que  
38 as bibliografias básicas sejam, preferencialmente, e-books e livros online. A prof.ª Helen diz que existe  
39 uma defasagem de livros online disponibilizados pela biblioteca da UFVJM, considerando os artigos de  
40 revisão como uma solução para contornar esta situação. Finalizando o assunto sobre planos de ensino, diz  
41 que o curso de Farmácia foi o que mais disponibilizou UC remotas na UFVJM, mas apesar disto, a  
42 Coordenação tem recebido reclamações de discentes que não foram contemplados de maneira individual.

43 Quanto aos horários de oferta das UC, tentará manter os mesmos do semestre 2020/1, trabalhando de  
44 modo a evitar choques. Informa que conseguiu que um docente ofereça treinamento no “Google  
45 Classroom” aos docentes do DeFar e tentará contato com o prof. Reginaldo das Agrárias para que ofereça  
46 treinamento no “Moodle”. Com a palavra, a prof.ª Cristiane questiona sobre a inserção das UC eletivas e a  
47 prof.ª Helen informa que houve solicitação à Divisão de Apoio Pedagógico (DAP) para inserção no mês de  
48 janeiro, mas que por algum motivo não está inserida no Sistema, diz que foi feita cobrança à DAP de  
49 resposta e estão aguardando. A prof.ª Leida informa aos membros do Colegiado e NDE que conseguiu  
50 convidados para oferecer capacitações aos docentes sobre os meios digitais de ensino. **2º Assunto da**  
51 **Pauta – Aprovação da versão final do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Farmácia e encaminhamento**  
52 **ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE):** A prof.ª Helen diz que os pontos indicados pela  
53 DAP para adequação e correções relacionadas ao PPC estão dentro dos padrões esperados. Apresentou  
54 os pontos considerados frágeis no PPC para que o NDE e Colegiado trabalhem para melhorias. **1-**  
55 **Desarticulação entre as UC do ciclo básico e aquelas do meio do curso.** Concorde com o apontamento,  
56 mas lembra aos membros que um dos objetivos da estruturação de um novo PPC é para a melhoria deste  
57 ponto. Considera que devem melhorar a apresentação de Cenários de práticas. **2- Campos de Estágios:** A  
58 prof.ª Helen enfatiza a dificuldade de inserção dos discentes em atividades de estágio no Sistema Único  
59 de Saúde (SUS) da região, considerando a pouca oferta de vagas. A fragilidade apontada no PPC se refere  
60 à melhoria da realização dos convênios em redes públicas de saúde. Sobre este tema, a prof.ª Helen  
61 informa sobre a renovação do convênio de estágio com o Hospital Militar de Minas Gerais que não foi  
62 renovado devido à falta de encaminhamento do processo pelos responsáveis na Pró-Reitoria de  
63 Graduação (PROGRAG), tendo a Coordenação feito o encaminhamento pela segunda vez à RPOGRAD, para  
64 trâmites. O prof. Eduardo sugere que seja relatado à DAP que há cobrança pela ampliação dos campos de  
65 estágios, mas a PROGRAD não tem cumprido as responsabilidades com relação à manutenção dos  
66 convênios. A prof.ª Lorena comenta que a inserção do farmacêutico no SUS é recente e o município há  
67 apenas 4 (quatro) profissionais habilitados para supervisão de estagiários na rede pública atualmente.  
68 Sobre o funcionamento do Laboratório Escola de Análises Clínica (LEAC) e da Farmácia Escola JK, foi  
69 encaminhada toda a documentação para demonstrar que o DeFar está empenhado na implantação desses  
70 ambientes, mas é preciso o suporte técnico e financeiro da UFVJM. O prof. Eduardo contextualiza, dizendo  
71 que o DeFar não está sozinho na dificuldade de consolidar a FEJK, sendo este um problema que permeia  
72 todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), devido ao modelo de funcionamento das  
73 Farmácias Escolas. Os pareceres da Procuradoria Geral Federal (PGF) estão disponibilizados para consulta  
74 e, a FEJK funcionará através de convênios. O modelo que seguiam, da Universidade Federal de Recife,  
75 apresentou as mesmas restrições que o DeFar, como pagamento via GRU, uma vez que a UFVJM não possui  
76 caixas eletrônicos do Banco do Brasil para que os usuários efetuem o pagamento das guias. Os membros  
77 do NDE se propuseram a permanecer trabalhando para a melhoria das questões apresentadas, junto às  
78 instâncias superiores. A prof.ª Leida observa que todas as questões de fragilidade apontadas pela DAP não  
79 estão sob a responsabilidade do Colegiado e NDE, tendo estes, feito tudo o que lhes era possível para  
80 contemplar as solicitações. **DELIBERAÇÃO:** Foi deliberado por unanimidade, pela elaboração de um  
81 documento único do PPC, conforme solicitação da DAP, sem inserção dos anexos referentes ao LEAC e à  
82 FEJK. O documento final do PPC foi aprovado por unanimidade e será encaminhado ao Diretor de Ensino  
83 para submissão ao Conselho de Graduação (CONGRAD) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão  
84 (CONSEPE). **3º Assunto da Pauta – Outros assuntos:** 1- Equivalências da UC Imunologia: Haverá  
85 equivalência entre as UC Imunologia FAR010, FAR120 e FAR 142. 2- Oferta de turma extra da UC  
86 Bioestatística: Quanto a oferta de turma extra da UC Bioestatística, sob a responsabilidade da candidata  
87 aprovada em processo seletivo para professor voluntário, tem-se atualmente 23 (vinte e três) discentes  
88 do DeFar na lista de espera para matrícula, considerando que o Departamento de Matemática e Estatística  
89 ofertou 13 (treze) vagas para o curso de Farmácia. Foi deliberado, por 10 (dez) votos favoráveis e (2) contra,  
90 pela oferta da UC com disponibilidade de 15 (quinze) vagas. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião  
91 foi encerrada, e eu, Dayana Barbosa da Cruz, assistente administrativa, lavrei a presente ata, que depois  
92 de lida e aprovada, será assinada pelos membros do Colegiado e NDE do Curso de Farmácia da UFVJM,  
93 que estavam presentes. Diamantina, vinte de agosto de dois mil e vinte.  
94 Ana Paula Rodrigues  
95 Andréa Renata Malagutti  
96 Cristiane Fernanda Fuzer Graef

- 97 Daniel Afonso Fernandes
- 98 Dayana Barbosa da Cruz
- 99 Eduardo de Jesus Oliveira
- 100 Guilherme Carneiro
- 101 Helen Rodrigues Martins
- 102 Igor Dias Cardoso
- 103 Jussara Sales Rodrigues Costa
- 104 Larissa Cristina Santos Barroso
- 105 Leida Calegário de Oliveira
- 106 Lorena Ulhôa Araújo
- 107 Thiago Sardinha de Oliveira
- 108 Valéria Macedo Cardoso
- 109 Vitória Queiroz Horta





## UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

## ATA DE REUNIÃO

**ATA DA 6ª (SEXTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020, DO COLEGIADO COM O NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE E OS COORDENADORES DE ESTÁGIO DO DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA DA UFVJM, REALIZADA EM 28/08/2020.**

Às dez horas e cinco minutos do dia vinte e oito de agosto do ano de dois mil e vinte, utilizando a funcionalidade de sala de reuniões do “Google Meet”, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-19), após a anuência de todos os presentes para realização de gravação da reunião, a Coordenadora do curso de Farmácia da UFVJM e presidente do Colegiado, do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e das coordenadorias de estágio, prof.<sup>ª</sup> Helen Rodrigues Martins, deu início à 6ª (sexta) Reunião Ordinária do Colegiado com o NDE e Coordenadores de Estágios do DeFar. Estavam presentes, em ordem alfabética, os membros docentes: prof. Amauri Pierruci, prof.<sup>ª</sup> Andréa Renata Malagutti, prof.<sup>ª</sup> Cristiane Fernanda Fuzer Graef, prof. Eduardo de Jesus Oliveira, prof. Fábio Pio Dornas, prof. Guilherme Carneiro, prof.<sup>ª</sup> Helen Rodrigues Martins, prof.<sup>ª</sup> Kelly Cristina Kato, prof.<sup>ª</sup> Leida Calegário de Oliveira, prof.<sup>ª</sup> Lorena Ulhôa Araújo, prof.<sup>ª</sup> Renata Aline Andrade, prof. Thiago Sardinha de Oliveira (como ouvinte do Colegiado), prof.<sup>ª</sup> Taízia Dutra Silva e prof.<sup>ª</sup> Valéria Macedo Cardoso e, os representantes discentes: Daniel Afonso Fernandes, Igor Cardoso e Vitória Queiroz. A assistente em administração, Dayana Barbosa da Cruz, também estava presente. 1º Assunto da Pauta – Informes: 1- Lista classificatória das vagas em disciplinas com vagas limitadas com especificações: A prof.<sup>ª</sup> Helen iniciou a reunião informando sobre a disponibilização de listas compartilhadas para preenchimento via Google Drive, nas quais os discentes informaram interesse por determinada disciplina através do preenchimento da lista. No entanto, devido a problemas na edição, como a exclusão de nomes da lista por alguns usuários, a Coordenação ratificou as listas de classificação dos discentes. Explicou que o critério de classificação considerou a porcentagem de conclusão de carga horária dos discentes, em ordem decrescente. A abertura da turma extra de Bioestatística foi indeferida pela Divisão de Apoio Pedagógico (DAP) por não se enquadrar nos critérios definidos para “turma extemporânea”, sendo apresentadas as respostas da DAP e do Departamento de Matemática e Estatística (DME) para conhecimento dos presentes. Diante da situação diversos membros do Colegiado demonstraram sua insatisfação e indignação, por não haver priorização da demanda dos alunos, sugerindo a elaboração de nota de repúdio. A prof.<sup>ª</sup> Helen explica que os trâmites para abertura dessa turma estão correndo desde novembro do ano de 2019, mas a decisão atual está de acordo com a Legislação vigente sobre a criação de turmas extemporâneas, uma vez que os discentes não contemplados do DeFar não se enquadram em nenhuma das hipóteses existentes. Quanto à limitação de vagas para matrículas na disciplina, para o período de Ensino Remoto Emergencial (ERE), 2020/5, observa que alguns docentes do DeFar também praticaram essa ação, embasados na prerrogativa da Resolução CONSEPE nº 09/2020 sobre o ERE e por ainda não terem treinamento adequado para desenvolvimento deste tipo de atividade e garantia de adequado atendimento aos estudantes. Portanto, não se sente confortável em cobrar mais vagas ao DME. Com a palavra, o prof. Amauri concorda que a ação do DME está pautada na Resolução e sugere que o DeFar não encaminhe nota de repúdio ao DME, considerando que há dependência daquele quanto à oferta semestral de vagas em disciplinas para os discentes do DeFar, sendo adequado manter o diálogo amigável para tratativas futuras. Após discussão, todos os membros presentes deliberaram pelo não envio de nota de repúdio ao DME, considerando que agiram pautados pelas legislações vigentes na UFVJM. 2- Envio do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Farmácia à DAP: A prof.<sup>ª</sup> Helen informou que a 9ª (nona) versão do PPC foi

encaminhada à DAP e aprovada por esta Divisão que dará encaminhamento do processo SEI! nº 23086.001839/2020-10 ao Conselho da Graduação (CONGRAD) para análise e deliberação em reunião posterior. 2º Assunto da Pauta - Aprovação dos Planos de Ensino para o período ERE2020/5: A prof.ª Helen solicitou que as duplas de docentes responsáveis pela análise dos Planos de Ensino enviados pelos docentes do DeFar, de disciplinas a serem ministradas em 2020/5 dessem seu parecer. Iniciando, as professoras Leida e Valéria Macedo informaram: “Introdução às Ciências Farmacêuticas” e “Fitoterápicos” - adequados; “Controle de Qualidade de Laboratório Clínico” – necessita de adequação quanto à carga horária de extensão inserida, distribuição da carga horária e conteúdo programático, havendo ressalva quanto a carga horária total; “Fontes de Produtos Bioativos” – adequado com ressalvas, pois as docentes não tinham conhecimento sobre a carga horária total da disciplinas e orientaram para a retirada dos números sequenciais presentes no conteúdo programático; “Alimentos Funcionais” – novo plano de ensino não foi disponibilizado para a 2ª avaliação, mas a primeira versão estava adequada, apesar de as docentes não conhecerem a carga horária da disciplina pois não estava disponível no PPC. Encaminhamento: Criar anexos no PPC contendo todas as disciplinas eletivas que forem criadas, com suas cargas horárias especificadas. A prof.ª Leida sugeriu que sejam inseridos textos tachados, para diferenciar as informações que serão excluídas ou modificadas e manter o texto gradativamente atualizado para evitar situações como a atual. Prosseguindo, a prof.ª Lorena, que realizou o trabalho em conjunto com a prof.ª Ana Paula Rodrigues que não pode estar presente nesta reunião, apresentou a análise dos planos sob sua responsabilidade: “Química Geral” – observou inadequação quanto aos e-books inseridos na bibliografia básica. A prof.ª Helen questionou se esses constavam na bibliografia anterior e, a prof.ª Andréa respondeu que no PPC vigente não consta, pois os e-books não estavam disponíveis na Biblioteca da UFVJM. No entanto, são os mesmos livros disponíveis na bibliografia básica da disciplina. “Química Orgânica” – o plano deve ser devolvido para inserção de e-books na bibliografia; “Imunologia” – não encontrou o plano de ensino na lista enviada pela Coordenação. A prof.ª Helen verificará a questão, mas informa que esse plano já estava adequado em sua primeira versão. “Farmacologia II” – A seção destinada para Metodologia e recursos digitais está em branco, orientou-se transferir o texto que trata do assunto, localizado na seção Objetivo para Metodologia. Os professores Eduardo e Guilherme informaram: “Deontologia” e “Atenção Farmacêutica” – adequados; “Biofarmácia” – o plano de ensino não foi encontrado, a prof.ª Helen informou que o docente responsável ainda não procedeu com o cadastro no e-Campus; “Diagnóstico Laboratorial de Doenças Infectocontagiosas” – adequado, mas sugerem adicionar mais bibliografias complementares; “Biotecnologia” – gerou dúvida quanto à divisão da carga horária prática e teórica, não ficando claro no plano de ensino quais conteúdos são teóricos e, quais são práticos. A prof.ª Helen irá verificar a adequação e, acrescenta que a carga horária prática da disciplina será ofertada em momento posterior, no retorno do calendário acadêmico presencial da UFVJM. As professoras Andréa e Cristiane, informaram que todas as solicitações de adequações para os planos de ensino analisados na 1ª (primeira) versão foram atendidas, estando todos os planos adequados, sendo: “Gestão e Controle de Qualidade”, “Controle de Qualidade de Fármacos”, “Dinâmica de Doenças Parasitárias”, “Métodos de Separação e Identificação de Compostos Orgânicos” e “Hematologia”. A prof.ª Cristiane observou a ausência do número de vagas que serão ofertadas, sendo esclarecido pela prof.ª Helen que esta informação é gerada no e-Campus, não fazendo parte dos planos de ensino. Quanto aos planos de ensino analisados pelos professores Amauri e Helen, estavam adequados: “Cálculo I”, “Controle de Qualidade de Insumos e Cosméticos”, “Tecnologia Farmacêutica”, “Química Farmacêutica”, “Composição Química de Alimentos” e “Química de Alimentos”; “Histologia e Embriologia” – o plano de ensino não estava disponível no Sistema, mas a prof.ª Helen contactou o Departamento de Ciências Básica (DCB) por e-mail e retornando o plano, foi verificado que estava adequado; “Estágios” – todos os planos deverão ser padronizados de acordo com o plano de ensino do Estágio V, pois os parâmetros de avaliação e metodologias ativas de ensino estão especificados de maneira completa. Finalizando o assunto, a prof.ª Helen comunicou que o DCB propôs um Projeto de atividades complementares para o período extemporâneo, tendo sido encaminhado para a Diretoria de Ensino (DEN) e Coordenações ligadas à Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FCBS) para conhecimento e manifestações. O prof. Amauri complementa que o Projeto é amplo, com conteúdos diversificados e objetiva manter o vínculo com os discentes, observando que as vagas são limitadas. 3º Assunto da Pauta – Oferta de Estágios durante a Pandemia da COVID-19: Com a palavra, a prof.ª Helen informou sobre a publicação da Instrução

Normativa (IN) PROGRAD nº 1, de 19 de agosto de 2020, da UFVJM, que estabeleceu as normas e diretrizes para a realização do estágio obrigatório e não obrigatório exercido de forma presencial ou não presencial durante o período de oferta do ensino emergencial extemporâneo nos cursos de graduação da UFVJM, abrindo para manifestações dos presentes. A prof.<sup>a</sup> Andréa, com a palavra, considera que a fiscalização da segurança dos discentes pelo Coordenadores de estágio seria algo complicado a ser feito na atual situação. A prof.<sup>a</sup> Cristiane complementou, dizendo que em estágios realizados fora de Diamantina, não há possibilidade de acompanhamento dos docentes, para garantirem os quesitos de segurança. O prof. Guilherme observa que a IN nº 1/2020 PROGRAD designa a responsabilidade de fiscalização das condições de segurança e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) pelos estagiários aos supervisores de estágio ou preceptores e, não aos Coordenadores de estágio. A prof.<sup>a</sup> Helen informou que as Concedentes de estágios devem enviar documento descrevendo os protocolos de proteção e biossegurança e quais os EPI serão disponibilizados para os estagiários, para análise e parecer dos Coordenadores de estágio. A prof.<sup>a</sup> Renata expôs preocupação quanto a possibilidade de perda de campos de estágio devido aos quesitos burocráticos estabelecidos pela UFVJM, trazendo prejuízos aos discentes. Com a palavra, o representante discente Daniel diz que anteriormente não havia acompanhamento dos Coordenadores de estágio para saber o que estava acontecendo durante a realização dos estágios, se os discentes tinham alguma dificuldade, sendo um assunto a ser levantado e pautado no DeFar, pois é uma falha apresentada há anos no curso de Farmácia, para que a fiscalização aconteça não somente durante a pandemia COVID-19, mas em qualquer momento, pois os discentes iniciam os estágios sem saber os riscos que estão correndo nos cenários de estágios ou o que pode acontecer no seu decorrer. Julga ser necessário ações que além do envio de e-mail marcando a data da apresentação dos estágios, pois considera algo vago e os discentes se sentem sem apoio dos Coordenadores de estágio. A prof.<sup>a</sup> Helen informou que ao assinar os documentos de estágio dos seus discentes, além de dar as orientações necessárias, fornece uma carta de encaminhamento do estagiário e se coloca à disposição para qualquer necessidade de orientação. O prof. Thiago também informou que no momento da assinatura da documentação de estágio dos discentes fornece as instruções que são necessárias aos discentes ao longo do estágio, colocando-se à disposição desses, mas em alguns momentos, pode ser que alguns alunos não observem as instruções. Acredita que não haveria problema quanto aos campos de estágio assinarem os documentos necessários para assegurar a segurança dos estagiários, pois são protocolos que já devem existir para resguardar os próprios funcionários das instituições. A prof.<sup>a</sup> Helen informou que dois campos de estágios importantes do DeFar, Hospital das Clínicas e o Hospital da Polícia Militar de Minas Gerais, ambos em Belo Horizonte, suspenderam as atividades de estágio antes mesmo da suspensão do calendário acadêmico da UFVJM. Esclareceu que neste momento caberá ao Colegiado e aos Coordenadores de estágio deliberarem pela permissão ou não da volta das práticas de estágio no DeFar e, em caso afirmativo, apresentar uma padronização de documentos a serem apresentados e orientações a divulgar para os discentes interessados. O prof. Thiago expôs que esta é uma responsabilidade que os coordenadores não querem assumir, pois está aquém das possibilidades dos docentes neste momento, mas acredita que não devem impedir, considerando que os campos de estágio também são responsáveis pela segurança dos estagiários. A prof.<sup>a</sup> Renata concorda que não há possibilidade de os Coordenadores assegurarem a segurança de todos os discentes em estágio. A prof.<sup>a</sup> Kelly afirma que o Art. 16 da IN nº 1/2020 PROGRAD, “Art. 16 - Caberá aos estudantes e aos orientadores de estágio comunicar à Coordenação de Estágio os casos de descumprimento do protocolo de segurança adotado pela parte concedente do estágio, bem como quaisquer outras intercorrências, a fim de que sejam analisadas e tomadas as providências cabíveis.”, poderá não ser cumprido por parte dos estagiários que podem omitir o descumprimento das normas de segurança devido ao receio de perder a oportunidade de estágio. O prof. Fábio, com a palavra, diz entender a necessidade dos discentes, mas concorda que neste momento seria um risco a esses e suas famílias, e os Coordenadores não podem assumir toda esta responsabilidade. Foi mantida uma longa discussão sobre a realização de estágios somente na cidade de Diamantina e o debate de que a maioria dos discentes os realiza fora da cidade devido à falta de vagas nos campos de estágio disponíveis. Enfatizaram que por este motivo os Coordenadores não conseguem dar a assistência necessária para todos os discentes e, caso haja liberação para as atividades durante o período de pandemia, os Coordenadores não teriam o menor controle sobre as condições de segurança dos campos de estágio, ficando toda a responsabilidade sobre os

discentes, que poderiam não se sentir à vontade para relatar os problemas. O prof. Eduardo solicita que seja registrado que, em caso de decisão favorável pelo retorno das atividades de estágio, ele entregará a sua função de Coordenador de Estágio do DeFar, pois não assumirá a responsabilidade de garantir a segurança dos discentes neste momento de insegurança internacional. Observa que forçar ou exigir que os campos de estágio assinem uma documentação sobre responsabilidade na segurança poderá culminar na perda desses campos. O prof. Guilherme acrescenta que possui grande receio quanto à infecção dos discentes e seus familiares, pois essa pode ocorrer não somente no local de estágio, mas no transporte público ou exposição dos discentes à diversos fatores externos, sentindo-se “incomodado” em ter que assumir esta responsabilidade. O representante discente Igor Dias questiona se existe uma previsão para o retorno das atividades de estágios, dando como exemplo, janeiro de 2021. O prof. Guilherme responde que é difícil prever, considerando que não existem bases científicas que demonstrem uma previsão de segurança de exposição até o momento. Houve concordância dos demais presentes. Deliberação sobre a questão: Estão de acordo com o retorno das atividades de estágio neste momento? Por unanimidade, foi deliberado pelo NÃO RETORNO das atividades de estágio neste momento, podendo ser alterada esta decisão considerando os desdobramentos da pandemia da COVID-19. Outros Assuntos: 1 – Coordenação DeFar informa perda de campo de Estágio: Retomando a palavra, a prof.<sup>a</sup> Helen solicita o registro da insatisfação da Coordenação do DeFar quanto à perda do campo de estágio do Hospital Militar da Polícia de Minas Gerais devido à falta de encaminhamento do processo com os trâmites pela PROGRAD. 2 – Núcleo de Estágios da FCBS: A prof.<sup>a</sup> Lorena informa que a FCBS propôs a criação de um Núcleo de Estágios para que haja maior articulação entre seus cursos no sentido de aumentar o diálogo e melhorar a organização e distribuição de vagas e da parte documental e executora dos estágios. Explica que alguns cursos iniciaram a escrita do Projeto e solicitaram a contribuição dos demais. Os docentes Renata e Guilherme observaram que como membros da DEPE participaram de muitas reuniões, havendo um imenso trabalho, relatórios e viagens, com muito desgaste dos membros e, ao seu conhecimento, nada do que foi compilado foi aproveitado. A prof.<sup>a</sup> Lorena diz que foi informada que a DEPE atuava de maneira mais específica nos Hospitais e, não necessariamente nos demais campos de estágio. Considerando a necessidade de indicação de 2 (dois) membros do DeFar para comporem o Núcleo, a prof.<sup>a</sup> Helen abre para candidaturas espontâneas de voluntários. As professoras Taízia e Kelly se disponibilizaram representarem o DeFar como titular e suplente, respectivamente, sendo que a primeira informa não poder viajar caso seja necessário. Os professores Guilherme e Renata se dispuseram a repassar todas as informações necessárias e a prof.<sup>a</sup> Helen sugere que em caso de demandas, os Coordenadores de estágio poderiam se reunir para discutir e deliberarem em conjunto. 3 – Estudo de Equivalência de Imunologia e Parasitologia: Foi realizado o estudo de equivalências da disciplina Imunologia com o DCB, Fisioterapia e os PPCs do curso de Farmácia pois ainda não estavam sendo estabelecidas no e-Campus. Detectou-se que a disciplina FAR139 ofertada pela Fisioterapia permaneceu com 45 (quarenta e cinco) horas, no entanto esta possuirá conteúdo prático, diferenciando-se das disciplinas de Imunologia ofertadas nos demais cursos que possuem conteúdo totalmente teórico. A prof.<sup>a</sup> Helen informou que encaminhou os planos de ensino para comparação da prof.<sup>a</sup> Leida Calegário, responsável pelas disciplinas e, o parecer foi pela ratificação da informação como apresentado anteriormente, em decorrência da diferença ocorrida na ementa e distribuição da carga horária. Sendo assim, foi decidido por unanimidade as equivalências entre as disciplinas FAR142 com a FAR120 e FAR010, sem possibilidade de manter a equivalência com a Imunologia do curso de Fisioterapia, FAR139. Em relação a equivalência das novas unidades curriculares de Parasitologia, contidas no Projetos Pedagógicos dos Cursos de Fisioterapia e Enfermagem, FAR140 e FAR143, respectivamente, foi discutida a equivalência com outras disciplinas ofertadas pelo curso de farmácia, incluindo a FAR125, FAR123 e FAR011. A profa. Helen informou que a análise dos docentes responsáveis pelas mesmas foi favorável. Todos os presentes estiveram de acordo com a decisão, ponderando pela equivalência entre as disciplinas FAR140, FAR142, FAR125, FAR123 e FAR011 (Parasitologia). 4 – Projeto do Centro Acadêmico (CA) para nivelamento dos estudantes dos primeiros períodos: O prof. Guilherme aproveitou a oportunidade em que se encontravam reunidos uma grande parcela dos docentes do DeFar para parabenizar a iniciativa dos membros do CA do DeFar, que objetiva o nivelamento para estudantes dos primeiros períodos do curso para envolvê-los e sanar dificuldades em assuntos básicos que tenham ficado pendentes no ensino médio. Informa que serão encaminhados formulários aos docentes para que

apresentem as principais lacunas que encontram nas suas disciplinas para que os voluntários possam focar nesses pontos. Solicita que os docentes respondam ao questionário e possam se disponibilizar a participar do projeto que possui a orientação dos docentes Guilherme, Leida e Valéria Macedo. A prof.<sup>a</sup> Cristiane Grael se propõe a auxiliar no projeto. A prof.<sup>a</sup> Helen encerra a reunião parabenizando a iniciativa do CA e coloca a Coordenação do curso à disposição para auxiliá-los. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, e eu, Dayana Barbosa da Cruz, assistente em administração, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros do Colegiado e Coordenadores de Estágio do Curso de Farmácia da UFVJM, que estavam presentes. Diamantina, vinte e oito de agosto do ano de dois mil e vinte. X-X-X

**Amauri Pierruci**

**Andréa Renata Malagutt**

**Cristiane Fernanda Fuzer GraelDaniel**

**Afonso Fernandes Dayana Barbosa da Cruz**

**Eduardo de Jesus Oliveira Fábio Pio Dornas**

**Guilherme Carneiro**

**Helen Rodrigues MartinsIgor Dias**

**Cardoso**

**Kelly Cristina Kato**

**Leida Calegário de OliveiraLorena**

**Ulhôa Araújo**

**Renata Aline Andrade**

**Thiago Sardinha de OliveiraTaízia Dutra**

**Silva**

**Valéria Macedo CardosoVitória**

**Queiroz Horta**

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Sardinha de Oliveira, Servidor**, em 14/10/2020, às 12:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leida Calegario de Oliveira, Servidor**, em 14/10/2020, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Ulhoa Araujo, Servidor**, em 14/10/2020, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Carneiro, Servidor**, em 14/10/2020, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Aline de Andrade Moreira, Servidor**, em 14/10/2020, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Pio Dornas, Servidor**, em 14/10/2020, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Jesus Oliveira, Servidor**, em 14/10/2020, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Fernanda Fuzer Graef, Servidor**, em 14/10/2020, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Renata Malagutti, Servidor**, em 14/10/2020, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Valéria Macedo Cardoso, Servidor**, em 16/10/2020, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Taizia Dutra Silva, Servidor**, em 17/10/2020, às 22:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kelly Cristina Kato, Servidor**, em 26/10/2020, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0191338** e o código CRC **DA2AD675**.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E**  
**BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

**ATA DA 1ª (PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021, DO COLEGIADO COM OS COORDENADORES DE**  
**ESTÁGIO E NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA DA UFVJM,**  
**REALIZADA EM 12/02/2021.**

1 Às quatorze horas e cinco minutos do dia doze de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, utilizando a  
2 funcionalidade de sala de reuniões do “Google Meet”, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-19),  
3 após a anuência de todos os presentes para gravar a reunião, a Vice-Coordenadora do curso de Farmácia  
4 da UFVJM e vice-presidente do Colegiado, prof.ª Lorena Ulhôa, deu início à 1ª (primeira) Reunião  
5 Ordinária do Colegiado do curso de Farmácia da UFVJM. Estavam presentes, em ordem alfabética os  
6 docentes Amauri Pierucci, Ana Paula Rodrigues, Ana Paula Vanzela, Andréa Renata Malagutti, Cristiane  
7 Fernanda Fuzer Graef, Eduardo de Jesus Oliveira, Fábio Pio Dornas, Fernando Costa Archanjo, Guilherme  
8 Carneiro, Kelly Cristina Kato, Leida Calegário de Oliveira, Lorena Ulhôa Araújo, Sandro Luíz Barbosa dos  
9 Santos, Taízia Dutra Silva, Thiago Sardinha de Oliveira e Valéria Macedo Cardoso. E os discentes: Alissane  
10 Ingrith, Camila Gonçalves Sena, Dalila Letícia de Miranda, Gustavo Augusto Coelho, Igor Dias Cardoso  
11 Isabella de Fátima Pires, Jussara Sales Rodrigues, Larissa Cristina Santos Barroso, Lúnia Luchesse Simões,  
12 Renata Maria Damasceno, Skarlaty Melissa Lomba, Vitória Queiroz. A assistente em administração Dayana  
13 Barbosa da Cruz também estava presente. **1º Assunto da Pauta – Solicitação de discentes quanto às**  
14 **Unidades Curriculares (UC) de conteúdos práticos:** A prof.ª Lorena iniciou a reunião agradecendo a  
15 presença de todos e optou pela apresentação de slides contendo a descrição detalhada da situação  
16 acadêmica de cada discente que enviou solicitação para ser analisada pelo Colegiado. **1. Ruth Soares**  
17 **Cardoso:** solicita a liberação de cursar a parte prática da disciplina Controle e Gestão de Qualidade. Houve  
18 parecer favorável das docentes responsáveis pela Unidade Curricular (UC), Taízia Dutra Silva e Valéria  
19 Macedo Cardoso. **Deliberação** favorável, por unanimidade, a cursar a parte prática da UC de forma  
20 remota, condicionada à aprovação nas disciplinas Estágio V e TCC. No entanto, caso haja retorno do ensino  
21 presencial, ou híbrido, até a data de término do período letivo (2020/1) a discente deverá cumprir a carga  
22 horária prática de forma presencial. **2. Skarlaty Melissa Lomba Ribeiro:** atualmente matriculada nas UC  
23 estágio V, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Biologia Molecular e Biotecnologia (obrigatória) e  
24 Controle de Qualidade de Insumos Farmacêuticos (eletiva), a discente demanda a possibilidade de  
25 realização de forma remota dos conteúdos práticos das duas últimas UC. A prof.ª Ana Paula Vanzela, com  
26 a palavra, diz não haver possibilidade de realização de maneira remota das práticas da UC Biologia  
27 Molecular e Biotecnologia, considerando que o objetivo de aprendizado não pode ser alcançado por uma  
28 aula remota. As práticas da disciplina sob sua responsabilidade contemplam o exercício de reflexão sobre  
29 montagem de experimentos e discussões dos casos, sendo fundamental para a formação dos profissionais  
30 farmacêuticos. Acrescenta que consta no Plano Pedagógico do Curso (PPC) e no plano de ensino da  
31 disciplina que o conteúdo prático da UC deve ser presencial e, caso seja retirado poderá ocorrer grande  
32 perda para a formação profissional dos discentes, devido à necessidade desse conhecimento para a  
33 atuação do farmacêutico. Quanto à UC Controle de Qualidade de Insumos Farmacêuticos, a prof.ª Taízia  
34 Dutra justifica a não aprovação da parte prática remota, considerando que a discente deverá aguardar o  
35 retorno presencial para cursar a UC anterior. Os membros do Colegiado **deliberaram** favoravelmente, com  
36 4 (quatro) votos e 1 (uma) abstenção, **pela não existência de possibilidade de conversão das aulas**  
37 **práticas presenciais para remoto**, pois a realização daquelas é essencial para a formação profissional dos  
38 discentes. A estava presente e concordou com a decisão. **3. Isabella Pires Rosa:** solicitou a liberação de  
39 cursar as práticas presenciais da UC Química Orgânica II e Físico-Química; pediu a quebra do pré-requisito  
40 de cursar a UC Farmacognosia, para que consiga se matricular e cursar concomitantemente as UC Química  
41 Farmacêutica e Fitoterápicos. A prof.ª Lorena informou que as disciplinas Físico-Química e Farmacognosia



42 chocam horário na grade de disciplinas do curso de farmácia, por serem de períodos diferentes e que a  
43 discente ainda não cursou nenhum estágio obrigatório. Com a palavra, os docentes responsáveis pela UC  
44 Química Orgânica II informaram que se reuniram para dar um parecer sobre a solicitação e dizem que caso  
45 o Colegiado e Coordenação aprovem a solicitação, será necessário reavaliar a situação de cerca de 60  
46 (sessenta) discentes também matriculados na disciplina. O prof. Guilherme, como membro do Núcleo  
47 Docente Estruturante (NDE) posicionou-se contrário a qualquer quebra de pré-requisito, havendo  
48 concordância dos demais membros presentes. A discente Isabella, com a palavra, disse que sua maior  
49 preocupação no momento seria com a realização da parte prática da UC Química Orgânica II de forma  
50 remota. Em concordância com o posicionamento dos docentes responsáveis pela disciplina Química  
51 Orgânica II, a prof.<sup>a</sup> Lorenasugeriu agendamento de uma reunião futura para discussão do caso. Portanto,  
52 foi **deliberado pela retirada da solicitação da pauta**, para discussão do Colegiado com os docentes,  
53 havendo concordância de todos. **4. Lúnia Luchesse Simões:** solicitou a liberação de cursar a prática  
54 presencial da UC Fundamentos de hematologia, citologia e bioquímica clínica e, Química Orgânica II e, a  
55 quebra de pré-requisitos para Fitoterapia. Com a palavra, a prof.<sup>a</sup> Ana Paula Rodrigues disse que cumprirá  
56 a obrigatoriedade de realização de práticas presenciais nas unidades curriculares sob sua responsabilidade,  
57 por conterem conteúdos que os discentes não cursam em nenhuma outra UC. Quanto a quebra de pré-  
58 requisitos, houve discussão entre os membros do Colegiado e NDE, sendo estes contrários à quebra, pois  
59 não é uma questão advinda da pandemia, mas, sim, situações que ocorrem rotineiramente no curso de  
60 Farmácia. Aberto para votação, foi **deliberado** favoravelmente à decisão da prof.<sup>a</sup> Ana Paula Rodrigues,  
61 pela **não dispensa da discente das práticas presenciais da UC Fundamentos de hematologia, citologia e**  
62 **bioquímica clínica**, por unanimidade. Quanto à quebra de **pré-requisito para cursar Fitoterapia, a**  
63 **solicitação foi negada**, com 3 (três) abstenções e, quanto à solicitação relacionada à Química orgânica II  
64 de forma remota, o assunto será retirado de pauta para futura discussão com o Colegiado, NDE e docentes  
65 responsáveis, todos estiveram de acordo. **5. Mariana Coelho:** solicitou o reaproveitamento da parte  
66 prática das UC Química orgânica II e Farmacotécnica, cursadas anteriormente, mas reprovada. Com a  
67 palavra o prof. Guilherme diz que o conteúdo da UC Farmacotécnica é essencial para a formação do  
68 profissional farmacêutico, sendo contrário a qualquer substituição das aulas práticas presenciais.  
69 Considerando que a discentes está cursando novamente a UC, significa que o aproveitamento anterior foi  
70 inferior a 60% (sessenta por cento), e enfatiza que não há dissociação da parte teórica da prática. A prof.<sup>a</sup>  
71 Kelly reitera que os procedimentos aprendidos na UC Farmacotécnica são únicos e, há apenas uma  
72 farmácia de manipulação em Diamantina, havendo pouca possibilidade de os discentes terem contato  
73 com as práticas antes de se formarem. A representante discente Jussiara concordou com os docentes, mas  
74 ressalta que a discente Mariana já cursou a UC Química orgânica II por 3 (três) vezes, indicando que houve  
75 aprendizagem de algum conteúdo prático, apesar da reprovação. O prof. Sandro solicitou que este assunto  
76 também seja discutido em reunião posterior, juntamente à outra demanda. Após discussão, foi deliberado,  
77 com 2 (duas) abstenções, pela **não autorização do pedido de reaproveitamento da parte prática da UC**  
78 **Farmacotécnica** e definição posterior sobre a solicitação relacionada à Química orgânica II. **1º Assunto da**  
79 **Pauta – Solicitação de discentes quanto aos Estágios:** A prof.<sup>a</sup> Lorena enfatizou a necessidade de decisões  
80 alinhadas dos Coordenadores de Estágio e Colegiado, de maneira a melhorar o encaminhamento das  
81 demandas. Estabelecer maneiras de melhor orientar os discentes para a realização dos estágios também  
82 se faz necessário. Diante disso, foi **deliberado que será permitido o encaminhamento aos estágios,**  
83 **estudantes concluintes até o semestre 2020/2.** Todos os membros do Colegiado e Coordenadores de  
84 Estágio estiveram de acordo. **1. Ruth Cardoso:** a discente já está realizando o estágio, portanto a  
85 solicitação foi retirada da pauta. **2. Renata Soier:** solicitou autorização para realizar o Estágio V. O prof.  
86 Guilherme informou que a discente pode se matricular no semestre atual para realização das atividades  
87 de estágio e, realizar novamente a matrícula no semestre posterior para finalização da carga horária e  
88 apresentação. Deliberação: Todos foram favoráveis à solicitação, autorizando que a discente se matricule  
89 e realize as atividades do estágio V. **3. Nara Yana Costa:** solicitou autorização para realizar o Estágio V.  
90 Prof. Guilherme diz que a discente necessita se matricular no Estágio V para inicia-lo imediatamente.  
91 Houve deliberação favorável, por unanimidade, pela autorização para que a discente se matricule e realize  
92 as atividades do Estágio V. **4. Jussiara Sales:** solicitou autorização para realizar o Estágio V. Houve  
93 deliberação favorável, por unanimidade, pela autorização para que a discente se matricule e realize as  
94 atividades do Estágio V. **5. Glaciele Araújo:** solicita realização do estágio IV. Atualmente matriculada nos  
95 Estágios IV e V, portanto, foi deliberado que a discente poderá realizar as atividades de estágio, com

96 finalização da carga horária em 2020/2. **6. Bruno Félix:** solicita permissão para realizar os Estágios II e III  
97 no semestre 2020/1 e o Estágio V em 2020/2. Os membros do Colegiado e Coordenadores de Estágio  
98 deliberaram favoravelmente à solicitação do discente, permitindo sua matrícula nas UC Estágios II e III. **7.**  
99 **Alissane Silva:** solicita realização do Estágio V. Houve deliberação favorável, por unanimidade, pela  
100 autorização para que a discente se matricule e realize as atividades do Estágio V. **8. Geisy Silva:** solicita  
101 nova autorização para realizar as atividades dos Estágios I, II e IV em 2020/1 e iniciar o Estágio V antes do  
102 início do semestre 2020/2. Houve deliberação, por unanimidade, favorável à solicitação pelo Colegiado.  
103 **9. Dalila Miranda:** atualmente matriculada nos Estágios II e III, solicita retorno às atividades. Foi  
104 deliberado que a discente deverá se matricular também no Estágio IV, para finalizar no semestre 2020/1  
105 e, iniciar as atividades do Estágio V assim que finalizar estes outros. Deste modo a discente finalizará estas  
106 atividades no semestre 2020/2. **10. Camila Sena:** solicita a validação das horas realizadas do Estágio IV e,  
107 realização dos Estágios I e II. Foi deliberado que a discente, para ser considerada concluinte em 2020/2,  
108 deverá realizar os Estágios I, II e IV no semestre 2020/1, o Estágio III durante o recesso letivo (18 dias de  
109 férias) e, o Estágio V no semestre 2020/2. **11. Luíza Aguiar:** solicitação para realizar o Estágio III. A discente  
110 não foi considerada como concluinte em 2020/2, portanto, foi deliberado por 6 (seis) votos contrários ao  
111 pedido, 2 (duas) abstenções e 1 (um) voto favorável, pela negativa da solicitação da discente. **12. Lúnia**  
112 **Luchesse:** solicita autorização para realizar o Estágio V. Houve deliberação contrária, por unanimidade, por  
113 não considerarem a discente como concluinte em 2020/2, estando a esta de acordo com a decisão. **13.**  
114 **Gustavo Coelho:** solicita autorização para finalizar a carga horária do Estágio V. Foi deliberado  
115 favoravelmente pela autorização do retorno às atividades de Estágio V do discente com a retomada do  
116 semestre 2020/1. 3º Assunto da Pauta – Planos de Ensino: Os planos de ensino foram analisados pelos  
117 membros do Colegiado e NDE do curso de Farmácia. **1. Farmacobotânica** – propõe substituição da carga  
118 horária prática presencial por prática remota. O prof. Amauri, com a palavra, diz que considerando que a  
119 legislação vigente permite que aulas práticas sejam ofertadas de modo remoto e, os docentes  
120 responsáveis pelas UC apresentaram propostas adequadas, as solicitações poderão ser aprovadas.  
121 Observa que não houve apresentação de proposta para a Biologia Celular. A prof.ª Cristiane Graef esteve  
122 de acordo, apesar de acreditar que há perda para os alunos. O prof. Guilherme se posicionou contrário a  
123 qualquer troca de prática presencial por remota, por acreditar que há grande impacto no Projeto  
124 Pedagógico do Curso (PPC) e na aprendizagem dos discentes. Deliberação: o plano de ensino foi aprovado,  
125 com 2 (duas) abstenções. **2. Físico-Química** – propõe substituição da carga horária prática presencial por  
126 prática remota. Os prof. Guilherme e Leida solicitaram que seja feita a correção da ementa para adequação  
127 ao PPC 2006 e da carga horária prática apresentada. Deliberação: o plano de ensino foi aprovado, com 2  
128 abstenções. **3. Histologia** – o prof. Amauri considera que a decisão deveria ser encaminhada à Pró-Reitoria  
129 de Graduação (PROGRAD), pois a UC é ofertada para diversos cursos, evitando a discordância entre as  
130 Coordenações. A prof.ª Lorena diz que algumas ementas apresentam distinções no plano de ensino para  
131 cada curso. No entanto, a prof.ª Leida diz que não é adequado, considerando que o docente ministra a  
132 aula para turmas conjuntas. Informa que o plano de ensino não está de acordo com o PPC de Farmácia e  
133 sugere que deve ser encaminhada uma demanda à PROGRAD para que os planos de ensino sejam  
134 padronizados de acordo com os PPC. A prof.ª Lorena pontou que não está claro no plano de ensino que  
135 haverá 3 (três) ou mais avaliações. O prof. Amauri diz que há necessidade de descrição das técnicas das  
136 atividades, apresentando a divisão do percentual em cada avaliação, sendo mais de três. Deliberação: o  
137 plano de ensino foi aprovado com ressalvas, com 2 (duas) abstenções, mediante correção da ementa e  
138 objetivos de acordo com o PPC 2006, carga horária prática, descrição técnica das atividades e inserção do  
139 percentual de cada avaliação. **4. Microbiologia** – a prof.ª Lorena informou que o plano de ensino está em  
140 desacordo com o PPC. Com a palavra, a prof.ª Valéria Macedo diz se preocupar com os discentes, pois não  
141 realizarão aulas práticas em diversas unidades curriculares, havendo perdas profissionais. A prof.ª Leida  
142 concorda, mas acredita que neste momento excepcional, é necessário para que haja fluxo dos discentes e  
143 futuramente poderão pensar em ações como minicursos que permitam o contato presencial com as  
144 práticas. Deliberação: o plano de ensino foi aprovado com ressalvas, com 4 (quatro) abstenções, sendo  
145 necessária a correção da ementa de acordo com o PPC 2006. **5. Patologia** – a prof.ª Lorena pontuou que  
146 há divergências nas especificações das atividades e no conteúdo programático e, falta descrição das aulas  
147 práticas. Deliberação: o plano de ensino foi aprovado com ressalvas, com 2 (duas) abstenções, sendo  
148 necessária a correção da carga horária da parte prática conforme PPC2006. **6. Fisiologia dos Sistemas** -  
149 Deliberação: o plano de ensino foi aprovado com ressalvas, com 3 (três) abstenções, sendo necessária a

150 correção dos objetivos, especificar a carga horária prática a ser trabalhada conforme o PPC, descrever de  
151 forma clara na metodologia como a parte prática será trabalhada. 7. Fisiologia Humana – Disciplina do  
152 novo PPC 2020. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, e eu, Dayana Barbosa da Cruz,  
153 assistente em administração, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos  
154 membros do Colegiado, Coordenadores de Estágio e NDE do Curso de Farmácia da UFVJM, que estavam  
155 presentes. Diamantina, doze de fevereiro de dois mil e vinte e um.

156 Amauri Pierucci  
157 Ana Paula Rodrigues  
158 Ana Paula Vanzela  
159 Andréa Renata Malagutti  
160 Cristiane Fernanda Fuzer Graef  
161 Dayana Barbosa da Cruz  
162 Eduardo de Jesus Oliveira  
163 Fábio Pio Dornas  
164 Fernando Costa Archanjo  
165 Guilherme Carneiro  
166 Igor Dias Cardoso  
167 Jussara Sales Rodrigues  
168 Kelly Cristina Kato  
169 Larissa Cristina Santos Barroso  
170 Leida Calegário de Oliveira  
171 Lorena Ulhôa Araújo  
172 Sandro Luiz Barbosa dos Santos  
173 Taízia Dutra Silva  
174 Thiago Sardinha de Oliveira  
175 Valéria Macedo Cardoso  
176 Vitória Queiroz Horta

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

**ATA DA 1ª (PRIMEIRA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2021, DO COLEGIADO DO CURSO DE FARMÁCIA COMO O NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE E COORDENADORES DE ESTÁGIO DA UFVJM, REALIZADA EM 26/03/2021.**

1 Às nove horas e dez minutos do dia vinte e seis de março do ano de dois mil e vinte e um, utilizando a  
2 funcionalidade de sala de reuniões do “Google Meet”, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-19),  
3 após a anuência de todos os presentes para realização de gravação da reunião, a Coordenadora do curso  
4 de Farmácia da UFVJM, prof.ª Helen Rodrigues Martins, deu início 1ª (primeira) Reunião Extraordinária  
5 do Colegiado do curso de Farmácia com a participação dos membros do Núcleo Docente Estruturante  
6 (NDE) e Coordenadores de Estágio. Estavam presentes, em ordem alfabética os membros docentes:  
7 Amauri Pierucci, Ana Paula Rodrigues, Andréa Renata Malagutti, Cristiane Fernanda Fuzer Grael, Eduardo  
8 de Jesus Oliveira, Fábio Pio Dornas, Guilherme Carneiro, Helen Rodrigues Martins, Kelly Cristina Kato,  
9 Leida Calegário de Oliveira, Lorena Ulhôa Araújo, Renata Aline Andrade, Taízia Dutra Silva e Thiago  
10 Sardinha de Oliveira e, os membros discentes: Anthonny Didier Braga Lopes, Franciele Salvador, Igor Dias  
11 Cardoso, Larissa Cristina Santos Barroso e Vitória Queiroz Horta. A assistente em administração, Dayana  
12 Barbosa da Cruz, também estava presente. **1º Assunto da Pauta – Apresentação dos novos**  
13 **representantes discentes do Colegiado:** A prof.ª Lorena iniciou a reunião, devido à problemas de conexão  
14 da prof.ª Helen. Foi feita a apresentação dos novos representantes discentes do Colegiado, Anthonny  
15 Didier Braga Lopes e Franciele Salvador, eleitos pelo Edital nº 001/2021. Com anuência dos presentes, a  
16 ordem dos assuntos foi invertida, para aguardar o retorno da prof.ª Helen à conexão da reunião. **Outros**  
17 **Assuntos: 1 – Informe sobre Espaço solicitado pelo curso de Farmácia no Ambulatório de Saúde do**  
18 **Campus I:** A prof.ª Renata informou que foram solicitados dois espaços no Campus I, nas salas reservadas  
19 para instalação dos Ambulatórios de Saúde, para utilização do Departamento de Farmácia, sendo um  
20 destinado para “Sala de coleta do LEAC” e outro para o “Consultório Farmacêutico”. O documento foi  
21 elaborado pela prof.ª Renata que incluiu mais um espaço que será destinado para “Sala de Vacinação”,  
22 que poderá ser compartilhada com a enfermagem, considerando que o farmacêutico pode atuar como  
23 imunizador. Informa que a comissão do DeFar está atuante para a instalação e os discentes poderão  
24 participar através de projetos de ensino e extensão. **2º Assunto da Pauta – Aprovação do projeto**  
25 **Pedagógico do Curso (PPC) de Transição:** A prof.ª Helen informou que o NDE esteve trabalhando  
26 arduamente para adequação do PPC ao ensino remoto. Foi necessário realizar uma pequena modificação  
27 na tabela que continha as unidades curriculares (UC) para citar as que foram ofertadas. Informa que falta  
28 anexar os planos de ensino de algumas UC cujos docentes ainda não os enviaram, apesar de diversas  
29 cobranças da Coordenação. O prof. Eduardo sugeriu que a Chefia do DeFar deve ser acionada para que  
30 solicite que esses docentes possam cumprir suas atividades nos prazos determinados. A prof.ª Andréa diz  
31 que a Coordenação poderá enviar um e-mail para a Chefia com a demanda para que seja feita a cobrança  
32 para que os planos de ensino sejam encaminhados com celeridade. Unidades curriculares com práticas  
33 ofertadas de maneira remota, aprovadas *Ad referendum* pela Coordenação, obedecendo o parecer dos  
34 docentes responsáveis por ministra-las: Imunologia, Parasitologia, Diagnóstico Laboratorial de Doenças  
35 Infectocontagiosas, Composição química de alimentos, Farmacologia II, Toxicologia, Enzimologia  
36 Industrial e Química Farmacêutica. Homologação pelos membros do Colegiado da aprovação das UC que  
37 ofertarão a parte prática de forma remota, com cinco abstenções. **DELIBERAÇÃO:** Quanto ao PPC de  
38 transição, houve aprovação do seu conteúdo por unanimidade dos membros do Colegiado. A prof.ª Helen  
39 agradeceu a todos os membros do NDE pelo esforço para a elaboração do documento. **3º Assunto da**  
40 **Pauta – Estágios:** O Colegiado aprovou o retorno das atividades de estágios para os discentes concluintes  
41 até 2020/2, desde que cumpram as exigências de acordo com a nova resolução da UFVJM e da Prefeitura  
42 de Diamantina. No entanto, a Coordenação informou que houve determinação do Conselho de Ensino,  
43 Pesquisa e Extensão (CONSEPE) considerando o agravamento da pandemia da COVID, suspendendo todas  
44 as atividades acadêmicas, inclusive os estágios. Posterior, houve decreto da Prefeitura de Diamantina que  
45 permitia o retorno dos estágios par os discentes que estivessem no último período do curso. A  
46 determinação da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) sobre o assunto é “As atividades práticas ficam

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

47 *restritas a atividades de ensino presencial referentes ao último período ou semestre dos cursos da área da*  
48 *saúde”, conforme deliberação do Comitê Extraordinário Covid-19 nº 130, de 3 de março de 2021, Art. 4º,*  
49 *inciso XXVII. Esclarece que considerando a última reunião do CONSEPE e as determinações da Prefeitura,*  
50 *o Colegiado DeFar deverá analisar os currículos dos discentes do DeFar para avaliar aqueles que tenham*  
51 *potencial para conclusão do curso até o final do semestre letivo 2020/1. A prof.ª Leida sugere que seja*  
52 *encaminhado o entendimento do Colegiado para a PROGRAD para estarem resguardados legalmente. A*  
53 *prof.ª Helen levanta o questionamento sobre os discentes que estão com atividades práticas pendentes*  
54 *relacionadas à 2020/5 ou 2020/1, se poderiam ser considerados concluintes. A prof.ª Kelly informa que os*  
55 *discentes que se enquadrariam nesta situação são Laura, Ruth, Joice de Almeida, Melina, Renata, Skarlaty*  
56 *e Taciana. O prof. Fábio acrescenta a discente Geisy. A prof.ª Helen orienta que os Coordenadores de*  
57 *Estágios deverão verificar as regulamentações dos Estados e/ou Municípios nos quais os discentes estarão*  
58 *fazendo os estágios para autorizar as atividades. Diz que solicitará à PROGRAD que as UC de estágios*  
59 *fique abertas para serem fechadas posteriormente, de modo que os discentes concluam as atividades*  
60 *dentro do prazo e solicitem colação de grau antecipada. DELIBERAÇÃO: Foi deliberado, com treze votos*  
61 *favoráveis e uma abstenção pelo entendimento de que os discentes que poderão retornar às atividades*  
62 *de Estágios serão aqueles que concluirão o curso até o final do semestre letivo 2020/1. 4º Assunto da*  
63 *Pauta: Análise Curricular para a Transição: A prof.ª Helen informou que convidou o Fernando, chefe da*  
64 *Divisão de Registro e Controle Acadêmico (DRCA) para participar de uma reunião sobre análise curricular,*  
65 *apesar da DRCA não realizar curso sobre este assunto, ele se propôs a auxiliar em dúvidas específicas.*  
66 *Considerando que a maioria dos discentes do DeFar não está regular no curso, a prof.ª Helen disse que*  
67 *será necessário realizar análise curricular detalhada de cada discente, considerando o processo de*  
68 *transição curricular, para depois apresentar os resultados ao Fernando. Informou que o novo PPC deve ser*  
69 *implementado para as turmas até o 5º (quinto) período do curso de Farmácia, sendo de forma voluntária.*  
70 *O prof. Guilherme questionou sobre como será feita a análise curricular dos discentes do currículo antigo*  
71 *ao currículo novo. A prof.ª Helen informou que não haverá migração para os discentes que tenham*  
72 *prejuízos relacionados ao tempo para conclusão do curso. A representante discente Franciele questionou*  
73 *se os discentes deverão fazer as UC anteriores aos períodos que estão matriculados. A prof.ª Helen*  
74 *esclareceu que sim, mas a Coordenação trabalhará para que haja vagas suficientes para todos e elaborará*  
75 *projetos para que os discentes cursem as horas de extensão. O prof. Amauri informou sobre o processo*  
76 *de transição ocorrido na Fisioterapia e Enfermagem e orientou que o NDE e Colegiado DeFar poderiam*  
77 *solicitar orientações aos Coordenadores desses cursos para saber como foi feito o processo de análise*  
78 *curricular para transição. ENCAMINHAMENTO: Os membros do Colegiado e NDE serão divididos em duplas*  
79 *para realizar a análise dos currículos dos discentes a partir das matrículas 2017/1. A Coordenação gerará*  
80 *os históricos e análise curricular de todos os discentes que ingressaram a partir de 2017/1. Duplas*  
81 *definidas: 2017/1 – Guilherme e Leida, 2017/2 – Eduardo e Cristiane Graef, 2018/1 – Ana Paula Rodrigues*  
82 *e Andréa, 2018/2 – Renata e Valéria (licença até 13/04), 2019/1 – Fábio e Thiago e, 2019/2 – Lorena e*  
83 *Helen. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, e eu, Dayana Barbosa da Cruz, assistente*  
84 *em administração, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes.*  
85 *Diamantina, vinte e seis de março do ano de dois mil e vinte e um.*

86 Amauri Pierucci  
87 Ana Paula Rodrigues  
88 Andréa Renata Malagutti  
89 Cristiane Fernanda Fuzer Graef  
90 Eduardo de Jesus Oliveira  
91 Fábio Pio Dornas  
92 Guilherme Carneiro  
93 Helen Rodrigues Martins  
94 Kelly Cristina Kato  
95 Leida Calegário de Oliveira

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO  
JEQUITINHONHA E MUCURI  
DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

- 96 Lorena Ulhôa Araújo
- 97 Renata Aline de Andrade
- 98 Taízia Dutra Silva
- 99 Thiago Sardinha de Oliveira
- 100 Anthony Didier Braga Lopes
- 101 Franciele Salvador
- 102 Igor Dias Cardoso
- 103 Larissa Cristina Santos Barroso
- 104 Vitória Queiroz Horta

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

**ATA DA 4ª (QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021, DO COLEGIADO E NÚCLEO DOCENTE**  
**ESTRUTURANTE DO CURSO DE FARMÁCIA DA UFVJM, REALIZADA EM 04/05/2021.**

1 Às quatorze horas e doze minutos do dia quatro de maio do ano de dois mil e vinte e um, utilizando a  
2 funcionalidade de sala de reuniões online do “Google Meet”, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-  
3 19), após a anuência de todos os presentes para realização de gravação da reunião, a Coordenadora do  
4 curso de Farmácia e presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE), prof.ª Helen Rodrigues Martins,  
5 deu início à 4ª (quarta) Reunião Ordinária do Colegiado do curso de Farmácia da UFVJM. Estavam  
6 presentes, em ordem alfabética os representantes docentes: Amauri Pierucci, Ana Paula Rodrigues,  
7 Andréa Renata Malagutti, Cristiane Fernanda Fuzer Graef, Eduardo de Jesus Oliveira, Fábio Pio Dornas,  
8 Guilherme Carneiro, Helen Rodrigues Martins, Leida Calegário de Oliveira, Lorena Ulhôa Araújo, Renata  
9 Aline de Andrade, Thiago Sardinha de Oliveira e Valéria Macedo Cardoso. Os representantes discentes  
10 presentes foram: Franciele Salvador, Igor Dias Cardoso e Vitória Queiroz Horta. A assistente em  
11 administração, Dayana Barbosa da Cruz, também estava presente. **1º Assunto da Pauta – Oferta da**  
12 **Unidade Curricular (UC) Saúde Pública pela docente Delba Fonseca:** A prof.ª Helen apresentou as  
13 deliberações da 6ª (sexta) reunião ordinária de 2019, no quinto assunto, fazendo a leitura da ata sobre a  
14 solicitação de mudança de lotação da docente Delba Fonseca para a Faculdade de Medicina (FAMED) da  
15 UFVJM. A mudança de lotação foi aprovada com a condição de que a docente permanecesse ministrando  
16 as unidades curriculares (UC) sob sua responsabilidade no DeFar até que houvesse o preenchimento de  
17 sua vaga por meio de concurso para contratação de professor do magistério superior. No entanto, a  
18 Coordenação informou que nos semestres letivos 2020/5 e 2020/1 não houve oferta da UC Saúde Pública,  
19 por questões pessoais alegadas pela docente. Para o semestre letivo 2020/2, a docente não se  
20 disponibilizou a ofertar a UC, novamente. Os docentes presentes se manifestaram dizendo que a prof.ª  
21 Delba deve cumprir com a deliberação registrada em ata, em ela demonstra estar de acordo em ministrar  
22 as aulas da UC enquanto a vaga não fosse preenchida por novo docente aprovado em concurso público.  
23 Julgando que a docente deverá se responsabilizar com o compromisso assumido. A prof.ª Lorena  
24 esclarece que todos os trâmites para a realização do concurso foram encaminhados imediatamente à  
25 mudança de lotação da docente, no entanto, por determinações legais Federais e, após, devido à  
26 pandemia, não foi possível realizar o concurso, uma vez que a vaga não é proveniente de vacância. O prof.  
27 Amauri sugere que o Colegiado encaminhe a decisão, com a Ata em que a docente assume a  
28 responsabilidade de ministrar as aulas da UC enquanto não houver profissional para substituí-la e enviar  
29 as normas que impedem a realização de concursos para as instâncias superiores. A prof.ª Cristiane Graef  
30 diz que os arquivos devem ser enviados para a docente, com cópia para a Direção da FAMED e para a Pró-  
31 Reitoria de Graduação (PROGRAD). **DELIBERAÇÃO:** Todos estiverem de acordo com a proposta de envio  
32 de ofício solicitando que a prof.ª Delba Fonseca dos Santos cumpra com o acordo feito com o DeFar  
33 quando de sua mudança de lotação, e envio às instâncias superiores, com cópia para a docente. **2º**  
34 **Assunto da Pauta – Horários para o semestre letivo 2020/2:** A Coordenadora apresentou a grade de  
35 horários do curso de Farmácia para análise dos presentes. Foi informado que no 2º período: haverá 2  
36 (duas) turmas da UC Cenários de Práticas, para atender os discentes do 4º ao 6º período, pois estes ainda  
37 não cursaram a UC. A coordenação informou que deverão ofertar turmas extemporâneas ou em  
38 horários diferentes para contemplar todos os discentes que necessitem cumprir a carga horária  
39 obrigatória de novas UC criadas com a inserção do novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC). O prof.  
40 Guilherme questiona quais serão os critérios para o preenchimento das vagas ofertadas. A prof.ª Helen  
41 responde que será de acordo com a disponibilidade de carga horária dos discentes e, quanto aos  
42 docentes, aqueles que se dispuserem a assumir as turmas de acordo com as disponibilidades de horários  
43 nos semestres em que serão ofertadas. Sugere que três docentes sejam responsáveis pela UC em cada  
44 turno, totalizando seis docentes responsáveis pela UC no semestre. O prof. Eduardo enfatiza que seria  
45 importante que todos os docentes estejam presentes em cada turno, pois poderá haver perda de  
46 competências para os discentes da UC. A prof.ª Helen esclarece que as áreas dos docentes são correlatas,  
47 havendo possibilidade de estarem divididos entre os turnos e contemplarem o conteúdo necessário. O

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

48 prof. Guilherme diz que seria importante uma reunião com todos os docentes responsáveis pelas UC de  
49 Cenários de Práticas, para que possam entender melhor como será o andamento da disciplina e  
50 estabelecer os pontos. A prof.<sup>a</sup> Helen diz que para cada docente será colocada a carga horária total da  
51 disciplina. Entende que administrar seis docentes para que se tenha compatibilidade de horários é uma  
52 logística muito complicada, e informa que haverá planejamento na divisão dos docentes por áreas de  
53 afinidades, deixando aqueles de áreas semelhantes em grupos distintos e menores, mantendo a  
54 transdisciplinaridade neste momento inicial de ajustes. 3º período: A prof.<sup>a</sup> Helen informa que estão sem  
55 disponibilidade de docente de Bioquímica, pois a docente responsável pela UC está de licença  
56 maternidade e o andamento do concurso para a vaga de professor substituto está lento. Portanto os  
57 discentes de 2020/1 não cursaram a UC. Assim, a coordenação pretende alocar a UC Bioquímica para um  
58 horário que os discentes do 3º e 4º período possam fazê-la juntos, FAR153F nas terças e sextas-feiras a  
59 tarde. Quanto ao modo que parte prática da UC será ministrada, levanta o questionamento se será uma  
60 decisão do Colegiado ou do próprio docente que assumir a vaga. ENCAMINHAMENTO: A decisão sobre as  
61 aulas práticas da UC Bioquímica deverá ser da docente responsável, Valéria Almeida, mesmo estando em  
62 licença maternidade, poderá informar à Coordenação qual seu posicionamento. Sobre a UC Deontologia,  
63 que os discentes do 3º ao 5º período precisarão cursar, a prof.<sup>a</sup> Loren informou que a prof.<sup>a</sup> Kelly se  
64 prontificou a assumir a responsabilidade, permitindo a oferta de UC para duas turmas, sendo uma do  
65 PPC2006 e outra do PPC2020. 4º período: Foi informado que a UC Parasitologia teve redução de carga  
66 horária, com manutenção da equivalência. Houve a dissociação da UC Diagnóstico Laboratorial de  
67 Doenças Infectocontagiosas, criando as UC Imunologia, Parasitologia e Microbiologia aplicadas. Serão  
68 ofertadas mais vagas para a UC, para que discentes do 4º e 5º período possam cursá-la. Farmacologia III  
69 não seria ofertada neste semestre, pois os discentes necessitam cursar Farmacologia II. A UC  
70 Microbiologia aplicada será ofertada para resolução de brecha no horário. Quanto à Farmacognosia, a  
71 docente responsável se disponibilizou a ofertar a UC antiga (PPC2006) e ainda a Farmacognosia I  
72 (PPC2020). Farmacologia I passará de 6 (seis) para 4 (quatro) créditos. Cenários de Práticas II, possui  
73 apenas 4 docentes, não sendo possível dividir turmas neste momento. 5º período: A UC Farmacognosia  
74 II não precisará ser ofertada; Farmacologia II será ofertada para os discentes que cursaram Farmacologia  
75 I; Fundamentos de Citologia, Hematologia e Bioquímica Clínica foi desmembrada em duas unidades  
76 curriculares ofertadas no mesmo semestre. O representante discente Igor questionou se a disciplina  
77 Bioquímica havia sido retirada da grade do curso, sendo esclarecido pela prof.<sup>a</sup> Helen que não. No entanto,  
78 a UC não estava sendo ofertada neste semestre devido à carga horária prática presencial que ainda não  
79 poderá ser ministrada. Quanto à UC Biologia Molecular e Biotecnologia, serão ofertadas a da grade antiga  
80 e a nova, por não serem equivalente entre si. 6º período: Será ofertado Cenários de práticas III;  
81 Farmacotécnica I, pois os docentes que virão do 5º período irão para a nova grade, mas caso seja  
82 necessário, o docente responsável pela UC se disponibilizou a ofertar a UC antiga, para contemplar  
83 discentes que necessitem cursá-la. Farmacologia III não será ofertada, sendo ofertada Farmácia Clínica  
84 eletiva. A UC Saúde Pública será desmembrada em Farmacoepidemiologia e Introdução à Saúde Coletiva,  
85 como ainda não há docente disponível para ministrar Farmacoepidemiologia, seria ofertada a UC da grade  
86 antiga, Saúde Pública, com possibilidade de aproveitamento de estudos entre as UC. A UC Deontologia  
87 será ofertada nos moldes do currículo anterior e, também terá equivalência com a nova. 7º período: Será  
88 mantida a grade de horários anterior por considerarem que não haveria transição de discentes. O discente  
89 Igor questiona se os docentes deverão ofertar as UC do projeto pedagógico antigo enquanto houver  
90 discentes que necessitem cursá-las, sendo esclarecido pela prof.<sup>a</sup> Helen que sim. 8º período: A UC  
91 Economia e Administração Farmacêutica será ofertada para o 4º e 8º períodos no mesmo horário,  
92 atendendo os discentes do currículo antigo e novo. Cuidado Farmacêutico e Atenção Farmacêutica serão  
93 ofertadas no mesmo horário por terem equivalência. 9º período: Fitoterápicos e Semiologia. A  
94 Coordenação diz que existirá um gargalo da UC Diagnóstico Laboratorial de Doenças Infectocontagiosas,  
95 que foi desmembrada em 3 (três) UC distintas. Caso tenham discentes para cursar a UC, ela será alocada  
96 no mesmo horário da grade antiga. Foi criado um formulário de unidades curriculares pendentes para que



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

97 os discentes do DeFar respondam, permitindo o direcionamento para a oferta e programação da grade  
98 antiga com a nova grade. A Coordenação esclareceu que objetivou apresentar aos membros as  
99 dificuldades de elaboração da grade considerando os ajustes feitos, para que todos tivessem ciência e  
100 pudessem apontar adequações. **3º Assunto da Pauta – Transição e implementação do novo Plano**  
101 **Pedagógico do Curso (PPC) de Farmácia 2020:** As atividades haviam sido divididas entre os membros do  
102 Colegiado e NDE para análise curricular dos discentes, indicando aqueles que estariam aptos para  
103 transição. 2017/1 – Leida e Guilherme: Trabalharam com a análise curricular de todos os estudantes no  
104 7º período verificando qual seria o impacto da mudança para o currículo novo PPC 2020. Caso houvesse  
105 pouco impacto proporem a mudança, considerando os benefícios. A prof.ª Leida disse que até o 5º  
106 período é direito do estudante realizar ou não a migração para o novo currículo, desde que não haja  
107 prejuízo ao discente. Portanto, caso haja aumento do tempo de integralização no curso, não haverá  
108 migração. Foram apresentadas as análises feitas pelos membros do Colegiado e NDE, com o detalhamento  
109 das cargas horárias de cada discente, por ano/período, a partir de 2017/1, informando sobre as sugestões  
110 dos docentes sobre a necessidade ou não de migração para o novo currículo. A prof.ª Leida apresentou  
111 modelos de termos de consentimento de migração ou não, para que os discentes estejam cientes das  
112 análises realizadas pelos membros do NDE e Colegiado, para que tenham registro escrito da escolha dos  
113 discentes, com assinatura, para resguardar o DeFar. Os demais membros concordaram com os termos de  
114 consentimento apresentados. O prof. Guilherme disse que os discentes Jamyli de Melo, João Lucas  
115 Matoso e Larissa Cristina Santos, possuem grande carga horária cumprida e, portanto, não é sugerido  
116 migração. 2017/2 – Eduardo e Cristiane Graef: Não tiveram tempo de analisar de forma conjunta, fazendo-  
117 a de maneira individual, com cada docente analisando 10 discentes. Determinaram a porcentagem de  
118 carga horária a ser integralizada em cada currículo. A prof.ª Cristiane solicitou um prazo maior para que  
119 possam realizar a análise em conjunto. Ambos apresentaram dúvidas quanto à inclusão ou não de  
120 disciplinas cursadas pelos discentes do 8º e 9º períodos e eletivas, além de haver UC em que estão  
121 atualmente matriculados e não computaram como carga horária realizada. A Coordenação explicou  
122 quanto as eletivas, que uma vez cursadas terão o mesmo benefício nos dois currículos. Foi proposto o  
123 estabelecimento de padronização das análises para todos os docentes e a prof.ª Leida sugeriu que os  
124 docentes que já realizaram as análises pudessem auxiliar aqueles que estão com dúvidas para que façam  
125 uma análise mais detalhada dos casos. A prof.ª Helen agradeceu os professores Leida e Guilherme em  
126 nome do Colegiado e NDE pela elaboração da planilha de análise curricular, que norteou os trabalhos. Diz  
127 que há necessidade de trabalhar a apresentação do novo PPC para os discentes, e marcar datas para  
128 conversarem antes da pré-matrícula. A prof.ª Leida se dispôs a enviar a apresentação do PPC que está  
129 gravada. Todos estiveram de acordo. **ENCAMINHAMENTOS: 1.** Será marcada uma semana de  
130 apresentação do novo PPC com apresentações online e logo após conversas individuais com os discentes.  
131 Divulgar na semana de 10/04 a 14/04/2021; verificar melhor data para marcação da *live*. Cada dupla  
132 definirá, junto aos discentes que analisaram os currículos, uma data e horário para apresentação. **2.** Após  
133 longa discussão sobre a preocupação dos docentes quanto ao não retorno das aulas presenciais, o que  
134 acarreta em prejuízos para os discentes, foi encaminhado para a discussão deste assunto em Assembleia  
135 Departamental, para que se tenha o posicionamento de todos os docentes do DeFar. Nada mais havendo  
136 a ser tratado, a reunião foi encerrada, e eu, Dayana Barbosa da Cruz, assistente em administração, lavrei  
137 a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Diamantina, quatro de maio  
138 de dois mil e vinte e um.

139 Amauri Pierucci  
140 Ana Paula Rodrigues  
141 Andréa Renata Malagutti  
142 Cristiane Fernanda Fuzer Graef  
143 Eduardo de Jesus Oliveira  
144 Fábio Pio Dornas  
145 Guilherme Carneiro

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO  
JEQUITINHONHA E MUCURI  
DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

- 146 Helen Rodrigues Martins
- 147 Leida Calegário de Oliveira
- 148 Lorena Ulhôa Araújo
- 149 Renata Aline de Andrade
- 150 Thiago Sardinha de Oliveira
- 151 Valéria Macedo Cardoso
- 152 Franciele Salvador
- 153 Igor Dias Cardoso
- 154 Vitória Queiroz Horta

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

**ATA DA 3ª (TERCEIRA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2021, DO COLEGIADO, NÚCLEO DOCENTE**  
**ESTRUTURANTE E COORDENADORES DE ESTÁGIO DO CURSO DE FARMÁCIA DA UFVJM, REALIZADA EM**  
**18/05/2021.**

1 Às quatorze horas e oito minutos do dia dezoito de abril do ano de dois mil e vinte e um, utilizando a  
2 funcionalidade de sala de reuniões online do “Google Meet”, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-  
3 19), após a anuência de todos os presentes para realização de gravação da reunião, a Coordenadora do  
4 curso de Farmácia e presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE), prof.<sup>a</sup> Helen Rodrigues Martins,  
5 deu início à 3ª (terceira) Reunião Extraordinária do Colegiado do curso de Farmácia da UFVJM. Estavam  
6 presentes, em ordem alfabética os representantes docentes: Amauri Pierucci, Ana Paula Rodrigues,  
7 Andréa Renata Malagutti, Cristiane Fernanda Fuzer Graef, Helen Rodrigues Martins, Leida Calegário de  
8 Oliveira, Thiago Sardinha de Oliveira e Valéria Macedo Cardoso. Os representantes discentes presentes  
9 foram: Daniele Afonso Fernandes, Igor Dias Cardoso, Larissa Cristina Santos Barroso e Vitória Queiroz  
10 Horta. Também estiveram presentes os convidados: prof. Fernando Costa Archanjo e prof. Sandro Luiz  
11 Barbosa dos Santos; e os discentes Diovana Geralda Pereira, Franciele Salvador, Giulian Cristina de  
12 Oliveira, Igor Ferreira Rodrigues, Isabela Aguiar Carvalho, Isabella de Fátima Rosa, Joice Maria Andrade  
13 Sousa, Júlia Gabriele Moreira, Luíza Pais Aguiar, Lúnia Luchesse Simões, Mariana Coelho de Macedo e  
14 Raiane Marcela Gomes. **1º Assunto da Pauta – Discussão sobre a assunção da Unidade Curricular (UC)**  
15 **Microbiologia Básica pelo Departamento de Farmácia (DeFar):** Para a discussão do assunto, esteve  
16 presente na reunião o prof. Fulgêncio, responsável pela UC no Departamento de Ciências Básicas (DCB) da  
17 UFVJM. A UC seria assumida pelo prof. Fábio Pio, no entanto, em reuniões entre o DeFar e o DCB foi  
18 esclarecido que o assunto não foi informado formalmente ao DCB. O Prof. Fulgêncio se colocou aberto a  
19 ouvir as necessidades de modificações da UC para melhor atender o DeFar e analisar as propostas. Assim  
20 houve reunião anterior com os docentes da área para que pudessem discutir o assunto. A prof.<sup>a</sup> Valéria  
21 Macedo informou que na referida reunião, os docentes Fábio Pio, Cíntia, Fulgêncio e ela, conversaram  
22 sobre a proposta do curso de farmácia sobre a assunção da UC Microbiologia Básica, estando o prof.  
23 Fulgêncio aberto a verificar as demandas do DeFar para melhorar as aulas de maneira adequada ao  
24 atendimento dos discentes. A professora falou sobre as aulas práticas que possuem turmas muitos  
25 grandes, havendo proposição de turmas menores, com maior individualização das atividades. Houve  
26 também discussão sobre a necessidade de mudanças da ementa para contemplar as exigências das novas  
27 Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso formação dos discentes dos cursos de Farmácia. O  
28 prof. Fulgêncio agradeceu o convite e esclareceu que na reunião entre os docentes, conseguiram  
29 apresentar pontos que necessitavam ser revistos. Informou sobre a adaptação da ementa da UC, já  
30 estando incluído o conteúdo da área médica, pensando em atender os discentes do curso de Farmácia e,  
31 que há possibilidade de inclusão das sugestões nas aulas práticas. Se disponibilizou a permanecer como  
32 responsável pelo UC para as turmas do curso de Farmácia. O prof. Amauri justifica que não esteve presente  
33 durante as discussões sobre este assunto devido à problemas de conexão, mas contactou o DCB anterior a  
34 reunião para estar ciente do assunto. A prof.<sup>a</sup> Helen informou que as discussões foram feitas pela  
35 Coordenação anterior, por este motivo coube aos membros atuais apenas dar andamento. Enfatizou que  
36 o prof. Amauri é sempre presente e ativo nas reuniões do Colegiado DeFar, agradecendo seu interesse.  
37 **DELIBERAÇÃO:** Todos foram favoráveis pela solicitação de permanência da UC Microbiologia Básica sob a  
38 responsabilidade do prof. Fulgêncio, no DCB, atendendo as condições apresentadas pelo curso de  
39 Farmácia para formação adequada do perfil profissional de acordo com as exigências das DCN inseridas  
40 no novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A prof.<sup>a</sup> Helen agradeceu o prof. Fulgêncio, informando que  
41 manterão o diálogo aberto. **2º Assunto da Pauta – Solicitação dos Discentes sobre aulas práticas da UC**  
42 **Química Orgânica II:** 1. Isabella Pires Rosa: solicitou práticas remotas considerando que finalizará a carga  
43 horária do curso em 2020/1, com exceção das UC que possuem a UC química orgânica II como pré-  
44 requisito (Química Farmacêutica, Farmacognosia e Fitoterápicos); 2. Lúnia Luchesse: solicitou práticas  
45 remotas, considerando que está 13º (décimo terceiro) período do curso, tendo pendente apenas Estágio  
46 V, química orgânica II e as UC que as possuem como pré-requisito; 3. Mariana Coelho de Macedo: solicitou,

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

47 junto a mais vinte discentes do curso que as aulas práticas sejam ministradas de maneira remotas,  
48 apresentando como exemplo a utilização de site que permite a realização de aulas práticas de maneira  
49 interativa “Virtual Lab”. O prof. Sandro, responsável pela UC química orgânica II, esteve presente na  
50 reunião e disse ter se reunido com o prof. Fernando Archanjo para discutirem uma possibilidade de  
51 realizarem a parte prática da UC de forma remota, para todos os discentes que estão matriculados  
52 atualmente e, também para aqueles que se encontram matriculados nas turmas em aberto, dos períodos  
53 2020/5 e 2020/1. Esclareceu que pretendem inserir discussões em grupo e atividades que relacionem  
54 situações como cuidados ao manuseio de reagentes químicos e depois, das partes experimentais. Explica  
55 que por ser a primeira vez que ministrarão aulas práticas em forma remota, não consegue garantir que  
56 suprirão em sua totalidade a ausência das aulas práticas presenciais. Contam com a participação e  
57 interesse dos discentes para o melhor andamento da disciplina e aprendizagem. A prof.<sup>a</sup> Helen questiona  
58 se seria possível finalizar as atividades até o prazo anterior ao início do próximo semestre. O prof. Sandro  
59 diz que discutirá a possibilidade com o prof. Archanjo, mas acredita que sim, com a tentativa de iniciar as  
60 aulas dentro de 15 (quinze) dias. **DELIBERAÇÃO:** A solicitação de conversão das aulas práticas presenciais  
61 da UC química orgânica II para forma remota foi aprovada por 4 (quatro) votos a favor e 6 (seis) abstenções.  
62 O plano de ensino adaptado deverá ser enviado à Coordenação o mais breve possível. **3º Assunto da Pauta**  
63 **– Solicitação discente sobre aulas práticas de Biologia Molecular e Biotecnologia (Biomol):** A discente  
64 Jamyli Moreira informou via ofício que finalizará a carga horária do curso no semestre 2020/1, solicitando,  
65 portanto, uma solução para que possa realizar as aulas práticas da UC Biomol e colar grau. **DELIBERAÇÃO:**  
66 Baseado nas definições anteriores do Colegiado, houve indeferimento *Ad referendum* da solicitação, de  
67 acordo com o parecer da docente responsável pela UC. Esta decisão está sendo homologada nesta  
68 reunião, com 4 (quatro) votos favoráveis à decisão da Coordenação baseada nas definições anteriores da  
69 docente responsável pela UC e, 2 (duas) abstenções. **4º Assunto da Pauta – Solicitação discentes sobre**  
70 **aulas práticas das UC Gestão e Controle de Qualidade e, Controle de Qualidade de Insumos**  
71 **Farmacêuticos e Cosméticos:** 1. Taciana Coleman: A discente informa que está matriculada nas UC Gestão  
72 e Controle de Qualidade (matéria obrigatória) e, Controle de Qualidade de Insumos Farmacêuticos e  
73 Cosméticos (matéria eletiva), mas apesar de atualmente possuir nota de 66,0 (sessenta) e 60,0 (sessenta  
74 e seis) pontos, respectivamente, as mesmas ainda constam como “abertas” no e-Campus, em função da  
75 pendência da realização das aulas práticas. Esclareceu que contactou as professoras responsáveis pelas UC  
76 e estas se mostraram dispostas a elaborarem trabalhos para a conclusão contemplação das aulas práticas  
77 e conclusão da carga horária. **DELIBERAÇÃO:** A prof.<sup>a</sup> Taízia manteria a decisão de transformar atividades  
78 práticas presenciais em remotas, considerando que a discente é concluinte em 2020/1. A prof.<sup>a</sup> Valéria  
79 Macedo mantém o posicionamento, considerando as decisões anteriores para outros discentes na mesma  
80 situação. As decisões foram aprovadas por unanimidade. 2. Melina Alves: Requereu que as aulas práticas  
81 presenciais da UC Controle de Qualidade de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos fossem convertidas em  
82 atividades remotas. Levantamento mostrou que a discente possui pendência na UC Fundamentos de  
83 Hematologia Clínica, por não ter cursado as práticas, pois de acordo com a docentes responsável estas  
84 aulas práticas não podem ser substituídas por atividades remotas. **DELIBERAÇÃO:** A solicitação da discente  
85 foi Indeferida pela prof.<sup>a</sup> Taízia, responsável pela UC Controle de Qualidade de Insumos Farmacêuticos e  
86 Cosméticos, pois a discente não é considerada concluinte em 2020/1, podendo haver possibilidade de  
87 cursar o conteúdo prático presencial futuramente. A decisão da docente foi acatada por unanimidade. **5º**  
88 **Assunto da Pauta – Quebra de pré-requisitos de 2 (duas) Unidades Curriculares:** 1. Demanda coletiva de  
89 seis discentes do 7º período: Os discentes informaram que cursaram a UC Tecnologia em Ciências  
90 Farmacêuticas no período 2020/5, mas ainda não cursaram a parte prática devido à pandemia da COVID-  
91 19. Assim, solicitaram a possibilidade cursar a UC Gestão e Controle de Qualidade, que contém como pré-  
92 requisito a UC anterior, para isto, pedem a quebra de pré-requisito ou que a disciplina de Tecnologia em  
93 Ciências Farmacêuticas seja colocada como co-requisito, possibilitando a solicitação de matrícula em  
94 Gestão e Controle de Qualidade. A prof.<sup>a</sup> Valéria Macedo disse não poder se manifestar, pois não tem  
95 conhecimento sobre até que ponto do conteúdo da UC foi ministrado pelo prof. Álvaro. Os representantes

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

96 discentes informaram que ele aplicou apenas uma prova, estando as demais previstas com o retorno das  
97 atividades presenciais, ainda sem data definida. A prof.<sup>a</sup> Andréa informa pode ser feita consulta à Pró-  
98 Reitoria de Graduação (PROGRAD) sobre a possibilidade de quebra das disciplinas entre teóricas e práticas.  
99 A prof.<sup>a</sup> Helen disse que a PROGRAD permitiu, excepcionalmente durante a Pandemia, que haja essa  
100 dissociação das disciplinas. Mas deve ser aprovado pelo Colegiado, Núcleo Docente Estruturante (NDE) e  
101 inserido no PPC de transição da pandemia. DELIBERAÇÃO: O assunto ser encaminhado para discussão na  
102 Assembleia do Departamento de Farmácia, em sua próxima reunião, no dia 21/05/2021. 2.  
103 Farmacotécnica: Os discentes Mariana Coelho, Sabrina Guedes e Igor Ferreira solicitaram a avaliação da  
104 possibilidade de quebra de pré-requisitos para as UC que possuem “Farmacotécnica” como pré-requisitos,  
105 enquanto não podem realizar a parte prática presencial, sendo essas, Tecnologia em Ciências  
106 Farmacêuticas, Gestão e Controle de Qualidade e, Homeopatia. DELIBERAÇÃO: Foram apresentados os  
107 pareceres dos docentes responsáveis pela UC Farmacotécnica, Guilherme Carneiro e Kelly Kato, nos quais  
108 enfatizam a importância das práticas presenciais para a formação dos profissionais farmacêuticos e expõe  
109 seus posicionamentos contrários à quebra de pré-requisito relacionado ao conteúdo prático presencial,  
110 já discutido em reuniões anteriores. O prof. Álvaro enviou parecer embasado na legislação vigente, em  
111 que apresentou estar em desacordo com esta solicitação e demais semelhantes que possam surgir.  
112 DELIBERAÇÃO: A solicitação de quebra de pré-requisitos para as UC ou estabelecimento de co-requisito  
113 de Tecnologia Farmacêutica e Farmácia Homeopática foi indeferida por 7 (sete) votos de acordo com os  
114 pareceres dos docentes responsáveis pelas UC e 3 (três) abstenções. **6º Assunto da Pauta – Equivalência**  
115 **de Parasitologia, processo SEI nº 23086.011674/2020-94:** Foi enviada pela Coordenação do curso de  
116 Nutrição, ao Colegiado DeFar, a solicitação de nova avaliação do Aproveitamento de Estudos da discente  
117 Ângela Karine Zinato Ferreira, indeferida anteriormente pelos docentes responsáveis pela UC no DeFar,  
118 com as devidas justificativas, de acordo com a Resolução vigente. Houve pedido de consideração da  
119 resposta encaminhada pelo professor Ricardo Andrade Barata e sugestão de aproveitamento de estudos  
120 para os discentes que já cursaram ou vierem a cursar a UC BIO127, ou o estabelecimento de equivalência  
121 entre as referidas disciplinas. Foi esclarecido pela prof.<sup>a</sup> Helen que o pedido de aproveitamento de estudos  
122 considerando a equivalência entre as UC Parasitologia BIO127 e as UC FAR011, 122, 123 e/ou 125, foi  
123 indeferido pelo prof. Herton devido ao regulamento dos cursos que colocam que se tenha no mínimo 75%  
124 da carga horária e do conteúdo e a UC ofertada BIO127 não possuía 11 (onze) tópicos trabalhados nas UC  
125 do curso de Farmácia. Diante disso, a Coordenação do curso de Nutrição contactou o DeFar informando  
126 que houve mudança do plano de ensino da UC BIO127. No entanto, neste plano de ensino não existe  
127 especificação da carga horária destinada aos conteúdos presentes nos planos do DeFar, havendo apenas  
128 uma observação de que os temas seriam trabalhados em forma de seminários com temas livres. Assim, o  
129 prof. Herton indeferiu novamente a solicitação. DELIBERAÇÃO: A solicitação de aproveitamento de estudos  
130 da UC BIO127 com as UC FAR011, FAR123 e/ou FAR125 foi indeferida por 7 (sete) votos de acordo com o  
131 parecer docente e 1 (uma) abstenção. **7º Assunto da Pauta – Equivalência da UC Imunologia FAR142 com**  
132 **FAR120:** Solicitação da Coordenação do curso de Nutrição para equivalência entre as UC Imunologia  
133 FAR142 com FAR120, para atender o processo de reformulação do PPC. Com a migração no PPC houve  
134 equivalência para todos os cursos da UC de 60 (sessenta) horas para 45 (quarenta e cinco) horas, retirando-  
135 se a parte prática, com exceção do curso de Odontologia. Apesar de haver a solicitação, o curso de Nutrição  
136 ainda não migrou para o novo PPC, por isto solicitam a formalização da equivalência da UC FAR142 com a  
137 FAR120. DELIBERAÇÃO: A solicitação foi aprovada por unanimidade. **8º Assunto da Pauta – Solicita**  
138 **alteração de pré-requisitos para a UC Farmacognosia, processo SEI nº 23086.005207/2021-14:** A docente  
139 responsável pela UC Farmacognosia, prof.<sup>a</sup> Cristiane Graef, solicitou a análise da possibilidade de alterar  
140 os pré-requisitos da disciplina FAR013, no PPC 2006, que atualmente são Química Orgânica II (FAR007) e  
141 Farmacobotânica (BIO016). Foi sugerido que os pré-requisitos passem a ser Química Orgânica I (FAR006)  
142 e Farmacobotânica (BIO016). No novo PPC do curso este pré-requisito já foi adotado. A prof.<sup>a</sup> Cristine diz  
143 que na reunião anterior houve comentário de alguns discentes que cursaram a UC química orgânica II no  
144 curso de Química, que ministrou o conteúdo prático remotamente. Este fato a fez repensar sobre o

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

145 conteúdo que seria importante para a UC Farmacognosia, concluindo que química orgânica I seria  
146 necessário para contemplar as necessidades de conhecimento. DELIBERAÇÃO: A solicitação da docente  
147 foi aprovada pelos presentes com uma abstenção. **9º Assunto da Pauta – Solicitação de oferta de vagas**  
148 **para o processo seletivo PEC-G 2022, processo SEI nº 23086.004400/2021-20:** O Programa de Estudantes  
149 Convênio de Graduação (PEC-G) para o ano-calendário de 2022 é um convênio com alguns países da  
150 América Latina que oferece vagas para estudantes de outros países. Assim foi questionado se o curso de  
151 Farmácia tem a intenção de ofertar vagas para inscritos no Programa e, em caso positivo, quantas vagas  
152 poderiam ser ofertadas. A prof.<sup>a</sup> Leida diz que quando se tem uma ocupação total das vagas do curso é  
153 interessante que as vagas sejam ocupadas por estudantes do próprio país. No entanto, como no DeFar há  
154 uma grande evasão, há a possibilidade de abertura internacional, cultural, sendo muito positivo para o  
155 DeFar. DELIBERAÇÃO: Foi deliberado favoravelmente pela oferta de 3 (três) vagas no Programa de  
156 Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) para o ano-calendário de 2022. **10º Assunto da Pauta –**  
157 **Solicitação de realização de aulas práticas da UC Gestão e Controle de Qualidade de forma remota:** As  
158 docentes Taízia Dutra e Valéria Macedo solicitaram que as aulas práticas da UC Gestão e Controle de  
159 Qualidade, sejam ofertadas de forma remota para os discentes que estejam matriculados nos períodos  
160 2020/5 e 2020/2. DELIBERAÇÃO: A solicitação foi aprovada por unanimidade, mediante modificação do  
161 plano de ensino e envio à Coordenação. **11º Assunto da Pauta – Informes sobre as reuniões ocorridas**  
162 **para informar aos discentes o processo de Transição para o novo PPC:** Os docentes responsáveis pela  
163 análise curricular dos discentes do curso de Farmácia informaram que têm realizado reuniões com os  
164 discentes do curso de Farmácia para informar sobre a transição do currículo ao novo PPC. Esclareceram  
165 que haverá atendimento tutorado, individual, para apresentação do PPC 2020. Foram apresentadas  
166 dúvidas dos discentes que já se reuniram com os coordenadores de transição, sendo respondidas pela  
167 Coordenação. Foi acordado entre os presentes pela realização de uma *Live* com os discentes no dia  
168 21/05/2021 para que possam tirar mais dúvidas e esclarecer todos os pontos. **12º Assunto da Pauta –**  
169 **Solicitações de Estágios:** Inicialmente foi feita a leitura de ofício dos Coordenadores de Estágio V, com  
170 parecer favorável ao encaminhamento de todos os estagiários par aos quais receberam demandas,  
171 atentando-se para os pontos sobre orientações para análises futuras. Foram analisadas solicitações de  
172 discentes para realização de atividades de estágios presenciais com as devidas justificativas, sendo  
173 avaliadas pelos Coordenadores de Estágios adequados. DELIBERAÇÃO: Deferimento das solicitações dos  
174 discentes: Daniel Fernandes, Vitória Queiroz Horta, Diovana Souza, Joice Sousa, Giulian Oliveira, Larissa  
175 Barroso, Luíza Pais, Lúnia Luchesse Nara Yana Costa e, Raiane Oliveira. A solicitação enviada pelo discentes  
176 Igor Ferreira em conjunto com mais quinze alunos do 7º período foi indeferida, com orientação de envio  
177 das demandas individualmente, pela necessidade de análise curricular de cada discente pelos  
178 Coordenadores de Estágios. O pedido da discente Jussara Machado foi indeferido considerando que ter  
179 cursado apenas 35% (trinta e cinco por cento) do total da carga horária do curso, estando matriculada em  
180 muitas unidades curriculares do início do curso, não se enquadrando no parâmetro de ser concluinte. Os  
181 discentes devem atentar-se para a obrigatoriedade de cursar os Estágio de maneira crescente, gradativa  
182 (do I ao V). Caso existam estagiários na cidade de Diamantina, ressalta-se que não estão autorizados para  
183 iniciar as atividades devido ao decreto imposto na cidade, no qual somente aqueles com real finalização  
184 da carga horária do curso em 2020/2 (último período), poderão estar ativos. Nada mais havendo a ser  
185 tratado, a reunião foi encerrada, e eu, Dayana Barbosa da Cruz, assistente em administração, lavei a  
186 presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Diamantina, dezoito de maio  
187 de dois mil e vinte e um.

188 Amauri Pierucci  
189 Ana Paula Rodrigues  
190 Andréa Renata Malagutti  
191 Cristiane Fernanda Fuzer Graef  
192 Fernando Costa Archanjo  
193 Helen Rodrigues Martins

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO  
JEQUITINHONHA E MUCURI  
DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

- 194 Leida Calegário de Oliveira
- 195 Sandro Luiz Barbosa dos Santos
- 196 Thiago Sardinha de Oliveira
- 197 Valéria Macedo Cardoso
- 198 Daniele Afonso Fernandes
- 199 Igor Dias Cardoso
- 200 Larissa Cristina Santos Barroso
- 201 Vitória Queiroz Horta

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

**ATA DA 4ª (QUARTA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2021, DO COLEGIADO E NÚCLEO DOCENTE**  
**ESTRUTURANTE DO CURSO DE FARMÁCIA DA UFVJM, REALIZADA EM 26/05/2021.**

1 Às quatorze horas e dez minutos do dia vinte e seis de abril do ano de dois mil e vinte e um, utilizando a  
2 funcionalidade de sala de reuniões online do “Google Meet”, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-  
3 19), após a anuência de todos os presentes para realização de gravação da reunião, a Coordenadora do  
4 curso de Farmácia e presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE), prof.ª Helen Rodrigues Martins,  
5 deu início à 4ª (quarta) Reunião Extraordinária do Colegiado do curso de Farmácia da UFVJM. Estavam  
6 presentes, em ordem alfabética os representantes docentes: Amauri Pierucci, Ana Paula Rodrigues,  
7 Cristiane Fernanda Fuzer Graef, Guilherme Carneiro, Helen Rodrigues Martins, Leida Calegário de Oliveira,  
8 Thiago Sardinha de Oliveira, Valéria Macedo Cardoso e, os representantes discentes Larissa Cristina  
9 Santos Barroso e Vitória Queiroz Horta. As docentes Andréa Renata Malagutti e Lorena Uihôa Araújo  
10 estavam em período de férias. A assistente em administração, Dayana Barbosa da Cruz, também esteve  
11 presente. **1º Assunto da Pauta – Solicitação discente sobre a Unidade Curricular (UC) eletiva**  
12 **Hematologia Clínica:** Houve solicitação conjunta dos discentes para a realização da parte prática da UC  
13 eletiva Hematologia Clínica de modo online. A docente responsável, Ana Paula Rodrigues, expõe que  
14 deixou claro aos discentes que as práticas seriam ministradas somente de maneira presencial. Posiciona-  
15 se contrária, pois as práticas necessitam de conteúdo profissionalizante e desenvolvimento de habilidades  
16 que somente podem ser adquiridos de maneira presencial. Sobre a UC Fundamentos de Citologia,  
17 hematologia e Bioquímica Clínica, complementa que não é a única docente responsável e no momento  
18 não há docente para ministrar a parte de bioquímica clínica da UC. A representante discente Larissa, com  
19 a palavra, informou que fez parte da solicitação pois já realizou estágios na área de análises clínicas e  
20 realizou cursos extras com temas de hematologia. A prof.ª Ana Paula Rodrigues disse compreender, mas  
21 observa que a decisão deve ser tomada considerando todos os discentes e, não específico para cada um.  
22 Portanto não podem autorizar. Informou que existe a possibilidade de ministrar as aulas práticas de forma  
23 híbrida, com turmas restritas a 2-3 alunos, quando houve autorização na UFVJM para retorno das  
24 atividades presenciais, pois a docente já foi vacina, mas não considera que seja uma saída para este  
25 momento, considerando as altas taxas de infecção na região e o risco aos discentes e seus familiares.  
26 **DELIBERAÇÃO:** A solicitação de realização de parte prática remota da UC Hematologia Clínica foi indeferida,  
27 com 2 abstenções. **2º Assunto da Pauta – Quebras de pré-requisito ou criação de co-requisitos: 1.**  
28 **Solicitação discente para quebra de pré-requisito com instituição de co-requisito entre as UC Química**  
29 **Geral e Química Analítica Quantitativa.** O docente responsável, prof. Wallans Torres enviou parecer  
30 favorável à solicitação, desde que os discentes tenham aproveitamento mínimo de 60% (sessenta por  
31 cento) em Química Geral e a parte prática desta UC permaneça em aberto. A Coordenação observa que  
32 inicialmente devem analisar se serão favoráveis ou não à quebra de pré-requisitos e, em caso favorável,  
33 decidirem como isto será feito. A prof.ª Leida, com a palavra, julga não ser uma boa opção pois não há  
34 normativa na UFVJM que resguarde essas ações de desmatricular os discentes de forma manual. Caso  
35 seja quebrado o requisito, deveria ser para todos os discentes, não somente para aqueles que obtiveram  
36 a média acima de 60%. A prof.ª Cristiane diz que se não aprovarem a quebra de pré-requisitos, os  
37 discentes do segundo período somente poderão cursar quatro UC no próximo semestre. Sendo esta  
38 quebra de pré-requisito necessária para a continuidade do fluxo no curso. A prof.ª Helen diz que a Pró-  
39 Reitoria de Graduação (PROGRAD) está de acordo com o estabelecimento de co-requisitos, limitado ao  
40 período de pandemia da COVID-19. A prof.ª Leida sugere que seja dado encaminhamento para que a  
41 decisão acate o parecer do docente responsável pela UC, deferindo a demanda, mas considerando  
42 desvincular a necessidade de ter média superior a 60%, abrindo a possibilidade para todos os alunos. O  
43 prof. Guilherme concorda que o caso é complicado pois o docente deveria ser consultado novamente.  
44 Acredita que devam encaminhar e-mails aos docentes responsáveis pelas disciplinas, solicitando parecer  
45 sobre possibilidade ou não de fazer a quebra do pré-requisito com estabelecimento de co-requisitos. A  
46 prof.ª Helen concordou, mas devido aos prazos, informou que é preciso que o Colegiado e NDE decidam.  
47 O prof. Amauri disse entender que o docente responsável já apresentou o parecer positivo, e, portanto,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

48 acredita que somente discentes que tenham média abaixo de 40 (quarenta) pontos não deveriam ser  
49 encaminhados às UC seguintes. ENCMAINHAMENTO NDE: Serão analisadas somente as solicitações  
50 recebidas que tenham parecer dos docentes responsáveis. DELIBERAÇÃO: Após discussão, foi deliberado  
51 favoravelmente, por unanimidade, pelo estabelecimento de co-requisito da UC Química Qualitativa para  
52 Química Quantitativa, apenas durante o período de excepcionalidade devido a pandemia de COVID-19.  
53 Quanto ao estabelecimento de co-requisito de Química-Geral para a UC Cenários de Prática I, enquanto  
54 durar o período de excepcionalidade devido a pandemia de COVID-19, também houve deliberação  
55 favorável, com uma abstenção. 2. Solicitação Jussara Machado: Quebra de pré-requisito de Bioquímica  
56 para cursar Microbiologia. A nova grade não possui este pré-requisito. Portanto a solicitação não é  
57 justificada. 3. Estabelecimento de co-requisito de Química-Geral com Química Orgânica I durante o  
58 período de pandemia e ensino remoto: Deferido com uma abstenção. 4. Retirada de pré-requisito de  
59 Bioquímica e estabelecimento de Fisiologia Humana como pré-requisito da UC Cenários de Prática II,  
60 durante a pandemia e o ensino remoto: Deferido por unanimidade. 5. Alteração de pré-requisito de  
61 Cenários de Prática III de FAR164 para DCB124, durante a pandemia e o ensino remoto: Deferido por  
62 unanimidade. 6. A prof.ª Helen informou que a prof.ª Ana Paula Hemmi, lotada na Faculdade de Ciências  
63 Biológicas e da Saúde (FCBS) poderia ofertar a parte teórica da UC Saúde Coletiva e deixar em abeto a  
64 parte prática. Caso ela não tenha disponibilidade de horário neste semestre, 2020/2, as docentes Lorena  
65 e Renata se dispuseram a auxiliá-la na oferta, com cada uma assumindo 30 (trinta) horas aula. 7. Alteração  
66 do pré-requisito de Tecnologia Farmacêutica para co-requisito da UC Gestão e Controle de qualidade,  
67 durante a pandemia da COVID-19, e o ensino remoto: Deferido por unanimidade. 8. Alteração do pré-  
68 requisito de Farmacognosia para co-requisito da UC Fitoterápicos enquanto durar a pandemia e o ensino  
69 remoto: Deferido por unanimidade. **3º Assunto da Pauta - Inclusão de pré-requisito de Farmacobotânica**  
70 **no PPC2020:** Foi homologado por unanimidade a solicitação de inserção no PPC como pré-requisitos da  
71 UC Farmacognosia I (FAR158) as disciplinas Farmacobotânica (BIO016) e Bioquímica (FAR153). **4º Assunto**  
72 **da Pauta – Solicitações dos discentes Larissa Santos e Gustavo Coelho:** A prof.ª Cristiane Graiel emitiu o  
73 parecer. Durante a reunião foi estabelecido que como haverá co-requisito para UC Fitoterápicos, seria  
74 interessante que os discentes inicialmente cursarem a UC e, caso não haja retorno presencial futuro,  
75 concorda em ofertar a parte prática de forma remota para os concluintes. DELIBERAÇÃO: A solicitação de  
76 realização de parte prática remota da UC Farmacognosia, feita pelos discentes Larissa Santos e Gustavo  
77 Coelho foi indeferida com três abstenções. ENCAMINHAMENTO: Os discentes devem enviar a demanda  
78 novamente no próximo semestre caso as aulas práticas presenciais não sejam retomadas. **5º Assunto da**  
79 **Pauta – Psicologia:** Considerando que é uma disciplina teórica, muitos discentes “puxaram” a UC no ensino  
80 remoto. No entanto, no PPC 2020, esta disciplina possui 45 (quarenta e cinco) horas e não 30 (trinta) horas,  
81 como no anterior. Portanto a migração causaria a possibilidade a perda da UC cursada. Para resolução  
82 desses casos, pensou-se na possibilidade de criação de uma UC de Psicologia Aplicada, somente para os  
83 discentes que já cursaram UC anterior e migrarão para o PPC 2020, para que solicitem o aproveitamento  
84 de créditos. Caso o NDE esteja de acordo, a docente Agnes será contatada para saber se será favorável e  
85 iniciar a construção da ementa. Poderia ser eletiva devido ao processo mais rápido para sua criação no  
86 Sistema. O prof. Guilherme sugeriu que o nome seja Tópicos em psicologia aplicada, para que seja claro  
87 que será ofertada somente neste período especial. DELIBERAÇÃO: todos estiveram a favor da Criação de  
88 Unidade curricular de Psicologia Aplicada (eletiva) de 1 (um) crédito. **6º Assunto da Pauta – Outros**  
89 **assuntos: 1- Problemas de aproveitamento de estudos:** toda vez que uma UC troca de código, as  
90 equivalências devem reestabelecidas. Portanto será necessário fazer este processo com Química Orgânica  
91 II e Imunologia, além de outras UC. Necessitará fazer este estudo e conversar com os cursos para que o  
92 processo seja montado e enviar à Divisão de Apoio Pedagógico (DAP) para regularizar a situação. O  
93 processo deverá ser analisado e aprovado pelo Colegiado DeFar, Colegiados dos outros cursos e  
94 posteriormente direcionado à DAP a ementa das UC citando a reunião em que foi aprovada, para inclusão  
95 nos novos PPC. **2- Ofício Creditação da Extensão:** Foi recebido o processo SEI nº 23086.005316/2021-66,  
96 contendo o Ofício nº 53 com a demanda ao DeFar sobre a possibilidade de instituir a credibilidade da

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

97 extensão no primeiro semestre subsequente à retomada das atividades presenciais, com carga horária  
98 até 2023 sendo aumentada de maneira proporcional, por considerarem as dificuldades de implantação  
99 de atividades de Extensão devido ao período de ensino remoto. A resposta foi enviada pela Coordenação  
100 do curso de Farmácia, com decisão *Ad referendum* e homologada neste momento por unanimidade.  
101 Formação de Comissão de Extensão DeFar composta por membros voluntários, sendo estabelecido 5  
102 (cinco) docentes, 2 (dois) discente e 2 (dois) técnicos. **3- Homologação de autorização para realização de**  
103 **Estágios:** A aprovação *Ad referendum* da Coordenação para realização de estágios das discentes Lara  
104 Carolina Ribeiro e Milene Amaral Fernandes foi homologada por unanimidade. Nada mais havendo a ser  
105 tratado, a reunião foi encerrada, e eu, Dayana Barbosa da Cruz, assistente em administração, lavrei a  
106 presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Diamantina, vinte e seis de  
107 maio de dois mil e vinte e um.

108 Amauri Pierucci  
109 Ana Paula Rodrigues  
110 Cristiane Fernanda Fuzer Grael  
111 Guilherme Carneiro  
112 Helen Rodrigues Martins  
113 Leida Calegário de Oliveira  
114 Thiago Sardinha de Oliveira  
115 Valéria Macedo Cardoso  
116 Larissa Cristina Santos Barroso  
117 Vitória Queiroz Horta

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

**1 ATA DA 5ª (QUINTA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2021, DO COLEGIADO E NÚCLEO DOCENTE**  
**2 ESTRUTURANTE DO CURSO DE FARMÁCIA DA UFVJM, REALIZADA EM 07/06/2021.**

3 Às nove horas e onze minutos do dia sete de junho do ano de dois mil e vinte e um, utilizando a  
4 funcionalidade de sala de reuniões online do “Google Meet”, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-  
5 19), após a anuência de todos os presentes para realização de gravação da reunião, a Vice-Coordenadora  
6 do curso de Farmácia e vice-presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE), prof.ª Lorena Ulhôa Araújo,  
7 deu início à 5ª (quinta) Reunião Extraordinária do Colegiado do curso de Farmácia da UFVJM. Estavam  
8 presentes, em ordem alfabética, os representantes docentes: Amauri Pierucci, Ana Paula Rodrigues,  
9 Andréa Renata Malagutti, Cristiane Fernanda Fuzer Graef, Lorena Ulhôa Araújo, Valéria Macedo Cardoso e,  
10 os representantes discentes: Larissa Cristina Santos Barroso. A assistente em administração, Dayana  
11 Barbosa da Cruz, também esteve presente. Justificaram ausência: Helen Rodrigues Martins (férias), Leida  
12 Calegário de Oliveira (férias), Eduardo de Jesus Oliveira (recepção de amostras LEAC). **1º Assunto da Pauta**  
13 **– Solicitação discente em relação à Unidade Curricular (UC) Semiologia Farmacêutica:** Foi realizada a  
14 leitura do ofício recebido dos discentes no qual eram informadas as justificativas do pedido. DELIBERAÇÃO:  
15 Considerando o e-mail enviado pela prof.ª Renata Aline Andrade, docente responsável pela UC, com  
16 parecer favorável, foi deliberado pela aprovação da alteração do pré-requisito da UC Semiologia  
17 Farmacêutica (no PPC 2006), que era a UC Biofarmácia e passará a ser Atenção Farmacêutica, por  
18 unanimidade. **2º Assunto da Pauta – Análise de Equivalências:** A prof.ª Lorena esclareceu que as demandas  
19 versam sobre unidades curriculares que possuem equivalência Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de  
20 Farmácia do ano de 2006, mas que não existem no PPC 2020. Foi solicitado aos docentes responsáveis pelas  
21 UC o envio de parecer. Após aprovação das equivalências pelo Colegiado do DeFar, será enviado um  
22 processo a ser encaminhado aos demais colegiados dos cursos das UC envolvidas, para que possam  
23 deliberar e direcionar à PROGRAD para instauração dos resultados. Devido ao tempo para realização de  
24 todos estes trâmites, não será possível que estas equivalências sejam inseridas no semestre corrente. **1 -**  
25 **FAR142 - BIO033 – Imunologia:** parecer da docente Leida Calegário que estabelece que há compatibilidade  
26 do conteúdo e carga horária dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente, manifestou-se  
27 favorável à concessão da equivalência. DELIBERAÇÃO: Todos foram favoráveis ao parecer da docente. **2 -**  
28 **FAR006 - QUI008 - Química Orgânica I:** Parecer favorável dos docentes Fernando Archanjo e Sandro  
29 Barbosa para a equivalência. DELIBERAÇÃO: Todos foram favoráveis ao parecer dos docentes. **3- FAR155 -**  
30 **QUI011 - Química Orgânica II:** Parecer favorável do docente Sandro Barbosa para a equivalência.  
31 DELIBERAÇÃO: Todos foram favoráveis ao parecer do docente. **4 - FAR002 - QUI032 – Química Geral:** A  
32 prof.ª Andréa apresentou questionamento sobre o entendimento para análise de equivalências de UC,  
33 perguntando se deve haver compatibilidade entre o plano de ensino ou ementa. Justifica informando que  
34 há um conteúdo específico, cromatografia, que não é abordado na UC do curso de Química, sendo um  
35 conteúdo muito importante para os discentes do DeFar. Sendo assim, diz que seria necessário que o  
36 discente do DeFar cursasse duas UC na química para abordar esse conteúdo. A prof.ª Cristiane Graef  
37 apresentou o regulamento dos cursos de Graduação da UFVJM que diz que deve haver equivalência de 75%  
38 (setenta e cinco por cento) da carga horária e do conteúdo programático das UC para que possam ser  
39 equivalentes. Diante do exposto, a docente emitiu parecer favorável quanto à equivalência. DELIBERAÇÃO:  
40 Todos foram favoráveis ao parecer da docente, com 1 (uma) abstenção. **5 - FAR005 - QUI004+QUI036 –**  
41 **Química Analítica Qualitativa:** A prof.ª Andréa emitiu parecer favorável para a equivalência, com a  
42 observação que esta somente será aprovada se o discente cursar as duas UC do curso de Química.  
43 DELIBERAÇÃO: Todos foram favoráveis ao parecer da docente, com 1 (uma) abstenção. **6 - FAR008 -**  
44 **QUI012+QUI036 – Química Analítica Quantitativa:** O docente responsável pela UC, prof. Wallans Torres,  
45 emitiu parecer favorável à equivalência desde que sejam cursadas as duas UC no curso de Química.  
46 DELIBERAÇÃO: Todos foram favoráveis ao parecer do docente. **Outros Assuntos – Recondução de**  
47 **membros do NDE:** Considerando a aproximação do término do mandato das professoras Ana Paula  
48 Rodrigues e Valéria Macedo Cardoso, estas apresentaram interesse em serem reconduzidas por mais um  
49 mandato de três anos. DELIBERAÇÃO: houve aprovação da recondução das docentes Ana Paula Rodrigues  
50 e Valéria Macedo Cardoso para mandato de três anos, como membros do NDE do curso de Farmácia, com

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

- 51** 2 (duas) abstenções. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, e eu, Dayana Barbosa da  
**52** Cruz, assistente em administração, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos  
**53** presentes. Diamantina, sete de junho do ano de dois mil e vinte e um.
- 54** Amauri Pierucci  
**55** Ana Paula Rodrigues  
**56** Andréa Renata Malagutti  
**57** Cristiane Fernanda Fuzer Grael  
**58** Dayana Barbosa da Cruz Larissa  
**59** Cristina Santos Barroso Lorena  
**60** Ulhôa Araújo  
**61** Valéria Macedo Cardoso

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

**62 ATA DA 5ª (QUINTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021, DO COLEGIADO E COORDENADORES DE**  
**63 ESTÁGIO DO CURSO DE FARMÁCIA DA UFVJM, REALIZADA EM 02/07/2021.**

64 Às quatorze horas e dez minutos do dia dois de julho do ano de dois mil e vinte e um, utilizando a  
65 funcionalidade de sala de reuniões online do “Google Meet”, devido à pandemia do Coronavírus  
66 (COVID-19), após a anuência de todos os presentes para realização de gravação da reunião, a  
67 Coordenadora do curso de Farmácia, prof.<sup>a</sup> Helen Rodrigues Martins, deu início à 5ª (quinta) Reunião  
68 Ordinária do Colegiado do curso de Farmácia da UFVJM. Estavam presentes, em ordem alfabética, os  
69 representantes docentes: Amauri Pierucci, Ana Paula Rodrigues, Andréa Renata Malagutti, Fábio Pio  
70 Dornas, Guilherme Carneiro, Helen Rodrigues Martins, Kelly Cristina Kato, Lorena Ulhôa Araújo, Renata  
71 Aline de Andrade, Thiago Sardinha Oliveira e, os representantes discentes: Franciele Salvadore Igor Dias  
72 Cardoso. Os discentes interessados nas pautas foram convidados a participar da reunião, assistente  
73 em administração, Dayana Barbosa da Cruz, também esteve presente. Justificaram ausência: Larissa  
74 Cristina Santos Barroso, Eduardo de Jesus Oliveira (parcialmente presente pois estava em aula  
75 síncrona), Vitória Queiroz Horta, Taízia Dutra Silva, Cristiane Fernanda Fuzer Graef. **1º Assunto da Pauta**  
76 **- Solicitações de autorização para realização de Estágios:** A prof.<sup>a</sup> Helen iniciou com apresentação do  
77 ofício do Centro Acadêmico (CA) do curso de Farmácia, solicitando a retomada dos estágios para todos  
78 os discentes a partir do 6º período. Informa que o Colegiado adotou como regra de retomada de  
79 estágios, a definição de alunos com previsão de conclusão do curso para o último ano letivo, ou seja  
80 2020/2 e 2021/1. A primeira proposta discutida entre os Coordenadores de Estágios seria prorrogar o  
81 período de autorização para até 2021/2. A prof.<sup>a</sup> Lorena posiciona-se contrária à solicitação do CA  
82 considerando o momento atual de agravamento da pandemia na região. Está de acordo com a  
83 prorrogação do prazo para 2021/2, para que os discentes possam iniciar os estágios evitando  
84 comprometimentos na finalização do curso. A prof.<sup>a</sup> Kelly diz que se reuniu com o prof. Guilherme para  
85 realizarem o cálculo de horas de estágios e informa que é possível que os discentes completem as horas  
86 totais de estágios dentro do último ano letivo, 2020/2 e 2021/1. O prof. Fábio, com a palavra, concorda  
87 com as professoras Helen e Lorena quanto à liberação dos estágios a partir do 6º período do curso,  
88 considerando ser algo sem procedência neste momento devido à gravidade do período pandêmico. No  
89 entanto, concorda com ampliação do período para concluintes até 2021/2, que necessitam realizar  
90 estágios 1 e 2, ainda, por considerar que fazer cinco estágios no último ano, junto a outras disciplinas,  
91 causaria um acúmulo excessivo de atividades para os discentes. Apresenta exemplos de discentes que  
92 foram liberados para realizar estágios em 2020/1 e informaram impossibilidade de estarem presentes  
93 nas aulas síncronas. A prof.<sup>a</sup> Helen esclarece que estão em ensino remoto, sendo este diferente do  
94 Ensino à Distância (EaD) em que as atividades ficam disponíveis para acesso dos discentes a qualquer  
95 momento. Devendo haver atividades síncronas e assíncronas com registro de frequência pela  
96 participação nas aulas síncronas e realização das atividades assíncronas. No ensino remoto considera-  
97 se a resolução da UFVJM que estabelece que o discente deve ter, obrigatoriamente, mínimo de 75%  
98 (setenta e cinco por cento) de frequência e mínimo de 60% (sessenta por cento) de aproveitamento nas  
99 avaliações, para aprovação nas unidades curriculares (UC). Enfatiza que os discentes devem realizar os  
100 estágios fora dos horários de aulas, seguindo a regra de máximo de 30 (trinta) horas semanais quando  
101 estão cursando alguma UC. O prof. Guilherme concorda que devem manter critérios objetivos,  
102 considerando apenas os concluintes. Nas análises realizadas foi verificado que os discentes têm  
103 potencial de conclusão, posicionando-se de acordo com a mudança do prazo para concluintes até  
104 2021/2. O prof. Fábio enfatiza a importância de que os discentes cumpram os estágios de forma  
105 sequencial e informa que nenhum estudante está liberado para realizar os estágios sem a realização da  
106 Capacitação em Biossegurança que está sendo ofertada pelo DeFar, sob a responsabilidade dos  
107 professores Fábio, Renata e Thiago. O prof. Guilherme observa que muitas solicitações dos discentes  
108 apresentam como justificativa evitar atraso na conclusão do curso, mas frisa que muitos estão  
109 irregulares na grade, com pendências em UC dos

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

110 períodos iniciais, não sendo, portanto, os estágios o motivo do atraso na conclusão. DELIBERAÇÕES: 1-  
111 Proposta de autorização para realização das atividades de estágios para todos os discentes a partir do  
112 6º período do curso, conforme solicitação do CA: 10 (dez) votos contrários e 1 (um) a favor, portanto a  
113 solicitação foi INDEFERIDA. 2- Proposta de modificação do parâmetro para liberação dos estágios para  
114 discentes com possibilidade de conclusão do curso até 2021/2: Unanimidade a favor, sendo a proposta  
115 DEFERIDA. Com relação às demandas apresentadas pelos discentes, seguem as deliberações: 1-  
116 Alessandra Neves Sousa: Estágio III - Indeferido por falta de envio de documentação obrigatória para  
117 análise. 2- Amauri Costa Pinto: Estágio III – A solicitação foi indeferida por estar em desacordo com as  
118 determinações legais previstas nas resoluções da UFVJM. Será encaminhado ao discente que deverá  
119 complementar as horas faltantes, considerando que ele tem possibilidade de integralizar a carga  
120 horária do curso até o semestre 2021/2, podendo retomar as atividades de estágio. Será permitido o  
121 retorno aos demais estágios do discente Amauri Costa Pinto considerando a possibilidade de  
122 integralizar até 2021/2. 3- Andreza Lemos Afonso: Estágios II, III, IV e V – Indeferido considerando que não  
123 há possibilidade de integralização do curso em 2021/2. Quebra de pré-requisito FAR096 e FAR098:  
124 Indeferido mediante parecer dos docentes. 4- Anne Caroline Araújo Silva: Estágios I, II, III, IV e V –  
125 Solicitação deferida por ser considerada provável concluinte 2021/2. 5- Edilaine Aparecida Andrade da  
126 Silva: Estágios III e IV - Solicitação indeferida devido à falta de envio do histórico pela discente. O pedido  
127 deverá ser reencaminhado. 6- Francielly Maximiniana da Silva: Estágios I, II, III, IV e V – Solicitação  
128 deferida por ser considerada provável concluinte 2021/2. 7- Gladistone Santos Ferreira: Estágios II, IV e  
129 V – Solicitação deferida por ser considerada provável concluinte 2021/1. 8- Gustavo Augusto Coelho:  
130 Solicitação de aulas práticas da unidade curricular (UC) Farmacognosia de forma remota deferida. A  
131 docente informou já ter consensado com o discente. 9- Hugo Nunes Coelho: Estágios IV e V – Deferido por  
132 ser considerado concluinte 2021/1. 10- Isabela Aguiar Carvalho: Estágios III, IV e V – Deferido por ser  
133 considerada concluinte 2021/2. 11- Isabella de Fátima Pires Rosa: Estágios I, II, IV e V – Deferido por ser  
134 considerada concluinte 2021/1. 12- Izabela Silva Santos: Estágios IV e V  
135 – Deferido por ser considerada concluinte 2021/1. 13- Jéssyca Kelly Moreira: Estágio III e IV – Deferido  
136 por ser provável concluinte 2021/2. No entanto, enfatiza-se que a discente tem pendência de diversas  
137 UC dos períodos iniciais, não sendo os estágios responsáveis pelo possível atraso na integralização do  
138 curso. 14- Joana Sarah Santos Oliveira: Estágio III e IV - Deferido por ser considerada concluinte  
139 2021/2. 15- Jussara Ferreira Machado: Pré-requisito de Microbiologia – Indeferido em reunião  
140 anterior para o Projeto Pedagógico (PPC) 2020. Fazer a retificação para o PPC 2006 enquanto perdurar  
141 a pandemia da COVID-19. 16- Kamila Vieira Neves: Estágio I e II – Indeferido por não ser concluinte até  
142 2021/2. 17- Larissa Emanuely Aguiar Pereira: Estágio II, IV e V - Deferido por ser considerada concluinte  
143 2021/2. 18- Mariana Beatriz Pereira Leal: Estágio IV - Deferido por ser considerada concluinte 2021/2.  
144 19- Mayara Cristina Cardoso Reis: Estágios II, III, IV e V - Deferido por ser considerada concluinte  
145 2021/2. 20- Odaia Aparecida da Silva: Estágio III – Deferido por ser considerada concluinte 2021/2,  
146 sendo liberados os demais Estágios (IV e V). 21- Otávio Medeiros Araújo: Estágios III, IV e V - Deferido  
147 por ser considerada concluinte 2021/1. 22- Sabrina de Oliveira Cordeiro: Estágios II, III, IV e V - Deferido  
148 por ser considerada concluinte 2021/2, com a ressalva de iniciar as atividades dos Estágios no  
149 semestre corrente, 2020/2, pois não é possível realizar os Estágios IV e V no mesmo semestre, devido  
150 às cargas horárias extensas. 23- Shirley Cordeiro Amaral Botelho: Estágios II, III, IV e V – Solicitação  
151 indeferida pois ainda há pendência de 20 (vinte) créditos em UC eletivas e 45 (quarenta e cinco)  
152 créditos em UC obrigatórias, além de Estágios e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Isto representa  
153 uma média de 34,5 créditos por semestre letivo, além de ter que cursar o Estágio V em 2020/2. 24-  
154 Taciane Sousa dos Santos: Estágio II, III, IV e V - Caso a estudante possa se comprometer com o plano  
155 de estudos abaixo, ela se tornaria concluinte 2021/1, podendo ser encaminhada aos Estágios com a  
156 prerrogativa de ser concluinte 2021/2. De outra forma, ela estará em desacordo com o atual  
157 entendimento do Colegiado. Cronograma proposto: 2020/2 – Realização dos Estágios II, III e IV; 2021/1  
158 – Realização do Estágio V e TCC. 25- Tayna dos Santos Morais: Estágios II, III, IV e V - Deferido por ser

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

159 considerada concluinte 2021/2, desde que inicie as atividades no semestre corrente. **26- Victória**  
160 Conceição Fernandes: Estágios II, III, IV e V – Indeferido pois a discente possui somente 61% (sessenta e

161 um por cento) da carga horária concluída, tendo 17 (dezessete) créditos a cursar em UC eletivas e cerca

162 de 57 (cinquenta e sete) créditos em UC obrigatórias, TCC e Estágios, o que representaria uma carga

163 horária superior a 37 (trinta e sete) créditos a cursar por semestre até 2020/2, extrapolando o limite de

164 36 créditos semestrais. Não é possível estabelecer a previsão de conclusão devido ao excesso de

165 disciplinas ainda por concluir. **2º Assunto da Pauta - Homologação ata da 5ª (quinta) Reunião**

166 **Extraordinária do ano de 2021**: Não houve homologação da referida ata pois os membros que estavam

167 presentes na 5ª reunião extraordinária não estão presentes na reunião de hoje (02/07/2021). **3º Assunto**

168 **da Pauta - Homologação do resultado do Processo Seletivo para Professor Substituto à vaga da prof.ª**

169 **Valéria Gomes de Almeida**: Considerando o afastamento da prof.ª Valéria Gomes de Almeida, para

170 licença maternidade, foi realizado o Processo Seletivo Simplificado (PSS) para contratação de professor

171 substituto, regido pelo Edital 001/2021, tramitando pelo processo SEI! nº 23086.002902/2021-16, no

172 qual foi aprovado e classificado, o candidato Rodrigo Mendonça Cardoso Pestana (PORTARIA Nº 1540,

173 DE 15 DE JULHO DE 2021) em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais. O resultado foi

174 homologado por unanimidade. **4º Assunto da Pauta - Homologação de Equivalências**: **1-** Foram

175 aprovadas *Ad referendum* pela Coordenação do curso de Farmácia as solicitações de Equivalências

176 entre as UC do curso de Química (23086.006318/2021-30) e Departamento de Ciências Básicas

177 (23086.006359/2021-26) para que houvesse inserção no currículo e possibilidade de matrícula dos

178 discentes para o semestre vigente 2020/2. Esta decisão foi homologada por unanimidade. **2-**

179 Homologação da alteração do pré-requisito de Semiologia (23086.006291/2021-85): aprovado por

180 unanimidade. **3-** Homologação dos processos de aproveitamento de estudos (23086.006432/2021-60):

181 aprovados por unanimidade. **5º Assunto da Pauta - Equivalência de Parasitologia**: Solicitação de

182 equivalência entre as UC BIO127 e FAR123, Parasitologia (23086.005889/2021-57): aprovado por

183 unanimidade. **6º Assunto da Pauta - Outros assuntos**: **1-** Normatização do fluxo para recebimento de

184 solicitações dos discentes: Será elaborado um Modelo de ofício para que os discentes possam realizar

185 suas demandas referentes aos Estágios; Definição de datas para as próximas reuniões ordinárias e

186 estabelecimento de prazos para recebimentos das solicitações. Criar formulários próprios para análise

187 dos casos em que os discentes preencherão, dando informações de parâmetros importantes para

188 verificação e análise de cada caso. O prof. Guilherme acha importante o estabelecimento de fluxos que

189 permitam uma análise criteriosa de cada caso, sendo necessário tempo hábil para que façam as análises,

190 sugeriu que os estudantes utilizem os e-mails institucionais para formalização das demandas e que os

191 comunicados sejam enviados aos discentes por e-mail estabelecendo o encerramento dos prazos com

192 antecedência de 48 (quarenta e oito) horas. A prof.ª Helen informa que no fluxo atual a Coordenação e

193 secretaria DeFar recebem as demandas por e-mail, encaminham para os Coordenadores de Estágios no

194 prazo de 48h de antecedência sendo os pareceres analisados em reunião. Está de acordo que as

195 demandas têm sidocrescentes e, portanto, concorda que o envio aos Coordenadores de Estágios deve

196 ser realizado com antecedência mínima de uma semana para que possam analisar as demandas com o

197 devido critério. O prof. Guilherme concorda que o fluxo deva ser: envio ao Colegiado e após, aos

198 Coordenadores de Estágios, para liberação *Ad referendum* e homologação em reunião posterior.

199 **DELIBERAÇÕES**: **1-** Os casos que se enquadram na regra de possibilidade de conclusão do curso entre

200 2020/2 a 2021/2 poderão ser aprovados pelos Coordenadores de Estágios e, posteriormente

201 homologados em reuniões do Colegiado: 7 (sete) votos a favor e 5 (cinco) abstenções, sendo a proposta

202 deferida. **2-** Realização da parte prática da UC Bioquímica de forma remota: deliberação favorável, por

203 unanimidade. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, e eu, Dayana Barbosa da Cruz,

204 assistente em administração, lavei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos

205 presentes. Diamantina, dois de julho do ano de dois mil e vinte e um.

206 Amauri Pierucci

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO  
JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE  
FARMÁCIA E BIOQUÍMICA  
DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

- 207** Ana Paula Rodrigues
- 208** Andréa Renata Malagutti
- 209** Fábio Pio Dornas
- 210** Guilherme Carneiro Helen
- 211** Rodrigues MartinsKelly
- 212** Cristina Kato Lorena
- 213** Ulhôa Araújo Renata
- 214** Aline de AndradeThiago
- 215** Sardinha Franciele
- 216** Salvador
- 217** Igor Dias Cardoso.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**

**1 10. ATA DA 6ª (SEXTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021, DO COLEGIADO E COORDENADORES DE**  
**2 ESTÁGIODO CURSO DE FARMÁCIA DA UFVJM, REALIZADA EM 23/07/2021.**

3 Às nove horas e doze minutos do dia vinte e três de julho do ano de dois mil e vinte e um, utilizando a  
4 funcionalidade da sala de reuniões online do “Google Meet”, devido à pandemia do Coronavírus  
5 (COVID-19), após a anuência de todos os presentes para realização de gravação da reunião, a  
6 Coordenadora do curso de Farmácia, prof.ª Helen Rodrigues Martins, deu início à 6ª (sexta) Reunião  
7 Ordinária do Colegiado do curso de Farmácia da UFVJM. Estavam presentes, em ordem alfabética, os  
8 representantes docentes: Andréa Renata Malagutti, Eduardo de Jesus Oliveira, Fábio Pio Dornas, Helen  
9 Rodrigues Martins, Kelly Cristina Kato e Lorena Ulhôa Araújo. Os representantes discentes foram: Igor  
10 Dias Cardoso e Franciele Salvador. A assistente em administração, Dayana Barbosa da Cruz, também  
11 esteve presente. Justificaram ausência: Amauri Pierucci (férias), Cristiane Fernanda Fuzer Graef (férias),  
12 Ana Paula Rodrigues (férias), Renata Aline Andrade (férias). Anterior ao início das pautas da reunião, a  
13 prof.ª Helen deu dois informes: **1. Creditação da Extensão:** Houve sugestão da Pró- Reitoria de  
14 Graduação (PROGRAD) de retirada da Extensão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) até ano de  
15 2023, considerando que a normativas garantem a prorrogação. Caso seja acatado, os membros do  
16 Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado deverão inserir uma nota técnica no PPC2020. **2. Saúde**  
17 **Pública:** Foi recebido ofício da prof.ª Delba Fonseca no processo referente à questão da oferta da vaga.  
18 A docente informa que estaria disposta a ofertar 30 (trinta) horas da unidade curricular (UC) juntos as  
19 docentes, prof.ª Ana Paula Azevedo Hemmi (30h) e as demais 30 horas seriam ministradas por um  
20 professor voluntário. Diante disso, a prof.ª Helen diz que neste semestre a situação estaria resolvida,  
21 no entanto, devem pensar nas situações futuras em que não haja professor voluntário para assumir a  
22 carga horária. **1º Assunto da Pauta - Solicitações de Estágios:** Os discentes poderão ser matriculados  
23 no semestre corrente, caso necessitem realizar as atividades durante o período de férias, serão  
24 reprovados nas UC Estágios com a finalização do período letivo (sem prejuízo para os discentes por não  
25 impactar no CRA) e depois serem rematriculados no semestre seguinte. **DELIBERAÇÕES:** Foi deliberado  
26 favoravelmente pelas solicitações de realização de Estágios dos discentes: Alessandra Neves Sousa, Ana  
27 Luiza Pelli Vitorino, Andreza Lemos Afonso, Anna Kamilla Ribeiro, Edilaine Aparecida Andrade da Silva,  
28 Emiliana da Silva Ávila, Roberto Higor Pereira Carvalho, Julia Gabriela Moreira Costa, Lara Rosa  
29 Machado, Luiza Jacovine Portela, Maria Amélia Barroso Oliveira, Mikaely Sousa Oliveira, Rhauyl  
30 Eduarda Machado Abreu, Shirley Cordeiro, Sofia Santos Donaire Chura, Vitória Conceição e, Vitória  
31 Conceição Fernandes Neves. Houve indeferimento da solicitação da discente Dayanne Da Silva Vieira  
32 pela necessidade de cursar mais de 40 (quarenta) créditos por semestre letivo, para que possa concluir  
33 o curso até 2021/2, estando em desacordo com as normas estabelecidas. Orienta-se que os Estágios  
34 deverão ser cursado gradativamente. **2º Assunto da Pauta - Solicitação da discente Joyce Emanuely**  
35 **Moreira para conversão das práticas presenciais da UC Fundamentos de Farmacotécnica**  
36 **Homeopática (FAR096) em remotas:** A discente informou estar com pendência apenas da carga horária  
37 prática desta UC para que possa concluir o curso. Para o conhecimento de todos, alguns discentes que  
38 estavam em situação semelhante solicitaram ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE)  
39 colação de grau por ter mais de 90% (noventa por cento) da carga horária total do curso completa, sendo  
40 o pedido deferido. A docente responsável pela UC deixa claro que o caso da Joyce entra no  
41 posicionamento de que falta apenas esta UC para a conclusão no curso, pois está matriculada no estágio  
42 V e cursando TCC. **DELIBERAÇÃO:** Deferido por unanimidade, considerando o parecer favorável da  
43 docente responsável pela UC, Kelly Cristina Kato. **3º Assunto da Pauta - Homologação do Edital**  
44 **004/2021 para processo seletivo simplificado para professor voluntário à vaga da UC Saúde Pública**  
45 **(23086.008407/2021-11):** O Edital 004/2021/DeFar foi aprovado *Ad referendum* pela Coordenação e  
46 Chefia do curso de Farmácia, assim como a banca avaliadora que será composta pelas docentes Lorena  
47 Ulhôa Araújo (presidente), Helen Rodrigues Martins (membros) e Ana Paula Azevedo Hemmi  
48 (membro). Nesta reunião o edital foi homologado por unanimidade. **4º Assunto da Pauta –**  
49 **Homologação aproveitamento de estudos da UC Físico-**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

50 **Química CDT133 (ICT) com a UC FAR004 (DeFar):** O prof. Wallans encaminhou parecer em que  
51 aprovou o aproveitamento de estudos para o PPC 2020 das discentes que já haviam cursado a UC  
52 Físico-Química (FAR004) no ICT (CDT133), mas não aprovou a manutenção da equivalência para o PPC  
53 2020 para novos casos que venham a cursar a UC do ICT, por não haver aula prática e diferenças no  
54 conteúdo. Foi aprovado *Ad referendum* pela Coordenação. O prof. Eduardo sugere que caso haja a  
55 eventualidade de outros discentes terem cursado a UC anterior à migração, esses poderão ter o  
56 mesmo entendimento de aproveitamento, mas casos posteriores não seriam aceitos. **DELIBERAÇÃO:**  
57 Homologar aproveitamento de estudos das discentes Ana Luiza Cardoso Rocha (20192009003), Joyce  
58 Camila Silva (20182009028) e Marcela Mariane Veloso Rocha Marinho (20192009011). A mesma regra  
59 será aplicada para aproveitamento de estudos para todos os discentes que cursaram a UC  
60 previamente à migração curricular para o PPC 2020. Homologação por unanimidade. **5º Assunto da**  
61 **Pauta - Homologação aproveitamento de estudos Psicologia Aplicada a Saúde (DCB105):** O  
62 aproveitamento de estudos para a UC Psicologia foi aprovado *Ad referendum* pela Coordenação para a  
63 discente Gabriela Maria Ferreira Coelho (20182009020) que cursou a UC Psicologia Aplicada a Saúde  
64 (DCB105) anteriormente a implantação do PPC 2020, sendo equivalentes a UC Psicologia Aplicada a  
65 Saúde (DCB106) de 30 horas. Foi aprovada por unanimidade a homologação do aproveitamento de  
66 estudo entre as unidades curriculares DCB105 e DCB125 a partir do parecer favorável do professor  
67 responsável. **6º Assunto da Pauta - Solicitação Conjunta dos discentes: Pré-requisito para**  
68 **Fundamentos de Hematologia, Citologia e Bioquímica Clínica:** A prof.<sup>a</sup> Helen diz que com a  
69 contratação de prof. substituto para Bioquímica, Rodrigo Pestana, houve disponibilidade de 72(setenta  
70 e dois) vagas para que os discentes do 3º (terceiro) e 4º (quarto) semestres pudessem cursá-la. Somente  
71 cerca de 52 (cinquenta e duas) vagas foram ocupadas. Considerando que o conteúdo prático da UC  
72 Bioquímica é pequeno, será realizado de forma remota pelo docente. Deste modo, não há justificativa  
73 para alterar o pré-requisito, uma vez que a UC será finalizada no semestre corrente. **DELIBERAÇÃO:**  
74 Solicitação de quebra ou estabelecimento de co-requisito de Bioquímica com a UC Fundamentos de  
75 Hematologia, Citologia e Hematologia Clínica. Indeferimento da solicitação por haver entendimento  
76 que a UC será concluída em 2020/2, permitindo o fluxo dos discentes. **7º Assunto da Pauta -**  
77 **Homologação da Ata da 5ª Reunião Ordinária do Colegiado:** Não pode ser homologado pois os  
78 presentes naquela reunião não estavam presentes nesta reunião. **8º Assunto da Pauta - Cronograma**  
79 **de reuniões:** Análises de Estágios somente serão recebidas para análises no próximo semestre, pois não  
80 há mais prazo para matrícula. O envio de demandas de Estágios deverá ser feito no período de  
81 30/07/21 a 10/08/21. Análise dos Coordenadores até 17/08/21 com a próxima reunião agendada para  
82 27/08/2021. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, e eu, Dayana Barbosa da Cruz,  
83 assistente em administração, lavei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos  
84 presentes. Diamantina, vinte e três de julho do ano de dois mil e vinte e um.  
85 Andréa Renata Malagutti  
86 Eduardo de Jesus Oliveira  
87 Fábio Pio Dornas  
88 Helen Rodrigues Martins  
89 Kelly Cristina Kato Lorena  
90 Ulhôa Araújo Igor Dias  
91 Cardoso Franciele  
92 Salvador

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

1 **ATA DA 7ª (SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021, DO COLEGIADO, COORDENADORES DE ESTÁGIO E**  
2 **DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE FARMÁCIA DA UFVJM, REALIZADA EM 06/08/2021.**  
3 Às nove horas do dia seis de julho de dois mil e vinte e um, utilizando a funcionalidade de sala  
4 de reuniões online do “Google Meet”, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-19), a  
5 Coordenadora do curso de Farmácia e presidente do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente  
6 Estruturante (NDE), prof.ª Helen Rodrigues Martins, deu início à 7ª (sétima) Reunião Ordinária do  
7 Colegiado do curso de Farmácia da UFVJM. Estavam presentes, em ordem alfabética, os  
8 representantes docentes: Ana Paula Rodrigues, Cristiane Fernanda Fuzer Graef, Eduardo de Jesus  
9 Oliveira, Guilherme Carneiro, Leida Calegario de Oliveira, Taízia Dutra e Valéria Macedo Cardoso.  
10 Ausências justificadas: Profa. Kelly Cristina Katto, Prof. Amauri Pieurecii e Prof.ª Lorena Ulhôa e o  
11 discente Igor Cardoso. Ausências não justificadas: discente Franciele Salvador e prof. Fábio  
12 Dornas. **1º Assunto da Pauta – Situação dos estágios para regularização dos estudantes:** Foi  
13 discutida a estratégia para regularização da situação dos estudantes do curso de farmácia que  
14 necessitarão fazer estágio durante o período de recesso letivo. Deliberação: foi decidido por  
15 unanimidade a manutenção das unidades curriculares de estágio abertas no sistema e- Campus,  
16 como prevê a Resolução CONSEPE, 01 de 06 de janeiro pelo menos até o dia 08 de outubro caso  
17 haja concluintes ou até o término do semestre letivo, caso não haja discentes com potencial de  
18 conclusão do curso em 2020/2. Ficou acordada a realização de uma reunião com o diretor da  
19 DRCA, a coordenação do curso e a coordenação de estágio V, a fim de verificar os trâmites a  
20 serem adotados para solucionar as pendências referentes aos estágios. Além disso, ficou  
21 acordado o envio pelos coordenadores de estágio da lista de discentes que necessitarão de  
22 matrícula nas unidades curriculares de estágio em 2020/2 para regularização da situação, de forma  
23 que possam realizar o estágio nas férias. **2º Assunto da Pauta – solicitação do discente**  
24 **Alessandro Rocha quanto às aulas práticas das Unidades Curriculares (UC) Hematologia Clínica e**  
25 **Química de Alimentos:** A prof.ª Helen apresentou a situação do discente que está em fase de  
26 conclusão do estágio V e que está pendente a parte prática referente às UC de Hematologia Clínica  
27 e Química de Alimentos para que possa concluir o curso no semestre de 2020/2. Assim, o discente  
28 solicitou ao colegiado do curso uma solução para a situação, uma vez que já tem proposta de  
29 emprego, conforme ofício enviado ao colegiado de curso e a Diretoria de ensino. Foi informado  
30 que a profa. Nísia Vilella e a profa. Ana Paula Rodrigues (considerando a abertura de decreto  
31 municipal para realização de aulas práticas no âmbito da saúde e o previsto na Resolução  
32 CONSEPE, 01 de 06 de janeiro, quanto à possibilidade de realização de aulas práticas em condições  
33 de excepcionalidade) se colocaram disponíveis para ministrar as aulas a partir de setembro ao  
34 discente e outros em situação de conclusão, dentro da capacidade dos laboratórios, seguindo as  
35 normas e os procedimentos de biossegurança aprovados pela CPPBio e desde que assinado um  
36 termo de responsabilidade de riscos pelos discentes. **DELIBERAÇÃO:** por unanimidade foi decidido  
37 pela realização das aulas práticas para o discente e outros concluintes ou matriculados do  
38 semestre 2020/5, sendo dada prioridade àqueles com maior percentual de conclusão do curso e,  
39 seguidas todas as legislações vigentes. **3º Assunto da Pauta**  
40 **– Professor Voluntário de Química de Alimentos:** A profa. Nísia solicitou autorização ao

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

41 Colegiado do curso de Farmácia para realização de concurso para professor Voluntário de  
42 Química de Alimentos, a fim de auxiliar nas aulas práticas de reposição, considerando que há 41  
43 alunos na unidade curricular, nas turmas abertas entre 2020/5 e 2020/2. Ela informou que os  
44 protocolos de biossegurança para realização de aulas práticas já estão sendo elaborados e no  
45 diagnóstico preliminar será possível comportar no máximo oito discentes por turno, necessitando  
46 dividir as turmas em vários subgrupos. Assim, o prof. voluntário poderia auxiliar neste processo  
47 e na realização das aulas de forma condensada. Ela informou à coordenação que há uma  
48 candidata, ex-aluna do curso e que está finalizando o doutorado interessada no trabalho  
49 voluntário e que ela estaria realizando as atividades sob sua supervisão. Deliberação: foi decidido  
50 por unanimidade pela autorização do concurso voluntário para a UC de Química de Alimentos. **4º**  
51 **Assunto da Pauta – Creditação da extensão no PPC do curso de farmácia:** foi apresentada a  
52 resposta da Diretoria de Ensino quanto à solicitação de adequação da creditação no PPC2020, que  
53 sugeriu retirada das atividades de extensão e emissão de nota de correção até 2023 uma vez que  
54 ainda não há regulamentação no âmbito da Prograd e da Proexc. DELIBERAÇÃO: todos  
55 concordaram com a adequação da extensão, retirando a obrigatoriedade, mas abrindo a  
56 possibilidade dos professores que desejarem manterem a extensão. Foi decidido que o NDE  
57 trabalhará em conjunto nas modificações do documento para que seja enviado à PROGRAD para  
58 avaliação com a máxima celeridade possível. **5º Assunto da Pauta – INDICADORES DE AVALIAÇÃO**  
59 **DO CURSO:** a profa. Helen explicou que está previsto no PPC2020 o levantamento de indicadores  
60 de avaliação do curso e que é importante fazermos o levantamento destas informações para  
61 servir de subsídio para as ações do NDE e do Colegiado do curso e, considerando o final da atual  
62 gestão em 29 de setembro, enfatizou a importância de trabalharmos no levantamento destes  
63 dados. A profa. Leida complementou que no PPC fizemos uma previsão de série histórica de cinco  
64 anos. DELIBERAÇÃO: foi decidido pela organização do NDE e do colegiado do curso em equipes,  
65 mantendo a mesma organização realizada para a análise de migração curricular em pares: Leida e  
66 Guilherme, Cristiane e Eduardo, Helen e Lorena, Valéria e Renata, Fábio e Thiago. O período de  
67 avaliação será de 2015-2020 e os indicadores serão distribuídos para cada dupla que deverá  
68 elaborar, se necessário, um formulário para coleta de informações junto aos docentes até o dia  
69 20 de agosto. Todas as questões serão reunidas e enviadas aos docentes para coleta de  
70 informações até o dia 10 de setembro. As informações serão compiladas por cada dupla e  
71 apresentadas no dia 24 de setembro para elaboração do relatório final. Considerando que os  
72 mandatos das profs. Ana Paula Rodrigues e Valéria Macedo se encerrarão em agosto, foi  
73 acordada a prorrogação até 29 de setembro para que essa atividade possa ser concluída. Além  
74 disso, as referidas professoras deverão considerar a possibilidade de recondução por estarem no  
75 primeiro mandato no NDE e em caso de interesse comunicar à presidência do NDE. **6º Presidência**  
76 **dos trabalhos do Programa de Capacitação Docente:** sobre o plano de capacitação docente a  
77 profa. Helen informou que a profa. Leida esteve à frente das atividades no último ano e agradeceu  
78 pelo excelente trabalho desenvolvido. Como previamente acordado um novo membro do NDE  
79 deverá assumir a presidência das atividades de capacitação e foi questionado aos membros se  
80 haveria algum voluntário para assumir a mesma. Alguns membros se manifestaram, colocando  
81 que em virtude dos encargos em aulas de graduação e comissões, que neste momento estariam  
82 sobrecarregados para assumir mais uma atividade. DELIBERAÇÃO: considerando a demanda de  
83 trabalho do NDE atualmente e, que alguns mandatos se encerrarão no dia 14 de agosto (profs.  
84 Valéria e Ana Paula) 29 de setembro (Profs. Helen, Lorena e Guilherme) foi decidido por envio de  
85 convite aos docentes do curso para integração de novos membros ao NDE. **7º Homologação do**  
86 **resultado**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO  
JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE  
FARMÁCIA E BIOQUÍMICA  
DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

87 **para prof. concurso voluntário de saúde pública:** a profa. Helen informou que os trâmites para  
88 seleção do professor voluntário de saúde pública foram finalizados tendo sido selecionada a  
89 senhorita Hellen Lillianne da Cruz com nota 9,1, sendo o resultado homologado pelo colegiado  
90 de curso. 8 º **Mudança de pré-requisitos de unidades curriculares:** objetivando fluxo dos  
91 estudantes no novo PPC2020 do curso, os professores Guilherme Carneiro e Cristiane Fuzer Grael  
92 solicitaram mudança de pré-requisito das Unidades curriculares Farmacotécnica II  
93 (Farmacotécnica I) e Farmacognosia II (Farmacognosia I), respectivamente para co-requisitos  
94 enquanto durar a situação de pandemia e o ensino remoto, para que aqueles que tiverem feito a  
95 parte teórica possam cursar as UCs no semestre 2020/1. Deliberação: solicitação aprovada por  
96 unanimidade. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, e eu, Helen Rodrigues  
97 Martins, coordenadora do curso de farmácia, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada,  
98 será assinada pelos presentes. Diamantina, seis de agosto do ano de dois mil e vinte e um.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

**1 11. ATA DA 8ª (OITAVA) REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021, DO COLEGIADO, NÚCLEO DOCENTE**  
**2 ESTRUTURANTE E COORDENADORES DE ESTÁGIOS DO CURSO DE FARMÁCIA DA UFVJM, REALIZADA**  
**3 EM 27/08/2021**

4 Às nove horas e oito minutos do dia vinte e sete de agosto do ano de dois mil e vinte e um, utilizando a  
5 funcionalidade da sala de reuniões online do “Google Meet”, devido à pandemia da COVID-19, e  
6 autorização dos presentes para gravação da reunião, a Coordenadora do curso de Farmácia, prof.ª  
7 Helen Rodrigues Martins, deu início à 8ª (oitava) Reunião Ordinária do Colegiado do curso de Farmácia  
8 com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Coordenadores de Estágios, do ano de 2021. Estavam  
9 presentes, em ordem alfabética, os membros docentes: Amauri Pierucci, Ana Paula Rodrigues, Andréa  
10 Renata Malagutti, Cristiane Fernanda Fuzer Graef, Guilherme Carneiro, Helen Rodrigues Martins, Leida  
11 Calegário de Oliveira, Lorena Ulhôa Araújo, Taízia Dutra Silva e, os membros discentes: Vitória Queiroz  
12 Horta e Franciele Salvador. A assistente em administração, Dayana Barbosa da Cruz, também esteve  
13 presente. Justificaram a ausência: Kelly Cristina Kato, Valéria Macedo Cardoso e Renata Aline de  
14 Andrade. Anterior ao início da reunião foi discutido sobre a recondução das docentes Ana Paula  
15 Rodrigues e Valéria Macedo Cardoso como membros do NDE por mais um mandato de três anos.  
16 Mediante a concordância das mesmas, a decisão foi homologada pelos presentes. **1º Assunto da Pauta**  
17 **– Homologação da ata da 7ª Reunião Ordinária:** A ata foi homologada com a ressalva de ser corrigido  
18 que a prof.ª Andréa Malagutti justificou ausência. **2º Assunto da Pauta – Demandas Discentes: 1.**  
19 **Centro Acadêmico de Farmácia – Aulas práticas presenciais da Unidade Curricular (UC)**  
20 **Farmacotécnica:** A prof.ª Helen informou que ainda não há previsão de retorno das aulas presenciais  
21 no DeFar, pois é necessário que sejam disponibilizados materiais de biossegurança e há necessidade de  
22 conclusão do plano de retorno às atividades presenciais. **ENCAMINHAMENTO:** Será necessário  
23 aguardar a definição do plano de retorno das atividades presenciais da UFVJM e do curso de Farmácia.

24 **2. Daniel Afonso – Aulas práticas da UC Fundamentos de Hematologia, Citologia e Bioquímica**  
25 **Clínica:** A prof.ª Ana Paula Rodrigues esclareceu que o discente já cumpriu a carga horária teórica.  
26 Concorda que as aulas práticas possam ser realizadas em conjunto com outros discentes quando  
27 retornar o semestre letivo. A prof.ª Helen disse que deverá haver prioridade para aqueles que  
28 estiverem matriculados no semestre 2020/2, podendo encaixar os concluintes em 2021/1. O discente  
29 Daniel diz que neste período finalizará todas as UC obrigatórias e para o próximo semestre necessita  
30 dessa UC, Fundamentos de Hematologia, Citologia e Bioquímica Clínica, como pré-requisito para  
31 cursar as eletivas que estarão disponíveis. A prof.ª Helen esclareceu que estão trabalhando para o  
32 retorno das atividades presenciais. Apesar da UFVJM ter publicado a nota de retorno no dia  
33 18/10/2021, há uma lacuna entre a publicação e a realidade da UFVJM para retorno. Deve-se seguir a  
34 Resolução nº 01/2020, que diz que o retorno é permitido dentro das condições de biossegurança.  
35 Informou que Coordenação e Chefia têm trabalhado para ofertar os itens de biossegurança, mas a  
36 UFVJM não tem dado condições de oferta para 3 (três) turmas de 8 (oito) discentes que está em  
37 planejamento, assim não vislumbra possibilidade de condições adequadas para uma quantidade maior  
38 de turmas no momento. Alguns docentes se propuseram a comprar os itens, mas isto não é o ideal,  
39 não seria suficiente a todos. A prof.ª Andréa informou que a Chefia solicitou os itens, mas o aqueles  
40 recebidos não atendem à demanda para que as UC sejam ofertadas para todos durante todo o  
41 semestre. Atualmente o DeFar já não possui recursos financeiros para fazer as demandas via  
42 almoxarifado. A prof.ª Helen disse que a realização das aulas práticas presenciais dependem da  
43 disponibilização, pela UFVJM, dos itens de biossegurança. Enfatiza que as aulas somente poderão  
44 acontecer se houver liberação da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e Comitê Permanente de  
45 Biossegurança (CPBio), com o atendimento das condições estabelecidas e disponibilização dos itens  
46 de biossegurança a todos. Houve parecer favorável à demanda pelos docentes responsáveis pela UC.  
47 O prof. Guilherme sugeriu que a UC possa ser co-requisito daqueles que o discente cursará no próximo  
48 semestre. **DELIBERAÇÃO:** Houve aprovação por unanimidade pela autorização que o discente possa

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

49 cursar as aulas práticas presenciais da UC Fundamentos de Hematologia, Citologia e Bioquímica Clínica,  
50 se aprovado o protocolo junto a PROGRAD e CPBio. A autorização se estenderá para os discentes  
51 Mateus Leonardo e Gustavo Coelho que formalizaram o pedido oralmente durante a reunião e estão  
52 na mesma situação que o discente Daniel Afonso. **3. Gustavo Coelho – Aulas práticas das UC**  
53 **Farmacognosia, Tecnologia em Ciências Farmacêuticas e Controle de Qualidade de Insumos**  
54 **Farmacêuticos e Cosméticos (eletiva): Foi informado que a justificativa da demanda se baseia no fato**  
55 **que,** caso o discente finalize todas as práticas das UC solicitadas, poderá ser concluinte 2020/2. As  
56 docentes responsáveis pelas UC Farmacognosia e Controle de Qualidade de Insumos Farmacêuticos e  
57 Cosméticos emitiram pareceres favoráveis à solicitação discente. DELIBERAÇÃO: Todos os membros do  
58 Colegiado e NDE presentes estiveram de acordo com os pareceres docentes. Quanto a UC Tecnologia  
59 em Ciências Farmacêuticas, foi emitido parecer pelo docente responsável, prof. Álvaro Dutra, no qual  
60 mantém o posicionamento que a parte prática da UC necessita de habilidades e competências  
61 aprendidas somente presencialmente, indeferindo a solicitação discente. A prof.ª Helen informou que  
62 as instâncias superiores para recursos seriam Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FBCS)  
63 através da Congregação FCBS; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) e Conselho  
64 Universitário (CONSU). DELIBERAÇÃO: Os presentes foram favoráveis ao parecer do docente responsável  
65 pela UC, indeferindo o pedido do discente. **4. Vitoria Queiroz Horta – Aulas práticas da UC**  
66 **Farmacognosia:** A prof.ª Cristiane Grael encaminhou parecer favorável, acompanhando a decisão dada  
67 ao discente Gustavo Coelho. A discente esclareceu que poderá ser concluinte em 2021/1 e gostaria de  
68 cursar uma UC eletiva ofertada pela prof.ª Kelly Kato que possui a UC Farmacognosia como pré-requisito.  
69 A prof.ª Helen sugere que seja instituído o co-requisito durante o período pandêmico, de modo que a  
70 discente tenha a possibilidade de cursar a disciplina de maneira prática presencial no próximo  
71 semestre. DELIBERAÇÃO: O Colegiado indeferiu o pedido da discente, de acordo com posicionamento  
72 da docente, após esclarecimentos da discente, pois considera que a essa poderá aguardar o próximo  
73 semestre para cursar a parte prática da UC forma presencial, estabelecido o co-requisito. **5. Mateus**  
74 **Leonardo – Aulas práticas das UC Fundamentos de Hematologia, Citologia e Bioquímica Clínica,**  
75 **Farmacotécnica Homeopática, Biologia Molecular e Biotecnologia, Controle de Qualidade de Insumos**  
76 **Farmacêuticos e Cosméticos e, Tecnologia em Ciências Farmacêuticas:** A docente responsável pela UC  
77 Fundamentos Hematologia, Citologia e Bioquímica Clínica emitiu parecer favorável à solicitação discente  
78 quanto à oferta da parte prática presencialmente, cumprindo o estabelecido pela CPBio e normas de  
79 biossegurança. Quanto às UC Farmacotécnica Homeopática e, Controle de Qualidade de Insumos  
80 Farmacêuticos e Cosméticos, as docentes autorizaram a realização das aulas dos conteúdos práticos de  
81 maneira remota. A docente responsável pela UC Biologia Molecular e Biotecnologia emitiu parecer em  
82 que aprova a realização das aulas práticas presenciais quando houve aprovação do protocolo de  
83 biossegurança pela CPBio e PROGRAD e, os espaços para aulas estiveram adequados. Quanto à UC  
84 Tecnologia em Ciências Farmacêuticas, houve indeferimento pelo docente responsável da solicitação  
85 discente de aulas práticas remotas. DELIBERAÇÃO: Todos os membros presentes estiveram de acordo  
86 com os pareceres docentes. **6. Renata Soier – Aulas práticas da UC Farmacotécnica Homeopática e,**  
87 **Microbiologia Clínica:** A docente responsável pela UC Farmacotécnica Homeopática encaminhou  
88 parecer favorável em ofertar as aulas práticas de forma remota à discente. DELIBERAÇÃO: Todos  
89 estiveram de acordo com o parecer da docente. Foi apresentado o parecer do docente responsável  
90 pela UC Microbiologia Clínica para leitura dos presentes, no qual propunha duas alternativas: 1.  
91 Realização da parte presencial seguindo os protocolos previstos nas normas da UFVJM e DeFar ou 2.  
92 Oferta da parte prática remotamente. Estas alternativas haviam sido encaminhadas pela Coordenação à  
93 Divisão de Registro e Cadastro Acadêmico (DRCA) que esclareceu os questionamentos. Assim, houve  
94 definição pela escolha da alternativa 2 – “Oferta da parte prática remotamente”. O prof. Guilherme  
95 sugeriu a criação de uma UC eletiva de 2 (dois) créditos, teórica, para que a discente pudesse cumprir  
96 a carga horária, sem a obrigatoriedade de oferta da parte prática. A discente Renata Soier informou  
97 que conseguirá concluir o curso em

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

98 2020/2 caso curse a parte prática de forma remota neste semestre. Por este motivo, a sugestão do  
99 prof. Guilherme a impediria de concluir o curso ainda em 2020/2. A discente propôs fazer um relatório  
100 detalhado das atividades que foram realizadas na área de Microbiologia durante o Estágio. A prof.<sup>a</sup>  
101 Helen informou que mesmo aprovada a sugestão, com concordância do docente, será necessário que as  
102 atividades sejam apresentadas em um plano de ensino especial, elaborado pelo docente, constando  
103 maneira de avaliação da discente e, encaminhado à Coordenação e PROGRAD. DELIBERAÇÃO:  
104 Realização da parte prática remotamente da UC Microbiologia Clínica. Os presentes se manifestaram  
105 favoráveis ao parecer do docente. **3º Assunto da Pauta – Situação Nara Yana Lima e Andreza Lemos**  
106 **(Estágio III no período de férias):** Foram apresentadas as deliberações anteriores relacionadas aos  
107 Estágios. A Coordenação solicitou a todos os Coordenadores de Estágios para informar se haveriam  
108 discentes concluintes que precisariam se manter matriculados na UC aberta durante o período de  
109 férias, de modo a garantir a cobertura do seguro aos discentes. Receberam as respostas com exceção  
110 dos responsáveis pelo Estágio III. No entanto, duas discentes contataram a Coordenação para informar  
111 que o docente responsável pelo Estágio III não se disponibilizou a manter a turma aberta ou ofertar  
112 turma extemporânea. A prof.<sup>a</sup> Lorena diz que é necessário a abertura de turmas de Estágios durante o  
113 período de férias letivas devido à realidade do curso de Farmácia, em que os discentes não conseguem  
114 conciliar a carga horária do curso com os Estágios durante o semestre letivo. No entanto é importante  
115 que haja esta mudança, de modo a manter a organização das UC e Estágios do curso. A prof.<sup>a</sup> Helen  
116 disse que será agendada uma reunião com a DRCA para que seja discutido um fluxo melhor das  
117 questões de Estágios para o curso de Farmácia. O prof. Guilherme fez alguns apontamentos: 1. Em  
118 relação aos Estágios nas férias – Considerou que deve ser conversado com os Coordenadores de  
119 Estágios e a PROGRAD para que seja tomada uma postura coletiva quanto a esta organização. 2.  
120 Acredita que o docente não pode ser obrigado a ofertar a UC em período extemporâneo ou de férias  
121 acadêmicas, principalmente considerando que o docente em questão estará em férias regulares. 3.  
122 Pede que sejam observadas as sugestões de oferta da turma extemporânea dadas pelo docente por e-  
123 mail. A prof.<sup>a</sup> Leida concorda com o prof. Guilherme e sugeriu que seja feito um organograma para a  
124 oferta da UC nas férias, para que a discente consiga se formar, considerando a disponibilidade dos  
125 demais Coordenadores do Estágio III. A prof.<sup>a</sup> Helen informou que todos os trâmites para realização dos  
126 Estágios deverão ser feitos anterior ao período de férias, e enfatiza que a manutenção da UC aberta seria  
127 para que os discentes possam continuar realizando as atividades de Estágios. O prof. Guilherme se  
128 dispôs a se responsabilizar pela abertura da turma de Estágio III extemporânea, durante as férias, em  
129 deferência à Coordenação de curso e ao fluxo dos estudantes, por partilhar com a opinião da prof.<sup>a</sup>  
130 Leida, por não estar em período de férias regulares e por considerar que o docente não deve ser  
131 obrigado a ofertar a UC. Desde que o docente responsável pelo Estágio III faça o encaminhamento da  
132 documentação de Estágio das discentes conforme estabelecido no DeFar. A prof.<sup>a</sup> Ana Paula Rodrigues  
133 se disponibilizou a auxiliar o prof. Guilherme na responsabilidade da turma, desde que o  
134 encaminhamento das documentações de início de Estágio seja dado. DELIBERAÇÃO: Foi deliberado, por  
135 unanimidade, pela abertura de turma extemporânea da UC Estágio III sob a responsabilidade dos  
136 docentes Ana Paula e do Prof. Guilherme, ficando a documentação de Estágio sob a responsabilidade  
137 de conferência e assinaturas para o prof. Fábio Dornas, com envio até o dia 19/09/2021. **4º Assunto da**  
138 **Pauta – Carga horária de Estágios:** A prof.<sup>a</sup> Helen informou sobre reunião da Comissão Permanente de  
139 Pessoal Docente (CPPD) na qual foram apontadas algumas UC com necessidades de modificação no  
140 sistema; que haja descrição no PPC ou em ata de quais são as atribuições do docente responsável pela  
141 UC Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e qual a carga horária. Sobre a carga horária de Estágios, os  
142 cursos lançam de diferentes formas, mas no DeFar as planilhas de encargos docentes eram corrigidas  
143 pelos docentes. Disse que externou à CPPD que a resolução prejudica alguns docentes do ponto de  
144 vista que, embora a carga horária seja pequena, a carga de trabalho dos Coordenadores de Estágios é  
145 extensa, sendo maior do que a resolução atribui. A CPPD viu claramente que existe esta discrepância,  
146 que a resolução está sendo revista, mas poderá levar algum tempo. Disse que a CPPD esclareceu que  
147 entendem a existência na UFVJM desta lacuna que precisa ser adequada e orientaram que o NDE e  
148 Colegiado deveriam se reunir e descrever no PPC as atividades que são realizadas pelos Coordenadores



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

149 de Estágios, estabelecendo a carga horária real dos docentes. A Coordenação sugeriu que pudessem  
150 descrever 30(trinta) horas para os Estágios I, II e III e, 45 (quarenta e cinco) horas para o Estágio V. O prof.  
151 Guilhermedisse que a valoração das atividades de Estágios está definidas em Resolução e concorda que  
152 o apresentado para cargas horárias é baixo. Pondera que há pontos que devem ser tratados com mais  
153 calma. Pontua que alterar a carga horária, principalmente para baixo, é algo a ser verificado. Houve  
154 muito diálogo na elaboração do PPC e o grupo de Coordenadores não apresentou esta demanda  
155 anteriormente, mas cabe verificar e avaliar o assunto. A prof.ª Helen disse que na reunião da CPPD foi  
156 apontado que a Resolução da CONSEPE não está adequada com relação a estes pontos e gostariam de  
157 encontrar um caminho para que os docentes não sejam prejudicados. Foi solicitado que as  
158 Coordenações se reúnam com os Coordenadores de Estágios para que haja uma determinação da  
159 realidade da carga horária cumprida pelos docentes. O prof. Guilherme sugere que seja solicitado à  
160 CPPD que a demanda seja formalizada para seu cumprimento de forma registra. A prof.ª Taízia diz que  
161 poderão elaborar propostas a serem discutidas. A prof.ª Helen questiona a prof.ª Leida se há legalidade  
162 na demanda da CPPD. Esta informou que não há legalidade e será necessário que a CPPD formalize a  
163 demanda. Orienta que o encaminhamento deveria ser: O Colegiado informar como poderia ser feito o  
164 ajuste das cargas horárias e, então, a CPPD encaminhar ao CONSEPE. Diz a realização desse estudo é  
165 justa e necessária, mas o caminho de alteração do PPC sem formalização, não é a via adequada. A prof.ª  
166 Helen sugeriu a rotatividade das responsabilidades pelos Estágios paraser discutido posteriormente.  
167 **ENCAMINHAMENTO:** O assunto será discutido entre os Coordenadoresde Estágios do curso de Farmácia  
168 em outro momento. **5º Assunto da Pauta – Oferta de UC Eletivas:** Diante da pouca oferta de UC eletivas  
169 neste semestre, foi sugerido pela Coordenação o levantamentode oferta de UC eletivas para que sejam  
170 ofertadas de maneira regular nos semestres. A prof.ª Ana Paula diz que é algo a ser analisado, pois  
171 nesta reunião houve discente que pontuou a não oferta de UC eletivas. A docente sugeriu que UC que  
172 podem ser ofertadas de modo remoto, deveriam ser disponibilizadas para dar fluxo aos discentes. A  
173 prof.ª Leida diz que poderiam seguir o que é feito nos cursos de pós-graduação, para que seja criado  
174 um calendário com a rotatividade de oferta de UC eletivas, de modo que todo semestre elas fossem  
175 ofertadas. O prof. Guilherme sugeriu que seja feitauma sensibilização dos docentes para criação de  
176 novas eletivas, com créditos menores, de conteúdo teórico, para atender aos discentes. O prazo para  
177 comunicado à Coordenação será até 10/09/2021. **6º Assunto da Pauta – Itens de Biossegurança:** O  
178 arquivo contendo os itens de biossegurança será enviado no grupo do WhatsApp do Colegiado para  
179 que os presentes possam vê-lo e deliberarposteriormente. **ENCAMINHAMENTO:** Após aprovação pelo  
180 Colegiado o arquivo com a demanda de itens de biossegurança para o DeFar será enviado à PROGRAD  
181 e CPBio, informando-os que o Departamento ainda não possui os itens solicitados anteriormente, nem  
182 recursos suficientes para a compra da nova demanda, necessária para retomada das atividades práticas  
183 presenciais do curso de Farmácia. **8º Assunto da Pauta – Outros Assuntos: 1.** e-Book sobre curso e  
184 nivelamento da Farmácia:A professora Leida apresentou o esboço do e-book que será feito em parceria  
185 com o PET Estratégias da UFVJM, como resultado das atividades de nivelamento do curso de Farmácia.  
186 Informa que além deter capítulos relativos ao projeto de nivelamento, pensam em inserir informações  
187 sobre retenção e evasão do curso de Farmácia da UFVJM. O prof. Guilherme parabenizou a prof.ª Leida  
188 e sugeriu que otítulo possa ser ampliado para conter informações sobre retenção e evasão. A prof.ª  
189 Leida diz que umdos objetivo da obra é deixar estas ações registradas para que o projeto possa ter  
190 continuidade. **2.** Homologação da criação da UC eletiva “Fundamentos de Imunohematologia  
191 Eritrocitária e Prática Transfusional”, sob responsabilidade da prof.ª Ana Paula Rodrigues.  
192 **DELIBERAÇÃO:** A criação da UC foi aprovada por unanimidade. **3.** Indicadores do curso de Farmácia: Foi  
193 solicitado à PROGRAD os índices de retenção e evasão, mas esta Pró-Reitoria não continha este tipo  
194 de informação, sendo encaminhado o pedido à Divisão de Tecnologia da Informação (DTI). Nada mais  
195 havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, e eu, Dayana Barbosa da Cruz, assistente em  
196 administração, lavrei a presenteata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes.  
197 Diamantina, vinte e sete de agostodo ano de dois mil e vinte e um.  
198 Amauri Pierucci  
199 Ana Paula Rodrigues

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO  
JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE  
FARMÁCIA E BIOQUÍMICA  
DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

- 200 Andréa Renata Malagutti
- 201 Cristiane Fernanda Fuzer Grael
- 202 Guilherme Carneiro
- 203 Helen Rodrigues Martins
- 204 Leida Calegário de Oliveira
- 205 Lorena Ulhôa Araújo Taízia
- 206 Dutra Silva
- 207 Vitória Queiroz Horta
- 208 Franciele Salvador

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

**ATA DA 9ª (NONA) REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021, DO COLEGIADO, NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE E COORDENADORES DE ESTÁGIOS DO CURSO DE FARMÁCIA DA UFVJM, REALIZADA EM 24/09/2021.**

1 Às nove horas e dez minutos do dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e vinte e um, utilizando  
2 a funcionalidade de sala de reuniões do “Google Meet”, devido à pandemia do Coronavírus (COVID-19),  
3 após a anuência de todos os presentes para realização de gravação da reunião, a Coordenadora do curso  
4 de Farmácia e presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE), prof.ª Helen Rodrigues Martins, deu  
5 início à 9ª (nona) Reunião Ordinária do Colegiado com o NDE e Coordenadores de Estágios do curso de  
6 Farmácia da UFVJM. Estavam presentes, em ordem alfabética os representantes docentes: Amauri  
7 Pierucci, Ana Paula Rodrigues, Cristiane Fernanda Fuzer Graef, Helen Rodrigues Martins, Kelly Cristina  
8 Kato, Leida Calegário de Oliveira, Lorena Ulhôa Araújo, Renata Aline Andrade, Thiago Sardinha de Oliveira  
9 e Valéria Gomes de Almeida. Os representantes discentes presentes foram: Anthonny Didier Braga Lopes  
10 e Vitória Queiroz Horta. A assistente em administração, Dayana Barbosa da Cruz, também estava  
11 presente. Justificaram ausência: Eduardo de Jesus Oliveira, Fábio Pio Dornas, Taízia Dutra Silva e Valéria  
12 Macedo Cardoso. **1º Assunto da Pauta – Demandas Discentes para autorização de retorno de atividades**  
13 **de Estágios:** A prof.ª Helen diz que alguns coordenadores de Estágios do curso de Farmácia solicitaram  
14 que houvesse a flexibilização para liberação de realização de atividades de Estágios para os discentes do  
15 curso. A prof.ª Kelly, com a palavra, diz que foi discutida a possibilidade de liberação das atividades de  
16 Estágios para os discentes e, cada coordenador poderia averiguar os casos. Reitera a possibilidade de ser  
17 liberado desde que cumpram a ordem crescente dos Estágios, respeitando as disposições do Projeto  
18 Pedagógico do Curso (PPC) e o amadurecimento dos discentes. A prof.ª Lorena diz que poderiam  
19 considerar um ponto de corte, sugerindo discentes com matriculados em 2018. **DELIBERAÇÃO:** Aprovação  
20 por unanimidade da proposta de liberação de todos os Estágios para os discentes do curso de Farmácia  
21 com número de matrícula igual ou anterior a 2018/2. Esta aprovação está condicionada ao cumprimento  
22 das regras impostas pelo Colegiado do curso de Farmácia, a serem cumpridas antes do início das  
23 atividades de Estágios pelos discentes, sendo essas: a realização do curso de Biossegurança ofertado pelo  
24 DeFar; assinatura de todos os documentos de Estágio; realização das unidades curriculares (UC) em ordem  
25 crescente, ou seja: 1º - Estágio I, 2º - Estágio II, 3º - Estágio III, 4º - Estágio V e, por último o Estágio V; e,  
26 estarem matriculados nas UC de Estágios. A prof.ª Renata solicitou a saída da Comissão de docentes  
27 responsáveis pelo curso de Biossegurança devido à assunção da Vice-Coordenação do curso de Farmácia.  
28 A prof.ª Lorena se disponibilizou a assumir a vaga. **2º Assunto da Pauta – Nova versão do PPC 2020 e**  
29 **Carta de encaminhamento:** Os documentos foram enviados aos presentes. Não houve manifestação  
30 contrária ao apresentado nos documentos relacionado às adequações solicitadas pela Pró-Reitoria de  
31 Graduação (PROGRAD), dentre elas, a inclusão de informações relacionadas à extensão. Quanto à alguns  
32 pré-requisitos: 1. Microbiologia básica com pré-requisito de bioquímica; 2. Economia e Administração e,  
33 Introdução às Ciências Farmacêuticas; 3. Parasitologia aplicada será inserido como pré-requisito, além da  
34 Parasitologia Básica, a UC Imunologia Aplicada. Inserção de informações relacionadas aos Estágios para  
35 contemplar exigências de concedentes. **DELIBERAÇÃO:** Todos estiveram de acordo com a aprovação da  
36 nota de alteração do PPC 2020 e da carta encaminhamento direcionada à PROGRAD. **3º Assunto da Pauta**  
37 **– Solicitação da prof.ª Cristiane Fernanda Fuzer Graef para ministrar aulas práticas remotas de**  
38 **Farmacognosia para turmas as "represadas":** Com a palavra, a prof.ª Cristiane Graef fala que se dispõe a  
39 ministrar as aulas práticas de maneira remota para os discentes matriculados em 2020/1 e 2020/2,  
40 considerando que, houve a abertura de exceção para um discente do DeFar; que três grandes Instituições  
41 Federais de Ensino Superior (IFES) têm ofertado a UC de modo remoto; e, considerando o escalonamento  
42 necessário para o retorno presencial, não haverá insumos necessários para ministrar as aulas práticas  
43 para todas as turmas. Informa que se dispõe a abrir a prática presencial para os discentes que tiverem  
44 interesse de assim fazê-la. A prof.ª Helen diz que tem visto em alguns cursos que poderia ser feito um  
45 curso de verão para aqueles que não puderam fazer de maneira presencial. **DELIBERAÇÃO:** Houve  
46 aprovação pelo Colegiado e NDE, com 1 (uma) abstenção, para a realização das aulas práticas remotas  
47 para os discentes matriculados nos semestres 2020/1 e 2020/2 das UC Farmacognosia e Farmacognosia

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

48 I. Esta aprovação implica na necessidade de modificação no PPC do curso. **4º Assunto da Pauta –**  
49 **Solicitação da prof.ª Taízia Dutra Silva para ministrar aulas práticas remotas da UC Controle de**  
50 **Qualidade de Insumos Farmacêuticos e Cosméticos:** A docente estava em período de férias, mas  
51 encaminhou ofício que foi A solicitação da docentes foi para ministrar aulas práticas remotas para a turma  
52 com discentes matriculados em 2020/5. DELIERAÇÃO: Todos estiveram de acordo com a liberação de  
53 realização de aulas práticas remotas da UC “Controle de Qualidade de Insumos Farmacêuticos e  
54 Cosméticos” (FAR109) para os discentes matriculados na turma 2020/5. **5º Assunto da Pauta – Solicitação**  
55 **dos Discentes para Mudança de horário ou abertura de turma extra para as UC Deontologia e Patologia**  
56 **básica; e inserção de Patologia como co-requisito para Hematologia:** A Coordenação esclarece que  
57 recebeu informação de discentes que a UC Patologia não foi ofertada em 2020/2, apesar de ter sido  
58 ofertada. Diante disso, entrou em contato com o Coordenador do Departamento de Ciências Básicas  
59 (DCB), para se inteirar da situação dos estudantes e questionar como seria a programação da reposição  
60 das aulas para os discentes, considerando que estariam em novo período letivo e os horários disponíveis  
61 serão diferentes no próximo semestre. Diz que foi informada que não houve aulas pois a docentes  
62 responsável pela UC assumiu um cargo na Pró-Reitoria e não houve sucesso na contratação de professor  
63 substituto. Recebeu a informação também que o prof. João Luiz se responsabilizou em assumir a turma  
64 temporariamente. A prof.ª Helen diz que informou à Coordenação do DCB que os discentes do curso de  
65 Farmácia matriculados na UC teriam disponibilidade nas terças ou quintas-feiras pela manhã. Com  
66 relação à UC Deontologia, a prof.ª Lorena se comprometeu a ofertar uma turma extra, em horário flexível,  
67 em períodos futuros, caso a necessidade ainda permaneça, pois em 2021/1 estará sobrecarregada. Por  
68 não terem conseguido cursar a UC Patologia, os discentes ficaram sem conseguir cursar a UC  
69 Fundamentos de Hematologia, Citologia e Bioquímica Clínica, sendo assim a docente Ana Paula Rodrigues  
70 informou estar de acordo com o estabelecimento de co-requisito de Patologia para sua UC, de maneira  
71 exclusiva para o semestre 2021/1, de modo a atender estes casos específicos. DELIBERAÇÃO: Todos  
72 estiveram de acordo com o parecer da docente. **6º Assunto da Pauta – Solicitação discente Jussira**  
73 **Salles relacionada às práticas de hematologia Clínica e orientações para cancelamento de UC:** A prof.ª  
74 Helen orientou a discente de que somente a Divisão de Registro de Controle Acadêmico (DRCA) poderá  
75 realizar o tipo de ação quanto ao cancelamento das unidades curriculares. Diz que discente poderia  
76 realizar as práticas em outubro e colar grau em novembro, havendo encaminhamento da Coordenação.  
77 Orienta que a discente deve comunicar a Coordenação sobre a finalização da UC para que, então seja feito  
78 o encaminhamento. **7º Assunto da Pauta – Demanda apresentada através do representante discente**  
79 **Cleyton dos Santos solicitando a retirada do co-requisito Tecnologia em Ciências Farmacêuticas para os**  
80 **discentes que tenham interesse em cursar Gestão e Controle de Qualidade:** Foi informado aos presentes  
81 que a docente responsável pela UC Gestão e Controle de Qualidade não concorda com a retirada do co-  
82 requisito solicitado. DELIBERAÇÃO: Os membros do Colegiado e NDE votaram pelo indeferimento da  
83 retirada do co-requisito da UC Gestão e Controle de Qualidade, com 1 (uma) abstenção e 1 (um) voto pelo  
84 deferimento. **7º Assunto da Pauta – Processo SEI nº 23086.008307/2021-94 sobre aproveitamentos de**  
85 **estudos do PPC 2006 para o PPC 2020:** Foi feito encaminhamento pela Coordenação da lista de todos os  
86 discentes que necessitariam de aproveitamento de estudos de disciplinas do PPC 2006 para o PPC 2020.  
87 O arquivo foi apresentado aos presentes e a prof.ª Helen explicou que houve alguns pontos a ser  
88 ajustados, informados pelo Despacho SEI nº 0468125, inserido no processo. Aproveitamento de estudos  
89 da Metodologia Científica transferido do currículo 2006 para o currículo 2020/1. **8º Assunto da Pauta –**  
90 **Homologação da criação das UC eletivas: “Bioativos”, “Operações Unitárias” e “Fundamentos de**  
91 **Imunohematologia e Prática Transfusional”, para esta última, será feita a solicitação de que seja alterado**  
92 **o pré-requisito de Fundamentos de Imunologia e Hematologia, para co-requisito. Houve deliberação**  
93 **favorável, com 1 (uma) abstenção. 9º Assunto da Pauta – PPC de transição para o semestre 2020/2:**  
94 Serão estabelecidos grupos de trabalho de acordo com o que foi realizado anteriormente para elaboração  
95 do PPC de transição para o semestre 2020/2 que será encaminhado à PROGRAD. Envio de formulário  
96 para levantamento de dados para os docentes do DeFar com informações a ser inseridas no PPC de

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

97 transição. Serão encaminhados convites para docentes que possam fazer parte do NDE do curso de  
98 Farmácia, considerando a saída de 3 (três) membros ainda este ano. Foram indicados pelos presentes os  
99 docentes Ana Paula de Figueiredo Conte Vanzela, Kelly Cristina Kato, Valéria Gomes de Almeida e, Thiago  
100 Sardinha de Oliveira. **10º Assunto da Pauta – Homologação do resultado da eleição para Coordenação e**  
101 **Colegiado, biênio 2021-2023:** O resultado das eleições, tratadas no processo SEI nº 23086.009312/2021-  
102 14 foi homologado por unanimidade. **11º Assunto da Pauta – Homologação da designação dos docentes**  
103 **externos do curso de Farmácia para representação no Colegiado:** Devido à falha no sistema e-Voto do  
104 ICT/UFVJM, não houve a inserção da urna de votação online para os candidatos à representantes docentes  
105 externos ao Colegiado do curso de Farmácia. Sendo assim e, considerando que o número de candidatos  
106 não foi superior ao número de vagas, considerou-se eleitos os candidatos Ana Paula Azevedo Hemmi  
107 Membro Docente externo titular (1º mandato) 30/09/2021 a 29/09/2023 e Emerson Cotta Bodevan  
108 Membro Docente externo titular (1º mandato) 30/09/2021 a 29/09/2023, com resultado homologado por  
109 aprovação da unanimidade dos presentes. **12º Assunto da Pauta – Homologação da recondução do prof.**  
110 **Amauri Pierucci:** O prof. Amauri foi reconduzido para novo mandato como membro docente externo  
111 titular do Colegiado do curso de Farmácia, para o período de 03/09/2021 a 02/09/2023 e aprovação de  
112 todos os presentes. **13º Assunto da Pauta – Solicitação de saída do Colegiado da representante discente**  
113 **suplente Júlia Millen:** Foi informado a solicitação feita pela discente por motivos pessoais, havendo  
114 homologação do pedido por unanimidade. **14º Assunto da Pauta – Designar membros suplentes para o**  
115 **Colegiado (2 discentes e 3 docentes internos):** Será feito um levantamento para indicação de nomes que  
116 possam ser os representantes, para designação pelos próximos membros, sendo esses apresentados em  
117 momento futuro. **15º Assunto da Pauta – Solicitação de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para**  
118 **retorno das práticas presenciais do DeFar, processo SEI nº 23086.010603/2021-55:** Foi dado  
119 conhecimento aos presentes do referido processo, informando que algumas demandas relacionadas ao  
120 retorno das atividades práticas presenciais ainda estão sem respostas das instâncias superiores. A CPBio  
121 não retornou com informações sobre os protocolos elaborados pelo DeFar e, a UFVJM ainda não  
122 respondeu ao questionamento da FCBS quanto à compra dos EPI. Nada mais havendo a ser tratado, a  
123 reunião foi encerrada, e eu, Dayana Barbosa da Cruz, assistente em administração, lavrei a presente ata,  
124 que depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Diamantina, vinte e quatro de setembro do  
125 ano de dois mil e vinte e um.

126 Amauri Pierucci  
127 Ana Paula Rodrigues  
128 Cristiane Fernanda Fuzer Graef  
129 Helen Rodrigues Martins  
130 Kelly Cristina Kato  
131 Leida Calegário de Oliveira  
132 Lorena Ulhôa Araújo  
133 Renata Aline Andrade  
134 Thiago Sardinha de Oliveira  
135 Valéria Gomes de Almeida  
136 Anthony Didier Braga Lopes  
137 Vitória Queiroz Horta

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

**ATA DA 10ª (DÉCIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2021, DO COLEGIADO, NÚCLEO DOCENTE**  
**ESTRUTURANTE E COORDENADORES DE ESTÁGIOS DO CURSO DE FARMÁCIA DA UFVJM,**  
**REALIZADA EM 05/11/2021.**

2 Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia cinco de novembro do ano de dois mil e vinte e um,  
3 utilizando a funcionalidade de sala de reuniões do “Google Meet”, devido à pandemia do  
4 Coronavírus (COVID-19), após a anuência de todos os presentes para realização de gravação da  
5 reunião, a Coordenadora Pro-Tempore do curso de Farmácia e presidente do Núcleo Docente  
6 Estruturante (NDE), prof.ª Renata Aline de Andrade, deu início à 10ª (décima) Reunião Ordinária  
7 do Colegiado, NDE e Coordenadores de Estágios do curso de Farmácia da UFVJM. Estavam  
8 presentes, em ordem alfabética os representantes docentes: Ana Paula Rodrigues, Ana Paula de  
9 Figueiredo Conte Vanzela, Antônio Sousa Santos, Cristiane Fernanda Fuzer Graef, Emerson Cotta  
10 Bodevan, Fábio Pio Dornas, Fernando Costa Archanjo, Guilherme Carneiro, Helen Rodrigues  
11 Martins, Lorena Ulhôa Araújo, Renata Aline de Andrade e Taízia Dutra Silva. Os representantes  
12 discentes presentes foram: Cleyton Vinicius Esteves dos Santos e Michely Aparecida Lopes. A  
13 prof.ª Nísia Andrade Villela Dessimoni Pinto foi convidada a participar e esteve presente.  
14 Justificaram ausência: Amauri Pierucci, Eduardo de Jesus Oliveira, Ana Paula Azevedo Hemmi, e  
15 Valéria Gomes de Almeida. A assistente em administração, Dayana Barbosa da Cruz, também  
16 estava presente. Com a concordância de todos os presentes a ordem das pautas foram alteradas  
17 de maneira a contemplar inicialmente, os presentes que poderiam ser dispensados mais  
18 rapidamente para cumprir demais obrigações da UFVJM. **1º Assunto da Pauta – Aprovação para**  
19 **início das aulas práticas presenciais das Unidades Curriculares (UC) Química de Alimentos,**  
20 **Hematologia e, Biologia Molecular e Biotecnologia direcionada para discentes concluintes:** A  
21 prof.ª Renata informou às docentes responsáveis pelas unidades curriculares (UC), Ana Paula de  
22 Figueiredo Conte Vanzela, Ana Paula Rodrigues e Nísia Andrade Villela Dessimoni Pinto, sobre a  
23 autorização e ordem das Instâncias superiores da UFVJM para início das aulas práticas  
24 presenciais, em especial para discentes considerados prioritários por questões de colação de  
25 grau. A prof.ª Nísia informa que o laboratório da nutrição comporta oito discentes para aulas  
26 práticas presenciais, conseguindo ofertar a parte prática presencial da UC de forma condensada  
27 para duas turmas do curso de Farmácia, atendendo dezesseis alunos por semestre. A prof.ª Ana  
28 Paula Vanzela atenderá vinte discentes por semestre divididos em duas turmas. A prof.ª Ana  
29 Paula Rodrigues informou ter possibilidade de atendimento de onze discentes inicialmente.  
30 **ENCAMINHAMENTO:** A Coordenação verificará os discentes que necessitam finalizar essas UC  
31 para finalizarem a carga horária do curso e colarem grau, para comunicar às docentes e aos  
32 discentes que as aulas iniciarão na próxima semana com os devidos ajustes de horários. A prof.ª  
33 Nísia verificará com os discentes as possibilidades de horários disponíveis para oferta da UC de  
34 maneira condensada. Quanto a administrar as aulas aos sábados, foi determinado que os discentes  
35 e docentes deverão assinar um termo de concordância em cada aula que coincidir com sábados  
36 não letivos pelo calendário acadêmico, devido à situação de necessidade de finalização de carga  
37 horária dos discentes. O representante discente Cleyton sugeriu que a lista das prioridades  
38 poderia ser elaborada considerando um número maior de discentes, pois caso haja desistências,  
39 outros poderão ser chamados na lista de espera. A prof.ª Renata informou que será necessário  
40 que os discentes e docentes assinem os termos de concordância do DeFar e da Comissão  
41 Permanente de Biossegurança (CPBio) para realização das aulas práticas presenciais. **2º Assunto**  
42 **da Pauta – Homologação das atas da 1ª, 2ª e 3ª reuniões Ordinárias e 1ª reunião**  
43 **Extraordinária:** Retirado da pauta para homologação na próxima reunião. **3º Assunto da Pauta**  
44 **– Homologação de datas para as próximas reuniões ordinárias do Colegiado DeFar:** Foram  
45 homologadas por unanimidade as seguintes datas para a realização de reuniões ordinárias do  
46 Colegiado DeFar, referentes ao semestre 2021/1: 26 de novembro de 2021, 14 de janeiro, 04 de  
47 fevereiro e 11 de março de 2022. **4º Assunto da Pauta – Estágios: solicitação prof. Eduardo**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

48 **Oliveira sobre discentes que estão realizando estágios fora de Diamantina e terão empasses**  
49 **com o retorno das atividades presenciais:** O prof. Eduardo não estava presente por estar  
50 ministrando aulas. Assim, o assunto foi apresentado pela prof.<sup>a</sup> Renata que expôs que existem  
51 discentes realizando estágios fora da sede (Diamantina) e questionam como poderão realizar o  
52 retorno das atividades presenciais. A prof.<sup>a</sup> Helen diz que será necessário haver um acordo entre  
53 os discentes e docentes responsáveis pelas UC, de modo que aqueles possam participar das  
54 aulas presenciais ao final do período letivo, 2021/1, sejam contemplados. A prof.<sup>a</sup> Renata sugere  
55 que sejam analisados caso a caso em reunião do Colegiado. Cleyton sugere que os discentes  
56 possam suspender as atividades de estágio por um tempo, realizar as aulas práticas presenciais  
57 e, depois, retornem às atividades de estágio. A prof.<sup>a</sup> Ana Paula diz que pode ser feito um termo  
58 aditivo para estes casos. O prof. Guilherme informa que o cancelamento ou interrupção das  
59 atividades de estágios poderia ser um ponto mais crítico nos Estágios IV e V, mas seria uma  
60 decisão dos discentes sobre como remanejar as atividades que necessitarão cursar.

61 **ENCAMINHAMENTO:** Elaborar lista de discentes prioritários para serem encaminhados para  
62 aulas práticas presenciais para que os docentes os contatem e verifiquem a situação individual  
63 anterior a análise do Colegiado. **5º Assunto da Pauta – Estágios: solicitação dos Coordenadores**  
64 **do Estágio V para criação de uma turma separada (FF) para todos os estudantes que precisam**  
65 **defender o Estágio V antecipadamente:** O prof. Guilherme esclareceu que no semestre anterior  
66 alguns discentes em situações especiais foram matriculados em turma diferente, com duração  
67 no período de férias letivas. Assim, atendendo à demanda de alguns discentes do Estágio V que  
68 encerrarão as atividades de estágios até 16/12/2021, foi feita a demanda para que os discentes  
69 nesta situação sejam matriculados em uma turma diferente que possa ser encerrada até a data,  
70 em dezembro, e possam solicitar colação de grau antecipada. Os demais discentes  
71 permanecerão na turma de origem, podendo finalizar as atividades até o término do período  
72 letivo 2021/1, considerando a vigência do seguro dos estágios. A prof.<sup>a</sup> Renata informou que a  
73 solicitação foi encaminhada à Divisão de Registro de Controle (DRCA) com abertura da turma  
74 solicitada e pediu que o prof. Guilherme verificasse no e-Campus se estava tudo adequado.  
75 Todos estiveram de acordo com o encaminhamento dado pela Coordenação. A prof.<sup>a</sup> Helen  
76 informou que a necessidade de turmas de estágios abertas durante o período das férias  
77 acadêmicas é essencial, considerando que os discentes do DeFar não possuem carga horária  
78 livre suficiente durante o período letivo para realizarem as atividades de estágios. Sugeriu que  
79 seja marcada uma reunião com os responsáveis no DRCA para que o assunto seja discutido. O  
80 representante discente, Cleyton, diz que é importante que o discente tenha esta autonomia de  
81 escolha em quando realizar os estágios, considerando ser importante a realização da reunião. O  
82 prof. Guilherme enfatiza que de acordo com o novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de  
83 Farmácia os estágios devem ser realizados nos períodos adequados e de modo gradativo, para  
84 que os discentes tenham a aquisição de conhecimentos de acordo com a proposição do PPC.  
85 Informou que verificou a abertura da turma no e-Campus, estando tudo adequado. Encaminhará  
86 o nome das demais discentes que deverão ser matriculadas, considerando o prazo de hoje,  
87 05/11/2021. O prof. Antônio observou que pedagogicamente é importante que os discentes  
88 sigam a ordem dos estágios, esclarece que anteriormente era permitido que fossem cursados  
89 de maneira não cronológica pois não havia campos de estágios suficientes em Diamantina, mas  
90 atualmente as vagas ofertadas aumentaram e é possível que a maioria dos discentes possam  
91 cursar suas atividades observando a sequência. Os docentes Guilherme e Fábio informam que  
92 somente têm dado fluxo aos discentes considerando a cronicidade dos mesmos. A prof.<sup>a</sup> Helen  
93 diz que devido à pandemia poderia ser permitido uma certa inversão de ordem, para que os  
94 discentes consigam encaixar essas atividades em suas cargas horárias. O currículo do DeFar não  
95 possui pré-requisitos para as UC de Estágios, sendo assim, legalmente, o discente poderia  
96 acumular os estágios para serem realizados ao final do curso ou cursá-los de maneira não

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

97 gradativa. O prof. Fernando Archanjo observa que um dos princípios da administração pública é  
98 a flexibilidade, sendo plausível atender algumas demandas dos discentes considerando os  
99 momentos vividos, havendo bom senso das duas partes, com paciência por partes dos discentes  
100 para que as melhores alternativas sejam tomadas em períodos de excepcionalidade. **6º Assunto**  
101 **da Pauta – Estágios: Mikaely Sousa - adiantamento da apresentação do estágio V:**  
102 Considerando o encaminhamento do 5º assunto da pauta e que a discente já foi matriculada na  
103 turma criada de Estágios V que será encerrada até 16/12/2021. O assunto foi retirado da pauta.  
104 **7º Assunto da Pauta – Estágios: Demanda dos alunos para realização de qualquer estágio**  
105 **durante as férias:** Encaminhamento: será realizada uma reunião com o DRCA e Coordenadores  
106 de Estágios para tratar do assunto. **8º Assunto da Pauta – NDE: Homologar saída da prof.ª Leida**  
107 **Calegário:** Foi homologada a saída da prof.ª Leida que apresentou a demanda via ofício  
108 justificando impossibilidade de manutenção como membro do NDE devido à sobrecarga. Os  
109 professores Archanjo e Lorena se disponibilizou a participar como membros, os docentes Kelly,  
110 Thiago e Valéria Almeida haviam aceitado o convite para serem membros. **DELIBERAÇÃO:** As  
111 inserções de novos membros foi homologada e será solicitada publicação de nova Portaria.  
112 Diante do questionamento do discente Cleyton, os docentes explicaram qual é a função do NDE  
113 **MEMBROS SUPLENTE PARA O COLEGIADO:** 3 docentes e 2 discentes – Fábio Pio Dornas, Sérgio  
114 Ricardo Stuckert Seixas e Ana Paula de Figueiredo Conte Vanzela se voluntariaram por e-mail.  
115 Os representantes discentes titulares verificaram junto aos seus pares os interessados em atuar  
116 como suplentes no Colegiado DeFar e apresentarão os nomes na próxima reunião. **9º Assunto**  
117 **da Pauta – Colegiado e NDE: Equivalências de unidades curriculares, processo SEI**  
118 **23086.010155/2021-90:** A coordenação da Nutrição solicitou equivalência entre as UC BIO127  
119 e FAR123, Parasitologia. A prof.ª Helen informou que este assunto está sendo tratado  
120 novamente no Colegiado, tendo sido indeferido anteriormente. Considerando a nova análise do  
121 prof. Herton, considerando algumas alterações da Ementa da UC e entendimento que os  
122 parâmetros para avaliação da equivalência atendem as normas vigentes, houve DEFERIMENTO  
123 da solicitação de equivalência pelo docente responsável. **DELIBERAÇÃO:** Foi homologado por  
124 unanimidade pela aprovação da equivalência entre as unidades curriculares Parasitologia,  
125 **BIO127 com FAR123. 10º Assunto da Pauta – Colegiado e NDE: Solicitação da prof.ª Leida para**  
126 **adiantamento das aulas de Imunologia:** A docente faz a solicitação justificada com a  
127 necessidade de férias referente à 2021, considerando que não há equivalência dos calendários  
128 da graduação e pós-graduação, propondo um calendário para ministrar as aulas sem prejuízos  
129 aos discentes. A prof.ª Helen sugere que seja feito um termo de anuência e concordância de  
130 todos os discentes matriculados na UC. **ENCAMINHAMENTO:** O Colegiado aprova a proposta  
131 condicionado a anuência e concordância dos discentes. O prof. Emerson questiona sobre envio  
132 de cronograma e a prof.ª Renata esclarece que houve encaminhamento do cronograma  
133 detalhado do cumprimento da ementa da UC. **11º Assunto da Pauta – Colegiado e NDE:**  
134 **Solicitação da prof.ª Valéria Almeida - Aulas práticas remotas das UC Bioquímica e**  
135 **Fundamentos de Bioquímica Clínica:** Foi solicitado pela prof.ª Valéria via ofício que possa  
136 ministrar as aulas práticas das UC Bioquímica e Fundamentos de Bioquímica Clínica de forma  
137 remota e, para aqueles que se sentirem prejudicados pela falta de atividades práticas  
138 presenciais, seria oferecido um curso de férias. Justifica que a divisão das turmas geraria a  
139 criação de quatro turmas por semestre, informa que há necessidade de grande quantidade de  
140 reagentes para realização das aulas, que não estão disponíveis no momento e, ainda, que um  
141 dos equipamentos utilizados para as aulas está quebrado, sem previsão de manutenção. O  
142 discente Cleyton concorda com o posicionamento da docente, considerando todas as  
143 circunstâncias apresentadas. **DELIBERAÇÃO:** Aprovação por unanimidade da realização de aulas  
144 práticas remotas das UC Bioquímica e Bioquímica Clínica, diante das justificativas apresentadas  
145 pela docente. **12º Assunto da Pauta – Colegiado e NDE: Solicitação da discente Larissa Santos**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

146 - **Aulas práticas da UC Farmacognosia:** A solicitação da discente foi lida para os presentes  
147 apresentando a situação. Com a palavra, a prof. Cristiane Grael informou que já conversou com  
148 a discente e baseada na experiência que teve com o discente Gustavo, de forma remota,  
149 considera que pode ser feito da mesma forma para a Larissa. Esclarece que na última reunião  
150 do Colegiado fez solicitação semelhante à da prof.ª Valéria Almeida, para ministrar aulas práticas  
151 remotas, por possuir mais de setenta discentes matriculados e não terá material suficiente para  
152 atendimento de tantas turmas subdividas, havendo deliberação favorável pelo Colegiado. A  
153 prof.ª Helen informa que por haver a aprovação anterior do colegiado a docente precisará  
154 somente fazer o plano de ensino especial com a programação para envio à Divisão de Ensino  
155 (DEN) e aprovação para que a UC seja ministrada. **DELIBERAÇÃO:** Foi deliberado por  
156 unanimidade pela aprovação da demanda da discente, considerando o parecer da docente  
157 responsável pela UC Farmacognosia. **13º Assunto da Pauta – Colegiado e NDE: Solicitação da**  
158 **prof.ª Ana Paula Rodrigues - Cenários de Práticas:** A docente Ana Paula Rodrigues solicitou a  
159 retirada do assunto de pauta por não estarem todos os docentes das UC presentes. Foi  
160 encaminhado que os docentes se reunirão para discutir o assunto previamente e, depois trazê-  
161 lo para o Colegiado. **14º Assunto da Pauta – Colegiado e NDE: Solicitação do discente Cleyton**  
162 **Santos - Fundamentos de Imunohematologia Eritrocitária:** Houve envio de e-mail pelos  
163 discentes Cleyton e Caliston solicitando matrícula da UC Fundamentos de Imunohematologia  
164 Eritrocitária. A Coordenação disse que encaminhou a demanda à DRCA recebendo resposta que  
165 os discente não possuíam pré-requisitos, mas a prof.ª Renata respondeu informando que foi  
166 solicitado quebra desse pré-requisito, anteriormente, deixando-a como corequisito. Portanto o  
167 assunto foi encaminhado e os discentes poderão ser matriculados, aguardando a resposta da  
168 DRCA. **15º Assunto da Pauta – Colegiado e NDE: Docente interessado na vaga da prof.ª Delba**  
169 **Fonseca:** A Coordenação recebeu e-mail de docente lotado na Universidade Federal do  
170 Amazonas (UFAM) informando que viu as informações sobre a vaga disponível da prof. Delba  
171 Fonseca e se disponibilizou a realizar vacância na Instituição atual, para ocupar a vaga por  
172 redistribuição. A prof.ª Helen informou que o impedimento do governo Federal para realização  
173 de concursos para vagas que não sejam de vacância se encerrará em dezembro/2021. Acredita  
174 que seja o momento para retomar o assunto com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP),  
175 considerando que ambas as Faculdades (FCBS e Medicina) enviariam ofício informando a grande  
176 necessidade de realização do concurso para ocupação da vaga. **ENCAMINHAMENTO:** Consulta  
177 do currículo do docente interessado para verificação se há enquadramento com a vaga aberta.  
178 A Chefia verificará junto às instâncias superiores sobre o andamento do assunto. Todos  
179 estiveram de acordo. **16º Assunto da Pauta – Resposta do PPC:** A prof.ª Helen esclareceu a pauta,  
180 informando a necessidade de resposta sobre carga horária de extensão do curso de Farmácia.  
181 Foi sugerido pela DEN que seja colocado que as atividades de extensão não seriam obrigatórias  
182 no curso até 2023, mas os docentes que tivesse interesse em ofertar essas atividades antes de  
183 2023 poderiam fazê-la. Foram feitas as seguintes solicitações pela DEN: 1. Atualização do PPC  
184 com todos os códigos de unidades curriculares, após codificação da DAP; 2. Aprovação de  
185 algumas UC curriculares inseridas, 3. Mudanças de alguns pré-requisitos, 4. Alteração da parte  
186 de extensão com a justificativa da obrigatoriedade a partir de 2023. **ENCAMINHAMENTOS:**  
187 Resposta da DAP solicitando que fossem feitas algumas alterações informadas no ofício. Elencar  
188 os processos em que foram tratados os assuntos adicionando os processos como anexos. **17º**  
189 **Assunto da Pauta – Alteração de pesos no Sistema de Seleção Unificada (SiSU):** O assunto havia  
190 sido tratado na reunião do Conselho de Graduação (CONGRAD), a prof.ª Cristiane, que esteve  
191 presente representando o DeFar apresentou o documento e esclareceu que foi feita a discussão  
192 sobre o termo de Adesão do SiSU. Há uma tabela em que cada curso insere os pesos para cada  
193 área da prova do Exame Nacional do ensino Médio (ENEM) e, será necessário informar se o curso  
194 deseja manter ou alterar os pesos. Atualmente a tabela do curso de Farmácia é: Redação 1,5;

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

195 Ciências da Natureza e suas Tecnologias 3,0; Ciências Humanas e suas Tecnologias 1,5;  
196 Linguagens, Códigos e suas Tecnologias 2,0; Matemática e suas Tecnologias 2,0. Foram  
197 analisadas as tabelas de pesos de outros cursos da área da Saúde da UFVJM. DELIBERAÇÃO: Foi  
198 deliberado por unanimidade pela modificação dos pesos da seguinte maneira: Redação 2,0 e  
199 Linguagens, Códigos e suas Tecnologias 1,5. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi  
200 encerrada e eu, Dayana Barbosa da Cruz, assistente em administração, lavrei a presente ata, que  
201 depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Diamantina, cinco de novembro do  
202 ano de dois mil e vinte e um.

203 Ana Paula Rodrigues  
204 Ana Paula de Figueiredo Conte Vanzela  
205 Antônio Sousa Santos  
206 Cristiane Fernanda Fuzer Graef  
207 Emerson Cotta Bodevan  
208 Fábio Pio Dornas  
209 Fernando Costa Archanjo  
210 Guilherme Carneiro  
211 Helen Rodrigues Martins  
212 Lorena Ulhôa Araújo  
213 Nísia Andrade Villela Dessimoni Pinto  
214 Renata Aline de Andrade  
215 Taízia Dutra Silva  
216 Cleyton Vinicius Esteves dos Santos  
217 Michely Aparecida Lopes

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

**ATA DA 1ª (PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2022, DO COLEGIADO, NÚCLEO DOCENTE**  
**ESTRUTURANTE E COORDENADORES DE ESTÁGIOS DO CURSO DE FARMÁCIA DA UFVJM,**  
**REALIZADA EM 21/01/2022.**

1 Às nove horas e dez minutos do dia vinte e um de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois,  
2 utilizando a funcionalidade de sala de reuniões do “Google Meet”, devido à pandemia do  
3 Coronavírus (COVID-19), após a anuência de todos os presentes para realização de gravação da  
4 reunião, a Coordenadora do curso de Farmácia e presidente do Núcleo Docente Estruturante  
5 (NDE), prof.ª Renata Aline de Andrade, deu início à 1ª (primeira) Reunião Ordinária do Colegiado,  
6 NDE e Coordenadores de Estágios do curso de Farmácia da UFVJM. Estavam presentes, em  
7 ordem alfabética os representantes docentes: Álvaro Dutra de Carvalho Júnior, Ana Paula  
8 Azevedo Hemmi, Antônio Sousa Santos, Renata Aline de Andrade, Cristiane Fernanda Fuzer  
9 Graef, Eduardo de Jesus Oliveira, Fábio Pio Dornas, Fernando Costa Archanjo, Kelly Cristina Kato  
10 Lorena Ulhôa Araújo, Taízia Dutra Silva e Thiago Sardinha de Oliveira. O representante discente  
11 presente foi: Cleyton Vinicius Esteves dos Santos. A assistente em administração, Dayana  
12 Barbosa da Cruz, também estava presente. Justificaram ausência: Amauri Pierucci, Valéria  
13 Gomes Almeida e Valéria Macedo Cardoso. **1º Assunto da Pauta – Consulta sobre Estágio**  
14 **Extracurricular:** A prof.ª Renata informou que tem recebido e-mails de discentes solicitando  
15 autorização e orientações sobre a realização de Estágios Extracurriculares. A servidora Lucimar  
16 Salvador, pedagoga da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), orientou que esses Estágios  
17 devem ser autorizados pelo Colegiado do curso. A Coordenação exemplificou com a solicitação  
18 da discente Diovana, que solicitou a autorização para realização de Estágio Extracurricular no  
19 período da pandemia. O prof. Antônio questionou se a autorização do Colegiado seria destinada  
20 apenas à discente Diovana ou a todos os discentes, em geral, para que possam ser contemplados  
21 com esta autorização, doravante. O prof. Eduardo solicitou esclarecimento sobre a realização dos  
22 Estágios Extracurriculares, pois atualmente os discentes devem fazer o curso de Biossegurança  
23 e as Concedentes devem assinar um Termo de Responsabilidade. Assim, questiona se estes  
24 critérios também seriam exigidos para os Extracurriculares. A prof.ª Kelly questionou se o Seguro  
25 da UFVJM cobriria os discentes que estejam realizando Estágios Extracurriculares, considerando  
26 ser fundamental que discentes em atividades de Estágios estejam segurados contra possíveis  
27 acidentes. O prof. Fábio questionou se a documentação seria assinada por algum dos  
28 Coordenadores de Estágios, ou pela Coordenação, sendo esclarecido pelas professoras Helen e  
29 Lorena que a Coordenação do curso é a responsável pela assinatura da documentação.  
30 **DELIBERAÇÃO:** Houve deliberação favorável do Colegiado, com uma abstenção, à autorização de  
31 realização dos Estágios Extracurriculares pelos discentes, desde que sejam as questões  
32 levantadas acima sejam esclarecidas pela PROGRAD e repassadas aos discentes. **2º Assunto da**  
33 **Pauta – Solicitação de Estágio V feita pela discente Alessandra Neves Sousa e Homologação**  
34 **das solicitações de matrículas para realização de Estágios durante o período de férias**  
35 **acadêmicas e Curso de Biossegurança:** A prof.ª Renata esclareceu sobre os assuntos tratados na  
36 reunião ocorrida em 12 de novembro de 2021, entre os Coordenadores de Estágios e o Fernando,  
37 diretor da Divisão de Registro e Controle Acadêmico (DRCA), sobre matrículas de discentes em  
38 Estágios durante os períodos de férias acadêmicas da UFVJM. Após orientações, a Coordenação  
39 fez a inserção das solicitações recebidas em processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI)  
40 e as encaminhou para a PROGRAD para efetivação. Assim, gostaria de homologar a decisão de  
41 realização das matrículas que têm sido realizadas em um fluxo contínuo, considerando que as  
42 atividades presenciais na UFVJM estão retornando de maneira gradativa. Fez a sugestão de que  
43 as turmas fiquem abertas até o final da terceira semana do semestre subsequente e, considera  
44 que os discentes que desejem realizar os Estágios nas férias tenham suas matrículas efetivas nas  
45 turmas abertas para que possam iniciar as atividades de acordo com as documentações  
46 pertinentes. O representante discente Cleyton, disse que a autonomia dos discentes em realizar

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

47 os Estágios em períodos de férias, ou solicitar a matrícula a qualquer tempo é importante, pois  
48 há empresas que abrem processos seletivos não coincidentes com o calendário acadêmico,  
49 possibilitando que os discentes possam participar desses processos e caso sejam selecionados,  
50 não haja impedimentos relacionados à matrícula. A prof.ª Kelly levantou questionamento sobre  
51 especificidades do Estágio V, considerando que alguns discentes podem necessitar do  
52 encerramento da turma para colação de grau. A prof. Lorena explicou que há possibilidade de  
53 abertura de turma específica para esses discentes, em casos especiais, solicitando ao DRCA o  
54 fechamento para que os discentes possam concluir a carga horária e colar grau. **DELIBERAÇÃO:**  
55 Homologação por unanimidade para que a Coordenação solicite a matrícula para os discentes  
56 que queiram fazer Estágios durante o período de férias acadêmicas. As turmas serão fechadas  
57 na terceira semana do semestre subsequente. **ENCAMINHAMENTO:** Será enviado e-mail com  
58 formulário para preenchimento dos discentes interessados em realizar atividades de Estágios no  
59 próximo período de férias acadêmicas, para que a Coordenação solicite a matrícula, até o dia  
60 12/02/2021. Foi dado informe sobre o curso de Biossegurança ministrado pelos professores  
61 Fábio, Lorena e Thiago, informando que está sendo realizado duas vezes por semestre, para  
62 contemplar todos os discentes do curso de Farmácia, sem limite de vagas por turma. **3º Assunto**  
63 **da Pauta – Solicitação de retorno dos pré-requisitos das Unidades Curriculares Farmacotécnica**  
64 **II; Farmacognosia I e II; e Gestão e Controle de Qualidade:** A Coordenação recebeu solicitações  
65 dos docentes responsáveis por Unidades Curriculares (UC) pelo retorno dos pré-requisitos das  
66 UC seguintes: Farmacotécnica II; Farmacognosia I e II; e Gestão e Controle de Qualidade. A prof.ª  
67 Renata disse que trouxe o assunto para ser tratado na reunião para que possam definir se a  
68 decisão poderia ser do docente ou se deveria passar por reunião do Colegiado. O discente  
69 Cleyton disse que a manutenção de corequisitos neste momento é importante para que os  
70 discentes possam manter os planejamentos de cursar disciplinas concomitantes para finalizarem  
71 o curso no prazo planejado. A prof.ª Renata disse entender que os docentes conhecem as  
72 especificidades das UC e demandas, podendo ser os responsáveis pela decisão quando julgarem  
73 pertinente. A prof.ª Cristiane solicitou que os corequisitos para Farmacognosia I podem ser  
74 mantidos, pois muitos discentes ainda não conseguiram cursar Bioquímica, por não terem vagas  
75 suficientes sendo ofertadas. No entanto, discorda que os pré-requisitos sejam retirados de  
76 maneira definida, pois é necessário que os discentes tenham conhecimentos básicos de algumas  
77 disciplinas para que possam entender os assuntos de outras. O prof. Antônio concorda com o  
78 posicionamento da prof.ª Cristiane, exemplificando que nas UC que é responsável, verifica falta  
79 de conhecimento de tópicos básicos pelos discentes com a quebra dos pré-requisitos, impedindo  
80 a construção do conhecimento de maneira adequada. A prof.ª Helen relembra que houve  
81 discussões intensas sobre a decisão de quebra de pré-requisitos, considerando-os necessários  
82 na construção de conhecimento e desenvolvimento de habilidades dos discentes. No entanto,  
83 considerando a necessidade de fluxo dos discentes durante o período pandêmico, foi decidido pela  
84 quebra pré-requisitos, com o estabelecimento de corequisitos, mediante a premissa em todos  
85 as demandas, de que tal decisão seria apenas durante o período de pandemia. Assim,  
86 considerando que a situação esteja sendo resolvida, não teria mais razões para a manutenção  
87 da decisão, considerando que as ponderações foram feitas sobre o prejuízo para formação dos  
88 discentes caso os pré-requisitos não sejam seguidos. O prof. Eduardo sugere que seja discutido  
89 no NDE as dificuldades observadas pelos docentes sobre deficiências na construção do  
90 conhecimento geradas pela criação de corequisitos durante o período pandêmico, para que  
91 estes dados estejam documentados. Quanto ao retorno da UC Tecnologia Farmacêutica (FAR036)  
92 como pré-requisito da UC Gestão e Controle de Qualidade (FAR101), a demanda feita pelas  
93 docentes já foi atendida pela Coordenação, considerando que as aulas práticas para as turmas  
94 represadas devido à pandemia já haviam sido realizadas. O discente Cleyton informou que  
95 haverá um grande número de discentes aprovados em Farmacotécnica neste semestre, que

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

96 cursarão Tecnologia Farmacêutica no próximo semestre e, gostariam de cursar em  
97 concomitância a UC Gestão e Controle de Qualidade, caso contrário, necessitarão de mais um  
98 semestre para concluir o curso. A prof.<sup>a</sup> Taízia informou que todos os discentes que estavam em  
99 turma represadas devido à pandemia foram atendidos. Assim, julgaram não haver mais  
100 necessidade de manutenção do corequisito, havendo o pedido de restituição do pré-requisito.  
101 DELIBERAÇÃO: Os pedidos de retorno de pré-requisitos serão atendidos pela Coordenação do  
102 curso, considerando a autonomia do professor pela decisão sobre a situação de suas turmas.  
103 Verificando a presença do prof. Álvaro dentre os membros da reunião, a prof.<sup>a</sup> Renata aproveitou  
104 o momento para dar-lhe as boas vindas como Vice-Coodenador do curso e o agradeceu pelo  
105 aceite em fazer parte da chapa e auxiliá-la nessa gestão. O prof. Álvaro agradeceu e sugeriu que  
106 as reuniões possam ser abertas a todos os membros do DeFar, para que haja uma construção  
107 participativa nas decisões e publicização das atas das reuniões no site do DeFar para acesso a  
108 todos os interessados. Todos concordam em ampliar a participação de docentes e discentes do  
109 DeFar nas reuniões do Colegiado e NDE, por unanimidade. **4º Assunto da Pauta – Solicitação de**  
110 **certificados da Liga de Farmacologia (Prof. Thiago Sardinha):** A prof.<sup>a</sup> Renata informou que há  
111 necessidade de emissão de certificados para os discentes que participaram da Liga de  
112 Farmacologia, no entanto, a COLIG, órgão responsável pelas Ligas Acadêmicas da FCBS informou  
113 que não está se responsabilizando pelas assinaturas de certificados atualmente, pois ainda estão  
114 em fase de estruturação. O prof. Thiago ressalta que é um trabalho árduo que tem sido  
115 desempenhado com os discentes do curso e a COLIG ainda não está com atividade plena  
116 autorizada na UFVJM. Assim, considerando que há discentes que precisam dos certificados para  
117 comprovar a realização de Atividades Complementares e validar o cumprimento das horas  
118 obrigatórias, o docente solicitou que a Coordenação do curso possa assiná-los. DELIBERAÇÃO:  
119 Houve deliberação favorável, por unanimidade, para que a Coordenação do curso de Farmácia  
120 possa assinar os certificados de participação dos discentes na Liga de Farmacologia, coordenada  
121 pelo prof. Thiago Sardinha. O regimento da Liga será enviado à Coordenação, junto a lista dos  
122 discentes para elaboração dos certificados. **5º Assunto da Pauta – Situação da discente Deisiane**  
123 **Silva:** A discente envia solicitação para que possa ser discutida a sua situação junto ao Colegiado,  
124 considerando que está matriculada na UC Hematologia Clínica (FAR029), tendo cursado a parte  
125 teórica remotamente, mas não conseguirá retornar à cidade Diamantina para realizar a parte  
126 prática presencial, por ter retornado para sua cidade natal, no Pará. A docente responsável pela  
127 UC informou à Coordenação por telefone que não está de acordo com a abertura de exceção  
128 somente para uma discente, mas que se esta fosse uma decisão do Colegiado do curso, estaria  
129 aberta a pensar em possibilidades para que a discente possa finalizar o curso. Foi feita análise  
130 do currículo da discente pelo e-Campus e verificado que ela possui apenas 50,63% (cinquenta  
131 vírgula sessenta e três por cento) da carga horária total do curso de Farmácia concluída, não  
132 sendo esta UC um empecilho para conclusão do curso pela discente. A prof.<sup>a</sup> Kelly ponderou que  
133 pode haver abertura de precedentes, que poderão ser solicitados por demais discentes. O prof.  
134 Archanjo disse que abrir uma exceção para a discente não resolveria o problema principal, que  
135 seria a falta de condições financeiras para retornar à Diamantina, sendo necessário que ela seja  
136 orientada a procurar a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE) para que  
137 possam auxiliá-la nas questões de permanência na UFVJM. Considerando que a discente tinha  
138 ciência das especificidades do curso quando se matriculou, como a distância e o fato do curso  
139 ser presencial, enfatizando que a autorização poderia abrir precedentes. DELIBERAÇÃO:  
140 Considerando que a discente possui pouco mais de cinquenta por cento da carga horária total  
141 do curso concluída, entende-se que a UC Hematologia Clínica não é a única que a discente  
142 necessita cursar para concluir o curso de Farmácia. Assim, foi deliberado, por unanimidade que  
143 a discente deverá realizar a atividade prática presencial, assim como os demais discentes do  
144 curso, sem a abertura de precedentes. A discente será orientada pela Coordenação a buscar o

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO**  
**JEQUITINHONHA E MUCURIDEPARTAMENTO DE**  
**FARMÁCIA E BIOQUÍMICA**  
**DIAMANTINA – MINAS GERAIS**

145 auxílio da PROACE para que possa ter suporte no retorno à Diamantina para finalização do curso.

146 **6º Assunto da Pauta – Consulta sobre a possibilidade de aproveitamento do concurso de**

147 **Ronilson Ferreira Freitas para preenchimento da vaga do DeFar, que pertencia à prof.ª Delba**

148 **Fonseca:** Foi realizada consulta à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) pela Secretaria

149 DeFar sobre as regras da UFVJM sobre o aproveitamento de concursos e redistribuição de

150 servidores, de acordo com a demanda de Ronilson Ferreira Freitas, aprovado em concurso para

151 docente do magistério superior na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), interessando na

152 vaga aberta do DeFar, que pertencia à prof.ª Delba Fonseca. Após consulta à PROGEP, foi

153 informado que não há uma legislação que esclarece de forma contundente os questionamentos

154 levantados. O prof. Eduardo informou que ingressou na UFVJM através de redistribuição e disse

155 que se a Câmara Departamental já excluiu a possibilidade de o docente ocupar a vaga por

156 redistribuição, o Colegiado deveria buscar outras alternativas. No entanto, acredita que devem

157 ser consideradas as vantagens da redistribuição, que além dos custos menores, teriam um

158 docente que quer se estabelecer na UFVJM e na cidade. Por outro lado, um concurso daria a

159 possibilidade de escolher um candidato que se adequa mais às descrições exigidas pelo DeFar.

160 Questiona se houve deliberação definitiva pela Assembleia Departamental. O prof. Thiago

161 questionou que inicialmente o docente solicitou aproveitamento, querendo esclarecer se o

162 docente já tomou posse e está em exercício na UFAM, para que seja solicitada a redistribuição.

163 O docente explica que o aproveitamento não seria permitido, pois está fora da unidade

164 federativa. No entanto, caso seja por redistribuição, há possibilidade. Assim, poderia ser pensado

165 em questões de economia de concurso e interesse apresentado, para que evitem entraves legais.

166 Concorda que deveria ser levantada uma discussão na Assembleia Departamental. A prof.ª

167 Lorena disse que há necessidade de análise para verificar a adequação ao perfil do interessado

168 à vaga e discutirem de maneira mais aprofundada para que possam estar resguardados quanto

169 às decisões. O prof. Álvaro esclarece que o DeFar e a UFVJM têm autonomia para decidir sobre

170 o aproveitamento de concurso, redistribuição ou realização do concurso pela UFVJM, sem que

171 haja questionamento legal sobre isto. Disse que o que tem acontecido nos últimos anos é a

172 opinião dos docentes da área, antes da autorização da Chefia, entendendo ser importante que

173 os apontamentos dos docentes da área sejam considerados. O prof. Archanjo concordou com o

174 prof. Álvaro sobre a autonomia. No entanto, considerando a solicitação do docente, disse que

175 seria necessário o envio de uma resposta formal e fundamentada, constando a análise com

176 parecer da área. Assim haverá documentação às justificativas e para resguardar as decisões

177 visando a autonomia Universitária. A prof.ª Renata disse que o currículo do interessado já foi

178 avaliado pelas docentes da área que não identificaram o perfil que atenda às demandas do DeFar

179 quanto às questões da Atenção Farmacêutica. O prof. Álvaro sugeriu que a resposta ao

180 interessado não enfatizasse que o perfil não se adequa às demandas do DeFar, pois o interessado

181 pode ser um dos inscritos no concurso, mas sim, explanar que a realização do concurso

182 possibilita que o DeFar tenha mais possibilidades de escolha para a vaga e, convidá-lo a se

183 inscrever no processo. Enfatiza que a resposta deverá passar pela deliberação e emissão de

184 parecer dos docentes da área, considerando o princípio de impessoalidade e a opção pela

185 realização do concurso em detrimento de aproveitamento da vaga. O prof. Thiago verificou o

186 portal da Transparência e informou que o interessado, Ronilson, ainda não é servidor efetivo da

187 UFAM. Portanto, não há o que ser discutido, pois o aproveitamento de vaga não é permitido

188 entre unidades federativas e, a redistribuição somente poderia ser feita caso o interessado fosse

189 servidor efetivo. Portanto, sugere que a discussão não deve existir. Enviou o seguinte texto pelo

190 *chat*, sobre o embasamento legal de sua fala: *“Segundo o Acórdão TCU 1618/2018: O*

191 *aproveitamento de candidatos aprovados em concursos públicos: – requer previsão expressa no*

192 *edital do concurso de onde serão aproveitados os candidatos e a observância da ordem de*

193 *classificação, a finalidade ou a destinação prevista no edital; – deve ser devidamente motivado,*

194 *restringir-se a órgãos/entidades do mesmo Poder e ser voltado ao provimento de cargo idêntico*  
195 *àquele para o qual foi realizado o concurso, ou seja, de mesma denominação e que possuam os*  
196 *me – somente poderá alcançar cargos que tenham seu exercício previsto para as mesmas*  
197 *localidades em que tenham exercício os servidores do órgão/entidade promotor do certame.”*

198 DELIBERAÇÃO: Foi deliberado, por unanimidade, pelo envio de resposta ao interessado  
199 informando que o assunto será encaminhado para discussão na reunião da Assembleia  
200 Departamental para posterior resposta. Após ser feita a confirmação das informações legais,  
201 caso haja impedimento para solicitação, será dado encaminhamento à realização do concurso.

202 **7º Assunto da Pauta – Informe sobre autorização para realização de Concurso à vaga de**  
203 **professor efetivo do magistério superior do DeFar, que pertencia à prof.ª Delba Fonseca:**

204 Foi informado que os trâmites para realização do concurso estão sendo tratados no processo SEI nº  
205 23086.000746/2020-78. As docentes Helen, Lorena e Renata já se reuniram para discutir sobre  
206 o Edital e instruções específicas do concurso e a Chefia está dando os devidos encaminhamentos

207 **ao processo. 8º Assunto da Pauta – Informe sobre o Processo SEI 23086.015892/2021-89 com**  
208 **o questionamento da legalidade de participação simultânea de membros do Conselho de**

209 **Curadores (CONCUR) no Colegiado e/ou NDE:** O questionamento foi direcionado à Secretaria  
210 do CONCUR pela Secretara DeFar, considerando o pedido de esclarecimentos do prof. Fernando  
211 Archanjo. A documentação presente no processo foi enviada aos presentes para ciência.

212 Considerando que o regimento do CONCUR não esclareceu de maneira clara a participação dos  
213 membros no Colegiado e NDE, a Secretaria CONCUR envio o questionamento à Procuradoria. O  
214 entendimento do prof. Archanjo é que não haveria impedimentos, pois são funções didáticos-  
215 pedagógicas e, não administrativas. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada e  
216 eu, Dayana Barbosa da Cruz, assistente em administração, lavrei a presente ata, que depois de  
217 lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Diamantina, vinte e um de janeiro do ano de dois  
218 mil e vinte e dois.

219 Álvaro Dutra de Carvalho Júnior

220 Ana Paula Azevedo Hemmi

221 Antônio Sousa Santos

222 Renata Aline de Andrade

223 Cristiane Fernanda Fuzer Graef

224 Eduardo de Jesus Oliveira

225 Fábio Pio Dornas

226 Fernando Costa Archanjo

227 Kelly Cristina Kato

228 Lorena Ulhôa Araújo

229 Taízia Dutra Silva

230 Thiago Sardinha de Oliveira

231 Cleyton Vinicius Esteves dos Santos

### ANEXO III

#### Plano de Qualificação e Formação Continuada Docente Curso de Farmácia

O Plano de Qualificação e Formação Continuada Docente do Curso de Farmácia da UFVJM será executado por meio de reuniões específicas, com calendário previamente definido pelo Colegiado do Curso de Farmácia. A Tabela 15 apresenta os temas a serem trabalhados e o cronograma de execução.

Tabela 18. Plano de Desenvolvimento de Capacitação Docente do Curso de Farmácia da UFVJM.

Prioridade	Tema	Público	Tipo de ação	Cronograma de execução
1	Conhecendo o novo Projeto Pedagógico do Curso de Farmácia	Docentes, Discentes e TAs vinculados ao curso	Seminário	Semestre que antecede a implementação do novo PPC
1	Currículo baseado em competências/habilidades e formas de avaliação – o que muda?	Docentes	Seminário	Semestre que antecede a implementação do novo PPC
1	Estratégias de avaliação processual, formativa e somativa, para a melhoria da qualidade do curso de graduação em Farmácia	Docentes	Seminário	Semestre que antecede a implementação do novo PPC
1	Educação empreendedora como pilar para o alcance do perfil do egresso almejado no novo PPC de Farmácia	Docentes	Mini-curso	Semestre que antecede a implementação do novo PPC
1	Utilização da técnica de <i>feedback</i> no processo de avaliação da aprendizagem	Docentes	Seminário	Semestre que antecede a implementação do novo PPC
1	Instrumento de Avaliação do Ensino – importância de participação e impacto para a melhoria da qualidade do curso de graduação em Farmácia	Docentes e Discentes vinculados ao curso	Seminário	1º semestre da implementação do novo PPC
1	Metodologias ativas como estratégia no processo de ensino-aprendizagem	Docentes	Seminário	1º semestre da implementação do novo PPC
1	Metodologia Trezentos	Docentes	Seminário	1º semestre da implementação do novo PPC



1	Utilização da autoavaliação no processo de avaliação da aprendizagem	Docentes	Seminário	1º semestre da implementação do novo PPC
1	Uso de TDICs como estratégia no processo de ensino-aprendizagem	Docentes	Seminário	1º semestre da implementação do novo PPC
2	Gamificação como estratégia no processo de ensino-aprendizagem	Docentes	Seminário	1º semestre da implementação do novo PPC
2	Mapas conceituais e mentais como estratégia de melhoria do processo de ensino-aprendizagem	Docentes	Mini-curso	1º semestre da implementação do novo PPC
1	Demandas de formação identificadas por meio do processo de monitoramento das unidades curriculares e conteúdos ministrados, com foco no enfrentamento aos problemas identificados	Docentes	Diversos	2º semestre da implementação do novo PPC
1	Resultados do processo de monitoramento das unidades curriculares*	Docentes	Workshop	2º semestre da implementação do novo PPC
1	Indicadores do curso de graduação em Farmácia	Docentes	Workshop	2º semestre da implementação do novo PPC
1	Treinamento de habilidades clínicas, módulos de capacitação, planos de desenvolvimento pessoal, ciclo de aperfeiçoamento acadêmico	Docentes	Seminário	2º semestre da implementação do novo PPC
1	Metodologias ativas como estratégia no processo de ensino-aprendizagem	Docentes	Seminário	2º semestre da implementação do novo PPC
1	Articulação ensino-pesquisa-extensão	Docentes	Seminário	2º semestre da implementação do novo PPC
2	Moodle como ferramenta para mediação tecnológica	Docentes	Mini-curso	2º semestre da implementação do novo PPC
1	Demandas de formação identificadas por meio do processo de monitoramento das unidades curriculares e conteúdos ministrados, com foco no enfrentamento aos problemas identificados	Docentes	Diversos	3º semestre da implementação do novo PPC
1	Resultados do processo de monitoramento das unidades curriculares*	Docentes	Workshop	3º semestre da implementação do novo PPC
1	Indicadores do curso de graduação em Farmácia	Docentes	Workshop	3º semestre da implementação do novo PPC
1	Metodologias ativas como estratégia no processo de ensino-aprendizagem	Docentes	Seminário	3º semestre da implementação do novo PPC

1	Acessibilidade e Inclusão no curso de graduação em Farmácia	Docentes e TAs	Seminário	3º semestre da implementação do novo PPC
3	Outras ações de formação propostas pelos docentes, Colegiado de Curso e NDE, se houver	Docentes	Diversos	3º semestre da implementação do novo PPC
1	Demandas de formação identificadas por meio do processo de monitoramento das unidades curriculares e conteúdos ministrados, com foco no enfrentamento aos problemas identificados	Docentes	Diversos	4º semestre da implementação do novo PPC
1	Resultados do processo de monitoramento das unidades curriculares*	Docentes	Workshop	4º semestre da implementação do novo PPC
1	Indicadores do curso de graduação em Farmácia	Docentes	Workshop	4º semestre da implementação do novo PPC
2	Metodologias ativas como estratégia no processo de ensino-aprendizagem	Docentes	Seminário	4º semestre da implementação do novo PPC
3	Outras ações de formação propostas pelos docentes, Colegiado de Curso e NDE, se houver	Docentes	Diversos	4º semestre da implementação do novo PPC
1	Demandas de formação identificadas por meio do processo de monitoramento das unidades curriculares e conteúdos ministrados, com foco no enfrentamento aos problemas identificados	Docentes	Diversos	5º semestre da implementação do novo PPC
1	Resultados do processo de monitoramento das unidades curriculares*	Docentes	Workshop	5º semestre da implementação do novo PPC
1	Indicadores do curso de graduação em Farmácia	Docentes	Workshop	5º semestre da implementação do novo PPC
2	Metodologias ativas como estratégia no processo de ensino-aprendizagem	Docentes	Seminário	5º semestre da implementação do novo PPC
3	Outras ações de formação propostas pelos docentes, Colegiado de Curso e NDE, se houver	Docentes	Diversos	5º semestre da implementação do novo PPC
1	Demandas de formação identificadas por meio do processo de monitoramento das unidades curriculares e conteúdos ministrados, com foco no enfrentamento aos problemas identificados	Docentes	Diversos	6º semestre da implementação do novo PPC
1	Resultados do processo de monitoramento das unidades curriculares*	Docentes	Workshop	6º semestre da implementação do novo PPC
1	Indicadores do curso de graduação em Farmácia	Docentes	Workshop	6º semestre da implementação do novo PPC

				novo PPC
2	Metodologias ativas como estratégia no processo de ensino-aprendizagem	Docentes	Seminário	6º semestre da implementação do novo PPC
3	Outras ações de formação propostas pelos docentes, Colegiado de Curso e NDE, se houver	Docentes	Diversos	6º semestre da implementação do novo PPC
1	Demandas de formação identificadas por meio do processo de monitoramento das unidades curriculares e conteúdos ministrados, com foco no enfrentamento aos problemas identificados	Docentes	Diversos	7º semestre da implementação do novo PPC
1	Resultados do processo de monitoramento das unidades curriculares*	Docentes	Workshop	7º semestre da implementação do novo PPC
1	Indicadores do curso de graduação em Farmácia	Docentes	Workshop	7º semestre da implementação do novo PPC
2	Discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Farmácia com foco na elaboração do novo PPC	Docentes	Seminário	7º semestre da implementação do novo PPC
3	Outras ações de formação propostas pelos docentes, Colegiado de Curso e NDE, se houver	Docentes	Diversos	7º semestre da implementação do novo PPC
1	Demandas de formação identificadas por meio do processo de monitoramento das unidades curriculares e conteúdos ministrados, com foco no enfrentamento aos problemas identificados	Docentes	Diversos	8º semestre da implementação do novo PPC
1	Resultados do processo de monitoramento das unidades curriculares*	Docentes	Workshop	8º semestre da implementação do novo PPC
1	Indicadores do curso de graduação em Farmácia	Docentes	Workshop	8º semestre da implementação do novo PPC
2	Discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Farmácia com foco na elaboração do novo PPC	Docentes	Seminário	8º semestre da implementação do novo PPC
3	Outras ações de formação propostas pelos docentes, Colegiado de Curso e NDE, se houver	Docentes	Diversos	8º semestre da implementação do novo PPC

\* Nesses seminários serão apresentados os resultados obtidos no processo de avaliação das unidades curriculares de forma ampla, com foco na discussão e estabelecimento de metas para melhoria da qualidade dos cursos de graduação em Farmácia. Entretanto, não serão apresentadas e nem discutidas questões específicas de docentes. Estas questões serão tratadas pelo Colegiado do Curso, em reuniões específicas, semestralmente, com os respectivos docentes.

ANEXO IV

Ofícios Departamento de Farmácia – Projeto Farmácia Universitária.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI  
DIAMANTINA – MINAS GERAIS  
DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA  
www.ufvjm.edu.br



Ofício nº 071/2018/Defar/FCBS

Diamantina, 06 de novembro de 2018

A Sua Senhoria, o Senhor  
Cláudio Heitor Balthazar  
Diretor da FCBS

Assunto: Encaminhamento de Projeto da Farmácia Universitária

Prezado Diretor,

Venho por meio deste, encaminhar o projeto operacional da Farmácia Universitária, elaborada neste Departamento e solicitamos a vossa anuência para que os devidos encaminhamentos sejam tomados.

Atenciosamente,

*Antônio Sousa Santos*  
Antônio Sousa Santos  
Chefe do Departamento de Farmácia  
SIAPE 2345526

*Prétorio chefe do  
Dep. de Farmácia do  
DA RESOLUÇÃO DE ATO  
A APRESENTAR DE ATO  
PELA CURETA DO PROJETO DO CONSU  
MES DE PARTRAMANTOS, RESOLUÇÃO  
REGISTRO DE ATO, RESOLUÇÃO  
RESOLUÇÃO DE ATO, RESOLUÇÃO  
19/11/18*

*Cláudio Heitor Balthazar, PhD*  
19/11/18  
19/11/18  
Cláudio Heitor Balthazar, PhD  
Diretor da FCBS/UFVJM

*Sr. Diretor,  
Anexo anexado na pauta  
de ant. 94 no Res. Consu 12/2016.  
Atenciosamente,  
Antônio Sousa Santos  
(2345526)*  
Recb em  
19/11/18  
*[Signature]*



Ofício s/n Farmácia Universitária/Defar/2018

Diamantina, 30 de Outubro de 2018.

A sua senhoria, o senhor  
 Prof. Antônio Sousa Santos  
 Chefe do Departamento de Farmácia - DEFAR

Prezado Professor,

O Projeto "Farmácia Universitária" é caracterizado como projeto ligado à extensão e cultura uma vez que será desenvolvido em interação com setores da sociedade visando o intercâmbio e o aprimoramento dos conhecimentos utilizados, incluindo a prestação de serviços de extensão.

Para tanto, como preconizado no §1º do Art. 7º da Res. 12/2016 – CONSU,

*"O Coordenador do Projeto deverá submeter proposta à apreciação da Chefia do Departamento ou da Unidade Acadêmica, onde se encontra lotado, anexando a anuência da chefia imediata de todos os servidores da UFVJM envolvidos na proposta."*

e no § 6º do Art. 7º da Res. 12/2016 – CONSU,

*"A Chefia do Departamento ou da Unidade Acadêmica poderá aprovar o projeto a ser desenvolvido ad referendum do respectivo Colegiado, desde que submeta o seu ato à ratificação do Colegiado, na primeira reunião ordinária subsequente. A decisão do Colegiado deverá ser juntada ao Processo Administrativo antes da análise da PGE."*

Além desta solicitação de anuência por V. Sa., como Chefe do Departamento de Farmácia, solicito, ainda, que o respectivo projeto seja também encaminhado para a mesma deliberação pela Direção da Unidade Acadêmica, FCBS em atendimento à legislação respectiva para que possamos solicitar a devida instrução junto à Pró-Reitoria na forma de Processo Administrativo.

Atenciosamente,

Prof. Álvaro Dutra de Carvalho Júnior (SIAPE 1448758)

Prof. Eduardo de Jesus Oliveira (SIAPE 1113418)

*Consta em anexo ad referendum  
 Ass. 06.11.2018  
 SIAPE: 2345326*

## ANEXO V

### Parecer da Pró-Reitoria de Graduação sobre a Farmácia Universitária



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI  
DIAMANTINA – MINAS GERAIS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
prograd@ufvjm.edu.br



Memorando nº 237/2019 – PROGRAD

Diamantina, 14 de maio de 2019.

A Vossa Magnificência,  
**Prof. Gilciano Saraiva Nogueira**  
Reitor da UFVJM

**Assunto:** emite parecer acerca do estabelecimento da Farmácia Escola Juscelino Kubitschek na UFVJM, ref. Processo nº 23086.005321/2018-31

Magnífico Reitor,

Em atendimento à solicitação do Vice-Reitor da UFVJM, prof. Cláudio Eduardo Rodrigues, bem como da Procuradoria Geral Federal na Nota nº 10/2019, de 21 de março de 2019, referente ao Processo nº 23086.005321/2018-31, vimos por meio deste prestar as seguintes informações:

I. Apesar do despacho emitido na pág. 70 do referido processo, trazer a necessidade de que a Pró-Reitoria de Graduação – Prograd se manifeste quanto aos apontamentos feitos pela PGF até o item 11, cabe à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - Proex apresentar resposta ao questionamento constante nos itens 8 e 9:

8. [...] impossibilidade de apreciação por este órgão consultivo: Ausência de pedido. Aplicação dos artigos 8º, 10º e 11º da Portaria PGF 526/2013: Conversão em diligência para delimitação suficiente dos elementos que balizarão o trabalho do órgão consultivo.

9. Apesar da legitimidade e do interesse do órgão consultivo, afasta-se por ora a possibilidade da Consulta Jurídica emitir parecer jurídico sobre o questionamento apresentado no Memorando 07/2019 – Proex porque o órgão consultivo não fixou adequadamente os parâmetros fáticos e jurídicos que deverão pautar a análise jurídica da PF/UFVJM.

Assim, a Prograd não está emitindo resposta a tal questionamento, pois cabe ao órgão consultivo, nesse caso a Proex, fixar adequadamente os parâmetros fáticos e jurídicos que deverão pautar a análise jurídica da PF/UFVJM.

2. Passamos, assim, a apresentar resposta ao questionamento constante no item 11 da referida Nota:

11. Ocorre que há um aspecto técnico inegável na proposta de consulta formulada à UFVJM, ou seja, se o projeto atende ou não as novas diretrizes curriculares nacionais do curso de Farmácia. Este fato por si só já é suficiente para impedir a manifestação deste Órgão de Assessoramento Jurídico.

A Divisão de Apoio Pedagógico – DAP da Pró-Reitoria de Graduação tem, de acordo com o Art. 12 da Resolução Consu nº 19/2010, de 05 de novembro de 2010, as seguintes competências:

Art. 12 A DAP compete:

I. assessorar a DEN na elaboração e proposição de normas que regulamentem o ensino

Campus JK e Reitoria  
Campus I  
Campus de Muzila  
Campus Jesuítas  
Campus Uru

Rodovia MG116 - km 385, nº 3000 - Alto da Jacuba - CEP: 39106-000 - Diamantina - MG - Brasil  
Rua da Glória - nº 183 - Centro - CEP: 39100-000 - Diamantina - MG - Brasil  
Rua do Comércio - nº 1 - Jardim São Paulo - CEP: 39101-000 - Taquara - MG - Brasil  
Praça CAR - Av. Manoel Bandeira, 400 - Bairro - Verêdo - CEP: 39045-000 - Itaúna - MG - Brasil  
Avenida Visconde João Nepomuceno, 1785 - Bairro - Cachoeira - CEP: 38015-000 - Uru - MG - Brasil

PARA: (31) 3532-1200  
PARA: (31) 3532-6600  
PARA: (31) 3532-2700  
PARA: (31) 3420-1000  
PARA: (31) 3477-0950

*Recebido em 15/05/2019*



de graduação na UFVJM;

[...]

III. proceder à análise dos Projetos Pedagógicos de Cursos, propor alterações necessárias e emitir relatório a ser encaminhado ao CONGRAD;

[...]

Ou seja, é o órgão da Pró-Reitoria de Graduação que promove continuamente estudos relativos às normativas a que estão sujeitos os cursos de graduação, promovendo, em conjunto com as coordenações, colegiados de cursos e núcleos docentes estruturantes, as adequações necessárias nos projetos pedagógicos para que estes estejam adequados à legislação e permitam a formação de um profissional atualizado para o exercício no mundo do trabalho.

Assim sendo, esta Prograd solicitou à DAP que realizasse um estudo quanto às Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Farmácia e a implantação da Farmácia Universitária na UFVJM.

Segue abaixo texto relativo ao Parecer nº 01/2019, de 14 de maio de 2019, emitido pela DAP/Prograd:

**HISTÓRICO:** Trata-se de processo encaminhado pela Coordenação do Curso de Farmácia, protocolado sob Nº 23.086 005321/2018-31, na Pró-Reitoria de Extensão - PROEX, que posteriormente, 22/02/2019, o encaminhou à Procuradoria Geral Federal - PGF. Esta exarou, em 21 de março de 2019, Nota técnica Nº 10/2019 onde registra, no item 10, que o consultante solicitou, *in verbis*: "Solicitamos a avaliação deste Projeto de criação da Farmácia Universitária da UFVJM de forma a atender às exigências legais das novas diretrizes curriculares nacionais do curso de Farmácia e, ao mesmo tempo preparar o curso de da farmácia da UFVJM para as novas exigências de avaliação dos cursos de graduação do INEP, buscando assim melhorar o conceito do curso de Farmácia e de forma mais ampla atender a missão institucional da UFVJM que é de "Produzir e disseminar o conhecimento e a inovação integrando o ensino, a pesquisa e a extensão como propulsores do desenvolvimento regional e nacional". E ainda, no item 11, registra que "...há um aspecto técnico inegável na proposta de consulta formulada à UFVJM, ou seja, se o projeto atende ou não às novas diretrizes curriculares nacionais do curso de Farmácia...", e recomenda que "...verifique se a dúvida jurídica não alcança matéria de atribuição de outros órgãos desta IFE...".

**FUNDAMENTAÇÃO:**

- Resolução CNE/CES Nº 6/2017;
- Resolução CNS Nº 569/2018, e seu anexo, Parecer Técnico Nº 300/2017;
- Resolução CNS Nº 569/2018;
- Nota Técnica CFF Nº 01/2016;
- Cartilha TCU Orientações para os Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais;
- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação/Presencial e a Distância, do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES;
- Projeto Pedagógico Institucional - PPI/PDI

**MÉRITO:** O farmacêutico é o profissional que estuda a composição de cosméticos, medicamentos e alimentos industrializados. Em sua formação ele se prepara para orientar o processo de fabricação de produtos farmacêuticos em uma ampla gama de atuação no mercado de trabalho, sendo sua presença de suma importância para indústrias de cosméticos, alimentos, laboratórios e farmácias.

Campus JK e Ribeirão  
Campus I  
Campus do Mucuri  
Campus Juazeiro  
Campus Uruaçu

Rodovia MG7 167 - Km 305, nº 9000 - Alto da Jacuba - CEP: 35000-000 - Diamantina - MG - Brasil  
Rua da Glória - nº 10 - Centro - CEP: 39100-000 - Diamantina - MG - Brasil  
Rua do Cruzeiro - nº 1 - Jardim São Paulo - CEP: 35.801-000 - Teófilo Otoni - MG - Brasil  
Praça CAR - Av. Manoel Bandeira, 460 Bairro Veredas - CEP: 35440-000 - Juazeiro - MG - Brasil  
Avenida Vinícius João Pinheiro, 1100 - Bairro Calceopira - CEP: 38611-000 - Uruaçu - MG - Brasil

PABX: (31) 3532-3230  
PABX: (31) 3532-6000  
PABX: (31) 3532-3300  
PABX: (31) 3532-3300  
PABX: (31) 3537-9690



10/8

Por isso, é essencial que o egresso e futuro profissional tenha condição de desenvolver o conjunto de competências, determinados em legislações próprias do curso, que lhe permitirão o preparo para o exercício profissional em laboratórios de práticas e, dentre eles, a farmácia universitária.

A Resolução CNE/CES Nº 6, de 19 de outubro de 2017 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia e dá outras providências, estabelece:

*Art. 3º O Curso de Graduação em Farmácia tem, como perfil do formando egresso/profissional, o Farmacêutico, profissional da área de Saúde, com formação centrada nos fármacos, nos medicamentos e na assistência farmacêutica, e, de forma integrada, com formação em análises clínicas e toxicológicas, em cosméticos e em alimentos, em prol do cuidado à saúde do indivíduo, da família e da comunidade.*

E, dando prosseguimento determina (grifos nossos):

*Art. 8º A formação em Farmácia inclui, como etapa integrante e obrigatória da graduação, estágios curriculares, que devem estar regulamentados e institucionalizados, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos de carga horária, previsão ou existência de convênios, formas de apresentação, orientação, supervisão e coordenação.*

*§ 2º Os estágios curriculares devem ser desenvolvidos de forma articulada, em complexidade crescente, distribuídos ao longo do curso, e iniciados, no máximo, no terceiro semestre do Curso de Graduação em Farmácia.*

*§ 3º Os estágios curriculares devem corresponder, no mínimo, a 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Farmácia, e serem desenvolvidos conforme os percentuais estabelecidos abaixo, em cenários de prática relacionados a:*

*I - fármacos, cosméticos, medicamentos e assistência farmacêutica: 60% (sessenta por cento);*

*II - análises clínicas, genéticas e toxicológicas e alimento: 30% (trinta por cento);*

*III - especificidades institucionais e regionais: 10% (dez por cento).*

*§ 5º A Farmácia Universitária é cenário obrigatório de prática, podendo ser na IES ou em outro estabelecimento, relacionado à assistência farmacêutica, por meio de convênio, visando à execução de atividades de estágio obrigatório, para todos os estudantes do curso.*

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação-Presencial e a Distância, do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES estabelece três dimensões a serem avaliadas no âmbito dos cursos:

- Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica;
- Dimensão 2 – Corpo Docente e Tutorial;
- Dimensão 3 – Infraestrutura.

Nestas dimensões encontram-se previstos os indicadores, abaixo registrados aqueles que se reportam ao assunto aqui tratado, que demonstram a necessidade de estabelecimento, tanto na universidade quanto no âmbito do curso, de políticas voltadas para o estabelecimento de cenários de prática a fim de que os estudantes possam auferir de melhores condições de aprendizagem:

- Na Dimensão 1 - *Organização Didático-Pedagógica,*

Campus D e Ribeirão  
Campus E  
Campus de Mucuri  
Campus Jacuhy  
Campus Itaú

Rodovia MG-565 - km 182, s/nº - Joo de Jacinta - CEP: 31105-000 - Diamantina - MG - Brasil  
Rua da Glória - nº 187 - Centro - CEP: 35700-000 - Diamantina - MG - Brasil  
Rua do Cruzeiro - nº 1 - Jardim São Paulo - CEP: 35.811-000 - Turfã - Minas - MG - Brasil  
Praça CAIC, Av. Manoel Bastos, 465 Bairro Viradas - CEP: 32440-000 - Jaraguá - MG - Brasil  
Avenida Vinícius João Neves, 1280 - Bairro Calceiras - CEP: 38611-000 - Uru - MG - Brasil

PABX: (31) 2522-1200  
PABX: (31) 2522-6600  
PABX: (31) 2526-2700  
PABX: (31) 2820-3300  
PABX: (31) 2877-9900





#### Indicador 1.1 Políticas institucionais no âmbito do curso

As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), constantes no PDI, estão implantadas no âmbito do curso e claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, adotando-se práticas comprovadamente exitosas ou inovadoras para a sua revisão.

#### Indicador 1.2 Objetivos do curso

Os objetivos do curso, constantes no PPC, estão implementados, considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso.

#### Indicador 1.3 Perfil profissional do egresso

O perfil profissional do egresso consta no PPC, está de acordo com as DCN (quando houver), expressa as competências a serem desenvolvidas pelo discente e as articula com necessidades locais e regionais, sendo ampliado em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.

\*\*\*  
**Indicador 1.7 Estágio curricular supervisionado** - Obrigatório para cursos cujas DCN preveem o estágio supervisionado. NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN).

O estágio curricular supervisionado está institucionalizado e contempla carga horária adequada, orientação cuja relação orientador/aluno seja compatível com as atividades; coordenação e supervisão, existência de convênios, estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho, considerando as competências previstas no perfil do egresso, e interlocução institucionalizada da IES com o(s) ambiente(s) de estágio, gerando insumos para atualização das práticas do estágio.

**Indicador 1.23 Atividades práticas de ensino para áreas da saúde.** Obrigatório para cursos da área da saúde que contemplam, nas DCN e/ou no PPC, a integração com o sistema local e regional de saúde/SUS.

As atividades práticas de ensino apresentam conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, com regulamentação para a orientação, supervisão e responsabilidade docente, permitindo a inserção nos cenários do SUS e em outros ambientes (laboratórios ou espaços de ensino), resultando no desenvolvimento de competências específicas da profissão, e estando, ainda, relacionadas ao contexto de saúde da região.

- Dimensão 3 – Infraestrutura.

**Indicador 3.10 Laboratórios de ensino para a área de saúde.** Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC e nas DCN. NSA para os demais cursos.

**Indicador 3.11 Laboratórios de habilidades** Obrigatório para os cursos da área de saúde, desde que contemplado no PPC. NSA para os demais cursos.

Há laboratórios de habilidades da atividade médica ou de saúde, em conformidade com o PPC, que permitem a capacitação dos discentes nas diversas competências desenvolvidas nas diferentes fases do curso, com recursos tecnológicos comprovadamente inovadores.

Já a Resolução CNS Nº 569, de 08 de dezembro de 2017, considerando a Resolução CNS nº 350, de 9 de junho de 2005, que aprova critérios de regulação para a autorização e reconhecimento de cursos de graduação da área da saúde; tendo em perspectiva reafirmar a prerrogativa constitucional do SUS em ordenar a formação dos trabalhadores da área da saúde, tendo em vista:



14/8

*ii) as necessidades sociais em saúde;*

*B) projetos político-pedagógicos coerentes com as necessidades sociais;*

E ainda:

*V – compromisso das IES com o desenvolvimento de atividades que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão com a prestação de serviços de saúde, com base nas necessidades sociais e na capacidade de promover o desenvolvimento regional a partir do enfrentamento dos problemas de saúde da região;*

*VI - Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) e componentes curriculares coerentes com as necessidades sociais em saúde, observando-se:*

*a) a inovação das propostas pedagógicas, incluindo explicitação dos cenários de práticas e dos compromissos com a interprofissionalidade, o gerenciamento dos riscos, a prevenção de erros e a produção de conhecimentos socialmente relevantes;...*

O Parecer Técnico Nº 300/2017, anexo à Resolução CNS Nº 569/2018, estabelece em seu item VI- VI - Projetos Pedagógicos de Cursos e Componentes Curriculares coerentes com as necessidades sociais em saúde, conforme inciso IV:

*IV - inovação das propostas pedagógicas, incluindo explicitação dos cenários de práticas e dos compromissos com a integralidade, a interprofissionalidade, o gerenciamento dos riscos, a prevenção de erros e a produção de conhecimentos socialmente relevantes; (grifos nossos)*

É que a Resolução CNS Nº 569/2018, registra os seguintes artigos legais ao elencar um conjunto de requisitos necessários à formação:

*Considerando que, nos termos do art. 200, inciso III, da Constituição Federal de 1988, é competência do Sistema Único de Saúde (SUS), além de outras atribuições, "ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde", diferentemente de "participar" ou "colaborar" como em outras competências do mesmo artigo;*

*Considerando que o art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, regulamentando a Constituição, estabelece que "estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS), inciso III - a ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde";*

*Considerando o art. 16, da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que versa sobre as atribuições da direção nacional do SUS a quem compete, conforme o inciso IX, "promover a articulação com os órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional, bem como com entidades representativas de formação de recursos humanos na área de saúde";*

O Tribunal de Contas da União - TCU nos apresenta na cartilha Orientações para os Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais os liames a que estão circunscritos, os Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais e que possuem a finalidade de zelar pela integridade e pela disciplina das diversas profissões, disciplinando e fiscalizando, não só sob o aspecto normativo, mas também punitivo, o exercício das profissões regulamentadas, zelando pela ética no exercício destas.

Respalçados neste documento consideramos também a Nota Técnica Nº 01/2016 que tem como assunto: a Farmácia Universitária como Indicador Obrigatório à Avaliação dos

Centro JK e Ruyten  
Campus I  
Campus de Minas  
Campus Juiz de Fora  
Campus Uruaçu

Rodovia MG07 567 - Km 380, s/nº 2005 - Alto da Jacara - CEP: 35100-000 - Diamantina - MG - Brasil  
Rua da Glória - nº 187 - Centro - CEP: 39125-000 - Diamantina - MG - Brasil  
Rua do Comércio - nº 1 - Jardim São Paulo - CEP: 39 831-000 - Taquara Grande - MG - Brasil  
Praça F.A.C. Av. Miguel Bapista, 460 Bairro: Várzea - CEP: 39442-000 - Juiz de Fora - MG - Brasil  
Avenida Antônio João Nardes, 1365 - Bairro: Caladoura - CEP: 38610-000 - Uruaçu - MG - Brasil

PABX: (71) 3530-3200  
PABX: (71) 3532-9000  
PABX: (31) 3526-2788  
PABX: (38) 3828-2100  
PABX: (31) 3675-5600

16



Cursos de Farmácia, sendo este um documento norteador para coordenadores, gestores universitários e para os corpo docente que a conceitua como:

*1.2 Constitui um cenário de prática de ensino-aprendizagem, pesquisa e extensão, previsto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), com caráter formador, inovador e comprometido com a ética, a qualidade da educação farmacêutica e com a formação de profissionais engajados com a transformação social.*

*1.3 Na FU devem ser desenvolvidas a dispensação e outras atividades relacionadas a medicamentos industrializados e magistrais em conformidade com as legislações sanitária e profissional vigentes.*

*1.4 No contexto da educação interdisciplinar, corresponde a um ambiente que favorece a formação do farmacêutico para atuar em equipes interprofissionais, participando de ações integradas aos diversos níveis de atenção à saúde.*

*1.5 A FU deve fomentar a realização de trabalhos de ensino, pesquisa e extensão, e a divulgação de seus resultados. Suas atividades devem estar alinhadas com a formação na graduação e na pós-graduação - se houver - e direcionadas à integração entre a teoria e a prática profissional.*

#### CONCLUSÃO:

As legislações que tratam da oferta de cursos da área de saúde refletem os anseios da sociedade pelo oferecimento de cursos de graduação mais sintonizados com as necessidades sociais e mais adequados à realidade de mercado que aguarda o futuro profissional. Há também a clara preocupação com o desenvolvimento de currículos e atividades didático-pedagógicas mais efetivas tendo como finalidade precípua a formação de egressos mais aptos a atenderem às demandas de seu tempo.

A UFVJM está localizada em uma região de grande vulnerabilidade econômica e em seu Projeto Pedagógico Institucional - PPI/PDI registra que um de seus fundamentos norteadores é: "O estímulo ao desenvolvimento de competências para o exercício profissional consciente e integrado à busca de solução dos problemas sociais e organizacionais, qualquer que seja o nível de complexidade."

Em assim sendo, temos a dizer que tantos os documentos legais internos e externos apontam para a acertividade de se criar a Farmácia Universitária no Curso de Farmácia da UFVJM.

**Desta forma, esta Pró-Reitoria de Graduação manifesta-se favoravelmente à criação da Farmácia Universitária de modo a contribuir para a melhoria da qualidade do curso de graduação em Farmácia ofertado por esta UFVJM.**

Respeitosamente,

**Prof. Leida Calegário de Oliveira**  
Pró-Reitora de Graduação  
Prograd/UFVJM

Campus Ilhéus/Batista  
Campus I  
Campus de Maracá  
Campus Juazeiro  
Campus Uruçuca

Belo Horizonte - Av. Siqueira, nº 3000 - Alto da Lapa - CEP: 31030-000 - Diamantina - MG - Brasil  
Rua da União - nº 187 - Centro - CEP: 36000-000 - Diamantina - MG - Brasil  
Rua do Country - nº 1 - Jardim São Paulo - CEP: 31441-000 - Teófilo Otonari - MG - Brasil  
Praça CAC Av. Manoel Soares, 40 - Vila União - CEP: 34440-000 - Juazeiro - MG - Brasil  
Avenida Venâncio José Soares, 1500 - Bairro Capelinha - CEP: 36610-000 - Uruçuca - MG - Brasil

PABX: (35) 3572-1200  
PABX: (35) 3552-6000  
PABX: (35) 3559-9700  
PABX: (35) 3525-5100  
PABX: (35) 3675-9900

## ANEXO VI

### Parecer da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura sobre a Farmácia Universitária



Ministério da Educação  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

OFÍCIO Nº 33/2019/PROEXC

Diamantina, 11 de julho de 2019.

Ao Magnífico Reitor

**Gilciano Saraiva Nogueira**

Reitor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM

**Assunto:** Análise e manifestação do Conselho de Extensão e Cultura sobre o processo 23086.005321/2018-31 – Projeto de Extensão Farmácia Universitária

Magnífico Reitor,

Venho por meio deste, conforme solicitado através do memorando 317/2019/GAB de 27 de março de 2019, informar a Vossa Senhoria que o assunto "**Projeto de Extensão Farmácia Universitária**", foi encaminhado ao Diretor de Extensão da Proexc para manifestação, conforme ofício nº 06/2019/Proexc de 02 de abril de 2019, que foi respondido conforme ofício nº 03/2019/DEX/PROEXC de 07 de maio de 2019 (conforme anexos), e posteriormente foi submetido para avaliação e análise do Conselho de Extensão e Cultura – COEXC/UFVJM na data de 26 de junho de 2019. O COEXC, considerando a análise preliminar feita pela Diretoria de Extensão e pelas considerações feitas pelo Pró-reitor de Extensão e Cultura, onde foi considerado que o projeto apresenta uma proposta de Plano de Trabalho e Cronograma de Execução detalhado e em conformidade à legislação vigente; apresenta claramente os responsáveis pela fiscalização do mesmo; apresenta detalhadamente a origem e destinação dos recursos, bem como plano de aplicação destes, além de detalhar o custeio, despesas pagamentos e desembolsos financeiros e, mesmo que no projeto não tenha havido descrição da Fundação que será a parceira no desenvolvimento do mesmo, situação na qual o plano de trabalho deveria ser elaborado de forma conjunta, foi descrito que a Fundação será contratada mediante edital de chamamento público, o

Campus JK - Diamantina/MG - Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000, Alto da Jacuba - CEP 39100-000  
(38) 3532-1200 e (38) 3532-6880



Ministério da Educação  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

que ficou entendido como situação em conformidade com a legislação vigente. Assim, após discussão e análises, o Conselho de Extensão e Cultura aprovou e homologou por unanimidade dos conselheiros presentes o referido projeto.

Desta forma, o Conselho de Extensão e Cultura manifesta favoravelmente ao registro e andamento do referido projeto como Projeto de Extensão da UFVJM.

Atenciosamente,

*Joerley Moreira*  
JOERLEY MOREIRA

Presidente do Conselho de Extensão e Cultura –COEXC/PROEXC  
Pró-Reitor de Extensão e Cultura – PROEXC/UFVJM

Prof. Dr. Joerley Moreira  
Pró-Reitor de Extensão e Cultura  
PROEXC/UFVJM - SIAPE: 2467823

*A PGF ~~pouca~~ disse para analisar  
e emissão de parecer após  
pronunciamento do PROEXC e  
PROGRAD conforme requerido  
na Nota 640/2019 de lavra  
de PGF Dta, 15/07/2019*

*Edúardo Rodrigues*  
Prof. Dr. Edúardo Rodrigues  
Vice-Reitor / UFVJM  
Exercício da Retoria

## ANEXO VII

### Parecer da Procuradoria Geral Federal sobre a Farmácia Universitária



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO UFVJM/DIAMANTINA – MG

NOTA – PF/UFVJM/PFMG/PGF/AGU – 2019  
REFERÊNCIA: 23086.005321/2018-31  
INTERESSADO: PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA  
ASSUNTO: PROJETO DE EXTENSÃO FARMÁCIA UNIVERSITÁRIA.

NOTA Nº. 052 / 2019.

**Ementa:** I – Relatório. Solicitação de Parecer referente ao Projeto de Extensão "Farmácia Universitária". Retorno dos autos após o proferimento da Nota n.º 010/2019 – PF/UFVJM/PFMG/PGF/AGU; II – Aspectos Processuais. Justificativa para prorrogação do prazo de manifestação. Delimitação do Objeto do Parecer; Impossibilidade de apreciação por este Órgão Consultivo. Ausência de dúvida jurídica. Aplicação dos artigos 8º, 10º e 11º da Portaria PGF n.º 526/2013; IV – Conclusão. Conversão em diligência para delimitação suficiente dos elementos que balizarão o trabalho do Órgão Consultivo.

Magnífico Senhor Reitor,

#### I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação de análise e Parecer jurídico de regularidade com as normas institucionais referente ao Projeto de Extensão "Farmácia Universitária", proposto pelo docente Álvaro Dutra de Carvalho Júnior, enviado originalmente a este Consultivo pelo Pró-Reitor de Extensão e Cultura, Prof. Dr. Joerley Moreira, através do Memorando n.º 07/2019-PROEXC (fl. 66).

2. Este Órgão de Execução da Procuradoria Geral Federal emitiu anteriormente a Nota n.º 010/2019 – PF/UFVJM/PFMG/PGF/AGU (fls. 68/70) onde se entendeu com fundamento nos artigos 8º, 10º e 11º da Portaria PGF n.º 526/2013 pela conversão da consulta em diligência para que o órgão assessorado providenciasse a descrição de uma situação concreta bem detalhada e delimitada, exponha sua opinião prévia sobre o assunto e ao final apresente quesito que se relacionem com estas situações e sua opinião preliminar.

3. No despacho de aprovação da manifestação jurídica o Exmo. Procurador Federal Gerson Leite Ribeiro Filho acrescentou a recomendação para oitiva da PROGRAD para que o

1

80V  
Waldemar



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO UFVJM/DIAMANTINA – MG

órgão manifestasse tecnicamente sobre o atendimento das novas diretrizes curriculares nacionais do Curso de Farmácia (fl. 70).

4. Adoto como relatório o que foi proferido na Nota n.º 010/2019 – PF/UFVJM/PFMG/PGF/AGU (fls. 68/70), acrescentando que os autos posteriormente foram instrumentalizados com os seguintes documentos: Memorando 317/2019/GAB (fl. 71); ofício n.º 06/2019/PROEXC (fl. 72); ofício n.º 03/2019/DEX/PROEXC (fls. 73/74); Memorando 237/2019 – PROGRAD (fls. 75/77); ofício n.º 33/2019/PROEXC (fl. 78).

5. Em síntese é o relatório.

**II – DELIMITAÇÃO DO OBJETO E OUTROS ASPECTOS**

✓ Justificativa para prorrogação do prazo de manifestação

6. Os autos chegaram à Procuradoria Federal em 19/07/2019 sem estar acompanhado de pedido de urgência ou prioridade na tramitação. Na oportunidade já tramitava nesta unidade diversas demandas com pedido de urgência, além de demandas que ingressaram anteriormente e que haviam sido remanejadas em virtude da priorização no atendimento dos sucessivos pedidos de urgência e prioridade na tramitação<sup>1</sup>.

7. Diante da necessidade de reorganizar a pauta de atividades da Consultoria Jurídica para atender pedidos de urgência e dos processos que ingressaram anteriormente no serviço consultivo, com fundamento no artigo 42 da Lei n.º. 9874/99 o Procurador Chefe da PF/UFVJM autorizou a prorrogação do prazo de manifestação nestes autos por mais 15 dias<sup>2</sup>.

8. Cumpre destacar que a habitualidade na apresentação de pedidos de urgência está tumultuando os trabalhos da PF/UFVJM, que já sente dificuldades para atender a demanda por seus serviços que se expande constantemente. Para solucionar o problema a Consultoria Jurídica sugere à Reitoria que ao exercer sua atribuição de coordenar a utilização dos serviços de assessoramento jurídico adote as seguintes providências: (a) oriente os usuários a instruírem suas demandas de acordo com o disposto na Portaria PGF 526/2013, ou seja, a

<sup>1</sup> Vide ilustrativamente os seguintes processos: 23086.001639/2019-23; 23086.002404/2019-59; 23086.000595/2015-91; 23086.002516/2019-18; 23086.002414/2019-94 e 23086.001722/2019-01; 23086.002715/2019-18; 23086.002044/2017-23; 23086.002661/2019-91; 23086.002684/2019-03; 23086.002683/2019-51; 23086.002390/2019-73 e 23086.002126/2019-30; 23086.002588/2015-23; 23086.002636/2019-15; 23086.002637/2019-51; 23086.002419/2019-17 e 23086.002333/2019-94.

<sup>2</sup> “Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo”.

2



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO UFVJM/DIAMANTINA – MG

81  
Wanderson

delimitação de uma situação concreta, indicação de dúvida na interpretação da legislação federal e opinião prévia do órgão consultente sobre a interpretação que considera adequada para solução da controvérsia; (b) inadmita consultas que não atendam essas exigências ou que envolva aspectos exclusivamente técnicos, administrativos e financeiros; (c) aprimore o planejamento da utilização do serviço mediante a racionalização na sua utilização, evitando represar demandas nos períodos de afastamento do Vice-Reitor e enviá-las em bloco logo a seguir; (d) oriente os usuários a incluírem no planejamento de suas ações o prazo mínimo de 15 dias para análise e manifestação da Procuradoria Federal no respectivo processo, ressalvada a possibilidade de prorrogação pelo tempo necessário para análise de questões jurídicas de maior complexidade; (e) sempre que a dúvida jurídica tiver menor complexidade, recomende aos usuários o agendamento de reunião de assessoramento, o que reduzirá o número de processos enviados à Consultoria Jurídica para manifestação formal.

✓ Delimitação do objeto do parecer

9. Cabe ao Órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico-formal, sem adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade do ato administrativo, nem analisar questões de natureza eminentemente técnico-administrativa, ou econômico-financeira, à luz do que dispõe o art. 10 da Lei nº 10.480, de 02 de julho de 2002 c/c art. 11, da LC nº 73, de 10/02/1993<sup>3</sup>.

10. Por esta razão presume-se que estão corretas as especificações técnicas contidas no presente processo e que foram elaboradas pelo setor competente do órgão, que certamente deve ter considerado parâmetros objetivos para consecução do interesse público.

11. A consulta envolve o pedido de análise do Projeto de Extensão "Farmácia Universitária" em face das normas institucionais, conforme evidenciado no Memorando 07/2019 – PROEX (fl. 66). Frise-se que na hipótese de admissão da consulta a manifestação jurídica será respondida com fundamento nos artigos 8º e seguintes da Portaria nº. 526/2013, do Procurador-Geral Federal. Inobstante, caso o administrador julgue necessário, poderá formular consulta visando o esclarecimento de dúvida jurídica específica que não tenha sido suficientemente esclarecida nesta manifestação, observando-se as orientações da referida portaria e do Ato Regimental nº 6, de 19.6.2002, do Advogado-Geral da União.

<sup>3</sup> Neste sentido, a conclusão nº. 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas elaborado pela Advocacia Geral da União orienta que: "O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade".



81V  
Waldemar



ADVOGACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO UFVJM/DIAMANTINA – MG

12. Ademais, determinadas observações poderão ser feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Inobstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. Em caso de inobservância destes apontamentos o órgão consulente assume o risco jurídico relacionado a futuros questionamentos da legalidade do ato.

13. Anote-se que o Parecer Jurídico não vincula o gestor, que deve examinar a correção dos pareceres, até mesmo para corrigir eventuais disfunções na Administração e, portanto, não afasta, por si só, a sua responsabilidade por atos considerados irregulares pelo Tribunal de Contas da União (Acórdãos nº 206/2007 – Plenário e nº 19/2002 – Plenário – Tribunal de Contas da União).

✓ Aspectos processuais

14. O processo encontra-se em observância aos preceitos da ON/AGU nº 02, bem como ao artigo 22, § 4º, da Lei nº 9.784/99, tendo em vista que todas as suas 79 páginas encontram-se devidamente numeradas e rubricadas.

15. A legitimidade e o interesse do órgão em obter manifestação da Consultoria Jurídica sobre o tema objeto da consulta foram suficientemente demonstrados, já que a consulta originou-se do Pró-Reitor de Extensão e Cultura da UFVJM<sup>4</sup>. Por sua vez, o objeto da análise tem pertinência com as atribuições da Procuradoria Federal junto à UFVJM, órgão vinculado à Advocacia-Geral da União que presta consultoria e assessoramento jurídico a esta IFES.

III – INADMISSIBILIDADE DA CONSULTA

✓ Descrição insuficiente dos elementos de fato e de direito indispensáveis à elaboração de manifestação jurídica segura pela Procuradoria Federal junto à UFVJM. Inobservância dos artigos 6º, 8º a 11 da Portaria PGF nº 526/2013.

16. Apesar do despacho do i. Vice-Reitor da UFVJM em 18/7/2019 encaminhando os autos ao crivo da consultoria jurídica constata-se que naquela oportunidade não foi realizado o juízo preliminar de admissibilidade da consulta pela referida autoridade administrativa, razão pela qual cumpre à Consultoria Jurídica fazê-lo sob a ótica da Portaria PGF 526/2013.

<sup>4</sup> Nos termos de normativo interno conjunto elaborado pelo Reitor da UFVJM e o Chefe da Procuradoria Federal junto à UFVJM, as consultas jurídicas tramitarão pelo Gabinete da Reitoria e deverão ser admitidas previamente pelo Reitor ou Vice-Reitor da UFVJM, excetuando-se a necessidade do despacho de admissão nos casos em que a submissão do feito à Consultoria Jurídica for previamente chancelada pelos pró-reitores desta IFES.

4



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO UFVJM/DIAMANTINA – MG

82

Wanderson

17. Revisitando os autos constata-se que o órgão assessorado não instruiu o processo com minuta de contrato, convênio, acordo de cooperação ou instrumento similar que irá viabilizar a formalização da relação jurídica com a fundação de apoio a ser contratada mediante processo de chamamento público – vide informação inserida no plano de trabalho – fl. 08. Também não há nos autos a minuta do edital de chamamento público relacionado ao projeto de extensão objeto deste processo, o que impede a análise do processo sob o prisma do artigo 6º, incisos I e IV, da Portaria PGF 526/2013, combinado com o artigo 38, Parágrafo Único, da Lei nº. 8.666/93:

Art. 6º - Serão objeto de análise jurídica prévia e conclusiva:

I - **minutas de editais de licitação, de chamamento público e instrumentos congêneres;**

IV - **minutas de convênios, instrumentos congêneres e de seus termos aditivos;**

18. Por outro lado, a consulta formulada no ofício de fls. 66 não definiu suficientemente os parâmetros que devem pautar a análise da minuta de convênio. Compulsando os autos é possível perceber que o Órgão Consulente omitiu várias informações essenciais que merecem ser enumeradas nesta oportunidade: (1) a definição clara, suficiente e precisa do objeto do contrato, convênio ou instrumento congênere que deverá ser assinado para formalizar a relação jurídica mencionada no plano de trabalho; (2) a descrição das atividades concretas que serão realizadas no âmbito desta IFES durante a execução do aludido projeto e que serão desenvolvidos no cumprimento de sua missão institucional; (3) a descrição das obrigações assumidas pelas partes na futura relação jurídica (contrato, convênio ou instrumento congênere); (4) a opinião técnica conclusiva do órgão consulente sobre o atendimento dos objetivos institucionais no caso de assinatura da minuta propostas; (4) a indicação pelo órgão consulente de dúvida jurídica na interpretação da legislação federal amparado na contextualização expostas nos itens 1 a 3.

19. De fato, analisando a documentação trazida pelo órgão consulente percebe-se claramente que a consulta descreve genericamente uma situação hipotética e abstrata de assinatura de instrumento jurídico com uma fundação de apoio, mas sequer descreve quais serão as atividades concretamente desenvolvidas pelos alunos e professores, a estrutura e equipamentos da UFVJM que serão utilizados, etc..

20. Na consulta original o Pró-Reitor de Extensão e Consulta também não indicou a realização da fase de planejamento, onde deveriam ter sido realizados estudos preliminares sobre a possibilidade de execução do projeto mediante utilização de outros modelos de parceria previstos na Lei de Organizações Sociais de Interesse Público, Lei de Inovação Tecnológica, convênio prevendo a transferência de recursos com outros órgãos públicos regidos pelo artigo 116 da Lei 8.666/93 e pelo Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

5

82 V  
Wanderson



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO UFVJM/DIAMANTINA – MG

21. Registra-se, no ponto, que depois da nota jurídica anterior, o órgão técnico não supriu os vícios existentes na instrução processual: o processo continua sem contar com as respectivas minutas de edital de chamamento público e do instrumento de contrato/convênio ou congêneres que deveria observar as exigências do artigo 55 e do artigo 116, § 1º, da Lei nº 8.666/93 (no que couber)<sup>5</sup>.

22. O órgão técnico sequer cogitou a possibilidade de contratação direta, mediante dispensa de licitação, para atendimento do artigo 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, hipótese em que deveria solicitar a abertura do respectivo processo de dispensa mediante atendimento dos requisitos indicados no artigo 26 da Lei 8.666/93<sup>6</sup>.

23. Aliás, esta circunstância indica que antes e depois da nota elaborada pela Procuradoria Federal o órgão técnico não atentou que na fase de planejamento do atendimento da demanda também deveria avaliar alternativas de execução do projeto por outros modelos e

<sup>5</sup> Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: I - o objeto e seus elementos característicos; II - o regime de execução ou a forma de fornecimento; III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso; V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas; VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; VIII - os casos de rescisão; IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei; X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso; XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos; XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

<sup>6</sup> Art. 24. É dispensável a licitação: (...)

XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos: I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017); II - razão da escolha do fornecedor ou executante; III - justificativa do preço. IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO UFVJM/DIAMANTINA – MG

mecanismos legais já citados no parágrafo 20 desta manifestação jurídica. Nesse sentido, os requisitos previstos os artigos 8º, 10 e 11 da Portaria PGF nº 526, de 2013, do Procurador Geral Federal para admissibilidade da consulta continuam desatendidos, mormente aqueles destacados abaixo:

Art. 8º O encaminhamento de consulta jurídica também ocorrerá quando houver **dúvida jurídica** a ser dirimida formalmente pelos órgãos de execução da PGF, que se relacione com as competências institucionais da autarquia ou da fundação pública federal respectiva.

Art. 10. Os autos administrativos deverão ser instruídos com **prévia manifestação do órgão consulente e demais órgãos competentes** para se pronunciar sobre o **objeto da consulta**, além de outros documentos necessários à elucidação da questão jurídica suscitada.

Art. 11. Caberá ao órgão de execução da PGF competente recomendar ao órgão máximo da autarquia ou fundação pública federal que a consulta jurídica de que trata o artigo 8º desta Portaria seja encaminhada, preferencialmente, com **formulação de quesitos** que se relacionem com **situações concretas**, seguindo o modelo de formulário constante no Anexo desta Portaria.

24. Ora, a Consultoria Jurídica não pode presumir quais são os parâmetros fáticos e técnicos adotados pelo órgão consulente na sua consulta, até porque o Órgão Consultivo pode acidentalmente extrapolar o aspecto jurídico e contrariar o Enunciado nº. 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia Geral da União: "O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade".

25. A satisfação dos requisitos previstos na Portaria nº 526/2013 facilitará o trabalho da Consultoria Jurídica e viabilizará que as respostas sejam apresentadas pontualmente sobre cada questionamento, garantindo, assim, a margem de segurança mínima exigida para desempenho da atividade consultiva pela Procuradoria Federal junto à UFVJM.

✓ Minutas disponíveis no sítio da Advocacia Geral da União para convênios, contratos, acordos de cooperação e outros instrumentos congêneres.

26. O Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia Geral da União orienta que "a atuação consultiva na análise de processos de contratação pública deve fomentar a utilização das listas de verificação documental (check lists), da Guia Nacional de Licitações Sustentáveis e das Minutas de editais, contratos, convênios e congêneres, disponibilizados nos sítios eletrônicos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. No intuito de padronização nacional, incumbe aos órgãos consultivos recomendar a utilização das minutas

83V  
Wolfs



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO UFVJM/DIAMANTINA – MG

disponibilizadas pelos Órgãos de Direção Superior da AGU, cujas atualizações devem ser informadas aos assessorados. Convém ainda que os Órgãos Consultivos articulem-se com os assessorados, de modo a que edições de textos por estes produzidas em concreto a partir das minutas-padrão sejam destacadas, visando a agilizar o exame jurídico posterior pela instância consultiva da AGU".

27. Portanto, a Consultoria Jurídica **recomenda** a adoção pelo órgão consulente das minutas-padrão de editais, contratos administrativos, convênios e similares disponibilizados no sítio de AGU, providenciando as adaptações para atendimento das peculiaridades do caso concreto, as quais deverão ser destacadas para facilitar o exame pela Consultoria Jurídica.

28. E caso o órgão assessorado encontre dificuldade em identificar a adequação de uma minuta específica para instrumentalizar a sua demanda (elaboração de edital, contratos, convênios e similares) ou não consiga compreender o alcance da interpretação da legislação no caso concreto, poderá formular consultas específicas com base na Portaria PGF 526/2013.

✓ Regramento jurídico das relações mantidas entre esta IFES e outras entidades públicas ou privadas. Constituição Federal. Lei de Licitações. Lei de Inovação Tecnológica. Lei das Fundações de Apoio. Lei das OSCIP.

29. Sem embargo do exposto e visando colaborar com o órgão consulente na viabilização do interessante projeto institucional, cumpre destacar que o relacionamento entre a Administração Pública e pessoas externas, públicas ou privadas, encontra suporte no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e em pelo menos quatro pilares legais: a Lei de Licitação e Contratos (Lei n.º 8666/93); a Lei de Inovação Tecnológica (Lei n.º 10.973/04); a Lei das Fundações de Apoio (Lei n.º 8.958/94) ou, por fim, pela Lei das OSCIP (Lei n.º 9.790/99). E destes troncos principais surgem desdobramentos e ramificações consubstanciados em Decretos, Instruções Normativas, Resoluções e afins, todos de observância obrigatória pela Administração.

30. A CF/88 sempre deve ser observada, independentemente da natureza da relação bilateral que se pretende formalizar. Já os normativos infraconstitucionais podem ou não ser aplicados conjuntamente em um caso concreto, de acordo com suas peculiaridades, v. g. de algumas situações que exigem a aplicação simultânea das leis nº 10.973/04 e 8.958/94 com a Lei nº 8.666/93.

31. Destarte, no início da fase de planejamento do processo que resultará na formalização de uma relação jurídica entre a IFES e terceiros, caberá ao órgão responsável pela condução do processo reunir o máximo de informações técnicas sobre o projeto institucional e expor as características da relação que pretende estabelecer, detalhando as obrigações e compromissos que



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO UFVJM/DIAMANTINA – MG

84  
Wanderson

serão assumidas pelas partes, a forma de execução, a existência de mútua colaboração entre as partes ou a configuração de interesses contrapostos.

3.2. Somente ao final dos trabalhos técnicos realizados na fase de planejamento que será possível ao órgão administração identificar as regras legais irão reger a relação e elaborar as respectivas minutas, sem prejuízo da posterior submissão do enquadramento proposto ao crivo da legalidade realizado pela Procuradoria Federal.

✓ Lei n.º 8.958/94 e artigo 24, inciso XIII, da Lei 8666/93.

3.3. A contratação direta pela Administração Pública, sem procedimento licitatório prévio, é exceção ao dever de licitar previsto na Constituição da República (art. 37, XXI) e somente pode ocorrer nas hipóteses enumeradas em lei federal – competência privativa da União (CRFB, art. 22, XXVII).

3.4. Os casos de dispensa de licitação estão delineados nos incisos do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, expressando situações em que se facultou à Administração Pública realizar, ou não, procedimento licitatório, a mercê de seu poder discricionário de conveniência, oportunidade e, sobretudo, tendo em conta o interesse público.

3.5. Pois bem. Nos termos do artigo 1º da Lei nº. 8958/94, as fundações de apoio podem celebrar contratos e convênios com Instituições Federais de Ensino Superior, mediante dispensa de licitação, **por prazo determinado**, que tenham por objeto a **gestão administrativa e financeira** necessária à execução desses projetos:

Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive **na gestão administrativa e financeira** necessária à execução desses projetos. (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013).

3.6. Neste caso a Administração deverá observar que a melhor interpretação para o artigo 24, inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93 foi objeto de análise e orientação na Orientação Normativa nº 14, de 1º de abril de 2009, do Advogado Geral da União:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 1º DE ABRIL DE 2009 O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo

9

84V  
Wolke



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO UFVJM/DIAMANTINA – MG

nº 00400.015975/2008-95, resolve expedir a presente orientação normativa, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos artigos 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993: "OS CONTRATOS FIRMADOS COM AS FUNDAÇÕES DE APOIO COM BASE NA DISPENSA DE LICITAÇÃO PREVISTA NO INC. XIII DO ART. 24 DA LEI Nº 8.666, DE 1993, DEVEM ESTAR DIRETAMENTE VINCULADOS A PROJETO COM DEFINIÇÃO CLARA DO OBJETO E COM PRAZO DETERMINADO, SENDO VEDADAS: A SUBCONTRATAÇÃO; A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS OU DE MANUTENÇÃO; E A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES PERMANENTES DA INSTITUIÇÃO".

37. No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União divulgou na 17ª edição – Ano 2010 – de seu informativo de jurisprudência acórdão proferido pela sua 1ª Câmara abordando este tipo de questão, a aplicação do artigo 24, XIII, da Lei nº. 8.666/93, quando fixou condições e requisitos para contratação direta de fundações de apoio:

**Contratação das fundações de apoio, por dispensa de licitação, com base no art. 24, XIII, da Lei n.º 8.666/93: 1 - Necessidade de o objeto contratado estar relacionado a ensino, pesquisa ou desenvolvimento institucional. Na contratação com base no art. 24, XIII, da Lei n.º 8.666/93, deve o objeto contratado guardar correlação direta com pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional.** Foi esse o entendimento defendido pelo relator, ao examinar prestação de contas da Fundação Cultural Palmares, referente ao exercício de 2000. Em sua instrução, a unidade técnica apontou diversas irregularidades, entre elas a contratação, por dispensa de licitação, da Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes), "com execução de objetos incompatíveis com o inciso XIII do art. 24 da Lei n.º 8.666/1993, e subcontratações". O contrato firmado entre a Fundação Cultural Palmares e a Fundepes tinha por objeto a "execução de serviços especializados de planejamento, desenvolvimento, implantação, manutenção e apoio às diversas conferências temáticas, seminários e o encontro latino-americano para a realização de Pré-Conferências Preparatórias para a 'III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação, Xenofobia e outras Formas de Intolerância', a ser realizada na África do Sul, no período de 31 de agosto a 07 de setembro de 2001". De acordo com o relator, "não obstante o fato de que a concepção dos eventos preparatórios, por hipótese, poderia ensejar alguma pesquisa e estudo na medida que os respectivos temas tinham relação com as questões da etnia negra – o que não restou demonstrado nestes autos – e assim legítima, em parte, a contratação direta com base no art. 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993, não se pode deixar de lado a constatação de que foram incluídos, no ajuste, serviços e bens cuja execução poderia ser feita por quaisquer empresas especializadas do mercado". E tanto é assim que a Fundepes, para executar o objeto ajustado, contratou serviços de terceiros. Como exemplo, o relator destacou a produção de releases para a imprensa, edição de cartilhas, filmagem de eventos, editoração de livros, reprodução de conferências em cd-rom, edições fotográficas, confecção de certificados, crachás, banners, folders, bem como a locação de equipamentos e veículos, filmagens de eventos, medição topográfica de terrenos, confecção de jornais, folders e cartazes, produção de

10



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO UFVJM/DIAMANTINA – MG

85  
Wanderson

simpósios e hospedagem de participantes de eventos. Segundo o relator, são serviços que não se enquadram no conceito de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, a que alude o art. 24, XIII, da Lei n.º 8.666/1993. Diante do conjunto das falhas cometidas, com grave infração às normas pertinentes, o relator propôs e a Primeira Câmara decidiu aplicar multa aos responsáveis, sem prejuízo de determinar à Fundação Cultural Palmares que "proceda à dispensa de procedimento licitatório fundamentada no inciso XIII do art. 24 da Lei n.º 8.666/1993 somente quando o objeto do contrato, comprovadamente, consistir em atividade de ensino, pesquisa ou desenvolvimento institucional, e guardar relação com os fins estatutários da instituição contratada, além de estar comprovado que o preço ajustado é razoável e que a entidade selecionada detém estrutura que comparta o cumprimento pessoal dos compromissos assumidos". Precedentes citados: Decisões nos 30/2000, 777/2000 e 655/2002, todas do Plenário; Acórdãos nº. 1.934/2004, 1.481/2004, 30/2008 e 942/2010, todos do Plenário; Acórdãos nº. 160/2008, 819/2008 e 3.541/2007, todos da 2ª Câmara. (Acórdão n.º 2567/2010-1ª Câmara, TC-009.680/2001-3, rel. Min-Subst. Marcos Bemquerer Costa, 18.05.2010).

38. É notória a congruência entre a Orientação Normativa nº 14/2009, da AGU e a jurisprudência do TCU. Destes instrumentos disponibilizados ao operador do Direito extraem-se as seguintes conclusões sobre a dispensa prevista no artigo 24, inciso XIII: (a) é imprescindível que o objeto do contrato guarde relação direta com pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional da IFES; (b) ele deve ter prazo de duração determinado e seja compatível com os fins estatutários da instituição contratada que (c) deve ostentar estrutura apta a cumprir os compromissos assumidos e (d) comprovar a razoabilidade do preço que será cobrado pela execução do serviço de gerenciamento<sup>7</sup>.

✓ Lei 10.973/2004 e a hipótese de dispensa de licitação para contratação de fundações de apoio prevista na Lei nº 8.666/93.

39. A Lei n. 10.973, de 2004, autorizou as instituições científicas e tecnológicas, entre as quais as universidades públicas federais, a celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento de uso ou de exploração de criação que tenham desenvolvido (art. 6º), devendo ser precedidos de edital, no caso licenciamento com exclusividade, dispensada esta providência nos contratos sem cláusula de exclusividade.

40. Além disto, a mesma Lei acrescentou o inciso XXV ao art. 24 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que disciplina as licitações e contratos da administração pública, estabelecendo ser dispensável a licitação na contratação realizada por instituição científica e

<sup>7</sup> A conclusão também encontra amparo legal no artigo 2º do Decreto nº 8.241, de 21 de maio de 2014, que regulamentou a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços pelas fundações de apoio.



85V  
Waldemar



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO UFVJM/DIAMANTINA – MG

tecnológica – ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

41. Segundo explica a publicação “Propriedade Intelectual. Conceitos e Procedimentos”, organizada e editada pela Escola da AGU (Brasília, 2010, pág. 54-58), a Lei de Inovação Brasileira – Lei nº 10.973, de 2004, que regulamentou a interação entre as Instituições de Ciência e Tecnologia e o setor privado, apresentou quatro principais modalidades de contrato nesta área: a) Contrato de permissão e compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações de ICT; b) contrato de transferência de tecnologia e licenciamento; c) contrato de prestação de serviços; d) contrato de cessão.

42. A legislação foi produzida em consonância com a Constituição Federal, que autoriza o legislador ordinário a excepcionar o princípio da obrigatoriedade da licitação (artigo 37, XXI). E agindo nos limites desta autorização constitucional, o legislador incluiu na Lei 8.666/93 a possibilidade de dispensa de licitação na contratação realizada por ICT para transferência de tecnologia e para licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.

43. A relação envolvendo a transferência e licenciamento para o uso de tecnologia desenvolvido Instituição Científica e Tecnológica encontra-se regulado pelos artigos 6º e 7º da mencionada Lei nº 10.973/2004<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Art. 6º É facultado à ICT pública celebrar contrato de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida isoladamente ou por meio de parceria. (Redação pela Lei nº 13.243, de 2016)<sup>9</sup>

§ 1º A contratação com cláusula de exclusividade, para os fins de que trata o caput, deve ser precedida da publicação de extrato da oferta tecnológica em site eletrônico oficial da ICT, na forma estabelecida em sua política de Inovação. (Redação pela Lei nº 13.243, de 2016)

§ 1º-A. Nos casos de desenvolvimento conjunto com empresa, essa poderá ser contratada com cláusula de exclusividade, dispensada a oferta pública, devendo ser estabelecida em convênio ou contrato a forma de remuneração. (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)

§ 2º Quando não for concedida exclusividade ao receptor de tecnologia ou ao licenciado, os contratos previstos no caput deste artigo poderão ser firmados diretamente, para fins de exploração de criação que deles seja objeto, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)

§ 3º A empresa detentora do direito exclusivo de exploração de criação protegida perderá automaticamente esse direito caso não comercialize a criação dentro do prazo e condições definidos no contrato, podendo a ICT proceder a novo licenciamento. (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)

§ 4º O licenciamento para exploração de criação cujo objeto interesse à defesa nacional deve observar o disposto no § 3º do art. 75 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)

§ 5º A transferência de tecnologia e o licenciamento para exploração de criação reconhecida, em ato do Poder Executivo, como de relevante interesse público, somente poderão ser efetuados a título não exclusivo. (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)

§ 6º Celebrado o contrato de que trata o caput, dirigentes, criadores ou quaisquer outros servidores, empregados ou prestadores de serviços são obrigados a repassar os conhecimentos e informações necessários à sua efetivação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal, respeitado o disposto no art. 12. (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO UFVJM/DIAMANTINA – MG

86  
Wanderlei

44. Por sua vez, o artigo 9º da referida lei também possibilita a formalização de acordos de parceria e outros instrumentos equivalentes a convênios com instituições públicas e privadas para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo.

45. Outra observação importante é a de que além dos requisitos previstos no artigo 55 da Lei nº 8.666/93, o acordo de parceria deverá indicar a sua submissão aos preceitos das leis 10.974/2004 e 8.666/93, descrevendo de forma clara, objetiva e suficiente o seu objeto, os objetivos comuns aos parceiros, as metas a serem alcançadas, a contribuição de cada parceiro para a consecução destes objetivos e metas, os direitos e deveres de cada partícipe, os mecanismos de aferição do cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, a forma de prestação de contas, bem como as disposições sobre a propriedade intelectual ou produto resultante da execução onde deverão ser preservados de todos os direitos da UFVJM que atuará como ICT.

46. No âmbito da UFVJM as relações jurídicas derivadas da aplicação da Lei nº 10.974/2004 são da atribuição do Centro de Inovação Tecnológica da UFVJM, órgão técnico com expertise suficiente para orientar o consulente no desenvolvimento de seu projeto institucional mediante formalização de relação entre a UFVJM e terceiros, que poderá ser consultado pelo órgão assessorado durante a fase de planejamento deste processo.

✓ Lei 13019/2013 e Decreto 8726/2016.

47. Conforme as peculiaridades da execução do projeto de extensão, a UFVJM também poderá formalizar a relação jurídica com uma organização da sociedade civil de interesse público que se enquadre nas exigências da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e pelo Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. Os instrumentos jurídicos previstos no referido normativo para formalização da relação jurídica são a parceria, termo de colaboração, termo de fomento, acordo de cooperação previstos no artigo 2º da referida lei<sup>9</sup>.

§ 7º A remuneração de ICT privada pela transferência de tecnologia e pelo licenciamento para uso ou exploração de criação de que trata o § 6º do art. 5º, bem como a oriunda de pesquisa, desenvolvimento e inovação, não representa impeditivo para sua classificação como entidade sem fins lucrativos. (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)

Art. 7º A ICT poderá obter o direito de uso ou de exploração de criação protegida.

<sup>9</sup> Art. 2º. Para os fins desta Lei, considera-se:

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);

VII - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas

86V  
Wilson



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL EM MINAS GERAIS  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO UFVJM/DIAMANTINA – MG

48. A celebração de cada um destes instrumentos (alguns com modelo disponível no sítio da AGU) também depende da análise técnica pelo órgão consultente de sua adequação para atender o interesse público primário, observadas todas as exigências da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e pelo Decreto nº. 8.726, de 27 de abril de 2016.

IV – CONCLUSÃO

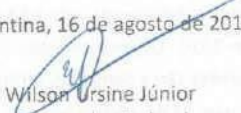
49. DIANTE DO EXPOSTO, a consulta deve ser **inadmitida** porque não atendeu aos requisitos do artigo 8º a 11, da Portaria PGF nº 526/2013. **Recomenda-se** a conversão em diligência para que o órgão consultente reabra a fase de planejamento do projeto para analisar qual será o melhor modelo de execução do projeto de extensão conforme explicado nos parágrafos 29 a 32 deste parecer.

50. O órgão consultente poderá reformular a consulta jurídica desde que apresente dúvida específica na interpretação de um artigo da lei ou normativo, relacionada à sua possibilidade de aplicação ao caso concreto diante de suas características que também deverão ser expostas, apresentando-se quesitos para serem respondidos.

51. Este é o parecer, salvo melhor juízo.

52. A eficácia desta manifestação está condicionada a sua análise e aprovação pelo Procurador Chefe da PF/UFVJM nos termos do artigo 7º da Portaria nº. 1.399, de 5 de outubro de 2009, da Advocacia Geral da União, combinado com artigo 13 da Portaria 526, da PGF. Submeto o presente parecer à apreciação do Exmo. Procurador Federal Gerson Leite Ribeiro Filho.

Diamantina, 16 de agosto de 2019.

  
Wilson Ursine Júnior  
Procurador Federal  
OAB/MG 65.799

De acordo,

  
Gerson Leite Ribeiro Filho  
Procurador Federal

Recebi 1ª via  
Em 19/08/19

pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

VIII-A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros;

De acordo, em 27/08/2019  
  
Prof. Dr. Janir Alves Soares  
Reitor/UFVJM

14

ANEXO VIII

Alvará Sanitário do Laboratório Escola de Análises Clínicas



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**  
**Núcleo de Vigilância Sanitária URS/DIA**

**Alvará NUVISA/SRS/Diamantina nº 012/2020**

**Validade: 01/04/2021**

A Coordenadora do Núcleo de Vigilância Sanitária (NUVISA) da Superintendência Regional de Saúde de Diamantina, do Estado de Minas Gerais, de acordo com a legislação vigente e tendo em vista a regularidade do processo UF-01, em que é interessada a **Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**, CNPJ: 16.888.315/0001-57, resolve conceder-lhe Alvará Sanitário pelo período de 01 (um) ano, que a habilita a manter a atividade abaixo descrita à Rodovia MGT 367 - KM 583, nº 5000 - Alto da Jacuba - Diamantina/MG, no Laboratório Escola de Análises Clínicas, sob a responsabilidade técnica da farmacêutica Címara da Silva Vieira - CRF/MG 31.074.

**ATIVIDADE LICENCIADA:**

- CNAE 8640-2/02 - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

Diamantina, 01 de abril de 2020

**Nara Cristina Viana**

MASP 668.272-8

Coordenadora do Núcleo de Vigilância Sanitária/SRS/Diamantina



Documento assinado eletronicamente por Nara Cristina Viana, Coordenador(a), em 01/04/2020, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador 13035014 e o código CRC A489A97C.

Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal. Esta licença restringe-se a rotas inseridas nos limites do Estado de Minas Gerais

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1320.01.0035863/2020-94

SEI nº 13035014

## ANEXO IX

Certidão de Regularidade do Laboratório Escola de Análises Clínicas

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA  
CERTIDÃO DE REGULARIDADE**

REGISTRO 41.062 REGIONAL CRF/MG VALIDADE 17/06/2021 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO: SEG. A SEX. 07:00 às 17:00

**RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL**  
Univ. Fed. dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

**NATUREZA DO ESTABELECIMENTO**  
Laboratório de Análises Clínicas

**ENDEREÇO**  
Rod. Mgt 367 Km 583 - CEP: 39100-000

**CNPJ**  
16.888.315/0001-57

**LOCALIDADE**  
Alto da Jacuá

**CIDADE**  
Diamantina/MG

**FARMACÊUTICO(S) DIRETOR/RESPONSÁVEL(ES) TÉCNICO(S)**

NOME	INSCRIÇÃO	HORÁRIO DE ASSISTÊNCIA
Cimara da Silva Vieira	31.074	Seg/Sex:07:00 às 11:00 - 12:00 às 16:00

**FARMACÊUTICO(S) ASSISTENTE(S) TÉCNICO(S)**

NOME	INSCRIÇÃO	HORÁRIO DE ASSISTÊNCIA
Thyago José Silva	18.455	Seg/Sex:08:00 às 10:00 - 14:00 às 17:00

**ESTA CERTIDÃO DEVE SER AFIxada EM UM LUGAR BEM VISÍVEL AO PÚBLICO**  
Certificamos que o estabelecimento a que se refere esta Certidão de Regularidade Técnica está inscrito no Conselho Regional de Farmácia, atendendo a todos os requisitos do art.22, parágrafo único e art.24, ambos da Lei 3820/60, Tratando-se de Farmácia e Drogeria, certificamos que está regularizada em sua atividade durante os horários estabelecidos pelos Farmacêuticos Responsáveis Técnicos, de acordo com os artigos 15, parágrafos 1º e 2º, e 25, alínea "c", da Lei nº5.391/73.  
A autenticidade e/ou validade jurídica dessa Certidão será comprovada acessando o site institucional e digitando o código de autenticidade ou mesmo através do leitor de QR-Code.  
O documento impresso deverá ser reimpresso a cada 90 (noventa) dias.  
Expedida em 18/06/2020 e emitida no dia 19/06/2020



Código de Autenticidade  
001616468292120000

## ANEXO X

### Convênios celebrados pela UFVJM com abrangência ao curso de graduação em Farmácia

- Associação dos Municípios da Microrregião do Vale do Mucuri – AMUC;
- Associação Hospitalar Santa Rosália / Teófilo Otoni-MG;
- Biolac Laboratório de Análises Clínicas e Biológicas Ltda / Guanambi-BA;
- BTS Biotecnologia Ltda / Montes Claros-MG;
- Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência do Nordeste/Jequitinhonha – CISNORJE;

- Drogaria Globber Ltda –ME / Sete Lagoas-MG;
- Drogaria JKLC & Santos Ltda / Gouveia-MG;
- Drogaria Lopes e Castro Ltda / Turmalina-MG;
- Drogaria Nossa Senhora da Saúde L&H Ltda / Diamantina-MG;
- EMFAL -Empresa Fornecedora de Álcool Ltda;
- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH - Hospital das Clínicas/HC- UFMG;
- Gelnex Indústria e Comércio Ltda;
- HNK BR Industria de Bebidas LTDA;
- Hospital Imaculada Conceição / Curvelo-MG;
- Hospital Nossa Senhora da Saúde – HNSS / Diamantina-MG;
- Irmandade de Nossa Senhora das Graças / Sete Lagoas-MG;
- Irmandade de Santo Antônio do Curvelo;
- Laboratório de Análises Clínicas Nossa Senhora da Graça Ltda / Capelinha-MG;
- Laboratório Silveira e Silveira Ltda / Montes Claros-MG;
- Municípios: Abaeté, Almenara, Alpinópolis, Alvorada de Minas, Bocaiúva, Brasília de Minas, Campanário, Caraí, Carbonita, Carlos Chagas, Catuji, Chapada do Norte, Cláudio, Conceição do Mato Dentro, Confins, Congonhas do Norte, Curvelo, Datas, Divinolândia de Minas, Felício dos Santos, Frei Gaspar, Funilândia, Guanhães, Itaipé, Itaobim, Ladainha, Martinho Campos, Materlândia, Morro da Garça, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pitangui, Poté, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Rio Pardo de Minas, Rio Vermelho, Salinas, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto, São José da Lapa, Três Marias, Turmalina, Unaí;
- SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sete Lagoas-MG;
- Santa Casa de Caridade de Diamantina;
- Santa Casa de Misericórdia de Cláudio;
- Saúde – Farma Comércio de Medicamentos, Perfumaria e Manipulação Ltda / Itacarambi/MG;
- Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Itambacuri;
- Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Pirapora;

Fonte: Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Pró-Reitoria de Graduação. Estágio. Pesquisar Convênios. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/prograd/component/content/article/34-cat-destaques/292-5-pesquisar-convenios-convenios-de-estagios.html>

## ANEXO XI

### Plano de Estágio Curricular Supervisionado do curso de graduação em Farmácia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI  
Rua da Glória, 187 – Centro – Diamantina/MG  
Telefone: (38) 3531-1230



#### ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

#### PLANO DE ESTÁGIO

À Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado

Ref.: Plano de Estágio Curricular Supervisionado I  II  III  IV  V

Discente: \_\_\_\_\_ Matrícula: \_\_\_\_\_ Curso: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

Área do Estágio: \_\_\_\_\_

Razão Social da Empresa: \_\_\_\_\_ CNPJ: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Telefone(s): \_\_\_\_\_  
Tipo de atividade: \_\_\_\_\_  
Nome do Supervisor da Empresa: \_\_\_\_\_  
Nº CRF do Supervisor: \_\_\_\_\_

Área(s) de conhecimento envolvida(s) no estágio:


Atividades a serem desenvolvidas no estágio	Carga horária

Datas previstas: Início do estágio: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Término do estágio: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Supervisor de Estágio - Empresa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Estagiário

\_\_\_\_\_  
Coordenador do Estágio – UFVJM

Ciência em: \_\_\_/\_\_\_ de 20\_\_\_

## ANEXO XII

### Termo de Compromisso Estágio Obrigatório



#### TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso de Estágio que celebram entre si a [ ] e o(s) Estudante [ ], com a intervenção da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, por meio do(a) Instituto/Faculdade de [ ], para realização de Estágio Curricular.

O(A) [ ], doravante denominado(a) Concedente, sedado(a) a [ ], CNPJ nº [ ] neste ato representado(a) por [ ], CPF nº [ ] e o(s) estudante [ ], CPF nº [ ] residente a [ ], regularmente matriculado no curso de [ ], matrícula nº [ ], doravante denominado(a) Estagiário(a), com a intervenção da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, neste ato representado pelo Diretor do(a) Instituto/Faculdade [ ], Professor(a) [ ], acordam em firmar o presente Termo de Compromisso de estágio sujeitando-se as partes às normas da Lei nº 11.738, de 25 de setembro de 2008 e demais legislações pertinentes à matéria, mediante cláusulas e condições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Constitui objeto do presente termo de compromisso a formalização da relação entre a Concedente e o(s) Estagiário(s) visando, unicamente, possibilitar a realização da atividade de estágio curricular.

**Parágrafo Único** - Este Termo de Compromisso vincula-se para todos os efeitos legais ao Convênio nº [ ], celebrado em [ ], conforme consta no Processo nº [ ].

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, tem como objetivo proporcionar a complementação prática do ensino-aprendizagem, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, e para alcançar esse objetivo, as partes cumprirão o Plano de Atividades do Estágio anexo, elaborado de acordo com o estabelecido no § Único do Art. 7º da Lei nº 11.738/08, na que couber, e ainda, em conformidade com as especificidades do curso.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O(s) Estagiário(s) obriga-se a cumprir as normas internas da Concedente, principalmente as relativas ao estágio, nas quais declara expressamente conhecer e a elas aderir, bem como a cumprir fielmente a programação do estágio, comunicando em tempo hábil, a impossibilidade de fazê-lo.

**CLÁUSULA QUARTA** - O(s) Estagiário(s) responderá por perdas e danos consequentes da inobservância das normas internas ou das cláusulas do presente Termo de compromisso.

**CLÁUSULA QUINTA** - O(s) Estagiário(s) estará seguro(a) contra acidentes pessoais pela Apólice de Nº 2000174 de SEGUROS SURA S/A com vigência de 18/01/2020 a 18/01/2022.

**CLÁUSULA SEXTA** - Nas normas do disposto no art. 3º da Lei nº 11.738 de 25 de setembro de 2008, o estágio curricular não ensejará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o(s) Estagiário, a Concedente e a Universidade.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A Concedente concederá ao Estagiário uma bolsa no valor de R\$ [ ] reais e auxílio-transporte no valor de R\$ [ ] reais, pagos mensalmente pela Concedente.

**Parágrafo Único:** Não sendo o estágio remunerado, valerá para esta cláusula: "O(s) Estagiário(s) não receberá qualquer valor a título de bolsa ou outra forma de contraprestação".

**CLÁUSULA OITAVA** - O estágio curricular iniciará em [ ] e terminará em [ ], com carga horária semanal de [ ] horas, totalizando [ ] horas.

Página 1 de 3

Minuta de Termo de Compromisso de Estágio aprovada pelo Parecer nº 101/2014 - ER-DIA/UFVJM/PRV/GP/AGU-2014, conforme Processo nº 2308.002521/2014-10 - Consulta 01/2014.





Parágrafo único: A carga horária poderá ser aumentada desde que não prejudique as atividades acadêmicas diárias do Estagiário. No período das férias escolares, a jornada semanal de Estágio será estabelecida de comum acordo entre o(s) Estagiário(s) e a Concedente, sempre com intervenção da Universidade.

**CLÁUSULA NONA - Caberá a Concedente:**

- I. Acompanhar e supervisionar o Estagiário na execução das atividades, no ambiente de trabalho, por intermédio do(a) Sr(a) [REDACTED], profissional de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para exercer a função de Supervisor(a) de Estágio;
- II. Proporcionar todas as oportunidades e condições necessárias para o pleno cumprimento do estágio;
- III. Assinar relatórios e emitir pareceres para fins de avaliação, manifestando sobre o desenvolvimento do estágio e o desempenho do(a) Estagiário(a);
- IV. Emitir Certificado de Estágio Curricular, que conterá os dados de identificação, o período do estágio e a carga horária total.

**CLÁUSULA DÉCIMA - Caberá ao Estagiário(s):**

- I. Manter conduta ética, obedecer as normas internas da Concedente e preservar o sigilo das informações a que tiver acesso;
- II. Cumprir as atividades programadas;
- III. Elaborar, assinar e entregar relatório ao Orientador de Estágio da Universidade, no prazo estabelecido;
- IV. Comunicar, de imediato e por escrito, a ocorrência de qualquer fato relevante relacionado à realização do estágio curricular e, da mesma forma, a interrupção, suspensão ou cancelamento de sua matrícula na Universidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Caberá a Universidade:**

- I. Responsabilizar-se para que a atividade de estágio curricular seja realizada como procedimento didático-pedagógico;
- II. Por intermédio do(a) Professor(a) [REDACTED], servidor(a) de seu quadro de pessoal docente com a função de Orientador(a) de Estágio, acompanhar o desenvolvimento das atividades e avaliar o rendimento do Estagiário;
- III. Observar o cumprimento da legislação e demais disposições sobre o estágio curricular.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Instrumento terá vigência durante o período do estágio.**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O(s) Estagiário(s) será desligado:**

- I. Automaticamente, ao término do estágio curricular;
- II. Depois de decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio curricular, se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho do Estagiário;
- III. A pedido do(a) Estagiário(a);
- IV. Em decorrência do descumprimento de qualquer cláusula ou condições deste Termo de Compromisso;
- V. Pela não comparecimento ao estágio, sem motivo justificado, por mais de cinco (5) dias.



consecutivos ou não.

- VI. Pela conclusão ou abandono do curso, truncamento de matrícula ou transferência para outra Instituição de Ensino;
- VII. Por conduta incompatível com a exigida pela Concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Este Termo de Compromisso poderá ser denunciado pelas partes, a qualquer tempo, desde que haja comunicação prévia de, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas, ou rescindido no caso de descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou condições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Nos termos do Inciso I, do Art. 109, da Constituição Federal, o foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes deste Instrumento é o da Justiça Federal em Minas Gerais, Seção Judiciária de Belo Horizonte.

E, por estarem de acordo, o Estagiário, a Concedente e a Universidade, interveniente, assinam o presente Termo Compromisso de Estágio, em 3(três) vias, sendo: 1ª via: Unidade Acadêmica; 2ª via: Instituição Concedente; 3ª via: Estagiário.

Diamantina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_

\_\_\_\_\_  
Concedente

\_\_\_\_\_  
Estagiário(s)

\_\_\_\_\_  
Diretor(a) da Unidade Acadêmica

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Página 8 de 9

Minuta de Termo de Compromisso de Estágio aprovada pelo Parecer nº 10/2014 - ER-DIA/UFVJM/PRM/GPGF/ABU-2014, conforme Processo nº 23080.002521/2014-10 - Consulta 01/2014.

### ANEXO XIII

### Relatório de Estágio Supervisionado (Estágios I, II, III e IV)









**Orientações gerais para a escrita do relatório:**

- Escrita em punho próprio;
- Não ultrapassar o espaço previamente delimitado;
- O relatório será de no máximo 4 laudas;
- Descrever brevemente as atividades desenvolvidas, elencando as principais atividades desenvolvidas e situações que julgar importantes;
- A análise crítica deverá refletir a opinião e reflexão do discente sobre a empresa/instituição na qual realizou o estágio e, também, sobre a execução do estágio. É importante salientar as dificuldades ou intervenções realizadas durante estágio.

**Orientações gerais para a apresentação oral:**

- A apresentação será de 10-20 minutos;
- A apresentação deverá ser dividida em:
  - I. Caracterização do local de estágio, inclusive com fotos/ilustrações, se permitido pelo supervisor/responsável da empresa/instituição.
  - II. Apresentação das atividades previstas para o referido estágio segundo plano de estágio;
  - III. Justificativa da escolha da área de estágio;
  - IV. Apresentação das atividades executadas durante o estágio (inclusive as dificuldades e ações pró-ativas adotadas pelo discente) e
  - V. Justificativa de não execução de alguma atividade prevista no plano de ensino (caso todas as atividades previstas tenham sido executadas, esse item deverá ser desconsiderado).
- A apresentação será agendada pelos professores responsáveis do estágio;
- As informações que estão contidas no Plano de Apresentação das Atividades Desenvolvidas no Estágio serão confrontadas com a apresentação oral;
- Os professores poderão arguir o discente caso julguem necessário após a apresentação oral;
- A avaliação final será composta pela avaliação do supervisor do estágio e pelos professores responsáveis pelo estágio conforme ficha de avaliação anexa.

**Juntamente com o relatório deverá ser entregue uma cópia da apresentação (sugere-se alocar 4 slides por folha) para que seja arquivada junto ao relatório.**

<b>Ficha de Avaliação do Relatório e da Apresentação do Estágio</b>			
Aluno(a):			
Estágio:			
<b>Relatório escrito</b>			
	Conceito	Satisfatório	Insatisfatório
01	Redação e estruturação do texto		
02	Coerência das atividades realizadas com o plano de estágio proposto		
03	Coerência das justificativas de atividades não realizadas (caso existam)		
04	Coerência da análise crítica		
<b>Apresentação Oral</b>			
	Conceito	Satisfatório	Insatisfatório
05	Clareza na introdução e na exposição do conteúdo do estágio		
06	Coerência com o relatório escrito		
07	Eficiência na utilização do tempo de apresentação		
08	Sustentação perante a arguição		
<b>Conceito final (Satisfatório ou Insatisfatório)</b>			
Professor:			
Assinatura:			
Data: ___/___/___			



## ANEXO XIV

### Relatório de Estágio Supervisionado (Estágio V)



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI  
FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA  
DIAMANTINA - MINAS GERAIS



#### DIRETIVAS PARA RELATÓRIO – ESTÁGIO SUPERVISIONADO V

##### REGRAS GERAIS

- O relatório deve ser objetivo, informativo e apresentável, pois ele será a demonstração do trabalho do estagiário.
- A redação deve ser simples, com correção ortográfica e linguagem técnica, concisa, obedecendo à norma culta, aliando teoria e prática.
- Os relatórios serão apresentados na forma de relatórios técnico-científicos e devem seguir as normas da ABNT revistas pela UFVJM como previsto no **MANUAL DE NORMATIZAÇÃO: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, monografias, dissertações e teses.**

##### ESTRUTURA GERAL DO RELATÓRIO

###### I – CAPA

###### II – FOLHA DE ROSTO

###### III – DEDICATÓRIA

- Elemento opcional. Lugar onde o aluno presta homenagem ou dedica o seu trabalho

###### IV – AGRADECIMENTOS

- Elemento opcional. Dirigido àqueles que contribuíram de maneira relevante para a realização do estágio

###### V – RESUMO

- É uma informação condensada sobre o que está descrito no relatório, onde se destacam os pontos mais relevantes, o objetivo, os métodos, os resultados e as conclusões mais importantes. O resumo deve ter uma descrição rápida e clara do conteúdo e das conclusões do relatório, não ultrapassando 500 palavras.
  - i. Evitar o uso de parágrafos no meio do resumo
  - ii. Evitar citações bibliográficas

###### VI – LISTA DE ABREVIATURAS e SIGLAS, LISTA DE FIGURAS, LISTA DE TABELAS e LISTA DE ANEXOS (caso sejam necessários).

###### VII – SUMÁRIO

VIII - Texto (compõe-se da narração das atividades realizadas) com:

**1 INTRODUÇÃO**

**2 DESENVOLVIMENTO**

**3 DISCUSSÃO**

**4 CONCLUSÃO**

**5 RECOMENDAÇÃO** (se houver),

**6 ANEXOS** (se houver)

**7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**1 INTRODUÇÃO** – escrever um breve histórico da empresa, os objetivos pretendidos com o estágio e com o relatório. Caracterizar de modo sucinto o estabelecimento onde foi realizado o estágio. Utilizar citações bibliográficas quando necessário. Os objetivos devem estar situados no último parágrafo da introdução, sendo apresentados, normalmente, com a utilização de verbos no infinitivo.

**2 DESENVOLVIMENTO** – Nessa seção serão descritas os detalhes importantes e as atividades desenvolvidas durante o período do estágio, tais como tarefas, observações, controles, estudos, projetos, reuniões, cursos, visitas seguindo as seguintes informações:

- Informar a data do início e término do estágio.
- Informar a duração do estágio, em horas, discriminada pelos setores em que foi realizado.
- Citar o tempo de permanência diária.
- Relacionar o setor (ou setores) onde o estágio foi realizado.
- Relatar sucintamente as atividades desenvolvidas durante o período de estágio, descrevendo de forma geral as tarefas executadas, as orientações recebidas e as dificuldades encontradas.
- Descrever sobre convivência com o quadro de pessoal.
- Relatar se durante o período de estágio ocorreu auditorias.
- Especificar se houver iniciativa da parte do estagiário, demonstrando conhecimento e interesse.
- Descrever o tipo de paramentação ou vestuário e EPIs exigidos pela empresa durante a realização do estágio.
- Se a empresa tem convênio com outras instituições ou outras empresas e quais são elas.
- Requisitos mínimos exigidos para a garantia de qualidade em termos de Controle de qualidade de matéria-prima.

**3 DISCUSSÃO** – Analisar as atividades do estágio fazendo uma avaliação crítica com a legislação específica da área de em questão em relação ao bom funcionamento dos estabelecimentos farmacêuticos, sua adequação quanto à estrutura física, as normas de biossegurança, controle de qualidade, boas práticas de dispensação, manipulação, análises clínicas ou em indústria, descarte de resíduos, código de ética profissional, etc.

**4 CONCLUSÃO** – Parte final do texto, na qual se apresentam conclusões correspondentes aos objetivos. Estas devem ser baseadas somente nos fatos comprovados e pesquisados pelo estágio, contendo deduções lógicas e correspondentes. Deve ser objetiva e resumida, relatando as dificuldades e vantagens da realização do estágio.

Registrar se os conhecimentos obtidos na faculdade foram importantes para o desenvolvimento das atividades no estágio, se houve alguma área específica em que detectou mais deficiências e se no exercício delas foi possível incorporar novos conhecimentos para a formação profissional.

**5 RECOMENDAÇÃO** – Listar, se for o caso, novos conteúdos a serem introduzidos no curso de Farmácia para facilitar a execução do estágio.

**6 ANEXOS** – Serão incluídos sob esse título (se for o caso) figuras, tabelas e gráficos que não contextualizarem no corpo do texto. Serão colocados como anexos os trabalhos publicados sobre o assunto relatado e/ou outros documentos e impressos usados no estabelecimento de realização do estágio, desde que não haja conflito com os termos de confidencialidade.

#### **7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**DATA E ASSINATURA** - serão escritos nome da cidade, dia, mês e ano e em outras linhas os nomes do aluno e do supervisor, em **letras maiúsculas**, que assinarão sobre seus nomes. Sob o nome do supervisor deverá constar seu **número de inscrição** no conselho da categoria profissional.

Exemplo:

Diamantina, 26 de janeiro de 2014

---

NOME COMPLETO DO SUPERVISOR

Cargo na Empresa

CRF.: XXXXX

---

NOME COMPLETO DO ALUNO

Estagiário

**ANEXO 1 – Modelo de Capa**

Nome da Empresa  
Endereço  
Cidade-UF  
CEP:

**RELATÓRIO FINAL**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ..... (Indústria, Laboratório Clínico, Drogeria, etc)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA

DIAMANTINA – MG

ANO

RESERVADO

**ANEXO 2 – Modelo de Folha de Rosto**

Nome da Empresa  
Endereço  
Cidade-UF  
CEP:

**RELATÓRIO FINAL**

**RELATÓRIO FINAL DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO SETOR ...**

Nome do aluno

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA**

**DIAMANTINA – MG**

**ANO**

**RESERVADO**

## ANEXO XV

### Ficha de Avaliação de Estágio Supervisionado



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E  
MUCURI  
DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA



Prezado(a) Sr(a) Supervisor(a),

Solicitamos o preenchimento da ficha de avaliação, referente ao desempenho do estagiário sob sua supervisão, e que a mesma seja colocada no envelope apresentado que deve ser lacrado e assinado sobre o lacre, de maneira a não possibilitar acesso extra temporário à avaliação.

Favor entregar o referido envelope lacrado ao aluno!

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer à disposição em receber e supervisionar o referido aluno contribuindo para a sua formação.

Atenciosamente,

Coordenação de Curso de Farmácia  
Departamento de Farmácia/FCBS/UFVJM  
Diamantina-MG (38) 3532-6000

Endereço: Campus JK – Rodovia MG-367 Km 583 nº 6000 – Alto Jaouba – Diamantina/MG  
Telefone: (38) 3532-1248  
coordenação.farmacia@ufvjm.edu.br



FICHA DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO  
Avaliação do supervisor (empresa/instituição)

NOME DO ESTAGIÁRIO \_\_\_\_\_

NOME DA EMPRESA \_\_\_\_\_

PERÍODO DO ESTÁGIO \_\_\_\_\_ TOTAL DE HORAS \_\_\_\_\_

ITENS	NOTAS										
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1 <b>Qualidade do trabalho:</b> considerar a qualidade do trabalho tendo em vista o que seja desejável.											
2 <b>Egenhosidade:</b> capacidade de sugerir, projetar ou executar modificações ou inovações.											
3 <b>Conhecimentos:</b> conhecimentos demonstrados no desenvolvimento das atividades programadas.											
4 <b>Cumprimento das tarefas:</b> considerar o volume das atividades cumpridas dentro do prazo razoável.											
5 <b>Espírito Inquisitivo:</b> disposição que o estagiário demonstrou para aprender.											
6 <b>Iniciativa:</b> iniciativa demonstrada para desenvolver suas atividades sem dependência dos outros.											
7 <b>Disciplina:</b> observância das normas e regulamentos internos da empresa.											
8 <b>Sociabilidade:</b> facilidade de se integrar com os colegas e o ambiente.											
9 <b>Cooperação:</b> disposição para cooperar com colegas e atender prontamente as atividades solicitadas.											
10 <b>Senso de responsabilidade:</b> zelo pelo material, equipamentos e bens da Empresa.											
<b>NOTA FINAL</b>											

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Avaliador

## ANEXO XVI

### Minuta de Convênio de Estágio

Divisão de Assuntos Acadêmicos – Prédio da Reitoria - Campus JK/UFVJM  
Rodovia MGT 367 nº 5.000 - Diamantina/MG - 39.100-000 – (38)3532-1262



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI  
DIAMANTINA – MINAS GERAIS

**Prograd**  
Pró-reitoria  
de Graduação

[www.ufvjm.edu.br](http://www.ufvjm.edu.br)

CONVÊNIO DE ESTÁGIO Nº \_\_\_\_ / \_\_\_\_

PROCESSO UFVJM 23086. \_\_\_\_\_

#### **INSTITUIÇÃO DE ENSINO:**

**Denominada:** UFVJM

**Razão Social:** Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

**CNPJ:** 16.888.315/0001-57

**Endereço:** Rodovia MGT 367 – km 583, nº 5000 – Alto da Jacuba

Diamantina/MG – CEP: 39100-000

**Representada por:** Leida Calegário de Oliveira CPF: 835.192.976-04

**Cargo:** Pró-Reitor de Graduação

**Professor Solicitante:**

**E-mail:**

**Telefone:**

#### **INSTITUIÇÃO CONCEDENTE:**

**Denominada:** Concedente

**Razão Social/Nome:**

**CNPJ/Registro Conselho Profissional:**

**Endereço:**

**Bairro:**

**Cidade:**

**Estado:**

**CEP:**

**E-mail:**

**Telefone:**

**Representada por:**

**CPF:**

**Cargo:**

As partes acima tendo em vista o disposto na Lei nº 11.788/08, publicada no Diário Oficial da União em 26/09/2008, na Lei nº 8.666/93, publicada no DOU de 22/06/1993 e alterações posteriores e demais diplomas legais pertinentes, firmam o presente o Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto**

Constitui objeto do presente convênio a parceria entre a UFVJM e a CONCEDENTE, visando estabelecer as condições para estágio obrigatório ou não-obrigatório, aos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFVJM.

**Parágrafo primeiro.** Considera-se obrigatório o estágio definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária seja requisito previsto curricularmente para aprovação e obtenção de diploma.

**Parágrafo segundo.** Considera-se não-obrigatório o estágio desenvolvido como atividade opcional acrescida à carga horária regular e obrigatória.

UFVJM

CONCEDENTE

Minuta aprovada pela Nota Técnica 23-ER-DIA/PFMG/PGF/AGU-2011  
Conforme Proc. 23086.000427/2011-71 – Consulta 001/2011



**Parágrafo terceiro.** O estágio deve possibilitar ao estudante a aquisição de experiência e o desenvolvimento de atividades práticas relacionadas com o seu curso, proporcionando-lhe o aperfeiçoamento nas áreas técnico-cultural, científica e de relacionamento humano de forma a complementar seu processo de ensino-aprendizagem.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Do Termo de Compromisso**

A concessão do estágio dar-se-á mediante a celebração de Termo de Compromisso entre a CONCEDENTE e o estudante da UFVJM, doravante denominado ESTAGIÁRIO, com a interveniência obrigatória da UFVJM, por meio da Coordenação de Estágio da UFVJM, cujos termos deverão ser estabelecidos em conformidade com o disposto no presente instrumento, na legislação e demais normas vigentes.

**Parágrafo único.** Para alcançar o objetivo ora pactuado, todos os partícipes, conjuntamente, elaborarão o Plano de Atividades de Estágio, estabelecido pela legislação vigente, a ser cumprido em conformidade com as especificidades do curso, o qual deverá acompanhar o Termo de Compromisso.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Das Obrigações do ESTAGIÁRIO**

O Estagiário obrigará-se-á, mediante o Termo de Compromisso, a cumprir as condições fixadas para o estágio, bem como as normas estabelecidas pela CONCEDENTE.

**CLÁUSULA QUARTA – Dos Compromissos**

Para a execução do objeto do presente Instrumento, caberá:

I – À UFVJM:

- a) solicitar à CONCEDENTE as oportunidades de estágios e o quantitativo de vagas ofertadas;
- b) divulgar, pelos meios disponíveis, no âmbito da UFVJM, as oportunidades de estágios e as quantidades de vagas ofertadas pela CONCEDENTE;
- c) encaminhar à CONCEDENTE a relação dos estudantes candidatos ao estágio, bem como cópia dos respectivos comprovantes de matrícula, histórico escolar e cópia da apólice do seguro;
- d) prestar informações referentes ao currículo e carga horária do curso;
- e) avaliar as instalações da parte CONCEDENTE e sua adequação à formação profissional do estudante;
- f) coordenar as ações relativas ao estágio;
- g) orientar e avaliar as atividades inerentes ao estágio, desenvolvidas pelo ESTAGIÁRIO, através de professor, indicado pela UFVJM, para atuar como orientador;
- h) celebrar Termo de Compromisso com o ESTAGIÁRIO ou, conforme o caso, com seu representante, quando aquele for relativamente capaz, e com a parte CONCEDENTE, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- i) exigir do ESTAGIÁRIO a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, do relatório das atividades;
- j) zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- k) elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus alunos;

UFVJM

CONCEDENTE

Minuta aprovada pela Nota Técnica 23-ER-DIA/PFMG/PGF/AGU-2011  
Conforme Proc. 23086.000427/2011-71 – Consulta 001/2011

- l) comunicar à CONCEDENTE, o início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;
- m) comunicar à CONCEDENTE, de imediato e por escrito, o desligamento do ESTAGIÁRIO de seu curso;

**II – À CONCEDENTE:**

- a) informar à UFVJM as oportunidades de estágios e o quantitativo de vagas ofertadas;
- b) solicitar a indicação de candidatos, mencionando o curso ou a área de atuação ou de formação do conhecimento;
- c) promover a seleção dos estudantes, nos termos e critérios próprios, às vagas de estágio disponíveis.
- d) celebrar Termo de Compromisso com a UFVJM e o ESTAGIÁRIO, zelando por seu cumprimento;
- e) ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao ESTAGIÁRIO, atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, compatíveis ao firmado no Termo de Compromisso;
- f) indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do ESTAGIÁRIO, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estudantes, simultaneamente;
- g) permitir o início das atividades de estágio somente após a assinatura do Termo de Compromisso pelos partícipes e responsável legal do ESTAGIÁRIO, no caso deste ser relativamente capaz;
- h) propiciar ao ESTAGIÁRIO as oportunidades e condições para vivenciar o aprendizado e adquirir experiências práticas na linha de sua formação;
- i) manter horário suficientemente flexível, de forma a se permitir ao ESTAGIÁRIO compatibilizar suas obrigações acadêmicas com aquelas inerentes aos estágio e ausentar-se, justificadamente, para participação na UFVJM de eventos cuja presença seja obrigatória;
- j) exigir do ESTAGIÁRIO a execução das atividades programadas;
- k) encaminhar à UFVJM, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao ESTAGIÁRIO;
- l) respeitar a carga horária do estágio;
- m) manter à disposição da fiscalização, todos os documentos comprobatórios da relação de estágio;
- n) atender todas normas legais concernentes à segurança e medicina do trabalho;
- o) comunicar à UFVJM, imediatamente e por escrito, os casos de prorrogação e rescisões de quaisquer dos termos de compromisso;
- p) por ocasião do desligamento do ESTAGIÁRIO, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- q) emitir Certificado de Estágio se for o caso.

**Parágrafo único.** No caso de estágio obrigatório a responsabilidade da contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor do ESTAGIÁRIO, ficará a cargo da UFVJM.

---

UFVJM

CONCEDENTE

Minuta aprovada pela Nota Técnica 23-ER-DIA/PFMG/PGF/AGU-2011  
Conforme Proc. 23086.000427/2011-71 – Consulta 001/2011

No estágio não obrigatório, a contratação deste seguro será de responsabilidade da CONCEDENTE.

**CLÁUSULA QUINTA - Da Jornada de Atividades**

A jornada de atividades do estágio deverá ser fixada em período compatível com o horário escolar do ESTAGIÁRIO, salvo se realizado no período de férias escolares, desde que estabelecido no Termo de Compromisso, de comum acordo entre o ESTAGIÁRIO e demais partícipes.

**Parágrafo único.** A carga horária da jornada de atividades de estágio deverá ser definida expressamente no Termo de Compromisso, e poderá ser alterada, caso não prejudique o horário escolar do ESTAGIÁRIO, nos termos da legislação e demais normas vigentes e de acordo com a conveniência da UFVJM e da CONCEDENTE.

**CLÁUSULA SEXTA – Da Duração do Estágio**

O estágio será por prazo determinado, devendo constar no Termo de Compromisso o período de sua duração, a data de seu início e término, não podendo ser superior a 02 (dois) anos no mesma CONCEDENTE, salvo quando se tratar de estudante portador de deficiência.

**CLÁUSULA SÉTIMA- Da Bolsa de Estágio**

No estágio não-obrigatório a CONCEDENTE concederá compulsoriamente ao ESTAGIÁRIO, mensalmente, um auxílio financeiro, a título de bolsa, no valor a ser acordado e explicitado no Termo de Compromisso, bem como auxílio-transporte, em conformidade com o deslocamento do aluno até o local de estágio, nos termos do art. 12 da Lei nº 11.788/2008.

**Parágrafo único.** No estágio obrigatório, a CONCEDENTE poderá ou não conceder ao ESTAGIÁRIO, mensalmente, o auxílio financeiro que trata o caput da presente cláusula.

**CLÁUSULA OITAVA - Do Seguro**

Caberá à UFVJM ou à CONCEDENTE, nos termos do parágrafo único da Cláusula Quarta, a responsabilidade de constar no Termo de Compromisso o número da Apólice de Seguro e a Razão Social da Seguradora.

**CLÁUSULA NONA - Da Inexistência de Vínculo Empregatício**

Nos termos da legislação vigente, o estágio objeto do presente instrumento não cria vínculo empregatício de qualquer natureza entre o ESTAGIÁRIO, a CONCEDENTE e a UFVJM, desde que observados os requisitos estabelecidos pelos incisos I, II e III do Art. 3º da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, bem como o estabelecido no respectivo Termo de Compromisso.

**CLÁUSULA DEZ – Das Férias**

A parte CONCEDENTE do Estágio deverá assegurar ao estagiário período de recesso em conformidade com o estabelecido pelo Art. 13, § 1º e 2º da Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. CLÁUSULA ONZE - Da Rescisão A qualquer tempo e por denúncia de qualquer uma das partes, poderá ocorrer a rescisão deste Convênio, desde que haja comunicação prévia de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, ou rescindido no caso de descumprimento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições. Parágrafo único. A

---

UFVJM

CONCEDENTE

Minuta aprovada pela Nota Técnica 23-ER-DIA/PFMG/PGF/AGU-2011  
Conforme Proc. 23086.000427/2011-71 – Consulta 001/2011

extinção do presente Convênio antes do seu termo final, decorrente de denúncia por qualquer dos partícipes, implicará a interrupção imediata dos estágios já iniciados.

**CLÁUSULA DOZE - Da Vigência e das Alterações**

O presente Instrumento terá vigência de \_\_\_\_\_ meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado e/ou alterado, com exceção de seu objeto, por acordo entre os partícipes, mediante Termo Aditivo, até o limite máximo permitido em lei.

**CLÁUSULA TREZE - Da Publicidade**

Caberá à UFVJM providenciar a publicação do extrato do presente Protocolo na Imprensa Oficial, no prazo estabelecido pela legislação em vigor.

**CLÁUSULA QUATORZE – Do Foro**

Nos termos do inciso I, do art. 109, da Constituição Federal, o foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes deste Instrumento é o da Justiça Federal de Minas, Seção Judiciária da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

E, por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente termo de Convênio em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Diamantina, de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_.

Leida Calegário de Oliveira  
*Pró-Reitora de Graduação*  
**Pela UFVJM**

\_\_\_\_\_  
**Pela Concedente**

**Testemunhas:**

UFVJM

CONCEDENTE

Minuta aprovada pela Nota Técnica 23-ER-DIA/PFMG/PGF/AGU-2011  
Conforme Proc. 23086.000427/2011-71 – Consulta 001/2011

## ANEXO XVII

### Formulário de Requerimento para Integralização de Atividades Complementares e Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA  
E MUCURI - UFVJM  
DIAMANTINA – MINAS GERAIS  
DEPARTAMENTO DE  
FARMÁCIA



#### FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO PARA INTEGRALIZAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES E ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS, CIENTÍFICAS E CULTURAIS

##### CARGA HORÁRIA

( ) 150 horas - PPC 2006    ( ) 105 horas - PPC 2020

##### Comprovante de Entrega de Atividades Complementares

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Previsão de Formatura: Semestre \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Quantidade de Certificados Entregues: \_\_\_\_\_

Assinatura do aluno: \_\_\_\_\_

**OBS:** O preenchimento de todos os dados deste formulário é obrigatório e devem ser anexadas ou enviadas as cópias dos Certificados/Declarações. Ao entregar de forma física a documentação, o discente deverá levar ao DeFar os originais para conferência. Podem ser inseridas quantas atividades de cada modalidade forem necessárias. Após análise da documentação, caso o Colegiado considere que o aluno não cumpriu as 150 ou 105 horas mínimas de atividades complementares, o aluno tomará ciência de sua situação através do e-mail informado no formulário.

##### Comprovante de Entrega de Atividades Complementares

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_

Previsão de Formatura: Semestre \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_

Quantidade de Certificados Entregues: \_\_\_\_\_

Recebido por: \_\_\_\_\_

**OBS:** O preenchimento de todos os dados deste formulário é obrigatório e devem ser anexadas ou enviadas as cópias dos Certificados/Declarações. Ao entregar de forma física a documentação, o discente deverá levar ao DeFar os originais para conferência. Podem ser inseridas quantas atividades de cada modalidade forem necessárias. Após análise da documentação, caso o Colegiado considere que o aluno não cumpriu as 150 ou 105 horas mínimas de atividades complementares, o aluno tomará ciência de sua situação através do e-mail informado no formulário.

## ANEXO XVIII

### Tabela de Atividades Complementares e Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais e as Respectivas Horas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E  
MUCURI  
DIAMANTINA – MINAS GERAIS  
DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA  
[www.ufvjm.edu.br](http://www.ufvjm.edu.br)

#### TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE HORAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES E AS ATIVIDADES ACADÊMICAS, CIENTÍFICAS E CULTURAIS DEPARTAMENTO DE FARMÁCIA

ATIVIDADE COMPLEMENTAR		HORAS EQUIVALENTES
01	INICIAÇÃO CIENTÍFICA (bolsista ou não)	<i>Até 260 horas por ano de pesquisa</i>
02	ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS	<i>45 horas por artigo</i>
03	RESUMOS APRESENTADOS EM EVENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS	<i>15 horas por resumo <u>(um resumo por evento)</u></i>
04	PROGRAMA ESTUDANTIL TUTORIAL (PET)	<i>Até 260 horas por ano de atividade</i>
05	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS	<i>Até 20 horas por evento</i>
06	MINI-CURSOS DE EVENTOS CIENTÍFICOS	<i>Até 10 horas por evento</i>
07	CURSOS ONLINE	<i>Até 10 horas por evento</i>
08	CURSO DE INJETÁVEIS OU PRIMEIRO SOCORROS	<i>Até 10 horas por evento</i>
09	ATIVIDADES DE EXTENSÃO	<i>45 horas por atividade</i>
10	PARTICIPAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS	<i>30 horas por evento</i>
11	ATIVIDADES RELACIONADAS À EMPRESA JÚNIOR	<i>30 horas por atividade</i>
12	MONITORIA	<i>52 horas por semestre de monitoria</i>
13	VISITAS TÉCNICAS	<i>15 horas por visita</i>
14	PARTICIPAÇÃO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS	<i>15 horas por ciclo</i>
15	PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES DE REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL	<i>20 horas por ciclo</i>
16	ESTÁGIO EXTRA-CURRICULAR	<i>Até 45 horas por estágio</i>
17	DISCIPLINAS OPTATIVAS	<i>15 horas por disciplina</i>

Observações:

1. Para integralização das Atividades Curriculares, estas deverão ser comprovadas por meio de declaração ou certificados.
2. Devem ser entregues as cópias dos certificados anexados ao respectivo formulário, devendo ser apresentado o original no ato de entrega para conferência.
3. Cabe ao estudante requerer junto a coordenação, em formulário próprio (disponível no site <http://www.ufvjm.edu.br/site/defar/curvos/graduacao/atividades-complementares/>), o registro das atividades para a integralização como

## ANEXO XIX

### Termo de Compromisso de Estágio Não Obrigatório



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI  
[www.ufvjm.edu.br](http://www.ufvjm.edu.br)



#### TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Termo de Compromisso de Estágio que celebram entre si a [ ] e o(a) Estudante [ ], com a intervenção da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, por meio do(a) Instituto/Faculdade de [ ], para realização de Estágio Curricular.

O(A) [ ], doravante denominado(a) Concedente, sedado(a) a [ ], CNPJ nº [ ] neste ato representado(a) por [ ], CPF nº [ ] e o(a) estudante [ ], CPF nº [ ] residente a [ ], regularmente matriculado no curso de [ ], matrícula nº [ ], doravante denominado(a) Estagiário(a), com a intervenção da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, neste ato representado pelo Diretor do(a) Instituto/Faculdade [ ], Professor(a) [ ], acordam em firmar o presente Termo de Compromisso de estágio sujeitando-se os participantes as normas da Lei nº 11.738, de 25 de setembro de 2008 e demais legislações pertinentes à matéria, mediante cláusulas e condições a seguir.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - Constitui objeto do presente termo de compromisso a formalização da relação entre o Concedente e o(a) Estagiário(a) visando, unicamente, possibilitar a realização da atividade de estágio curricular.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, tem como objetivo proporcionar a complementação prática do ensino-aprendizagem, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, e para alcançar esse objetivo, os participantes cumprirão o Plano de Atividades do Estágio anexo, elaborado de acordo com o estabelecido no § Único do Art. 7º da Lei nº 11.738/08, na que couber, e ainda, em conformidade com as especificidades do curso.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O(a) Estagiário(a) obriga-se a cumprir as normas internas do Concedente, principalmente as relativas ao estágio, nas quais declara expressamente conhecer e a elas aderir, bem como a cumprir fielmente a programação do estágio, comunicando em tempo hábil, a impossibilidade de fazê-lo.

**CLÁUSULA QUARTA** - O(a) Estagiário(a) responderá por perdas e danos consequentes da inobservância das normas internas ou das cláusulas do presente Termo de compromisso.

**CLÁUSULA QUINTA** - O(a) Estagiário(a) estará segurado(a) contra acidentes pessoais pela Apólice de Seguro nº [ ], da Companhia [ ] mantida pela [ ], que tenham como causa direta, o desempenho das atividades de estágio.

**CLÁUSULA SEXTA** - Nos termos do disposto no art. 3º da Lei nº 11.738 de 25 de setembro de 2008, o estágio curricular não ensejará vínculo empregatício de qualquer natureza entre o(a) Estagiário, o Concedente e a Universidade.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A Concedente concederá ao Estagiário uma bolsa no valor de R\$ [ ] reais e auxílio-transporte no valor de R\$ [ ] reais, pagos mensalmente pela Concedente.

**CLÁUSULA OITAVA** - O estágio curricular iniciará em [ ] e terminará em [ ], com carga horária semanal de [ ] horas, totalizando [ ] horas.

**Parágrafo único:** A carga horária poderá ser aumentada desde que não prejudique as atividades acadêmicas diárias do Estagiário. No período das férias escolares, a jornada semanal de Estágio será estabelecida de comum acordo entre o(a) Estagiário(a) e o Concedente, sempre com intervenção da Universidade.

Página 1 de 3

Minuta de Termo de Compromisso de Estágio aprovada pelo Parecer nº 101/2014 - ER-DIAUFUM/PRG/GPQ/ABU-2014, conforme Processo nº 23080.002521/2014-10 - Consulta 01/2014.



**CLÁUSULA NONA - Coberé e Concedente:**

- I. Acompanhar e supervisionar o Estagiário na execução das atividades, no ambiente de trabalho, por intermédio do(a) Sr(a) [REDACTED], profissional de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para exercer a função de Supervisor(a) de Estágio;
- II. Proporcionar todas as oportunidades e condições necessárias para o pleno cumprimento do estágio;
- III. Assinar relatórios e emitir pareceres para fins de avaliação, manifestando sobre o desenvolvimento do estágio e o desempenho do(a) Estagiário(a);
- IV. Emitir Certificado de Estágio Curricular, que conterá os dados de identificação, o período do estágio e a carga horária total.

**CLÁUSULA DÉCIMA - Coberé ao Estagiário(a):**

- I. Manter conduta ética, obedecer as normas internas da Concedente e preservar o sigilo das informações a que tiver acesso;
- II. Cumprir as atividades programadas;
- III. Elaborar, assinar e entregar relatório ao Orientador de Estágio da Universidade, na prazo estabelecida;
- IV. Comunicar, de imediato e por escrito, a ocorrência de qualquer fato relevante relacionado à realização do estágio curricular e, da mesma forma, a interrupção, suspensão ou cancelamento de sua matrícula na Universidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Coberé a Universidade:**

- I. Responsabilizar-se para que a atividade de estágio curricular seja realizada como procedimento didático-pedagógico;
- II. Por intermédio do(a) Professor(a) [REDACTED], servidor(a) de seu quadro de pessoal docente com a função de Orientador(a) de Estágio, acompanhar o desenvolvimento das atividades e avaliar o rendimento do Estagiário;
- III. Observar o cumprimento de legislação e demais disposições sobre o estágio curricular.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Instrumento terá vigência durante o período do estágio.**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O(a) Estagiário(a) será desligado:**

- I. Automaticamente, ao término do estágio curricular;
- II. Depois de decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio curricular, se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho do Estagiário;
- III. A pedido do(a) Estagiário(a);
- IV. Em decorrência do descumprimento de qualquer cláusula ou condições deste Termo de Compromisso;
- V. Pela não comparecimento ao estágio, sem motivo justificado, por mais de cinco (5) dias, consecutivos ou não;
- VI. Pela conclusão ou abandono do curso, trancamento de matrícula ou transferência para outra Instituição de Ensino;
- VII. Por conduta incompatível com a exigida pela Concedente.





CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Este Termo de Compromisso poderá ser denunciado pelas partes, a qualquer tempo, desde que haja comunicação prévia de, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas, ou rescindido na caso de descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou condições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Nas terras da Inciso I, do Art. 100, da Constituição Federal, o foro competente para dirimir dúvidas ou litígios decorrentes deste Instrumento é o da Justiça Federal em Minas Gerais, Seção Judiciária de Belo Horizonte.

E, por estarem de acordo, o Estagiário, o Concedente e a Universidade, interveniente, assinam a presente Termo Compromisso de Estágio, em 3(três) vias, sendo 1ª via: Unidade Acadêmica, 2ª via: Instituição Concedente, 3ª via: Estagiário.

Diamantina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_

\_\_\_\_\_  
Concedente

\_\_\_\_\_  
Estagiário(s)

\_\_\_\_\_  
Diretor(a) de Unidade Acadêmica

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome

\_\_\_\_\_  
CPF

\_\_\_\_\_  
Nome

\_\_\_\_\_  
CPF

Página 3 de 3

Mínuto de Termo de Compromisso de Estágio aprovado pelo Parecer nº 121/2014 - ER-DIA/UFVJM/PRU/GPCF/AGU-2014, conforme Processo nº 23095-002921/2014-18 - Consulta 01/2014.